

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

**FERNANDO DE AZEVEDO: DILEMAS NA
INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO
BRASIL**



ARARAQUARA – S.P.
2011

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

FERNANDO DE AZEVEDO: DILEMAS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Ideologia

Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Bolsa: DR-2 FAPESP

ARARAQUARA – S.P.
2011

Nascimento, Alessandra Santos Nascimento

Fernando de Azevedo: dilemas na institucionalização da Sociologia no Brasil / Alessandra Santos Nascimento. – 2011
400 f. ; 30 cm

Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara

Orientador: Milton Lahuerta

1. Azevedo, Fernando de, 1894-1974. 2. Sociologia. I.Título.

ALESSANDRA SANTOS NASCIMENTO

FERNANDO DE AZEVEDO: DILEMAS NA INSTITUCIONALIZAÇÃO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Tese de Doutorado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Doutora em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura e Ideologia
Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta
Bolsa: DR-2 FAPESP

Data da qualificação: 13/05/2010

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Milton Lahuerta

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Membro Titular: Profa. Dra. Elide Rugai Bastos

Universidade Estadual de Campinas – IFCH/UNICAMP

Membro Titular: Profa. Dra. Nísia Trindade Lima

Casa Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz

Membro Titular: Profa. Dra. Vera Alves Cepêda

Universidade Federal de São Carlos – UFSCar

Membro Titular: Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin

Universidade Estadual Paulista – UNESP/Araraquara

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

*Dedicada à memória de meu pai, Arnaldo A. Nascimento,
à memória de meus avós, Rosa e Felismino,
e à minha mãe, Maria de Lourdes,
pessoas em que penso sempre com amor e profunda gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta pesquisa faz-se preciso reconhecer e agradecer o apoio, o estímulo e a paciência de minha família e de amigos, assim como as contribuições destes, em particular, ao Edison e ao Alessandro.

Agradecer às críticas e às orientações de alguns professores que marcaram este momento de minha trajetória acadêmica, em particular, ao meu orientador Prof. Milton Lahuerta – uma pessoa que sempre demonstrou respeito e confiança pelo meu trabalho – e às professoras que tão gentilmente aceitaram o convite para compor as Bancas de Qualificação e de Defesa: a Profa. Elide Rugai Bastos e a Profa. Vera Alves Cepêda; e aos professores que participaram da Banca de Defesa: a Profa. Nísia Trindade Lima e o Prof. João Carlos Soares Zuin. Gostaria de agradecer também à Profa. Maria Tereza K. Miceli, pelas sugestões bibliográficas, em um momento no qual esta tese consistia apenas em um projeto de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo do IEB da USP, e da Biblioteca da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Araraquara, meu reconhecimento.

O apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) foi fundamental para a realização deste trabalho.

*“[...] O escritor está **em situação** em sua época: cada palavra tem repercussão. Cada silêncio também”*

Jean-Paul Sartre (1999 [1945],
p.131).

RESUMO

Esta tese objetiva compreender os dilemas e as contribuições de Fernando de Azevedo para o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil, no período entre as décadas de 1930 e de 1960. Para satisfazer a tal propósito, adotou-se uma abordagem teórico-metodológica pautada pela idéia segundo a qual, a reconstrução da trajetória de Azevedo como intelectual, homem público e educador, apoiada na interpretação de sua obra (inclusive, de seu acervo pessoal de correspondências) assegurariam – ao serem cotejadas com a literatura especializada na história da institucionalização da Sociologia no Brasil e, em outros países da América Latina, e com a bibliografia sobre o autor – diretrizes significativas para, por um lado, entendermos parte das transformações que ocorreram nas esferas institucional, política, cultural e econômica do país, no período mencionado. E, por outro, para conhecermos as interpretações sobre estas e seus sujeitos sociais e, desse modo, o lugar de Fernando de Azevedo. Com semelhantes procedimentos, procurou-se entender este sociólogo de “corpo inteiro”: compreender suas estratégias, seus interesses, seus conflitos, suas coerências e incoerências – teóricas e políticas – etc. no processo de implantação e de efetivação do projeto de modernização institucional no país, sob a égide do Estado brasileiro, a partir dos anos de 1930. Processo este, no qual a institucionalização da Sociologia ocupou um lugar privilegiado. Assim, buscou-se construir uma versão sobre uma fase da história da Sociologia e, neste caminho, esclarecer algo que se encontrava apenas sugerido e, na maioria das vezes, subestimado: a contribuição de Fernando de Azevedo para a institucionalização. Nesta perspectiva, vale ressaltar que o mesmo repertório normativo que aproximou Azevedo de alguns atores sociais (como Gilberto Freyre, Alfredo Poviña, etc.), em um dado momento, também contribuiu para o seu afastamento em relação a outros (como Florestan Fernandes, Gino Germani, etc.). E, mais, que tanto a aproximação quanto o distanciamento, em particular este último, foram conjunturalmente estabelecidos.

Palavras-chave: Fernando de Azevedo. Institucionalização. Sociologia. Pensamento Social no Brasil. Intelectuais. Ciências Sociais.

ABSTRACT

This thesis aims at understanding the Fernando de Azevedo's dilemmas and contributions for the process of Sociology's institutionalization in Brazil, during the period between the decades of 1930 and 1960. For satisfying that purpose, it was adopted a theoretical-methodological approach regularized by the idea whereby, the reconstruction of Azevedo's trajectory as an intellectual, public man and educator, supported by the interpretation of his opus (including his personal pile of correspondences) would assure – on being compared with the specialized in history of Sociology's institutionalization in Brazil and, in other countries in Latin America, and with the bibliography about the author – significant guidelines for, on one hand, understanding part of the transformations that happened in institutional, political, cultural and economic spheres in Brazil, during the mentioned period. On the other hand, it allows us the interpretation about these ones and its social persons and, like this, Fernando de Azevedos's place. With such procedures, we looked for understanding this sociologist as a “whole body”: understanding his strategies, his interests, his conflicts, his – theoretical and political – coherences and incoherences etc. during the implementation and effectuation of Brazil's institutional modernization project, under the aegis of Brazilian State, from 1930s. During that process, Sociology's institutionalization occupied a privileged place. Thus, we aimed at building a version about a phase of history of sociology and, likeso, enlighten something that was only suggested and, most of times, underestimated: Fernando Azevedo's contribution for the institutionalization. From this point of view, it's necessary to rebound that even the same normative repertory that approximated Azevedo with some social actors (like Gilberto Freyre, Alfredo Poviña, etc.), in a certain moment, also contributed with his separation with others (like Florestan Fernandes, Gino Germani, etc.). And we add the fact that both approximation and separation, principally this last one, were conjuncturely established.

Keywords: Fernando de Azevedo. Institutionalization. Sociology. Social Thought in Brazil. Intellectuals. Social Sciences.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Associação Brasileira de Educação
ABDE	Associação Brasileira de Escritores
ABL	Associação Brasileira de Literatura
ALAS	Associação Latino-Americana de Sociologia
APL	Associação Paulista de Literatura
ASA	Associação Sociológica Argentina
BPB	Biblioteca Pedagógica Brasileira
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CBPE	Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CLAPCS	Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRPE/PE	Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco
CRPE/SP	Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo
ELSP	Escola Livre de Sociologia e Política
FFCL	Faculdade de Filosofia Ciências e Letras – da USP
FLACSO	Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IEUSP	Instituto de Educação da Universidade de São Paulo
IIS	Instituto Internacional de Sociologia
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais
ISA	Associação Internacional de Sociologia
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros

MEC	Mistério da Educação e Cultura
OEA	Organização dos Estados Americanos
SAS	Sociedade Argentina de Sociologia
SBS	Sociedade Brasileira de Sociologia
UDF	Universidade do Distrito Federal
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I – UM PIONEIRO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL	34
1. Aspectos da história da Sociologia no Brasil: institucionalização	34
2. Perfil intelectual revisitado: diálogos e problematizações	71
3. Vida pública e associações científicas e profissionais na América Latina: SBS e ALAS em foco	89
4. Pesquisas sociológicas e educacionais: a experiência do CRPE/SP na gestão de Fernando de Azevedo	109
CAPÍTULO II – PROJETO EDITORIAL E INTELECTUAL DE FERNANDO DE AZEVEDO	124
1. Intercâmbios intelectuais latino-americanos: aspectos da institucionalização da Sociologia no Brasil através das cartas	124
2. Azevedo e as coleções científicas: <i>Brasiliana</i> , <i>Atualidades Pedagógicas</i> e <i>Iniciação Científica</i>	141
3. A universidade na formação e na profissão do sociólogo: o Instituto de Educação (IEUSP)	160
CAPÍTULO III – UM INTÉRPRETE DO BRASIL	177
1. <i>Educação Física, Novos caminhos e novos fins</i> e <i>A Cultura Brasileira</i>	179
2. A conquista do Oeste e a unidade nacional: reflexões sobre a <i>Cidade e o campo</i> , <i>Canaviais e engenhos</i> e o sistema de transporte no país	195
3. Sobre os <i>Princípios de Sociologia</i> e sua consolidação nAs <i>Ciências no Brasil</i>	208
CONSIDERAÇÕES FINAIS	231
ANEXOS	235
Tabela 1: Correspondência Ativa (CA) e Passiva (CP) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	236

Tabela 2: Correspondências e Documentos presentes nos Dossiês (D) e nas Seções: Atividades Profissionais (AP); Produção Intelectual: Prefácios e Introduções (PIPI) e Produção Intelectual: Obras (PIO) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	354
Tabela 3: Documentos presentes na Seção Atividades Profissionais (AP) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	367
Tabela 4: Documentos presentes na Seção Documentação Complementar (DC) e Documentos de Terceiros (DT) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)	368
Tabela 5: Total de Correspondências Ativas de Fernando de Azevedo	369
Tabela 6: Total de Correspondências Ativas: Seção Dossiês	370
Tabela 7: Total de Correspondências Passivas de Fernando de Azevedo	371
Tabela 8: Total de Correspondências Passivas: Seção Dossiês	376
Quadro 2: Temas e autores selecionados por Fernando de Azevedo para a obra As ciências no Brasil	377
Lista de membros do Centro Cultural Brasil-Israel/São Paulo (CCBI-SP)	379
Lista de Assinaturas no Manifesto de 1959	381
BIBLIOGRAFIA GERAL	383
1. Bibliografia parcial do autor (Livros)	395
2. Bibliografia parcial sobre o autor (Livros, Teses e Dissertações)	397
3. Bibliografia parcial sobre o autor (Artigos e Depoimentos)	398

INTRODUÇÃO

“[...] a sociologia, como ciência, deve tender, pelo estudo da estrutura e do comportamento dos grupos humanos, no tempo e no espaço, a desprender e isolar o fato social da complexidade dos fatores que o condicionam, e a estabelecer as generalizações fundadas sobre os fatos e, portanto, as leis gerais que regulam o ritmo da vida social na sua gênese, organização e evolução”

Fernando de Azevedo, Princípios de Sociologia (1954a [1935], p.26)¹.

Ao nos propormos a arteficiar as contribuições de Fernando de Azevedo – e, neste contexto, o desvelamento de seus dilemas, para o processo de institucionalização da Sociologia no Brasil – estabelecemos como recorte temporal, a década de 1930 até a de 1960, por duas razões principais: primeira, por entender que a atuação sistemática deste intelectual na estruturação dos campos cultural, científico e educacional brasileiro desenvolveu-se a partir de 1930 e, declinou-se, nos anos de 1960. Segunda, devido ao fato dos anos de 1930 terem se caracterizado pela atuação do Estado no desencadeamento de um processo de modernização institucional, do qual a institucionalização da Sociologia foi parte constitutiva.

Desse modo, após este período, pareceu-nos que os conhecimentos propiciados pelas teorias e metodologias sociológicas foram, paulatinamente, reivindicados e reconhecidos como necessários, em termos científicos e políticos, tanto para a compreensão quanto para a organização da sociedade brasileira alcançando seu ápice nos anos de 1950. Assim, a valorização da Sociologia, como um significativo instrumento para a administração pública e privada no Brasil, parece ter ocorrido à medida que ela se consolidou e se legitimou como uma ciência acadêmica.

Esta imbricação entre a valorização da Sociologia – para interpretar e intervir nos problemas sociais – e sua institucionalização pode ser mais bem compreendida ao considerarmos que “[...] as ciências sociais também são um produto da vida social, especialmente das éras de crise, e devem ser analisadas, portanto, como parte da vida social [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.14). Ou seja, ao entendermos que a Sociologia “[...] resultou de um esforço no sentido de tomar consciência crítica e

¹ Mantivemos a ortografia original em todas as citações presentes na tese. Todavia, devemos salientar que os textos – em particular, aqueles de autoria de Fernando de Azevedo – com pequenas diferenças de espaço de tempo seguiram orientações ortográficas distintas. Outros dois aspectos precisam ser observados: primeiro, adotamos nas referências bibliográficas a data da primeira edição da obra entre colchetes; segundo, a tese não seguiu às novas regras do acordo ortográfico.

científica dos problemas que formavam o mosaico brasileiro [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.15), em particular, depois de 1930, e responder a eles.

O trabalho de Candido (2006 [1959]) apresentou convergência com a visão destes autores ao destacar que a Revolução de 1930 propiciou ao país, um ambiente político e social responsável por “[...] criar uma atmosfera de receptividade e expectativa em torno da Sociologia” (CANDIDO, 2006 [1959], p.284). Se, por um lado, a década de 1930 inaugurou este processo, por outro, a de 1960 comportou o início de uma série de transformações nos padrões de produção, divulgação e validação científica das diversas áreas de conhecimento; bem como na organização curricular e administrativa do ensino nos diferentes níveis – através da implantação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1961, da Reforma Universitária no ano de 1968, etc.

Tais transformações se efetivaram, na década de 1970, e caracterizaram uma nova fase da institucionalização das ciências no país, marcada pela criação da pós-graduação; pela ampliação dos cursos de graduação existentes – assim como pelo desenvolvimento de novos – e pela reestruturação organizacional da universidade (isto é, pelo surgimento dos departamentos, pela extinção do sistema de cátedras, pela criação das faculdades de educação, etc.).

Entendemos que a institucionalização da Sociologia se configurou como uma dimensão importante da história de criação, desenvolvimento e legitimação desta ciência. Uma dimensão que, em virtude de sua relevância é objeto de várias interpretações, nas quais se destacam distintas periodizações e enfoques². Nesta pesquisa, procuramos dialogar, criticamente com tais análises.

Outro argumento que contribuiu para que realizássemos o recorte temporal, entre a década de 1930 e a de 1960, consistiu no reconhecimento da sintonia entre alguns temas – e, guardando as devidas proporções, entre algumas interpretações sobre o Brasil – contemplados na produção teórica de Azevedo e na de alguns de seus contemporâneos, no referido período. Vale a ressalva que, nos anos de 1950 e nos de

² À guisa de exemplo, podemos apontar: Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1995), Ortiz (2002 [1990]), dentre outros. Os trabalhos escritos e organizados por Miceli apresentaram como periodização-chave o momento que compreende os anos de 1930 até a década de 1960. Tais textos priorizaram as particularidades da vida acadêmica e das circunstâncias de produção intelectual, em detrimento de uma abordagem a respeito da gênese, ou do desenvolvimento histórico das idéias sociais, e de seus respectivos autores. Neste sentido, estabeleceram a valorização dos anos de 1960 em diante, como um momento ímpar da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Enquanto o trabalho de Ortiz, *grosso modo*, relacionou o processo de institucionalização da Sociologia à emergência da geração de sociólogos uspianos, na década de 1940.

1960, Azevedo parece ter mantido um diálogo com parte da nova agenda de pesquisas, porém, somente tangencialmente, com os repertórios teórico-metodológicos vigentes no campo acadêmico sociológico nacional e internacional.

A definição de institucionalização por nós adotada compreendeu o reconhecimento da efetivação de parte de um amplo processo de mudança cultural no país que contemplou: 1) a fundação e a reforma de várias instituições científicas, e, com isto, a criação – não sem resistências e embates – de novas práticas organizacionais e idéias; 2) a consolidação de novas áreas de conhecimento no ensino superior – e, neste sentido, a influência sobre a formação de novos perfis profissionais; 3) a construção de associações científicas e profissionais; 4) a criação, a difusão e a disputa pela validação de novos léxicos e novas abordagens científicas, a partir da estruturação do campo editorial e do educacional; 5) o incremento das necessidades e oportunidades sociais de atuação intelectual, inclusive, por meio do desenvolvimento de várias políticas públicas educacionais e culturais.

O fato de trabalharmos com obras com enfoque biográfico³ e com a autobiografia de Fernando de Azevedo (1971b)⁴; ou ainda, com algumas críticas literárias e ensaios, com dimensões biográficas, escritos por ele sobre vários intelectuais proeminentes nos campos científico, cultural e político brasileiros e a respeito de pessoas de seu universo familiar – Azevedo (1962b [1929]⁵, 1960c⁶, 1943 [1942]⁷) –

³ Embora tenhamos encontrado apenas um texto que possa ser classificado *strictu sensu* como uma biografia de Fernando de Azevedo, Bovo (2007), vários foram os trabalhos que se dedicaram a reconstruir seus dados biográficos. Vale ressaltar que a maioria destas obras buscou estabelecer um diálogo – algumas vezes, pouco esclarecedor – entre a trajetória e a biografia. No entanto, não faltaram também exemplos bem sucedidos de semelhante diálogo – embora não isentos de críticas – um deles pode ser encontrado em Camargo (1995). Para uma discussão teórica sobre as diferenças entre biografia e trajetória consultar Born (2001).

⁴ **História de minha vida** (1971b) trata-se da primeira edição das memórias de Azevedo, assim como o último livro publicado pelo autor.

⁵ Em **Máscaras e retratos** (1962b) – esta é a segunda edição (revista e ampliada) do texto publicado originalmente sob o título **Ensaio** em 1929 – Azevedo retrata as seguintes personalidades e obras na Parte Segunda do livro: Aristeu Seixas (obra: **Por de sol**); Amadeu Amaral (obras: **Lâmpada antiga**, **Elogio da mediocridade** e **Luís de Camões** – conferência); Coelho Neto (obra: **Vida mundana**); Plínio Barreto (obra: **Crônicas forenses**); Batista Pereira (obras: **Eduardo Prado, o escritor e o homem**, **Pela redenção do Rio Grande** e **Rui estudante**); Paulo Setúbal (obras: **Alma cabocla** e **Marquesa de Santos**); Júlio de Mesquita Filho (obra: **A crise nacional**); Euclides da Cunha (**Os Sertões**, etc.); Gilberto Freyre (destaca não uma obra específica, mas o tema da cultura brasileira). Na Parte Terceira (Pequenos estudos e prefácios) Azevedo apresenta os artigos comentados e indicados por ele na Seção Bibliografia, quando atuou como crítico literário no jornal **O Estado de S. Paulo**. Alguns dos trabalhos foram reunidos em grupos, enquanto outros foram tratados individualmente: 1) Moacir Chagas, Caio de Melo Franco, Luís de Lacerda, Graco Silveira, Marquez da Cruz e Durval de Moraes; 2) Guilherme de Almeida e Mário de Andrade; 3) José Sisenando e Cornélio Pires; 4) Elísio de Carvalho, Alfredo Ellis Junior, Pedro Dias de Campos, Vicente Licínio Cardoso; 5) Francisca Basto Cordeiro; 6) Renato Jardim; 7) José Lannes.

não significou que visássemos contestar-lhes a substância, tampouco, que pretendêssemos incorporá-las de modo acrítico.

Em particular, porque tais gêneros literários – biografia e autobiografia – fomentam inúmeras discordâncias entre os leitores; sobretudo, devido ao fato de a primeira consistir em um olhar “estrangeiro” sobre a trajetória e a obra de “outrem”, enquanto a segunda contempla um olhar de dentro, ou seja, do “mesmo” sobre “si”. Assim, se por um lado, esta diferença nos permite sugerir uma razão para a existência de desacordos entre os leitores, por outro, não nos exime de reconhecer que ambos os gêneros são permeados de subjetividade.

Reconhecemos que as obras – biografia e autobiografia – favorecem diferentes modelos de interpretação; pois enquanto a biografia tende a versar sobre a representação do biografado como um exemplo ideal de conduta em um processo de aprimoramento constante; a autobiografia costuma convergir para a demonstração da singularidade de uma trajetória marcada por interesses, escolhas, conflitos, desilusões e mudanças orientadas de acordo com as percepções do próprio sujeito da ação, nas diferentes arenas (política, cultural, social, etc.). Nesta perspectiva, tais obras não constituem registros neutros de situações ou de experiências, mas, ao contrário, seus processos de

Ainda na Parte Terceira, encontram-se os prefácios escritos por Azevedo aos seguintes autores e obras: Cerqueira Leite (obra: **Terra Verde**); Lucila Hermann (tese: **Alteração na Estrutura Social de Guaratinguetá**); L. Pinto Ferreira (obra: **S. Alexander e a renovação científica da filosofia**).

⁶ A obra **Figuras de meu convívio** (1960c) é dedicada a Antonio Candido (importante intelectual brasileiro, assistente e amigo de Azevedo); nela, este autor nos convida a conhecer um pouco a respeito de Sara Almeida de Azevedo (sua mãe) e Murilo Ribeiro Marx (seu genro); bem como sobre várias personalidades que pertenceram ao seu círculo de amigos: os padres Luís Yabar e Manuel Madureira (jesuítas do Colégio Anchieta – RJ – referências importantes na formação intelectual do autor, em sua mocidade); Francisco Venâncio Filho (fundador e Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP); Roger Bastide (Sociólogo francês que atuou no Brasil como professor e pesquisador vinculado a Universidade de São Paulo); Vicente Licínio Cardoso (Presidente da Associação Brasileira de Educação – ABE); José Getúlio da Frota Pessoa (importante nome da história da educação brasileira e colaborador direto de Azevedo na Reforma no Distrito Federal em 1927); Júlio de Mesquita Filho (um dos fundadores da USP, importante nome do jornalismo impresso no país: **O Estado de S. Paulo**); Manuel Bergström Lourenço Filho (ou apenas, Lourenço Filho, importante nome da educação nacional e do mercado editorial pedagógico); Mário Augusto Teixeira de Freitas (ou M. A. Teixeira de Freitas, importante referência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE); Anísio Teixeira (ilustre figura da educação pública brasileira e colaborador de Azevedo); Antonio Ferreira de Almeida Júnior (importante educador brasileiro e colaborador do autor); Edgar Roquette-Pinto (Diretor do Museu Nacional; Diretor do Instituto Nacional do Cinema Educativo em 1936); Roldão Lopes de Barros (Professor da USP); Reinaldo Porchat (Primeiro Reitor da USP); João Cruz Costa (nome expressivo da Filosofia no Brasil); Thorwald Rasmussen (atleta).

⁷ No trabalho **Velha e nova política** (1943 [1942]) – Azevedo compila artigos sobre sua trajetória em diferentes cargos públicos. Nesta obra, realiza uma dedicatória a Octalles Marcondes Ferreira (proprietário e editor da Cia. Editora Nacional) e faz referências às seguintes figuras da educação nacional: Licínio Cardoso; Frota Pessoa; Júlio de Mesquita Filho (já mencionados) e Carolina Ribeiro (Diretora da Escola Primária anexa ao Instituto de Educação – IEUSP).

artesanias compreendem negociações difíceis e delicadas entre a realidade e a representação.

De acordo com Candido (1979), ao prefaciar a obra de Miceli (1979), a mobilização da biografia de um intelectual nos coloca sempre dois riscos: se a adotarmos, acriticamente, o de cairmos na singularidade do caso e chegarmos à conclusão óbvia que cada um é único, e, neste sentido, desistirmos de entender por respeitarmos a integridade do indivíduo. Se a recusarmos, o de “[...] subirmos ao raciocínio genérico, dissolvendo os indivíduos na categoria [e assim] atropela[r]mos demais a verdade singular” (CANDIDO, 1979, p.x). Decorre destas observações, o desafio de compreender o “autor-objeto” – no caso, Fernando de Azevedo – sem dissolvê-lo nas categorias explicativas.

Candido (1979) também chamou-nos a atenção para o perigo da contaminação hermenêutica⁸ a qual resulta em:

[...] misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação. [Neste sentido, prossegue o autor: o] papel social, a situação de classe, a dependência burocrática, a tonalidade política – tudo entra de modo decisivo na constituição do ato e do texto de um intelectual. Mas nem por isso vale como critério absoluto para os avaliar. A avaliação é uma segunda etapa e não pode decorrer mecanicamente da primeira (CANDIDO, 1979, p.xi).

Objetivando enfrentar os perigos apontados por Candido (1979), procuramos resistir à sedução de definir *a priori*, a trajetória e a obra de Azevedo, como uma espécie de síntese coerente da visão de mundo de um grupo social. Para isto realizamos alguns procedimentos, dentre os quais, destacou-se a construção de uma versão a respeito da trajetória e não da biografia do autor.

Apesar de reconhecermos que ambas consistem em construções sociais, nossa escolha pela trajetória, em detrimento da biografia, justificou-se em virtude do fato desta última tratar-se de um gênero literário que, preferencialmente, se apóia em informações qualitativas provenientes do próprio biografado, sem inquiri-lo ou confrontá-lo com outros pontos de vista; ou seja, pela biografia consistir em um gênero capaz de acolher as opiniões do autor – suas percepções/interpretações do passado, etc. – contudo, sem questioná-lo (BORN, 2001). É importante explicitar que, ao inquirirmos

⁸ De acordo com Candido (1979), Miceli (1979) incidiu na referida contaminação, em alguns momentos de sua argumentação, apesar de sua cautela metodológica.

Fernando Azevedo, em suas relações com outros atores sociais, procuramos favorecer – na reconstrução de sua trajetória – a instância de verificação.

Independente dos limites apresentados pelas obras biográfica e autobiográfica, nos termos acima, estas foram objetos de nosso flerte ao proporcionarem sugestivas indicações, a respeito de quais eram algumas das personalidades públicas – jornalistas, cientistas, literatos, alto e médio escalão da burocracia governamental e privada brasileira, expoentes das elites dirigentes, etc. – que se relacionaram com Azevedo em diferentes contextos e instituições.

Foi por meio destes materiais e de sua comparação – seja com a literatura especializada sobre o tema da institucionalização da Sociologia no Brasil, e em outros países da América Latina, seja com outros livros de autoria de Azevedo como **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a)⁹, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935])¹⁰, para citarmos apenas dois exemplos – que tornou-se possível garimpar e interpretar parte do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo¹¹.

⁹ Trata-se de uma coletânea de artigos dividida em três partes. A Parte Primeira abarca quatro artigos e versa sobre o desenvolvimento da Sociologia em termos teórico-metodológicos, em âmbito nacional e internacional. Este livro compreendeu a última formulação publicada pelo autor sobre o tema da Sociologia.

¹⁰ A primeira publicação desta obra ocorreu em 1935, porém optamos pela sexta edição – 1954 – por esta conter o texto enfocando a Sociologia na América Latina e no Brasil.

¹¹ Este Fundo é composto por sete (7) séries, sendo duas delas consultadas nesta pesquisa: Correspondência (CO) e Dossiês Temáticos (D). A série CO se subdivide em quatro (4) subséries – Correspondência Ativa (CA), Correspondência Passiva (CP), Correspondência de Terceiros (CT) e Documentação Complementar (CDC) – e totaliza cinco mil duzentos e vinte e nove (5229) documentos. Analisamos duas subséries desta série: CA e CP – que juntas representaram quatro mil oitocentos e onze (4811) documentos. Nestas subséries, consultamos dois mil e duzentos (2200) documentos – entre eles cartas, bilhetes, datilografados e manuscritos, alguns ilegíveis e com números variados de laudas. Deste montante, selecionamos para interpretação profunda e construção de resumos trezentos e trinta (330) documentos – sendo duzentos e cinquenta e seis (256) CP e setenta e quatro (74) CA. A segunda série abordada foi a Dossiês Temáticos (D). Esta série se subdivide em doze (12) Dossiês, dentre os quais destacam-se: Dossiê 1: Administração do Ensino no Distrito Federal (1926-1929); Dossiê 2: Serviço Nacional de Recenseamento (1933-1939); Dossiê 3: Associação Internacional de Sociologia – ISA (1948-1953); Dossiê 4: UNESCO – ICSC (1951-1953); Dossiê 5: I Congresso Brasileiro de Sociologia (1952-1956); Dossiê 6: As ciências no Brasil (1952-1956); Dossiê 7: Centro Cultural Brasil-Israel (1955-1958); Dossiê 8: CRPE/SP (1955-1960); Dossiê 9: Manifesto dos Educadores (1958-1959); Dossiê 10: Concurso para Cátedra em Sociologia – Universidade de Buenos Aires (1959-1960); Dossiê 11: Secretaria da Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961); Dossiê 12: Sobre a vida literária de Azevedo (ABL, APL e ABDE). Os doze Dossiês totalizam seiscentos e sessenta e quatro (664) documentos. Deste montante, foram consultados duzentos e cinquenta (250) documentos, pertencentes aos Dossiês 3, 4, 5, 6, 7, 8, 10, 11 e 12. Selecionamos para interpretação e elaboração de resumos quarenta e dois (42) documentos, sendo vinte e seis (26) correspondências (ativas e passivas) e dezesseis (16) materiais diversos (como relatórios, atas, listas, etc.). O acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo localiza-se no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo (USP) e foi doado em vida pelo autor, no ano de 1970. Vale destacar ainda que, a subsérie Correspondência Ativa refere-se às cartas escritas por Azevedo, já a Passiva às cartas recebidas por este intelectual, no período que envolve a década de 1920 até a de 1970.

Por outro lado, foram as interpretações resultantes das correspondências ativa e passiva e de outros documentos – presentes nas séries Correspondência (CO) e Dossiês (D), ambas pertencentes ao acervo – que nos auxiliaram a revisitar e problematizar, mesmo que parcialmente, as teias políticas, institucionais e pessoais que envolveram Azevedo e diversos atores sociais, presentes na supracitada literatura especializada, bem como nas obras deste autor.

Ou seja, tais documentos e cartas contribuíram para que caracterizássemos tal história como um conjunto de intrincadas relações de parcerias, disputas, reconhecimentos mútuos, etc., entre Azevedo e parte significativa dos sujeitos – responsáveis por atuarem, direta e indiretamente, no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil e, em alguns países da América Latina – entre a década de 1930 e a de 1960. O material colaborou com subsídios para a elaboração de parte dos argumentos presentes na tese.

No que se refere propriamente ao trabalho com as fontes primárias – cartas presentes nas séries CO e D – realizamos os seguintes procedimentos: 1) Pré-seleção, 2) Leitura flutuante, 3) Interpretação profunda, 4) Tradução e 5) Elaboração de um resumo de cada correspondência selecionada, o qual foi organizado no interior de uma tabela. O procedimento de pré-seleção orientou-se pela criação de uma lista de potenciais correspondentes cujas cartas seriam de interesse para a pesquisa. Tais procedimentos também foram adotados para os demais documentos (relatórios, atas, listas, etc.) pertencentes à série Dossiês; contudo, ao invés de resumo – assumiu-se como procedimento de síntese para este material – a tradução dos dados em formato de quadros. No caso das listas, optou-se por manter a estrutura original do documento.

Dessa forma, antes de consultar o acervo elencamos um conjunto de nomes de atores sociais – Costa Pinto¹², Roger Bastide, Francisco Ayala, José Medina Echavarría, dentre outros – reconhecidos como expoentes da institucionalização da Sociologia no Brasil e no exterior. Estes, e outros nomes, nos foram sugeridos a partir das leituras de parte das obras de Azevedo; assim como da literatura especializada no assunto.

A leitura flutuante compreendeu o procedimento a partir do qual buscou-se nas cartas e nos materiais diversos (relatórios, atas, listas, etc.) – que satisfizeram o critério da pré-seleção exposto acima, um montante de dois mil quatrocentos e cinquenta (2450) documentos – a existência de algumas palavras-chave como Sociologia, ciência,

¹² Adotamos para o sociólogo Luiz de Aguiar Costa Pinto tratá-lo apenas como Costa Pinto.

Ciências Sociais, nomes de intelectuais e de políticos; bem como, nomes ou siglas de diferentes instituições (universidades, associações profissionais e científicas, editoras, etc.). Tal leitura subsidiou uma nova triagem. Nesta última, destacamos enquanto material de interpretação profunda apenas os documentos que confirmaram a existência das referidas palavras-chave.

Os materiais resultantes da nova seleção – trezentas e trinta (330) cartas, na seção Correspondência (CO), e quarenta e dois documentos (42), cartas e outros, na seção Dossiês (D) – converteram-se em objeto do terceiro procedimento: a interpretação profunda. Para sua efetuação, nos apoiamos no diálogo entre a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) e a hermenêutica (RICOEUR, 1969). Sendo que por hermenêutica compreendemos, *grosso modo*, uma “arte de interpretar”¹³, realizável a partir de um conjunto de técnicas que, no contexto desta pesquisa, foi fornecido pela análise de conteúdo¹⁴.

Assim, procuramos decodificar nas cartas e nos demais documentos – considerados unidades de registro¹⁵ – as informações que pudessem, direta ou indiretamente, colaborar para elucidar parte da história da Sociologia, ou seja, das circunstâncias de produção, difusão e legitimação desta ciência no Brasil e no exterior. Dessa forma, tentamos vencer o afastamento “[...] entre à época cultural revoluta, à qual [pertenciam às cartas e os outros documentos] [...] e o próprio intérprete [...]” (RICOEUR, 1969, p.18) e analisar o dito e o sugerido pelos mesmos.

Além de escritos em português, as cartas e os demais documentos também foram elaborados em outros idiomas como o francês, o inglês e o espanhol. Isto nos colocou como uma necessidade a realização do quarto procedimento: a tradução. Esta funcionou como uma espécie de suporte, tanto para a leitura quanto para a elaboração do resumo de cada material selecionado.

¹³ A hermenêutica não se vincula a nenhum corpo teórico fixo, isto é, somente adquire sentido ao ser filiada ao arcabouço teórico do pesquisador.

¹⁴ Ou seja, tal material foi interpretado metodologicamente tendo como referência: “[...] Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que [permitissem] a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens” (BARDIN, 1977, p.42).

¹⁵ Segundo Bardin (1977), este procedimento é aceitável desde que os documentos em questão possam ser caracterizados globalmente – o que significou no caso da presente pesquisa; ser classificados através de múltiplas relações com o conjunto das correspondências, inclusive, com a bibliografia especializada sobre institucionalização, a literatura de autoria de Fernando de Azevedo e obras sobre este autor – e de forma sintética, mediante a interpretação dos documentos em si mesmos.

No que tange ao quinto procedimento concretizado, a construção dos resumos¹⁶, podemos afirmar sua imprescindibilidade em virtude da reprodução, integral ou parcial, do material do acervo encontrar-se condicionada a autorização expressa dos correspondentes ou, de seus familiares, e a sua obtenção ter se demonstrado inviável ao considerarmos a relação custo-benefício (tempo). Contribuiu também para que realizássemos tais resumos e tabelas, o fato da reprodução das cartas e demais documentos ser algo dispensável para os objetivos da presente tese.

De forma sintética, constatamos, selecionamos e interpretamos enquanto interlocutores estrangeiros de Fernando de Azevedo, em sua correspondência passiva, na seção CO, nomes como: Alfredo Poviña (1954, 1953, 1952, 1940, 1936); Ramon M. Alsina (1936); Lucio Mendieta y Núñez (1951, 1941); Daniel Cosío Villegas (1946, 1943, 1942); José Medina Echavarría (1964, 1943); Ricardo Levene (1945, 1943); Francisco Ayala (1958, 1948, 1947, 1946); Gino Germani (1948); Theo R. Crevenna (1954, 1953, 1950); José Juan Bruera-España (1954); Jorge Castro Harrison (1965); Mario Bon Espasandín (1968), etc.

Também efetivamos os referidos procedimentos com as cartas de Gilberto Freyre (1959, 1958, 1957, 1954, 1939, 1935); Jonathas Serrano (1939); Nelson Werneck Sodré (1965, 1950, 1949, 1946, 1945, 1944); M. A. Teixeira de Freitas (1955, 1952, 1951, 1940, 1938, 1937); Cel. Lima Figueiredo (1949, 1947); Costa Pinto (1956, 1953, 1952, 1951, 1950); Murilo Braga (1951, 1950); Jayme Abreu (1950); Mário Lins (1951); Alceu Amoroso Lima (1952); Guerreiro Ramos (1956, 1953); Villa Lobos (1957); Renato Jardim Moreira (1960); Ênio Silveira (1964); Wilson Martins (1967); Paulo Sawaya (1967); Dante Moreira Leite (1969); Mário da Silva Brito (1970), etc. Na correspondência passiva, encontrada na seção D, destacaram-se como correspondentes estrangeiros e nacionais de Azevedo: E. Roquette-Pinto (1952); Leonídio Ribeiro (1952); Heinrich Rheinboldt (1953); Joel Martins (1959); William Leslie Chapman (1959); Gino Germani (1960); Francisco Prestes Maia (1961), dentre outros.

Os resumos das cartas (passivas e ativas) dos correspondentes nacionais e estrangeiros compuseram parte do material que subsidiou nossa investigação sobre as contribuições de Fernando de Azevedo para a institucionalização da Sociologia no Brasil. No entanto, faz-se necessário esclarecer que as correspondências (passiva e ativa) e demais documentos, assim como os livros de autoria de Azevedo foram

¹⁶ Resumos apresentados no interior de uma tabela e a tradução dos dados em quadros, no caso de parte dos documentos da série Dossiês.

apreciados enquanto fontes primárias da tese, isto é, não consistiram no objeto da pesquisa. E, mais, entender que tais fontes não esgotaram suas possibilidades no arranjo interpretativo por nós elaborado.

Desse modo, as idéias presentes ou sugeridas nos resumos das cartas e demais documentos foram mobilizadas – explícita ou implicitamente, ao longo da tese – com o propósito de nos auxiliar na reconstrução do mosaico de vínculos institucionais, teóricos, políticos e afetivos estabelecidos entre Azevedo e os supracitados intelectuais e homens públicos, a partir da década de 1930 até a de 1960. Tais idéias, ao serem expressões das relações entre Azevedo e estes atores sociais, nos permitiram questionar parte de suas estratégias, sentimentos, interesses, etc., pois nos forneceram um contraponto – mesmo que também passível de discussão – para as versões mais aceitas sobre o referido processo de institucionalização desta ciência no país.

Para estabelecer o contexto discursivo entre Azevedo e seus correspondentes, fez-se necessário compreender quais foram os diálogos perenes e os intermitentes. Antes de conhecer o material, tínhamos como hipótese para esta classificação que, tanto a quantidade de cartas quanto o espaço de tempo, em que uma e outra, foram escritas serviriam como parâmetros.

No entanto, ao consultar o material (cartas e demais documentos) percebemos que tais critérios seriam pouco esclarecedores; fazia-se indispensável, para nossa argumentação, apoiarmo-nos tanto nos seus aspectos qualitativos – ou seja, nos conteúdos das correspondências – quanto nos quantitativos, a fim de reduzir possíveis equívocos em nossa interpretação.

As correspondências consistiram em registros tanto de conversas rotineiras, de encaminhamentos burocráticos – como as negociações dos tramites para a publicação de um determinado livro – quanto de diálogos íntimos entre os correspondentes, nos quais estes expuseram suas angustias, expectativas, decepções, desabafos, contentamentos, saudades, etc. Assim, ao serem portadores de confissões, estes documentos também funcionaram como uma espécie de veículo para a articulação de ações conjuntas destes atores no espaço público¹⁷.

Dois aspectos chamaram-nos a atenção ao trabalharmos com este material, de um lado, a seleção e a doação das cartas terem sido realizadas pelo próprio intelectual,

¹⁷ Exemplos da articulação de ações conjuntas no campo educacional brasileiro podem ser encontrados nas seguintes obras envolvendo análise das correspondências de Azevedo com Anísio Teixeira (VIDAL, 2000a), com Abgar Renault (VIDAL; CASTRO, 1999), com Paschoal Lemme (LEMME, 2004), etc.

e, de outro, a existência de várias lacunas entre as correspondências ativa e passiva. Estes aspectos nos influenciaram a pensar e a sugerir que tanto as cartas do acervo quanto suas ausências seriam indícios significativos a sua interpretação, uma vez que este sociólogo poderia ter disponibilizado apenas o que ele não se importaria que fosse conhecido e difundido. Todavia, a relevância desta hipótese não se encontrou na sua possibilidade de ser comprovada ou refutada na presente investigação, mas na recomendação de cautela e de criticidade nas inferências envolvendo as cartas; visto que estas últimas resultaram em uma espécie de autobiografia fragmentada de Fernando de Azevedo.

Feitas estas ressalvas, compartilhamos das considerações de Bomeny (2001a) sobre as peculiaridades, possibilidades e relevância das cartas como fonte de pesquisa. De acordo com esta autora:

[...] a troca de pontos de vista, a confirmação de convicções, as disputas e o brilho da constelação daqueles que se orienta[ra]m pela atividade intelectual [...] [tiveram nas] cartas [...] os principais instrumentos reveladores dessa troca. [...] Disputadas, esperadas com ansiedade, as cartas são confissões de crenças, desabafo de sentimentos. Mas são igualmente uma fonte documental inestimável. [...] Aprendemos muito com elas. Revisitamos movimentos, atribuímos vida aos procedimentos impessoais dos decretos e pareceres, humanizamos processos que o tempo e a rotina burocrática impessoalizaram progressivamente (BOMENY, 2001a, p.38-39).

Assim, independente de nosso entusiasmo pelas cartas, e por outros documentos do acervo de Fernando de Azevedo, buscamos apreender seus significados por meio de sua contextualização, inquirindo-os junto à bibliografia sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil e aos livros de autoria deste sociólogo. Resultou destes procedimentos a compreensão de parte das concepções, dos valores, das atitudes, dos interesses, dos sentimentos, etc. – que estiveram em voga no período entre 1930 e 1960 – como expressões das disputas entre indivíduos e entre grupos pela legitimação de seus diagnósticos e prognósticos sobre o país. Entendemos que este mosaico de relações colaborou para que interpretássemos tanto parte dos sentidos quanto das repercussões das obras deste autor.

Por parecer-nos pouco promissor, para os objetivos da tese, dialogar somente com os trabalhos do autor que tivessem enquanto parâmetro o discurso memorialista; procuramos contemplar na seleção das obras, àquelas que nos legassem as concepções

teórico-metodológicas e políticas de Azevedo a respeito das ciências e, em especial, sobre a Sociologia.

Deste modo, no interior de uma vasta produção, destacamos os seguintes livros: **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a) e **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) – já mencionados; **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955])¹⁸; **A cultura brasileira** (1971a [1943])¹⁹; **A educação entre dois mundos** (1958c); **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]); **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932])²⁰; **Da educação física** (1960a [1915])²¹; **Sociologia educacional** (1954b [1940]); **Um trem corre para o oeste** (1950) e **As universidades no mundo de amanhã** (1947).

Se por um lado, podemos reconhecer que tais obras são “datadas”, isto é, próprias do contexto no qual foram escritas, por outro, não seria menos aceitável, afirmar que elas são estranhas aos contextos; ou seja, não se encerram neles, sendo coerentes, mesmo que parcialmente, com a visão de mundo e com os interesses científicos e políticos de seu autor. Decorre do exposto, que nossa abordagem teórico-metodológica ao se propor estabelecer os nexos entre os diferentes elementos que compõem a tríade (trajetória, obras e contextos), contemplou uma estratégia significativa para que compreendêssemos o sentido da contribuição de Azevedo, para a institucionalização da Sociologia no país, à medida que assegurou a integração das perspectivas “textualista” e “contextualista”. Semelhante integração apoiou-se na concepção, segundo a qual:

[...] a sociedade não se realiza desacompanhada das interpretações de que é objeto, faz-se necessário voltar, no caso brasileiro da sociologia dos intelectuais, às não por acaso assim chamadas ‘interpretações do Brasil’, uma vez que elas não operam apenas no sentido da compreensão da formação social, mas também delimitam posições mais ou menos definidas nas disputas de poder intelectual e político cronicamente travadas no âmbito da sociedade para além do contexto original de suas formulações (BASTOS; BOTELHO, 2005, p.31). (Aspas dos autores).

¹⁸ Esta obra compreende uma coletânea de artigos organizada por Azevedo e publicada originalmente, em dois volumes, no ano de 1955.

¹⁹ Este livro foi publicado originalmente em 1943, no contexto do primeiro recenseamento nacional realizado pelo IBGE.

²⁰ Esta obra resulta das reflexões de Azevedo em torno da Reforma no Distrito Federal realizada por ele de 1927 a 1930.

²¹ Este foi o primeiro trabalho de Azevedo com enfoque sociológico da educação.

Diante deste apontamento, reiterou-se a importância do retorno aos estudos das obras de Azevedo uma vez que estas expressaram as interpretações como “[...] parte constitutiva e constituinte da estrutura de valores e das relações de poder [...]” (BASTOS; BOTELHO, 2005, p.31) da sociedade brasileira.

Nas análises de Botelho (2005) e de Candido (2000) encontramos alguns argumentos para que assegurássemos a relevância dos intercâmbios entre as abordagens “textualista” e “contextualista”²². Nesta perspectiva, destacamos da obra de Botelho (2005) a orientação segundo a qual “[...] pesquisar idéias do ponto de vista sociológico implica, sem dúvida, boa dose de tentativa de decifração de texto, e exige também que se busque a sua localização social [...]” (BOTELHO, 2005, p.72-73). Enquanto da obra de Candido (2000) salientamos a concepção segundo a qual:

[...] a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; [...] [pois] só a podemos entender fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra, em que tanto o velho ponto de vista que explicava pelos fatores externos, quanto o outro, norteado pela convicção de que a estrutura é virtualmente independente, se combinam como momentos necessários do processo interpretativo. Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura [do texto], tornando-se, portanto, *interno* (CANDIDO, 2000, p.5-6). (Itálico do autor).

O interesse por abordar parte da história intelectual brasileira em uma chave que escapasse aos desígnios da simples conjuntura – e que estabelecesse um diálogo entre o autor estudado e o pensamento social no país – levou-nos a empreender um conjunto de leituras das obras dos intérpretes, diretos e indiretos, da história da institucionalização das Ciências Sociais no Brasil; e, em outros países latino-americanos.

Dentre os trabalhos que nos auxiliaram na contextualização dos fatos, autores, instituições, temas, etc., desta história, destacaram-se, de um lado: Ianni (2004, 1989); Campos (2004); Sevcenko (2003); Ortiz (2002 [1990]); Miceli (2001, 1999, 1989a, 1989b, 1979); Meucci (2000); Konder (2000); Bastos (1998); Pécaut (1990); Schwartzman, Bomeny e Costa (1984); Schwartzman (1981, 1979); Cardoso (1982);

²² O trabalho de Altamirano (2005) também propiciou uma sugestão sobre a construção da história intelectual na América Latina que privilegiou o diálogo entre texto e contexto.

Fernandes (1980 [1977]); Capelato e Prado (1980); Limongi (1989, 1987); Sawaya (1979); Ferreira (1958a, 1958b); Leão (1958); Costa Pinto e Carneiro (1955); Moraes e Berrien (1949); Neme (1945), etc., cujo enfoque foi o Brasil. E, de outro, os textos de Blanco (2007, 2006, 2005); Germani (1964); Poviña (1959, 1941); Medina Echavarría (1940), Altamirano (2010, 2008, 2005), Ianni (1976), etc., voltados para o referido processo na América Latina.

Recorremos também às leituras dos estudos de Botelho, Bastos e Villas Bôas (2008); Bastos et al. (2006, 2003); Botelho (2005, 2002); Mota (2002 [1977]); Ortiz (1994); Schwarz (2001a, 2001b); Maio e Villas Bôas (1999); Reis Filho (1997); Lahuerta (1997), etc., para refletir sobre a cultura no Brasil, a modernidade e a modernização, a identidade nacional; bem como sobre o processo de localização das idéias, a ‘importação’ e sua correspondência com a realidade brasileira em questão, a partir da década de 1920.

Alguns livros, teses e dissertações sobre Fernando de Azevedo, e sua obra, procuraram reconstruir sob diferentes pontos de vista sua biografia-trajetória e destacaram, prioritariamente, suas concepções e realizações no campo educacional brasileiro. Foram exemplos significativos destas abordagens os trabalhos de Evangelista e Lima (2008)²³; Alves (2004)²⁴; Totti (2003)²⁵; Pagni (2000)²⁶; Vidal (2000a, 2000b, 1994)²⁷; Vidal e Castro (1999)²⁸; Camargo (1995)²⁹; Toledo (1995)³⁰; Souza (1983)³¹, etc. Textos como o de Silva (2001)³², o de Lima (1999)³³, etc. abordaram,

²³ As autoras revisitaram a trajetória e parte da obra de Fernando de Azevedo destacando fragmentos de seu trabalho como educador e como sociólogo no Brasil.

²⁴ Abordou o tema do humanismo na obra de Azevedo, em particular em seu livro **Na batalha do humanismo** (1966 [1952]).

²⁵ Teve enquanto preocupação entender os fundamentos do pensamento educacional de Fernando de Azevedo.

²⁶ Voltou-se para a discussão sobre a construção de um saber pedagógico no Brasil, a partir do documento **Manifesto dos pioneiros da educação nova**, escrito por Azevedo em 1932.

²⁷ A autora enfocou a Reforma Educacional realizada por Azevedo, no Distrito Federal; seu diálogo sobre o tema da educação com Anísio Teixeira; bem como o discurso de Azevedo a respeito do nacionalismo.

²⁸ Destacaram o diálogo, por correspondência, entre Fernando de Azevedo e Abgar Renault.

²⁹ Dialogou sobre a educação física na obra de Azevedo.

³⁰ Revisitou as condições de produção e a repercussão da obra de Azevedo: **A cultura brasileira** (1971a [1943]).

³¹ Realizou uma comparação entre a trajetória e obra de Júlio de Mesquita Filho e a de Fernando de Azevedo, abordando o tema das elites.

³² Elaborou uma discussão em torno da temática da sociologia da sociologia educacional, destacando as contribuições de Azevedo para esta especialidade no país.

indiretamente, alguns aspectos da trajetória de Azevedo na configuração do campo sociológico brasileiro.

Outros intérpretes enfocaram o papel de Azevedo na história do campo editorial no país, principalmente, nas décadas de 1930 e de 1940: Dutra (2006), Toledo (2006, 2001) e Leal (2003), diretamente; além de Pontes (1989), Hallewell (1985) e Candido (1984), indiretamente. Estas diferentes obras foram perscrutadas criticamente na tese à medida que possibilitaram uma reflexão sobre a institucionalização da Sociologia, por intermédio das mudanças no léxico científico no país, a partir dos anos de 1930.

As considerações de Skinner (1999) sobre os limites da análise “textualista”, na história das idéias, nos possibilitaram entender como a abordagem interna de uma obra, tomada isoladamente, arriscava-se a não compreender como anacrônicos alguns aspectos a-históricos e universais dispostos em seu núcleo. Corroborou com esta visão, tanto o trabalho de Dosse (2004) – ao prescindir da alternativa entre o procedimento “internalista” e o “externalista”; bem como da escolha entre diacronia e sincronia – quanto o de Blanco (2006), ao refletir sobre as contribuições do historicismo para a metodologia de interpretação dos textos. Para Blanco (2006), o contexto histórico, os significados lingüísticos, os interlocutores do autor estudado e o conjunto de seus interesses, ao serem trabalhados isoladamente, são insuficientes para esgotar o significado de uma obra.

Desse modo, os trabalhos supracitados foram mobilizados juntamente com os textos de Botelho (2005) e de Candido (2000) para reforçar nosso empenho em realizar o diálogo entre as abordagens “textualista” e “contextualista”; tanto na interpretação das fontes primárias – cartas de Azevedo, e de seus interlocutores, e obras de autoria de Fernando de Azevedo – quanto na das fontes secundárias – bibliografias sobre este intelectual, e sua obra, e a respeito da institucionalização da Sociologia no Brasil e da modernização da sociedade.

O texto de Skinner (1999) assegurou-nos, ainda, respaldo para o nosso posicionamento de tratar o contexto histórico também como ideológico, enquanto o trabalho de Pocock (2003), para reconhecer e abordar as dimensões – léxica e lingüística – do contexto. Apoiamo-nos na contribuição de Veyne (2008), para enxergar

³³ Propôs um diálogo entre Auguste Comte e Fernando de Azevedo sobre o como e o que pensar a respeito do social. No caso de Azevedo, estabeleceu como horizonte as três primeiras décadas do século XX, no Brasil.

a história como narrativa não-determinada; na de Guriêvitch (2003), para subsidiar nossa abordagem dos autores de modo a “dialogar” com eles (sobre eles próprios, suas relações e seu tempo). E na de Altamirano (2005), para estabelecer um questionamento das bases do discurso científico “único”.

Os apontamentos de Leclerc (2004), de Mannheim (1981, 1974, 1972, 1976) e de Jacoby (1990), sobre a configuração social do intelectual, colaboraram para que reconstruíssemos aspectos da trajetória de Azevedo. Os textos de Mannheim também foram mobilizados para nos subsidiar, junto com o de Martins (1987) e o de Pécaut (1990), na utilização do conceito de *intelligentsia*, o qual permitiu-nos delimitar o lócus de Azevedo e o de parte de seus interlocutores, no período entre a década de 1930 e a de 1960.

Foi sob a inspiração de Mannheim (1974) que situamos Fernando de Azevedo como um intelectual que enquanto parte da *intelligentsia* teve “[...] maiores oportunidades de testar e aplicar as visões socialmente disponíveis e de experimentar suas incoerências [...]” (MANNHEIM, 1974, p.82), no momento em que a Sociologia se colocava como uma necessidade para compreender, assim como para orientar os rumos da sociedade brasileira. Somaram-se aos textos de Mannheim, os trabalhos de Bourdieu (1984, 1983, 1979), particularmente, sua reflexão sobre os tipos de capitais e a configuração e funcionamento dos campos científico e cultural.

As obras de Miceli (1979) e de Cardoso (1982) nos proporcionaram interessantes pistas para reconstruirmos criticamente as interlocuções entre Azevedo e vários intelectuais e membros dos grupos dirigentes do país, no processo de configuração dos referidos campos – no qual se destacou a institucionalização da Sociologia. Ou seja, para vislumbrarmos parte da atuação de Azevedo na definição dos contornos da divisão intelectual do trabalho, nos setores público e privado, entre as décadas de 1930 e 1960.

Além disso, o texto de Miceli (1979) possibilitou-nos um conjunto de categorias que nos permitiu olhar, através de diferentes ângulos, para a trajetória e obra de Azevedo: “primos pobres”, “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário”, “administradores da cultura”, “educadores profissionais” e “cooptação”. Tais categorias foram problematizadas no decorrer desta tese, em particular, a última (cooptação). Esta categoria foi considerada como problemática, por obstaculizar compreendermos as facetas que envolveram as relações dos intelectuais com o Estado, dentre elas, a

“conquista” daqueles por este, ou seja, a convergência de seus interesses. O trabalho de Lahuerta (1997) foi sugestivo para que explorássemos tal idéia.

Decorre deste conjunto de reflexões teórico-metodológicas nossa organização da tese em três capítulos. O primeiro contemplou a proposta de construir uma interpretação a respeito de Azevedo enquanto pioneiro³⁴ da Sociologia no Brasil. Neste contexto, buscamos, de um lado, estabelecer o que compreendemos como história da Sociologia no país e, de outro, problematizar de forma preliminar algumas versões que tornaram a institucionalização a chave explicativa privilegiada, não somente para entender, mas, principalmente, para avaliar os autores e as obras que teriam ou não contribuído para o desenvolvimento desta ciência.

E, ao mesmo tempo, dialogar com alguns intérpretes que, embora não estejam imunes de possíveis limites e contradições, propuseram caminhos que nos permitiram revisitar uma institucionalização na qual Azevedo foi um dos protagonistas desta história.

Ao entendermos que a concepção de institucionalização adotada induz determinadas interpretações sobre a trajetória e as obras dos autores envolvidos no processo, assim como a respeito daqueles que foram relegados ao obscurecimento; procuramos dialogar criticamente com algumas categorias e concepções que auxiliaram no deslocamento, e, de certo modo, no desprestígio de parte do legado sociológico de Azevedo como um pioneiro da institucionalização.

No referido diálogo, buscamos ressignificar a trajetória deste intelectual, tanto no ensino superior quanto em diferentes organizações – como as associações científicas e profissionais – as quais auxiliaram, seja na modernização da Sociologia no Brasil seja na da sociedade, ao colaborarem para conformar parte das necessidades e das oportunidades sociais de atuação intelectual no país. Neste sentido, destacamos o papel de Fernando de Azevedo na Universidade de São Paulo (USP); na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e na Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS).

No que se refere às associações enfocamos alguns aspectos da história de criação da SBS e de seu primeiro Congresso – no qual procuramos salientar a relação entre Azevedo e Costa Pinto; assim como algumas facetas dos intercâmbios entre Fernando de Azevedo (como Presidente da SBS) e Alfredo Poviña (Presidente da ALAS) no intuito de colaborarem para a institucionalização da Sociologia na América

³⁴ Pioneiro, no sentido empregado por Mannheim (1974, p.73), ou seja, um indivíduo “[...] sempre disposto a rever sua posição numa ordem em mudança. [...]”.

Latina. Para subsidiar nossa versão sobre esta história mobilizamos como fontes, além de parte da bibliografia especializada, as cartas e outros documentos do acervo de Fernando de Azevedo.

Ainda neste primeiro capítulo, abordamos o vínculo que Azevedo estabeleceu entre a Sociologia e a educação, em sua experiência na direção do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP). Neste caminho, buscamos problematizar alguns aspectos da história institucional deste Centro, explicitando parte das relações entre seus atores sociais – e, algumas de suas preocupações e propostas, teóricas e políticas – no contexto de intensificação dos processos de urbanização e industrialização no Brasil, a partir da década de 1950.

No segundo capítulo, propusemos uma interlocução entre o projeto editorial e o acadêmico de Fernando de Azevedo, para isto contextualizamos o lócus das editoras, e de sua influência sobre a difusão e a valorização de novas teorias e metodologias para a interpretação da realidade social. Procuramos dialogar com tais projetos explicitando alguns dos intercâmbios intelectuais – nacionais e estrangeiros – que envolveram a institucionalização da Sociologia no Brasil; neste momento também proporcionamos um lugar de destaque às correspondências do acervo.

A história de Azevedo como editor compreendeu principalmente a criação e a direção de três coleções científicas na Cia. Editora Nacional, entre os anos de 1931 a 1946: a *Brasiliana*, a *Atualidades Pedagógicas* e a *Iniciação Científica*. Por entendermos que estas coleções apresentaram projetos editoriais distintos, as inquirimos junto às interpretações existentes sobre cada coleção com o objetivo de apreendermos em cada uma delas: 1) o papel de Fernando de Azevedo e seu projeto editorial; 2) os pontos de convergência e de divergência entre os projetos; 3) os limites e as possibilidades destes projetos para o desenvolvimento das Ciências Sociais, e da Sociologia, no país.

Ao considerarmos que o incremento da divisão intelectual do trabalho resulta em uma determinada visão de universidade e de sociedade, destacamos a Universidade de São Paulo (USP), apenas por consistir no produto – mesmo que parcial – da concepção que Azevedo tinha sobre este tipo de instituição. Nesta universidade enfocamos, particularmente, a história de criação e de encerramento do Instituto de Educação (IEUSP), fundado e dirigido por este autor. Com semelhante abordagem buscamos compreender a relevância da formação de professores em âmbito universitário, seja para o projeto de construção da nacionalidade seja para o de efetivação da mudança social no Brasil.

O fato da obra e da trajetória de Azevedo se inscrever nos quadros de uma sociedade em transformação refletiu em sua maneira de expor; bem como nos temas tratados em seus livros. Assim, ao voltarmos nosso olhar para alguns aspectos da produção teórica deste autor, procuramos contemplar, mesmo que parcialmente, os debates de seu tempo, lembrando, porém, que as influências teóricas que ele sofreu e legou encontraram-se para além do entendimento do contexto de criação de seus trabalhos.

Diante do exposto, no terceiro capítulo não realizamos uma exegese interna dos livros deste sociólogo, mas uma interpretação sintética – e seletiva de determinadas dimensões de alguns trabalhos – a qual parece ter nos possibilitado desvelar, ainda que parcialmente, o significado e o papel da Sociologia, assim como o sentido da perspectiva institucional proposta por ele. Tal interpretação contemplou como hipótese a presença de um fio condutor no material por nós selecionado, seja na maneira de Azevedo escolher as teorias e metodologias sociológicas, seja na de aplicá-las para a análise da realidade social brasileira, ou ainda, em algumas explicações e propostas realizadas por ele.

Assim, para entendermos Fernando de Azevedo, enquanto um intérprete do país, optamos por destacar sua concepção sobre a Sociologia no desenvolvimento da sociedade brasileira, presente inicialmente, na obra **Da educação física** (1960a [1915]); depois, como resultado de uma experiência vivenciada com sua contribuição, retratada no livro intitulado **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932]); bem como enquanto abordagem teórico-metodológica para interpretar a realidade social do país – a partir de seu texto **A cultura brasileira** (1971a [1943]).

No diálogo com o tema do desenvolvimento e da mudança social mobilizamos suas interpretações sobre a unidade nacional, o sentido do progresso, o papel social, político e cultural do sociólogo, da Sociologia e da educação, etc. Supomos que, no pensamento sociológico de Azevedo, a oposição entre tradição e modernidade apresentou-se suplantada pela valorização de sua complementaridade. Desse modo, tal idéia teria sido o fio condutor presente nas análises de Azevedo em: **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]) e **Um trem corre para o oeste** (1950).

Na coletânea **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), Azevedo apresentou seu posicionamento em relação à linguagem e a abordagem científica nas ciências – em particular, nas Ciências Sociais – e seu campo de atuação no Brasil. Ao

aproximarmos este trabalho dos seus manuais de Sociologia, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) e **Sociologia Educacional** (1954b [1940]), e dos livros, **A cultura brasileira** (1971a [1943]) e **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955]), procuramos revisitar sua versão sobre a história da institucionalização da Sociologia no país e apresentar algumas definições conceituais que compuseram o instrumental teórico-metodológico desta ciência.

CAPÍTULO I

UM PIONEIRO DA SOCIOLOGIA NO BRASIL

Fernando de Azevedo “[...] não foi um mero inconformista, foi um reformista no sentido autêntico e pretendia alterar as instituições. Como sociólogo sabia que, para alterar instituições, era preciso alterar a sociedade, a economia, a cultura, enfim, toda a civilização. Daí vem o grande enigma dessa personalidade que foi prisioneira de si própria porque teve a grandeza de ir além daquilo que um professor ou um educador poderia ser, dentro da tradição brasileira. É claro que se fosse um conformista no sentido literal, Fernando de Azevedo teria tudo o que pudesse desejar”

Florestan Fernandes, Depoimentos (1994, p.196-197).

1. Aspectos da história da Sociologia no Brasil: institucionalização

Os textos de Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]), ao se dedicarem ao estudo da história da Sociologia no Brasil, parecem ter privilegiado a institucionalização “[...] não apenas [enquanto] marco do nascimento das ciências sociais no Brasil, mas também chave explicativa e, no limite, critério de valorização e até mesmo de legitimação das interpretações sociais” (BARIANI; SEGATTO, 2009, p.8). Ao ser tratada nestes moldes, a perspectiva institucional proposta por seus trabalhos tem colaborado de um lado, para anular suas obras enquanto textos, ou seja, como sistemas de percepção e de apreciação, cujas regras de funcionamento se remetem às próprias condições de produção.

De outro, para legitimar uma periodização – a partir dos anos de 1960 – capaz de qualificá-los como personagens-testemunhas das transformações dos padrões científicos em âmbito nacional e internacional. Diante do exposto, sugerimos que o efeito cognitivo de suas abordagens institucionais seja o desencadeamento de um processo no qual elas se apresentem como “trilhas seguras”, a serem percorridas pelos atores sociais desejosos de revisitarem o passado desta área do conhecimento no Brasil. E, neste sentido, que estas trilhas se convertam em uma espécie de memória seletiva da institucionalização da Sociologia no país.

Semelhante hipótese dialoga com a definição de pensamento enquanto uma potência orientadora do presente e do futuro – por meio da permanente artesanaria do passado – e se inspira nos livros de Skinner (1999) e de Pocock (2003). Para estes intelectuais, salvo suas diferenças teórico-metodológicas, o pensamento representa uma força social atuante, que não se limita e não se explica apenas pelo seu momento de

criação, mas ecoa ao ser constantemente mobilizado por diferentes atores sociais – a partir de suas ações e de seus lugares institucionais – ao longo do tempo e do espaço. Com estas considerações não pretendemos responder, mas somente atualizar a sugestiva provocação de Bariani e Segatto (2009) – inspirada nos trabalhos de Santos (2002, 1970, 1976) – sobre “[...] o que estaria implicado na idéia de institucionalização?”

O fato de adotarmos a institucionalização para pensarmos o legado de Azevedo para a Sociologia no Brasil significou: primeiro, que a consideramos tanto uma perspectiva analítica quanto um processo; segundo, que buscamos problematizar parte da produção de alguns estudiosos cujas abordagens institucionais tornaram-se recorrentes, contemporaneamente – como Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979), Ortiz (2002 [1990]) – e, ao mesmo tempo, dialogar criticamente com a concepção de Azevedo³⁵, um dos autores que inaugurou a matriz institucional no processo de análise do pensamento político-social brasileiro.

Terceiro, que entendemos existir diferença entre o processo de institucionalização ocorrido na graduação – a partir da década de 1930 – e o desenvolvido na pós-graduação – no contexto dos anos de 1960 em diante – no Brasil. E quarto, que não consideramos a institucionalização como divisor entre supostos períodos pré-científico e científico da produção sociológica.

Assim, ao pensarmos a institucionalização como uma abordagem importante para interpretarmos a história da Sociologia no Brasil, reconhecemos que a:

[...] noção da sociologia como ciência empírico-indutiva, baseada no rigor metodológico e num elevado padrão de trabalho científico, no distanciamento com relação a valores, na integração entre ensino e pesquisa, no funcionamento regular de formas de pós-graduação, financiamento à pesquisa, divisão do trabalho, quantidade e estabilidade da atuação [...] (BARIANI; SEGATTO, 2009, p.8).

Não foram prerrogativas dos intelectuais que atuaram neste campo, a partir da década de 1960, mas elementos comuns a preocupação de parte dos sociólogos que, assim como Fernando de Azevedo, trabalhou para a institucionalização desta área na graduação, desde os anos de 1930. Com este olhar objetivamos explicitar que compartilhamos de parte das concepções de Candido (2006 [1959]), Bastos (1998), Costa Pinto e Carneiro (1955) – resguardando as diferenças de enfoques, lugares e

³⁵ A perspectiva institucional de Azevedo foi objeto de reflexão no Capítulo III, quando nos dedicamos à análise de sua produção teórica.

épocas em que foram produzidas – por entendermos que estas se preocuparam em tentar evitar questionar, de modo anacrônico, a validade das interpretações sociais que compuseram a história da Sociologia no país. E, com isto, nos forneceram contrapontos para provocarmos as análises institucionais desenvolvidas por Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]).

Supomos que estas análises tenham colaborado – por caminhos teóricos distintos, em maior ou menor proporção – para a consolidação de uma compreensão, a respeito da história da Sociologia acadêmica no país, que se caracterizou por uma relativa ausência de Azevedo, seja como um dos pioneiros desta ciência seja enquanto um dos protagonistas de sua institucionalização.

E, desse modo, sugerimos que tais interpretações tenham contribuído para difundir um legado fragmentado às gerações subseqüentes, tanto na maneira de compreender quanto na de abordar semelhante história, auxiliando na tessitura de uma “moderna tradição”. Esta última teria se caracterizado por evidenciar uma ruptura na própria história desta disciplina no Brasil, ou seja, por colaborar para que se desconsiderasse que parte significativa dos problemas teóricos e práticos deste campo do conhecimento foi formulada em épocas passadas; isto é, para que se depreciassem os trabalhos dos precursores.

Neste sentido, o fato dos predecessores serem portadores de orientações teórico-metodológicas distintas das vigentes, a partir da década de 1960, parece ter consistido em argumento suficiente para os produtores – e atualizadores – desta “moderna tradição” aprisioná-los nas categorias de pré-científicos, de ensaístas, em um sentido pejorativo (BOTELHO; LAHUERTA, 2005); bem como para envolvê-los em terminologias como “sociólogos de cátedra”³⁶. Buscando afastar-nos de qualquer

³⁶ Uma interpretação sobre a história da institucionalização da Sociologia na Argentina, a partir da década de 1960, foi proposta por Blanco (2006) por intermédio da contraposição das categorias “sociólogos de cátedra” e “sociólogos científicos”; ambas as categorias serviram para que este estudioso organizasse simbolicamente o esquema classificatório a partir do qual Gino Germani diferenciou os agentes, as instituições e, sobretudo, os perfis intelectuais, segundo graus diversos de reivindicação do caráter científico do ofício de sociólogo. Desse modo, os “sociólogos científicos” compreenderiam, segundo Blanco (2006), aqueles intelectuais que, de acordo com a visão de Gino Germani, auxiliaram no estabelecimento de novos padrões de produção e difusão do conhecimento sociológico por um lado, e, por outro, de novos temas. Enquanto os “sociólogos de cátedra” representariam os intelectuais que primavam pela produção de ensaios, em detrimento das pesquisas empíricas. E, mais, que ocupavam importantes cargos em diferentes instituições de ensino e pesquisa, assim como em associações profissionais da Argentina. Embora a abordagem de Blanco (2006) seja sugestiva para o contexto argentino, a categoria “sociólogos de cátedra” torna-se anacrônica para pensarmos o quadro brasileiro, pois diferente da Argentina, no qual o termo cátedra pode representar algo retrógrado, preso ao passado; no Brasil, sua utilização obteve notoriedade com a criação das universidades no país. Ou seja, tal termo pode ser

incoerência ou anacronismo, sugerimos somente que, a interpretação que a categoria “sociólogos de cátedra” encerra parece encontrar-se difusa e reiterada nas entrelinhas das reflexões de intérpretes como Miceli, Schwartzman e Ortiz, sobre sociólogos com o perfil de Azevedo.

A perspectiva institucional destes intérpretes comportou, em diferentes passagens, uma concepção de contexto enrijecida, ou seja, distante da idéia de construção social. Uma definição que parece ter ignorado a existência de um conjunto de interesses, de expectativas e de estratégias conflitantes e convergentes que atuaram, e, permanecem atuando, no processo de construção e legitimação do campo científico brasileiro (BOURDIEU, 1984, 1983, 1979). Desse modo, a abordagem de suas produções teóricas contemplou a elaboração de uma memória peculiar, balizadora dos que representaram e representam a história da Sociologia no país.

Divergimos da visão de contexto destes estudiosos e nos aproximamos da compreensão de Blanco (2006), de acordo com a qual:

[...] lo que cuenta como un contexto depende de lo que uno desea explicar como de la teoría que ha asumido (por ejemplo, en unos casos el énfasis recaerá sobre el contexto institucional, en otros sobre el contexto intelectual o ideológico, etc.). No hay, por consiguiente, uno sino múltiples contextos, y el fenómeno que deseamos estudiar tendrá inevitablemente la marca y los límites del contexto seleccionado. Más que a desautorizar su uso, las consideraciones críticas formuladas a propósito de la noción crítica y reflexiva con ésta. En todo caso, ponen de manifiesto el carácter plural de la idea misma de contexto y la necesidad de tratar el análisis contextual más como *un* método que

interpretado dentro de um registro de modernização do ensino superior no século XX. Neste contexto, sugerimos outra categoria para delinear o perfil dos atores sociais envolvidos por esta categoria no Brasil: “sociólogos normalistas”. Estes últimos seriam profissionais formados em diferentes áreas do ensino superior – particularmente, em Direito e Medicina – que tiveram experiências com a Sociologia, seja como autodidatas seja como docentes nas Escolas Normais, privilegiando este campo do saber tanto em seus estudos e pesquisas quanto em sua prática docente. Assim, a categoria “sociólogos normalistas” substitui a categoria “sociólogos de cátedra” resguardando, contudo, nossa crítica ao significado desta categoria; bem como a sua contraposição a categoria “sociólogos científicos”. Vale destacar ainda que, o termo “científico” – ao encontrar um lugar relevante nos discursos de parte dos sociólogos brasileiros atuantes, na década de 1960, para se referirem às suas produções – assegurou de um lado, a pertinência da mobilização da categoria “sociólogos científicos” e, de outro, a manutenção de nosso crivo crítico a sua utilização. A respeito da categoria sugerida por nós – “sociólogos normalistas” – é possível apontarmos que sua artesanaria inspirou-se no diálogo que estabelecemos com o trabalho de Evangelista (1997). Em particular, no debate que esta autora realizou sobre os intelectuais, que a exemplo de Fernando de Azevedo, atuaram para institucionalizar a formação do professor em nível superior nos anos de 1930. Acreditamos que a categoria “sociólogos normalistas” nos permite tanto um olhar mais criterioso para o contexto brasileiro quanto uma problematização do tipo de classificação que Gino Germani instituiu no campo latino-americano em sua luta por hegemonia intelectual. E, mais, sugerimos que, tanto esta categoria quanto as propostas por Blanco (2006), inspiradas em Germani, sejam heurísticamente úteis para pensarmos as relações estabelecidas entre os diferentes atores sociais, enquanto grupos em disputa, no referido campo.

como *el* método de una historia cultural o intelectual (BLANCO, 2006, p.48). (Itálico do autor).

Ao estabelecermos um olhar privilegiado para a década de 1930 – e, reconhecermos nela, a emergência do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil – não significa que pretendamos deslocar a relevância das transformações ocorridas na década de 1960, nos campos científico, educacional, etc. – em particular, para a pós-graduação; tampouco, ignorar a existência de iniciativas anteriores ao período de 1930, dentro ou fora do ensino secundário e do normal, mas apenas assegurar para esta periodização um lugar de destaque na história das Ciências Sociais no país. E, assim, reafirmar a idéia segundo a qual “[...] o contexto é sempre uma construção, que em cada caso demarca o escopo e o nível da análise, de acordo com os objetivos da investigação [...]” (LACERDA; KIRSCHNER, 2003, p.30).

No diálogo com a perspectiva institucional podemos apontar enquanto parte de um roteiro comum perscrutado por Costa Pinto e Carneiro (1955), Candido (2006 [1959]), Blanco (2007, 2006) e Poviña (1959, 1941) as seguintes diretrizes que – embora contemplem somente, parcialmente, nossa definição de institucionalização – foram por nós mobilizadas: um campo do saber institucionaliza-se ao tornar-se a disciplina central de um curso de graduação, isto é, ao deixar de ser uma matéria complementar.

Institucionaliza-se ao apresentar professores especializados e dedicados ao seu ensino e às pesquisas na área; quando os meios singulares de divulgação e os livros especializados na matéria passam a existir; assim como quando as agências de financiamento são criadas – e estas passam a propiciar as condições logísticas para a realização das pesquisas, etc., e para a colaboração científica entre instituições dentro e fora do país. Ou ainda, quando uma área do conhecimento apresenta uma demanda crescente pelos resultados de suas pesquisas, e surgem suas sociedades científicas e profissionais.

Ao considerarmos a validade de tal roteiro e convergirmos com a idéia segundo a qual, “[...] la institucionalización de una empresa intelectual es siempre, de hecho, una cuestión de grado [...]” (BLANCO, 2006, p.52), tornou-se possível tecermos algumas aproximações entre a trajetória e obra de Azevedo e a institucionalização da Sociologia no Brasil.

Neste país, diferente do que ocorreu nas demais nações latino-americanas, a institucionalização disciplinar da Sociologia parece ter se realizado “[...] via educação, ou melhor, cheg[ou] para analisar e planejar o fenômeno educacional [...]. Assim a ligação educação/sociologia não é só uma ligação a partir da trajetória de alguns nomes centrais da origem nacional da disciplina como Fernando de Azevedo [...]” (SILVA, 2001, p.43-44), mas pode ser apontada institucionalmente.

Sugerimos que esta hipótese possa encontrar apoio na análise de Meucci (2000), sobre as condições do meio intelectual brasileiro que possibilitaram uma ampla difusão da Sociologia no sistema de ensino do país. A rigor, esta autora afirmou que em semelhante meio “[...] a pauta da educação permiti[u] uma redefinição do papel dos intelectuais que passaram agora a reconhecer-se como elementos ativos na obra de formação da nação” (MEUCCI, 2000, p.32-33).

Parte do processo de institucionalização da Sociologia no ensino superior se iniciou com a atuação de Azevedo como articulador da campanha em prol da criação da universidade pública, na década de 1920³⁷. E com o seu trabalho enquanto Diretor da Instrução Pública no Estado de São Paulo, em 1933. Neste cargo, Azevedo criou o Código de Educação, isto é, o documento responsável por propiciar que a formação docente fosse realizada no ensino superior; e por assegurar as condições necessárias para que o Instituto de Educação (IEUSP) fosse a primeira instituição a ser criada com esta característica no Brasil (EVANGELISTA, 1997)³⁸. Semelhante Instituto foi vinculado, em 1934, à Universidade de São Paulo (USP), ano no qual esta foi criada. Durante a existência do IEUSP, Azevedo – além de fundador – foi seu único Diretor e catedrático na disciplina de Sociologia Educacional.

A relevância do IEUSP para a institucionalização da Sociologia deveu-se ao fato desta experiência institucional tornar tal área do conhecimento uma das disciplinas fonte para o curso superior de formação de professores; estimulando tanto o aparecimento quanto o crescimento da demanda por livros especializados. E, ao mesmo tempo, por ter fomentado a relação entre ensino e pesquisa incentivando o surgimento

³⁷ A campanha teve como base os argumentos fornecidos pelo Inquérito sobre a Educação em São Paulo, realizado por este intelectual, em 1926, sob o patrocínio do jornal **O Estado de S. Paulo**.

³⁸ O Instituto de Educação foi organizado, nas palavras de Azevedo, não somente para dar a preparação técnica do professor e do administrador escolar, como também para se constituir em um centro de cultura superior, de investigação e de pesquisas para o estudo científico e experimental da educação (EVANGELISTA, 1997). Vale destacar que, esta interpretação de Azevedo foi compartilhada por Evangelista (1997), autora que se dedicou a análise da história da institucionalização do IEUSP. Este Instituto foi objeto de interpretação no Capítulo II.

de um número maior de intelectuais brasileiros preocupados em colaborar para uma sistematização crescente das teorias e das metodologias sociológicas no Brasil, por meio da definição de seus conceitos e temas. Além de Fernando de Azevedo, fizeram parte do empreendimento do IEUSP os sociólogos Paul Arbousse Bastide e Emílio Willems, dentre outros. Estes atores foram parceiros de Azevedo no Instituto e, posteriormente, na USP, assim como interlocutores deste por cartas.

No processo de fundação desta universidade, Azevedo elaborou seus estatutos e dirigiu, no período de 1941 a 1943, um dos seus núcleos centrais: a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL); onde atuou também como catedrático de Sociologia Educacional e, depois, de Sociologia II. Quando a FFCL foi criada em 1934, este sociólogo consistiu em um dos responsáveis por sugerir que a organização do corpo docente desta instituição ocorresse por intermédio das missões estrangeiras, ou seja, pela escolha e pela contratação de especialistas no exterior, para o exercício das atividades de ensino e de pesquisa na área de Ciências Sociais.

Esta estratégia de Azevedo – e dos demais fundadores da USP, como Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, etc. – contribuiu para assegurar a formação de estudiosos brasileiros qualificados, assim como para que o Brasil fosse reconhecido pelos centros especializados do exterior (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955). Além desta colaboração de Azevedo, para a concretização do projeto da FFCL, Candido (2006 [1959]) chamou-nos a atenção para outros aspectos de sua atuação para o processo de institucionalização da Sociologia no período:

[...] do ponto de *vista sociológico* para a ciência da Sociologia, da exposição didática para a pesquisa, da divulgação para a construção [...] foram parte magna, podemos dizer decisiva, os professores universitários, estrangeiros ou naturalizados, que constituem a primeira equipe, no Brasil, de estudiosos especificamente preparados para os estudos sociológicos e antropológicos: Horace Davies, Samuel Lowrie, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse Bastide, Emilio Willems, Herbert Baldus, Jacques Lambert, Roger Bastide, Donald Pierson – americanos, franceses, alemães que nos vieram trazer a cultura universitária no setor das ciências sociais. Dentre os brasileiros que trabalha[ra]m no mesmo movimento, destac[ou]-se Fernando de Azevedo, que, passando dos estudos de educação para a Sociologia, ensinou-a e organizou as suas atividades, em São Paulo, primeiro no ensino médio, depois no superior, sem interrupção desde 1931, sendo desde a sua fundação, em 1947, o Chefe do Departamento³⁹ de

³⁹ Segundo Candido (2006 [1959]), Azevedo foi desde a fundação do Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, em 1947, o Chefe do departamento; cargo que ocupou até sua aposentadoria em

Sociologia e Antropologia da Universidade de São Paulo, onde se agrupa[ra]m numerosos especialistas em cooperação didática e científica (CANDIDO, 2006 [1959], p.285). (Itálico do autor).

No cargo de Diretor da FFCL, Azevedo colaborou para a organização desta unidade ao trabalhar para a estruturação de várias cadeiras – inclusive, na área de Letras⁴⁰, e para o desenvolvimento dos Boletins, um tipo de publicação especializada, cuja finalidade consistiu em divulgar os resultados das investigações realizadas nas diferentes cátedras (SAWAYA, 1979). A preocupação em criar os Boletins vai ao encontro de seu trabalho como editor, desde a década de 1930, na Cia. Editora Nacional.

O crescimento da demanda por livros na área de Sociologia, após este período, foi conseqüência tanto do aumento do número do público consumidor quanto da mudança de seu perfil. Estas transformações no campo cultural brasileiro foram decorrentes, dentre outras razões, das reformas educacionais realizadas por Carneiro Leão (1922 – RJ), Sampaio Dória (1920 – SP), Anísio Teixeira (1928 – BA), Lourenço Filho (1922 – CE), Fernando de Azevedo (1927 – RJ), etc.

Tais reformadores – ao instituírem a educação enquanto uma prioridade para a organização da nação – passaram a valorizar a Sociologia como seu alicerce científico. Nesta perspectiva, suas reformas – ao introduzirem a Sociologia como matéria complementar, nas escolas normais e no ensino secundário – colaboraram para a inserção desta disciplina, e, posteriormente, para seu desenvolvimento no ensino universitário como um campo especializado.

As mudanças no perfil do público leitor se intensificaram com o protagonismo alcançado pela Sociologia a partir da fundação da Escola Livre de Sociologia e Política

1961. Sob sua autoridade trabalharam vários “especialistas em cooperação didática e científica”. É importante ressaltar que – embora o termo *departamento* se vincule, particularmente, ao contexto das mudanças implantadas a partir da Reforma Universitária de 1968 – existiu uma “organização” responsável por realizar os encaminhamentos das demandas e das sugestões dos professores de Sociologia e Antropologia da FFCL, junto às instâncias burocráticas dentro e fora da USP; bem como por direcionar algumas estratégias comuns para solucionar os problemas diagnosticados por estes atores – individualmente ou em grupo. Tendo em vista estes apontamentos, assim como o uso corrente do termo *departamento* em textos – artigos e cartas – escritos por diferentes atores uspianos, como Antonio Candido, Florestan Fernandes, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Emílio Willems, Fernando de Azevedo, etc. mantivemos o seu emprego.

⁴⁰ Um exemplo deste trabalho pode ser vislumbrado durante a organização dos concursos para provimento de cargos nas cadeiras de Língua e de Literatura Italiana recém-criadas, à época, e na de Grego. Azevedo também executou este tipo de atividade na área de Ciências, ao auxiliar no concurso para a cadeira de Física. Alguns aspectos destas atuações de Azevedo são sugeridos nas correspondências de Claude Lévi-Strauss para ele; nelas, Lévi-Strauss demonstra ter sido seu parceiro, indicando, confidencialmente, possíveis candidatos para os concursos da FFCL. Tais cartas foram escritas no decorrer do ano de 1942 e se encontram resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

(ELSP), em 1933; da criação da USP, em 1934 – para a qual Azevedo colaborou ativamente – e da estruturação da Universidade do Distrito Federal (UDF), em 1935, entre outras instituições. No que tange a USP e a UDF: “[...] as duas representaram as primeiras experiências institucionais no sentido de superar o padrão então vigente de organização no ensino superior” (MARTINS, 2005, p.15).

Na USP, lócus de atuação acadêmica de Fernando de Azevedo, este ator foi responsável por fomentar o surgimento de novas e diferentes demandas por obras especializadas, a partir da fundação do Instituto de Educação (IEUSP) e da FFCL; bem como por buscar contribuir para satisfazê-las por meio de seu trabalho como editor na Cia. Editora Nacional. Uma organização onde durante quinze anos – de 1931 até 1946 – Azevedo dirigiu três projetos editoriais que fizeram parte da Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB)⁴¹.

Um caminho para refletirmos a respeito dos referidos projetos editoriais deste sociólogo foi delineado no diálogo com a literatura especializada no tema – como os textos de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001), Leal (2003), Pontes (1989) e Hallewell (1985). Outra diretriz foi encontrada no seu acervo pessoal. Neste acervo, a seção de correspondências nos permitiu apontar que, desde a década de 1930, Azevedo manteve tanto intercâmbios perenes quanto intermitentes com estudiosos brasileiros e estrangeiros – estes, originários, principalmente, de outros países da América Latina – que, à época, pertenciam a diferentes associações profissionais – na área de Sociologia e na de Educação –, editoras, universidades, institutos de pesquisa, etc.

Tais intercâmbios intelectuais contribuíram para a difusão interna da produção editorial brasileira e, por outro lado, para a divulgação desta no exterior e vice-versa. Um desdobramento destes intercâmbios foi a realização de visitas de professores/pesquisadores brasileiros nos diferentes países da região – proferindo cursos e conferências, realizando pesquisas, etc. – bem como a vinda de professores/pesquisadores estrangeiros para o Brasil, com propósitos similares.

A difusão bibliográfica – promovida por Azevedo e por outros editores, como Ricardo Levene, Francisco Ayala, José Medina Echavarría, etc. que, inclusive, foram seus interlocutores – ao longo das décadas de 1930 e 1940, possibilitou o fortalecimento dos vínculos profissionais e pessoais entre diversos intelectuais da região da América Latina – fazendo convergir o vocabulário normativo de parte destes atores sociais. Por

⁴¹ A história e a análise destes projetos encontram-se no Capítulo II.

outro lado, colaborou também para desencadear um processo de distanciamento e, assim, para o estabelecimento de disputas em torno da identidade, tanto da disciplina quanto do seu profissional, em particular, nas décadas subseqüentes.

Uma das implicações dos vínculos pessoais e profissionais entre tais atores sociais foi a mobilização dos laços de amizade e de afinidade intelectual nos fóruns científicos internacionais – quando alguns destes precisaram ou desejaram atuar como um grupo. Um episódio, que sugere a ação destes intelectuais enquanto grupo, encontra-se relatado na carta escrita por Roberto Mac-Lean y Estenós – um dos fundadores da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e criador do Instituto Peruano de Sociología – para Azevedo, em 30 de abril de 1952.

Neste documento, Mac-Lean y Estenós rememora que, no ano de 1950, ele e outros sociólogos, que conheciam a trajetória e a obra de Fernando de Azevedo, se articularam para elegê-lo para o cargo de Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA) – no Primeiro Congresso Mundial de Sociologia na Suíça. Azevedo foi o primeiro representante da América Latina nesta entidade. Na ISA, ele assumiu a vice-presidência com outros dois intelectuais: Morris Ginsberg, da Inglaterra, e Georges Davy, da França. E, em consequência do falecimento do Presidente eleito – Louis Wirth, alemão radicado nos EUA, pertencente ao quadro da Universidade de Chicago – os três vices assumiram a direção da associação em 1952 (CARVALHO; MATTOS, 2005).

No que tange a participação de Azevedo nas instituições científicas da América Latina, vale destacar seu papel enquanto fundador da Sociedade de Sociologia de São Paulo, em 1935 – a qual foi transformada na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), em 1950. Nesta, ele foi Presidente até o ano de 1960, quando foi substituído por Florestan Fernandes (CARVALHO; MATTOS, 2005). Azevedo também atuou como Presidente na Associação Brasileira de Educação (ABE)⁴², de 1937 a 1938; e foi um influente membro da ALAS, fundada por Alfredo Poviña, na ocasião do Primeiro Congresso Mundial de Sociologia, acima mencionado⁴³.

⁴² A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 15 de outubro de 1924 por Heitor Lyra da Silva, com sede na cidade do Rio de Janeiro, importante lócus da *intelligentsia* brasileira – composta, principalmente, por cientistas sociais, educadores e médicos – nas décadas de 1920, 1930 e 1940.

⁴³ Ao retratar as organizações não oficiais da disciplina na região da América Latina, Blanco (2007, 2006, 2005) reconheceu como expressivas a Academia Argentina de Sociologia, a Sociedade Mexicana de Sociologia e a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). E destacou como criação *sui generis* a ALAS, primeira associação regional do mundo, sob a direção de Alfredo Poviña desde sua criação até meados da década de 1960.

Nas cartas de Alfredo Poviña para Azevedo encontramos algumas indicações sobre sua influência. Estes documentos nos permitiram, mesmo que de modo parcial, revisitar aspectos dos pontos de vista de ambos os atores – dúvidas, convicções e sugestões – sobre os encaminhamentos institucionais envolvendo a ALAS e seus eventos científicos, assim como as relações entre esta e outras entidades na América Latina como a SBS e a Sociedade Boliviana de Sociologia.

Em uma sociedade em transição, como a brasileira entre as décadas de 1930 e 1960, os temas⁴⁴: ciência, cultura, educação, modernização, reforma, unidade nacional, organização, democracia, desenvolvimento, entre outros, demandaram posicionamentos teóricos e políticos dos diferentes grupos de intelectuais. Posicionamentos estes, que encontraram eco em outros países da América Latina, como a Argentina, o México, etc.

Os distintos vieses adotados por estes atores, ou seus silêncios, em algumas conjunturas, implicaram na necessidade de os cotejarmos – seja por meio das correspondências (passiva e ativa) e, dos livros de Azevedo, seja através da literatura sobre este intelectual e a respeito do processo de institucionalização da Sociologia – para desvelarmos o contexto discursivo no qual ele se inseriu. Ou seja, para conhecermos o “vocabulário normativo” do qual Azevedo participou.

Ao menos como hipótese, intensos e profundos diálogos entre Azevedo e importantes intelectuais e políticos – atuantes no processo de transição vivenciado pelo Brasil, a partir de 1930 – teriam contribuído para esculpir a práxis azevediana, ao ponto de despertar, na trajetória deste sociólogo, a Educação e a Sociologia como duas vocações⁴⁵.

Em nome destas vocações, Azevedo converteu-se em homem público e cientista social. E travou uma luta constante pela construção e pela reforma de instituições culturais, educacionais e de pesquisa. Foi a partir da concepção de reforma – a qual comporta o planejamento como algo premente e imprescindível – que Azevedo se associou aos intelectuais de diversas matrizes teóricas e tendências políticas, assim como colaborou com políticos de perfis distintos.

Esta compreensão sobre as parcerias de Azevedo encontrou apoio no artigo de Candido (1994a), ao expor que fazia parte da personalidade deste sociólogo, reformador

⁴⁴ Fernando de Azevedo tratou de tais temas em sua produção teórica, esta se encontra interpretada por nós no Capítulo III.

⁴⁵ Esta idéia apresenta uma abordagem interessante na obra de Evangelista e Lima (2008) e na de Bomeny (1999).

e educador, um temperamento pragmático e audacioso, além de conciliador de posições discordantes; algo que, segundo Candido (1994a), dificilmente, permitiria situá-lo em um agrupamento politicamente restrito. Neste sentido, Azevedo teria “[...] uma mentalidade política *sui generis*, voltada para a educação e a cultura, mas, curiosamente, sem qualquer vinculação ou mesmo interesse partidário. [...] [Estaria] sempre disposto a colaborar com dirigentes de variado perfil [...]” (CANDIDO, 1994a, p.15, itálico do autor).

No entanto, a colaboração com “dirigentes de variado perfil”, como Washington Luís, Antonio Prado Júnior, Waldomiro de Lima, Armando de Salles Oliveira, Getúlio Vargas, etc., não se traduziu – no entender de Candido (1994a) e no nosso – em um apoio ao regime político por eles instituído. Neste sentido, Azevedo pôde realizar uma avaliação positiva de alguns aspectos da atuação reformadora de Vargas, durante o Estado Novo – a qual foi publicada em seu livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]) – e, ao mesmo tempo, participar ativamente do Primeiro Congresso Brasileiro de Escritores, em 1945, o maior movimento de intelectuais contra o Estado Novo; e, inclusive, tornar-se, anos depois, um dos Presidentes da Associação que organizou este Congresso, isto é, da Associação Brasileira dos Escritores (ABDE)⁴⁶, seção de São Paulo (CANDIDO, 1994a).

De acordo com o trabalho de Costa Pinto e Carneiro (1955) – realizado sob os auspícios da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁴⁷, na gestão de Anísio Teixeira (1952-1964) – o ano de 1930 foi considerado o marco zero para apontar a organização autônoma das Ciências Sociais no ensino superior brasileiro. Esta idéia encontrou respaldo seja no fato da Sociologia, até a década de 1920, fazer parte da grade curricular de cursos como Direito e Medicina como matéria complementar, seja por ser ensinada no universo das escolas normais, isto é, fora do ensino superior.

⁴⁶ Nesta Associação, na gestão de 1951-1952, atuou ao lado de Pedro de Almeida Moura (vice) e João Cruz Costa (tesoureiro), inclusive, de Herbert Baldus e Luis Martins, enquanto membros do conselho fiscal. Para outras informações consultar a Seção Anexos, em particular, a Tabela 2.

⁴⁷ A CAPES era conhecida, no contexto do financiamento deste balanço, como Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Ela foi criada em 11 de julho de 1951, pelo Decreto nº. 29.741, com o objetivo de "assegurar a existência de pessoal especializado em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades dos empreendimentos públicos e privados que visam ao desenvolvimento do país". Na atualidade a CAPES desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *strictu sensu* (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação. Estas e outras informações sobre a CAPES encontram-se no site oficial desta instituição cujo endereço eletrônico é: <<http://www.capes.gov.br/>>.

Estes autores, ao voltarem suas atenções para os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro, entenderam que a organização dos cursos de Ciências Sociais, após 1930, significou a institucionalização “[...] dos esforços que, pioneiramente, fora da organização universitária, [...] vinham fazendo, individualmente, já há algum tempo, estudiosos de ciências sociais” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.11-12) como Fernando de Azevedo, Carneiro Leão, entre outros. Neste contexto, afirmaram que “[...] uma geração de **autodidatas**⁴⁸ – usada aqui a expressão no seu melhor sentido – [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.13, negrito dos autores) foi a responsável por lançar as bases da institucionalização destas ciências no país.

Diante do exposto, pareceu-nos que Costa Pinto e Carneiro (1955) construíram uma interpretação que se caracterizou por dialogar positivamente com o passado; e, neste sentido, por propiciar um tipo de abordagem capaz de fornecer um ponto de vista alternativo⁴⁹ àqueles trabalhos que – a exemplo dos desenvolvidos por Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), Schwartzman (1993, 1981, 1979) e Ortiz (2002 [1990]) – se destacaram por questionar, de modo anacrônico, a validade das interpretações sociais dos precursores que atuaram, ou não, na institucionalização da Sociologia no Brasil; bem como a legitimidade destes atores no campo sociológico latino-americano.

No diálogo que estabeleceram com o passado, Costa Pinto e Carneiro (1955) expuseram:

[...] ao afirmar[mos] que os pioneiros dos estudos superiores de ciências sociais no Brasil foram aqueles autodidatas que começaram a fazê-los embora não tivessem a preparação sistemática necessária para tanto; aqueles que se especializaram no estudo de disciplinas cuja existência não era reconhecida pela organização oficial da cultura nacional; aqueles que [...] bacharéis em direito estudavam sociologia ou etnologia [...] além de ser o reconhecimento de um fato histórico, [foi também] u’a homenagem que se prest[ou] aos esforços daquêles pioneiros (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.13).

Acompanhamos estes autores, nas afirmações supracitadas e em seu entendimento sobre a década de 1930. O que, aliás, nos remete à necessidade de

⁴⁸ Convém ressaltar que tais intelectuais eram autodidatas em Sociologia, pois eram formados em diferentes instituições de Ensino Superior do país.

⁴⁹ Semelhante apontamento não deve obscurecer o fato desta obra também possuir limites; um destes refere-se a ausência das contribuições de Guerreiro Ramos.

indagarmos a respeito do papel da Revolução de 1930⁵⁰ para a institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Respostas plausíveis sobre tal papel podem ser encontradas, tanto na obra de Candido (1984) quanto na de Costa Pinto e Carneiro (1955). Explorando tal dimensão no trabalho destes últimos podemos sugerir a pertinência das seguintes considerações:

[...] foi do seio daquela situação pós-revolucionária que resultou a necessidade e a possibilidade da criação de instituições de nível superior, dedicadas, umas, à formação sistemática de pessoal habilitado para o ensino e pesquisa no campo das ciências sociais e, outras, centros de pesquisas que se tornaram núcleos propulsores desses estudos e mercado de trabalho para os quadros técnicos que começaram a se formar. Neste sentido é que estão ligados, como fases do mesmo processo, a difusão do ensino secundário de ciências sociais estabelecido na Reforma Campos, a criação da Universidade do Distrito Federal, ou da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo ou da Escola de Sociologia e Política, de um lado – e, de outro, a organização do Departamento Municipal de Cultura em São Paulo, a fundação do IBGE ou a inauguração da <<Coleção Brasileira>>, na Companhia Editora Nacional (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.15-16). (Destaque dos autores).

É interessante observar que, com exceção da Universidade do Distrito Federal (UDF) e da Escola Livre de Sociologia e Política (ELSP), Fernando de Azevedo participou da estruturação de todos os empreendimentos expostos acima. Contudo, vale a ressalva, segundo a qual, além de Diretor da coleção Brasileira, no interior da Cia. Editora Nacional, Azevedo desenvolveu outros dois projetos editoriais nesta empresa. A relevância de tais projetos – coleções: *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica* – para a institucionalização das Ciências Sociais consistiu na possibilidade de estabelecerem mudanças no vocabulário científico do país, conforme as análises de Toledo (2006, 2001) e de Leal (2003).

Reiteramos a afirmação de Costa Pinto e Carneiro (1955) segundo a qual os empreendimentos institucionais por eles mencionados “[...] [foram] élos de u’a mesma cadeia, fatos que em certo sentido se completa[ra]m e se explica[ra]m reciprocamente como reflexos de um ambiente de interêsse, quase de mania, pelos estudos sociais que

⁵⁰ A utilização da expressão *Revolução* para tratarmos dos acontecimentos que conduziram Getúlio Vargas a presidência do país – assim como para abordarmos sua administração – se justifica somente em virtude da influência deste governo no campo cultural brasileiro. Este ator promoveu um amplo processo de institucionalização caracterizado, inclusive, pelo engajamento político, religioso e social dos intelectuais. Semelhante compreensão sobre a relação entre a Revolução de 1930 e a cultura é tributária, especialmente, da interpretação desenvolvida por Candido (1984).

se formou no Brasil depois do movimento de 1930 [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.16). Ainda no decorrer deste livro, tais autores nos forneceram outro conjunto de realizações – nos campos cultural, educacional e editorial – concebido como capital para a inauguração e para a expansão do ensino e da pesquisa nas Ciências Sociais no país, nas décadas de 1930 e de 1940.

O referido conjunto de realizações contou com uma lista de dezessete (17) empreendimentos, dos quais constatamos que dez (10) contaram com a atuação direta de Fernando de Azevedo, a despeito de Costa Pinto e Carneiro (1955) terem realizado apenas uma referência explícita a este intelectual. No período da publicação de tais dados, Costa Pinto escreveu uma carta para Azevedo, em janeiro de 1955, na qual buscou responder ao seu questionamento sobre as razões que o levaram a omitir seus nomes de parte considerável dos empreendimentos citados na obra **As ciências sociais no Brasil** (1955). Segundo Costa Pinto, semelhante omissão foi a alternativa encontrada por ele para usar o argumento na obra sem fazer auto-elogio. No entanto, com o passar dos anos, é plausível apontarmos que uma possível implicação desta atitude tenha sido o desconhecimento de parte do trabalho realizado por ambos no processo de institucionalização da Sociologia no Brasil.

Ao se dedicar a reflexão a respeito da história da Sociologia, a coletânea de artigos de Florestan Fernandes (1980 [1977]) – intitulada **A Sociologia no Brasil**, composta por textos escritos em diferentes momentos de sua trajetória – sintetiza uma interpretação da institucionalização que a privilegia enquanto chave explicativa desta história e, de certo modo, como critério de legitimação das interpretações sobre o país⁵¹. Ao possibilitar semelhante abordagem, este livro de Florestan Fernandes e outros – como Fernandes (1958) – parecem ter sido apropriados, seletivamente, pelos trabalhos de Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979), de Schwartzman (1993, 1981, 1979) e de Ortiz (2002 [1990]).

Nesta seleção, tais autores destacaram o lugar controverso atribuído, por Fernandes (1980 [1977], 1958), a Fernando de Azevedo e a sua obra. Todavia, diferente do discurso de Florestan Fernandes que, apesar de permeado por hesitações, reconhece as contribuições de Azevedo e as de outros precursores, o de Miceli, o de Schwartzman

⁵¹ Críticas a esta análise de Fernandes podem ser encontradas nos textos de Santos (2002, 1970, 1967). De acordo com este autor, a “[...] aceitação de critérios estritamente conectados ao artesanato intelectual, como medida suficiente de avaliação da qualidade da especulação social – tal como aparece nos artigos de Florestan Fernandes, por exemplo –, teria de levar à descon sideração da produção intelectual brasileira do passado” (SANTOS, 2002, p.26).

e o de Ortiz não titubeiam em tratá-las com uma sutil indiferença ou de forma lacunar. Neste contexto, estes estudiosos tecem suas distintas histórias intelectuais, relegando a um plano secundário parte dos atores sociais que, a exemplo de Fernando de Azevedo, foram tão relevantes quanto àqueles por eles reverenciados em suas análises institucionais.

A respeito do papel de Azevedo na USP, Florestan Fernandes (1980 [1977]) escreveu que tanto ele quanto seus colaboradores da Cadeira de Sociologia I não haviam cerrado:

[...] fileiras com o <<liberalismo esclarecido>>, que via, na criação da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras ou da Escola Livre de Sociologia e Política, um mecanismo de renovação do poder dos estratos dirigentes das classes dominantes, empenhados na defesa da hegemonia paulista. [E, sim, buscado] [...] legitimar uma área própria de autonomia intelectual e o fize[ram] em nome da <<ciência>> e da <<solução racional>> dos problemas sociais (FERNANDES, 1980 [1977], p.14). (Destques do autor).

Com estes apontamentos, Fernandes (1980 [1977]) parece ter procurado estabelecer a diferença entre o seu projeto intelectual e político e aquele que ele acreditava ter sido proposto – e, em certos aspectos, implementado – por Azevedo e por outros atores, como Júlio de Mesquita Filho, com a criação da USP.

Assim, apesar de Fernandes (1980 [1977], p.42) considerar que uma importante fase do “[...] desenvolvimento característico da sociologia, na direção de padrões e ideais de trabalho científico, processou-se através do ensino universitário. [...]”, parecia-lhe custoso admitir o lugar de Fernando de Azevedo como um dos protagonistas deste processo. Contudo, este reconhecimento ficou sugerido ao expor que era “[...] difícil separar influências diretoras, [...] [naquele] período, sendo deveras importante a ação concomitante de vários especialistas (como Donald Pierson, Roger Bastide, Fernando de Azevedo, Jacques Lambert, Claude Lévi-Strauss, Paul Arbousse-Bastide [...])” (FERNANDES, 1980 [1977], p.42).

As hesitações de Florestan Fernandes (1980 [1977]) apontam que algo externo a sua coletânea – como suas disputas institucionais com Azevedo, na USP e fora dela – parece ter desempenhado certo papel na estrutura dos textos que a compuseram. Tais disputas não foram simples embates pessoais, mas discordâncias fundamentais entre seus projetos políticos e institucionais sobre o papel da Sociologia e dos sociólogos na sociedade brasileira (BASTOS, 1998). Desse modo, a dimensão “externa” ou “social”

das obras nos impõe para conhecermos seus significados a necessidade do diálogo entre texto e contexto.

Nas últimas décadas do século XX e na primeira do XXI, alguns estudiosos do pensamento social no Brasil – que se dedicaram a adotar a institucionalização como ponto de vista para avaliar, tanto os autores quanto suas produções. Passaram a mobilizar os ‘novos’ padrões científicos – tão defendidos por Florestan Fernandes, desde a década de 1950 – para balizar as suas contribuições para a Sociologia e, as de autores, com o perfil de Azevedo. Ironicamente, pareceu-nos que estes estudiosos chegaram à mesma conclusão de Fernandes (1980 [1977])⁵², de acordo com a qual: “[...] por circunstâncias ocasionais, somente os sociólogos mais jovens começam a beneficiar-se de condições menos deficientes de preparação sistemática para o trabalho de pesquisa científica” (FERNANDES, 1980 [1977], p.62).

Assim, a análise institucional desenvolvida pelos ‘sociólogos mais jovens’ tem colaborado, em última instância, para o obscurecimento das contribuições teóricas e práticas de Azevedo assim como das de Florestan Fernandes. Diante deste quadro, é importante reconhecermos que seja a visibilidade seja a invisibilidade dos autores e de suas obras são construções sociais.

As transformações operadas na economia e na política brasileira, particularmente, a partir de final dos anos vinte, requereram inovações no léxico político e administrativo aspirando à racionalização e ao planejamento no setor público. As Ciências Sociais forneceram tanto uma ferramenta de trabalho como uma formulação ideológica para este processo. Tais mudanças propiciaram a justificativa para a entrada das ciências na estrutura do sistema oficial de ensino superior (SILVA, 2001; BOMENY, 2001a).

Desse modo, “[...] o período que vem de 1930 aos nossos dias⁵³ representa, para as ciências sociais no Brasil, uma época não só de iniciações mas também de franco florescimento [...]” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.24). O termo “social” tornou-se, entre 1937 e 1945, um símbolo de prestígio e de aceitação. No entanto, ressaltaram Costa Pinto e Carneiro (1955), que tal reconhecimento se

⁵² A conclusão de Florestan Fernandes refere-se ao contexto no qual colocou a si próprio e a seu grupo na USP – isto é, os intelectuais que trabalharam sob sua orientação na Cadeira de Sociologia I, de 1954 a 1969 – como vanguarda de uma nova concepção e de uma nova prática do ofício de sociólogo no Brasil, em oposição aos intelectuais sob a liderança de Fernando de Azevedo – na Cadeira de Sociologia II – e a ele próprio.

⁵³ É importante observar que para estes autores a referência “aos nossos dias” diz respeito à década de 1950.

concretizou apenas quando o termo foi “[...] empregad[o] com as implicações desejadas e [...] sincronizad[o] [...] com o espírito em voga” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.26); o que significou a subordinação do social ao nacional e à ordem, na vigência do Estado Novo.

Fazer das Ciências Sociais “[...] uma ponte de ligação entre a educação e a vida” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.27) a partir de 1930 e, principalmente, na década de 1950, representou uma tentativa dos renovadores do movimento educacional no Brasil – dentre eles, Azevedo e Anísio Teixeira – de sincronizar o país com as tendências consolidadas no exterior. Esta aproximação entre Ciências Sociais e educação foi vista como um perigo, em ambos os contextos, tanto pelos intelectuais com tendências políticas e teóricas conservadoras – vinculados a Igreja Católica e a alguns grupos empresariais – quanto por frações das elites dirigentes com perfil semelhante.

Estes diferentes atores sociais visualizaram na relação entre Ciências Sociais e educação o fortalecimento dos projetos dos renovadores nas arenas política e econômica. Nesta última, temeram que os interesses privados perdessem espaço, na orientação e na dotação orçamentária, seja para o ensino, em seus diferentes níveis, seja para a indústria editorial e cultural (BOMENY, 2001a).

Na esfera política, o intercâmbio entre Ciências Sociais e educação suscitou o medo das implicações de uma politização crescente. Afinal, o diálogo entre elas, fomentou: primeiro, a idéia de que a mudança social era algo possível, dependia, entre outros aspectos, da atuação dos sujeitos. Segundo, que a oligarquização das instituições poderia ser combatida. E, terceiro, a difusão de procedimentos e de idéias democratizantes. Isto em um período de governo ditatorial – como foi o Estado Novo – ou de abertura democrática recente – como ocorreu após 1946, no Brasil – tornou-se, no mínimo, uma agenda científica e política audaciosa.

Decorreu deste contexto, a avaliação de Costa Pinto e Carneiro (1955), segundo a qual “[...] as Ciências Sociais em menos de duas décadas metamorfoseou-se de <<coqueluche>> a expressão do mau (sic). Em uma lógica corrente das elites dirigentes que é ver a solução do problema também enquanto um problema” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.29, destaque dos autores).

Um exemplo de que a “doença” não queria a “cura” foi a usurpação do magistério nas Ciências Sociais, através da Lei Orgânica do Ensino Secundário. Esta lei foi promulgada pelo Ministro Gustavo Capanema, em 1942, e permaneceu em vigência

até o ano de 1961, quando foi aprovada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). Com a Lei Orgânica, os cursos de Ciências Sociais perderam uma de suas funções originais que era a formação de professores para o ensino secundário.

É importante salientar que este processo de desestruturação do magistério nas Ciências Sociais foi iniciado na década de 1930. Um período no qual a formação universitária do professor foi reconhecida como uma prática institucional importante para a consolidação destas Ciências. Tal prática encontrou apoio no trabalho de Azevedo, no Instituto de Educação (IEUSP), em 1933, e no de Anísio Teixeira, junto a Escola de Educação da UDF, em 1935. Não obstante estas iniciativas terem sido bem sucedidas, ambas foram encerradas pela ação do governo estadual em 1938 (EVANGELISTA, 1997).

Fechadas as portas para a profissão docente em nível secundário, várias faculdades foram criadas sem a presença do curso de Ciências Sociais entre suas opções; já outras, fecharam ou trabalharam de forma precária tal curso. A promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário implicou, no decorrer dos anos, em crescente descompasso entre a oferta e a demanda nas Ciências Sociais, o qual se fez sentir, principalmente, no período após 1945, quando novamente estas ciências voltaram a ser requisitadas em virtude do contexto da abertura democrática no país.

O desequilíbrio entre a oferta e a demanda de cientistas sociais pode ser constatado ao verificarmos que, em 1954, havia no país cerca de cento e cinquenta (150) cátedras de Sociologia das quais, apenas trinta (30), estavam em instituições universitárias. As outras cento e vinte (120) encontravam-se nos Institutos de Educação e Escolas Normais – sob forte influência católica (AZEVEDO, 2003 [1954]). Neste sentido, empregadores potenciais e profissionais das Ciências Sociais “[...] uns e outros est[avam] igualmente corretos na alegação aparentemente contraditória” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.46) de que faltavam cientistas de um lado, e oportunidades de emprego de outro.

Em seu balanço institucional, o trabalho de Costa Pinto e Carneiro (1955) colaborou para traçar um perfil temático da produção sociológica brasileira. Nesta perspectiva, estes autores desenharam um panorama de alguns campos de estudo e pesquisa aos quais se dedicaram os cientistas sociais, até a década de 1950, no Brasil.

De forma resumida, é possível destacarmos que Costa Pinto e Carneiro (1955) consideraram os seguintes eixos temáticos: 1) demografia (enfoques: migrações internas e imigração e colonização); 2) relações étnicas, contatos e assimilação (recortes por

grupos: negro, índio e branco); 3) história social, direito e ciência política; 4) estudos de comunidade, análises regionais (dentro destas destacaram-se as análises tipológicas); 5) geografia humana (fome, áreas urbanas de risco e/ou marginais); 6) educação e bibliografia didática na área de Sociologia.

Em cada eixo, estes autores realizaram uma investigação minuciosa sobre os significados de tais obras para a história das Ciências Sociais no Brasil, e, em particular, para a institucionalização da Sociologia. Tendo em vista que Azevedo figurou tanto no eixo 4 (nas análises regionais) quanto no eixo 6 (na educação e na bibliografia didática); optamos por acompanhar o olhar de Costa Pinto e Carneiro (1955) sobre estes trabalhos deste sociólogo e algumas de suas repercussões no país.

Nas palavras de Costa Pinto e Carneiro (1955, p.59), a área de educação “[...] talvez tenha sido, dentre as Ciências Sociais, de 1930 aos nossos dias, aquela que produziu maior número de obras fundamentais”. Independente de este argumento ser passível de controvérsia, o mesmo não parece ocorrer com o reconhecimento da relevância científica de tal produção.

Sobre este material, afirmaram tais autores que o tom de polêmica e de tomada de posição política, presentes nele, resultou do fato dele ter sido “[...] escrit[o] por técnicos e cientistas que tiveram sobre os seus ombros a responsabilidade de aplicar, como administradores, os programas educacionais que preconizavam e defendiam [...]” (COSTA PINTO; CARNERIO, 1955, p.59). Tais observações sugerem que estes intérpretes remeteram-se para as próprias condições de elaboração das obras de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Carneiro Leão, Delgado de Carvalho, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Artur Ramos, Lourenço Filho, dentre outros.

Na bibliografia de autoria de Azevedo, Costa Pinto e Carneiro (1955) selecionaram os seguintes livros: **Novos caminhos e Novos fins** (1958e [1932]), **Na batalha do humanismo** (1966 [1952]) e **Sociologia Educacional** (1954b [1940]), cuja importância foi assegurada, dentre outras razões, pelo significado alcançado pela educação no período. Segundo Costa Pinto e Carneiro (1955), a educação representou um:

[...] verdadeiro e fecundo casamento entre a teoria e a prática, do qual resultou um movimento de idéias e uma coleção de obras extremamente valiosas. [...] [O] fato dessa geração ter tomado uma posição e defendido uma tese e travado por ela o bom combate – não impediu, antes estimulou, a quantidade e a qualidade de sua

contribuição às ciências sociais neste País (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.60).

Nas análises regionais, Costa Pinto e Carneiro (1955) evidenciaram os nomes de Gilberto Freyre, Manuel Diégues Jr. e Fernando de Azevedo⁵⁴, como intérpretes de um tema clássico nas Ciências Sociais: a área do açúcar no Nordeste. Enfatizaram ainda, os textos de Azevedo⁵⁵, P. Monbeig e Tavares de Almeida por retratarem a região do Oeste Paulista.

A respeito das análises regionais, Costa Pinto e Carneiro (1955) apontaram que “[...] os especialistas brasileiros por certo encontrarão perspectivas mais fecundas de pesquisa do que nos chamados estudos de comunidade” (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.65). Esta consideração é interessante, na medida em que nos permite um contraste com as interpretações que relegaram as análises regionais o rótulo de ensaios e, com isto, o de trabalhos “cientificamente” pouco rigorosos. Todavia, necessita ser problematizada na crítica que encerra sobre os estudos de comunidade⁵⁶.

Para Costa Pinto e Carneiro (1955, p.62), o livro **Introdução à Sociologia Geral** (1926) de autoria de Pontes de Miranda “[...] assinalou um marco pioneiro em nossa bibliografia de ciências sociais [...]”. Contudo, após a Reforma Campos⁵⁷, em 1931, surgiram outros intelectuais que contribuíram para a institucionalização desta ciência, seja através da produção de uma bibliografia didática para a área – conforme nos sugere a análise de Meucci (2000), sobre os manuais de Sociologia brasileiros – seja mediante a criação de obras cujo tema voltou-se para o desenvolvimento da teoria e da metodologia nas Ciências Sociais. Neste sentido, Costa Pinto e Carneiro (1955) afirmaram que:

[...] Delgado de Carvalho, Djacir Menezes, J. Querino Ribeiro, Carneiro Leão, Archero Júnior, Amaral Fontoura, Gilberto Freyre, Miranda Reis, Tristão de Ataíde, Fernando de Azevedo – [foram] os autores dos mais conhecidos e divulgados compêndios e tratados.

⁵⁴ O livro em questão é **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]).

⁵⁵ A obra denomina-se **Um trem corre para o oeste** (1950).

⁵⁶ Talvez, uma sugestão para problematizar este tipo de pesquisa possa ser encontrada no texto de Ianni (1976), ao afirmar que “[...] o estudo de comunidade assumiu um significado incompatível com sua natureza. O que era uma solução metodológica se transformou numa alternativa teórica [...]” (IANNI, 1976, p.80).

⁵⁷ Segundo Martins (2005, p.17), a idéia de cursos de doutorado no Brasil surgiu pela primeira vez no contexto desta Reforma, a qual teve como um dos seus focos o aumento das necessidades e das oportunidades sociais de atuação intelectual no país.

Também no campo da teoria e metodologia das ciências sociais se tem manifestado o interesse de alguns autores, como Emílio Willems e Herbert Baldus [...]; Florestan Fernandes, [...], L. A. Costa Pinto [...] – além de Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre [...] e muitos outros (COSTA PINTO; CARNEIRO, 1955, p.66).

Candido (2006 [1959]) – assim como Costa Pinto e Carneiro (1955) e Bastos (1998) – situou as décadas de 1930 e 1940 como marcos na história da institucionalização da Sociologia. Para ele, coube a este período a “[...] consolidação e generalização da sociologia como disciplina universitária e atividade socialmente reconhecida, assinalada por uma produção regular no campo da teoria, da pesquisa e da aplicação” (CANDIDO, 2006 [1959], p.271). Assim, salientou este autor, duas iniciativas firmaram-se no processo de institucionalização: primeira, a que optou pelo “enriquecimento e modernização da teoria” e, segunda, a que escolheu os “métodos diretos de pesquisa empírica da realidade presente”.

Partindo desta classificação de Candido (2006 [1959]), ponderamos que Azevedo foi um importante ator da primeira iniciativa; enquanto na segunda atuou somente de forma tangencial, ou seja, não enquanto pesquisador, mas apoiador e incentivador. Encontramos vestígios desta segunda postura ao acompanharmos sua trajetória nos cargos de direção em diferentes instituições científicas no país – como no Instituto de Educação (IEUSP), de 1933 até 1938; na FFCL da USP, de 1941 até 1943 e no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), de 1956 até 1961.

Ou ainda, no cargo de docente na FFCL – ao ocupar a cadeira de Sociologia Educacional e depois a de Sociologia II – de 1938 até 1961; no de Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia da FFCL, de 1947 até 1961; no de Presidente da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), de 1935 até 1960; e no de consultor técnico, na temática de cultura, no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por mais de dez (10) anos.

A respeito da divulgação das pesquisas, Candido (2006 [1959]) expôs que esta atividade encontrou certas dificuldades organizacionais como a falta de subvenções públicas para as publicações e a precariedade da distribuição. No entanto, reconheceu o crescimento da possibilidade de publicar livros especializados no Brasil, após a década

de 1930. Sugerimos que tal oportunidade foi ampliada pelo trabalho desenvolvido por Azevedo como editor⁵⁸.

Um aspecto e também uma consequência das condições insatisfatórias da distribuição de livros no Brasil foi o fato de o intercâmbio das obras permanecer, em parte considerável do país, com base nas relações pessoais. Contudo, o problema da distribuição não estava restrito ao território nacional; ocorreram dificuldades similares quando a distribuição envolveu as relações entre o Brasil e outros países da América.

Tal problema foi comentado de forma recorrente nas cartas recebidas e escritas por Azevedo até a década de 1950. À guisa de exemplo, podemos apontar que em correspondência de 1948, Francisco Ayala – que atuou como editor e tradutor no campo cultural argentino – expôs para Azevedo que a principal causa do número reduzido de assinaturas da **Revista Realidad** no Brasil, trinta (30), vinculava-se à desorganização da distribuição editorial neste país.

Entre as publicações especializadas que contribuíram para a institucionalização da Sociologia na América Latina podemos mencionar a revista **Sociologia** (criada em 1939) no Brasil; a **Revista Mexicana de Sociología** (fundada em 1939) e o **Boletín del Instituto de Sociología** (fundado em 1942), na Argentina. E destacar enquanto empreendimentos editoriais: a coleção **Brasiliana**⁵⁹ – Cia. Editora Nacional (coleção criada e dirigida por Fernando de Azevedo de 1931 a 1946); a **Biblioteca de Sociología** – Editora Losada (coleção dirigida por Francisco Ayala); a **Sección de Obras de Sociología** – Fondo de Cultura Económica (coleção sob a direção de José Medina Echavarría); a **Biblioteca de Psicología Social y Sociología** – Editora Paidós (coleção sob a responsabilidade de Gino Germani); dentre outros (BLANCO, 2007, 2006).

Ao valorizar estes projetos editoriais para a institucionalização desta área, Blanco (2007, 2006) procurou demonstrar que as publicações foram fundamentais para a construção de um repertório normativo que aproximou estes e outros atores sociais no campo cultural e acadêmico latino-americano. Semelhante aproximação, além de sugerida por este autor, é proposta por nós a partir da pesquisa desenvolvida junto ao acervo pessoal de Fernando de Azevedo, uma vez que lá encontramos correspondências

⁵⁸ Entre as obras que explicitaram o crescimento do campo editorial brasileiro, nas décadas de 1930 e 1940, mas não reconheceram a contribuição de Azevedo para este desenvolvimento podemos citar os de Miceli (2001, 1989a, 1979). Em contrapartida, contemporaneamente, textos como os de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001) e Leal (2003) têm se dedicado a revisitar a atuação deste intelectual neste setor.

⁵⁹ A relevância atribuída a *Brasiliana* encontra-se presente, principalmente, nas obras de Dutra (2006) e de Pontes (1989). Já a abordagem sobre o projeto editorial desta coleção, assim como o papel de Azevedo como seu editor encontra-se no Capítulo II.

de Ayala (1958(2)⁶⁰, 1948(2), 1947, 1946(3)), Medina Echavarría (1964, 1942) e Germani (1960, 1948) – os editores supracitados – dentre outros, para este sociólogo.

Ao interpretarmos tais cartas foi possível perceber a presença de um profundo respeito intelectual pela obra e pela figura de Azevedo. E, ao mesmo tempo, constatar a existência de uma relação de afinidade e de amizade entre este e Francisco Ayala. É válido ressaltar que os projetos editoriais de Azevedo, Ayala, Medina Echavarría e Germani contribuíram tanto para aproximá-los quanto para afastá-los, conjuntamente.

Inspirados nas leituras dos livros de Germani (1964) e de Blanco (2006), sugerimos que tenha ocorrido um afastamento entre Gino Germani e Fernando de Azevedo, na década de 1950⁶¹; primeiro, em virtude da existência de disputas, entre e no interior dos campos científicos dos diferentes países da região; isto é, de embates entre os atores sociais já consolidados (como Azevedo, no Brasil, e Alfredo Poviña, na Argentina) e os atores em busca de espaço e reconhecimento (como Florestan Fernandes e Gino Germani, no Brasil e na Argentina, respectivamente). Segundo, pela presença de alianças institucionais e laços pessoais entre os atores consolidados⁶².

Supomos que o referido distanciamento entre Azevedo e Germani, na década de 1950, não tenha consistido em uma ruptura das relações, mas em uma estratégia política deste último no contexto de luta pela hegemonia no campo científico latino-americano. Esta hipótese orienta-se pela idéia que o momento do distanciamento entre tais autores convergiu com aquele no qual Germani iniciou uma espécie de “Cruzada” em defesa da Sociologia “científica” no Continente Americano.

Tal “Cruzada” compreendeu o empreendimento intelectual no qual Germani procurou contestar o legado dos atores sociais que ele reconheceu como expoentes da

⁶⁰ Os números dentro dos parênteses representam os anos em que foram escritas as cartas, já o número, também entre parênteses, mas com um único dígito refere-se a quantidade de cartas escritas naquele ano. Todas as correspondências citadas encontram-se resumidas e disponíveis para consulta na Seção Anexos, nas Tabelas 1 e 2.

⁶¹ Um indício do referido afastamento pode ser vislumbrado pelo silêncio resultante da interrupção do fluxo de cartas entre estes atores. Se aceitarmos esta hipótese – e a de sua operacionalização, a partir da interpretação do silêncio – como cabíveis é possível apontar que tal distanciamento tenha consistido em uma estratégia conjuntural de Gino Germani; pois, passados alguns anos, encontramos tais atores juntos em uma banca para a contratação de docente para a Universidade de Buenos Aires. Nesta ocasião, dezembro de 1959, consta em ata que, a banca se reuniu na Faculdade de Ciências Econômicas e os professores deliberaram – por unanimidade – que Fernando de Azevedo fosse o Presidente. Este último e Germani se corresponderam, no ano de 1960, parecendo não haver nenhuma barreira entre ambos; semelhante inferência apoiou-se em suas cartas. Os resumos destas encontram-se presentes na Seção de Anexos, Tabelas 1 e 2.

⁶² As cartas de Poviña para Azevedo fornecem pistas sobre suas parcerias, em particular, no âmbito das associações científicas na América Latina, assim como a respeito de sua amizade; os resumos destas podem ser consultados na Seção Anexos, Tabela 1.

‘Sociologia de cátedra’, isto é, como representantes de uma artesanaria “antiquada”, “tradicional” de como “exercer o ofício de sociólogo”; e, ao mesmo tempo, apresentar sua proposta de Sociologia “científica” como uma alternativa para a agenda teórica e metodológica desta área do conhecimento na região. Embora Gino Germani não explicitasse quais eram os “sociólogos de cátedra” sua definição se remetia a trajetória e a obra de autores como Alfredo Poviña e Azevedo.

Conforme argumentou Blanco (2007), até os anos de 1940, a maioria dos intelectuais envolvidos com a Sociologia nos diferentes países do Cone Sul olhava de modo desconfiado para a Sociologia “empírica”, identificada com os Estados Unidos; e apresentava como produtos de sua artesanaria intelectual o manual, o tratado, a história das idéias, o ensaio político, etc. Segundo Blanco (2007) e Candido (2006 [1959]), este tipo de produção – a qual é expressiva na obra de sociólogos como Azevedo e Poviña – passou a ser objeto de profundos questionamentos após este período, os quais resultaram em alterações na organização e nos temas dos trabalhos sociológicos, nas atividades de pesquisa e nas de divulgação.

Portanto, afirmou Blanco (2007), sociólogos insatisfeitos, nos diferentes países da região – principalmente, no Brasil, na Argentina e no México – foram os responsáveis pelo movimento em prol da renovação na área; ou seja, se posicionaram no campo acadêmico e na esfera pública em defesa da Sociologia “empírica”, a qual a partir dos trabalhos de Gino Germani, inclusive, no âmbito editorial, – e, de outros – se tornou sinônimo, em termos discursivos, de Sociologia “científica”.

A obra considerada pioneira neste caminho foi escrita por José Medina Echavarría, em 1941, e intitulada **Sociología: teoría y método**. Apesar da primeira edição desta obra pertencer à década de 1940, as ações e os escritos de alguns “sociólogos científicos” como Gino Germani, no caso argentino, e Florestan Fernandes e Costa Pinto, no caso brasileiro, só adquiriram uma dimensão de movimento a partir do final dos anos de 1950. Contudo, ponderaram Sigal (1991) e Blanco (2007), tal movimento foi mais intenso na Argentina do que no Brasil.

A ditadura militar consistiu em um registro comum aos diferentes países da região da América Latina, contudo, no Brasil, ela criou uma situação paradoxal no pós-64, pois, ao impor aos sociólogos repensarem seu papel, assim como o da Sociologia na

sociedade, aprofundou o processo de institucionalização das Ciências Sociais, por meio do desenvolvimento de uma consistente política científica e tecnológica⁶³.

Neste contexto, a preocupação dos cientistas sociais brasileiros com o estabelecimento de uma nova agenda científica – de definição de temas e de metodologias sociológicas – se mesclou primeiro, com os sentimentos de recusa e de oposição ao governo ditatorial como agente modernizador – inclusive, como ator junto ao ensino superior, por meio da Reforma Universitária de 1968; e, segundo, com o de sedução pelo engajamento político em defesa dos valores democráticos.

Com o acirramento da ditadura, após o decreto do Ato Institucional 5, em 1968, uma parcela da intelectualidade acadêmica das Ciências Sociais no Brasil, identificada pelo governo como expoente da esquerda⁶⁴ – seja em virtude de suas obras teóricas, seja através de sua participação na esfera pública – foi afastada compulsoriamente das universidades; isto ocorreu em um momento no qual estas instituições passaram a vivenciar uma nova fase do processo de institucionalização. Uma fase marcada pela organização da pós-graduação e pela reorganização da graduação – mediante a ampliação do número de cursos já existentes – assim como pela criação de novas especialidades; além do apoio ao crescimento da rede privada de ensino superior.

Por outro lado, uma parte dos atores sociais que permaneceu nos quadros universitários passou a definir, no contexto da década de 1970, “[...] a participação em políticas públicas como uma posição reformista [em um sentido pejorativo] e, portanto,

⁶³ De acordo com Martins (2005), o golpe de 1964 “[...] ao lado de um conjunto de medidas repressivas [...] implantou um sistema de financiamento do desenvolvimento da ciência e tecnologia, até então inexistente no país” (MARTINS, 2005, p.18). O trabalho de Pécaut (1990) sugere que um regime como o de 1964, que priorizou o desenvolvimento econômico de um lado, e, de outro, a segurança nacional “[...] não poderia se desinteressar da política científica. [...]” (PÉCAUT, 1990, p.263). Assim, torna-se compreensível que o regime militar a despeito de reprimir e censurar violentamente quaisquer manifestações de crítica, “[...] financi[asse] generosamente o desenvolvimento sem precedentes das ciências sociais [...]” (PÉCAUT, 1990, p.196). Decorre disto, a Reforma universitária de 1968 ter proporcionado novos cursos e programas de pós-graduação; aumentado os cargos de tempo integral, entre outras medidas importantes. Na década de 1970 “[...] [o]corre no campo social o mesmo que no cultural: a organização da demanda sob forma de associações profissionais e a organização de políticas públicas sob forma de criação de institutos especializados caminham juntas” (PÉCAUT, 1990, p.278). É neste contexto que a transformação “[...] da identidade do intelectual, iniciada no intervalo 64-68, prossegue, portanto. A ideologia profissionalizante substitui a ideologia demiúrgica [fazendo] [i]mpera[r] o discurso “competente” [...]” (PÉCAUT, 1990, p.279, aspas do autor).

⁶⁴ Uma interpretação sugestiva versando sobre os dilemas da intelectualidade brasileira entre a política e a profissão é encontrada no trabalho de Lahuerta (1999). O texto de Sorj (2001), em particular, sua abordagem sobre o universo intelectual e institucional vivido pelos atores sociais cassados, no final da década de 1960, também compreende uma análise interessante para pensarmos os rumos das Ciências Sociais no Brasil, a partir dos anos de 1970.

reacionária para a cultura teórica da época” (SILVA, 2001, p.150). Esta visão pessimista sobre as políticas públicas foi caudatária, dentre outras razões, da compreensão a respeito do papel da educação na sociedade brasileira, neste período. A educação deixou de ser considerada uma instituição modernizadora para ser classificada como uma instituição reprodutora das mazelas sociais, sob a influência de perspectivas teóricas marxistas-estruturalistas.

As idéias sobre o significado da educação no Brasil, a partir dos anos de 1970, repercutiram nas análises realizadas sobre a trajetória e a obra de atores identificados como reformadores educacionais, a exemplo de Azevedo e de Anísio Teixeira. De tal forma, que estes intelectuais foram relegados a uma tradição esquecida.

A ditadura militar, a partir da década de 1960, funcionou como um elemento a mais para complexificar as disputas presentes, já nos anos de 1950, no interior dos países latino-americanos e, entre eles, em torno da identidade da Sociologia. A concorrência entre os cientistas sociais dos diversos países latino-americanos, para demarcar quais seriam os atores responsáveis por delinear tal identidade, conduziu a uma espécie de cisão do campo intelectual sociológico em dois agrupamentos distintos, os quais podem ser representados, pela análise de Blanco (2006), por intermédio das categorias “sociólogos de cátedra” de um lado, e, de outro, “sociólogos científicos”.

No que se refere ao Brasil, sugerimos que esta divisão também possa ser representada mobilizando a contraposição de tais categorias, no entanto, observando a ressalva, da necessidade de substituir “sociólogos de cátedra” pela categoria de “sociólogos normalistas” – para contemplar parte das especificidades do surgimento da universidade como um projeto moderno no século XX, no Brasil. E, ao mesmo tempo, para manter um crivo crítico em relação ao sentido e ao emprego de “sociólogos de cátedra” para refletir sobre intelectuais com um perfil como o de Fernando de Azevedo.

O grupo auto-intitulado “sociólogos científicos” liderados por Germani (na Argentina), Medina Echavarría (no México), Eduardo Hamuy (no Chile) e por Florestan Fernandes (no Brasil) passou a classificar como amadores, ensaístas – no sentido pejorativo – a geração⁶⁵ representada pelos precursores da Sociologia no Continente como Alfredo Poviña, Fernando de Azevedo, etc. Contudo, no grupo de “sociólogos

⁶⁵ A nossa compreensão a respeito de como se constitui uma geração aproxima-se daquela desenvolvida no trabalho de Silva (2003). Para esta autora, sob inspiração de Karl Mannheim, ao lado dos critérios biológicos há o critério sociológico “disposicional”, ou seja, que envolve um “[...] conjunto de afinidades, de sensibilidades comuns, herdadas e vivenciadas, capazes de condicionar o sentimento de partilha de um mesmo destino [...]” (SILVA, 2003, p.23).

científicos”, Costa Pinto também consistiu em uma liderança brasileira, porém parecer estabelecido um posicionamento relativamente distinto daquele adotado por Florestan Fernandes, no que tange a Azevedo. Esta hipótese decorreu do fato de Costa Pinto atuar como seu parceiro institucional, em diferentes oportunidades, e realizar uma análise positiva de sua obra.

Neste contexto de dissensões, sugerimos que as diferenças entre as posturas de Costa Pinto e de Florestan Fernandes em relação a Azevedo possam ser atribuídas, dentre outras razões, à natureza dos vínculos institucionais destes atores. Afinal, Florestan Fernandes disputava com Azevedo a hegemonia intelectual no campo sociológico paulista, seja no espaço “intra-muros” da USP seja no “extra-muros”, como na Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Neste sentido, Fernandes teria erigido seu projeto intelectual e político, assim como parte de sua identidade profissional, em oposição ao trabalho realizado por Azevedo.

Ao cotejarmos os projetos intelectuais e políticos destes dois atores, sugerimos que a compreensão teórica e metodológica de Fernando de Azevedo representou um encontro fecundo entre uma nova forma de abordar os problemas sociais e um modelo consagrado de realizar pesquisa, em uma conjuntura, década de 1930, que celebrou a consolidação do bloco agrário-industrial; isto é, que confirmou a convergência entre o “velho” e o “novo”. Guardando as devidas proporções, é possível apontarmos que a perspectiva sociológica adotada por Azevedo, ao admitir o princípio da conciliação, contemplou, analiticamente, esta convergência.

A aliança representada pelo bloco agrário-industrial não se manteve nos anos de 1950 e as transformações estruturais – resultantes do processo crescente de urbanização e de industrialização – proporcionaram a emergência de intelectuais que engendraram reflexões teóricas e políticas distintas (KONDER, 2000).

Tais reflexões foram responsáveis por colocar em xeque os estudiosos da sociedade brasileira que trabalhavam com a abordagem de conciliação; e por apresentar entre seus formuladores sociólogos como Florestan Fernandes. Este autor adotou a perspectiva de conflito, como uma maneira de alcançar, teoricamente, a compreensão sobre a sociedade brasileira. No entanto, faz-se necessário a ressalva que isto não significou que Fernandes tivesse inaugurado tal abordagem, tampouco, se tornado o único a adotá-la (BASTOS, 1998).

Ao acompanharmos a argumentação de Bastos (1998, p.151), é possível sugerirmos que a análise de Fernandes questiona a Sociologia anterior, uma vez que a

mesma não teria pensado, segundo este sociólogo, a “verdadeira natureza” das relações sociais. Desse modo, a estratégia de Fernandes para legitimar-se enquanto profissional no campo acadêmico – já razoavelmente estruturado, nos anos de 1950, com a contribuição de Azevedo – “[...] não mostra um gratuito enfrentamento entre [estes] atores, mas indica um profundo enraizamento no solo histórico onde se fundamentam as idéias” (BASTOS, 1998, p.152). Estas últimas foram expressivas das diferenças entre as posições teóricas de Fernandes e as de Azevedo.

A emergência de novos atores sociais, operários, trabalhadores rurais, mulheres, negros, indígenas, etc., e de novos problemas – ao comportar mudanças nas agendas política e científica, a partir dos anos de 1950 – implicou na possibilidade de novas oportunidades de inserção profissional no campo cultural e acadêmico brasileiro. De tal maneira que as alterações na agenda de pesquisas foram conformadas pelos “sociólogos científicos” que, a exemplo de Florestan Fernandes, procuraram afirmar o seu lugar como lideranças intelectuais nesta fase da institucionalização da Sociologia.

Vale ressaltar que tanto a configuração do campo cultural brasileiro, a partir da década de 1930, quanto o surgimento de uma “nova” elite intelectual nas Ciências Sociais da América Latina, a partir da década de 1960 – conforme nos sugeriu Blanco (2007, 2006) – representou a necessidade de compreendermos a noção de campo como um espaço simbólico de forças, capaz de engendrar, de validar ou de questionar suas próprias regras de funcionamento e de legitimidade, nos termos de Bourdieu (1989, 1983).

Esta definição de campo nos auxilia a entender parte dos apontamentos de Blanco (2007) sobre as atuações de Gino Germani, Talcott Parsons, Robert Merton, Paul Lazarsfeld, Eduardo Hamuy, Costa Pinto, Donald Pierson, Peter Heintz, Johan Galtung, etc., no contexto dos anos de 1950. Segundo Blanco (2007), estes atores sociais:

[...] compartilhavam um horizonte comum de preocupações intelectuais, relativo às necessidades de uma modernização radical da sociedade; unia-os, igualmente, uma visão comum de ciência social como ciência empírica (não obstante as diferenças de grau em suas perspectivas) e um comum rechaço a todas as formas do ensaísmo e da filosofia social; o abandono de uma forma cultivada de exposição em nome da precisão das idéias foi um artigo de fé doutrinário que agitaram contra a geração predecessora [...] (BLANCO, 2007, p.98-99).

Supomos que estas considerações, apesar de seu caráter geral, sejam expressivas, no caso brasileiro, tanto da posição de Costa Pinto quanto da de Florestan Fernandes. Ambos os autores teriam trabalhado no campo sociológico brasileiro para se diferenciar dos seus antecessores, e, neste sentido, se dedicado a elaborar uma definição para a Sociologia cuja função semântica objetivou rechaçar parte das interpretações sociais vigentes na área e elaborar novas, isto é, construir um repertório científico teórico-metodológico distinto.

Enquanto a função retórica visou suscitar e delimitar o espaço de suas atuações teórica e política, no interior das instituições: Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro), no caso de Costa Pinto, e USP, no caso de Fernandes, assim como “extra-muros” – SBS, Associação Internacional de Sociologia (ISA), centros de pesquisa como o Centro Regional de Pesquisas Educacionais (CRPE/SP), etc.

Apoiando-se nos textos de Miceli (1989a, 1989b), Blanco (2007) reiterou que na busca por distinguir-se de seus predecessores, a “nova” geração⁶⁶ de sociólogos, atuante nos anos de 1950 em diante, defenderia padrões de trabalho científico caracterizados por normas, procedimentos e valores ainda pouco explorados no campo da ciência social. Embora reconheçamos a existência de diferenças entre os padrões de trabalho da geração dos pioneiros, representada no Brasil, por Fernando de Azevedo⁶⁷, em relação aos da “nova” geração⁶⁸, simbolizada por Florestan Fernandes, sugerimos que parte considerável desta ênfase possa ser atribuída a uma estratégia discursiva dos atores da “nova” geração para sua auto-legitimação, na década de 1950, em um campo intelectual em franco processo de consolidação devido à participação dos pioneiros.

⁶⁶ É importante considerar que a “nova” geração não compreende um grupo homogêneo; e que, no caso do Brasil, uma de suas frações consiste na “nova” geração de sociólogos de São Paulo.

⁶⁷ Intelectual de formação clássica e humanista, portador de um vasto capital cultural, científico e social – nos termos de Bourdieu (1989). Tais capitais podem ser percebidos mediante um olhar atento para as relações de amizade e de parceria estabelecidas por Azevedo, ao longo de sua carreira, com sujeitos pertencentes a diferentes frações das elites intelectuais e dirigentes do país e do exterior.

⁶⁸ Uma geração que se caracterizou por ser proveniente das classes média e baixa – e, em decorrência disso, despossuída de capital econômico e social – e, ao mesmo tempo, por ser portadora de uma formação universitária específica em Ciências Sociais, e, assim, por simbolizar a ascensão social propiciada pelas oportunidades abertas com a consolidação da sociedade industrial no Brasil. No entanto, faz-se preciso a ressalva que, ao apontarmos que tal geração é oriunda das classes média e baixa estamos enfocando a realidade vivenciada por uma parcela dos intelectuais da Cadeira de Sociologia I da USP e de seus herdeiros, enquanto um caso exemplar; pois ao refletimos sobre Costa Pinto, como um expoente da nova geração, esta caracterização torna-se, no mínimo, frágil.

Ao compartilhar do mesmo horizonte intelectual de atores sociais que, como Gino Germani, consideravam a Sociologia sinônimo de ciência empírica, no contexto dos anos de 1950, a “nova” geração de sociólogos uspianos, sob a influência de Florestan Fernandes, tornou a competição tanto um valor quanto um instrumento privilegiado para assegurar o reconhecimento intelectual e social de seus trabalhos.

Neste sentido, a quantidade de obras realizadas e publicadas, o número de intelectuais envolvidos nas pesquisas; o montante de financiamento obtido, assim como o tipo de instituições financiadoras transformaram-se, paulatinamente, em critérios de profissionalização, aceitos e difundidos por eles. Tais critérios adquiriram o *status* de novos padrões de produção científica, ao possibilitarem formas de intensificar e agilizar o alcance das obras para os públicos de especialistas e de leigos e, conseqüentemente, por promoverem uma repercussão de maior proporção no campo intelectual e político, seja no país seja no exterior.

Assim, uma parcela da hegemonia atribuída e auto-atribuída aos intelectuais da “nova” geração, na história da institucionalização da Sociologia na América Latina, deveu-se a confluência entre as práticas e os discursos destes atores e as mudanças ocorridas nas condições de trabalho intelectual dentro e fora do Brasil. Desse modo, as décadas de 1950 e 1960 foram propícias a semelhante convergência, pois criaram tanto as demandas, para o tipo de pesquisa proposta por tais atores, quanto parte das condições para satisfazê-las, mediante a atuação de várias instituições de fomento – como a CAPES, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), etc.

De acordo com Silva (2001) – ao discutir os limites e as possibilidades da Sociologia como uma ciência das políticas públicas no Brasil – e Blanco (2007, 2006), foi a partir da década de 1950 que a problemática do desenvolvimento na América Latina possibilitou uma oportunidade real para transformar as Ciências Sociais em um instrumento para o projeto de modernização dos diferentes países da região.

Estas Ciências passaram a fornecer tanto conteúdo intelectual quanto legitimidade acadêmica às insatisfações e aos anseios dos grupos populares destas sociedades. Portanto, foi o encontro de seu processo de institucionalização com o das transformações do padrão internacional de desenvolvimento científico que assegurou a renovação das Ciências Sociais e, a emergência de uma nova elite intelectual, da qual fizeram parte os “sociólogos científicos”. Em outras palavras:

[...] a transformação experimentada pelas ciências sociais coincidiu com a campanha ativa e uma forte pressão de uma série de organismos internacionais – a Divisão de Ciências Sociais da União Panamericana, o Departamento de Ciências Sociais da Unesco, o International Social Science Council e agências filantrópicas como Ford e Rockefeller – determinados a difundir o modelo de um sistema intelectual moderno, voltado sobretudo ao desenvolvimento das ciências e da pesquisa empírica, especialmente das ciências sociais. Tratava-se de um programa de modernização do ensino e da pesquisa nas ciências sociais que deveria incluir, fundamentalmente, reformas nos planos de estudo e nos métodos de ensino, projetos de atualização bibliográfica e de unificação do vocabulário, criação de organizações profissionais das distintas disciplinas, e de centros e institutos de pesquisa. A campanha apoiou-se na reivindicação da necessidade de formar especialistas em ciências sociais que fossem capazes de levar a cabo investigações empíricas nas diferentes áreas de problemas enfrentados pelos países em via de desenvolvimento (BLANCO, 2007, p.102).

No que tange a América Latina, Blanco (2007) destacou ainda que, a Divisão de Ciências Sociais da União Pan-americana criou a publicação denominada **Boletín Ciencias Sociales**; e que esta, tornou-se um importante veículo de difusão mediante o trabalho de Theo R. Crevenna. O nome deste intelectual, que foi um dos correspondentes presentes no acervo de Azevedo, vinculou-se estreitamente aos novos rumos que as Ciências Sociais passaram a trilhar após o fim da Segunda Guerra Mundial.

O intercâmbio entre Crevenna e Azevedo consistiu em um indicativo de que este último foi um sociólogo que, na década de 1950, continuava a relacionar-se com nomes proeminentes para o desenvolvimento da institucionalização da Sociologia, no cenário internacional. As cartas de Crevenna encontram-se permeadas de reconhecimento para com o trabalho de Azevedo.

Uma pista deste reconhecimento pode ser entrevista na correspondência escrita por Crevenna em 1950. Nela, o remetente comunica a Fernando de Azevedo a respeito do recebimento do relatório das atividades do Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, referente aos anos de 1947-1950, e da separata da **Revista de História** – “A Sociologia na América Latina e, particularmente, no Brasil”⁶⁹; e afirma

⁶⁹ Este artigo foi inserido na sexta edição do livro de Azevedo em 1954: **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]).

que tais documentos serão publicados no **Boletín Ciencias Sociales**⁷⁰, em virtude de seu valor científico e histórico para as Ciências Sociais.

Ao realizar um estudo sobre o funcionamento das Cadeiras de Sociologia I e II da USP, no período de 1954-1969, Pulici (2004) nos proporciona uma visão distinta em relação às interpretações suscitadas a respeito de Fernando de Azevedo, seja nos trabalhos de Candido (2006 [1959]), de Costa Pinto e Carneiro (1955), etc. seja por intermédio das cartas de seus interlocutores – como Crevenna, supracitado; e nos possibilita entender algumas facetas de parte dos intelectuais que compuseram os quadros da “nova” geração de sociólogos uspianos no período.

Portanto, encontramos no texto de Pulici (2004), sugestões para compreendermos a convergência entre as mudanças nos padrões de trabalho intelectual – e, deste modo, nos critérios de legitimidade científica⁷¹ vivenciados pela Sociologia, em âmbito nacional e internacional – e o momento de implementação do projeto acadêmico de Florestan Fernandes, ao assumir a Cadeira de Sociologia I, em 1954, em substituição a Roger Bastide. De acordo com Pulici (2004), Florestan Fernandes desenvolveu, junto aos seus colaboradores na Cadeira I, um programa que ao abordar sobre “como o sociólogo deveria praticar o seu ofício” procurou estabelecer algumas diretrizes fundamentais para o processo de institucionalização da Sociologia na USP.

O referido programa caracterizou-se, dentre outros aspectos, pela presença de um conjunto de textos-manifestos, nos quais estes intelectuais teriam se posicionado “[...] contra o que eles consideravam um conhecimento ‘livresco’ [...] um projeto de conhecimento puro e desinteressado” (PULICI, 2004, p.47, aspas da autora).

Nesta perspectiva, sugeriu esta intérprete que tanto o “conhecimento ‘livresco’” quanto o “projeto de conhecimento puro e desinteressado” foram identificados e, avaliados negativamente, pelos atores sociais da Cadeira I, como expressões dos valores e dos interesses científicos de Fernando de Azevedo. Este apontamento sobre Azevedo não se encontra problematizado e, sim, reiterado no

⁷⁰ O texto de Azevedo foi publicado no **Boletín Ciencias Sociales**, o que assegura uma pista sobre o prestígio deste intelectual no período. A confirmação desta publicação pode ser encontrada em carta de Roberto Mac-Lean y Estenós para Azevedo, em janeiro de 1951. Esta carta, assim como a de Theo R. Crevenna encontram-se resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

⁷¹ Para uma visão geral das mudanças no processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil, a partir da década de 1960, é interessante consultar o trabalho de Werneck Vianna (1994). Compartilharmos apenas parcialmente de sua análise por entendermos que, em determinadas passagens, este autor repõe a idéia de uma suposta hierarquia científica no processo de institucionalização – e, conseqüentemente, no tipo de trabalho produzido – vivenciado no Estado de São Paulo em comparação ao do Rio de Janeiro e demais estados.

decorrer da argumentação de Pulici (2004), na medida em que esta autora não se preocupa em situar o projeto defendido por este sociólogo no contexto de sua formulação, ou seja, na década de 1930⁷².

Diferente de Pulici (2004), supomos que Azevedo, ao apresentar “um projeto de conhecimento puro e desinteressado”, procurou valorizar a Sociologia como ciência em uma conjuntura desfavorável a seu reconhecimento científico, assim como afastá-la da identificação com o socialismo, o que a tornava potencialmente perigosa aos olhos do governo, em particular, durante o Estado Novo.

Neste sentido, tratar a Sociologia como um “conhecimento puro e desinteressado” pode ter sido a maneira encontrada por este sociólogo para fortalecê-la enquanto ciência autônoma, inclusive, para difundir-la como disciplina no ensino universitário brasileiro, com o apoio do Estado; e, ao mesmo tempo, para legitimar seu ideal de objetividade e de neutralidade científica, inspirado no trabalho desenvolvido por Émile Durkheim, enquanto construtor institucional, no contexto francês.

De certo modo, as colocações de Pulici (2004) – sobre a figura intelectual de Azevedo – nos permitem sugerir sua filiação à interpretação desenvolvida pelos signatários dos textos-manifestos da Cadeira I. Semelhante hipótese parece se fortalecer ao voltarmos nosso olhar para a apropriação que esta intérprete realiza de dois artigos escritos por intelectuais que foram membros da Cadeira de Sociologia II – Antonio Candido e Maria Isaura Pereira de Queiróz; bem como de uma dedicatória, elaborada pelo primeiro – com o objetivo de traçar o perfil de Azevedo.

No texto de autoria de Candido (1994a), escrito para a comemoração do centenário de nascimento de Azevedo, Pulici (2004) afirmou que o autor destacou “[...] a atuação de Fernando de Azevedo como ‘divulgador’ (e não ‘pensador’) da sociologia para os brasileiros [...]” (PULICI, 2004, p.22, aspas da autora).

E, ao voltar sua atenção para a dedicatória realizada por Antonio Candido para Azevedo, na obra **Os parceiros do Rio Bonito**⁷³, Pulici (2004) argumentou que para Candido “[...] ‘a razão da dedicatória foram a amizade e reconhecimento’, e isso porque Fernando de Azevedo não [era] ainda alguém cujo mérito se constr[uía] exclusivamente

⁷² Vale observar que, embora a concepção de ciência social de Azevedo compreenda uma visão interessada, nos escritos deste período tal ciência apresentou-se como desinteressada. Diferente de nós, Pulici (2004) não reconheceu a dimensão de “desinteresse” como um recurso tanto semântico quanto retórico.

⁷³ Uma análise interessante sobre esta obra de Antonio Candido e sua sociologia pode ser encontrada no trabalho de Jackson (2002).

pelo desempenho intelectual-acadêmico” (PULICI, 2004, p.22, aspas da autora). É interessante observar que Pulici (2004) não apresentou nenhuma justificativa que lhe possibilitasse atribuir a Antonio Candido estas afirmações a respeito de Azevedo.

Em outra passagem do texto de Pulici (2004), encontramos uma leitura também peculiar sobre o artigo publicado por Maria Isaura Pereira de Queiróz, em 1994. Um artigo que, assim como o de Antonio Candido, foi escrito para celebrar o centenário de Azevedo. Segundo Pulici (2004):

[...] o texto de Maria Isaura Pereira de Queiroz, que muito embora o título [seja] ‘Fernando de Azevedo: o sociólogo’, não fala de sua obra sociológica mas acompanha o percurso do educador em sua ação em prol das reformas do ensino, paralelamente ao papel de revelador da sociologia e da sociologia educacional no Brasil (PULICI, 2004, p.21-22). (Aspas da autora).

Ao afirmar que o texto de Maria Isaura Pereira de Queiróz acompanhou somente o percurso de Azevedo como educador, Pulici (2004) parece realizar uma abordagem unilateral dos argumentos de Queiróz. Ao consultarmos o referido artigo fica evidente o empenho desta autora em destacar o percurso de Azevedo tanto enquanto educador quanto como sociólogo. Este último foi traçado nos seguintes termos por Queiróz (1994):

[...] sua ação no sentido de ampliar as possibilidades de investigações sociológicas, fundando ou dando apoio à fundação de centro especificamente de pesquisa; sua tentativa de reunir os cientistas sociais numa sociedade em que assuntos de seus interesses pudessem ser discutidos e suas reivindicações fossem levantadas [...] foram [algumas das] atividades que difundiram e ampliaram o âmbito da ciência pela qual lutou, concorrendo de maneira extraordinária para firmá-la como essencial para se alcançar o conhecimento na sociedade nacional (QUEIRÓZ, 1994, p.66).

Com estas provocações ao texto de Pulici (2004) não visamos desqualificá-lo, tampouco desmerecer os trabalhos – prático e teórico – realizados pelos intelectuais da Cadeira I para a institucionalização da Sociologia em São Paulo e, guardando as devidas proporções, no Brasil. Estes intelectuais foram, reconhecidamente, atores sociais importantes na proposição e na execução de uma nova agenda científica, contribuindo, inclusive, para legitimar “[...] a ligação entre a sociologia e os processos contemporâneos de transformação social [...]” (PULICI, 2004, p.47).

Nosso intuito ao provocar consistiu, somente, em colocar em evidência o fato desta autora não se questionar a respeito dos critérios que adotou para qualificar tanto o processo de institucionalização quanto o legado de Azevedo, em particular, no interior da USP; e, desse modo, sugerir como esta intérprete contribuiu para reforçar o discurso que se deseja hegemônico por uma parcela dos intelectuais da “nova” geração – representada por alguns atores da Cadeira I e seus herdeiros.

Diversamente dos representantes da Cadeira I⁷⁴ – composta por: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Marialice Mencarini Foracchi, dentre outros – o grupo representado por Antonio Candido, Maria Isaura Pereira de Queiróz, Ruy Galvão, Azis Simão, etc. que pertenceu à Cadeira II, junto a qual Fernando de Azevedo teve influência até a década de 1960, não elaborou textos-manifestos; tampouco, parece ter tornado sua prática científica e pedagógica uma batalha para assegurar uma suposta legitimidade sobre “como o sociólogo deveria realizar seu ofício”, algo que foi cultivado pelos intelectuais da Cadeira I.

Ao analisar a atuação de Florestan Fernandes e de seus colaboradores, Pulici (2004) nos permitiu vislumbrar que parte da legitimidade destes intelectuais consistiu na consolidação de uma prática sociológica distinta; na construção de um novo vocabulário normativo, assim como na elaboração de um discurso retórico, no contexto das disputas viscerais na FFCL/USP, no período de 1954 até 1969. Neste sentido, a agenda temática e as abordagens desenvolvidas por estes sociólogos representaram importantes diferenças de conteúdo em relação às produções dos participantes da Cadeira II.

Os atores desta Cadeira teriam participado no “intra-muros” da USP de uma contenda que foi amplamente alardeada “extra-muros” pelos representantes da Cadeira I. Compreendemos que o referido litígio, apesar de não ter resultado em vencidos e vencedores, parece ter contribuído para propiciar uma visibilidade científica e política maior às pesquisas realizadas pelos membros da Cadeira I. Uma visibilidade que também foi resultado dos esforços dedicados à construção e à consolidação de um novo léxico científico.

Para além das diferenças e das disputas, o trabalho desenvolvido na USP pelos intelectuais de ambas as Cadeiras foi fundamental para que parte da Sociologia em São Paulo estivesse, nos anos de 1960, em um patamar distinto do encontrado em alguns

⁷⁴ Este grupo, assim como o da Cadeira II não eram homogêneos, isto é, comportavam intelectuais de origem social, econômica, cultural e étnica variada, assim como faixas etárias distintas, etc.

países europeus⁷⁵. As ações destes grupos foram marcadas por uma busca incessante para avançar na institucionalização desta disciplina.

Entretanto, no que se refere a alguns integrantes da Cadeira I – e, particularmente, a alguns de seus herdeiros, após a década de 1970 – suas atuações parecem ter se voltado também para ressignificar, de diferentes maneiras, o que havia sido realizado anteriormente no campo sociológico brasileiro. Neste sentido, eles auxiliaram na elaboração de uma abordagem institucional que, ao ser constantemente mobilizada e atualizada por diferentes atores, cria ecos, ao longo do tempo e do espaço, e segue funcionando como uma “moderna tradição”, que se caracteriza por hierarquizar os produtos culturais brasileiros assim como seus produtores e, assim, por desestimular os cientistas sociais a revisitarem as diferentes histórias intelectuais do Brasil.

⁷⁵ Uma pista sobre esta questão pode ser encontrada na carta de Maria de Isaura de Queiróz para Azevedo em março de 1952. Nela, a remetente comentou sobre a situação da Sociologia na França, neste sentido, destacou que até aquele período havia uma ligação estreita de dependência desta área para com a Filosofia e a Moral; o que era possível de ser percebido, segundo Queiróz, pela inexistência de um diploma em Sociologia. Esta impressão, apontou Queiróz, teria sido confirmada por ela em conversa com o Prof. Gurvitch. Queiróz relatou ainda que, alguns colegas franceses se surpreenderam ao saber, por seu intermédio, a respeito da existência de uma Seção de Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia da USP. Para eles, isto era visto como uma largueza de visão de quem organizou o ensino da matéria entre os brasileiros, ou seja, de sociólogos como Fernando de Azevedo. O resumo desta correspondência pode ser lido na Seção Anexos, na Tabela 1. No livro de Blanco (2006), encontramos um apontamento que converge com este quadro apontado por Queiróz. Segundo Blanco (2006), antes da década de 1960, a cátedra de Sociologia em países como Alemanha, Inglaterra, França, etc. ainda não havia sido integrada de forma plena ao sistema universitário. Diante do exposto, a situação das cátedras de Sociologia na USP se coloca com uma exceção no universo intelectual das academias consideradas neste período.

2. Perfil intelectual revisitado: diálogos e problematizações

Fernando de Azevedo, “[...] homem de pensamento e de ação, compreendeu, bem cedo, a força das antinomias que se interpõem entre o projeto e a realidade, entre o modelo e a ordem surpreendente dos fatos, passando a exigir de si mesmo e de seus colaboradores fidelidade e dedicação de todas as horas. [...] [A] ambivalência de seu ser pessoal gera-lhe perplexidades no plano teórico, e lhe sugere conciliações só compreensíveis na esfera da práxis”

Miguel Reale, Figuras da Inteligência Brasileira (1994 [1984], p.114).

As críticas que realizamos sobre a interpretação de Miceli (2001, 1989a, 1989b, 1979) – a respeito da institucionalização da Sociologia no Brasil – não desqualificam seus textos, nem nos eximem de dialogar com suas categorias e análises – em particular, com aquelas presentes na obra: **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)** (1979) – para classificar tanto a geração de Fernando de Azevedo quanto o trabalho intelectual por ela desenvolvido. As formulações presentes neste livro nos permitiram olhar por meio de diferentes ângulos para a trajetória e para a obra deste sociólogo. Assim, dentre as categorias de Miceli (1979) perscrutamos: “primos pobres”, “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário”, “administradores da cultura”, “educadores profissionais” e “cooptação” na tentativa de elaborarmos um retrato possível de Fernando de Azevedo.

Ao interpelar o registro autobiográfico de Azevedo, intitulado **História de minha vida** (1971b), Miceli (1979) afirmou que apesar de escrito por um intelectual consagrado em vida, simbolizou uma “[...] baixa na cotação de seu prestígio ou de sua autoridade ‘espiritual’” (MICELI, 1979, p.xxv, aspas do autor). Parece-nos que, ao avaliar o livro como uma perda da autoridade intelectual de Azevedo, o autor afastou-se dos limites seguros da verificação e realizou um pré-julgamento da obra, no qual esta se tornou uma espécie de discurso de um “vencido”. Assim, sem atentar-se, às vezes, para o perigo da contaminação hermenêutica, a qual resulta em “misturar desde o começo do raciocínio a instância de verificação com a instância de avaliação”, nos termos apontados por Candido (1979, p.xi), Miceli (1979) parece ter tecido sua análise revelando o perfil de Fernando de Azevedo.

A primeira categoria mobilizada para construir tal perfil foi a de “primos pobres”. Nela, Miceli (1979) envolveu um conjunto de intelectuais que, em virtude do declínio social de que suas famílias foram vítimas, se encontravam afastados tanto

espacial quanto socialmente “[...] da fração política e intelectual da classe dirigente a que pertenciam seus contemporâneos [...]” (MICELI, 1979, p.27). Acrescenta-se a esta característica o fato destes intelectuais terem crescido e se educado em cidades do interior; de serem portadores de estigmas e *handicaps* (tremores nas mãos, passagens por internatos, etc.); e de encontrarem fechadas as portas da carreira militar⁷⁶.

Ao acompanharmos os delineamentos desta categoria – nos termos acima – e flertarmos com a biografia de Azevedo torna-se possível entrever algumas das razões que motivaram Miceli (1979) a classificá-lo como “primo pobre”. Nascido em São Gonçalo do Sapucaí, no interior de Minas Gerais em 1894, Fernando de Azevedo foi educado a maior parte de sua vida escolar em internatos jesuítas – isto ocorreu até mesmo quando seus pais se tornaram desprovidos das condições para assegurar suas despesas nestas instituições. Foi um jovem, como o próprio Azevedo rememorou inúmeras vezes, “de constituição franzina”. Isto, somado ao fato de encontrar-se socialmente distante das frações das elites dirigentes, nas duas primeiras décadas de sua vida, contribuiu para fechar-lhe as portas da carreira militar – diplomacia ou marinha – para qual acreditava possuir os requisitos intelectuais necessários, conforme relata em seu livro **História de minha vida** (1971b).

A proximidade ou o afastamento de alguns intelectuais em relação ao Estado e às elites dirigentes – nas décadas de 1920, 1930 e 1940 – instigou Miceli (1979), a trabalhar com as categorias de “funcionário-escritor”, “escritor-funcionário” e “administradores da cultura”.

Contrariamente a visão deste intérprete, a última categoria pareceu-nos útil para abordar parte da trajetória intelectual de Azevedo, à medida que nos permitiu entender algumas das condições em que este pôde fazer valer “seu cabedal de saber especializado”. Compreendemos que uma destas oportunidades pode ser vislumbrada ao Azevedo ocupar a função de consultor técnico do IBGE, na temática da cultura, por mais de dez anos.

As cartas de intelectuais ibgeanos – como M. A. Teixeira de Freitas (1955, 1952, 1951, 1940, 1938), José Carneiro Fellipe (1943, 1939), Rafael Xavier (1949) e Germano Jardim (1950) – para Azevedo nos proporcionaram alguns indícios a respeito

⁷⁶ Talvez, este distanciamento dos quadros das elites econômicas tenha influenciado Fernando de Azevedo a defender a noção de mérito e valorizar o capital cultural dos atores sociais que deveriam conduzir os rumos políticos do país.

da relação deste com o Instituto. Algumas pistas – inclusive, envolvendo a relação de amizade entre M. A. Teixeira de Freitas e Azevedo – também podem ser encontradas nas obras deste: **História de minha vida** (1971b) e **Figuras de meio convívio** (1960c). Na correspondência que M. A. Teixeira de Freitas escreveu para Azevedo, em 1938, ele discorreu sobre o IBGE como o “nosso” Instituto, invocando a idéia segundo a qual esta instituição seria a efetivação de um projeto compartilhado por ambos⁷⁷.

Ao atuar na função de consultor técnico, Azevedo pôde sistematizar e difundir uma leitura sobre a própria história do Brasil, para dentro e fora do referido Instituto, através da categoria “cultura brasileira” e, assim, colaborar para influenciar as interpretações a respeito da caracterização da população, realizadas no país e no exterior, privilegiando, analiticamente, a perspectiva de conciliação (NASCIMENTO, 2008). Vale ressaltar que os dirigentes do IBGE se orientavam pela seguinte recomendação para a seleção dos consultores técnicos do Instituto: “[...] deverão ser cidadãos de notável cultura e de reconhecida especialização na seção técnica que lhes for atribuída” (REVISTA DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA, 1937, p.59).

Diante do exposto, ser um consultor envolvia legitimidade, reconhecimento e autoridade no campo de atuação, o que proporcionou a Azevedo um lugar de destaque na esfera da cultura. Entretanto, o fato de ter sido portador desta distinção, de ser reconhecido por sua obra como escritor – conforme atesta a repercussão de seu livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]) – nos termos apontados por Toledo (1995); ou ainda, de ter atuado na estruturação do campo cultural brasileiro por meio do cargo de Diretor de três importantes coleções científicas na Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), nas décadas de 1930 e de 1940, etc.; parece não ter consistido em um conjunto de argumentos suficientes para que Miceli (1979) o incluísse em seu panteão dos “administradores da cultura” no Brasil.

As categorias de “administradores da cultura”, “escritor-funcionário” e “funcionário-escritor” foram empregadas por Miceli (1979) para pensar a relação entre os intelectuais, o Estado e as elites dirigentes, no período de 1920 até 1940. Isto nos colocou com um problema legítimo a indagação sobre como diferir o “escritor-funcionário” do “funcionário-escritor”. Foi o próprio Miceli (1979) que nos forneceu uma resposta ao afirmar que, “[...] [e]nquanto os primeiros se transferiram para o Rio de

⁷⁷ Fernando de Azevedo (1960c) dedicou para Teixeira de Freitas um artigo intitulado “Idealismo e Espírito Público”, no qual parece ter sintetizado sua visão a respeito deste intelectual.

Janeiro a chamado dos chefes políticos do novo regime, os outros eram migrantes sequiosos de encontrar um lugar ao sol [...]” (MICELI, 1979, p.178).

Ao considerarmos que Azevedo foi convidado a ocupar, em diferentes épocas, postos na administração pública brasileira, tanto no Rio de Janeiro quanto em São Paulo, podemos sugerir seu nome entre os “escritores-funcionários”. Dentre suas experiências na vida pública destacamos – a partir da análise construída por Pilleti (1994a) – seu trabalho como Diretor da Instrução Pública no Distrito Federal. No Rio de Janeiro, Azevedo realizou uma importante reforma na área educacional, no período de 1927 a 1930, a convite do prefeito, Antonio Prado Júnior, e por indicação do Presidente da República, Washington Luís.

Segundo Pilleti (1994a), ao ocupar o referido cargo, Azevedo pode executar – não sem embates – o que considerava fundamental em sua política educacional para o Distrito. No entanto, algo diferente parece ter incidido no Estado de São Paulo em duas outras experiências: a primeira, quando Azevedo foi Secretário de Educação e Saúde do Estado de São Paulo, em 1947. E, a segunda, ao tornar-se Secretário de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo, em 1961; em ambos os cargos, este sociólogo demitiu-se nos primeiros meses de mandato.

Para entendermos sua conduta é recorrermos a Candido (1994a), segundo este autor, Azevedo sempre trabalhou em prol dos interesses públicos exigindo autonomia intelectual e política. Na ausência desta – sublinha Candido (1994a) – Azevedo não hesitava, como de fato não hesitou, em abdicar dos cargos, mesmo que estes lhe proporcionassem consideráveis ganhos pessoais.

As dissensões entre a Igreja Católica e o Estado contribuíram para elucidar parte dos princípios orientadores das trajetórias dos intelectuais classificados como “educadores profissionais”⁷⁸. Esta categoria foi forjada e mobilizada por Miceli (1979), com o intuito de qualificar os intelectuais que foram convocados pelo governo, a partir de sua competência e saber na sua área de atuação, e que, por ocuparem postos estratégicos, foram capazes de encaminhar as reformas institucionais, de acordo com seus pontos de vista.

Neste contexto, pode-se entender a relevância destes atores sociais para a “[...] ordenação jurídico-institucional e [para a] sustentação do pacto de forças então vigente” (MICELI, 1979, p.165) no país. Foram incontestavelmente expoentes do grupo de

⁷⁸ Outro aspecto curioso da utilização desta categoria por Miceli (1979) foi a junção, no mesmo subcapítulo, com os atores sociais classificados por ele como “pensadores autoritários”.

“educadores profissionais”: Fernando de Azevedo; Lourenço Filho; Anísio Teixeira; Mário Casassanta; Antonio Carneiro Leão, dentre outros. Esta classificação de Miceli (1979), sobre Azevedo, foi reiterada no texto de Gandini (1995). Autora responsável por destacar que, tanto Fernando de Azevedo quanto Lourenço Filho, foram convocados pelo Estado devido as suas competências – inclusive, técnica – para colaborar com a obra de modernização institucional empreendida no país, sob a égide do governo.

Ainda no contexto da década de 1920, as reformas educacionais empreendidas por Azevedo e Lourenço Filho se caracterizaram por um significativo viés técnico e parecem ter auxiliado no delineamento do que seria o sistema nacional de ensino no Brasil. Estes intelectuais – ao participarem do movimento da escola nova⁷⁹ e promoverem mudanças na estrutura legal e administrativa dos estados do Ceará (1922-1923) e do Rio de Janeiro (1927-1930), respectivamente – se credenciaram enquanto teóricos e técnicos da educação; e, no que se refere a Azevedo, como político da educação. Neste sentido, tais atores podem ser reconhecidos como representantes de uma *intelligentzia* capaz de projetar, executar, conduzir e explicar as transformações necessárias para a criação e a organização das instituições educacionais, culturais e científicas no país (MARTINS, 1987).

Foi neste universo social, e por intermédio destes e de outros intelectuais, que o princípio da organização – caro ao pensamento de Alberto Torres – tornou-se uma forma de ação para orientar as mudanças sociais no Brasil, a partir dos anos de 1920. Assim, é possível apontar que a *intelligentsia* – que se constituiu no país neste período – compreendeu um conjunto de atores sociais que “[...] valoriz[ou] o que [era] brasileiro, desesper[ou]-se pelo “atraso” cultural do país, interrog[ou]-se sobre as estruturas da sociedade, procur[ou] sua identidade social e tent[ou] estabelecer uma ponte entre a modernidade e a modernização do país. [...] [Ou seja, um conjunto de atores que] clam[ou] por reformas sociais [...]” (MARTINS, 1987, p.85).

Tanto as formas de intervenção política dos intelectuais quanto às relações que estes estabeleceram com o Estado tornaram-se objeto de reflexão de Miceli (1979); nesta última, a relação de cooperação entre os intelectuais e o Estado possui um limite tênue entre contribuir com e ser cooptado por. Por conseguinte, para este autor, entre as características dos intelectuais cooptados encontravam-se, de um lado, a promoção de “álbis nacionalistas” para sua produção e, de outro, a tendência de se colocarem em

⁷⁹ Sobre a escola nova ver: Cunha (2001, 2000, 1999, 1995), Nagle (2001), etc.

evidência enquanto gestores do “espólio cultural da nação”. Desse modo, estes intelectuais se destacavam por sua atuação para a “[...] conservação, difusão e manipulação dessa herança, aferrando-se à celebração de autores e obras que p[udesse]m ser de alguma utilidade para o êxito dessa empreitada” (MICELI, 1979, p.159). Foi:

[...] nesse contexto, sem dúvida, que tomou corpo a concepção de ‘cultura brasileira’ sob cuja chancela, desde então, se constitui uma rede de instâncias de produção, distribuição e consagração de bens simbólicos, às custas das dotações oficiais. [...] [F]oi esse o momento chave na definição da autoridade de que se reveste o mandato daqueles incumbidos de gerir a política cultural do regime (MICELI, 1979, p.159). (Aspas do autor).

Se por um lado, é possível considerar que a interpretação de Miceli (1979) – sobre o conceito de “cooptação” e sua relação com a noção de cultura brasileira⁸⁰ – possui valor heurístico para caracterizar parte da intelectualidade que se apoiou na dimensão nacionalista de suas obras, como uma estratégia para obter o “timbre do oficialismo”; por outro, esta análise parece ser insatisfatória para explicar a atuação de Fernando de Azevedo junto ao Estado, mormente a publicação de sua obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]) – editada com o patrocínio governamental.

No trabalho de Toledo (1995) – que versa, dentre outros aspectos, sobre a situação de produção da obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]) – encontramos alguns argumentos a respeito das razões que impulsionaram a realização deste livro, assim como dos caminhos que seu autor trilhou neste processo. A perspectiva de cooptação – sugerida por Miceli (1979) – não se coloca no horizonte analítico desta intérprete, ao tratar da aproximação entre Azevedo e o Estado.

De acordo com Toledo (1995), a relação entre este autor e o Estado, no final da década de 1930, caracterizou-se por uma hostilidade polida, da parte do primeiro e, declarada, pelo segundo. A hostilidade governamental materializou-se seja na extinção do Instituto de Educação (IEUSP) em 1938 – criado e dirigido por Azevedo, desde 1933 – seja na tentativa de sua aposentadoria compulsória, em 1938. Segundo Toledo (1995,

⁸⁰ A compreensão de Miceli (1979) sobre a categoria cultura brasileira parece dialogar diretamente com a leitura realizada por Mota (2002 [1977]). Semelhante leitura remonta a uma avaliação dos aspectos ideológicos que teriam orientado autores como Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo – á guisa de exemplo – no processo de artesanial e de difusão desta categoria. A interpretação de Mota (2002 [1977]), ao remeter-se à dimensão ideológica da cultura brasileira na obra de Azevedo, parece-nos insuficiente para considerar como pouco rigorosa a perspectiva analítica da conciliação, adotada por este autor; bem como para afirmar como única abordagem científica válida a perspectiva do conflito.

p.90-91), o político a frente destas – e de outras – ofensivas ao trabalho de Fernando de Azevedo e a USP, de modo geral, consistiu no interventor de São Paulo, Ademar Pereira de Barros.

Enquanto no âmbito do governo do Estado de São Paulo⁸¹ a situação era de oposição a Fernando de Azevedo, na esfera federal, Toledo (1995) apontou a existência de espaços de negociação, apesar da influência católica junto ao Ministro Gustavo Capanema. Um destes espaços parece ter sido explorado por M. A. Teixeira de Freitas ao intermediar a relação entre Azevedo e o governo no processo de realização do referido livro. Dessa forma, a atuação de M. A. Teixeira de Freitas colaborou para que a obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]) recebesse o “timbre do oficialismo”, tornando-se a introdução do primeiro recenseamento nacional, realizado pelo IBGE, em 1940.

Entretanto, o fato de Azevedo ter aceitado escrever tal obra como introdução:

[...] do Censo de 1940 não significou, necessariamente, como querem seus leitores, a adesão ao Estado Novo, mas a oportunidade de construir uma história da educação brasileira e de sua atuação que se sobrepunha a outras interpretações, transformando sua obra em ‘marco de referência’ e em ‘ponto de partida para uma verdadeira escola de investigação’ e, ao mesmo tempo, de usar as próprias condições do lugar de produção da obra – introdução do censo – como uma estratégia que possibilitou a si e ao seu grupo [os reformadores da educação] de serem apreendidos de uma determinada maneira, constituindo e perpetuando as suas identidades, assim como a de seus opositores (TOLEDO, 1995, p.92). (Aspas da autora).

Diante do exposto, podemos apontar que Azevedo teria atuado – para mobilizarmos uma expressão de Candido (1994a), ao traçar o seu perfil – como um “oportunista desinteressado”, ou seja, como um sociólogo “[...] disposto a pôr no primeiro plano as possibilidades de realizar os projetos que lhe pareciam essenciais. [...]” (CANDIDO, 1994a, p.16).

As ponderações de Candido (1994a) e de Toledo (1995), a respeito do senso de oportunidade de Fernando de Azevedo, encontram-se contempladas na interpretação de Nascimento (2008), porém, em outro registro. Segundo Nascimento (2008), ao versar

⁸¹ No acervo de Azevedo encontramos uma correspondência, escrita em setembro de 1938, na qual M. A. Teixeira de Freitas aparece como o mediador da situação que envolveu a ameaça de aposentadoria compulsória de Fernando de Azevedo assim como de Almeida Júnior e de Milton da Silva Camargo Rodrigues – todos, professores do Instituto de Educação (IEUSP) – pelo Interventor do Estado de São Paulo em 1938. M. A. Teixeira de Freitas recorreu ao General Francisco José Pinto para auxiliar na reversão deste quadro. Este último obteve êxito em tal propósito.

sobre o papel da intelectualidade ibgeana para a construção da nação brasileira, a partir da década de 1930, Azevedo, como um dos membros deste grupo, cooperou com o Estado, inclusive com o Novo, ao existir convergência entre os seus ideais – modernizadores e nacionalistas – e os do Estado.

Semelhante análise parece encontrar respaldo na interpretação de Lahuerta (1997) sobre as relações entre intelectuais e Estado no processo de modernização do Brasil. Para este autor, o Estado Novo mesmo apresentando uma:

[...] face repressiva, oferecia à massa de intelectuais um horizonte para a satisfação de suas exigências gerais, inclusive as éticas, acolhendos e procurando dar sentido à sua atividade, engajando-os na construção de um Estado ético, modernizador, que se pretendia a própria encarnação da nação (LAHUERTA, 1997, p.105-106).

Ou seja, o Estado Novo significou: “[...] *o coroamento de um ideal de modernização e de uma demanda de unificação – cultural, política, etc. – que, forte já antes, se radicaliz[ou] [...]*” (LAHUERTA, 1997, p.105, itálico do autor). Com estas considerações, Lahuerta (1997) procurou enfatizar que não houve uma cooptação, nos termos de Miceli (1979), mas uma “conquista” do Estado em relação aos intelectuais, objetivando a formação de um novo bloco de poder. Neste sentido, o governo teria atraído Azevedo e outros, ao acenar-lhes com a possibilidade de participação no processo de construção da nação.

Algumas dimensões das análises da obra de Miceli (1979), sobre a geração de Fernando de Azevedo ou sobre ele próprio, não se vinculam a mobilização das categorias, tratadas até então, mas parecem dialogar diretamente com a concepção deste autor sobre a institucionalização da Sociologia no Brasil. Partindo desta hipótese, tentaremos aferir alguns de seus limites e possibilidades, particularmente, no contexto de criação da USP.

O trabalho de Azevedo – como professor e crítico literário, na década de 1920 – somado a sua atuação no Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo, realizado em 1926⁸², colaborou para que este sociólogo se tornasse, ao lado de Júlio de Mesquita Filho⁸³, um dos principais portadores do diagnóstico da situação cultural e educacional

⁸² O Inquérito encontra-se publicado no livro **Educação na encruzilhada** (1960b [1937]) e teve grande repercussão no meio intelectual brasileiro nas décadas de 1920 e 1930. Esta pesquisa foi encomendada pelo jornal de Júlio de Mesquita Filho à Azevedo.

⁸³ Após a publicação de sua obra **A crise Nacional**, em 1925.

de São Paulo; e, em certa medida, do país. E, mais, um dos mentores, articuladores e difusores do projeto de criação de uma universidade neste estado (LIMONGI, 1989; SOUZA, 1983). No que tange ao referido projeto, os textos de Souza (1983) e de Cardoso (1982) convergiram no apontamento segundo o qual para Fernando de Azevedo não havia “[...] conflito entre o ideal da formação das elites e os ideais democráticos, pois educação popular e preparo das elites seriam duas faces de um único problema, o da formação da cultura nacional” (CARDOSO, 1982, p.30).

Seria em torno do diagnóstico da necessidade de preparo das elites que podemos sugerir a aproximação entre Azevedo e Mesquita Filho⁸⁴. Pode-se apontar que Mesquita Filho colaborou para abrir-lhe as portas ao convívio com alguns expoentes das elites intelectuais e dirigentes do país⁸⁵. Portanto, além de amigos, estes atores foram parceiros na criação da USP e em outros empreendimentos culturais e educacionais no país (SOUZA, 1983; CARDOSO, 1982). Um contraponto sobre os vínculos de amizade entre estes atores é encontrado no trabalho de Schwartzman (1979).

Ao abordar a constituição da comunidade científica no país, Schwartzman (1979) contemplou a perspectiva institucional e voltou seu olhar para a história de fundação da USP. Neste processo, destacou a atuação de Paulo Duarte como o responsável por indicar o nome de Fernando de Azevedo para compor a comissão de organização desta Universidade, em 1934, pois Mesquita Filho teria ficado insatisfeito com tal proposta.

A partir deste apontamento, e de outros no decorrer do livro, Schwartzman (1979) sugeriu um deslocamento da importância de Azevedo como parceiro de Mesquita Filho no projeto e, de modo geral, na organização e na consolidação da USP. Uma pista deste menosprezo pode ser observada na seguinte passagem: “[...] o verdadeiro trabalho de estruturação da Universidade e as decisões cruciais ficaram exclusivamente nas mãos de três pessoas: Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira e Paulo Duarte [...]” (SCHWARTZMAN, 1979, p.201).

A abordagem institucional de Schwartzman (1979), ao contemplar um recorte e uma perspectiva que privilegiou somente as iniciativas que tiveram longa duração,

⁸⁴ Mesquita filho e Azevedo foram amigos, desde os anos de 1920 até a década de 1960, quando o primeiro faleceu. Uma amizade que não foi desprovida de conflitos, conforme salientou Fernandes (1994).

⁸⁵ Nos trabalhos de Azevedo: **História de minha vida** (1971b), **Figuras de meio convívio** (1960c) e **Velha e nova política** (1943 [1942]) encontram-se relatos sobre sua amizade e parceria com Mesquita Filho, a quem considerou, entre as figuras de seu convívio, como “pioneiro de uma política da cultura”.

parece ter desconsiderado a relevância que a totalidade das ações empreendidas – com o intuito de organizar uma instituição – lega, seja para a cultura organizacional seja para a produção intelectual. Semelhante abordagem parece ter dificultado, em última instância, conhecer a complexidade da história da formação da comunidade científica uspiana, e, neste caminho, as contribuições de Azevedo.

O legado deste sociólogo, no processo de criação desta universidade, foi marcado por um duplo empenho: primeiro, para que a formação de professores do ensino secundário ocupasse um lugar de destaque ao lado da formação das elites. Segundo, para que o ensino secundário fosse reconhecido como um importante lócus para a renovação no quadro das elites dirigentes do país.

Tais idéias denotam coincidências entre as posições de Azevedo sobre a universidade e àquelas defendidas pelos professores franceses Georges Dumas e Paul Fauconnet, quando estiveram no Brasil, nos anos de 1920. A influência destes professores na obra de Azevedo, e na de outros “pioneiros da educação nova”, pode ser percebida nas reformas educacionais implantadas por estes atores. Neste sentido, afirmou Bomeny (2001a) que:

[...] Da França, os pioneiros retiveram a convicção de que era preciso criar um sistema nacional de educação sob a liderança e condução do Estado. Dos Estados Unidos, mantiveram o exemplo da extensão democrática com a propagação de uma escola pública, laica e gratuita. Mantiveram também a crença de que pela ciência se construiria educação de qualidade (BOMENY, 2001a, p.45).

A defesa de um sistema nacional de ensino público, gratuito e laico, acrescida da preocupação com a formação dos professores do ensino secundário e com a difusão da cultura para os diferentes grupos que compunham a sociedade brasileira – independente, de suas características econômicas, sociais, étnicas, etc. – possibilitou a Azevedo ser caracterizado como um expoente dos ideais democráticos e liberais no país. No entanto, sob inspiração do texto de Souza (1983), podemos apontar que Azevedo procurou realizar uma interpretação sobre os conceitos de elite e de democracia que lhe permitisse uma maneira de articular e justificar seu trabalho ao lado de personalidades (como Júlio Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, etc.); os quais, não obstante, preconizassem um ensino superior voltado exclusivamente para a formação das elites, possuíam condições objetivas de efetivar, ao menos em parte, seus projetos intelectuais e políticos na conjuntura dos anos de 1930.

Neste cenário, o conceito de elite⁸⁶ passou a significar para Azevedo um grupo aberto “[...] e acessível que se renova[va] constantemente, pelo mecanismo das circulações das elites, com elementos vindos das diferentes camadas sociais, devidamente preparados pela educação” (SOUZA, 1983, p.114-115). Enquanto o de democracia afastou-se da idéia de governo do povo pelo povo – algo considerado por Azevedo, em última instância, como uma ficção – e converteu-se em governo constituído por elementos do povo, os quais seriam selecionados por seus méritos e preparados pela educação⁸⁷.

É possível apontarmos que a presença de Azevedo, ao lado de Mesquita Filho e de Salles Oliveira – em particular, no projeto da USP – significou que eles comungavam do mesmo “espírito” de reformas que atingia a muitos do seu tempo; porém isto não nos autoriza a afirmar que Azevedo compartilhava integralmente da visão destes dois atores sobre a educação – ou a respeito da universidade. O referido “espírito, longe de ser uma manifestação desencarnada e abstrata, compreendeu um sintoma dos dilemas que a perspectiva de transição da sociedade impunha a estes homens. Uma perspectiva marcada, sobretudo, pela modernização conservadora (WERNECK VIANNA, 2004; LAHUERTA, 1997).

Fernando de Azevedo, Salles Oliveira e Mesquita Filho foram alguns dos representantes das elites intelectuais, atuantes na Primeira e na Segunda República, que Cardoso (1982) identificou através da categoria “comunhão paulista”. Esta autora propôs uma interpretação sobre a história de criação da USP, na qual esta instituição passou a ser denominada como a “universidade da comunhão paulista”. O diálogo com esta intérprete se justificou devido ao fato de seu trabalho contribuir para atualizar parte das análises que problematizamos a respeito da institucionalização da Sociologia e de Azevedo.

⁸⁶ Para Azevedo, segundo Lima (1999), elite e classe seriam categorias sociais distintas, pois enquanto elite implicava em uma minoria constituída de seleção, por mérito pessoal, a classe correspondia às disparidades de graduação ligadas às condições de vida, fortuna, etc.

⁸⁷ Souza (1983) chama-nos a atenção para a influência da obra de Vilfredo Pareto e seu conceito de circulação das elites, no pensamento de Fernando de Azevedo. O artigo de Queiróz (1994) também destaca a presença de Pareto nas reflexões deste intelectual. Contudo, vale ressaltar que Azevedo realiza uma adaptação do conceito de Pareto para que o mesmo se torne operacional, ao tratar a realidade social do Brasil. Neste contexto, é possível reconhecermos certa pertinência na afirmação de Reale (1994 [1984]) sobre Azevedo, segundo a qual “[...] a ambivalência de seu ser pessoal gera-lhe perplexidades no plano teórico, e lhe sugere conciliações só compreensíveis na esfera da práxis” (REALE, 1994 [1984], p.114).

Ao acompanharmos a definição de Cardoso (1982) sobre a “comunhão paulista” podemos perceber que seus representantes são elementos com visão política, os quais se identificam com a cultura, com a história e com o desenvolvimento – econômico e moral, de parte das elites paulistas – e reconhecem a legitimidade do Estado de São Paulo na condução dos rumos do país.

Em seu caminho argumentativo, Cardoso (1982) recupera as reflexões de Capelato e Prado (1980) sobre os intelectuais que pertenceram ao quadro do jornal **O Estado de S. Paulo**; bem como a respeito daqueles que foram seus colaboradores ou apenas simpatizantes de sua ação cultural e política no país. Cardoso (1982) qualifica os atores que pertenceram ao quadro do jornal como representantes do “núcleo da comunhão”, e, exclui o nome de Fernando de Azevedo afirmando que este:

[...] não seria tipicamente um elemento do núcleo, dada a sua participação autônoma em outros empreendimentos desvinculados dos do “grupo”. Seria, mais, um intelectual incorporado, porém com um lugar de muito destaque por causa de suas ligações de amizade pessoal com Júlio de Mesquita Filho e de sua participação relevante na condução da “campanha da Universidade” (CARDOSO, 1982, p.43-44). (Aspas da autora).

A concepção de uma sociedade estratificada cujo destino é coordenado de cima para baixo – utilizando-se do autoritarismo como um instrumento para a modernização – é mobilizada por alguns intérpretes do pensamento social no Brasil para explicar certas facetas do elitismo e do autoritarismo que compreendem existir nas obras teóricas e práticas de alguns intelectuais liberais, como Azevedo. Cardoso (1982) parece consistir em uma destas intérpretes, ao afirmar que nos primeiros tempos da implantação da USP: “[...] os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam os jornais e o que se editava em livros e revistas” (CARDOSO, 1982, p.18).

Ao utilizar o termo “liberais”, sem defini-lo, Cardoso (1982) torna sua análise fugidia, pois permite aproximar, em um único grupo, intelectuais de diferentes perfis e trajetórias como foram Júlio de Mesquita Filho, Fernando de Azevedo, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, Armando de Salles Oliveira, dentre outros. Ou seja, com este procedimento a autora parece ter dissolvido a singularidade destes indivíduos na referida categoria. Supomos que isto tenha incidido, á guisa de exemplo, nas entrelinhas

de sua análise sobre Júlio de Mesquita Filho. Nesta, Mesquita Filho é apresentado como um “liberal autoritário”, à medida que teria contribuído para desencadear a saída de Claude Lévi-Strauss do corpo docente da USP, por razões ideológicas⁸⁸.

Propomos uma abordagem distinta da realizada por Cardoso (1982) – a respeito de Mesquita Filho e de Azevedo – pelo fato de entendemos ser preciso elaborar uma crítica dos atores e das obras, sem, contudo, estabelecer rótulos sobre eles. Com semelhante postura procuramos evidenciar a necessidade de compreender tais intelectuais e não de julgá-los.

Norteados por esta preocupação, é possível sugerirmos que as diferenças entre os perfis de Mesquita Filho e de Azevedo teriam colaborado para as distintas relações que eles construíram, por exemplo, com Claude Lévi-Strauss. No que tange a Azevedo é possível apontarmos, a partir das correspondências presentes no seu acervo, que ele manteve contato com Lévi-Strauss, após o episódio de seu afastamento da USP, em 1938; inclusive, que o convidou para ser seu colaborador “informalmente” nos processos de provimento de cargos para as diferentes cadeiras na FFCL, durante o ano de 1942, quando Azevedo se encontrava na direção desta instituição.

Outra pista que favorece nossa interpretação sobre as relações cordiais entre Azevedo e Lévi-Strauss é propiciada pela carta que o primeiro escreveu a Roger Bastide, em dezembro de 1969⁸⁹. Nela, Azevedo apresenta nutrir uma profunda consideração seja por Bastide e Paul Arbousse Bastide seja por Lévi-Strauss. De tal modo que, ao comentar sobre a aposentadoria dos três, afirmou consistir em uma perda significativa para a cultura francesa, e lamentou não possuir mais a mesma influência junto ao governo, como em épocas anteriores, fato que o impedia de trazer novamente tais intelectuais para São Paulo.

Os argumentos de Miceli (1979) e de Cardoso (1982) que sugerem que Fernando de Azevedo possa ser considerado como uma figura autoritária pareceram-nos

⁸⁸ Cardoso (1982) expõe que houve a imposição no interior da Universidade de São Paulo de uma concepção autoritária e repressiva para que a mesma cumprisse a missão que lhe foi atribuída pela comunhão. Semelhante concepção pôde ser vislumbrada, nos dizeres de Cardoso, em entrevista por ela realizada com Roger Bastide, em 1973. Este, ao mencionar sobre os contratos com os professores estrangeiros, teria relatado a autora sobre a existência de uma cláusula que inviabilizava a atividade e a propaganda política no país. Bastide chegou ao Brasil em 1938 para substituir o professor Claude Lévi-Strauss, afastado involuntariamente, após desentendimentos com Júlio de Mesquita Filho, que o considerava um comunista perigoso.

⁸⁹ Ambas as cartas encontram-se resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

pouco plausíveis⁹⁰, particularmente, ao refletirmos sobre as propostas e as condutas deste sociólogo nas instituições onde atuou ao longo de sua carreira, inclusive, na USP; bem como sobre sua produção. No entanto, é preciso destacar que a argumentação destes intérpretes não explicita esta visão a respeito de Azevedo, porém a difunde nas entrelinhas de suas análises, principalmente, ao focar suas relações com o governo de Vargas, na sua fase ditatorial⁹¹, e ao ignorar sua atuação contra a ditadura na década de 1960.

No acervo de Azevedo encontramos algumas pistas que contribuem para que possamos lançar luz sobre sua atuação contra a ditadura, nos anos de 1960. Dentre elas, uma carta⁹² de Fernando H. Cardoso para este sociólogo em agosto de 1964. Nela, Cardoso agradecia a solidariedade prestada por Azevedo a ele e a seu grupo – após o inquérito militar instaurado no interior desta universidade. E comentava que semelhante atitude de Azevedo não o surpreendia, à medida que sua coragem e distinção no modo de proceder – seja na administração, quando este foi Diretor e Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia, seja na docência, enquanto esteve a frente da Cadeira de Sociologia II – na USP testemunhavam a favor de seu reconhecido caráter.

Ainda neste documento, Fernando H. Cardoso expôs ter plena convicção de que se Azevedo e Lourival Machado estivessem na Congregação, no contexto do inquérito militar, eles teriam impedido – ao lado de Florestan Fernandes – que os professores daquela casa atuassem como se tudo estivesse dentro da normalidade.

Assim, ao contrário das sugestões presentes em algumas passagens dos textos de Pécaut (1990), Cardoso (1982) e Miceli (1979), sobre a relação de Azevedo com o autoritarismo, os testemunhos dos correspondentes deste intelectual como: Fernando H. Cardoso (1964), Ênio Silveira (1964) e Mário da Silva Brito (1970), para citarmos apenas alguns exemplos, são indicativos da postura crítica deste sociólogo. Com esta

⁹⁰ Os artigos de Candido (1994a), Fernandes (1994), Queiróz (1994), etc. assim como as cartas presentes no acervo, escritas por Anísio Teixeira, Paschoal Lemme, Almeida Júnior, entre outros, compuseram parte do material que nos auxiliou a questionar as referidas interpretações de Cardoso (1982) e de Miceli (1979). Vale lembrar que tanto os artigos quanto as cartas consultadas foram elaborados por intelectuais que conviveram pessoal e profissionalmente com Fernando de Azevedo ao longo de décadas.

⁹¹ A Era Vargas foi constituída por três (3) fases: uma “revolucionária”, que teve início em 1930, uma ditatorial, que começou em 1937, e outra “democrática”, que se institui a partir de 1945. Nesta última, ele exerceu o poder indiretamente através de Gaspar Dutra e, depois, diretamente, quando retorna pelo voto. Para uma análise detalhada da Era Vargas consultar a obra de Schwartzman (1983).

⁹² Esta correspondência assim como a de Ênio Silveira e a de Mário da Silva Brito encontram-se resumidas e podem ser consultadas na Seção Anexos, na Tabela 1.

consideração não pretendemos equiparar as cartas às obras mencionadas, mas relativizar as interpretações presentes nestas últimas.

Corroborando com nosso intuito de flexibilizar tais análises a reflexão de Fernando de Azevedo, presente em um texto inédito, o qual de acordo com Vidal (2000b) foi escrito em 1963. Neste texto, Azevedo teria propiciado algumas idéias-chave a respeito de sua compreensão sobre o significado da Sociologia e da profissão de sociólogo, e, em particular, das dificuldades e das possibilidades desta ciência, no Brasil, na década de 1960. Apesar do autoritarismo não se colocar como um tema de estudo para este autor, uma postura crítica sobre o assunto parece ter orientado seu pensamento, e, desse modo, conduzido sua visão como sociólogo e homem público. Portanto, para Azevedo:

[...] “(...). Nos Estados totalitários, são as restrições à liberdade de pesquisa, nas ciências humanas, a unanimidade maciça do pensamento político, a repulsa às divergências relativas à doutrina ortodoxa, que não só reduzem mas suprimem as livres investigações sociológicas (...).

Essa fase, portanto, que pode parecer e é, realmente, sob certos aspectos, de declínio de interesse, ou melhor, de desinteresse quase total pelas ciências sociais e suas aplicações práticas, poderá transformar-se, – se sociólogos e antropólogos souberem tirar proveito da situação a que os relegaram as circunstâncias, – em uma nova fase de trabalho fecundo e, talvez, de renovação dos estudos e pesquisas sociológicas. E isto, não somente pela reformulação de princípios básicos e de descoberta de novas teorias e técnicas, como também por uma visão, mais clara e mais larga, do mundo social de que assistimos apenas o amanhecer, e dos meios racionais de reestruturar as sociedades, em fase de mudança (...). Sejam, portanto, conforme as tendências de cada um, sociólogos teóricos, pesquisadores, ou sociólogos preocupados com a ação, a reforma ou a reconstrução social, cientistas em todo caso, de nosso tempo, se quisermos superar a crise que já sobreveio, de passagem de uma civilização para outra e da qual podemos servir-nos para um balanço dos resultados das atividades sociológicas e reexame de conhecimentos” (AZEVEDO, 1963 apud VIDAL, 2000b, s/p).

De acordo com Azevedo (1963, apud VIDAL, 2000b), o período vivido pelas Ciências Sociais, em início da década de 1960, é paradoxal, ao mesmo tempo em que há um profundo desinteresse por suas teorias e aplicações práticas – marcado pela tentativa de imposição da “[...] unanimidade maciça do pensamento político, a repulsa às divergências relativas à doutrina ortodoxa [...]”; existe uma tendência, no contexto nacional e internacional, para a renovação das Ciências Sociais, tanto de suas metodologias quanto de suas teorias. E, neste sentido, para a transformação dos

parâmetros institucionais seja para reformar as organizações científicas existentes seja para criar novas.

Assim, poucos meses antes da efetivação do golpe militar de 1964, no Brasil, Azevedo (1963, *idem*) realizou um diagnóstico crítico sobre a relação entre a sociedade e as Ciências Sociais, no qual atribuiu um papel fundamental ao sociólogo, nos seguintes termos: “[...] [s]ejamos, portanto, conforme as tendências de cada um, sociólogos teóricos, pesquisadores, ou sociólogos preocupados com a ação, a reforma ou a reconstrução social, cientistas em todo caso, de nosso tempo, se quisermos superar a crise que já sobreveio [...]”.

Uma dimensão da crise desencadeada pelo golpe foi o afastamento entre a Sociologia e a Educação, e, ao mesmo tempo, a emergência de uma visão pouco lisonjeira a respeito dos trabalhos dos sociólogos que, a exemplo de Azevedo, preocuparam-se com a reconstrução social do país. Diante deste quadro é possível supormos que parte das alusões dos textos de Pécaut (1990), Cardoso (1982) e Miceli (1979), sobre a relação de Fernando de Azevedo com o autoritarismo, seja decorrente deste processo de afastamento.

Outro caminho para problematizarmos tais alusões encontra-se na atuação de Azevedo na elaboração do documento intitulado: Declaração de Princípios e de Solidariedade – aos professores Mário Schenberg, João Cruz Costa, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e ao estudante Fuad Saad – indiciados pela polícia como subversivos no inquérito militar. Um documento que foi amplamente divulgado dentro e fora da USP, sob o título de **Manifesto dos intelectuais: pela liberdade de opinião, em 1965**⁹³.

Em outra passagem do livro, Cardoso (1982, p.18) sugeriu que as benesses do trabalho científico desenvolvido na USP não teriam sido obra do “espírito liberal de criação”, e, sim, resultado da atuação dos membros das missões estrangeiras nesta instituição. Semelhante idéia pode ser questionada a partir das reflexões presentes nos textos de Candido (2006 [1959]), Meucci (2000) e Costa Pinto e Carneiro (1955).

⁹³ Em Penna (1987) encontramos a reprodução deste manifesto. De acordo com esta intérprete, a partir das análises das cartas trocadas entre Azevedo e seus correspondentes – como Anísio Teixeira, José Getúlio Frota Pessoa, Francisco Venâncio Filho, etc. – pode-se constatar que Fernando de Azevedo era considerado uma liderança intelectual e um defensor da liberdade de opinião e da democracia política. Vão ao encontro destas considerações de Penna (1987), algumas observações presentes na coletânea de artigos organizada por Pôrto Jr. (2004).

De acordo com estes trabalhos, um aspecto fundamental para o desenvolvimento da atividade científica em qualquer universidade – seja no âmbito do ensino seja no da pesquisa – vincula-se a preocupação com o estabelecimento de uma abordagem didática “sobre como ensinar”; bem como com a criação e a organização do material utilizado para esta finalidade. Não obstante, os professores das missões estrangeiras acreditassem na importância de elevar o nível cultural dos alunos brasileiros, a maioria deles não se dedicou a efetuar uma abordagem didática⁹⁴ no processo de ensino-aprendizagem, tampouco a desenvolver materiais de suporte que favorecessem o aprendizado do público discente.

Assim, ao contrário do que supôs Cardoso (1982), parte significativa das benesses do trabalho científico na USP foi obra dos autores brasileiros que, como Azevedo, compuseram o “espírito liberal de criação” desta universidade. Um testemunho a respeito da contribuição de Azevedo para este processo pode ser encontrado nas palavras de Paul Arbousse Bastide⁹⁵, em 1936, sobre o manual: **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]):

Constitui, em suma, este livro excelente instrumento para os estudantes e fonte de informação para os professores. Está escrito com grande liberdade de espírito e de julgamento; expõe teorias, assinala fatos e apresenta problemas, não sacrificando nem à prática, nem ao espírito de sistema. [...] É preciso louvar o Sr. Fernando de Azevedo por ter posto à disposição do estudante brasileiro um guia tão completo e tão seguro (ARBOUSSE BASTIDE, 1936 apud LEAL, 2003, p.166).

Contribui para a crítica das considerações de Cardoso (1982), sobre a atuação dos professores estrangeiros na USP, o apontamento de Meucci (2000), segundo o qual:

[...] muitas pesquisas relacionadas ao papel exercido [...] [pelos] cientistas estrangeiros têm sido desenvolvidas pelos autores que se dedicam ao estudo da história da sociologia entre nós. Entretanto, chamamos a atenção para o fato de que a mesma dedicação analítica não tem sido dada ao modo como nossos intelectuais – que efetivamente foram os responsáveis pela fundação dos cursos superiores de ciências sociais e pela introdução da sociologia nas

⁹⁴ Temos testemunhos sobre tal questão nas obras de Fernandes (1980 [1977]), de Candido (1994a) e de Jackson (2002), nesta, principalmente, na seção dedicada às entrevistas com Antonio Candido.

⁹⁵ Arbousse Bastide foi um nome de destaque da missão estrangeira proveniente da França, a qual foi responsável por atuar no processo de institucionalização das Ciências Sociais na USP, desde a década de 1930.

Faculdades de Filosofia – procuraram compor a identidade acadêmica da sociologia e do sociólogo (MEUCCI, 2000, p.74-75).

Entre os intelectuais brasileiros que colaboraram para compor tal identidade destacou-se Azevedo – que além de autor de um dos mais significativos manuais de Sociologia no Brasil, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) – foi um importante editor deste, e, de outros tipos de obras acadêmicas com preocupação similar, nas décadas de 1930 e de 1940. A relevância da atuação deste sociólogo – como autor e como editor – pode ser dimensionada ao considerarmos que:

[...] os primeiros manuais didáticos de uma nova área do conhecimento compreendem, juntamente com coletâneas de textos e dicionários, as primeiras tentativas de sistematização do conhecimento sociológico. Através dos livros introdutórios, os autores elegeram temas, problemas e conceitos da sociologia empírica e teórica. Reuniram e apresentaram, de forma didática, métodos e procedimentos considerados adequados à análise sociológica. [...] [Assim] estes livros simultaneamente constroem e difundem o novo campo de conhecimento [...] (MEUCCI, 2000, p.5).

Outra referência interessante sobre o manual de Azevedo encontra-se em uma carta de Ramon M. Alsina para o autor, em 1936. Nela, Alsina afirmou que o livro **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) era capaz de formular os problemas fundamentais da Sociologia, inclusive, apoiando-se nas teorias mais modernas, na década de 1930, sobre o assunto. Alsina expôs tratar-se de uma honra poder difundir tal obra nos meios culturais argentinos, assim como recomendá-la para o ensino da matéria neste país.

Corroborou também com esta percepção de Alsina, sobre a importância deste trabalho, o apontamento de Meucci (2000) a respeito da repercussão do referido manual. Segundo esta estudiosa, ao ser reeditado onze (11) vezes, entre 1935 e 1973, **Princípios de Sociologia**, colocou Fernando de Azevedo entre os mais notáveis divulgadores da Sociologia no sistema escolar e acadêmico no Brasil.

3. Vida pública e associações científicas e profissionais na América Latina:

SBS e ALAS em foco

“[...] Era preciso nas condições presentes, sacrificar o homem de letras, e eu me dispus naturalmente a sacrificá-lo de certo modo, para servir à ciência e, especialmente, à sociologia que me foi particularmente útil ao técnico, ao reformador e ao político da educação. [...] [A sociologia foi] útil em campos, onde quase tudo estava por fazer e os desafios eram agressivos demais para deixarmos de lhes dar respostas”

Fernando de Azevedo, Máscaras e Retratos (1962b, p.12-13).

Ao expressar o papel da Sociologia no Brasil, nos termos acima, Fernando de Azevedo nos revela parte de seu perfil sociológico e deixa-nos ver, de forma nuançada, um dos significados que atribuiu a esta ciência. Para este autor, a Sociologia consistiu em um conjunto de teorias e metodologias que tinha como objeto de estudo a sociedade, a qual buscou explicar; bem como intervir. De acordo com sua visão não havia uma Sociologia brasileira e, sim, uma Sociologia no Brasil. O reconhecimento do caráter “útil” da Sociologia deveu-se ao fato desta ciência ter lhe possibilitado desenvolver novas idéias e procedimentos que orientaram ou reorientaram as formas de sociabilidade e a estrutura organizacional das instituições que fundou, dirigiu e/ou reformou no país, assegurando-lhes maior racionalidade.

Onde “[...] os desafios eram agressivos demais para [deixar] de lhes dar respostas” fez-se presente a colaboração de Azevedo para o processo de institucionalização da Sociologia e, conseqüentemente, para o de modernização do país, a partir das décadas de 1930 e 1940. Este ator considerou a Sociologia como condição para o progresso da sociedade brasileira, ao imputar-lhe papel fundamental nos diagnósticos e nas soluções dos problemas nacionais⁹⁶.

Para que possamos entender parte das contribuições de Azevedo para esta ciência faz-se preciso dialogar com sua trajetória enquanto intelectual – nos termos provocativos de Leclerc (2004)⁹⁷ – e como parte da *intelligentsia* – na concepção de Martins (1987). Neste contexto, coloca-se olharmos para a atuação de Azevedo junto à

⁹⁶ Conforme salienta Meucci (2000), Azevedo compreendeu o próprio processo de institucionalização da Sociologia como um indício do progresso do Brasil.

⁹⁷ Grosso modo, a provocação de Leclerc (2004) estaria na sugestão de olhar o intelectual como um tipo híbrido, resultante do encontro do homem público – no sentido de “viver para a política” – com o profissional da inteligência – da criação científica, cultural, etc. – de uma dada sociedade e época.

primeira entidade de cientistas sociais criada no Brasil, a Sociedade de Sociologia de São Paulo, hoje, Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS).

É importante frisar que a inexistência de obras dedicadas ao estudo da Sociedade de Sociologia de São Paulo e a escassez de trabalhos sobre a SBS têm colaborado para dificultar conhecermos as histórias destas entidades. A produção teórica sobre as sociedades científicas de Sociologia no Brasil encontra-se voltada para o período de organização da SBS – na década de 1950 – e, principalmente, de reorganização, a partir dos anos de 1980. Nesta produção destacou-se o texto de Barreira (2003) e o de Porto (2005). Ambos os autores apresentaram uma análise convergente ao revisitarem a história da SBS, pois partiram de uma abordagem institucional que parece ter contribuído tanto para valorizar quanto para balizar as interpretações sociais criadas pelos intelectuais que atuaram nesta entidade desde a sua fundação.

Neste sentido, os referidos trabalhos propuseram uma interpretação da memória da SBS que parece ter privilegiado – enquanto marco científico de sua história – o momento de sua reorganização, após o período da ditadura militar. É interessante observar que tanto César Barreira quanto Maria Stela Grossi Porto foram intérpretes-personagens desta fase da história da entidade, inclusive, assumindo a presidência da SBS em gestões recentes⁹⁸. Desse modo, ambos seriam autores que escreveram de um “lugar autorizado”, isto é, de um lugar capaz de converter seus discursos em memória oficial.

Um exemplo desta conversão pode ser vislumbrado no título do livro de Barreira (2003): **A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia**⁹⁹. É a partir desta perspectiva que este intelectual propõe um diálogo com o passado da Sociologia e da SBS no país. Tal obra nos proporciona conhecer, na primeira parte, alguns textos apresentados, por diferentes Presidentes da entidade, desde o I Congresso Brasileiro de Sociologia realizado, em 1954, até o realizado na gestão de Barreira, em 2001.

Entre os referidos textos, Barreira (2003) seleciona dois artigos de Fernando de Azevedo no I Congresso, o de abertura e o de encerramento do evento; um de Florestan Fernandes, no II Congresso, em 1962; assim como três (3) artigos que se dedicaram ao

⁹⁸ De acordo com Carvalho e Mattos (2005, p.113-114), César Barreira e Maria Stela Grossi Porto foram respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da SBS na gestão (2001-2003). E na gestão seguinte, Maria Stela Grossi Porto se tornou Presidente da entidade.

⁹⁹ O livro é dividido em duas partes: a primeira intitulada *A memória nos discursos* e a segunda, *A Sociologia como Teoria e Imaginação*.

contexto do III Congresso, realizado em 1987 – o qual ocorreu na gestão de Gabriel Cohn, no período de reorganização da entidade – e, para finalizar esta parte do livro, o artigo escolhido foi o de 2001, apresentado no X Congresso e de autoria do próprio César Barreira.

Na construção desta memória, percebe-se uma ênfase sobre o III Congresso; bem como a ausência de uma menção a respeito do trabalho realizado, desde os anos de 1930, para construir a entidade que possibilitou organizar a SBS em âmbito nacional, na década de 1950. Já a segunda parte do livro foi composta pelas conferências do X Congresso, ou melhor, nas palavras deste autor: “pelos principais conferências do X Congresso”.

Diante do exposto, é legítimo indagar por que não há referência sobre as atividades de Fernando de Azevedo, e de outros atores, ao longo dos quinze anos que antecederam o surgimento da SBS. E, mais, questionar quais foram os critérios que orientaram Barreira (2003) na seleção das “principais” conferências do III Congresso. Com tais questões não visamos desmerecer os trabalhos realizados na entidade e sobre esta, para e após a sua reorganização na década de 1980, porém explicitar que a história da SBS resulta de uma série de esforços acumulados desde os anos de 1930.

O livro de Carvalho e Mattos (2005) ao dedicar-se a história das entidades de Sociologia, no Brasil e no exterior, nos proporciona uma síntese mais descritiva que analítica do papel de Azevedo e, do de outros intelectuais, na fundação e consolidação de associações científicas e profissionais; bem como a respeito de algumas facetas de seus eventos no e fora do país.

Segundo estes intérpretes, em âmbito internacional, Azevedo – então Presidente da SBS – foi eleito um dos Vice-Presidentes da primeira diretoria da Associação Internacional de Sociologia (ISA), de 1950 a 1952 – ao lado de Morris Ginsberg (Inglaterra) e Georges Davy (França). E, após o falecimento do Presidente Louis Wirth, alemão radicado nos EUA, assumiu junto a Ginsberg e Davy a presidência da ISA em 1952.

É possível supor que parte da deferência dos intelectuais latino-americanos ao nome de Azevedo, ao elegê-lo membro da diretoria da ISA, consistiu em uma resposta ao trabalho realizado por ele no campo sociológico brasileiro, desde a década de 1930. Por outro lado, a sua presença e permanência nesta associação parece ter resultado em uma espécie de reforço, tanto do reconhecimento e da legitimidade da Sociologia desenvolvida no Brasil quanto do seu próprio nome, no meio intelectual e político

latino-americano. Semelhante apontamento parece encontrar respaldo na argumentação de Blanco (2005) ao salientar que, no decorrer da década de 1950, Fernando de Azevedo manteve-se como o único representante da América Latina no Comitê Executivo da ISA.

O fato de Azevedo ter sido o Presidente com maior tempo de gestão na SBS coloca-nos como uma questão oportuna pensar a respeito do seu papel na construção do perfil desta entidade, até a década de 1960. Em sua gestão (1935-1960) parece ter havido um empenho no sentido de contemplar tanto a dimensão de entidade científica quanto profissional. Entretanto, este duplo direcionamento e o significado sobre o que seria uma entidade científica eram objetos de disputas em seu interior, principalmente, com a criação das seções estaduais – Rio de Janeiro (Distrito Federal), Pernambuco, Minas Gerais, etc. – nos anos de 1950.

Uma das seções mais controvertidas da SBS pareceu-nos, através das leituras de algumas cartas do acervo de Azevedo, a do Distrito Federal. É possível entrevermos alguns fragmentos da história desta seção nas correspondências de Costa Pinto (1953(2), 1952(4), 1951, 1950(2)), Mário Lins (1951) e Guerreiro Ramos (1953) para Azevedo, assim como em carta deste último para Costa Pinto¹⁰⁰.

Em correspondência escrita em maio de 1950, Costa Pinto comenta com Azevedo que não enxergava outra maneira de revitalizar a SBS senão mediante a fundação das seções regionais, e que semelhante idéia era compartilhada por outros intelectuais do Rio de Janeiro. Neste contexto, Azevedo se articulou com vários sociólogos, entre eles, o próprio Costa Pinto, para criar as seções estaduais.

Em agosto, do mesmo ano, Costa Pinto escreveu para Azevedo agradecendo-lhe por transferir a instalação da seção do Distrito Federal, para o momento do retorno dele, Costa Pinto, ao Rio. Tal instalação parece ter sido apenas formal, pois em carta de abril de 1951, Mário Lins expõe para Azevedo que conversou com Djacir Menezes e com Guerreiro Ramos sobre a criação da seção da SBS no Rio; e que Menezes disse-lhe que havia encontrado Costa Pinto, o qual estava preparando o expediente relativo à fundação desta.

Pouco tempo depois, em carta de julho de 1951, Costa Pinto escreve para Azevedo relatando que foram eleitos para compor a primeira diretoria da seção do Rio, ele para Presidente; Edison Carneiro como Secretário; Marina Vasconcelos (catedrática

¹⁰⁰ Tais cartas encontram-se resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

de Antropologia) enquanto Tesoureira e Djacir Menezes para Vogal. Após tais considerações, Costa Pinto reafirmou seu compromisso e satisfação de estar ao lado de Fernando de Azevedo na SBS, compartilhando com este das mesmas aspirações sobre a Sociologia e sua entidade.

Em carta de 05 de maio de 1952 para Azevedo, Costa Pinto propôs ser o representante da seção da SBS/DF, no II Congresso de Sociologia da Associação Internacional de Sociologia (ISA), a ser realizado em 1953. Em 31 do mesmo mês, Costa Pinto modificou seu discurso afirmando que não desejava ser o único representante da SBS/DF, neste sentido, sugeria, para a apreciação de Azevedo, o nome de Victor Nunes Leal como outro representante do Rio no evento. Em outra passagem da carta, Costa Pinto felicita Azevedo pela escolha dos nomes dos professores Roger Bastide e Herbert Baldus para representarem a SBS, em âmbito nacional, no II Congresso da ISA. E expõe que irá contribuir na organização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia – promovido pela ALAS, a ser realizado também, em 1953 (no mês de julho).

Contudo, Costa Pinto adverte Azevedo para que este não tenha muitas esperanças sobre a aprovação integral de sua proposta de temário, para o II Congresso Latino-Americano. Neste sentido, argumenta que o fato da convocação deste evento ser realizada pelo governo – somado ao de contar em sua comissão organizadora com vários “medalhões”¹⁰¹ – não lhe inspirava entusiasmos. Antes de encerrar a carta, Costa Pinto relatou que leu a proposta de Azevedo para o temário e que fez apenas mudanças na redação.

As cisões entre os sociólogos da SBS/DF parecem ter alcançado uma dimensão pública, após a realização dos congressos científicos da ISA e da ALAS em 1953. Uma carta que sugere tal hipótese foi escrita por Guerreiro Ramos¹⁰², em dezembro deste ano, e destinada a Azevedo. Nela, Guerreiro menciona que, em seus artigos publicados na imprensa naquele período, encontrava-se reagindo contra uma série de afrontas feitas

¹⁰¹ Vale destacar que apesar de realizar semelhante avaliação sobre os membros do Comitê Executivo do II Congresso, Costa Pinto assumiu o lugar de Fernando de Azevedo na vice-presidência do evento. Dentre os membros do comitê destacaram-se, segundo Blanco (2005): Francisco Ayala, Alfredo Poviña, Lucio Mendieta y Núñez, Isaac Ganón, e Carneiro Leão.

¹⁰² Nesta correspondência, Guerreiro expõe sentir-se lisonjeado com a atenção de Azevedo para com ele. E aponta que possui uma profunda admiração e respeito pela pessoa de Fernando de Azevedo e por sua obra. Relata ainda que, poucos dias antes de escrever a presente correspondência, dedicou uma palestra sobre os trabalhos de Azevedo em um curso de Sociologia que ministrou no Departamento de Administração do Serviço Público (DASP). Esta carta e outra, escrita em 1956, encontram-se resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

a ele por alguns “pseudo-sociólogos”¹⁰³ – nas palavras de Guerreiro. Entre tais “cafajestes”, nos termos de Guerreiro, havia um dos dominadores da seção da SBS/DF, o qual, no entender deste, tinha sido prestigiado por Azevedo. Apesar de Guerreiro não citar nomes, o “suposto dominador”, em virtude das relações institucionais e pessoais com Azevedo, pode ter sido Costa Pinto. Desse modo, ao mencionar que não via com bons olhos o que ocorria na seção do Rio, Guerreiro Ramos reivindica a intervenção de Azevedo para o seu bom funcionamento.

No contexto da organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia, Azevedo escreveu para Costa Pinto, em abril de 1953, afirmando seu propósito de legar a “nova geração de mestres e sociólogos” – geração a qual pertencia Costa Pinto, considerado por Azevedo: “uma das figuras mais brilhantes” – uma associação que pudesse impor-se ao respeito, inclusive, em âmbito internacional, por sua dimensão científica e profissional. Nesta correspondência, Azevedo apresenta a SBS como um espaço intelectual – acadêmico e político – no qual os estudos sociológicos e antropológicos poderiam e deveriam se fortalecer e se legitimar, dentro e fora do Brasil, visando o progresso das Ciências Sociais.

Portanto, para este sociólogo, a aproximação entre os campos da Sociologia e da Antropologia era vista, naquela conjuntura, como desejável e estratégica, seja na SBS seja fora dela¹⁰⁴; entretanto, semelhante visão não era compartilhada por intelectuais da “nova” geração, como Costa Pinto, que já em 1952, argumentava enxergar enquanto um problema a aproximação entre as áreas, em particular, quando se considerava o aspecto teórico-metodológico.

Esta postura pode ser vislumbrada na carta que Costa Pinto enviou a Azevedo, em maio de 1952. Vale lembrar que tal visão manteve-se presente no decorrer das negociações envolvendo a organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia em 1953 e 1954. Assim, a possibilidade de realizar neste evento a unificação entre a Sociologia e a Antropologia foi apreciada por Costa Pinto de modo hesitante; expôs que do ponto de vista prático considerava interessante somar esforços e realizar um único

¹⁰³ Alguns aspectos dos embates na década de 1950 – em particular, no bojo do II Congresso Latino-Americano de Sociologia – podem ser encontrados no artigo: BARIANI, E. A sociologia brasileira nos anos de 1950: heterogeneidade e heteronomia. Disponível em: <http://www.contextualizacioneslatinoamericanas.com/numeros_anteriores/configuraciones_n_2/pdf_n2/e_bariani.pdf>. Acesso em: 01 de fev. de 2011.

¹⁰⁴ Até aquele período, se tomarmos como exemplo a organização destas áreas no interior da USP, constata-se que o Departamento, chefiado por Azevedo (de 1947 até 1961) consistia no Departamento de Sociologia e Antropologia.

Congresso para as duas áreas, mas que, por outro lado, ao refletir sobre a dimensão metodológica sentia a necessidade de colocar os “pontos nos iis”.

O I Congresso, realizado em 1954, contemplou a participação de diferentes cientistas sociais, inclusive, daqueles que se destacavam pelas pesquisas antropológicas, todavia, este evento científico foi denominado de I Congresso Brasileiro de Sociologia. Talvez, semelhante denominação tenha sido uma espécie de estratégia de seu Presidente – Fernando de Azevedo – para criar um consenso em torno do evento e, dessa maneira, assegurar como aliados na organização aqueles sociólogos que, a exemplo de Costa Pinto¹⁰⁵, olhavam desconfiados para alguns aspectos da aproximação entre as duas áreas do conhecimento.

O tema do I Congresso: “O Ensino e as Pesquisas Sociológicas; organização social; mudança social” evidenciou a preocupação de seu Presidente com as dimensões científica e profissional da entidade e, por outro lado, o posicionamento político dos seus organizadores, em uma conjuntura marcada por intensas disputas internas e externas a SBS, pelos rumos da Sociologia, da educação, da política e da economia no país. Tendo como horizonte as contendas no interior da SBS, Azevedo – no discurso inaugural do I Congresso, em 1954 – remeteu-se nos seguintes termos aos congressistas:

Todos vós sabeis que a Sociologia, como qualquer outra ciência, é uma alta especialização que se embaraça em dificuldades que seria imprudente, quase desonesto, querer dissimular, que não progride senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas; que reclama de todos os que a ela se consagram uma obstinação metódica e uma disciplina ascética de todos os dias, e cujo desenvolvimento não se realiza nem se mede senão pelas contribuições originais, mais ou menos importantes, provenientes quer das elaborações teóricas quer das longas e pacientes pesquisas em setores limitados (AZEVEDO, 2003 [1954], p.29-30).

Com este discurso, Azevedo (2003 [1954]) buscou estabelecer o lugar “dos precursores” no campo da Sociologia no país, ao afirmar que esta ciência “não progrid[ia] senão pelo trabalho incessante de gerações sucessivas”. Procurou reafirmar a Sociologia como uma ciência metódica, na qual tanto as elaborações teóricas (interpretações globalizantes, etc.) quanto às pesquisas em setores limitados (estudos

¹⁰⁵ Costa Pinto foi Vice-Presidente do I Congresso Brasileiro de Sociologia junto com Pinto Ferreira, o qual era Presidente da seção da SBS em Pernambuco.

monográficos, etc.) foram importantes para o seu desenvolvimento¹⁰⁶. E, por fim, empenhou-se em conclamar os congressistas a respeitarem e a reconhecerem como válidas as diferentes contribuições científicas no interior e fora da SBS.

De certo modo, tanto a temática do I Congresso – ao unir ensino, pesquisa, organização e mudança social – quanto sua condução no evento sugere que a gestão de Azevedo foi marcada pela tentativa deste sociólogo de imprimir-lhe um caráter científico, profissional e político. Ou seja, a SBS consistiu em um espaço para apresentar, debater e legitimar – ou questionar – orientações para as políticas públicas (em particular, científicas, educacionais e culturais). Nesta perspectiva, sua administração teria contribuído para que a entidade se constituísse também como um locus importante de parte da *intelligentsia* brasileira das Ciências Sociais; além de propiciar o surgimento de um “lugar epistemológico”, no qual se debateu a própria Sociologia.

Guardando as devidas distinções, a gestão de Azevedo e a de Florestan Fernandes (1960-1962), na SBS – esta última ao propor a “sociologia como afirmação” – foram caracterizadas pela preocupação destes atores em se posicionarem enquanto representantes da *intelligentsia*; e, neste sentido, como sujeitos capazes de fornecer, além de uma interpretação sobre a sociedade brasileira, propostas para orientar as mudanças sociais em andamento no país.

No entanto, parece-nos que a partir da desarticulação da SBS, após o Golpe de 1964 – e sua reativação na década de 1980 – as dimensões de locus da *intelligentsia* e de entidade profissional deixaram de existir. Uma das justificativas apontadas para esta mudança foi o fato de terem sido criadas, na década de 1970, as instituições voltadas para a representação da categoria de sociólogos, segundo Carvalho e Mattos (2005). Outra hipótese possível consiste na idéia segundo a qual a concepção de institucionalização adotada por parte dos intelectuais atuantes nesta entidade, após sua reorganização na década de 1980, e no campo sociológico, de modo geral, tornou problemático incorporar o legado de Azevedo como uma herança científica.

¹⁰⁶ A argumentação de Ianni (1989, 1976) de que a contraposição entre indução qualitativa e indução quantitativa compreende um problema mal colocado, pois “[...] o pensamento científico não é um esquema rígido e único [...]. [E sua conclusão, segundo a qual] [a]s oposições que alguns críticos vêm nas interpretações globalizadoras e os estudos monográficos muitas vezes são aparentes [...]” (IANNI, 1976, p.17-18), talvez possam ser aproximadas, guardando as devidas proporções, da posição defendida por Azevedo (2003 [1954]) no contexto deste evento.

Para entendermos o alcance desta questão faz-se necessário reconhecer que, a partir da década de 1960, uma nova fase da institucionalização das Ciências Sociais teve início no Brasil e que ela foi realizada sob a égide do governo militar com a ausência de vários atores sociais importantes. A atuação deste governo – ao se apropriar da educação como uma bandeira – ressignificou a visão a respeito de intelectuais como Fernando de Azevedo, cujo legado se caracterizou por uma compreensão sobre a educação enquanto uma instituição modernizadora da sociedade; e, neste sentido, por uma concepção que reconhecia a participação dos cientistas sociais como possíveis colaboradores do Estado, no processo de desenvolvimento e de avaliação das políticas públicas nas diferentes áreas, em particular, na ciência, na educação e na cultura.

A influência teórica das perspectivas marxistas-estruturalistas, no decorrer dos anos de 1970, também favoreceu a caracterização da educação como uma instituição reprodutora das condições sociais e a da reforma enquanto um instrumento conservador de atuação. Isto incidiu diretamente sobre os autores identificados com esta temática, entre eles, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, dentre outros.

Embora em outro registro, o texto de Silva (2001) nos fornece uma argumentação sobre as conseqüências da ditadura pós-64 para a nova fase de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil. Segundo esta estudiosa tais ciências:

[...] passaram a responder ao sistema de incentivos introduzido pelas agências de financiamento à pós-graduação e pesquisa. Se a carreira de pesquisador e a reputação dos programas de pós-graduação dependem do número de publicações individuais, de teses defendidas e trabalhos apresentados em congresso/seminários, não há razão para tratar de questões empíricas e em diálogo com as políticas sociais brasileiras – ainda mais com parceiros de outras esferas e, pior ainda, se o parceiro for o regime militar. Além de ser uma resposta eficiente ao sistema de incentivos, a opção por pesquisas teóricas oferece sofisticação e complexidade (boa reputação acadêmica) e ainda permite manter o tom politicamente correto de oposição ao regime (SILVA, 2001, p.150).

O contexto de abertura democrática – que marcou a reorganização da SBS – assistiu, assim, ao surgimento de uma entidade disposta, prioritariamente, a discutir e refinar as teorias e metodologias desta área de conhecimento; ou seja, ao nascimento de uma entidade preocupada em assegurar a existência de um “lugar epistemológico”.

Ao longo da gestão de Azevedo na SBS, parte de seus interlocutores estrangeiros – por intermédio das cartas – como Alfredo Poviña (1954, 1953, 1952(4),

1951(3)); Lucio Mendieta y Núñez (1951); Carlos Alberto Echanove Trujillo (1959, 1951, 1948)¹⁰⁷, etc. – o reconheceram como uma autoridade intelectual no Continente. Este reconhecimento nos desafiou a pensar sobre uma possível influência de Azevedo junto às associações científicas as quais estes sociólogos encontravam-se vinculados.

Ao interpretarmos as cartas destes interlocutores, cotejando-as com alguns aspectos de suas biografias, foi possível apontar que a influência de Fernando de Azevedo ocorreu por meio: a) de sua atuação na construção das agendas dos congressos científicos na América Latina; b) através da reiteração das solicitações de seus interlocutores para que ele estivesse presente nos diversos congressos nacionais e internacionais, inclusive, na Europa; c) ao tornarem-lhe membro nas novas associações científicas fundadas nos diferentes países da América Latina; d) ou ainda, ao intermediar as informações, sobre as sociedades e congressos na América Latina, para as instituições internacionais como a ISA¹⁰⁸.

Dos correspondentes supracitados, o primeiro a iniciar o diálogo com Azevedo foi o argentino Alfredo Poviña, já na década de 1930. Poviña foi considerado, por parte da literatura especializada na história da institucionalização da Sociologia na Argentina, como um dos principais expoentes da “sociologia de cátedra”. Este apontamento permite-nos situá-lo no centro das contendas presentes no campo sociológico latino-americano. No caso da Argentina, este campo apresentou-se dividido entre os atores sociais já consolidados, como Poviña, de um lado, e os atores desejosos de reconhecimento, como Gino Germani, de outro.

O sociólogo Alfredo Poviña foi catedrático nas Universidades de Córdoba e de Tucumán, atuando inclusive, em importantes centros de pesquisa na América. Enquanto construtor institucional, Poviña criou a primeira associação científica de Sociologia regional do mundo – ou seja, a ALAS – e estimulou o desenvolvimento de várias associações científicas em diferentes países do Continente. Tais associações foram responsáveis pelos eventos científicos que colaboraram no fortalecimento do debate entre os distintos grupos de sociólogos da América Latina (BLANCO, 2006, 2005).

¹⁰⁷ Os resumos destas correspondências e de outras que trazem o tema das associações científicas, como as escritas por Roberto Mac-Lean y Estenós (1952, 1951, 1950) encontram-se na Seção Anexos, em particular, na Tabela 1.

¹⁰⁸ Pistas sobre esta intermediação podem ser encontradas nas cartas de Stein Rokkan – secretário da ISA – e de Erik Rinde para Fernando de Azevedo em 1953 e 1951, respectivamente, estas e outras correspondências envolvendo semelhante interlocução encontram-se na Seção Anexos, Tabela 1. Tais indícios também podem ser vislumbrados no Dossiê 3: Associação Internacional de Sociologia – ISA (1948-1953), presente no acervo de Fernando de Azevedo.

Em carta de janeiro de 1951 para Azevedo, Poviña demonstra sua satisfação em saber, através de seu Presidente, que a SBS participará das atividades organizadas por ele, dentre elas, o I Congresso Latino-Americano de Sociologia. E expõe que foi encarregado de redigir o Estatuto da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS), recém fundada, e de apresentá-lo no I Congresso desta entidade.

No mês de junho de 1951, Poviña relatou a Azevedo que estava trabalhando na organização do I Congresso e que tomou a liberdade de colocar a SBS como instituição filiada à ALAS, ao lado da Sociedade Mexicana de Sociologia, da Chilena e de diversas argentinas, no prospecto definitivo do evento. Neste contexto, explicou que necessitava de um posicionamento oficial sobre a filiação, afinal, o compromisso entre eles ainda não estava formalizado. Na conclusão da carta, comprometeu-se a encaminhar para Azevedo tanto o Estatuto da ALAS quanto o regulamento do I Congresso, e reiterou seu interesse que este, e os demais membros da SBS, enviassem seus trabalhos¹⁰⁹; bem como que Azevedo pudesse participar das deliberações sobre a ALAS no evento.

Em correspondência de julho de 1951, Poviña expõe que recebeu a carta resposta de Azevedo na qual este aprovou e incentivou a efetivação do I Congresso, assim como a organização da ALAS. Segundo Poviña, independente dos organizadores do I Congresso terem uma lista com alguns nomes de sociólogos de São Paulo e do Rio de Janeiro, que receberiam o convite oficial, ele desejava que Azevedo sugerisse outros intelectuais.

Poviña é incisivo em seu pedido para que Azevedo esteja no I Congresso, justificando que a razão desta postura deve-se, tanto a sua legitimidade intelectual como autor e editor, quanto a sua autoridade como Presidente da SBS e Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia (ISA). Para demonstrar seu reconhecimento por este ator, Poviña o convida para pronunciar o discurso como representante das delegações estrangeiras. Não obstante, explica que não dispõe de recursos financeiros para a ajuda de custo dos palestrantes e dos participantes, desse modo, todos terão que ir com recursos próprios ou com o apoio de suas instituições de origem.

O diálogo entre ambos é recuperado em carta de maio de 1952. Nela, Poviña afirma encontrar-se de pleno acordo sobre o adiamento da data do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, por compreender que não haveria tempo hábil para o sucesso

¹⁰⁹ Em carta para Azevedo de 26 de abril de 1951, Mário Lins aponta que recebeu uma comunicação de Alfredo Poviña, a respeito da realização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia, e que encaminhará trabalho para o evento, assim como Guerreiro Ramos e outros.

da organização. Relata a Azevedo que escreveu nestes termos a Odorico Pires Pinto¹¹⁰, o qual havia lhe falado que conversara com Azevedo sobre preocupações em comum, a respeito da Sociologia no Continente.

Em outra passagem da carta, Poviña expõe não haver nenhum inconveniente em fazer alterações no Estatuto da ALAS – durante o II Congresso, a ser realizado em 1953, no Brasil – pois seu interesse enquanto Presidente desta associação era primeiro, que ela progredisse e se tornasse de fato uma entidade representativa dos sociólogos latino-americanos; e, segundo, que ficasse clara sua finalidade, exclusivamente, científica.

Diante da possibilidade de Fernando de Azevedo participar do II Congresso, Poviña expõe que gostaria que ele integrasse a comissão organizadora, juntamente com outros dois ou três eminentes cientistas sociais. Neste contexto, escreve Poviña, que o apoio do governo ao evento consiste em uma condição para que sua realização seja bem sucedida. Esta postura sobre o papel do governo na organização do II Congresso não foi consensual, de tal modo que, Azevedo e Costa Pinto, embora tenham auxiliado na organização, demonstraram sua insatisfação com a abrangência da participação deste ator.

Em correspondência de junho de 1952, Poviña expõe ter sido uma grande satisfação receber a confirmação da adesão oficial da SBS a ALAS. Neste documento, o remetente se desdobra em elogios a obra teórica e prática de Azevedo, apontando, inclusive, que seu trabalho desempenhava um papel chave na Sociologia latino-americana.

E agradece o fato de Azevedo ter aceitado o convite para compor o comitê organizador do II Congresso de Sociologia; e solicita que ele sugira outros nomes para o comitê além dos já designados: Carneiro Leão; Gilberto Freyre e Odorico Pires Pinto, como secretário. Poviña procurou justificar a participação de Pires Pinto na organização do II Congresso, ao apontar que este poderia auxiliar na superação de possíveis dificuldades políticas e financeiras. No último parágrafo, indagou sobre o que Azevedo pensava a respeito dos encaminhamentos, propostos por ele para o II Congresso, e qual seria a melhor data para a realização deste evento.

Em agosto de 1952, Poviña compartilha com Azevedo que esteve na Bolívia participando do I Congresso Boliviano de Sociologia e que, nesta ocasião, foi fundada a

¹¹⁰ Representante do governo na organização do II Congresso Latino-Americano.

Sociedade Boliviana de Sociologia, a qual se filiou a ALAS por intermédio de seu Presidente, José Antonio Arze. Comenta sobre os vários convites que recebeu para fazer conferências pela Bolívia e que obteve dos representantes desta Sociedade o compromisso de que eles participariam do II Congresso Latino-Americano.

Em outra passagem da carta, Poviña expôs que estava satisfeito com a composição do comitê do II Congresso, mas que entendia ser necessário ampliá-lo com algum outro nome de São Paulo. Ressaltou que a definição da agenda do evento era de fato algo delicado, e que, a princípio, ele tinha pensado em algo amplo, porém sentiu a necessidade de restringi-la e para isto contava com a colaboração de Azevedo, a fim de evitarem inconvenientes no evento. Poviña incluiu junto à carta, uma proposta de agenda para apreciação de Azevedo e comunicou que fez o mesmo para Odorico Pires Pinto. Ao reexaminar que a agenda pudesse ficar restrita demais, Poviña solicita uma solução por parte de Azevedo.

Em carta de setembro de 1952, Poviña comunica a Azevedo que recebeu a sua proposta de agenda para o II Congresso, com a qual estaria de pleno acordo, e também sua sugestão para a composição do comitê. Neste contexto, Poviña consulta novamente Azevedo sobre a possibilidade de incluir outros dois nomes entre os diretores do comitê: Álvaro Magalhães e Tristão de Athayde; e procura argumentar que nada se perderia com tal inclusão. No rodapé da carta, volta à questão da inserção de outros nomes e indaga o que Azevedo pensava sobre Amaral Fontoura e Mário Lins¹¹¹.

Um breve período de silêncio, até agosto de 1953. Ao corresponder-se com Azevedo, Poviña relatou que acabava de regressar a Córdoba, após uma agradável convivência com este sociólogo e sua família no Brasil; e que semelhante visita havia atuado no sentido de reforçar sua amizade por Azevedo, a qual tinha nascido do compromisso de ambos com a Sociologia. Esta aproximação entre os atores parece ter sido consolidada no contexto do II Congresso Latino-Americano, realizado no Rio de Janeiro.

¹¹¹ Segundo Blanco (2005), destacou-se entre os membros do Comitê Executivo: Francisco Ayala, Alfredo Poviña, Lucio Mendieta y Núñez, Isaac Ganón, e Carneiro Leão, além de Costa Pinto na vice-presidência, no lugar de Fernando de Azevedo. Diante desta composição do comitê é possível sugerirmos que as investidas de Alfredo Poviña, para contemplar sociólogos católicos como Tristão de Athayde e Amaral Fontoura, tenham sido vetadas por Azevedo. Entretanto, não encontramos quaisquer informações que nos possibilitassem fazer uma afirmação neste sentido; também não obtivemos dados sobre quais foram os nomes que Fernando de Azevedo propôs na carta para Poviña, os quais este aceitou prontamente. Enquanto hipótese, podemos aventar que entre tais nomes estivesse o de Costa Pinto para substituí-lo na vice-presidência do evento e os de alguns de seus correspondentes estrangeiros como Ayala, Mendieta y Núñez e/ou Ganón.

Já em correspondência de maio de 1954, Poviña agradeceu a proposta de Azevedo sobre o primeiro ponto da agenda do III Congresso Latino-Americano de Sociologia e sugeriu a seguinte redação para a mesma: “Bases para um programa comum de ensino e pesquisa da Sociologia na América Latina”. Este ator justificou sua sugestão afirmando que tal enunciação poderia evitar possíveis dificuldades para o estabelecimento de consensos entre os participantes do evento. Ao consultarmos o texto de Carvalho e Mattos (2005), percebemos que este foi de fato o primeiro ponto da agenda do III Congresso, contudo, retirou-se dele a palavra “pesquisa”.

Supomos que tal supressão tenha sido para evitar, conforme Poviña já assinalava, possíveis obstáculos na construção de consensos. Apesar desta precaução, as teses apresentadas no II Congresso Latino-Americano geraram vários pontos de discordâncias entre os sociólogos, em particular, envolvendo o trabalho de Guerreiro Ramos. A carta deste último para Azevedo em 1953, mencionada em outro momento, compreende uma pista deste contexto de disputas pelos rumos da Sociologia na América Latina.

Entre os intelectuais mexicanos, que se corresponderam com Fernando de Azevedo, podemos destacar: Lucio Mendieta y Núñez (1951, 1941(2)) e Carlos Alberto Echanove Trujillo (1959, 1951, 1948). Mendieta y Núñez atuou em importantes cargos públicos no México, como na direção do Instituto de Pesquisas Sociais da Universidade Nacional Autônoma do México (UNAM), por mais de vinte anos. Enquanto no campo editorial, foi o responsável por fundar e dirigir várias publicações como: a **Revista Mexicana de Sociología**; a **Revista Interamericana de Sociología**; o **Boletín Informativo**; etc. Embora pudesse ser apresentado como um dos interlocutores editores de Azevedo, optamos por destacar sua atuação como incentivador e construtor de associações científicas. Neste sentido, é interessante acompanhá-lo em sua correspondência de 1951.

Nela, Mendieta y Núñez comunica a Azevedo que fundou em 1950 a Associação Mexicana de Sociología, tornando-se Presidente da mesma, e que o nomeou membro honorário desta entidade. Vale lembrar ainda que, em treze (13) cartas escritas por Mendieta y Núñez para Azevedo, entre os anos de 1941 e de 1960, ele o convidou reiteradamente para participar dos congressos de Sociologia, seja os realizados na América, seja os na Europa.

O intelectual Carlos Alberto Echanove Trujillo (1959, 1951, 1948) ocupou as cadeiras de Sociologia Geral e de Sociografia Mexicana na UNAM, universidade na

qual Mendieta y Núñez também atuou. Echanove Trujillo, além de ser membro da Sociedade Mexicana de Geografia e Estatística foi diretor de importantes revistas como **México en la Cultura** e a **Revista Mexicana de Cultura**. Este ator trabalhou na organização de vários eventos científicos internacionais no campo da Sociologia.

Neste contexto, ao escrever para Azevedo em 1948, conta-lhe sobre seu projeto de realizar uma exposição que percorreria, dentre outros países europeus, a França, e que versaria sobre os principais sociólogos latino-americanos e suas obras. Por considerar Fernando de Azevedo um dos membros deste panteão, Echanove Trujillo solicita que este lhe envie um retrato e várias obras, assim como seus dados biográficos para inseri-lo na exposição.

Echanove Trujillo foi Presidente do Seminário Mexicano de Sociologia, no ano de 1951, ocasião em que ele escreveu a Azevedo expondo o objetivo deste evento: estabelecer trocas de experiências e de publicações entre grupos e instituições científicas similares, no campo da Sociologia. E, novamente, solicitou que Azevedo lhe enviasse suas obras, assim como livros de outros autores expressivos da Sociologia no Brasil, para satisfazer as finalidades do evento.

Anos mais tarde, em 1959, Echanove Trujillo, na condição de Presidente do XIX Congreso Internacional de Sociologie, escreve para Azevedo contando-lhe sobre a composição do Comitê Executivo do evento e convidando-lhe para prestigiá-lo. É interessante observar que uma preocupação constante nas cartas de Echanove Trujillo e Mendieta y Núñez foi assegurar, no decorrer da década de 1950, que Fernando de Azevedo estivesse junto a eles nas reuniões científicas nacionais, regionais e internacionais.

Embora tais correspondências nos permitam vislumbrar fragmentos das convergências entre parte dos sociólogos atuantes nas diferentes instituições da América Latina, na década de 1950; esta região também foi marcada por dissensos e controvérsias que se ampliaram nas décadas posteriores. No que se refere a tais polêmicas é possível destacarmos que no ano de 1957:

[...] el sociólogo suizo Peter Heintz, experto de la UNESCO, ofrecía un cuadro cerradamente negativo de la enseñanza de la disciplina en los países de América latina luego de una serie de misiones encargadas a tal fin. Curiosamente, el cuadro de Heintz contrastaba notablemente co el que tan sólo cinco años atrás, la misma publicación, el *Internacional Social Science Bulletin*, había dado a conocer a través de Alfredo Poviña. [...] Tal situación, según [...]

[Heintz], ameritaba una urgente y “fundamental reorientación” de su enseñanza, que debía ser emprendida por las agencias encargadas de la “difusión de una sociología moderna en esta área del mundo” (BLANCO, 2006, p.224). (Aspas e itálico do autor).

Um diagnóstico semelhante ao de Peter Heintz, a respeito do ensino de Sociologia, foi realizado no ano seguinte por sociólogos de distintos países da América Latina, no Seminário Latino-Americano sobre Metodologia, o Ensino e a Pesquisa em Ciências Sociais. Neste evento, tais atores apontaram a necessidade de mudanças relativas à organização e à institucionalização da Sociologia na região. O Brasil apresentou como porta-vozes desta avaliação de um lado, Costa Pinto¹¹², de outro, Florestan Fernandes¹¹³.

De certo modo, é possível sugerirmos que estes e outros participantes do Seminário anunciavam traços do projeto intelectual que Gino Germani defenderia como uma espécie de bandeira nos anos de 1960. No interior de tal projeto destacou-se que a Sociologia deveria separar-se da filosofia; ajustar-se a uma metodologia rigorosa; afastar-se do caráter especulativo e literário, e, por fim, adequar-se ao movimento internacional de especialização (GERMANI, 1964).

A criação de novas associações científicas, a partir deste período, compreendeu um indicativo do andamento do projeto de busca pela legitimidade intelectual empreendido por estes atores sociais. Neste contexto, tem-se na Argentina a fundação da Associação Sociológica Argentina (ASA), em 1960, em “oposição” a Sociedade Argentina de Sociologia (SAS) de Poviña, fundada em 1959. Ao criar a ASA, Germani afirmou que esta objetivava “[...] ‘definir, defender y mejorar el carácter ‘profesional’ de la sociología [...]’” (BLANCO, 2005, p.41, aspas do autor).

Assim, para os fundadores da ASA, a Sociologia realizada na Argentina era considerada amadora e isto se devia, dentre outras razões, às associações que, até aquele

¹¹² Outro exemplo sobre a atuação de Costa Pinto, com tal orientação, pode ser buscado em sua participação – a frente do Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS), em 1961 – na criação do Grupo Latino-Americano para o desenvolvimento da Sociologia (Califórnia, EUA) junto com Gino Germani, Guillermo Briones, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO) e Peter Heintz, também da FLACSO, objetivando “[...] ‘promover la elevación del nivel académico y científico de esta disciplina e impulsar su desarrollo [...]’” (BLANCO, 2006, p.229, aspas do autor) na América Latina. O CLAPCS foi fundado em 1957, no Rio de Janeiro, e dirigido por Costa Pinto. Seu principal objetivo consistiu na formação de pesquisadores em Ciências Sociais na América Latina, neste sentido, dedicou-se a pesquisa social comparada e foi considerado como uma alternativa para o financiamento de estudos na área de Ciências Sociais. Já a FLACSO foi criada no Chile, em 1958, e tornou-se uma importante experiência na formação de quadros, nos intercâmbios de concepções e de pessoas, se diferiu do CLAPCS por sua ênfase na pós-graduação (BLANCO, 2007).

¹¹³ Florestan Fernandes substituiu Fernando de Azevedo na presidência da SBS em 1960.

período, a orientaram. Todavia, é interessante observarmos uma das contradições de Germani na direção desta entidade. Este ator aceitou, como membros de prestígio da ASA, intelectuais com o mesmo perfil “amador” que seu projeto se propunha a combater, ou seja, filiou Carlos A. Erros e Nobert R. Bustamente, dentre outros (BLANCO, 2006). Por outro lado, no Brasil, não houve a criação de uma nova associação, mas, desde a década de 1950, acirraram-se as disputas internas¹¹⁴ pelos rumos da SBS.

Para Blanco (2006), o projeto intelectual de Germani:

[...] siguió los pasos de Poviña, pero cambió el eje de la alianza. Una de las primeras determinaciones que adoptó cuando asumió la dirección del Instituto de Sociología fue precisamente su afiliación a la Internacional Sociological Association (ISA), una asociación creada por la UNESCO en 1949 en directa oposición al IIS, lo que ilustra el carácter igualmente internacional del conflicto que en América latina dividía a los sociólogos de cátedra de los sociólogos científicos (BLANCO, 2006, p.230).

Se para Germani – como afirmou Blanco (2006, 2005) – a filiação a ISA representou uma maneira de reafirmar sua postura de oposição no campo intelectual argentino. Para Poviña e Azevedo, respectivamente, a filiação da ALAS e da SBS a esta Associação significou apenas que estabeleceram apostas múltiplas. Ou seja, estes intelectuais – o primeiro classificado como “sociólogo de cátedra” e, o segundo, como “sociólogo normalista” – buscaram participar dos quadros científicos tanto do Instituto Internacional de Sociologia (IIS) quanto da ISA.

Neste sentido, caso esta Associação (ISA) não se consolidasse, Azevedo e Poviña continuariam integrados ao circuito internacional através do Instituto (IIS). Resulta disto, o empenho de Poviña de, ao criar a ALAS em 1950, buscar filiar todas as suas organizações-membros ao IIS e à ISA simultaneamente.

¹¹⁴ Uma pista sobre estas contendas pode ser encontrada na correspondência coletiva de 18 de setembro de 1953, a qual foi escrita por José Querino Ribeiro; Herbert Baldus; Lucila Hermann; Antonio Candido; Oracy Nogueira; Egon Schaden; Vicente Unzer de Almeida; Antonio Rubbo Muller e Mário Wagner Vieira da Cunha para Fernando de Azevedo, no contexto da organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia. Nesta correspondência, estes intelectuais solicitaram que ele reconsiderasse seu pedido de renúncia da presidência do Congresso. Como justificativa afirmaram que sua orientação era imprescindível ao bom êxito dos trabalhos, os quais, tanto a iniciativa quanto o planejamento e a execução se deviam a sua dedicação. No decorrer da carta, afirmaram que Azevedo consistia em um esclarecido mentor para a SBS. Embora Azevedo tenha reconsiderado seu pedido de demissão, e assumido a presidência do I Congresso, este fato talvez possa ser visto como um indicativo dos dissensos no interior desta entidade. O resumo integral da carta coletiva encontra-se na Seção Anexos, na Tabela 1.

No entanto, no decorrer da década de 1960, os intelectuais que estiveram à frente da Associação (ISA), tornaram a filiação um símbolo de diferenciação entre esta instituição e o Instituto (IIS). Desse modo, convergimos com a afirmação de Blanco (2005), segundo a qual, “[...] un signo por demás expresivo de ese sistema de alianzas diferenciado que la designación de Gino Germani, en 1962, como vicepresidente de la ISA y de Alfredo Poviña, en 1963, como presidente del IIS” (BLANCO, 2005, p.45).

No que tange ao âmbito científico, a ISA caracterizou-se pela ênfase no trabalho empírico e pela “americanização” das tendências teórico-metodológicas de seus associados. Com esta postura, tal entidade parece ter se distanciado, ao longo da década de 1960, da finalidade por ela assumida, no contexto de sua fundação, em 1949, a qual consistia em “[...] representar todos os sociólogos em qualquer lugar, com independência de sua escola de pensamento, enfoque científico e ideologia e a promoção do conhecimento sociológico em nível internacional” (CARVALHO; MATTOS, 2005, p.19).

Em 1957, Costa Pinto participou do IV Congresso Latino-Americano de Sociologia, sediado no Chile – como um dos Vice-Presidentes da ISA – no qual defendeu o projeto de modernização da Sociologia empreendido por Gino Germani, na Argentina. Inclusive, aludiu ao nome deste último como um legítimo representante da nova Sociologia, ou seja, da Sociologia “científica”.

Na compreensão de Blanco (2006), os direcionamentos de Costa Pinto, como porta-voz dos “sociólogos científicos” no evento, foram atendidos, de tal modo que, criou-se tanto o contexto para a fundação do CLAPCS e da FLACSO quanto às condições para que Gino Germani se tornasse membro do Comitê Executivo da ISA em 1959. Algo bastante significativo tendo em conta que a rigor “[...] hasta fines de los años 50, la representación de América Latina en el Comité Ejecutivo de la ISA se mantuvo en un solo miembro y se trató siempre de un brasileño (Fernando de Acevedo, en un primero momento, reemplazado luego por L. A. Costa Pinto) [...]” (BLANCO, 2005, p.33).

O fato de Germani ter se tornado membro do comitê da ISA teria contribuído para propiciar-lhe, de um lado, a reputação internacional que almejava e, de outro, as condições de efetivação de seu projeto intelectual nos anos subsequentes. Desse modo, é possível sugerirmos, convergindo com o apontamento de Blanco (2006), que “[...] las instancias externas de reconocimiento y consagración se tornaron un ‘capital cultural’, cuya conquista permitía a [...] [Germani] sobreponerse a la falta de reconocimiento

interno” (BLANCO, 2006, p.240, aspas do autor). Para entendermos as dificuldades vividas por Germani, e pelos demais “sociólogos científicos” latino-americanos, para obter reconhecimento no campo sociológico do Continente é necessário considerarmos que, desde os anos de 1930, sociólogos como Alfredo Poviña, Ricardo Levene, Lucio Mendieta y Núñez, Fernando de Azevedo, dentre outros, atuavam nas instituições universitárias, nos centros de pesquisas, nas editoras, nas associações científicas, etc. que foram fundamentais para a institucionalização da Sociologia na região.

Segundo Blanco (2006), as oposições nas orientações sociológicas representadas por Poviña e Germani não desencadearam um conflito aberto, até a década de 1960, ou seja, expressaram-se como “[...] una cortés indiferencia” entre ambos. No entanto, a partir deste período, o campo sociológico argentino tornou-se cada vez mais segmentado, novos competidores surgiram. Ao lado de expoentes como Poviña e Azevedo, atuantes desde a década de 1930, se enfileiraram disputando a liderança, no decorrer da década de 1960, os representantes da Sociologia “científica” – Gino Germani, na Argentina, e Florestan Fernandes e Costa Pinto, no Brasil.

Conquanto houvesse certa legitimidade em torno do projeto de uma Sociologia “científica” na América Latina, a ditadura militar – ao ser instituída em vários países da região, inclusive, sob o patrocínio dos Estados Unidos, nos anos de 1960, 1970 e 1980 – contribuiu para colocá-la em xeque, isto é, a ditadura potencializou um distanciamento entre os atores sociais dos diferentes países.

Entretanto, um afastamento relativo que resultou da convergência entre a existência de “[...] marcos teóricos, focando os conceitos universais sobre o modo de produção capitalista [e] a realização de doutorados nos países centrais” (SORJ, 2001, p.109). Este último aspecto parece ter colaborado para consolidar “[...] laços sociais e institucionais e uma atitude de valorização do padrão de trabalho acadêmico e publicações dos países avançados” (SORJ, 2001, p.109).

A concepção de institucionalização que orientou esta versão sobre parte da história de algumas associações científicas de Sociologia na América Latina, não compreendeu uma distinção entre uma suposta fase pré-científica e outra científica de tal história; mas ressaltou a existência de consensos e alianças, assim como de dissensos e afastamentos como dimensões conjunturais comuns no processo de construção, de organização e de consolidação de um campo do conhecimento.

Por outro lado, uma versão que contemple a classificação de um período pré-científico e outro científico nos inspira cautela, pois compreende um artifício descritivo,

o qual – nos termos de Ianni (1989) – somente colabora para reduzir o significado do pensamento criador nas ciências. Ou seja, apenas “[...] exerce o efeito negativo de intimidar a inteligência de jovens sociólogos, fazendo-os temer o uso inteligente da imaginação sociológica¹¹⁵ [...]” (IANNI, 1989, p.134).

¹¹⁵ O trabalho de Mills (1965) explora de forma primorosa a categoria “imaginação sociológica”, mobilizada por este texto de Ianni.

4. Pesquisas sociológicas e educacionais: a experiência do CRPE/SP na gestão de Fernando de Azevedo

“O que se dá aos Centros não se subtrai, mas se acrescenta à solução dos problemas da educação nacional. Gasta-se hoje, mas para economizar depois. Gasta-se, não importa se pouco ou muito, nas atividades científicas de pesquisa, de levantamento de situações, de colocação de problemas, de procura de soluções adequadas, mas para cortar rente nas despesas e reorganização, para aplinar dificuldades, para cercear abusos, contra sensos (sic) e erros, de conseqüências irreparáveis”

Fernando de Azevedo, Pesquisa e Planejamento (1957, p.6-7).

Entre os correspondentes de Fernando de Azevedo encontraram-se os intelectuais Lourenço Filho e M. A. Teixeira de Freitas, conforme já salientamos, os quais se caracterizaram, dentre outros aspectos, pelo fato de terem sido defensores da importância da Estatística¹¹⁶ – para a tarefa de organização da sociedade brasileira. De modo similar a estes interlocutores, Azevedo compreendeu a Estatística enquanto um valioso instrumento, para conhecer e administrar os problemas sociais.

Para este sociólogo desvelar quantitativamente a realidade social tornou-se tão relevante quanto conhecê-la qualitativamente. Um exemplo de como a Estatística foi vista por ele pode ser encontrado no seu trabalho enquanto Diretor da Instrução Pública – tanto no Distrito Federal quanto em São Paulo, nas décadas de 1920 e 1930. Em ambas as oportunidades, Azevedo coordenou a realização de levantamentos censitários que orientaram sua política educacional.

Outro exemplo pode ser sugerido a partir de sua atuação como consultor técnico no IBGE e, por meio de sua amizade com M. A. Teixeira de Freitas, um dos responsáveis por institucionalizar a Estatística neste Instituto. A relação com Teixeira de Freitas contribuiu para que Azevedo fosse convidado a ser o Presidente da comissão censitária do primeiro recenseamento nacional realizado, pelo IBGE, em 1940.

Antes disso, no contexto de sua administração no Instituto de Educação (IEUSP), Azevedo fundou o Laboratório de Estatística tornando-se, desde então, um incentivador das pesquisas empíricas. Algo que parece ter se repetido em sua administração no Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP), nos anos de 1956 até 1960.

¹¹⁶ Sobre M. A. Teixeira de Freitas é significativo considerar que foi Diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde, assim como Secretário Geral do Instituto de Estatística do IBGE.

Na década de 1950, é possível afirmar que dois projetos se intercalaram e, de certa maneira, se influenciaram mutuamente, de um lado, o projeto de modernização nacional, com ênfase na reforma da educação – defendido por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e pelo grupo de intelectuais a eles ligado – e, de outro, o de institucionalização das Ciências Sociais e de afirmação da atividade científica no país.

Em diálogo com tais projetos, a interpretação de Ferreira (2001) procurou abordar a história de institucionalização do CRPE/SP e sua contribuição para o desenvolvimento das pesquisas educacionais e sociais no Brasil; e qualificar o trabalho realizado por Azevedo na direção desta instituição. Decorre destes enfoques nosso diálogo com esta autora.

Para construir sua versão sobre a supracitada história, Ferreira (2001) partiu das reflexões presentes na obra de Xavier (1999b) – que se dedicou a análise da instituição que deu origem ao CRPE/SP, ou seja, ao estudo do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE); bem como das colocações de Florestan Fernandes (1966), em sua coletânea sobre a temática educacional. Vale lembrar que este trabalho foi classificado pelo próprio autor, no prefácio da obra, como “uma coletânea de artigos em sua maioria para-sociológicos”.

O fato de recuperarmos este apontamento de Fernandes (1966) objetiva, primeiro colocar em evidência que não compartilhamos desta visão a respeito da educação; segundo, que não obstante este autor tenha definido seus artigos, nesta área, como trabalhos “para-sociológicos”, o que para Florestan Fernandes pode ser traduzido como não científicos, ao atuar junto ao CRPE/SP, na década de 1950, esta não parece ter sido a compreensão que o orientava sobre o tema.

Assim, tal qualificação de Fernandes (1966) assinala o desprestígio que a educação passou a enfrentar no país, na visão de parte dos sociólogos, após a frustração com o processo em torno da definição da LDB e a instauração da ditadura militar, em 1964.

Desse modo, a partir da leitura das obras de Xavier (1999) e de Fernandes (1966), Ferreira (2001) entendeu que a história do CBPE poderia ser dividida em dois momentos: primeiro, o da iniciativa de Anísio Teixeira – então Diretor do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) – com suas negociações junto a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no período de 1952 a 1954.

Segundo, o que envolveu a participação de Otto Klineberg (UNESCO), a partir de 1955, no processo de organização desta instituição¹¹⁷. Este intelectual foi uma figura importante no estabelecimento das metas do CBPE, as quais consistiram na produção de dois mapas do Brasil, um “educacional” e outro “cultural”. Os mapas propostos seriam interdependentes e resultariam em um conjunto de sugestões para alterar a estrutura educacional nas diferentes regiões brasileiras, isto é, para desencadear uma mudança cultural no país por intermédio da educação.

De acordo com Ferreira (2001), a partir de junho de 1955, Charles Wagley – da Columbia University – e João Roberto Moreira – da USP – iniciaram os seguintes procedimentos práticos para a fundação do CBPE: a instalação da sede; o planejamento das primeiras pesquisas, e o recrutamento dos cientistas. Simultaneamente a estas iniciativas, estabeleceu-se em São Paulo o acordo entre a USP, o INEP e o MEC para a criação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (CRPE/SP). Anísio Teixeira definiu enquanto objetivo principal deste Centro estabelecer os diagnósticos para orientar o planejamento educacional no Estado.

No processo de organização do CRPE/SP, Teixeira:

[...] convidou Fernando de Azevedo para dirigir o CRPE depois que Antonio Candido e Florestan Fernandes recusaram o convite. Anísio Teixeira teria hesitado em fazer esse convite por considerar Fernando de Azevedo uma figura de grande destaque no cenário político nacional, que não se interessaria pela direção de um centro de pesquisas. Fernando de Azevedo era membro de Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, além de ter sido um dos fundadores da USP e Secretário de Educação em várias oportunidades (FERREIRA, 2001, p.28).

Ao contrário do que Anísio Teixeira pensou, Azevedo aceitou o convite prontamente; e, embora Antonio Candido e Florestan Fernandes tenham declinado do convite, ambos participaram do Conselho Administrativo, órgão responsável por assistir ao Diretor Geral, na ocasião, o sociólogo Fernando de Azevedo. O Conselho se constituiu da seguinte forma: dois membros eleitos pelo Departamento de Sociologia e Antropologia (USP), os quais foram Florestan Fernandes e Egon Schaden; dois membros eleitos pelo Departamento de Pedagogia (também da USP): os professores

¹¹⁷ De acordo com Ferreira (2001), participaram das reuniões de organização do Centro, os seguintes intelectuais: Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Antonio Candido, Mário Brito, Egon Schaden, Antonio Ferreira Almeida Júnior, Lourival Gomes Machado, Costa Pinto, Florestan Fernandes, L. de Castro Faria, Bertram Hutchinson, Jayme Abreu, Charles Wagley, João Roberto Moreira e Henri Laurentie.

José Querino Ribeiro e Laerte R. de Carvalho; e dois escolhidos pelo Diretor: Antonio Candido e Milton da Silva Camargo Rodrigues, ambos amigos e colaboradores de Azevedo na referida universidade.

De modo sintético, o CRPE/SP seguia a mesma organização do CBPE, isto é, contava com duas divisões de pesquisa: a Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais (DEPE), dirigida por Joel Martins, e a Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS), sob a direção de Renato Jardim Moreira. E com uma Divisão de Aperfeiçoamento do Magistério (DAM)¹¹⁸, a qual resultou de uma parceria com a UNESCO para o desenvolvimento dos Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina. Além de uma Seção de Publicações que, foi chefiada por Eugênio César Bertoncini, e teve como seu principal periódico a revista **Pesquisa e Planejamento** (FERREIRA, 2001).

Embora o texto de Ferreira (2001) realize uma descrição detalhada sobre os eventos científicos e cursos ministrados pelo CRPE/SP, selecionamos para o diálogo apenas as informações referentes ao “Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros”, realizado em setembro de 1959, e aos “Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina” concretizados, anualmente, de 1958 até 1961.

Tal opção justificou-se pela preocupação em contemplarmos atividades que sintetizassem as principais contribuições do Centro para o desenvolvimento e para a difusão das pesquisas sociais no Brasil. Ambas as atividades tiveram como ponto de convergência em seus objetivos o compromisso de estabelecer um diagnóstico da situação educacional brasileira – cotejando-a com o quadro latino-americano – no contexto das mudanças desencadeadas pelos processos de urbanização e industrialização, na década de 1950.

No que se refere ao “Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros”, foram quatro (4) os assuntos que apareceram com maior frequência nas comunicações apresentadas pelos profissionais do Centro: 1) Educação e Ciências Sociais; 2) Desenvolvimento Sócio-Econômico, Mudança Cultural e Educação; 3) Pesquisa Científica e Planejamento Educacional, e 4) Tramitação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este temário explicitou o caminho por meio do qual os sociólogos e educadores atuantes no CRPE/SP – e nos demais centros, inclusive no CBPE –

¹¹⁸ Joel Martins transferiu-se para a DAM, em 1957, sendo substituído na DEPE, por Dante Moreira Leite.

procuraram colocar seus trabalhos desenvolvidos nas Ciências Sociais a serviço da educação, nos anos de 1950 (FERREIRA, 2001).

Apoiando-nos na produção teórica resultante de tal Simpósio, tornou-se possível sugerirmos que os intelectuais deste Centro convergiram: nas idéias a respeito do papel das Ciências Sociais e da educação no processo de mudança social no país; na visão sobre o planejamento, como um caminho seguro para orientar as políticas educacionais; no reconhecimento de que o sistema educacional vigente não atendia às necessidades do desenvolvimento econômico e social brasileiro; e na construção de um consenso em torno da compreensão segundo a qual a educação – isoladamente – não apresentava condições para mudar a sociedade.

Neste contexto, tais atores compartilharam da opinião de que os problemas educacionais brasileiros eram, sobretudo sociais; o que lhes colocava como desafio contribuir para a superação dos obstáculos vivenciados pela sociedade. Semelhantes confluências, no entanto, não reduziram a existência de disputas no interior do CRPE/SP – pela legitimidade dos diagnósticos, das soluções propostas; bem como pela definição dos atores que deveriam orientá-las.

Em 1956, a UNESCO tinha estabelecido como prioridades para a América Latina: a formação de professores e de especialistas em educação; a melhoria do ensino primário e a conseqüente erradicação do analfabetismo na região. Como tais prerrogativas também faziam parte da agenda do governo brasileiro e das preocupações de parte da *intelligentsia* das Ciências Sociais, nesta década, firmou-se o compromisso entre estes atores. Para contemplar a prioridade de formação de professores e de especialistas em educação, foram organizados – pelas instituições congêneres do CBPE – os Cursos de Especialistas em Educação para a América Latina (CEEAL).

Tais Cursos começaram a ser realizados em 1958 – e durante nove anos, consistiram nas atividades de maior prestígio promovidas pelo CRPE/SP – e obtiveram organicidade e continuidade devido ao apoio da UNESCO, em parceria¹¹⁹ com o governo brasileiro e com a USP. Ao voltarmos nossa atenção para alguns aspectos destes Cursos – como os temas das comunicações e a origem do público – entendemos ser possível desvelar parte do contexto intelectual e discursivo de seu corpo de especialistas, entre eles, de seu Diretor, Fernando de Azevedo.

¹¹⁹ A parceria com o governo ocorreu por meio do Ministério da Educação, do Ministério das Relações Exteriores e do INEP.

Nos Cursos destacaram-se os seguintes assuntos: 1) Fundamentos sociais e filosóficos da Educação; 2) Técnica de Construção de Currículo; 3) Processos de trabalho em grupo; 4) Supervisão e Administração Escolar; 5) Organização de Escolas Secundárias e Formação de Professores; 6) Problemas educacionais latino-americanos; 7) Organização de Escolas Primárias no Brasil; 8) Pesquisa em Educação; 9) Estatística e Pesquisa em Educação; 10) Medidas e pesquisas em educação; 11) Psicologia e Formação de Professores; 12) Psicologia e Português; 13) Sociologia; 14) Fundamentos da Educação e Inglês (FERREIRA, 2001).

Tais temas evidenciaram a preocupação do Centro, sob a direção de Azevedo, com a formação técnica e pedagógica dos atores sociais que trabalhavam na área educacional. Embora a trajetória deste sociólogo como construtor institucional, desde os anos de 1930, tenha sido marcada pela dedicação à formação, foi somente no contexto dos processos de industrialização e de urbanização, na década de 1950, que este tema adquiriu legitimidade e forte apelo junto ao governo, à intelectualidade e à sociedade civil nascente.

A organização dos Cursos de Especialistas (CEEAL) buscou atingir os seguintes objetivos, segundo Ferreira (2001, p.38): 1) a compreensão dos fundamentos da filosofia moderna de educação e da importância dos problemas educacionais; 2) a apreensão de como os alunos se desenvolvem e aprendem e como isto deve funcionar no planejamento da educação; 3) o conhecimento da variedade de material, métodos e facilidades à disposição da tarefa educativa; 4) a compreensão dos problemas educacionais da América Latina; 5) o desenvolvimento da consciência e da responsabilidade na solução dos problemas educacionais de cada país. Os dois últimos propósitos foram reiteradamente satisfeitos pelos temas e pelas abordagens realizadas pelos sociólogos e educadores do CRPE/SP; e explicitaram parte das questões que tais autores discutiram no “Simpósio sobre Problemas Educacionais Brasileiros”, realizado em 1959.

Outro aspecto a ser considerado é que uma parcela do prestígio alcançado por estes Cursos e pelo CRPE/SP, de modo geral, resultou do reconhecimento da autoridade intelectual – como sociólogo e como educador – conferida ao Diretor desta instituição. Índícios de tal consideração podem ser verificados em dois momentos. Primeiro, no contexto da instalação do Centro Regional de Pesquisas Educacionais de Pernambuco (CRPE/PE), quando Gilberto Freyre escreveu para Fernando de Azevedo, em 1957.

Na carta, Freyre relatou a Azevedo que uma das razões que Anísio Teixeira mobilizou para convencê-lo a administrar o referido Centro foi “[...] o Fernando dirige o de São Paulo [...]”. Este argumento, de acordo com Freyre, teria sido decisivo para que ele aceitasse a incumbência de dirigir o CRPE/PE. Segundo, no decorrer da realização do primeiro Curso de Especialistas em Educação para a América Latina (I CEEAL), quando Malcolm S. Adiseshiah¹²⁰, Assistente-Diretor Geral da UNESCO, escreve para Azevedo, em abril de 1958. Na carta, Adiseshiah elogiou a organização do CRPE/SP e afirmou que o trabalho realizado por Azevedo consistia em uma importante contribuição para o projeto maior da UNESCO no Brasil.

O primeiro Curso de Especialistas em Educação para a América Latina (I CEEAL) ocorreu entre os meses de março e de dezembro de 1958 e contou com a participação de educadores estrangeiros provenientes de diversos países como a Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Panamá, Equador, Peru, Uruguai e Venezuela, assim como brasileiros (originários das regiões Norte, Nordeste, Sul, Sudeste e Centro-Oeste). A heterogeneidade do público do Curso somada a criação da Associação Latino-Americana de Educadores, durante a sua realização, permitiram-nos sugerir a existência de um intercâmbio cultural entre os países latino-americanos, assim como entre as diferentes instituições de pesquisa e de ensino do Brasil.

Ao analisarmos os dados apresentados por Ferreira (2001), a respeito do II CEEAL, ocorrido em 1959, foi possível constatar um sutil crescimento do número de participantes, em relação ao primeiro, e da presença de brasileiros. Outro aspecto interessante do II CEEAL foi o fato de Hélène Brullé, no seminário ministrado por ela – sobre o Sistema Escolar Francês – ter destacado o nome de Azevedo ao lado de John Dewey enquanto importantes “[...] defensores da modernização dos métodos educacionais” (FERREIRA, 2001, p.42). O reconhecimento da relação entre estes autores nos permite sugerir que, alguns aspectos do pragmatismo da obra de Fernando de Azevedo, inspiraram-se na experiência norte-americana¹²¹.

O III CEEAL apresentou uma inversão em relação à origem dos participantes, se até aquele momento havia predominado os brasileiros, neste curso, elevou-se o número de participantes estrangeiros, assim como o de países representados. O IV CEEAL, realizado em dezembro de 1961, manteve a tendência do III Curso, ao

¹²⁰ Tanto a carta de Freyre quanto a de Adiseshiah encontram-se resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

¹²¹ O trabalho de Totti (2003) e o de Alves (2004) também sinalizaram para a influência de John Dewey na obra de Azevedo.

considerarmos o crescimento do número de estrangeiros e do total de participantes, contudo, diferenciou-se ao apresentar um aumento no número de cursistas argentinos.

Assim, durante a realização dos três primeiros CEEAL, Azevedo foi uma figura constante, colaborou na organização e participou dos trabalhos proferindo conferências e coordenando mesas, etc., algo que não se repetiu no IV CEEAL. Neste, o Diretor estava desvinculado do Centro, pois havia pedido demissão no começo do ano de 1961. Vale ressaltar, que os CEEAL foram acompanhados de outros tipos de cursos, os quais se destinaram a públicos distintos – como delegados de ensino; inspetores escolares do ensino primário de São Paulo, etc. – mas sempre com a preocupação de aprimorar os profissionais da educação no exercício de suas funções. Deste modo, o objetivo destes cursos foi tornar tais atores “[...] aptos a desempenhar seu papel no processo de renovação educacional no Estado de São Paulo” (FERREIRA, 2001, p.49).

O **Manifesto de 1959**¹²², redigido por Azevedo quando ainda ocupava o cargo de Diretor do CRPE/SP, expressou tanto preocupações com o desenvolvimento econômico do país quanto com sua política educacional. Para os signatários deste documento, salvo suas diferenças teórico-metodológicas, o sistema educacional teria que contemplar as novas demandas da sociedade industrial de forma integrada ao processo geral de modernização. Destarte, o **Manifesto** parece ter simbolizado a possibilidade de uma aliança entre os diferentes atores do campo sociológico brasileiro, inclusive, entre aqueles que se encontravam em disputa em outras instituições.

Alguns indícios de convergência entre tais intelectuais podem ser vislumbrados nos artigos escritos por Azevedo, Florestan Fernandes, Fernando H. Cardoso e Octávio Ianni, etc. no contexto do “Simpósio sobre os Problemas Educacionais Brasileiros”, em 1959, e em outros eventos, dentro e fora do CRPE/SP. Tais artigos, guardando as devidas especificidades, respaldaram, de modo geral, a visão de Fernando de Azevedo sobre o papel do sistema educacional, presente no **Manifesto**.

Desse modo, parece ter sido a partir da utopia de reconstruir a educação no país, e de solucionar parte dos problemas sociais, que as noções de planejamento e de mudança foram mobilizadas nos artigos destes e de outros intelectuais do CRPE/SP,

¹²² Trata-se do “[...] Manifesto ao povo e ao governo: mais uma vez convocados, publicado em 1º de julho, combatendo o ante-projeto apresentado por Carlos Lacerda que modificava a Lei de Diretrizes e Bases em votação na Câmara dos Deputados. Esse manifesto, assinado por 180 educadores, cientistas e escritores, teve larga repercussão não só no Brasil como também em todos os países da América Latina, onde foi amplamente divulgado em revistas e jornais” (VIDAL, 2000b, s/p).

inclusive, nos de autoria de Azevedo¹²³. Na visão deste sociólogo a educação poderia contribuir para orientar as mudanças sociais e, neste sentido, para encaminhá-las. Enquanto o planejamento seria o principal instrumento na administração em geral¹²⁴.

A intensificação dos fenômenos de urbanização e de industrialização no Brasil colaborou para favorecer a democratização do ensino, a partir do momento que passou a exigir e a legitimar uma formação de novo tipo – o saber prático – e o atendimento a um número maior de pessoas. Assim, a década de 1950 foi marcada pela idéia segundo a qual, tanto a definição quanto a condição de superação do subdesenvolvimento dos países da América Latina encontravam-se alicerçadas na educação e, conseqüentemente, no planejamento científico.

Semelhante perspectiva convergiu com a visão dos atores difusores da importância do planejamento educacional, no interior do CRPE/SP. Dentre tais atores destacamos Azevedo e Renato Jardim Moreira. Este último trabalhou ativamente na realização de *surveys*, como um dos tipos de investigação, que atenderia às necessidades de aperfeiçoamento dos instrumentos, dos processos de coleta e da análise de dados; e, ao mesmo tempo, permitiria estudar problemas teóricos mediante materiais que foram reunidos com finalidades práticas.

Neste contexto de crescente racionalização do cotidiano e das instituições, o planejamento se apresentou – na visão dos educadores e sociólogos que atuaram nos centros, como o CRPE/SP – enquanto um “[...] símbolo organizatório da civilização em mudança” (XAVIER, 1999, p.197). Deste modo, o planejamento não foi prerrogativa de um grupo e, sim, uma espécie de “senso comum intelectual”, partilhado por diferentes grupos, particularmente, no universo social da década de 1950, no Brasil (VILLAS BÔAS, 2006).

¹²³ Entre os textos de Fernando de Azevedo com esta temática destacou-se “Educação e mudança social”, comunicação apresentada no referido Simpósio. Este artigo encontra-se publicado em Azevedo (1962a) e foi objeto de interpretação no Capítulo III.

¹²⁴ No processo de interpretação dos textos de Fernando de Azevedo, publicados nos anos de 1950 e 1960, encontramos referências sobre a obra de Karl Mannheim. Embora não possamos afirmar, pareceu-nos que Azevedo trabalhou com concepções próximas aquelas desenvolvidas por Mannheim, seja a respeito do planejamento seja sobre o papel da *intelligentsia*. Neste contexto de hipóteses, o livro de Villas Bôas (2006), ao abordar o tema da recepção da sociologia alemã no Brasil e o papel de Emílio Willems, nos propicia pistas para supormos a influência, mesmo que difusa, de Mannheim nos textos de Azevedo. Vale destacar ainda que, a preocupação deste sociólogo, com o tema do planejamento, se originou em suas experiências nos anos de 1920 e 1930, sob inspiração das obras de Émile Durkheim e John Dewey. Na dissertação de Ferreira (2001), encontramos o reconhecimento da presença de Karl Mannheim na produção do CRPE/SP. Contudo, tal influência foi percebida pela autora somente nas obras dos sociólogos vinculados a Cadeira de Sociologia I da USP, como Florestan Fernandes, Renato Jardim Moreira, para citarmos apenas dois exemplos.

A política de industrialização, adotada pelo Presidente Juscelino Kubitschek, foi caudatária deste contexto; e se caracterizou por procurar contemplar às antigas reivindicações de melhoria e de expansão do ensino no Brasil. Contudo, no decorrer do mandato de Kubitschek, o empenho em favorecer a área educacional foi se transformando, paulatinamente, em um problema; ao ponto do governo iniciar uma política de cortes nos investimentos do setor, a partir de 1959.

A implicação destes cortes para o CRPE/SP e, para as demais instituições similares, foi o abandono de parte considerável de suas investigações ainda inconclusas, ou simplificações nos projetos de pesquisa originais. Não obstante, esta década ter sido favorável às iniciativas que privilegiaram a racionalização dos procedimentos administrativos, e, neste sentido, o planejamento científico, a conjuntura econômica e a política nacional, dos anos de 1950, influenciou o governo a assumir outras prioridades para os recursos públicos¹²⁵. Além da dimensão financeira, outros fatores agiram para a desestruturação dos Centros, a partir de 1959; um deles parece ter sido, no caso do CRPE/SP, a existência de problemas internos.

Na busca por interpretar tais problemas, Ferreira (2001) se dedicou à análise institucional do CRPE/SP. Para esta intérprete o fato do CRPE/SP, desde sua fundação, ter se encontrado vinculado a uma instituição como a USP consistiu em argumento suficiente para que ela classificasse a produção teórica do CRPE/SP como científica. Por outro lado, ao voltar-se para o CBPE e constatar que ele possuía uma estrutura de funcionamento semelhante a do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)¹²⁶, isto é, que se desenvolveu a margem da universidade, compreendeu uma justificativa

¹²⁵ Tal conjuntura foi marcada, dentre outros aspectos, pelas disputas entre políticos e intelectuais defensores do ensino público e atores partidários do ensino privado e religioso, em torno da definição da Lei de Diretrizes e Bases (LDB); e, neste sentido, de parte significativa do ordenamento do mercado cultural brasileiro.

¹²⁶ O Instituto foi criado, em 1955, como um órgão do Ministério da Educação e Cultura (MEC), ainda no governo de Café Filho; e se caracterizou por uma diversidade de atores sociais e teses que atuaram junto aos diferentes governos, ora por meio de críticas severas as suas políticas, ora a partir de contribuições para orientar e legitimar parte de sua obra no cenário político brasileiro. Assim, podemos ponderar que os intelectuais isebianos – dentre eles: Hélio Jaguaribe (Filosofia e Ciência Política), Cândido Mendes (História), Álvaro Vieira Pinto (Filosofia), Alberto Guerreiro Ramos (Sociologia), Nelson Werneck Sodré (História), Roland Corbisier (Filosofia), etc. – se colocaram como objetivos o estudo, o ensino e a divulgação das Ciências Sociais no Brasil e, com isto, o compromisso de colaborar para a superação do problema do subdesenvolvimento do país. Estes intelectuais assumiram uma concepção ideológica que parece ter se materializado, em parte, na prática do projeto nacional-desenvolvimentista implantado, principalmente, por Juscelino Kubitschek. O texto de Bariani (2005) realiza um recenseamento crítico envolvendo diferentes trabalhos que se dedicaram a refletir sobre as contribuições e os limites da produção isebiana para o pensamento social no Brasil.

aceitável para que esta autora caracterizasse seus atores sociais, e suas produções, como símbolos de improvisação e de difusão de ideologias.

Semelhante abordagem institucional precisa ser problematizada, primeiro, por Ferreira (2001) parecer ignorar os trabalhos científicos teóricos realizados pelo ISEB e pelo CBPE, associando a presença discreta de pesquisas empíricas à inexistência de pesquisas científicas por parte destas instituições. Segundo, por parecer desconsiderar o fato de que nenhuma instituição de ensino e de pesquisa, ou apenas de pesquisa, na área de Ciências Sociais encontrava-se, na conjuntura dos anos de 1950, isenta de críticas, internas e/ou externas, em relação à ênfase dada as pesquisas teóricas, em detrimento das empíricas. Esta era uma realidade foi vivenciada seja pela USP (e pelo CRPE/SP) seja pelo CBPE (e pelo ISEB), e por diferentes instituições no Brasil, e em outros países da América Latina.

Um ponto de vista distinto sobre os problemas vividos pelo CRPE/SP, na gestão de Azevedo, foi propiciado em sua autobiografia: **História de minha vida** (1971b). Nela, ele expôs que:

[...] Tôda grande obra renovadora, está sujeita a êsses percalços que provêm da ignorância de uns, da desonestidade de outros e da fraqueza de muitos que se deixam envolver e arrastar pelas manobras e traições de poucos. A prova de legitimidade e importância de uma obra ou empresa está exatamente na resistência fria ou na reação enérgica contra os que a ela se opõem, por interesses pessoais, caprichos e ambições (AZEVEDO, 1971b, p.157).

Apesar de consistir em um olhar subjetivo, o testemunho de Azevedo nos permite revisitar alguns aspectos das relações profissionais e pessoais desenvolvidas nesta instituição, em particular, no decorrer do ano de 1960. Nesta conjuntura, este sociólogo vivenciou duas situações que colocaram em questão sua competência administrativa e sua autoridade intelectual no CRPE/SP.

A primeira delas envolveu diretamente uma pessoa de sua confiança, o sociólogo, Renato Jardim Moreira. Neste episódio, Azevedo parece ter assumido a “reação enérgica” – para utilizarmos suas palavras – como atitude, uma vez que no desenrolar da situação ocorreu a demissão de Jardim Moreira do cargo de Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS). O pivô da demissão parece ter sido

uma carta¹²⁷ escrita por Jardim Moreira para Azevedo, em 18 de maio de 1960, quando este era ainda o Diretor do Centro.

No referido documento, Jardim Moreira realizou um balanço das dificuldades vividas pelo CRPE/SP – em particular, pela Divisão sob sua direção – no qual criticou a gestão de Azevedo afirmando que o Centro havia se afastado dos propósitos em nome dos quais tinha sido criado; neste sentido, salientou o correspondente, á guisa de exemplo, a crescente desarticulação dos grupos de pesquisa.

No entanto, em outra passagem da carta, Jardim Moreira reconheceu duas ordens de razões para os referidos problemas: uma delas remetia-se, em última instância, às “[...] deficiências pessoais dos encarregados da direção desses grupos”; a outra, às condições estruturais. Sobre estas, Jardim Moreira apontou a necessidade de estabelecer novas parcerias para obtenção de recursos financeiros para o CRPE/SP, assim como solicitou maior autonomia administrativa, enquanto Diretor da DEPS, para gerir os recursos desta Divisão.

Em resposta, Azevedo escreveu uma correspondência no dia seguinte, 19 de maio de 1960¹²⁸. Nela, relatou sua decepção em relação à postura adotada por Jardim Moreira e afirmou lamentar ter que aceitar sua renúncia ao cargo de Diretor da DEPS¹²⁹. Dois dias após a demissão de Jardim Moreira, em 21 de maio, uma nova investida contra a gestão de Azevedo buscou questionar sua competência e autoridade. Tal ação foi desencadeada pelo grupo de técnicos coordenado por Jardim Moreira. Estes atores encaminharam para Azevedo uma carta e um relatório¹³⁰, nos quais reiteravam as críticas do ex-Diretor da DEPS.

Faz-se preciso conhecer o teor de tais documentos, assim como os atores que os escreveram. Neste caminho, diferente da perspectiva adotada por Ferreira (2001), a interpretação de Vidal (2000b) e a nossa, a partir da pesquisa no acervo deste intelectual¹³¹, procuraram explicitar quem compunha o grupo de técnicos da DEPS. Destacaram-se entre estes profissionais: Francisco Corrêa Weffort, Ruth Corrêa Leite

¹²⁷ Esta correspondência encontra-se resumida na Seção Anexos, Tabela 1.

¹²⁸ Tal carta está resumida na Seção Anexos, Tabela 1.

¹²⁹ De fato, Jardim Moreira não se demitiu de forma expressa, mas na carta que encaminhou expôs que o atendimento as suas solicitações consistia em uma condição para a sua permanência no cargo. Tendo em vista que Azevedo não as aceitou, Jardim Moreira teve que sair do cargo.

¹³⁰ Ambos os materiais encontram-se na Seção Anexos, Tabela 1.

¹³¹ O resumo do documento e os nomes de todos os técnicos do DEPS, que assinaram a carta, encontram-se na Seção Anexos, na Tabela 2.

Cardoso, Celso de Rui Beisiegel, Gabriel Bolaffi, José Mário Pires Azanha, José Fábio Barbosa da Silva, etc.

Ao lançarmos luz sobre estes atores sociais é interessante reconhecer que alguns possuíam vínculos institucionais e pessoais com a Cadeira de Sociologia I da USP, sob a direção de Florestan Fernandes; isto é, eles representavam uma parcela dos cientistas sociais que foi responsável por desencadear, no interior desta universidade, uma dinâmica de concorrência com os membros da Cadeira de Sociologia II – sob a influência de Azevedo, e com ele próprio – no processo de embates pela hegemonia “do fazer sociológico”.

Fernando de Azevedo não se manteve indiferente às investidas destes atores contra sua administração no CRPE/SP, no entanto, parece ter procurado interpretá-las de duas maneiras: primeira, como uma manifestação legítima para buscar melhorar as condições de trabalho no interior do Centro; segunda, enquanto uma artimanha para abalar sua autoridade, ou seja, um artifício para abrir espaço de ascensão para “novos” profissionais.

Os técnicos da DEPS destacaram como sérios problemas vividos pelo CRPE/SP, na gestão de Azevedo: a grande mobilidade do pessoal técnico e o isolamento do Centro – em relação às instituições ligadas à política e à administração escolar do município. Sobre a questão da mobilidade de pessoal é preciso reconhecer a existência de várias razões, sendo talvez, a principal delas, a remuneração insuficiente; e entender que isto pode ter sido resultado da política do governo federal de redução dos recursos para as instituições de pesquisa no país, no período. Portanto, as dificuldades orçamentárias, que colaboraram para a mobilidade de pessoal, não seriam exclusivas da administração deste sociólogo, tampouco, produto da mesma.

Já o isolamento do Centro, em relação ao poder público, envolveu uma situação delicada, pois no período de 1957 a 1961, encontrava-se no governo da Prefeitura de São Paulo, o político Ademar Pereira de Barros. Este, desde a década de 1930, apresentou uma relação conflituosa – e, às vezes, ambígua – com Fernando de Azevedo, ora de forma explícita, como em 1938, ora de maneira latente, como em 1947. Em 1938, período no qual ocupou o posto de Interventor do Estado de São Paulo, Ademar Pereira de Barros foi o responsável por extinguir, sem uma justificativa plausível, o Instituto de Educação (IEUSP), o qual havia sido criado e dirigido por Azevedo.

Quase dez anos depois deste incidente, sob o convite de Pereira de Barros, Azevedo torna-se Secretário da Educação do Estado de São Paulo, em 1947. Contudo, ao perceber que não possuía as condições, políticas e financeiras, para o exercício do cargo, abdicou com apenas cinco (5) meses de mandato. Diante deste quadro sucinto, é possível supormos as dificuldades enfrentadas por este ator junto ao governo e às administrações escolares, no contexto de sua gestão¹³².

Por outro lado, a administração em âmbito estadual também não era favorável a Fernando de Azevedo, pois se encontrava nas mãos de Jânio Quadros¹³³, no período de 1955 até 1961. Este último e Pereira de Barros consistiram em figuras avessas ao grupo que construiu a USP, assim como a própria instituição. Decorreu disso, que o isolamento do Centro não parece ter sido resultado de uma ausência de habilidade ou de vontade política de Azevedo.

Ao avaliar o trabalho desenvolvido pelo CRPE/SP, Ferreira (2001) afirmou que:

[...] existiu no Brasil uma instituição voltada para a pesquisa educacional que, mesmo vinculada à Universidade, não restringia seus objetivos aos limites das exigências acadêmicas e que contava com recursos humanos e financeiros próprios para estabelecer, de forma independente, linhas de pesquisas convergentes com o propósito de transformação da educação brasileira a partir da análise sistemática de seus principais problemas (FERREIRA, 2001, p.168).

Neste sentido, prossegue a autora, o CRPE/SP desempenhou atividades que “[...] geraram resultados significativos para a pesquisa educacional brasileira: seja através do resultado de algumas pesquisas e cursos bem sucedidos, seja pela influência causada na formação de pesquisadores e em seus trabalhos posteriores” (FERREIRA, 2001, p.168).

Embora Ferreira (2001) elabore uma interpretação consistente sobre alguns limites e conquistas do CRPE/SP na gestão de Azevedo, ela desenvolveu uma argumentação problemática, ao caracterizar os avanços enquanto contribuições dos atores sociais que desencadearam as críticas contra a administração deste sociólogo. E,

¹³² Em 1961, antes do final de seu mandato, Azevedo entregou a direção do Centro ao professor Milton da Silva Camargo Rodrigues, membro do Conselho Administrativo do Centro e seu amigo pessoal.

¹³³ Uma pista sobre a maneira como Fernando de Azevedo concebia Jânio Quadros pode ser encontrada na carta que Azevedo escreveu para Nelson Werneck Sodré em 1968. O resumo pode ser lido na Seção Anexos, Tabela 1.

ao mesmo tempo, situar o seu trabalho ao lado dos limites. Este tipo análise parece ter decorrido da compreensão desta estudiosa segundo a qual, na gestão de Azevedo, imperou no Centro a ausência de uma definição precisa da agenda de pesquisas, entendida como uma atribuição do Diretor. Esta omissão teria desencadeado, na visão de Ferreira (2001), os principais problemas organizacionais e administrativos do CRPE/SP.

Poderíamos questionar esta argumentação de Ferreira (2001) indagando até que ponto os Diretores das Divisões não seriam co-responsáveis por tal omissão. Guardando as devidas proporções, a carta de Renato Jardim Moreira de 1960, aventou a idéia de uma co-responsabilidade neste processo. Ao fazermos tal provocação pretendemos apenas salientar, que não existe uma única história institucional.

Vale ressaltar ainda que as críticas que Azevedo enfrentou, na direção do CRPE/SP em 1960, parecem ter abalado, apenas parcialmente, sua autoridade intelectual. Esta hipótese apóia-se na constatação que, ao assumir o cargo de Secretário da Educação e da Cultura do Município de São Paulo, em 1961, ele obteve a colaboração não remunerada de um grupo de dezoito (18) intelectuais para assessorá-lo na criação das políticas públicas educacionais e culturais para a cidade. Dentre tais atores podemos destacar: Antonio Candido, parceiro de Azevedo em sua administração no CRPE/SP; Lourival Gomes Machado e Mário da Silva Brito, partidários da criação do CBPE e do CRPE/SP; além de outros nomes significativos do cenário cultural brasileiro como Décio de Almeida Prado; Paulo Emílio Sales Gomes, etc.¹³⁴.

Outro indício de que o prestígio desfrutado por Azevedo no CRPE/SP junto a organismos internacionais – como a UNESCO – manteve-se na década de 1960, pode ser encontrado em seu acervo pessoal. Assim, em 1968, Julio Larrea escreve para Azevedo para que este forneça referências sobre ele, Larrea, para o cargo de Especialista em Planejamento Educacional na UNESCO¹³⁵.

¹³⁴ A referência aos nomes destes atores; bem como sobre a inexistência de remuneração pelas assessorias por eles prestadas nos campos de suas especialidades foram encontradas na autobiografia de Azevedo (1971b) e na nossa consulta ao seu acervo pessoal, especificamente a Seção Dossiê11: Secretaria de Educação e Cultura do Município de São Paulo (1961). Os resumos sobre os relatórios das comissões formadas por estes intelectuais e outros, como Mário Schenberg, estão disponíveis na Seção Anexos, na Tabela 2.

¹³⁵ As cartas de Larrea, assim como a de Baltazzi – Chefe da Divisão de Recrutamento do Departamento Pessoal da UNESCO – para Azevedo, assim como suas respostas para ambos os remetentes encontram-se resumidas e disponíveis na Seção Anexos, Tabela 1.

CAPÍTULO II

PROJETO EDITORIAL E INTELECTUAL DE FERNANDO DE AZEVEDO

“Fruto típico da geração nascida por perto da proclamação da República, [...] tinha a religião do saber e procurava fecundar de maneira construtiva e atual a tradição “ilustrada”, visando superar o passado sem renegá-lo, concentrando o melhor da sua força na transformação do presente como preparo para o futuro. Quando falo em geração da República, penso em homens que apostaram na possibilidade de mudar para melhor a vida em sociedade, certos de que as utopias dão acesso ao real”

Antonio Candido, Prefácio (1994c, p.9).

1. Intercâmbios intelectuais latino-americanos: aspectos da institucionalização da Sociologia no Brasil através das cartas

Considerar Azevedo como uma figura importante da Sociologia acadêmica no Brasil, não significa aderir a uma representação mítica a respeito deste sociólogo, mas problematizar as interpretações que buscaram minimizar seus empreendimentos no campo sociológico latino-americano. Nesta perspectiva, procuramos qualificar parcialmente as relações estabelecidas em uma fase do processo de institucionalização da Sociologia no Brasil – período compreendido entre as décadas de 1930 e 1960 – e o papel de Azevedo, este, enquanto um intelectual ligado à defesa de uma concepção de Sociologia baseada a um só tempo na inovação institucional, editorial e cultural.

Inovação tanto da própria Sociologia, enquanto uma área especializada do conhecimento, quanto do país; ou seja, objetivamos tratar de alguns aspectos do diálogo intelectual latino-americano, no contexto da institucionalização desta ciência, através da correspondência passiva de Azevedo, de 1936 até a década de 1960. E, assim, elucidar temas e problemas comuns vivenciados por ele e por alguns de seus interlocutores – José Medina Echavarría (1964, 1942); Daniel Cosío Villegas (1946, 1943, 1942(9)); Francisco Ayala (1958(2), 1948(2), 1947, 1946(3)); Ricardo Levene (1945, 1943); Alfredo Poviña (1954, 1953, 1952(4), 1951(3), 1940, 1936); Gino Germani (1948); Theo R. Crevenna (1954, 1953, 1950); Mario Bon Espasandín (1968); Isaac Ganón

(1947, 1946(2), 1945) ¹³⁶ – bem como apresentar algumas considerações destes construtores institucionais a respeito da obra teórica deste sociólogo¹³⁷.

Neste sentido, tentamos reconstruir parte das teias institucionais, dos sentimentos, dos interesses, das dificuldades, etc. vivenciados por estes atores sociais. Com tais procedimentos entendemos assegurar alguns elementos para sugerirmos o lugar de Azevedo no campo editorial, científico e educacional das Ciências Sociais na América Latina e, em especial, no Brasil.

A reiteração de alguns países nas correspondências, como o México e a Argentina, ou a ausência de outros, foi apenas parcialmente consequência de nosso recorte no conjunto dos interlocutores de Azevedo, pois parte considerável das cartas originou-se destes lugares. O maior número de correspondentes da Argentina e do México deveu-se ao fato de ambos os países serem, juntamente com o Brasil, os principais exemplos de organização e de incremento da divisão intelectual do trabalho cultural e editorial na América Latina, à época.

Para a artesanaria desta abordagem procuramos desvelar parte do contexto discursivo dos correspondentes estrangeiros, inspirando-nos nos trabalhos de Pocock (2003) e de Skinner (1999); bem como estabelecer quais contatos foram perenes e quais foram intermitentes. Sobre esta diferenciação vale destacar que não realizamos nenhuma hierarquização.

Ao voltarmos nosso olhar para a América Latina e, em particular, para os países do Cone Sul, é a partir dos anos de 1930 e 1940 que a Sociologia experiencia e experimenta, ainda que com intensidades e ritmos diferentes em cada país, um processo mais estruturado de institucionalização (BLANCO, 2007, 2006; IANNI, 1976; POVIÑA, 1959, 1941). Tal processo se consolida através do aparecimento das instituições especializadas no ensino e nas pesquisas de Sociologia; no surgimento das publicações oficiais e das coleções de livros e, também, na fundação e na consolidação das sociedades e das associações profissionais e científicas desta área do conhecimento (BLANCO, 2007, 2005; SIGAL, 1991).

As transformações ocorridas nas esferas política, econômica, cultural e social, nas décadas de 1930 e 1940, convergiram para tornar este período um momento chave

¹³⁶ Todas as correspondências citadas neste subcapítulo encontram-se resumidas e disponíveis para consulta na Seção Anexos, na Tabela 1.

¹³⁷ Realizamos a sistematização dos comentários sobre os dois manuais de Azevedo, presentes nas correspondências, em formato de quadro; já os comentários publicados em outros suportes foram apresentados ao longo do corpo do texto.

no processo de institucionalização da Sociologia na América Latina. Já as décadas subseqüentes foram fundamentais para o desenvolvimento deste processo. Seus desdobramentos colocaram em evidência – principalmente, a partir da década de 1960 – outros atores sociais nos campos acadêmicos e culturais latino-americanos (BLANCO, 2007; JACOBY, 1990; IANNI, 1976).

Grosso modo, a partir de meados da década de 1950, podemos destacar a emergência de Florestan Fernandes na luta para instituir – em sua prática docente e de pesquisa; bem como em termos discursivos – um novo modelo de pesquisa e de ensino da Sociologia dentro do campo acadêmico paulista e, com isto, relegar a contribuição de Fernando de Azevedo a uma etapa a ser superada na história da Sociologia no Brasil: o ensaísmo. De certo modo, torna-se possível sugerir que algo semelhante ocorreu no campo acadêmico argentino, Gino Germani emergiu, assim como Florestan Fernandes, questionando o legado de seus antecessores, entre eles, o sociólogo Alfredo Poviña (BLANCO, 2007, 2006, 2005).

Estas “iniciativas domésticas” dos “novos” atores institucionais – Fernandes, Costa Pinto, Germani, etc. – a favor de uma renovação da Sociologia foram reforçadas pelas pressões exercidas por uma série de organismos internacionais, como a União Pan-Americana¹³⁸ e a UNESCO, nas décadas de 1950 e 1960. Por organizações regionais, com destaque para o Centro Latino-Americano de Pesquisa em Ciências Sociais (CLAPCS) – o qual foi fundado e dirigido por Costa Pinto – e para a Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (FLACSO); bem como por agências filantrópicas, a exemplo da Ford e da Rockefeller, mediante um discurso de defesa da modernização da educação superior nos países latino-americanos (BLANCO, 2007, 2006; IANNI, 1976)¹³⁹.

Isoladas inicialmente, as iniciativas domésticas e as pressões externas adquiriram a forma de um movimento mais amplo e sistemático a partir da década de 1960 (GERMANI, 1964). Talvez, os sociólogos José Medina Echavarría – espanhol que atuou no México e na CEPAL¹⁴⁰ – Florestan Fernandes e Gino Germani – italiano que

¹³⁸ A União Pan-Americana foi incorporada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), criada em 1948. A União abandonou este nome na década de 1970.

¹³⁹ É preciso ponderar que se as pressões destes organismos e agências resultaram em estímulos para o desenvolvimento institucional nos países da região, esta não foi a única consequência, nem tão pouco, o maior interesse em jogo. No entanto, reflexões sobre este processo ultrapassam os limites deste texto.

¹⁴⁰ A Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) foi criada em 1948 e subordinada ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), com sede em Santiago no Chile. A

atuou na Argentina – tenham sido as figuras proeminentes deste movimento, o qual também contou com Costa Pinto, José Rafael Arboleda (Colômbia) e Eduardo Hamuy (Chile), entre outros.

Estes sociólogos apregoaram a necessidade de tornar a Sociologia uma ciência reconhecida e respeitada por sua cientificidade teórica e metodológica, com forte viés empirista. No transcurso de poucos anos, tais atores deram início a uma luta simbólica e institucional entre os denominados “sociólogos científicos” – liderados por Florestan Fernandes e Costa Pinto, e por Gino Germani, nos seus respectivos países – e os “sociólogos de cátedra” ou “sociólogos normalistas”, representados por aqueles a serem superados no campo sociológico latino-americano – como Alfredo Poviña e Azevedo.

A oposição “científicos” versus “normalistas” – no caso do Brasil ou “de cátedra”, no que se refere à Argentina – nos possibilita representar, normativa e retoricamente, o esquema classificatório que foi mobilizado pelos “sociólogos científicos” para se diferenciar e, particularmente, para hierarquizar as produções intelectuais, segundo graus diversos de reivindicação do caráter empírico e científico do fazer sociológico na América Latina. O contraste entre as categorias “sociólogos científicos” e “sociólogos normalistas” – ou “sociólogos de cátedra” – traduziu-se nos seguintes pares de opostos no âmbito discursivo: profissionais versus amadores; cientistas versus humanistas; empíricos versus ensaístas, etc.

O fato de reconhecermos a existência de tais contendas e de propormos o uso das referidas categorias para explicá-las, não significa que subestimamos as tensões que estas categorias comportam; tampouco, que ignoramos a inexistência de consenso, por parte dos estudiosos de pensamento social e político, a respeito da mobilização das mesmas para simbolizar o complexo processo de construção das identidades sociais dos diferentes grupos de intelectuais.

Isto posto, revelar alguns dos interlocutores estrangeiros de Azevedo e parte do conteúdo de suas cartas nos permite questionar a oposição, mencionada anteriormente, entre os “sociólogos científicos” e os “sociólogos de cátedra” – ou “normalistas”; e demonstrar que, para além dos discursos de diferenciação, houve reconhecimento intelectual mútuo entre estes distintos atores, o qual se expressou mediante um delicado

CEPAL, principal centro de influência sobre o tema do desenvolvimento, foi dirigida, a partir de 1950, pelo argentino Raul Prebisch que reuniu em torno da instituição nomes como o de Medina Echavarría, Aníbal Pinto, Celso Furtado, entre outros.

sistema de colaboração nos empreendimentos institucionais – em particular, editoriais – por eles realizados.

Assim, a interpretação proposta sobre o campo editorial latino-americano, a partir das correspondências, limita-se a compreender, de forma parcial, quem eram alguns dos interlocutores de Fernando de Azevedo; ou seja, onde e em que atuaram; quais as dificuldades e as estratégias compartilhadas por eles no campo sociológico e o que escreveram sobre a obra deste autor.

A experiência de Azevedo como editor forneceu subsídios para a estruturação do campo cultural do país; seus esforços somaram-se aos de Octalles Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato, no processo de configuração da indústria de livros e do mercado editorial nacional. Este trabalho possibilitou a Azevedo tornar-se um reconhecido divulgador das Ciências Sociais, dentro e fora do Brasil (DUTRA, 2006; TOLEDO, 2006, 2001; LEAL, 2003; PONTES, 1989; HALLEWELL, 1985). Embora tenha participado de iniciativas editoriais no CRPE/SP, nos anos de 1950, foi nas décadas de 1930 e de 1940 que Azevedo se consagrou enquanto editor. Como autor e difusor, ele permaneceu atuando até 1974, quando faleceu.

A apresentação dos conteúdos das cartas escolhidas e de seus autores compôs uma espécie de mosaico. Para construí-lo cotejamos as correspondências com a literatura especializada sobre a história da Sociologia na América Latina e selecionamos entre os correspondentes aqueles atores que foram considerados por tal literatura como referências no campo sociológico da região, em particular, no campo editorial. Outro aspecto que privilegiamos na escolha dos interlocutores de Azevedo foi que eles apresentassem alguma relação entre si: amizade; parceria em instituições e/ou projetos; atuação no mesmo país, etc.

De tal modo que as primeiras cartas que selecionamos foram escritas por José Medina Echavarría (1964, 1942), seguidas pelas de Daniel Cosío Villegas (1946, 1943, 1942(9)). O espanhol José Medina Echavarría emigrou para o México, em 1939, lá assumiu a direção da coleção **Sección de Obras de Sociología** – pertencente ao **Fondo de Cultura Económica**, uma editora fundada pelo mexicano Daniel Cosío Villegas, em 1934 – e consolidou sua carreira como editor. Em poucos anos, o trabalho destes intelectuais no México proporcionou ao **Fondo** tornar-se uma das editoras de maior prestígio nas Ciências Sociais da América Latina.

Através do **Fondo de Cultura Económica**, Medina Echavarría disponibilizou aos leitores latino-americanos uma literatura pouco conhecida – até mesmo para o

incipiente público especializado, conforme sinalizou Blanco (2007, 2006). Foram traduzidas e difundidas obras de autores como Max Weber, Karl Mannheim, Vilfredo Pareto, dentre outros. A preocupação deste editor em sintonizar o México com o que se produzia e lia na Europa e nos Estados Unidos, se fez sentir em outros países como Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, etc. O projeto editorial de Medina Echavarría – compartilhado por Cosío Villegas – também buscou promover a integração da produção latino-americana em Ciências Sociais, ao publicar – através da coleção **Sección de Obras de Sociología** – livros de diversos sociólogos da região, dentre eles, Alfredo Poviña e Fernando de Azevedo.

Na Argentina, a preocupação de Medina Echavarría foi compartilhada por Gino Germani ao traduzir e publicar autores como Erich Fromm, George H. Mead, Bronislaw Kasper Malinowski, Karl Popper, Talcott Parsons, entre outros (BLANCO, 2007, 2006). Germani teria concorrido para estabelecer um lugar diferenciado no campo editorial argentino, pelo qual já transitavam intelectuais como o argentino Ricardo Levene e o espanhol Francisco Ayala – o qual atuou na Argentina. No Brasil, Azevedo realizou parte considerável de seu projeto editorial no interior da Cia. Editora Nacional, no período de 1931 até 1946.

A primeira carta de Medina Echavarría para Azevedo foi escrita em 1942. Nela, o remetente explicita a relevância que destina à opinião de Azevedo sobre o seu trabalho; bem como comenta a respeito da recomendação que fez para Daniel Cosío Villegas sobre a tradução da obra **Sociologia Educacional** (1954b [1940]), de autoria de Azevedo, para o espanhol. Segundo Medina Echavarría, este livro consistia no melhor trabalho publicado, até então, sobre o assunto.

Ainda nesta correspondência, Medina Echavarría revela alguns aspectos do campo editorial. Neste sentido, menciona sobre as dificuldades para conhecer e intercambiar as produções sociológicas realizadas nos vários países latino-americanos. Para este sociólogo, a difusão das obras permitiria, primeiro, sair da ignorância sobre o que cada país estava realizando; segundo, assegurar avanços teóricos e metodológicos nas Ciências Sociais.

De acordo com Medina Echavarría, a produção brasileira poderia disputar um lugar de liderança na Sociologia latino-americana; e esta situação resultava, dentre outras razões, dos esforços de editores como Azevedo. Em outro momento da carta, Medina Echavarría declarou que pretendia incorporar as produções brasileiras na

coleção por ele dirigida no **Fondo** e, que para isto, contava com o auxílio de Azevedo, tanto para sugerir títulos de obras quanto para intermediar os contatos com os autores.

Já na correspondência de 1964, Medina Echavarría lamenta não ter sido ainda maior a comunicação entre ambos, o tom presente na carta é de reconhecimento pelo trabalho realizado por Azevedo. A partir do exposto, é possível apontarmos que, durante alguns anos, possa ter existido certo distanciamento entre estes atores. No entanto, isto não nos autoriza a afirmar a existência de rupturas em suas relações.

O mexicano Daniel Cosío Villegas (1946, 1943, 1942(9)) foi o fundador e o Diretor, de 1934 até 1947, da editora **Fondo de Cultura Económica** e, também, companheiro de Medina Echavarría no desenvolvimento do campo editorial mexicano. O **Fondo**, seu principal empreendimento no campo, foi a instituição responsável por promover, tanto a publicação de livros em espanhol quanto a tradução, para o espanhol, de importantes obras em outros idiomas.

Além disso, este editor buscou criar redes de distribuição de suas publicações no exterior; como parte deste processo, em 1945, o **Fondo** inaugurou a sua primeira filial na cidade de Buenos Aires, sob a direção de Arnaldo Orfila Reynal. Com a saída de Medina Echavarría do México, Reynal, Julián Calvo e Cosío Villegas foram os continuadores do seu projeto editorial.

No ano de 1942, Cosío Villegas escreveu nove (9) cartas para Azevedo, as quais delinearão as negociações envolvendo as condições, inclusive financeiras, para a publicação da obra **Sociologia Educacional** (1954b [1940]), pelo **Fondo**. Convém recordarmos que o interesse em publicar tal livro encontrou apoio na apreciação que Medina Echavarría realizou a respeito deste trabalho. Nas correspondências de Cosío Villegas, ele se remete a Azevedo enquanto editor de importantes coleções científicas – na Cia. Editora Nacional – e, não apenas, como autor. O reconhecimento de Azevedo como um editor importante representa um ponto comum nas opiniões de Medina Echavarría e de Cosío Villegas sobre este sociólogo.

Em carta de 1943, Cosío Villegas solicita que Azevedo lhe indique um professor que possa ministrar o curso a ser organizado por ele – Cosío Villegas – no México. Semelhante solicitação pode ser vista como um indício do prestígio intelectual de Azevedo. Esta hipótese é reforçada pelo fato de parte dos intercâmbios institucionais neste período – como as visitas de professores/pesquisadores para ministrar cursos e realizar pesquisas, etc. – ter ocorrido através de negociações envolvendo este ator.

Na correspondência de 1946, Cosío Villegas comenta sobre a segunda edição da obra **Sociología de la Educación**, que também foi realizada sob os auspícios do **Fondo**, e informa a Azevedo que Medina Echavarría foi o responsável por revisar a primeira edição do livro e incorporar as modificações propostas por seu autor. O fato de Medina Echavarría comprometer-se com o trabalho de revisão do livro de Azevedo nos sugere que seus apontamentos sobre o texto, em carta de 1942, talvez não tenham sido somente uma gentileza conjuntural; isto é, uma distinção motivada, dentre outros aspectos, por Fernando de Azevedo encontrar-se, à época, no cargo de Diretor da FFCL, na USP.

O espanhol Francisco Ayala (1958(2), 1948(2), 1947, 1946(3)) foi outro correspondente de Azevedo com forte presença no campo editorial latino-americano, em particular, na Argentina, na década de 1940. Em 1939, em virtude da conjuntura política européia, Ayala foi obrigado a ir para o exílio. Após uma rápida estadia na França, ele passou a viver na Argentina até 1950. Neste país, trabalhou no jornal **La Nación** e lecionou Sociologia na Universidade do Litoral; destacou-se como editor na **Biblioteca de Sociología**, na Editora Losada, e como tradutor de diversas obras nos idiomas: francês, inglês, alemão, italiano e português.

Em carta escrita em maio de 1946, Ayala agradeceu a Fernando de Azevedo pelas informações que este forneceu a respeito da história da Sociologia e afirmou que algumas delas, de fato, eram desconhecidas por ele; expôs que iria incorporá-las na publicação de seu livro **Tratado de Sociología**. Ainda nesta correspondência, o remetente discorreu a respeito do apreço que sentia por Azevedo e solicitou sua opinião sobre o referido livro. Neste sentido, explicou a estrutura da obra e comentou que as possíveis deficiências da mesma talvez resultassem das dificuldades em obter bibliografias.

Em carta de setembro de 1946, Ayala conta para Azevedo que irá fundar uma revista e que deseja a sua colaboração através de artigos; porém salienta que seu principal interesse consiste em que Azevedo se torne o representante deste empreendimento no Brasil, isto é, que ele ampare a **Revista Realidad** “sob sua autoridade intelectual”, para usarmos as palavras de Ayala. Neste contexto, Ayala solicita que Azevedo indique autores e, ao mesmo tempo, estabeleça contatos com possíveis colaboradores no Brasil; e cita, enquanto nomes de seu interesse, os intelectuais Sérgio Milliet e Roger Bastide. Ayala aponta ainda que a escolha dos

colaboradores orienta-se pela preocupação em satisfazer os critérios de uma revista de porte internacional.

Em novembro de 1946, a correspondência de Ayala chega às mãos de Azevedo por intermédio de Elías Palasí, da Editora Losada. Nesta carta, o remetente aponta que Azevedo poderá contar com Palasí para obter quaisquer informações sobre questões editoriais em Buenos Aires. No ano de 1947, Ayala indaga sobre os artigos que pediu para a **Revista Realidad** e também se Azevedo já leu seu **Tratado de Sociología**. Partindo do pressuposto que Azevedo leu, solicita que lhe aponte as possíveis deficiências no que tange as páginas sobre a Sociologia no Brasil. Nesta perspectiva, é interessante constatar que parte do olhar estrangeiro sobre o Brasil é orientado por Fernando de Azevedo através de suas cartas e obras, nas décadas de 1930, 1940 e 1950.

Ao longo do ano de 1948, Ayala escreve sobre os problemas encontrados no mercado editorial da região. Já em janeiro, comenta que as dificuldades em adquirir, no Brasil, exemplares da **Revista Realidad** e de seu livro **Tratado de Sociología** – relatadas por Azevedo em carta – seriam resultantes das péssimas condições de distribuição encontradas neste país. De acordo com Ayala, os distribuidores argentinos não encontravam uma estrutura organizacional mínima no Brasil que lhes assegurasse cobrar as faturas, por isso, eles se abstinham de remeter o material ao país. Este correspondente também atribui à desorganização da distribuição editorial o baixo número de assinaturas da **Revista Realidad** no Brasil, cerca de trinta (30).

Em carta de março de 1948, Ayala agradece a Azevedo pelas recomendações que este fez acerca de seu livro **Tratado de Sociología**, em cursos e eventos, e reitera que um dos maiores problemas da indústria editorial latino-americana, naquele período, consistia na desestruturação da distribuição. Ayala solicita que Azevedo sugira uma Casa editorial que possa assumir a tarefa de divulgar o **Tratado** e a **Revista Realidad** no país e explicita sua gratidão pela indicação que Azevedo fez de seu nome para a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte. Na correspondência de março de 1958, Ayala demonstrou-se satisfeito com a aprovação que sua obra recebeu de Azevedo.

Entre os anos de 1926 e 1930, Ricardo Levene tornou-se uma figura importante na Universidade de La Plata, ao fundar e dirigir o Instituto Bibliográfico; bem como ao criar o Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires. Contudo, parte significativa de

seu trabalho institucional e editorial vincula-se à sua atuação como Presidente (de 1927 até 1931) da Academia Nacional de História¹⁴¹.

Nesta instituição, Levene empreendeu sua obra monumental: a pesquisa sobre a História da Nação Argentina; nela, participaram dezenas de historiadores sob sua coordenação. Este trabalho resultou no aparecimento de dez (10) volumes com quatorze (14) tomos entre as décadas de 1930 e 1950. Ainda na década de 1930, Levene criou o Instituto de História do Direito Argentino e Americano, na Universidade de Buenos Aires.

Ao escrever para Azevedo em 1943, Ricardo Levene explica o objetivo do Instituto de Sociologia da Faculdade de Filosofia e Letras de Buenos Aires, o qual consistia em estabelecer vínculos institucionais com outros centros de estudo da Argentina e da América Latina, em geral; e sinaliza seu interesse em aproximar-se deste ator. Para isto, solicita a Azevedo que escolha um sociólogo brasileiro, que possa ser classificado como um expoente da Sociologia nos últimos tempos, e realize uma síntese dos seus trabalhos, para que a mesma seja publicada no **Boletín** do Instituto. Em carta de 1945, Levene comenta que está preparando o 4º. número do **Boletín** e que deseja uma colaboração de Azevedo. Sugerimos que ambas as cartas de Levene denotam seu reconhecimento pelo trabalho deste sociólogo.

A seleção do nome de Alfredo Poviña, no conjunto dos interlocutores “editores” de Azevedo, se justifica à medida que sua obra – de criação e de administração de associações científicas de Sociologia, como a ALAS – teve como resultados o crescimento e a inovação do mercado editorial latino-americano; uma vez que cada instituição criada e cada evento realizado implicou na geração de conhecimento e de reconhecimento de “novos” e de “consagrados” intelectuais no campo sociológico da região.

Isto resultou em um conseqüente aumento da demanda por obras especializadas; bem como estimulou o interesse em publicá-las e traduzi-las. Portanto, é a partir da contribuição de Poviña para este processo e, como autor, que se fará sentir sua presença no campo editorial latino-americano. Ao atuar em instituições como a SBS e a ISA, Azevedo parece ter obtido resultados similares aos de Poviña para o setor editorial.

¹⁴¹ Na literatura especializada no tema, esta Academia foi considerada a instituição (não universitária) mais importante de pesquisa na área de História.

Em carta de maio de 1954, Poviña relata que seu livro **La Sociología Contemporánea** será publicado e que negociou com o editor para ilustrá-lo com fotos. Entre estas, Poviña afirma que gostaria que estivesse a de Fernando de Azevedo, algo que se justifica, nas palavras deste remetente, por ser este ator um representante significativo da Sociologia na América Latina. Contudo, ao observar que a única fotografia que possuía de Azevedo era a contida no livro de Echanove Trujillo, Poviña solicita que Azevedo lhe envie com urgência uma foto sua e, caso tenha, as fotografias de Ginsberg e de Freyer.

É interessante ponderar que a visão de Poviña sobre Azevedo, em 1954, dialoga com aquela exposta em seu livro **Historia de la Sociología en LatinoAmerica** publicado, em 1941, e é reiterada na obra **Nueva historia de la Sociología latinoamericana**, de 1959. A partir de tais trabalhos, Poviña expõe que “[...] Fernando de Azevedo es ya una figura de prestigio em el campo sociológico [...]” (POVIÑA, 1941, p.82) latino-americano. E afirma que no Brasil “[...] la Sociología oficial, académica y científica, tiene hoy sus principales centros de irradiación en San Pablo, Recife y Río de Janeiro, agrupada alrededor de tres grandes figuras, que son: Fernando de Azevedo, Gilberto Freyre y Antonio Carneiro Leao” (POVIÑA, 1959, p.225).

A história do intelectual italiano Gino Germani, na Argentina, iniciou-se em 1934 – quando foi exilado em virtude de sua militância antifascista. Além de estudar na Universidade de Buenos Aires, Germani se tornou pesquisador no seu Instituto de Sociologia. Contudo, na década de 1940, foi afastado de suas atividades nesta universidade pelo governo peronista. No decorrer deste período, lecionou cursos em instituições particulares e colaborou com editoras voltadas para a publicação de livros na área de Ciências Sociais.

Com a deposição de Juan Domingo Perón, na década de 1950, Germani retorna à universidade como professor titular de Sociologia. Já na década de 1960, realiza várias visitas aos Estados Unidos, país cuja influência se fará sentir em parte de suas obras e em seus empreendimentos institucionais, inclusive, editoriais.

A conjuntura de perseguição política, exercida pelo governo peronista contra Gino Germani e alguns intelectuais argentinos, marcou a correspondência entre Germani e Azevedo, no ano de 1948. Este contexto desfavorável parece ter motivado Germani a buscar no campo editorial um caminho alternativo para projetar-se como intelectual. Segundo Blanco (2006), este sociólogo procurou contribuir com os editores já consolidados como Ricardo Levene (de quem foi aluno), Medina Echavarría, entre

outros; o que lhe possibilitou conhecer o funcionamento do campo e estabelecer sua própria rede de colaboradores.

Assim, na correspondência de maio de 1948, assinada por Gino Germani e Mario Segre, o projeto editorial **Revista de Sociología y Economía** foi apresentado a Azevedo com a preocupação em afirmar que, desde o primeiro número, ambos, Germani e Segre, esperavam contar com seu apoio e colaboração. Visando à adesão de Azevedo, os correspondentes expuseram que a **Revista** tratava-se de uma iniciativa que abarcava tanto sociólogos quanto economistas americanos e europeus, e, que, dentre os nomes já ligados ao projeto constavam: Ricardo Levene; Alfredo Poviña; Donald Pierson; Oracy Nogueira; Erich Fromm; George H. Mead; etc. Germani e Segre finalizam tal carta reiterando o desejo que Azevedo participe e envie um artigo seu, o qual, segundo afirmaram, teriam imenso prazer em publicar em um dos primeiros números da **Revista**.

Esta correspondência de Gino Germani nos permite apontar que seja o apoio de Alfredo Poviña ao seu empreendimento editorial seja a solicitação de participação de Azevedo podem ser pistas de que além de um período de disputas, entre os “sociólogos de cátedra” – ou “sociólogos normalistas” – e os “sociólogos científicos”, houve momentos de colaboração.

Vale ressaltar que as lutas simbólicas por legitimidade e por espaço institucional, entre as décadas de 1930 e de 1960, ao contrário de ser algo extraordinário, foram parte de um processo de adaptação e de atualização de um campo em construção, como era o da Sociologia, seja no âmbito editorial seja no acadêmico.

Embora Theo R. Crevenna tenha sido um correspondente de Azevedo, já mobilizado por nós, em outro registro, faz-se necessário compreender suas contribuições para a organização do mercado editorial do Continente. Crevenna atuou em organismos internacionais que foram responsáveis por criar condições favoráveis para a implantação de diversos empreendimentos voltados ao fomento da ciência, educação e cultura na América Latina. Tais empreendimentos contribuíram para a formação e para o crescimento da demanda de um público especializado, algo imprescindível no mercado de bens culturais e, portanto, no campo editorial.

Os novos rumos que as Ciências Sociais passaram a trilhar na América Latina, após 1945, resultaram, inclusive, dos trabalhos desenvolvidos por este intelectual na União Pan-americana – posteriormente, Organização dos Estados Americanos (OEA). Nesta instituição, Crevenna exerceu as funções de Diretor de Assuntos Culturais;

Diretor de Assuntos Econômicos e Sociais; Diretor de Bolsas de Estudo e Capacitação, entre outros altos cargos, no período de 1947 a 1978.

Além disso, dinamizou as relações entre a Universidade do Novo México (UNM) e a OEA, através de acordos interinstitucionais que permitiram executar, nas últimas décadas do século XX, uma ampla gama de projetos e atividades em temas vinculados a aspectos científicos, educativos, culturais e tecnológicos; como também programas de bolsas de estudo e de atualização profissional, gerando importantes intercâmbios intelectuais entre as instituições no Continente.

Na correspondência de 1953, Crevenna expôs que os responsáveis pelo **Boletín Ciencias Sociales** pretendiam realizar uma seção de críticas de livros e desejavam que Azevedo fizesse parte da mesma. No convite, aproveitou para consultar Azevedo se seria de seu interesse escrever uma crítica da obra recentemente publicada: “**Readings in Latin American Social Organization and Institutions** (East Lansing, Michigan, Michigan State College Press, 1953)”, a qual julgava ser interessante para os estudantes latino-americanos.

Segundo Crevenna, os editores comumente disponibilizavam aos críticos duas ou três páginas, mas no caso de uma contribuição de Azevedo, lhe propiciariam o espaço que julgasse necessário. Em carta de 1954, Crevenna agradece a colaboração deste sociólogo e afirma que suas críticas ao **Boletín** servirão para orientar o processo de aprimoramento do conteúdo e da estrutura desta publicação.

Os correspondentes Isaac Ganón (1947, 1946(2), 1945) e Mario Bon Espasandín (1968) representaram algumas das relações de Azevedo com as instituições uruguaias. No que se refere a Bon Espasandín podemos apontar que ele foi Diretor e fundador do **Boletín Uruguayo de Sociología** e que permaneceu ativo como editor, até a década de 1960, contando, inclusive, com a colaboração de Ganón. Na correspondência para Azevedo em 1968, Bon Espasandín menciona que o **Boletín** encontrava-se sempre a espera de seus artigos; e despede-se afirmando que está a disposição de Azevedo para atuar como autor em seus empreendimentos editoriais.

Em carta de março de 1946, Ganón discorre sobre a necessidade que o **Fondo de Cultura Económica** realize uma edição, em espanhol, da obra **Princípios de Sociologia** e solicita a Azevedo que o coloque em contato com as editoras brasileiras para que possa conhecer a produção realizada no país. Já em correspondência de 1947, Ganón explica que no artigo que escreveu – a pedido de Ricardo Levene, denominado “La enseñanza de la sociología en el Uruguay” – afirmou que a orientação que

empregava em seus cursos era a mesma realizada por Levene, na Argentina, e por Azevedo, no Brasil.

Tal afirmação de Ganón é significativa ao considerarmos que ele foi tanto criador quanto docente dos e nos primeiros cursos universitários de Sociologia no interior do Uruguai. Ganón se constituiu como uma referência na Sociologia latino-americana, dentre outras razões, por sua extensa lista de produções bibliográficas e ativa participação nas organizações internacionais da área.

Semelhante a consideração de Ganón, sobre a proximidade com as orientações sociológicas de Fernando de Azevedo, o argentino José Juan Bruera-España, em carta que escreveu para Azevedo, em 1954, afirma que havia afinidade entre o campo de estudos e de investigações de Azevedo e o seu. Desse modo, o fato de identificar-se intelectualmente com Azevedo, somado ao de reconhecer ser este uma referência para o público argentino há vários anos, contribuiu para que se colocasse, neste documento, a disposição de Azevedo enquanto colaborador em possíveis empreendimentos editoriais em Rosário.

Outra dimensão que precisa ser valorizada, ao tratarmos sobre o campo editorial, é a da recepção das obras. Nesta perspectiva, ao estabelecermos como foco os livros de Azevedo, podemos afirmar que encontramos um caleidoscópio de idéias, tanto de intelectuais estrangeiros quanto de brasileiros. Em virtude da extensão e diversidade da produção teórica deste autor, optamos por selecionar, neste momento, apenas os comentários dos interlocutores estrangeiros destinados às obras **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) e **Sociologia Educacional** (1954b [1940]).

Estes manuais foram escolhidos por entendemos que neles, Azevedo privilegiou o tema da Sociologia, abordando suas teorias e metodologias e, ao mesmo tempo, adotou uma perspectiva institucional sobre a história desta área do conhecimento.

A sistematização dos referidos comentários pode ser acompanhada no quadro abaixo:

Quadro 1: Comentários sobre as obras Princípios de Sociologia e Sociologia Educacional

Correspondentes Estrangeiros	Ano da carta	Comentário resumido sobre a Obra: Princípios de Sociologia 1ª. edição 1935	Comentário resumido sobre a Obra: Sociologia Educacional 1ª. edição 1940
Raúl A. Orgaz	1936	Expõe que pretende realizar um resumo da obra e publicá-lo na	

		Revista da Universidade de Córdoba.	
Alfredo Poviña (discípulo de Raúl A. Orgaz)	1936 e 1940	Expõe que o livro serviu para confirmar a excelente opinião que ele já possuía sobre Fernando de Azevedo, a partir de conversas com Raúl A. Orgaz; e afirma que tal obra era uma honra para a Sociologia da América do Sul.	Em 1940, aponta que o livro representa um verdadeiro tratado sobre o tema, ou seja, que consiste na primeira obra a abordar de forma sistemática a educação, a partir de uma perspectiva sociológica. Poviña relata que está se dedicando em suas férias a ler as obras de Azevedo, sobre as quais pretende realizar um amplo comentário na Revista da Universidade de Córdoba e comenta que conversou com Raúl A. Orgaz, sobre Sociologia Educacional , e que ambos coincidiram na opinião lisonjeira sobre o livro.
Ramon M. Alsina	1936	Afirma que é uma obra de grande importância científica, capaz de formular os problemas fundamentais da Sociologia, apoiando-se nas teorias mais modernas sobre o assunto. Expõe ser uma honra difundi-la nos meios culturais argentinos, assim como recomendá-la para o ensino da matéria no país.	
Armand Cuvillier	1940	Expõe que gostou particularmente do capítulo: Le Problème des fins dans l'éducation , no qual Azevedo demonstra de forma sugestiva a gravidade dos problemas nesta matéria. Apresenta sua satisfação em ver citados na obra os sociólogos e filósofos franceses, particularmente, em um momento no qual a França encontrava-se em um conflito, responsável por colocar em jogo os valores do humanismo e do universalismo.	Não consta comentário.
Lucio Mendieta y Núñez	1941 e 1951	Afirma, em 1941, que o livro consiste em um importante guia para os iniciantes no campo sociológico e menciona que o seu valor didático é indiscutível.	Em 1941, relata que esta obra tem sido de grande interesse para o Instituto Mexicano de Sociologia. E em correspondência escrita dez anos depois (em 1951) reitera a boa impressão que teve da obra, destacando sua repercussão em várias instituições mexicanas.
Roger Bastide	1941	Expõe que se trata de uma referência primordial para a iniciação dos estudantes no mundo das teorias sociológicas.	Reitera que “Sociologia Educacional” – como já teve oportunidade de escrever na Revue Internationale de Sociologie – consistia-se de um trabalho de profunda originalidade.
A. Lipschütz	1944	Não consta comentário.	Notifica que a publicação de Sociología de la Educación , pelo Fondo, acaba de chegar ao Chile e que já repercutiu de forma favorável.
Isaac Ganón	1945 e		Relata que ambos os livros são muito estimados e recomendados aos

	1946		estudantes uruguaios, inclusive, por ele. Porém, em carta de 1946, ressalta a dificuldade apresentada pelos estudantes de encontrar tais obras no mercado uruguaio.
--	------	--	---

Sobre a recepção dos manuais de Azevedo, em outros suportes textuais, podemos destacar os comentários presentes na coletânea de artigos de Fernandes (1980 [1977]). Nela, o autor salientou o papel de tais obras, bem como o daquelas escritas por Gilberto Freyre¹⁴², Roger Bastide e Emílio Willems¹⁴³ para as Ciências Sociais no país. Segundo Fernandes (1980 [1977]), surgiram:

[...] as primeiras tentativas de sistematização dos conhecimentos sociológicos, empreendidas com o propósito de contribuir para o progresso da teoria sociológica (Fernando de Azevedo, *Sociologia Educacional*, 1940); Roger Bastide a) *Arte e sociedade*, 1945; [...] ou para servir à formação teórica dos alunos de escolas normais e superiores (Fernando de Azevedo, *Princípios de Sociologia*, 1935; [...] Gilberto Freyre, *Sociologia*, 2 volumes, 1945; Herbert Baldus e Emílio Willems, *Dicionário de Sociologia*, 1950; [...]) [...] (FERNANDES, 1980 [1977], p.43). (Itálico do autor).

Nesta passagem, Fernandes (1980 [1977]) aproxima Azevedo de Roger Bastide por intermédio da preocupação de ambos em colaborar para o progresso da teoria sociológica no Brasil. E, ao mesmo tempo, relaciona os trabalhos de Gilberto Freyre e de Emílio Willems ao de Azevedo pelas contribuições que estas obras propiciaram para a formação de professores e de alunos do ensino secundário e universitário. Consideramos que estes últimos textos, ao colaborarem para a formação dos públicos docente e discente, também cuidaram do desenvolvimento da teoria sociológica no país¹⁴⁴, pois asseguraram uma sólida e ampla preparação para os cientistas sociais, isto é, para os produtores de tal teoria.

¹⁴² Segundo Freyre, em carta para Azevedo em 1935, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) propiciou, em seus exemplos de formas sociais e em suas sugestões metodológicas, um ponto de vista brasileiro de caráter científico.

¹⁴³ Estes três sociólogos foram correspondentes de Azevedo, suas cartas encontram-se resumidas na Seção Anexos, Tabela 1.

¹⁴⁴ Esta interpretação encontra apoio no texto de Meucci (2000), a respeito dos manuais de Sociologia no Brasil, e no de Leal (2003) – sobre o trabalho de Fernando de Azevedo como editor da coleção Iniciação Científica. Para Leal (2003), foi a partir de uma preocupação com a formação didática do público leitor, que o editor Fernando de Azevedo orientou suas escolhas. Neste sentido, publicou enquanto primeiro volume da coleção, a obra **Cinco Lições de psicanálise**, de autoria de Sigmund Freud; e como segundo volume, o livro **ABC da psicologia**, de Armand Cuvillier.

De modo geral, podemos apontar que a dimensão de “empreendedorismo” institucional é a principal característica dos interlocutores estrangeiros de Azevedo, e dele próprio. Nas páginas das cartas, estes atores sociais compartilharam suas dificuldades e conquistas na produção e difusão da Sociologia na América Latina; narraram fragmentos de suas histórias enquanto fundadores e/ou diretores de institutos de pesquisa, universidades, editoras e associações científicas e profissionais voltadas à esta área do conhecimento.

Isto, somado ao trabalho de vários destes intelectuais na cúpula da administração pública, estadual e federal, e em organismos internacionais como a UNESCO; OEA; CLAPCS, etc. e nacionais, permitiram-nos – a partir das leituras das obras de Martins (1987) e de Mannheim (1974, 1972) – considerar tais interlocutores como baluartes da *intelligentsia* das Ciências Sociais na região. E, mais, situar Azevedo como um expoente desta *intelligentsia* ao delimitar, difundir e legitimar a Sociologia como uma ciência autônoma na América Latina, e, em particular, no Brasil.

2. Azevedo e as coleções científicas: Brasiliana, Atualidades Pedagógicas e Iniciação Científica

As questões formuladas por Blanco (2006), para pensar o papel de Gino Germani como editor, nos inspiraram a refletir a respeito das contribuições de Azevedo para o mercado editorial brasileiro e, neste sentido, a entender o alcance de seu projeto intelectual no campo cultural do país. Neste caminho, indagamos se a trajetória intelectual de Azevedo como editor na Cia. Editora Nacional – ou seja, se as obras e os autores que publicou ou os quais promoveu a tradução indiretamente¹⁴⁵ – teria funcionado como um aspecto adicional para a institucionalização da Sociologia no Brasil.

Talvez uma resposta plausível a tal pergunta seja sim, contudo, é preciso destacar que a produção editada por Azevedo compreendeu um material vasto e de difícil classificação, o qual se caracterizou pela presença de linhagens teóricas e metodológicas que se abriram em distintas direções. Embora a escolha dos textos que foram traduzidos e publicados por este editor não obedecesse a um critério propriamente disciplinar, pois nas décadas de 1930 e de 1940, as fronteiras entre as Ciências Sociais eram bastante flexíveis; isto não parece não ter impedido que seu trabalho possibilitasse um desenvolvimento em conjunto do repertório teórico-metodológico das Ciências Sociais no Brasil, contribuindo, em última instância, para sua institucionalização.

Do mesmo modo que Blanco (2006) – ao refletir sobre as publicações realizadas por Germani, enquanto editor, por intermédio das Editoras Abril e Paidós – pode concluir estar: “[...] ante un emprendimiento que se caracterizaría por una intensa difusión de nuevas disciplinas, como la psicología, la sociología, la psicología social, el psicoanálisis y la pedagogía, entre otras, tanto como por la consagración de nuevos autores y por la creación de nuevos términos y conceptos [...]” (BLANCO, 2006, p.93).

É possível mobilizarmos tais características para delinear o trabalho desenvolvido por Azevedo na direção da coleção científica *Atualidades Pedagógicas*, e, em menor proporção, na direção da *Iniciação Científica*. Em ambos os projetos editoriais, na Cia. Editora Nacional, Azevedo apresentou um perfil renovador, responsável pelo surgimento de novos autores e de novos conceitos no campo editorial e no acadêmico brasileiro.

¹⁴⁵ Isto é, mediante a “contratação” de intelectuais para este trabalho na Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) da Cia. Editora Nacional.

Por outro lado, é aceitável sugerirmos que a preocupação em criar um novo vocabulário científico não parece ter orientado a atuação de Azevedo na direção da coleção Brasileira. Nela, este editor se comprometeu a difundir temas e abordagens já conhecidas pela intelectualidade brasileira – independente de tal conhecimento se encontrar limitado pela ausência de traduções ou pelo ínfimo número de exemplares no idioma original do Brasil. Ou seja, na Brasileira, Azevedo optou por enfatizar a difusão do léxico científico existente. Apesar de seus três projetos editoriais terem percorrido caminhos distintos, sugerimos que eles convergiram na institucionalização de conhecimentos científicos no Brasil e, em menor proporção, no exterior.

O trabalho editorial de Germani, e de seus colaboradores, se propôs a “[...]‘[c]onocer, formar y reformar al hombre’. He así uno de los motivos que habría de articular el proyecto: el de un *humanismo científico* en el que la ciencia aparece conectada con la tarea de una ilustración y reforma del hombre y de la sociedad” (BLANCO, 2006, p.94, aspas e itálico do autor). Compreendemos que semelhante concepção não foi exclusiva do projeto editorial e acadêmico destes sociólogos, tampouco específico do contexto argentino.

Sendo assim, supomos que tal visão sobre o papel da ciência tenha sido compartilhada por Azevedo e outros intelectuais latino-americanos que se dedicaram a tarefa de editar e de lecionar no campo sociológico da região. No que se refere a Azevedo podemos perceber a existência desta orientação, especialmente, em seu projeto na coleção Atualidades Pedagógicas e, de forma geral, em suas experiências como reformador, administrador e docente em diferentes instituições de ensino e de pesquisa do país.

É oportuno questionar a respeito de como ocorreu a intervenção editorial de Azevedo, a partir desta coleção. Uma resposta aceitável seria apontar que a Atualidades Pedagógicas procurou, no campo educacional, suprir a ausência de uma literatura crítica – capaz de rever os papéis da instituição escolar, assim como de seus atores sociais – e, ao mesmo tempo, visou fornecer opções teórico-metodológicas, em diálogo com as Ciências Sociais, para a reflexão e a prática educativa no Brasil. Estes aspectos da coleção parecem ter resultado dos embates institucionais presentes no campo pedagógico brasileiro; ou seja, das disputas que no decorrer dos anos de 1920 e 1930 assumiram um lugar de destaque na política cultural nacional.

Algo diferente parece ter ocorrido com o trabalho editorial de Azevedo no campo sociológico. Sugerimos que, na compreensão deste intelectual, a Sociologia foi

objeto de uma disputa acirrada, porém discreta em relação à esfera política, na medida em que, no início de seu processo de institucionalização na universidade, era o próprio modelo de universidade que se encontrava em litígio no país.

Neste contexto, Azevedo parece ter assumido uma postura menos incisiva, politicamente, em relação à Sociologia, o que lhe permitiu desenvolver um projeto institucional – com suas ramificações em diferentes campos: editorial, acadêmico e profissional – sem focar a Sociologia como uma “bandeira”. Foi a universidade que ocupou este lugar em suas preocupações e discursos, nas décadas de 1930 e 1940.

Desse modo, sugerimos que tenha sido, principalmente, por intermédio da defesa da universidade pública que Azevedo disputou a liderança nas orientações sociológicas – teóricas e metodológicas – em São Paulo; pois, entendia que na ausência desta instituição não seria possível o desenvolvimento e a consolidação das novas áreas do conhecimento – dentre elas, a Sociologia.

Por mais que esta divisão – obra editorial no campo sociológico e obra editorial no campo educacional – seja apenas uma hipótese, ela nos fornece uma diretriz para que possamos entender como na trajetória de Azevedo a Sociologia e a educação se apresentaram enquanto duas vocações. Vocações que se entrecruzaram e tiveram lugares igualmente importantes em termos científicos, na trajetória e obra deste autor, mas estrategicamente distintos, em termos políticos (EVANGELISTA; LIMA, 2008; BOMENY, 1999).

Com isto pretendemos sugerir que antes do sistema universitário – responsável por propiciar a Sociologia colocar-se como uma das disciplinas principais no campo acadêmico brasileiro – ter surgido com a fundação da ELSP, da USP, da UDF e de outras instituições, no e fora do eixo Rio-São Paulo, a Sociologia não havia se colocado como um campo de contendas no Brasil.

Em outras palavras, o campo sociológico – artesanalmente tecido a partir da década de 1930, apesar de comportar rivalidades entre as orientações adotadas pelos intelectuais que atuaram em suas distintas instituições – encontrava-se, ao longo das décadas de 1930 e de 1940, aberto a novas experiências e iniciativas, em termos teóricos e práticos. Assim, um empreendimento intelectual contestador deste legado universitário – e, neste sentido, que se caracterizasse nos termos de “como o sociólogo deveria praticar o seu ofício” – seria construído apenas nas décadas de 1950 e 1960, pelos quadros gestados por este modelo universitário que, à época, encontrava-se razoavelmente estruturado.

No caso do Brasil, tanto Florestan Fernandes quanto Costa Pinto, salvo suas particularidades, podem ser vistos como ícones deste viés contestatório, enquanto na Argentina – com uma história distinta de criação do sistema universitário – este papel foi exercido fundamentalmente por Gino Germani.

Azevedo procurou assegurar em seus escritos – seja em âmbito discursivo seja enquanto reflexão teórica – a existência de uma divisão estratégica entre sua ‘posição política’ e sua ‘postura científica’. No que se refere a esta divisão, relata o autor em seu livro de memórias:

[...] Eu vinha lendo, desde que deixei a Ordem Religiosa, duas obras quase inteiramente desconhecidas entre nós – as de Karl Marx e de Engels, de um lado, e a de Émile Durkheim, de outro. Aquelas, sobre o Socialismo, e esta, sobre a Sociologia. Desde logo, percebi a natureza e a profunda diferença entre essas obras fundamentais: aquelas, as de Karl Marx, sobre o Socialismo, a luta de classes e a ditadura do proletariado, – e esta, a de Durkheim, sobre uma ciência nova, a Sociologia, desenvolvida na França, na Alemanha e nos Estados Unidos. Não havia dificuldade nenhuma, ao menos para mim, em distingui-las: as de Karl Marx, levam a uma tomada de ‘posição política’, em faces de suas análises, da estrutura social e econômica, e a de E. Durkheim, estabelece a natureza e os fundamentos de uma nova ciência, – a Sociologia que, sendo uma ciência, não implicava nem podia implicar qualquer idéia ou atitude política. [...] sob a inspiração de Karl Marx [tornei-me] um socialista, e, sob outras influências, – as de Durkheim, – sociólogo e um dos fundadores da Sociologia no Brasil (AZEVEDO, 1971b, p.210). (Aspas do autor).

Em várias obras – e, em específico, nesta passagem – Azevedo recorre a uma visão da Sociologia como uma ciência neutra. Para isto inspira-se em Émile Durkheim, importante construtor do campo sociológico francês, por compreender a necessidade de criar as condições políticas e institucionais favoráveis para o desenvolvimento desta área como um campo científico autônomo no Brasil.

Neste contexto, Azevedo reitera o discurso sobre a Sociologia como uma “ciência desinteressada” para colocá-la no mesmo patamar de reconhecimento político e científico das ciências naturais no país; ou seja, para institucionalizá-la, nos anos de 1930, com o apoio do Estado e de outros atores sociais – como algumas frações das elites dirigentes e das intelectuais. Desse modo, a perspectiva de “desinteresse” na obra de Azevedo não parece consistir em uma visão ingênua, mas instrumental.

Um exemplo que semelhante perspectiva é relativizada pelo autor se encontra em suas reflexões sobre o papel da inteligência brasileira – expressão esta que

corresponde ao conceito de *intelligentsia* nos termos de Martins (1987). De acordo com Azevedo, os intelectuais deveriam atuar para o desenvolvimento do bem comum, como porta-vozes da nação, e não, enquanto partidários de um grupo social.

Nesta abordagem, Azevedo assume sua posição “interessada” ao defender – demonstrando seu viés iluminista – a necessidade e a possibilidade de se alcançar a verdade sobre os fatos sociais e, desse modo, de poder contribuir para solucionar os problemas diagnosticados na sociedade. Portanto, a sua proposta de divisão entre a ‘posição política’ e a ‘postura científica’ parece encontrar uma relativa coerência somente ao considerarmos sua trajetória e obra como “[...] um dos fundadores da Sociologia [acadêmica] no Brasil” (AZEVEDO, 1971b, p.210).

De acordo com Blanco (2006), os textos editados por Germani, em sua maioria, não eram classificados como obras sociológicas, além disso, grande parte do material considerado “clássico da Sociologia”, à época, já se encontrava publicado na Argentina, por Ricardo Levene e Francisco Ayala. Estes últimos consistiram em importantes editores no campo científico deste país.

Semelhantes considerações sobre os trabalhos de Germani, de Levene e de Ayala não objetivaram questionar o mérito de Germani, mas destacar a existência de predecessores e a complexidade que envolve a estruturação do campo cultural e de seu mercado, o qual para além de rupturas é permeado por continuidades.

Entendemos poder aproximar Azevedo de Levene e de Ayala à medida que os três foram pioneiros no campo editorial do Brasil e da Argentina, respectivamente. Estes atores foram figuras fundamentais ao introduzirem orientações na reflexão sociológica que se desenvolveu nestes países. No caso do mercado editorial brasileiro foi marcante a contribuição das coleções científicas da Cia. Editora Nacional, nas décadas de 1930 e 1940.

No período subsequente, outras coleções científicas se impuseram, ampliaram e diversificaram ainda mais este mercado – tais coleções foram criadas por editoras como a Brasiliense, a Civilização Brasileira, a Paz e Terra, dentre outras. No caso do mercado argentino, após a presença editorial de Levene na década de 1930 e de 1940, e de Ayala, na de 1940, destacou-se, a partir dos anos de 1950, o trabalho de Gino Germani como um importante editor.

Azevedo, Ayala, Levene e Germani, salvo suas diferenças, auxiliaram, em distintos momentos históricos e lugares, para ampliar o horizonte teórico-metodológico existente, ou seja, colaboraram para inscrever a Sociologia no contexto disciplinar,

tornando-a um campo autônomo, com léxico, objeto e contribuições próprias. No caso de Azevedo é aceitável a acepção segundo a qual ele contribuiu para talhar o perfil de uma nova ciência do homem no Brasil, nas décadas de 1930 e 1940.

Seu projeto editorial não se inspirou apenas em razões teórico-metodológicas, mas em um profundo desejo de favorecer uma formação intelectual ampla, capaz de contribuir, inclusive, para um programa de intervenção na realidade brasileira. Esta interpretação reitera, em maior ou menor proporção, parte das análises de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001), Leal (2003) e Pontes (1989) sobre os projetos editoriais de Azevedo.

O texto de Hallewell (1985), ao traçar uma versão da história do livro no Brasil, destacou o papel da Cia. Editora Nacional como a maior editora do Estado de São Paulo, nos anos de 1930, e como líder nacional, na década de 1940. A trajetória da Nacional foi tributária da experiência de Monteiro Lobato – no mercado editorial e na indústria de livros no país, nas décadas de 1910 e 1920 – pois sua parceria com Octalles Marcondes Ferreira, proprietário desta editora, iniciou-se antes da fundação da Nacional.

A atuação de Monteiro Lobato como editor/empresário – a qual remonta a Revista do Brasil¹⁴⁶ e a Cia. Gráfica Editora Monteiro Lobato – permitiu que, tanto ele quanto Marcondes Ferreira, consolidassem uma percepção a respeito do livro na qual este deveria ser concebido, produzido e vendido como uma mercadoria atraente e rentável (DUTRA, 2006; PONTES, 1989; HALLEWELL, 1985).

Nas palavras de Dutra (2006, p.304), a relação entre Marcondes Ferreira e Monteiro Lobato propiciou, ao primeiro, comungar da idéia do segundo, de que era premente conhecer o Brasil e civilizá-lo através da educação. Neste sentido, Marcondes Ferreira passou a ver no livro um instrumento privilegiado para a obra civilizatória e a enxergar na elaboração de distintas coleções editoriais, uma oportunidade de crescimento e de consolidação no mercado cultural do país. Este contexto impôs a Marcondes Ferreira a necessidade de selecionar um nome de prestígio para coordenar o que seria um ambicioso e inovador projeto editorial, a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB), o nome escolhido foi o de Fernando de Azevedo.

A opção por este sociólogo, afirmaram Dutra (2006) e Toledo (2006, 2001), se justificou pela repercussão que seu nome conquistou na esfera cultural ao tornar-se

¹⁴⁶ Um trabalho abrangente sobre o projeto editorial e cultural do grupo de autores que fizeram parte da Revista do Brasil foi escrito por De Luca (1999).

reformador no Distrito Federal (1927-1930) e, mesmo antes, em 1926, ao realizar o Inquérito sobre a Educação Pública em São Paulo. Segundo Piletti (1994a), este Inquérito serviu de base para a campanha em prol da criação da universidade em São Paulo e de estímulo para outros estados da União. Destarte, a escolha de Azevedo revela que, seja seu capital cultural seja o social, lhe asseguraram ampla circulação nos campos cultural e político brasileiro, a partir da década de 1920.

Hallewell (1985) destacou como um fato significativo, a Biblioteca Pedagógica Brasileira (BPB) ter se originado no mesmo período em que foi instituído o Ministério da Educação e Saúde, chefiado por Francisco Campos. Supomos que neste fato não haja coincidência, pois a criação do referido Ministério favoreceu, consideravelmente, o desenvolvimento dos mercados cultural, educacional e editorial, inclusive, tornando-se uma espécie de balizador das “regras do jogo” destes; e um dos principais consumidores das produções editoriais da referida Biblioteca.

A BPB foi estruturada em cinco (5) subséries ou coleções¹⁴⁷ científicas: I. Literatura Infantil¹⁴⁸; II. Livros Didáticos¹⁴⁹; III. Atualidades Pedagógicas; IV. Iniciação Científica e V. Brasiliana; sendo as três últimas dirigidas por Fernando de Azevedo, no período de 1931 até 1946. Esta Biblioteca resultou de um contexto no qual:

[...] se deposita[ram] na escola e no professor, bem como no livro – as missões de nacionalizar a cultura brasileira pela conquista do público leitor para a literatura nacional, de uma instrumentalização de uma escola remodelada em prol da civilização e de produzir uma nova opinião pública sobre a política e a cultura nacional [...] (TOLEDO, 2001, p.59).

Uma mudança significativa no campo cultural foi iniciada quando o poder público passou a reconhecer a importância da educação para a obra de modernização e de integração nacional na década de 1930. Neste contexto, a criação e o desenvolvimento do projeto da BPB – com as coleções dirigidas por Azevedo –

¹⁴⁷ A relevância da estruturação de um projeto editorial baseado em coleções consiste na capacidade de ordenar, ou seja, reger parte da destinação dos livros editados, de seus usos, das práticas de leitura “[...] por meio de dispositivos como os índices classificadores, os comentários das obras ou de autores na forma de sinopses dos textos e a sua localização em bibliotecas [...]” (LEAL, 2003, p.59). Esta compreensão de Leal (2003) é reiterada pelos textos de Dutra (2006) e de Toledo (2006).

¹⁴⁸ O nome mais expressivo da Literatura Infantil foi o de Monteiro Lobato que, além de autor de inúmeros livros, realizou adaptações da literatura infantil universal. Este intelectual foi responsável por livros de larga tiragem nesta subsérie.

¹⁴⁹ A subsérie Livros Didáticos inaugurou a produção de uma literatura escolar mediante um procedimento inovador, ou seja, a encomenda de obras para autores.

contemplaram a difusão de um material de alto nível científico e literário para um público leitor crescente de não especialistas e de especialistas; ou seja, satisfizeram uma necessidade que passou a ser reconhecida para além dos muros da academia brasileira.

O trabalho de Dutra (2006), sobre a *Brasiliana*; os de Toledo (2006, 2001), a respeito da *Atualidades Pedagógicas*, e o de Leal (2003), versando sobre a *Iniciação Científica*, compartilharam da idéia segundo a qual estes projetos editoriais consistiram em lócus de inovação, seja por procurarem atingir um público novo, seja por vislumbrarem a vulgarização das Ciências Sociais no Brasil.

De modo geral, os projetos destas coleções científicas podem ser sintetizados nos seguintes termos: a *Brasiliana* foi responsável por reorientar a percepção sobre o significado do Brasil. A *Atualidades Pedagógicas* se dedicou a instituir um novo léxico normativo no campo educacional brasileiro; enquanto a coleção *Iniciação Científica* caracterizou-se pelo “[...] sentido de iniciação às ciências: o nome da ciência e a referência de que é uma iniciação (lições) estão explicitamente postas no título repondo permanentemente a nova série” (LEAL, 2003, p.28).

Faz-se preciso entender como e em que medida tais projetos editoriais alcançaram seus objetivos. No que se refere à *Brasiliana* recorreremos ao texto de Dutra (2006). De acordo com esta autora, a *Brasiliana*:

[...] se dispôs a reunir, e de fato o fez, reedições de obras raras, clássicos esgotados, traduções de obras estrangeiras sobre assuntos brasileiros, novos trabalhos sobre o Brasil na forma de ensaios sobre sua formação histórica e social, estudos de vultos da história brasileira e de problemas nacionais – geográficos, etnológicos políticos, econômicos, militares etc. –, de forma a ser, segundo a palavra de seus editores, ‘a maior e mais completa biblioteca de estudos nacionais’. Por que biblioteca¹⁵⁰? Porque reunião de livros, de séries, de coleções; porque lugar, ainda que imaterial, onde a acumulação de livros foi articulada com um sentido. Biblioteca, também, por pretender totalizar leituras e saberes específicos (DUTRA, 2006, p.305). (Aspas da autora).

Para Dutra (2006), a forma como se apresentou a organização desta coleção trouxe duas dinâmicas: primeira, a acumulação de saberes que permite uma leitura profunda e crítica sobre o Brasil; segunda, a produção de uma série de conhecimentos capazes de assegurar novos caminhos para reescrever a história sobre o país. Nesta

¹⁵⁰ Ao mobilizar o termo biblioteca, para se referir à coleção *Brasiliana*, esta estudiosa parece preocupar-se em destacar a capacidade desta coleção de projetar-se de modo autônomo diante da BPP.

perspectiva, a autora se propôs a análise da estruturação da coleção enfocando cada seção que a compôs.

Assim, ao abordar as seções de Antropologia, Pré-história, Arqueologia e Demografia, Dutra (2006) apontou a existência da valorização do mestiço como o tipo étnico brasileiro. Já nas seções de Folclore e Etnologia, a autora percebeu a ênfase na recuperação das contribuições indígenas. Enquanto nos estudos de Filologia destacou a preocupação com o assentamento das bases para a língua nacional.

Na seção de História do Brasil ocorreu a caracterização da nação, a partir de diferentes estratégias; uma destas incidiu na valorização e na recuperação dos vultos célebres do país por meio da publicação de cartas, biografias, memórias, etc.¹⁵¹ Além de contar com o maior número de obras publicadas na *Brasileana*, até 1941, os trabalhos desta seção enfocaram sobretudo, o período Colonial – o que assegurou compreender a história como uma espécie de fiadora do processo de formação do país, diagnosticando as mazelas do Brasil, sem esquecer-se de suas virtudes (DUTRA, 2006).

Destacaram-se três implicações desta organização da *Brasileana*: primeira, o efeito cognitivo da leitura de suas obras para a elaboração de uma interpretação a respeito da identidade nacional – marcada pela pluralidade de abordagens teórico-metodológicas. Segunda, a concepção “brasileana” de Estado-nação¹⁵² e, neste caminho, o suporte para orientar a formulação de políticas públicas nos diferentes setores, assim como para conformar os diagnósticos e as alternativas para o Brasil. E, terceira, o fato da *Brasileana* ter funcionado simultaneamente como “espaço estruturado” e “estruturante”, ou seja, se materializado nos livros e, desse modo, contribuído para moldar a mentalidade dos leitores orientando suas visões sobre o país (DUTRA, 2006).

Segundo Dutra (2006) e Pontes (1989), entre os autores que publicaram na *Brasileana* podemos destacar: Pedro Calmon (9)¹⁵³, Augusto de Saint Hilaire (8), Pandiá

¹⁵¹ Esta estratégia envolvendo a abordagem da história do país encontra-se tanto na **Revista Brasileira de Estatística** quanto na **Revista Brasileira de Geografia**, ambas do IBGE. Talvez a presença de Fernando de Azevedo como consultor técnico na área de cultura deste Instituto e como editor da *Brasileana*, no mesmo período, seja uma pista para explicar semelhante convergência de abordagem presente nesta última e nas revistas. Sobre os conteúdos dos artigos e a estrutura destas revistas do IBGE consultar Nascimento (2005).

¹⁵² Tal compreensão remete-se a uma sociedade plural em termos geográficos, populacionais, econômicos, etc., mas socialmente hierarquizada e caracterizada por um profundo desejo de modernização sob a égide da ordem e da unidade.

¹⁵³ A numeração entre parênteses representa a quantidade de obras que foi publicada pelo autor, nesta coleção, entre os anos de 1931 e 1946 – período no qual Azevedo foi o diretor. Tal classificação considera apenas os autores com três ou mais títulos publicados e encontra-se no trabalho de Pontes

Calógeras (6), Oliveira Viana (6), Alfredo Ellis Júnior (6), Cândido de Melo Leitão (5), Tavares Bastos (4), Artur Ramos (3), Afrânio Peixoto (3), Nina Rodrigues (3), Afonso de Taunay (3), Roquete Pinto (3), Primitivo Moacir (3), Basílio de Magalhães, Roberto Simonsen, Afonso Arinos de Mello Franco, Manuel Bonfim, Richard F. Burton, Von Spix e Von Martius, Lúcia Miguel Pereira, Alberto Torres, Azevedo Amaral, Nestor Duarte, Hildebrando Accioly, Couto de Magalhães, Gilberto Freyre, Otávio Tarquínio de Souza, Fernando de Azevedo¹⁵⁴, entre dezenas de outros.

Ao considerarmos a pluralidade de vínculos institucionais estabelecidos pelos autores publicados na *Brasiliana* e a relacionarmos com o projeto intelectual e pedagógico idealizado por Azevedo torna-se possível situarmos esta coleção como símbolo da produção teórica de parte da *intelligentsia* das Ciências Sociais no Brasil, nas décadas de 1930 e de 1940.

O trabalho de Dutra (2006) nos forneceu um elemento a mais para esta reflexão, ao realizar um apontamento sobre a peculiaridade do gênero ensaio, isto é, a respeito de um tipo de produção amplamente publicado pela *Brasiliana*. Esta autora destacou enquanto força do ensaio, um aspecto que diferentes intérpretes qualificam como sua fragilidade. Neste sentido, afirmou que, embora este tipo de produção não vislumbrasse o “acabamento do objeto tratado” foi esta característica que lhe assegurou adequabilidade “[...] às indagações e às inquietações da movimentação política, intelectual e social em curso nos anos 30” (DUTRA, 2006, p.309). Um período caracterizado por um amplo e intenso processo de transformações institucionais, políticas e culturais.

Ainda no trabalho de Dutra (2006), encontramos outra hipótese sugestiva para pensarmos sobre a atuação de Azevedo como parte da *intelligentsia* brasileira. De acordo com tal hipótese, a *Brasiliana* teria propiciado em torno deste sociólogo a construção de uma “sociedade intelectual sem muros”; e, nesta perspectiva, teria fixado “[...] um padrão de intervenção intelectual, com a definição de regras de legitimação para a produção intelectual dos convidados a integrá-la e com o estabelecimento de

(1989). Os demais autores, sem a numeração, foram selecionados da obra de Dutra (2006), que apesar de destacá-los, não quantifica os livros editados.

¹⁵⁴ Diferente da postura adotada por Gilberto Freyre e por Otávio Tarquínio de Souza – intelectuais responsáveis por coordenarem uma coleção inspirada no modelo da *Brasiliana*, isto é, a coleção Documentos Brasileiros – segundo a qual eles foram os autores com o maior número de trabalhos publicados na coleção que dirigiram, Fernando de Azevedo publicou na *Brasiliana* apenas uma obra. E, apesar de ter publicado alguns de seus livros nas outras duas iniciativas editoriais sobre sua responsabilidade – ou seja, nas coleções Atualidades Pedagógicas e Iniciação Científica – não constou no rol dos principais autores editados em nenhuma delas.

padrões de inclusão, e, ou exclusão de autores e obras na coleção” (DUTRA, 2006, p.309).

Acompanhamos Dutra (2006) na afirmação segundo a qual a presença de um número maior de publicações de autores brasileiros, pela *Brasiliana*, se justificou devido a crença de seu editor de que competia a *intelligentsia* do país a responsabilidade de conduzir a vida pública e de criar o espírito de nacionalidade. Ao focar o tema da receptividade desta coleção, Dutra (2006) realizou uma análise de várias notas e resenhas publicadas pela imprensa sobre a *Brasiliana* e seus livros – no início da década de 1940. Nesta interpretação, constatou que apenas o fato de uma obra integrar a coleção já a qualificava de antemão no campo intelectual para ser recomendada e respeitada – até mesmo pelos críticos.

Contudo, vale ressaltar que, com semelhante apontamento não desconsideramos o fato de não haver uma relação direta entre o padrão de recepção dos comentadores e a totalidade do público leitor; tampouco, um controle absoluto da recepção da coleção por parte dos seus idealizadores. Feitas estas ressalvas, o legado da *Brasiliana* consistiu em assegurar a organicidade entre a sua proposta pedagógica de nacionalidade – marcada pela difusão de valores culturais e civilizacionais capazes de garantir a concepção de Estado-nação como moderno, mestiço e cosmopolita¹⁵⁵ – e o projeto de modernização institucional implantado pelo Estado, a partir da Revolução de 1930.

Ao considerarmos os autores e as obras publicadas, pela *Brasiliana*; bem como as avaliações a seu respeito – realizadas por expoentes das frações das elites intelectuais e dirigentes – esta coleção pode ser definida de forma metafórica como um mosaico, cujo olhar a distância favorece a idéia de continuidade, de ausência de rupturas, ou seja, a noção de síntese¹⁵⁶, porém quando contemplada de perto demonstra a sutileza e a riqueza de suas arestas. Segundo Azevedo, a coleção *Brasiliana* representou o

¹⁵⁵ Seja através dos estudos etnológicos e antropológicos seja devido às interpretações históricas e econômicas que publicou.

¹⁵⁶ A noção de síntese, na obra de Fernando de Azevedo, pode ser delineada como uma “síntese por unificação”, ou seja, compreende um procedimento a partir do qual o autor constrói a unidade em torno de um ponto de vista, com uma clara idéia de conjunto. Esta compreensão encontra-se no artigo de Moraes (1994a) e no texto de Toledo (1995); vale destacar que ambos os intérpretes se inspiraram no artigo escrito por Roger Bastide, em 1943, sobre a obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]). Não obstante tais intérpretes se referirem a este livro de Azevedo, entendemos a pertinência de ampliarmos tal observação para a sua obra prática como construtor institucional, inclusive, enquanto editor.

coroamento do seu programa editorial, tendo publicado mais de duzentas e cinquenta (250) obras, desconhecidas do grande público.

Para Dutra (2006), a criação de coleções similares, a partir de meados dos anos de 1930, como a Documentos Brasileiros, pela Editora José Olympio, e a Biblioteca Histórica Brasileira, pela Editora Martins Fontes, pode ser vista como um dos argumentos para explicar a redução do dinamismo deste filão editorial. Outra razão importante para tal redução consistiu na existência de disputas por recursos financeiros e por legitimidade científica, as quais desencadearam o desenvolvimento de espaços sociais cada vez mais competitivos.

A coleção Brasileira, a Atualidades Pedagógicas e a Iniciação Científica – assim como outros empreendimentos editoriais, culturais e educacionais – não ficaram imunes a este processo. Isto ficou evidente no contexto do Estado Novo que, ao permitir uma rearticulação entre o Estado e a Igreja, assegurou uma perseguição disfarçada e, às vezes, explícita, aos projetos dos intelectuais da escola nova – como Fernando de Azevedo – nos diferentes setores, inclusive, no campo editorial (TOLEDO, 2006, 2001; LEAL, 2003).

Segundo Toledo (2006, 2001), Azevedo – ao trabalhar na organização e direção da coleção Atualidades Pedagógicas – além de introduzir o que havia de mais moderno para atender as necessidades do leitor, buscou selecionar textos de intelectuais reconhecidos internacionalmente no campo educacional como Jonh Dewey, Henri Piéron, Henri Wallon, A. M. Aguayo, Lorenzo Luzuriaga, etc. além de autores nacionais – como Anísio Teixeira, Noemy da Silveira Rudolpher, Antonio Ferreira de Almeida Júnior, etc.

O trabalho de tradução das obras em francês, inglês, entre outros idiomas, foi considerado fundamental por Azevedo e por isso potencializado para atender ao critério de possibilitar maior alcance da difusão das idéias inovadoras. De acordo com Toledo (2006, 2001), outro aspecto importante foi o procedimento denominado de “complementariedade temática”, isto é, ao ser lançada uma obra de um autor brasileiro sobre determinado assunto era lançada, em seguida, a tradução de um livro de um autor estrangeiro voltado para o mesmo tema.

A publicação do livro **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932]) de Azevedo, ao abrir a coleção Atualidades Pedagógicas, pode ser entendida, segundo Toledo (2006, 2001), como uma resposta às críticas que ele sofreu durante e após a reforma que realizou no Distrito Federal (1927-1930). Para este editor e, para seus

apoiadores, a escola só teria condições de contribuir efetivamente para o processo de modernização da sociedade brasileira, a partir de uma formação de qualidade para os professores, decorre disso, a imprescindibilidade das coleções da BPB, em particular, da Atualidades Pedagógicas. A novidade deste último empreendimento, no contexto da década de 1930, consistiu em propiciar a elaboração de um material pedagógico com padrões editoriais considerados de excelência e por ser a própria Cia. Editora Nacional, uma das instituições responsáveis por estabelecer tais padrões.

A escolha dos colaboradores da coleção Atualidades Pedagógicas demonstrou a estratégia de torná-la um *front* de luta por um projeto educacional para o Brasil: o dos reformadores da escola nova (TOLEDO, 2006, 2001). Neste contexto, entre os autores publicados figuraram membros da Associação Brasileira de Educação (ABE); intelectuais que contribuíram com Anísio Teixeira para a Reforma no Distrito Federal – após a administração de Azevedo (1927-1930) – e que atuaram ao lado deste último na criação e na consolidação do Instituto de Educação (IEUSP).

A extinção deste Instituto em 1938 – pelo Interventor paulista Ademar Pereira de Barros – atingiu diretamente o projeto político, cultural e editorial de Fernando de Azevedo, fazendo com que o *front* de batalha¹⁵⁷ representado pela coleção perdesse parte de seu vigor e de seu prestígio. Portanto, ao final da década de 1930, a desarticulação institucional promovida pelo Estado, em particular, nas suas intervenções no modelo universitário brasileiro – sob a influência de grupos católicos – fez com que Azevedo modificasse as publicações que até então haviam caracterizado seus empreendimentos editoriais nesta e em outras coleções (TOLEDO, 2006, 2001).

Se até a emergência do Estado Novo, as disputas com os grupos católicos não tiveram força para abalar os objetivos do projeto editorial de Azevedo; este novo contexto político e institucional impôs alterações ao referido projeto. Dentre as razões que impulsionaram as mudanças, Leal (2003) destacou, no ano de 1939, o surgimento e a conseqüente concorrência das obras católicas no lócus editorial de Azevedo, ou seja, na Cia. Editora Nacional. A partir deste período, esta editora passou a difundir os livros das coleções católicas: Dom Bosco e Cristina.

¹⁵⁷ Um *front* já abalado pela perda da parceria entre Fernando de Azevedo como editor na Cia. e Anísio Teixeira na direção da Instrução Pública no Distrito Federal. Segundo Evangelista (1997), Azevedo tinha em Teixeira, na condição de diretor da Instrução Pública, um importante consumidor dos livros publicados por sua coleção. Com o afastamento de Teixeira do cargo, em 1935, por influência católica, Azevedo perdeu um importante comprador.

A presença católica gerou uma alteração substantiva nos descritores da coleção Livros Didáticos¹⁵⁸: esta deixou de identificar-se com as novas correntes metodológicas representadas pelos reformadores da escola nova, como Azevedo e Anísio Teixeira. Portanto, os catálogos passaram a divulgar ao lado das obras das coleções Dom Bosco e Cristina, os exemplares da Iniciação Científica – como **ABC da psicologia**, de Armand Cuvillier e **Princípios de Sociologia**, de Fernando de Azevedo, etc.

Em uma comunicação¹⁵⁹ realizada por Toledo – sobre o modelo católico de leitura e de formação de professores na coleção Atualidades Pedagógicas, de 1940 a 1970 – a autora afirmou ter existido com a saída de Azevedo, em 1946, um deslocamento de sua proposta editorial. Segundo Toledo, este deslocamento teria contribuído para que na gestão de Damasco Penna, a partir 1947, a Atualidades Pedagógicas se tornasse uma coleção “apolítica e consensual”.

Para Toledo, Penna seria o responsável por introduzir autores católicos nesta coleção; bem como por articulá-los ao programa editorial escolanovista, todavia, a partir de uma releitura do mesmo. Dessa forma, a consequência da gestão de Damasco Penna¹⁶⁰ parece ter sido, em última instância, tornar a Atualidades Pedagógicas hostil às inovações pedagógicas.

Desde sua criação, em 1931, a coleção Iniciação Científica caracterizou-se por lançar traduções. Contudo, a partir de 1939, passou a editar títulos novos e a reeditar. No ano de 1944, a Iniciação Científica modificou novamente seu projeto editorial, voltou-se, principalmente, a reedição de obras; este perfil se consolidou com a saída de Azevedo da sua direção em 1946. Segundo Leal (2003), o fato do acervo de uma

¹⁵⁸ Segundo Leal (2003), apesar desta coleção não ser formalmente dirigida por Fernando de Azevedo, a influência que este intelectual exerceu sobre o seu programa editorial foi considerável. É importante destacar que parte dos exemplares, seja da coleção Iniciação Científica seja da Atualidades Pedagógicas, foram difundidos sob a rubrica da Livros Didáticos.

¹⁵⁹ A comunicação que condensa esta discussão de Maria Rita Toledo parece ter sido apresentada no Congresso Brasileiro de História da Educação realizado pela Sociedade Brasileira de História da Educação, contudo, não há referência sobre o título da comunicação tampouco a respeito da data. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/coordenadas/eixo03/Coordenada%20por%20Marta%20Maria%20Chagas%20de%20Carvalho/Maria%20Rita%20de%20Almeida%20Toledo%20-20Texto.pdf>>. Acesso em: 02 de fev. 2009.

¹⁶⁰ As cartas de Damasco Penna para Azevedo, encontradas no acervo, nos anos de 1958 e 1963 apontam para a existência de uma relação de intimidade e amizade entre estes autores, após a saída de Azevedo da Editora Nacional. Assim, valeria indagar até que ponto Penna foi o responsável por desestruturar o projeto editorial organizado por Azevedo na coleção Atualidades. Com este questionamento desejamos apenas problematizar as afirmações de Toledo sobre Penna e não descartá-las. Os resumos das referidas correspondências se encontram na Seção Anexos, na Tabela 1.

coleção compreender seja traduções ou textos originais seja reedições, comporta características distintas.

Em outros termos, a efetivação de cada uma destas orientações relaciona-se tanto com as condições econômicas da coleção quanto com a “[...] capacidade política do editor de montar e sustentar uma rede de autores” (LEAL, 2003, p.40). Estas alterações vividas pela Iniciação Científica podem ser estendidas a Atualidades Pedagógicas e, em menor proporção, a Brasileira.

Ao analisar o ritmo da produção e a origem dos títulos e autores editados na Iniciação Científica, Leal (2003) apontou que, no período da direção de Azevedo (1931-1946), houve “[...] um equilíbrio entre os títulos e autores nacionais e traduções, sendo a França o país que se apresent[ou] como carro-chefe das traduções” (LEAL, 2003, p.43).

Assim, segundo esta intérprete, a fase sob a direção deste sociólogo foi marcada por uma alta produção, na qual os títulos nacionais superaram os traduzidos. Esta opção pelo nacional se justificou pelo fato de haver uma compreensão segundo a qual “[...] editar significa[va], então, interferir politicamente no estado geral da cultura nacional. Editar livros de autores nacionais [seria] [...] um ato de patriotismo e de defesa nacional; editar livros escolares [compreendia] [...] intervir e contribuir para instrução pública” (TOLEDO, 2001, p.47).

Segundo Leal (2003), a administração de Azevedo caracterizou-se por procurar organizar uma rede de autores capaz de fornecer títulos para um público diversificado, composto tanto por alunos das escolas normais, secundárias e superiores quanto por um público não escolar. Neste sentido, ao contrário das outras coleções da BPB, a “[...] *Iniciação Científica* não explicit[ou] o público ao qual se destina[va], baseia[ndo] sua apresentação exclusivamente nos objetivos que a série almeja[va] alcançar, ou seja, vulgarizar, difundir as ciências, [...] realizar a iniciação científica, como indica o seu nome” (LEAL, 2003, p.87, *itálico da autora*).

Para esta estudiosa, parte dos problemas que a coleção enfrentou vinculou-se a esta indefinição do público alvo. O Diretor se via obrigado pelos objetivos que projetou para coleção a ter que selecionar autores capazes de elaborar uma literatura que fosse didática, aos olhos de um público diversificado e, ao mesmo tempo, não implicasse em prejuízo ao conhecimento científico difundido.

Diante deste quadro, tem-se o grande mérito da coleção e sua maior dificuldade. A publicação dos trabalhos de Armand Cuvillier, **ABC da psicologia** e de Azevedo, **Princípios de Sociologia**, a guisa de exemplo, retratou a diferença entre a

iniciação e a vulgarização científica – ambas as diretrizes propostas pela coleção. Tais livros objetivaram “[...] introduzir ao leitor as noções de determinado “ramo de estudo” com a intenção de um futuro aprofundamento [...]” (LEAL, 2003, p.108). Portanto, distintamente da vulgarização, estas obras buscaram “[...] um público preponderantemente escolar” (LEAL, 2003, p.108).

Obras que não contemplavam nem a vulgarização, nem a iniciação, propriamente ditas, também foram apresentadas no catálogo da coleção. No contexto do Estado Novo foram publicadas: **A Democracia**, de autoria de Rudolf Laun – e tradução de Albino Camargo – e **Os mitos hitleristas** de François Perroux. A hipótese de Leal (2003), na qual a acompanhamos, é que o editor estaria “[...] querendo divulgar uma representação de democracia no momento em que a repressão e o autoritarismo se afirmam na sociedade brasileira com Vargas” (LEAL, 2003, p.115).

Antes deste período, vale ressaltar que o primeiro título da área de Sociologia publicado por esta coleção foi **Karl Marx** – de autoria de Marx Beer, em 1933 – com o objetivo de difundir a vida e a obra daquele intelectual; seguido, em 1935, pela publicação do livro **Progresso e pobreza**, escrito por Henri George.

Leal (2003) afirmou que, nas coleções da BPB, houve uma diferença entre as programações planejadas por Azevedo e as concretizadas. No caso da programação da Iniciação Científica, a estratégia de tentar remanejar os títulos entre as coleções – para impedir que os autores deixassem de ser editados – não obteve sucesso. Algo diferente parece ter incidido na Atualidades Pedagógicas, pois mesmo quando os textos programados não foram editados, “[...] os autores escolhidos não deixa[ra]m de escrever para a coleção” (LEAL, 2003, p.129).

Esta autora salientou ainda que, parte dos problemas relacionados a não publicação da programação proposta pela Iniciação Científica deveu-se ao fato dos autores selecionados não enviarem os trabalhos para o editor, no período que compreende a vigência do Estado Novo. Apesar de não esclarecer as razões destes desencontros, Leal (2003) expôs que os referidos autores eram ligados a instituições cariocas. Uma consequência desta ausência de colaboração foi a realização da maioria das traduções e a confecção de livros novos por intermédio de autores de São Paulo, em particular, por aqueles vinculados ao Instituto de Educação (IEUSP) e à FFCL/USP.

Desse modo, o objetivo da Iniciação Científica consistiria em “ser uma fonte de informação”, isto é, destinava-se a exercer influência na formação do seu público e, assim, colaborar para o desenvolvimento da cultura nacional. Além desta finalidade, a

coleção comportou o propósito de despertar o interesse pela ciência, legitimando-a enquanto atividade de relevância social. Neste sentido, a Iniciação atuou como um “[...] mecanismo [...] para formação da opinião pública em favor das pesquisas científicas, o que [em última instância] funcion[ou] como instrumento de pressão social para obtenção de recursos econômicos para as ciências” (LEAL, 2003, p.158). Decorreu dos objetivos destas coleções, parte do desenvolvimento e da institucionalização das ciências, em particular, das Ciências Sociais no Brasil.

Ao analisar os títulos publicados nesta coleção, Leal (2003) constatou que parte significativa da literatura preocupou-se em informar os leigos sobre a “[...] necessidade de uma profilaxia social, alcançada pela higienização da sociedade, por meio do controle da sexualidade, da procriação e do conhecimento científico” (LEAL, 2003, p.105). Com isto, esta intérprete sinalizou para outros objetivos da vulgarização da ciência que não se encontravam explícitos nos descritores da coleção.

Ao longo da direção de Azevedo, a Iniciação Científica caracterizou-se por apresentar uma visão “[...] de ciência vinculada ao progresso e a melhoria da qualidade de vida das pessoas [...]” (LEAL, 2003, p.106). Havia no trabalho deste sociólogo a consciência sobre a responsabilidade dos cientistas na construção de uma sociedade com melhores índices de educação, cultura, saúde, emprego, etc. Dessa forma, existia a compreensão a respeito da necessidade de mudanças sociais efetivas no país, porém dentro da ordem.

A presença de obras da área de Biologia na coleção Iniciação Científica é um exemplo da preocupação de Azevedo com a melhoria das condições de vida da população brasileira. Nesta perspectiva, publicou-se como primeiro livro nesta área, **Cinco Lições de Eugenia**, de autoria de Octávio Domingues.

Para Leal (2003), um dos motivos para o espaço destinado a área de Biologia na coleção, consistia no fato de seu editor participar da Associação Eugênica, e de outras entidades com perfil parecido; bem como de eventos científicos que relacionavam higiene e eugenia à questão sobre a organização nacional, desde a década de 1910 e, neste caminho, por Azevedo compartilhar de parte das reflexões desenvolvidas por estas instituições. Entretanto, salienta a intérprete que entre os anos de 1931 e 1944 “[...] os títulos que cont[inham] relações com as Ciências sociais e jurídicas destaca[ra]m-se entre as escolhas do editor” (LEAL, 2003, p.164).

A razão desta preferência temática, explica Leal (2003), baseou-se na idéia segundo a qual a Sociologia consistia em uma ciência imatura, sendo esta coleção um

“[...] espaço para a divulgação desta disciplina [e] para pensar seu amadurecimento [...]” (LEAL, 2003, p.165). Neste contexto, tornou-se compreensível o objetivo estabelecido por Azevedo, a respeito da organização dos volumes direcionados às Ciências Sociais nesta coleção:

[...] Estudar a ação e o esforço dos grandes pensadores, antigos e modernos, sobre o desenvolvimento do pensamento sociológico; depreender de cada autor o que constitui sua originalidade e restabelecer o laço que o prende aos sociólogos modernos ou imediatamente posteriores; examinar o conteúdo das principais teorias e suas bases científicas e marcar-lhes os pontos de contato [...] (AZEVEDO, 1935, p.23, apud LEAL, 2003, p. 165).

Embora a preocupação com a tradução de livros estivesse presente nas três coleções dirigidas por Azevedo, o trabalho de Rodrigues (2008) foi o único, encontrado por nós, que se dedicou a tratar, especificamente, deste tema; ou seja, a refletir sobre tal prática em uma das coleções de Azevedo, a Brasileira.

De acordo com Rodrigues (2008), a coleção Brasileira, ao traduzir obras de autores estrangeiros a respeito de assuntos brasileiros, proporcionou considerável visibilidade aos nomes dos tradutores e colocou em evidência as suas notas introdutórias, assim como as dos prefaciadores. Tais apontamentos nos levam “[...] a pensar que a Coleção Brasileira adotava uma política editorial voltada para a valorização da tarefa do tradutor” (RODRIGUES, 2008, p.4). Uma idéia interessante, à medida que a tradução consistia em um tipo de atividade que não existia enquanto profissão no mercado brasileiro, antes de 1930. Ou seja:

[...] apenas a partir dos anos [de] 1930 se cria[ra]m, no Brasil, as condições mínimas para falarmos em tradução como uma atividade profissional. São duas as condições, ‘o surgimento de uma indústria editorial realmente digna do nome’ e o ‘crescimento, quantitativo e qualitativo do público leitor’. Ambas são consequência do projeto de modernização do Brasil que começa a ser implementado na era Vargas (RODRIGUES, 2008, p.1). (Aspas da autora).

Entretanto, ressalta Rodrigues (2008), a maneira como os tradutores foram apresentados teria resultado em uma estratégia do editor, Fernando de Azevedo, para que estes intelectuais – professores e pesquisadores – emprestassem sua autoridade aos livros traduzidos. Neste sentido, concluiu a estudiosa que a “[...] identificação do tradutor na capa [...] [era] mais para evidenciar a importância do *nome e qualificação do*

tradutor [...]” (RODRIGUES, 2008, p.5, *itálico da autora*). Dentre os intelectuais que realizaram este trabalho, no período em questão, destacaram-se: Sérgio Buarque de Holanda, Sérgio Milliet, Affonso de E. Taunay, Américo Jacobina Lacombe, Carlos Lacerda, Edgar Sússekind de Mendonça, Luiz da Câmara Cascudo, dentre outros¹⁶¹.

A interpretação de Rodrigues (2008), ao relacionar o desenvolvimento do mercado editorial brasileiro ao contexto a partir de 1930, pode ser aproximada tanto das reflexões presentes nos textos de Dutra (2006), Toledo (2006, 2001), Leal (2003), Pontes (1989) e Hallewell (1985), quanto da produzida por Blanco (2006), contudo, enfocando o mercado argentino.

De acordo com este autor, a literatura especializada na história da edição, na Argentina, caracterizou o “[...] período compreendido entre 1936 y 1956 como aquel de mayor prosperidad de La industria editorial [...]” (BLANCO, 2006, p.95). Isto teria resultado, na compreensão de Blanco (2006), na “[...] aparición de un conjunto de nuevas especialidades profesionales, entre las que cabe destacar las de asesor literario, director de colección y traductor [...]” (BLANCO, 2006, p.96).

A aproximação entre os supracitados intérpretes brasileiros e Blanco (2006) – estudioso argentino – é interessante à medida que nos proporciona sugerir que o crescimento e a consolidação do campo editorial, seja no Brasil seja na Argentina, se converteram em oportunidades para transformar os projetos editoriais vigentes em importantes instrumentos para a institucionalização das Ciências Sociais, a partir da década de 1930. O que, no caso do Brasil, nos possibilita assegurar um lugar de destaque ao trabalho editorial de Azevedo e, no que tange a Argentina, ao papel de seus correspondentes Ricardo Levene e Francisco Ayala.

¹⁶¹ Rodrigues (2008) construiu uma lista completa dos tradutores da coleção Brasileira, do volume 1 até o volume 300. Vale constatar que nesta listagem a autora buscou explicitar se os tradutores tiveram, ou não, seus nomes inseridos nas capas dos livros, se houve, ou não, prefácio introduzindo a obra e se existiram, ou não, notas do tradutor ou do prefaciador.

3. A universidade na formação e na profissão do sociólogo: o Instituto de Educação (IEUSP)

A configuração do modelo de universidade implica em uma determinada visão sobre os profissionais que se deseja formar, assim como a respeito da sociedade na qual eles deverão atuar. A primeira experiência brasileira de formação universitária de professores – primários e secundários – e de técnicos de ensino foi propiciada pelo Instituto de Educação (IEUSP)¹⁶², criado por Azevedo em 1933, vinculado a USP, em 1934, e dirigido por este sociólogo até sua extinção pelo Interventor Federal, Ademar Pereira de Barros, em 1938.

O trabalho de Evangelista (1997) – ao dedicar-se a história de criação e de extinção deste Instituto, revisitando a escassa literatura existente sobre o tema – se apresentou como uma referência necessária. Sob a inspiração de sua leitura, adotamos a hipótese segundo a qual a história do IEUSP possui relevância para entendermos alguns aspectos da institucionalização das Ciências Sociais no Estado de São Paulo, e, guardando as devidas proporções, no Brasil, nos anos de 1930. Esta sugestão encontra apoio no fato deste Instituto ter movimentado o mercado editorial de obras especializadas e realizado uma iniciativa pioneira na produção de pesquisa em educação no país.

A abordagem de Evangelista (1997) nos proporcionou entender o lugar da formação docente no curso superior de Ciências Sociais na USP, nos seus primeiros anos de existência; bem como o papel desta formação para o projeto de construção da nacionalidade. Neste caminho, nos forneceu algumas pistas para pensarmos como a transformação da cultura, por intermédio da educação, poderia contribuir para o processo de mudanças sociais no Brasil.

A partir da década de 1920, a preocupação educacional dos intelectuais brasileiros – que atuaram como parte da *intelligentsia* no período, nos termos de Martins (1987) – convergiu com os diagnósticos sobre os riscos da desagregação social, representados seja pela política imigratória, adotada desde o final do século XIX, seja pela organização dos trabalhadores urbanos, depois da Primeira Guerra Mundial. As reformas educacionais implantadas no país pelos pioneiros da educação nova comungaram desta preocupação e foram parte do projeto civilizador brasileiro. Um

¹⁶² O IEUSP também ofereceu cursos para o aperfeiçoamento de docentes da rede pública de ensino do Estado de São Paulo.

projeto que enxergou na ciência a possibilidade de construir uma nação harmônica, coesa e desenvolvida – econômica, social e culturalmente.

Neste projeto, uma fração da *intelligentsia* brasileira – representada por Azevedo, Anísio Teixeira, Mesquita Filho, dentre outros, – vislumbrou um lugar diferenciado para o papel da universidade. Uma instituição que foi considerada, principalmente, após o Inquérito sobre a Instrução Pública em São Paulo, em 1926¹⁶³ – coordenado por Azevedo – como o lugar fundamental para orientar o processo de modernização do país.

As disputas em torno das diretrizes do modelo universitário brasileiro representaram, a partir dos anos de 1920, os próprios dilemas sobre como modernizar o país e como definir quais seriam os atores sociais responsáveis por dirigir as mudanças; em particular, em um momento no qual o próprio campo cultural brasileiro encontrava-se aberto. Ou seja, no qual as próprias regras para o seu funcionamento estavam em processo de litígio e de negociação.

No bojo destes embates, a universidade se tornou sinônimo de lócus da ciência, da razão, do necessário, do superior, do avançado, do moderno, do ordenado, etc., enfim, foi concebida como uma espécie de “bandeira”, a partir das intervenções dos intelectuais reformadores no campo cultural e político brasileiro. Para Evangelista (1997), foi este cenário que proporcionou que as frações das elites dirigentes e intelectuais católicas fossem classificadas – a partir da década de 1930, por intermédio dos discursos e do trabalho institucional dos reformadores, entre eles, Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira – enquanto representantes do arcaico, do retrógrado, do conservador no país.

Os discursos destes reformadores ao se colocarem como tradutores dos desejos da nação brasileira, isto é, como correspondentes objetivos do querer da sociedade, e, nesta perspectiva, como possuidores de um instrumento privilegiado – a ciência

¹⁶³ O Inquérito realizado por Fernando de Azevedo, em 1926, sob o patrocínio do jornal **O Estado de S. Paulo**, foi publicado na imprensa e depois como livro. Os intelectuais selecionados para serem depoentes tiveram em comum a questão da docência. Na tese, utilizamos a publicação do Inquérito sob o título: **Educação na encruzilhada: problemas e discussões** (1960b [1937]). No que se refere à organização deste livro podemos destacar que compreendeu três partes diferentes: a primeira, entrevistas orientadas sobre o – Ensino Primário e Normal; a terceira entrevistas a respeito do – Ensino Secundário e Superior – sendo que ambas as partes estão ligadas a formação do professor; enquanto a segunda versou sobre entrevistas relacionadas ao – Ensino Técnico e Profissional. Em 1928, a ABE também realizou um Inquérito sobre educação, porém voltou-se para o ensino universitário brasileiro. Apesar deste enfoque, tal trabalho teve aspirações nacionais, conforme apontou Evangelista (1997).

experimental – para se alcançar os diagnósticos e as soluções dos problemas sociais, puderam, ao menos, retoricamente, expulsar a dimensão política de suas intervenções.

Nos anos de 1920 em diante, o tema da educação passou a fazer parte do debate público; os diferentes grupos que compunham a *intelligentsia* brasileira passaram a defender na arena cultural e na política a necessidade de preparação especializada do magistério. A formação converteu-se em uma estratégia propícia ao contexto de valorização da civilização técnica e, assim, de racionalização do trabalho. As discussões em torno da preparação do magistério inspiram-se e apoiaram-se nas experiências desenvolvidas em âmbito externo, tanto pelo Teacher' s College norte-americano quanto pela Escola Normal Superior Francesa – do Instituto Pedagógico da Universidade de Louvain, na Bélgica (EVANGELISTA, 1997).

A pluralidade de posições no referido debate não deve obscurecer a existência de diferenças e de convergências no interior dos projetos dos reformadores, como Azevedo e Anísio Teixeira, e entre seus projetos e os das frações das elites laicas – das quais participaram Júlio de Mesquita Filho e Armando de Salles Oliveira. A confluência entre os projetos de tais reformadores e os destas frações consistiu na compreensão a respeito da necessidade de uma intervenção de natureza cultural no país; e, assim, da imprescindibilidade da criação da universidade. A divergência abrangeu a defesa ou não da formação dos quadros das elites dirigentes em seu interior¹⁶⁴. Esta defesa foi vista por atores como Mesquita Filho e Salles Oliveira como algo fundamental.

Segundo Evangelista (1997), diferentes áreas do conhecimento foram mobilizadas por Fernando de Azevedo para compor o projeto institucional e político da formação das elites, dentre elas: a Biologia – a partir do diálogo com a higiene e com a eugenia – para satisfazer a finalidade de construir o corpo da nação desejada; a Psicologia, para atender ao propósito de selecionar as capacidades e identificar as habilidades para uma nação produtiva economicamente; e a Sociologia, “[...] como via de conhecimento do meio, da sociedade e do indivíduo e de promoção das necessárias adaptações exigidas pela convivência cooperativa, solidária e harmônica, fundamentais para a conservação da paz num mundo saído de uma grande guerra mundial” (EVANGELISTA, 1997, p.19).

¹⁶⁴ Diferente da concepção de Azevedo, a formação das elites na universidade não foi uma prioridade na visão de Anísio Teixeira. Todavia, o fato de não ter sido um aspecto fundamental para este ator não o impediu de contemplá-la em seu projeto acadêmico na Universidade do Distrito Federal (UDF).

Contudo, estas áreas também foram selecionadas por este autor para a formação dos professores em nível superior, primeiro, porque Azevedo acreditava na ciência como um instrumento de inovação e de intervenção racional na realidade do país. Segundo, pelo fato de enxergar na capacitação dos professores, em todos os níveis de ensino, um mecanismo eficiente para preparar e selecionar os melhores atores para compor e renovar os quadros das elites dirigentes do país; e, ao mesmo tempo, um instrumento indispensável para desencadear a transformação da mentalidade da população como um todo, educando-a para uma vida orientada para o desejo de ordem e de progresso.

Portanto, para Evangelista (1997) e para nós, existiu um consenso entre Azevedo e, os demais membros do IEUSP, em torno de três aspectos: primeiro, que por intermédio do trabalho dos professores se formariam as elites intelectuais dirigentes do país, isto é, os grupos portadores de uma visão de respeito ao bem público; segundo, que com o auxílio dos professores se educaria a população – independente de etnia, gênero, idade ou condições econômicas, para que esta desenvolvesse uma consciência de seus deveres e seus direitos; e, terceiro, que com a participação destes atores sociais se produziria a ciência nacional e se efetivaria a democracia no Brasil.

A conjuntura política que propiciou a criação do IEUSP e da USP foi caracterizada pelo posicionamento flexível do governo federal em relação aos interesses dos diferentes atores que lutavam na esfera pública, para estabelecer as orientações sobre o modelo universitário brasileiro; e, assim, para definir os rumos e os responsáveis pela modernização do país. *Grosso modo*, tais interesses foram representados de um lado, pelas frações intelectuais laicas – onde se situou Azevedo e a maioria dos reformadores – e, de outro, pelas frações intelectuais católicas e parte das oligarquias que compartilhavam de seus valores e ambições.

Dentre os instrumentos jurídicos que possibilitaram a fundação destas instituições – IEUSP e USP, por Azevedo – e de outras, como a Universidade do Distrito Federal (UDF), por Anísio Teixeira destacaram-se: o Estatuto das Universidades Brasileiras de 1931 – realizado pelo Ministro da Educação e Saúde, Francisco Campos; e, no caso específico das instituições paulistas, o Código de Educação do Estado de São Paulo de 1933, redigido pelo Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, Fernando de Azevedo.

De acordo com Evangelista (1997), a despeito de ter sido legalmente uma “[...] instituição formadora de professores de caráter técnico e profissionalizante, o IEUSP

assumiu a produção de pesquisa e de conhecimento como parte de suas funções. [E] [a]o ser incorporado à USP, levou consigo a importante herança de formação superior dos intelectuais da educação [...]” (EVANGELISTA, 1997, p.21).

Ao se tornar uma instituição diferenciada do modelo de Escola Normal¹⁶⁵ e assumir sua posição de Instituto anexo a USP, em 1934, o IEUSP institucionalizou as “[...] ‘as ciências fontes da educação’ – História, Filosofia, Biologia, Psicologia, Sociologia – assim como seu correlato imediato, a prática de ensino, observação, experimentação e prática, e suas expressões metodológicas e técnicas” (EVANGELISTA, 1997, p.22, aspas da autora). É importante destacar que, seja antes seja depois de sua incorporação à universidade, o Instituto buscou realizar a formação profissional dos professores primários e secundários e dos administradores escolares.

Se por um lado, é possível sugerir que existia, na avaliação de Azevedo e de outros reformadores, uma demanda por formação técnica do professor. Por outro, é importante frisar que na óptica deste intelectual-administrador a proeminência na idéia de profissionalização “[...] não significava, pois, estreiteza, mas sim ‘largueza de vistas’ e expressão de dedicação à ‘causa do magistério’” (EVANGELISTA, 1997, p.24, aspas da autora).

Em outros termos, entendemos que a ênfase na profissionalização correspondia a uma resposta teórica e prática, além de política, ao tipo de ensino livresco que havia sido ministrado pela Igreja e se tornado hegemônico no Brasil, até a década de 1920. É interessante observar que o adjetivo – livresco – mobilizado por Azevedo para qualificar o ensino religioso, foi utilizado, no contexto dos anos de 1950, para caracterizar de modo pejorativo o projeto universitário do qual ele foi um dos protagonistas. Tal emprego foi realizado, principalmente, por alguns colaboradores da cadeira de Sociologia I da USP e por seu mentor, Florestan Fernandes.

No entender de Evangelista (1997), foi a partir da preocupação com a dimensão profissionalizante que Azevedo e seus colaboradores no IEUSP procuraram imprimir ao ensino um caráter experimental; e, para isto, recorreram à organização dos laboratórios de ensino enquanto instrumentos para a realização das verificações objetivas das teorias. Os professores do IEUSP, com apoio incondicional de seu Diretor,

¹⁶⁵ A reforma da Escola Normal da Praça realizada por Lourenço Filho, em 1931, proporcionou que ela se transformasse no Instituto Pedagógico, uma instituição voltada para a investigação aplicada, assim como para a formação de profissionais do ensino. Esta instituição, depois denominada Instituto Caetano de Campos, foi transformada a partir do Decreto de Lei nº. 5.846 de 1933 e do Decreto nº. 5.884 de 1933 – ou seja, do Código de Educação do Estado de São Paulo – no IEUSP.

atuaram nos três pilares propostos no projeto de fundação da USP, isto é, no ensino, na pesquisa e na extensão¹⁶⁶.

Para Azevedo seja no IEUSP seja na USP – segundo a compreensão de Evangelista (1997, p.24) e a nossa – o professor só poderia ser um intelectual se produzisse ciência. Para se produzir ciência fazia-se indispensável saber o que ensinar aos alunos e como ensinar. Esta preocupação norteava, desde 1931, os projetos editoriais de Azevedo na Cia. Editora Nacional, conforme apontamos no subcapítulo precedente. As coleções científicas sob sua direção estabeleceram entre seus objetivos “ensinar a ensinar” – conforme nos foi sugerido no diálogo com os trabalhos de Toledo (2006, 2001) – e “ensinar”, de acordo com nossas reflexões junto aos textos de Leal (2003) e de Dutra (2006).

Nos escritos de Evangelista (1997) também encontramos um panorama interessante sobre a inserção social, política e intelectual dos atores sociais do IEUSP. Segundo esta autora eles participaram da:

[...] Sociedade de Educação/SP; Instituto de Direito Social/SP; Sociedade de Filosofia/SP; Sociedade de Psicologia/SP; Sociedade de Medicina e Cirurgia/SP; Associação Paulista de Medicina; Sociedade de Medicina Legal e Criminologia/SP; Sociedade de História da Medicina/SP; Associação Brasileira de Educação (ABE)/RJ; Instituto de Organização Racional do Trabalho (IDORT)/SP; Associação Sanatórios Populares/SP; União Universitária Feminina/SP; Subcomissão de Cooperação Intelectual de São Paulo; Sociedade Brasileira de Sociologia¹⁶⁷; Sociedade Brasileira de Eugenia; Sociedade de Sociologia de São Paulo; Sociedade de Antropologia e Etnologia/RJ; Instituto Internacional de Sociologia/França; Instituto Nacional de Geografia e Estatística (EVANGELISTA, 1997, p.26).

Este conjunto de instituições nos permite apontar o raio de influência que tais intelectuais tiveram na sociedade brasileira, na década de 1930. Contudo, independente desta influência ou da qualidade do trabalho desenvolvido por eles no IEUSP, este Instituto foi fechado pelo governo, em 1938, e os seus despojos transferidos para a Escola Normal Modelo. No que tange aos professores do IEUSP, vale destacar que alguns profissionais passaram a pertencer a Escola Modelo, enquanto outros se tornaram docentes em diferentes cadeiras da FFCL da USP.

¹⁶⁶ De acordo com Evangelista (1997), o termo extensão raramente é utilizado no Instituto, mobilizando-se em seu lugar as expressões “cursos de conferências” ou “cursos livres”.

¹⁶⁷ Sobre a Sociedade Brasileira de Sociologia não nos consta que ela tenha existido antes da década de 1950.

Atuaram nesta Faculdade os seguintes professores: Fernando de Azevedo – o qual também foi seu Diretor, entre os anos de 1941 e 1943; Antonio Ferreira de Almeida Júnior; Milton da Silva Camargo Rodrigues; Emílio Willems; Achilles Archêro Jr.; Roldão Lopes de Barros; José Querino Ribeiro; Noemy da Silveira Rudolpher; Ernestina Giordano; Onofre de Arruda Penteado Jr.; Dora Caldeira de Barros Pastorino, entre outros (EVANGELISTA, 1997, p.146). Ao explicitarmos alguns destes atores pretendemos chamar a atenção para o fato de eles consistirem em nomes expressivos da história das Ciências Sociais no país.

Os anos de 1930 compreenderam um momento de consolidação e de extinção de dois importantes projetos de formação de professores em nível superior: um, o IEUSP, sob a direção de Azevedo; o outro, a Escola de Educação da UDF, em 1935, sob a influência intelectual de Anísio Teixeira. Para Evangelista (1997), apesar de estas serem as primeiras iniciativas que conseguiram se institucionalizar no país, outras ocorreram: seja em Minas Gerais, em 1929, seja em São Paulo, com a reforma da Escola Normal da Praça realizada por Lourenço Filho, em 1931. Ainda segundo esta estudiosa, o IEUSP se destacou em relação a estas iniciativas por conseguir articular a formação universitária do magistério, para todos os níveis, com a produção de conhecimento científico no campo educacional.

Esta idéia de aproximação entre os diferentes níveis de ensino para compor um sistema educacional já se insinuava no Inquérito realizado por Azevedo, em 1926. Neste documento, é interessante observar que o laço que aproximou os dois extremos do sistema educacional – ou seja, a universidade e o ensino primário – foi a preocupação com o tema da formação do professor.

Os intelectuais entrevistados no referido Inquérito dialogaram, direta ou indiretamente, sobre a questão da formação e, desse modo, procuraram demarcar suas posições a respeito do tipo de instituição que deveria comportá-la. Na maioria das opiniões, o modelo que orientava a conformação desta instituição era o francês. Talvez, a presença e a participação, no cenário cultural brasileiro, de intelectuais franceses – como Georges Dumas e Paul Fauconnet – tenham contribuído para esta predileção dos entrevistados. A influência destes atores já foi aventada ao salientarmos a orientação

geral das reformas educacionais realizadas no Brasil, entre estas, a Reforma do Distrito Federal (1927-1930), dirigida por Fernando de Azevedo¹⁶⁸.

O Inquérito de 1926 e o do Rio de Janeiro, realizado pela ABE em 1928, convergiram na compreensão a respeito da necessidade da formação do professor ocorrer em nível superior e na universidade, não obstante – na comparação entre os dois inquéritos ou na observação de cada um, separadamente – possamos perceber divergências entre os participantes sobre a questão da formação.

Para os atores entrevistados – em ambos os inquéritos – não era consensual vincular o preparo pedagógico e técnico com a produção de conhecimento. Azevedo se colocou neste cenário como um dos expoentes que defendeu e buscou construir tal vínculo nos empreendimentos que organizou e dirigiu como o IEUSP, a FFCL e o CRPE/SP.

Sob inspiração do trabalho de Evangelista (1997), e, em menor proporção do de Cardoso (1982), é possível sugerirmos que o fato de Azevedo ter organizado o IEUSP¹⁶⁹ para contemplar a formação dos professores em nível superior – como uma instituição vinculada, mas paralela a universidade – funcionou como uma estratégia para minimizar os atritos com os possíveis parceiros institucionais. Parceiros que, a exemplo de Júlio de Mesquita Filho, Armando de Salles Oliveira, etc., se empenharam na fundação da universidade, mas não reconheciam a formação do professor como um dos seus objetivos.

Um indício sobre este último aspecto pode ser encontrado nas dificuldades que Azevedo enfrentou para conseguir adequar o IEUSP às suas funções durante a gestão de Salles Oliveira, como Interventor Federal do Estado de São Paulo (1933-1935), e, depois, como Governador eleito pela Assembléia Legislativa (1935-1936). Segundo Evangelista (1997), foi preciso que Azevedo articulasse, em 1934, uma *Representação* com cerca de oito mil (8000) adesões, sendo três mil (3000) destas de próprio punho, para poder obter os recursos necessários junto ao Interventor para a efetivação das reformas que o Instituto requeria.

Conquanto tenham existido dificuldades nas relações entre o IEUSP e o Interventor Salles Oliveira, este foi um ator fundamental para favorecer – por meio do

¹⁶⁸ Embora tal influência seja perceptível nesta reforma, é importante explicitar que Azevedo mesclou, seja em suas orientações teóricas seja em seus empreendimentos institucionais, os modelos francês e norte-americano, inclusive, ao propor e criar o IEUSP.

¹⁶⁹ No Código de Educação do Estado de São Paulo, em 1933.

Decreto nº. 6.512, de 1934 – a afluência e a consolidação de candidatos para a licença do magistério secundário e superior, pois “[...] estabeleceu que, depois que houvesse licenciados pela USP [com a colaboração do IEUSP], a inscrição em concursos docentes passaria a exigir esse título [...] [o que faria] parte da instituição da carreira do professor [...]” (EVANGELISTA, 1997, p.113).

Vale destacar que tanto o encerramento do IEUSP quanto a promulgação da Lei Orgânica de 1942, pelo Ministro Gustavo Capanema, contribuíram para desorganizar a iniciativa de ordenamento da carreira do magistério – com a participação das Ciências Sociais – a partir das ações de Azevedo e de Salles Oliveira.

De acordo com Evangelista (1997), quando o regulamento do IEUSP entrou de fato em vigor, em 1935, três docentes tornaram-se catedráticos sem concurso público, foram eles: Fernando de Azevedo, Roldão Lopes de Barros e Antonio Ferreira de Almeida Júnior¹⁷⁰. Esta concessão permitiu que estes atores pudessem organizar o processo de normatização do quadro de profissionais docentes do Instituto, ou seja, se tornassem organizadores e membros das bancas dos concursos públicos para o provimento dos cargos na instituição.

Um exemplo da atuação destes atores em banca examinadora pode ser observado no concurso para a cadeira de Sociologia Educacional, em 1936. Neste, os sociólogos Azevedo, Paul Arbousse Bastide e Samuel H. Lowrie compuseram a banca, mas nenhum candidato foi aprovado. No ano de 1937, procedeu-se novo concurso para esta cadeira, Azevedo e Arbousse Bastide se mantiveram na banca e Lowrie foi substituído por Raul Briquet; contratou-se neste concurso como Docente-livre o sociólogo Emílio Willems (EVANGELISTA, 1997).

A respeito de Willems, ele também ocupou esta cadeira na USP – como primeiro assistente de Fernando de Azevedo, até 1941 – e trabalhou, posteriormente, na cadeira de Antropologia. Nesta última, obteve importante apoio institucional de Azevedo – enquanto Chefe do Departamento de Sociologia e Antropologia – em seu processo de afastamento, na década de 1950. Semelhante apoio, e a existência de uma relação de amizade entre estes atores, podem ser propostos por nós, a partir das cartas

¹⁷⁰ Este fato foi amplamente noticiado pela imprensa católica visando atingir o trabalho desenvolvido por Azevedo.

de Emílio Willems (1958(2), 1954, 1953, 1951(4), 1950(6), 1949) para este intelectual¹⁷¹.

A estruturação do IEUSP por Azevedo valorizou a produção e a difusão da pesquisa, o que pôde ser observado pela organização espacial (bibliotecas, laboratórios, etc.) e pela criação da revista *Archivos do Instituto de Educação*. Esta publicação foi responsável por difundir a produção acadêmica dos docentes do Instituto; os artigos de outros autores brasileiros, com preocupações teórico-metodológicas próximas a dos referidos docentes; textos de autores estrangeiros, como Paul Arbousse Bastide¹⁷².

No que se refere aos laboratórios “[...] [e]m muitos dos escritos de Azevedo estava presente uma concepção de ciência diretamente vinculada às práticas laboratoriais. Fazendo ciência entraria o professor no futuro e, com ele, seus alunos. O melhor lugar para isso acontecer seria o Laboratório [...]” (EVANGELISTA, 1997, p.84), apontava Azevedo. De forma sintética é possível afirmar que esta estrutura propiciou as condições necessárias “[...] para o desenvolvimento do desiderato do IEUSP, que se traduzia na produção da pesquisa, ensino e na extensão” (EVANGELISTA, 1997, p.80).

Esta visão sobre a ciência – ao contemplar o reconhecimento e o apoio aos Laboratórios e à Estatística como um importante instrumento para o desenvolvimento das pesquisas empíricas – esteve presente em sua experiência, anos depois, como diretor do CRPE/SP na década de 1950; e compreendeu parte de suas orientações para a seleção das publicações vinculadas aos seus projetos editoriais nas coleções científicas: *Atualidades Pedagógicas* e *Iniciação Científica*, ao longo dos anos de 1930 e 1940.

Sobre a questão das atividades de extensão desenvolvidas pelo IEUSP, vale destacar o empenho de Azevedo na articulação dos cursos livres e de conferências; bem como para a efetivação dos trabalhos sociais realizados por intermédio do Laboratório de Biologia Educacional – sob a responsabilidade de Antonio Ferreira de Almeida Júnior.

¹⁷¹ Os resumos destas cartas encontram-se na Seção Anexos, na Tabela 1.

¹⁷² Arbousse Bastide foi professor contratado no IEUSP – o que equivalia às atribuições de um catedrático; tornou-se responsável por ministrar a disciplina de Metodologia do Ensino Secundário. Nesta disciplina preocupou-se em debater algo fundamental para o Instituto – e para Azevedo – ou seja, os seguintes temas: “[...] *O professor do ensino secundário e a pesquisa científica pura. O professor deve se preparar para a pesquisa científica. Diferentes graus na pesquisa pura. Meios de que dispõe o professor para tornar-se e permanecer um pesquisador*” (EVANGELISTA, 1997, p.164, itálico da autora). Arbousse Bastide foi parceiro e amigo pessoal de Fernando Azevedo, conforme nos sugerem suas cartas para Arbousse Bastide. Para os resumos das mesmas, consultar a Seção Anexos, especificamente, a Tabela 1.

Dentre os trabalhos deste Laboratório constaram a assistência médica, sanitária e alimentar às crianças carentes, moradoras nas proximidades do Instituto. É possível perceber nestas atividades que tanto Azevedo quanto os demais profissionais do Instituto preocuparam-se em imprimir um caráter cultural ao IEUSP. Estes atores defenderam os valores citadinos e industrializantes, como parte das proposições dos anos de 1920 e de 1930. Neste contexto, torna-se exemplar a afirmação do Diretor, Fernando de Azevedo: faz-se preciso formar “um homem novo para um mundo novo”.

No processo de busca de enraizamento do projeto educacional do IEUSP na rede pública de ensino, Azevedo convidou a Antonio Ferreira Almeida Júnior para, em conjunto com os membros da Congregação do Instituto, exarar parecer sobre os programas das disciplinas a serem ministradas nele. Esta atitude de Azevedo recebeu o apoio da Congregação, devido ao fato dos membros desta compreenderem o papel estratégico de Almeida Júnior naquela conjuntura, afinal, tratava-se do Diretor de Ensino da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo.

Também parece ter feito parte desta estratégia de aproximação institucional entre a universidade e a rede pública de ensino a concessão de bolsas de estudo pelo Estado – por intermédio da ação de Almeida Júnior – aos matriculados no Curso de Aperfeiçoamento do Professor ministrado pelo IEUSP.

As atribuições docentes, seja na USP seja no IEUSP, eram as mesmas: “[...] *realizar, promover e orientar pesquisas, inquéritos e monografias científicas*, concedendo-se regime integral para os docentes, na medida do possível, incluídos em princípio todos os professores da universidade” (EVANGELISTA, 1997, p.114, itálico da autora). Esta similitude advém, dentre outras razões, por ter sido Fernando de Azevedo o redator dos estatutos de ambas as instituições e, neste sentido, por almejar a existência de parceria entre elas na formação do professor secundarista.

Embora Azevedo entendesse que a formação pedagógica caberia particularmente ao segundo, e a formação geral ou específica, a FFCL, ele não estabeleceu uma divisão em termos de produção científica. Isto é, para este sociólogo a produção científica pertencia a ambas as instituições. Portanto, a ciência proposta por Azevedo parece ter sido sobretudo interessada no desenvolvimento das Ciências Sociais e do Brasil.

Após superar vários obstáculos, o IEUSP alcançou, no ano de 1937, a plenitude do seu funcionamento. Diante desta situação, a designação jurídica do Instituto como instituição profissionalizante tornou-se um problema, uma vez que os trabalhos

desenvolvidos lá não correspondiam apenas a esta dimensão. Sendo assim, os professores do Instituto, juntamente com o seu Diretor, resolveram propor mudanças substantivas no Regulamento, vigente desde 1935.

Este documento foi reestruturado e enviado para o Conselho Universitário da USP – que, após sua aprovação, o encaminhou para o governo do Estado de São Paulo. Esta movimentação dos atores do Instituto para adequá-lo juridicamente às funções que realizava na prática – e, assim, para torná-lo um modelo para o funcionamento do sistema educativo brasileiro – evidencia como estes intelectuais foram surpreendidos pelo ato de seu fechamento em 1938.

A principal mudança proposta no Regulamento do IEUSP consistia em transformá-lo na Faculdade de Educação – mantendo suas escolas anexas – o que lhe proporcionaria as mesmas prerrogativas da FFCL. Este documento também buscou defender “[...] a criação de um Centro de Documentação e Informação Pedagógica com a competência de ‘recolher e difundir informações sobre as atividades educacionais do Brasil e do estrangeiro [...]’” (EVANGELISTA, 1997, p.244, aspas da autora). Tal Centro já existia na prática, sendo o Regulamento um lugar para referendá-lo. A organização do Centro teve em Paul Arbousse Bastide um importante incentivador, de tal modo que, ao se constituir a sua diretoria, ele tornou-se o Presidente.

A respeito da história da extinção do IEUSP, expôs Evangelista (1997, p.186) que “[...] [o]s motivos alegados pelo Interventor Federal [Ademar Pereira de Barros] para o encerramento do Instituto de Educação trouxeram o gosto dos argumentos administrativos. Entretanto sob tais argumentos corriam motivações de sabor diferente”. Na entrevista que concedeu a imprensa, explicando as razões que justificavam sua ação, Pereira de Barros elencou dez (10) argumentos, os quais foram contestados pelos professores do Instituto. Embora o trabalho de Evangelista (1997) nos forneça, em detalhes, tanto os argumentos quanto os contra-argumentos desta contenda, interessou-nos destacar o oitavo argumento e sua réplica, por entendermos que ambos nos permitem vislumbrar o alcance da influência política¹⁷³ de Fernando de Azevedo.

¹⁷³ No depoimento de Florestan Fernandes também encontramos pistas sobre a influência política de Fernando de Azevedo. Segundo Fernandes (1994), se Azevedo “[...] fosse um conformista [...] teria tido tudo o que pudesse desejar. Teria ocupado os maiores cargos da República. Sua capacidade de ação era disputada [...]” (FERNANDES, 1994, p.197). Outro indício de tal influência encontra-se na carta de Fernando de Azevedo para Mr. Dr. James Lauer, datada de 16 de abril de 1971. Nela, o sociólogo brasileiro relatou o episódio envolvendo o convite que recebeu para ser o candidato da esquerda, para o cargo de Presidente da República do Brasil, após 1945. O resumo desta correspondência está disponível para consulta na Seção de Anexos, Tabela 1.

No oitavo argumento, expôs Evangelista (1997): Pereira de Barros afirmou que Azevedo tinha sido “[...] acusado pelo Estado de dirigir pessoalmente as escolas anexas ao Instituto [como o Jardim da Infância, a Escola Primária e a Secundária] ou nomear sua direção segundo seus interesses [...]” (EVANGELISTA, 1997, p.196).

Os catédricos do IEUSP contra-argumentaram que Azevedo jamais dirigiu tais escolas, tampouco, nomeou seus diretores, apenas os indicou conforme era sua atribuição enquanto Diretor. Entretanto, ponderou Evangelista (1997, p.197), sobre esta réplica dos profissionais do IEUSP: “[m]esmo sendo prerrogativa do Estado a nomeação dos cargos de direção à revelia do Diretor do Instituto, este direito jamais foi utilizado contra [...] [as] indicações [de Azevedo]” [...]. Com isto esta autora sugeriu, e é por nos acompanhada, que a influência política de Azevedo de fato ultrapassava as fronteiras do Instituto.

Ao perscrutar os argumentos do Interventor, Evangelista (1997) concluiu que não foram destituídos de objetividade, não obstante, parte desta tenha sido construída no terreno político. Semelhante hipótese adquire consistência ao considerarmos que Pereira de Barros desconsiderou a legislação em vigor ao extinguir o IEUSP.

Além disso, no desfecho deste episódio, ocorreram as aposentadorias compulsórias de Fernando de Azevedo, Milton da Silva Camargo Rodrigues e Antonio Ferreira Almeida Júnior “[...] sob a alegação de desrespeito à Constituição de 1937 e subversão [...]” (EVANGELISTA, 1997, p.201). Este quadro para ser revertido contou com a intervenção de M. A. Teixeira de Freitas – em defesa destes intelectuais – junto ao General José Pinto, do Conselho de Segurança Nacional.

Também chamou-nos a atenção no processo de encerramento do Instituto o fato do católico Alexandre Corrêa, inimigo¹⁷⁴ histórico de Azevedo, ter sido indicado pelo governo ditatorial para a direção da FFCL, naquela conjuntura. Para Evangelista (1997), a escolha de Corrêa não surpreendia, pois seus vínculos políticos e sociais lhe asseguravam ser a pessoa mais apropriada para redirecionar a formação do magistério dentro da USP, segundo os interesses emanados da Igreja e do Estado.

¹⁷⁴ Desde a divulgação do **Manifesto dos pioneiros da educação nova**, em 1932, católicos como Tristão de Athayde, Leonardo Van Acker e Alexandre Corrêa, assumiram posturas públicas contrárias a obra e a pessoa de Fernando de Azevedo e de Anísio Teixeira. No que tange a Azevedo, para além das investidas contra o **Manifesto**, Alexandre Corrêa, à guisa de exemplo, procurou infamar a imagem de Azevedo como intelectual, professor e administrador. Neste contexto, expôs Evangelista (1997), Corrêa propagou as seguintes idéias já em 1932: Fernando de Azevedo trata-se de “[...] um criador de ‘filosofia de fumaça’ que aproveitara o *Manifesto* para tecer elogios a si próprio [...]” (EVANGELISTA, 1997, p.221, aspas e itálico da autora).

Os textos de Antunha (1974) e de Nadai (1994, 1991), a respeito da história de extinção do IEUSP, também necessitam ser inquiridos, à medida que compuseram a literatura sobre o tema. Um aspecto problemático da análise de Antunha (1974) foi sua abordagem sobre a formação dos professores secundários na época de fechamento do Instituto. Para tal intérprete, a formação era desprovida de reconhecimento social. Diferente desta visão é possível expor que:

Talvez ANTUNHA tenha incorrido no procedimento de tomar como critério de avaliação do Instituto o desprestígio da formação para o magistério no momento de sua pesquisa. [Afinal] [n]o período em estudo – décadas de 20 e 30 – a Escola Normal da Praça era responsável pela formação dos intelectuais da área educacional e seu padrão era de alto nível (EVANGELISTA, 1997, p.203). (Caixa alta da autora).

Outra consideração de Antunha (1974), também passível de questionamento, consistiu na mobilização do argumento segundo o qual Azevedo fragilizou o Instituto ao ter admitido, na primeira geração de professores do IEUSP, docentes – inclusive, ele próprio – nomeados sem concurso, e, mais, atores sociais sem formação.

Entendemos que tal apontamento apresenta uma sustentação frágil, primeiro, porque apenas três catedráticos foram nomeados sem concurso, porém nenhum deles inexperiente na esfera educacional: Azevedo, normalista e bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais; Antonio Ferreira Almeida Júnior, normalista e médico, e Roldão Lopes de Barros, normalista e bacharel. Segundo, pelo fato destes intelectuais não serem destituídos de mérito ou de experiência no campo cultural, pois além de publicarem livros e artigos em periódicos científicos, inclusive, sendo um deles editor, participavam de diferentes organizações científicas no país.

Nos textos de Nadai (1994, 1991), a extinção do IEUSP é explicada como parte da incapacidade deste Instituto se impor em um contexto no qual suas atribuições eram contrárias àquelas vigentes na sociedade. Independente de esta explicação apresentar fundamento, ela pareceu-nos parcial, pois as prerrogativas que o IEUSP se colocou foram parte constitutiva do processo de transformações sociais, políticas, econômicas e culturais que a sociedade brasileira vinha passando, desde o começo do século XX. Um processo marcado pelo papel da educação como instrumento privilegiado para responder ao crescente desejo de racionalização e de organização social.

Outro argumento, presente nos textos de Antunha (1974) e de Nadai (1994, 1991), para explicar o encerramento do Instituto foi a ausência de apoio a Fernando de Azevedo no interior da USP. Embora reconheçamos a pertinência deste apontamento, faz-se preciso explicá-lo. Talvez esta falta de apoio seja um tipo de represália – conjuntural – ao fato do IEUSP ter declarado, em 1936, na figura do seu Diretor, adesão ao projeto de reestruturação da FFCL, o que significou, em última instância, a adoção de uma postura contrária aos interesses defendidos pelas instituições congêneres ao Instituto. Assim, no contexto do ato desferido pelo Interventor, em 1938, tudo indica que o IEUSP tenha sido deixado à própria sorte.

Um ponto de vista distinto a respeito da extinção do IEUSP foi propiciado pelo trabalho de Toledo (1995)¹⁷⁵. Para esta autora, o encerramento do Instituto indicou a intenção do Estado – sob influência católica, inclusive, em postos-chave¹⁷⁶ – de esvaziar os projetos que se diferenciavam de sua diretriz educacional, isto é, consistiu em uma estratégia declarada de fazer oposição desestruturando os atores sociais concorrentes – como Azevedo e Anísio Teixeira – no campo cultural em processo de gestação. Neste contexto, a extinção do IEUSP (em 1938) e da UDF (1938) fez parte do mesmo processo político que, nos anos de 1940, impulsionou o surgimento do curso de Pedagogia no Brasil, sob as hostes católicas.

Assim, sobre o fechamento do IEUSP é:

[...] razoável supor que o que se pretendeu foi estancar um processo de crescimento do Instituto que o ejetaria a lugares acadêmicos e políticos, na cidade, no Estado e nacionalmente, pouco apreciáveis pelas forças contrárias [católicas]. Azevedo não tratava apenas de viabilizar a formação do professor em nível universitário, mas de articular de tal modo os vários graus de ensino que o Instituto viesse a ser modelo para o funcionamento do sistema educativo. Na verdade várias iniciativas vinham sendo tomadas no sentido de ampliar seu público, fosse com convites às delegacias regionais para visitas, fosse com conferências de seus professores, artigos na imprensa, publicação de livros, trabalhos conjuntos com outras instituições, ações assistencialistas, entre outras. [...] Funcionando o Instituto como um sistema reunia condições de propor à rede um projeto pedagógico de caráter global (EVANGELISTA, 1997, p.193).

¹⁷⁵ Não obstante Toledo (1995) ter pesquisado outra temática – a obra **A cultura brasileira** (1971a, [1943]), de autoria de Fernando de Azevedo – ela possibilitou pistas interessantes sobre a questão do fechamento do IEUSP.

¹⁷⁶ Os trabalhos de Cardoso (1982) e de Schwartzman, Bomeny e Costa (1984) possibilitam elementos interessantes para pensarmos as artimanhas católicas junto ao Estado, as quais visaram o fortalecimento deste grupo em detrimento dos empreendimentos de atores como Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, no contexto da década de 1930.

Evangelista (1997) identifica, na narrativa de Azevedo sobre o IEUSP, uma supressão dos fatos que resultaram na extinção do Instituto e, ao mesmo tempo, um modo bastante peculiar de contar a história sobre a formação do professor no ensino superior, na qual ele foi um dos protagonistas. Talvez, uma diretriz para entendermos esta especificidade possa ser buscada na argumentação de Toledo (1995).

Esta autora demonstrou, em sua interpretação sobre a obra **A cultura brasileira** (1971a [1943])¹⁷⁷, que ao ser escrita, pouco tempo depois do encerramento do IEUSP como introdução do primeiro recenseamento nacional do IBGE, em 1940 – ou seja, sob o “timbre do oficialismo” – ela pôde converter-se em uma fonte de referência para a história da educação no Brasil. O que forneceu a seu autor a oportunidade de estabelecer:

[...] uma determinada leitura da história que lhe interessava, na medida em que firmara a identidade dos grupos em conflito, sua ação e o modo como deveriam ser entendidos os acontecimentos – notabilizando a si mesmo e se projetando como marco fundamental, num momento em que seu projeto político parecia estar derrotado – excluindo, portanto, a “derrota” política dos embates no campo da Educação [...] (TOLEDO, 1995, p.166). (Aspas da autora).

Desse modo, ao voltarmos às inquietações de Evangelista (1997), sobre a forma fragmentária de Azevedo referir-se à história do IEUSP, é possível sugerirmos que isto possibilitou a este sociólogo, de um lado – não romper relações seja com o poder público seja com alguns dos antigos aliados do “grupo da comunhão paulista”¹⁷⁸. E, de outro, instituir uma maneira de abordar a história educacional brasileira na qual apenas os aspectos vitoriosos dos seus empreendimentos – inclusive, os do IEUSP – pudessem ecoar se tornando parte da memória oficial a respeito da educação no Brasil.

Supomos que a iniciativa pioneira de formação docente no ensino superior, representada pelo IEUSP, contribuiu para promover a institucionalização das Ciências Sociais fontes da Educação, dentre elas, a Sociologia, ao criar e ampliar a demanda por

¹⁷⁷ Segundo Toledo (1995) este livro foi, simultaneamente, científico – devido a sua metodologia e interpretações – e político, pelo lugar de sua artesanaria e por algumas de suas concepções sobre a educação no Brasil.

¹⁷⁸ Diferente do trabalho de Nadai (1994, p.169), que estabelece o IEUSP como “[...] uma das instituições mais flagrantemente identificadas à *Comunhão* [...]”, corroboramos com a idéia de Evangelista (1997), de acordo com a qual tal empreendimento institucional não fez parte dos interesses da “comunhão paulista”. Para Evangelista (1997), esta hipótese se sustenta ao considerarmos a ausência de manifestação pública por parte da “comunhão”, na conjuntura de extinção do Instituto.

obras especializadas; segundo, ao lançar os alicerces, junto à opinião pública e ao governo, de uma visão sobre o valor das pesquisas sociais para orientar o processo de modernização institucional do Estado e da sociedade brasileira. E, terceiro, ao propor o vínculo entre a Sociologia e Educação como um caminho fundamental para orientar a mudança social no país, dentro da ordem.

CAPÍTULO III

UM INTÉRPRETE DO BRASIL

“A posteridade abrevia; e está no seu direito, pois que escrevemos para ela; e é seu dever também, e, por menos que pareça, um dever piedoso, pois não abrevia senão para não perder tudo”

E. Faguet, Princípios de Sociologia (apud Azevedo, 1954a [1935], s/p).

Na produção teórica de Azevedo incluíram-se publicações em colaboração com outros autores; volumes organizados por Azevedo; introduções e prefácios nos trabalhos de diferentes intelectuais; artigos em periódicos especializados e livros publicados por várias editoras e, em diferentes idiomas, no Brasil e no exterior. Considerar a totalidade desta produção ultrapassaria nossos objetivos, desse modo, optamos em selecionar somente alguns livros de sua autoria para objeto de diálogo.

Neste caminho, um aspecto que precisa ser reconhecido é o fato da obra e da trajetória de Azevedo terem se inscrito nos quadros de uma sociedade em transformação, e, isto, ter se refletido em sua maneira de expor; bem como nos temas abordados e na recepção que sua obra recebeu. Outro aspecto refere-se à adoção do termo ensaio como uma alternativa para pensarmos a respeito do legado deste sociólogo.

O termo ensaio compreende uma maneira de apontarmos que a produção de Azevedo transitou no campo científico e no literário construindo um conhecimento aberto, seja em virtude de seus conteúdos seja de sua forma. Ou seja, tal conceito nos possibilita caracterizar seu trabalho como um tipo de produção “[...] que não pretende esgotar um assunto, mas o aborda de maneira original e pessoal [...]” (QUEIRÓZ, 1994, p.59).

Assim, ao voltarmos nosso olhar para alguns aspectos da obra teórica de Azevedo, procuramos contemplar, mesmo que parcialmente, os debates de seu tempo, lembrando, porém, que as influências teóricas que este autor sofreu e legou encontraram-se para além do entendimento do contexto de criação de seus trabalhos. Desse modo, buscamos reconhecer a existência de um “antes” e um “depois” nas obras enquanto elementos constitutivos do texto como estilo e visão de mundo. Por outro lado, é importante salientar que não realizamos uma exegese interna dos livros, mas uma interpretação sintética e seletiva de determinadas dimensões destes trabalhos que

nos possibilitasse desvelar o significado e o papel da Sociologia assim como o da matriz institucional, em sua abordagem histórica. Tal interpretação contemplou como hipótese a presença de um fio condutor no material por nós selecionado, seja na maneira de Azevedo escolher as teorias e metodologias sociológicas, seja na de aplicá-las para a análise da realidade social brasileira, ou ainda, em algumas explicações e propostas realizadas por ele.

No interior de sua produção, destacamos os seguintes livros: **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955]); **A cultura brasileira** (1971a [1943]); **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a); **Da educação física** (1960a [1915]); **A educação entre dois mundos** (1958c); **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]); **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932]); **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]); **Sociologia educacional** (1954b [1940]) e **Um trem corre para o oeste** (1950). Vale ressaltar que esta seqüência não representou a ordem de mobilização desta literatura no texto.

Embora reconheçamos entre estes livros a existência de alguns com maior e, outros, com menor enfoque nas Ciências Sociais – conforme as sugestões presentes nos artigos de Candido (1994a)¹⁷⁹ e de Queiróz (1994)¹⁸⁰ – optamos por aproximá-los desconsiderando tal diferenciação, isto deveu-se ao fato de entendermos que, nestas obras, o pensamento de Azevedo se colocou como um desafio constante, de um lado, perscrutar os caminhos práticos da organização e da mudança social no Brasil. E, de outro, propor diretrizes para pensar cientificamente – ou seja, se empenhou em apresentar, a partir de uma refinada seleção e organização, parte significativa do instrumental teórico-metodológico da Sociologia produzido interna e externamente, até meados do século XX. Isto remeteu este autor, mesmo quando o cerne de sua obra não era esta ciência, a refletir a respeito do seu legado científico – teórico e prático – para o desenvolvimento do país, e, desse modo, para uma abordagem da cultura e da educação.

¹⁷⁹ Candido (1994a) elaborou a seguinte tipologia para classificar as obras de Azevedo: “livros simples” e “livros compostos”; os primeiros se caracterizaram por representar uma unidade, em torno de temas definidos; em sua maioria foram ordenados em pares sucessivos. Exemplos: **Princípios de Sociologia** e **Sociologia Educacional**; **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** e **Um trem corre para o oeste**, etc. Já os livros “compostos” compreenderam reuniões de artigos e de palestras realizados em diferentes momentos por Azevedo. Vale destacar que sendo tal ordenamento didático ele influenciou apenas tangencialmente em nossa escolha ou na aproximação dos e entre os referidos livros.

¹⁸⁰ Queiróz (1994) apontou que no conjunto de livros de Azevedo – vinte e seis (26) publicados – apenas seis (6) poderiam ser classificados como pertencentes às Ciências Sociais. Não obstante esta classificação, a intérprete salientou que sua influência como sociólogo não se restringiu a tais livros. Ao corroborarmos com esta última consideração contemplamos, além das obras citadas por Queiróz (1994), outras.

1. *Educação Física, Novos caminhos e novos fins e A Cultura Brasileira*

“Fernando de Azevedo foi, dentro de sua geração, uma figura singularmente acima do seu tempo. As propostas de reforma educacional que endossou receberam um violento ataque reacionário e conservador, raro na cena brasileira. [...] O paradigma da educação pelo qual se bateu não cabia dentro do horizonte cultural estreito e egoísta das elites no poder”

Florestan Fernandes, A contestação necessária (1995, p.180).

Para entendermos Azevedo enquanto um intérprete do país faz-se preciso destacar sua concepção sobre o significado e o papel das ciências, principalmente da Sociologia, no desenvolvimento da sociedade brasileira, presente inicialmente na obra **Da educação física** (1960a [1915]); depois, como resultado de uma experiência vivenciada com sua contribuição, retratada no livro intitulado **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932]); bem como enquanto abordagem teórico-metodológica para interpretar a realidade social do país – a partir do texto **A cultura brasileira** (1971a [1943]).

A principal referência encontrada por nós sobre o livro de Azevedo, **Da educação física** (1960a [1915]), foi escrita por Camargo (1995). Esta estudiosa dedicou-se a reconstruir a biografia-trajetória deste autor, assim como uma interpretação da referida obra. Para Camargo, tal livro condensou a “[...] concepção pedagógica de ensino que [Azevedo] receb[eu] dos jesuítas [a qual] incluía a cultura física, moral e intelectual” (CAMARGO, 1995, p.45). Neste contexto, a formação jesuítica teria influenciado tanto na arteficialidade desta obra quanto nas atividades de Azevedo, como professor – de latim e de literatura – e enquanto crítico literário.

O surgimento do livro **Da educação física** (1960a [1915]) vincula-se a experiência vivenciada por seu autor no Ginásio em Minas Gerais, em 1913, ao atuar como professor substituto – na cadeira de Latim. Nesta instituição, Azevedo encontrou um quadro desolador no que se referia à cadeira de Instrução Física e Militar; ou seja, a ginástica encontrava-se negligenciada pela proeminência das armas.

Semelhante quadro teria lhe estimulado a organizar um projeto de lei, cuja finalidade era remodelar a ginástica desenvolvida no Ginásio, e apresentá-lo ao governo do Estado de Minas Gerais. Este projeto parece ter possibilitado a Azevedo, por um lado, a oportunidade de abandonar sua situação de insegurança profissional, pois, àquela época, trabalhava como professor substituto; e, por outro, de desenvolver uma proposta

de educação física até então incomum no país. Desse modo, iniciou-se com sua atuação “[...] uma campanha por uma nova concepção de Educação Física nesse estabelecimento de ensino” (CAMARGO, 1995, p.66).

De acordo com a visão de Azevedo, a respeito da educação física, era imprescindível estabelecer uma ginástica racional, na qual o professor da cadeira tivesse “[...] uma formação teórica sobre essa área de conhecimento e considera[sse] a formação física, parte de uma educação integral” (CAMARGO, 1995, p.68). O projeto que apresentou ao governo contemplava tal filosofia e, ao mesmo tempo, possibilitava que a referida cadeira fosse disputada por meio de concurso público.

Diante desta possibilidade, Azevedo candidatou-se ao cargo com o trabalho **A poesia do corpo**¹⁸¹, mas foi preterido por outro candidato¹⁸². Embora este resultado tivesse lhe causado frustração, a experiência parece ter servido para confirmar sua opinião sobre a relevância do concurso como um procedimento idôneo para que as pessoas alcançassem os cargos públicos. A defesa deste instrumento para a carreira pública acompanhou sua trajetória como intelectual e administrador.

A conjuntura brasileira em 1915, ano de surgimento da obra **Da educação física** (1960a [1915]), foi marcada pela compreensão segundo a qual o Brasil vivia uma profunda crise intelectual e moral e, de outro, pela preocupação com a construção da nacionalidade. No contexto de criação desta última, Fernando de Azevedo adotou a idéia de ‘regeneração social do país’ tendo como estratégia a educação física. Ou seja, passou a definir a escolarização como um instrumento fundamental para vencer o “atraso” do Brasil. Como vários atores sociais do começo do século XX – á guisa de exemplo, Olavo Bilac, Monteiro Lobato, etc. – este intelectual entendia que o país vivia um rebaixamento moral e que era papel da intelectualidade colaborar para transformar este quadro.

Dentre as idéias que foram publicizadas no livro **Da educação física** (1960a [1915]) e aprimoradas, posteriormente, podemos destacar as que defendiam que a educação deveria: 1) resultar em um equilíbrio entre o corpo e o espírito; 2) colaborar para o progresso do país por meio da criação de uma população saudável – mental e

¹⁸¹ O título foi modificado posteriormente para **Da educação física** (1960a [1915]).

¹⁸² A partir de pesquisas na documentação referente ao concurso no Ginásio de Minas Gerais; Camargo (1995) afirmou que a recepção da tese defendida por Fernando de Azevedo, assim como sua desenvoltura na defesa parecem ter induzido este autor a narrar, equivocadamente, em seu livro de memórias, **História de minha vida** (1971b), que ele havia sido o primeiro colocado do concurso e, injustamente, não nomeado pelo governo. De fato, expôs Camargo (1995), Azevedo foi aprovado, mas em segundo lugar.

fisicamente – e preparada para atuar no mercado de trabalho; e 3) romper com o empirismo, ao valorizar a formação do professor e estabelecer como seu lócus o ensino superior. Neste sentido, Azevedo reconhecia que dependia da preparação deste ator a potência transformadora do ato de educar.

A concepção de educação proposta por Azevedo, já em seu primeiro trabalho teórico, contemplou a idéia de desenvolvimento integral dos alunos. Os conhecimentos provenientes da Biologia e da Psicologia colaboraram para fundamentar sua visão sobre a educação. Para Camargo (1995), ao mobilizar tais conhecimentos, Azevedo antecipou uma tendência que foi amplamente difundida no Brasil por intermédio do movimento da escola nova. Um movimento que teve neste sociólogo uma de suas principais lideranças no país.

Em **Da educação física**, Azevedo (1960a [1915]) vinculou a cultura desenvolvida no decorrer da Idade Média à ruína do corpo, pois interpretou como parte do legado cultural da Igreja Católica a elaboração de uma visão de mundo na qual o corpo tornou-se antagonista do espírito. Ainda neste livro, reconheceu como seus interlocutores, a respeito do tema da educação física, somente os intelectuais que foram considerados pela literatura estrangeira especializada como os “[...] teóricos que institucionalizaram a ginástica no séc. XVIII e [no] XIX [...]” (CAMARGO, 1995, p.166). Desse modo, é possível sugerirmos que Azevedo privilegiou uma perspectiva institucionalista para abordar a história desta área do conhecimento, à medida que enfatizou os trabalhos de autores “[...] que em seus países deram à ginástica e à educação física um estatuto oficial, uma organização estável [...]” (CAMARGO, 1995, p.167)¹⁸³.

A produção teórica que mais colaborou para orientar este livro “[...] de Fernando de Azevedo foi produzida por médicos e educadores numa tendência higiênica” (CAMARGO, 1995, p.177). Apesar de não ser isenta de estereótipos a respeito do homem e da mulher, esta tendência também compreendeu uma perspectiva moderna, ao realizar a defesa da educação física feminina como elemento importante para a regeneração da população; inclusive, destacando o papel social da mulher na educação informal e formal das gerações.

¹⁸³ De acordo com Camargo (1995), a orientação institucionalista seguida por Azevedo nesta obra parece ter influenciado vários artigos, dissertações, teses e livros sobre educação física, escritos por diferentes autores brasileiros, no final do século XX. Semelhante afirmação pautou-se nas consultas bibliográficas realizadas por Camargo (1995), no processo de artefactualização de seu trabalho.

As colocações de Azevedo (1960a [1915]), em torno da necessidade de combater à fadiga e de realizar exercícios ambidestros, foram definidas por Camargo (1995) como conservadoras, por vislumbrarem tornar os corpos mais produtivos como força de trabalho. A despeito desta visão de Camargo (1995) não nos parecer arbitrária, à medida que fazia parte das apreensões deste autor contribuir para melhorar a preparação do trabalhador brasileiro, ela pode ser considerada parcial; afinal, se sobressaía no horizonte intelectual de Azevedo a preocupação de colaborar para a construção de uma nação saudável, isto é, de combater as doenças em voga no período, em particular, a tuberculose¹⁸⁴.

Assim, embora o pensamento deste autor fosse influenciado por teorias eugênicas, estas parecem ter exercido um papel secundário em sua concepção de formação da nacionalidade, pois diferente da higiene, a eugenia reduzia, significativamente, a margem de atuação para solucionar os problemas sociais diagnosticados por ele, e por outros autores no período. Foi o referencial higiênico que permitiu a Azevedo poder afirmar, nos anos de 1910, que o Brasil atravessava:

[...] *um período de plasticidade e elasticidade*, porque, não tendo uma civilização homogênea e antiga, para manter um tipo anteriormente adquirido, e devendo *resultar de uma fusão de raças este tipo psíquico-morfológico*, o “homem novo” será entre nós (para usar uma expressão de Taine) “uma argila tôda mole e flexível ainda e capaz de dobrar-se e adaptar-se *sob a pressão física* (a pressão do meio, do regime alimentar e do exercício), contra a qual seu passado não lhe fornece suficiente apoio” (AZEVEDO, 1960a [1915], p.140-141). (Itálico e aspas do autor).

Diante do exposto, as teorias higiênicas parecem ter propiciado a base para a conceituação que Azevedo realizou sobre o significado e as possibilidades da educação física na construção de um país saudável e moderno. E, desse modo, parecem ter orientado o modelo de ginástica pedagógica formulado por ele. Um modelo que se caracterizou: 1) por não necessitar de grandes dispêndios com aparelhos de ginástica; 2) por estabelecer como fundamental destinar verbas para construir espaços higiênicos, pois estes é que serviriam aos propósitos de assegurar educação e saúde aos praticantes; 3) por atribuir importância aos jogos até os onze (11) anos de idade, para estimular a cooperação e a criatividade; 4) por respeitar a questão das diferenças individuais – apoiando-se nas contribuições teórico-metodológicas da Psicologia e da Pedagogia

¹⁸⁴ A doença que vitimou e conduziu a morte seu irmão, Mário de Azevedo.

Experimental; 5) por compreender que o fim da ginástica deveria ser moralizador – de controle social – e não voltado para o prazer (uma visão dominante no Brasil, no período em que sua obra foi escrita), e 6) por instituir sua relevância para o combate ao raquitismo.

A partir destas considerações é possível apontarmos que a visão de educação apresentada no livro **Da educação física** (1960a [1915]) contemplou a apreciação do “[...] método, [d]a ciência, [d]a técnica, [d]a ordem, [d]a eficiência, [d]o adestramento e [d]a disciplina” (CAMARGO, 1995, p.318) no projeto de construção de uma sociedade que almejava tornar-se moderna.

O ponto de convergência entre a definição de educação física – e sua finalidade social, presente na obra de Fernando de Azevedo – e a política realizada pelo Estado nesta área consistiu, prioritariamente, na valorização “da ordem e da disciplina” para administrar o país. O repertório teórico azevediano que propiciava sustentação a uma visão ampliada sobre a educação – na qual o ser humano era concebido de modo integral e a democracia enxergada como um processo – foi relegado ao esquecimento pela política estatal implantada.

De acordo com Totti (2003)¹⁸⁵, nos anos de 1930, foi incisiva a tentativa dos militares de influenciar a concepção de educação – em particular, a de educação física – na gestão do Ministro da Educação e da Saúde, Gustavo Capanema. Um dos caminhos encontrados por estes atores sociais para intervir nas diretrizes da política nacional para o setor foi a criação da Direção de Educação Física, cujo objetivo compreendeu interferir, diretamente, na formação do profissional desta área. A atuação de alguns segmentos das forças armadas do país, no período, colaborou para imprimir, como características da política de nacionalização do ensino, a preocupação com o revigoramento físico da população e a presença do racismo.

Não obstante a concepção de Azevedo a respeito da educação física – e, neste sentido, sobre o papel da ciência na superação do “atraso” do país – não tenha encontrado condições favoráveis para tornar-se a principal força orientadora da política nacional para esta área no Brasil; este autor se deparou com uma oportunidade de

¹⁸⁵ Totti (2003) aborda o tema da educação física, apenas de maneira secundária, pois o objeto central de seu trabalho consiste em tentar estabelecer as influências teóricas que orientaram o pensamento educacional de Fernando de Azevedo.

colocá-la em prática em âmbito estadual, ao ser convidado¹⁸⁶, em 1927, para realizar uma reforma educacional no Rio de Janeiro.

Derivou desta experiência como reformador a publicação do livro **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932])¹⁸⁷. Obra que se caracterizou por condensar uma coletânea de conferências que marcaram o empenho de Azevedo em esclarecer, sensibilizar e buscar o apoio da opinião pública para sua política educacional, ao ocupar o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal¹⁸⁸ – entre os anos de 1927 e 1930.

O convite para o referido cargo foi resultado, dentre outras razões, do trabalho desenvolvido por Azevedo na organização e execução do Inquérito sobre a Educação Pública no Estado de São Paulo, em 1926. Segundo Toledo (2001), a obra **Novos caminhos e novos fins** (1958e [1932]) consistiu em uma resposta deste sociólogo às acusações realizadas contra ele e contra sua gestão – como Diretor da Instrução Pública no Rio – por parte dos intelectuais católicos. Ou seja, esta publicação atuou para justificar e difundir no meio cultural, político e educacional brasileiro os ideais da escola nova, a partir de um exemplo de sua aplicação prática na realidade social do Estado do Rio de Janeiro.

Para implantar a reforma relatada no livro, Azevedo procurou estabelecer uma idéia de continuidade nas concepções e nos propósitos educacionais, em relação a seus antecessores no cargo – Renato Jardim e, antes deste, Carneiro Leão. Esta estratégia foi bem-sucedida, de tal modo que Jardim aceitou tornar-se um dos seus colaboradores na gestão. Uma das primeiras providências de Azevedo no cargo foi coordenar a execução de um recenseamento escolar para construir um diagnóstico mais preciso sobre a situação da educação no Distrito Federal.

Diante dos resultados do censo, este sociólogo elaborou um plano de reorganização da Diretoria da Instrução Pública, no qual constou a alteração do ensino normal; a construção de novos prédios; a organização do ensino primário, que se tornou gratuito e obrigatório; a remodelação das escolas, seguindo a vocação econômica da

¹⁸⁶ O convite foi feito pelo prefeito do Distrito Federal, Antonio Prado Júnior, com a indicação do Presidente da República, Washington Luís.

¹⁸⁷ Este trabalho inaugurou os lançamentos da coleção científica *Atualidades Pedagógicas* dirigida por Azevedo, na Cia. Editora Nacional.

¹⁸⁸ Os textos de Piletti (1994a, 1983) dedicaram-se a estudar a atuação de Azevedo, no referido cargo, enfocando, em detalhes, a Reforma do Distrito Federal. Embora tal abordagem e tema sejam relevantes, trataremos deles somente de modo tangencial. Desta forma, para um estudo aprofundado consultar, principalmente, Piletti (1983).

região – isto é, com possibilidades de especialização técnica para o comércio, para indústria, ou ainda, para a agricultura; a obrigatoriedade da ginástica pedagógica em todas as escolas e a construção de praças de jogos próximas a estas instituições (o que lhe permitiu retomar e implementar parte de suas idéias sobre a educação física, na perspectiva higiênica); a formação dos professores, e o desenvolvimento de uma relação de parceria com estes atores, os quais foram vistos como os principais agentes seja para o sucesso seja para o fracasso da reforma.

Segundo Azevedo (1958e [1932]), o aspecto social da educação colocou em destaque três princípios que conformaram a organização escolar, inspirada nos ideais da escola nova, implantada por ele: 1) o princípio da escola única; 2) o da comunidade e 3) o da escola do trabalho. Estes preceitos compuseram sua visão de ciência social e de sociedade. Assim, por meio da concepção de escola única, este sociólogo entendeu ser possível assegurar a todos os segmentos sociais, independentemente, de condição social, gênero, etc., condições dignas de vida e oportunidades concretas de mobilidade social.

Mediante os princípios de escola da comunidade e do trabalho, Azevedo (1958e [1932]) enxergou a capacidade de construir uma sociedade diversa, porém coesa, solidária, na qual os vários atores sociais pudessem ser educados, isto é, formados – inclusive, tecnicamente – para desenvolverem ao máximo suas distintas potencialidades físicas e intelectuais; e, a partir disso, se reconhecerem como partes integradas ao todo, isto é, ao Brasil.

Estes preceitos não foram forjados por Azevedo como parte do projeto modernizador do Estado brasileiro, na conjuntura dos anos de 1930. Contudo, a existência de confluência entre sua preocupação com a unidade nacional e alguns interesses apresentados pelo governo – como o de estabelecer o controle sobre a população; o de fornecer mão-de-obra qualificada; ou, ainda, o de construir uma imagem, para dentro e para fora do país, de nação coesa – colaborou para que tais princípios passassem a compor a agenda do Estado para a política nacional do setor. Vale destacar, no entanto, que tais preceitos foram instituídos mantendo-se permeados por arestas. Afinal, o governo os associou às idéias educacionais dos intelectuais católicos, ignorando qualquer potencial democrático que eles pudessem apresentar.

Azevedo (1958e [1932]), em **Novos caminhos e novos fins**, concebeu a Sociologia como um dos instrumentos fundamentais para nortear os supracitados princípios; ela se tornou parte constitutiva de sua visão sobre a formação dos professores. A preocupação com a formação compreendeu outro traço permanente da

obra deste sociólogo. A tal ponto que – ao atuar como reformador no Distrito Federal, nos anos de 1920 – colocou este tema no centro da reforma do ensino normal. Para Azevedo (1958e [1932]), o fato dos professores serem os responsáveis pela transmissão, de forma ativa, tanto do conhecimento quanto da prática dos métodos científicos às novas gerações, justificava a inserção desta ciência em sua formação. Desse modo, a Sociologia:

[...] não se prop[unha] sòmente a fornecer “novos materiais ao nosso ensino”, mas a atingir as suas idéias diretrizes e as suas tendências próprias, ajudando-nos a “tomar uma consciência mais nítida de nossa função social”.

Pois, se é certo que, colocando os professôres em face dos problemas postos pelas pesquisas sociológicas, se consegue “imprimir a seus espíritos uma orientação geral”, de que todo o ensino poderá beneficiar-se, é verdade também que o confronto do sistema pedagógico com “o conjunto do sistema social” levará o professor a compreender melhor o lugar da escola na vida e os limites de seu “círculo de ação”. [...] Dir-se-ia, de fato como observou C. Bouglé, que a escola pode “tudo”, e que “dominar a escola é dominar toda a sociedade” (AZEVEDO, 1958e [1932], p.97-98). (Aspas do autor).

Embora entendesse os limites que os contextos político, econômico, social, cultural, etc. impunham a instituição escolar, Azevedo (1958e [1932]) valorizou a escola como um lócus fundamental para o desenvolvimento da criticidade dos diferentes segmentos sociais presentes na população; ou seja, para a capacitação destes atores de modo que eles pudessem realizar associações entre os fatos e os porquês, envolvendo o passado e o presente, e, assim, delinear perspectivas para o futuro.

Neste sentido, o espaço escolar foi reconhecido, na obra deste intelectual, por permitir fomentar, de um lado, a robustez física dos referidos segmentos e, de outro, sua inteligência; permitindo a construção de opiniões bem fundamentadas a respeito de seus limites e possibilidades enquanto sujeitos históricos. Ao considerarmos o potencial da educação para a transformação das mentalidades torna-se possível sugerirmos um sentido para a afirmação de Azevedo (1958e [1932], p.98) em **Novos caminhos e novos fins**, segundo a qual, “dominar a escola é dominar toda a sociedade”.

Não parece ter existido na produção teórica deste sociólogo uma visão ingênua em relação à educação, tampouco, uma ruptura ao compararmos sua concepção nos anos de 1920 e nos de 1950. A diferença existente nos seus escritos, entre um momento e o outro, parece ter sido resultado de questões conjunturais; pois enquanto nos anos de 1920, havia uma esperança quase inquebrantável no poder da educação no Brasil, no

final dos anos de 1950, as experiências na área educacional propiciavam um legado fragmentado, permeado por avanços e retrocessos, na qual se sobressaíram os últimos¹⁸⁹.

Em 1927, o Jornal “A Noite” indagou a Fernando de Azevedo sobre as características de sua Reforma no Distrito Federal. Ao responder, ele afirmou que a Reforma não apresentava um cunho burocrático e definiu seu modelo de escola, nos seguintes termos:

É a escola essencialmente democrática – acolhedora, igualitária, produtiva. Estará aberta a todos, ricos e pobres. A criança pobre aprenderá ali a trabalhar. A criança rica, trabalhando igualmente, aprenderá a respeitar o trabalho alheio. Mais tarde, quando as condições econômicas e sociais apartarem em castas a primitiva multidão haverá entre pobres e ricos entendimento tácito, simpatia familiar adquirida no primeiro convívio – uma razão legítima, portanto, de unidade e de cooperação. A escola criada é a escola do movimento, da saúde, da moralidade, da consciência econômica e da consciência política (AZEVEDO, 1958e [1932], p. 223).

Azevedo (1958e [1932]) reconhecia nesta proposta de escola a possibilidade de construir no Brasil uma nação coesa e democrática. O que para este sociólogo significava uma sociedade com condições de inserção e de ascensão social, política e cultural, sem, contudo, questionar a existência ou a permanência do princípio de hierarquia social. Esta posição do autor foi apontada, por diferentes intérpretes, como o limite de sua concepção de democracia.

A trajetória deste sociólogo, depois da Reforma no Distrito Federal até a arteficialidade da obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]), foi marcada por sua atuação enquanto Diretor da Instrução Pública do Estado de São Paulo, em 1933; por colaborar para a criação do Instituto de Educação (IEUSP), em 1933 – e da FFCL da USP, em 1934; por consolidar seu projeto editorial na Cia. Editora Nacional; e por fundar e presidir a instituição que deu origem a SBS, dentre outras realizações; mas, também, pelo fortalecimento da presença dos intelectuais católicos no campo cultural, educacional e editorial brasileiro, e, neste sentido, por intensos embates de idéias, além de disputas em torno dos recursos financeiros e de reconhecimento para influenciar no

¹⁸⁹ Vale destacar que as palavras “tudo” e “toda” presentes no trecho do livro de Azevedo (1958e [1932]), acima selecionado, apenas compuseram sua ênfase discursiva, pois foram parte de uma conferência ministrada por este autor, a pedido da ABE, para um público amplo na década de 1930.

direcionamento político das mudanças sociais no país, conforme já salientamos em outros momentos.

Dentre as implicações deste cenário de lutas podemos destacar o veto realizado por Alceu Amoroso Lima – ao nome de Fernando de Azevedo, para o cargo de Diretor Geral da Educação, em 1935 – junto ao Ministro Gustavo Capanema; o fechamento do IEUSP, em 1938; a tentativa de sua aposentadoria compulsória – pelo Interventor de São Paulo, Ademar Pereira de Barros, também neste ano, etc. No contexto de investidas contra o trabalho desenvolvido por Azevedo e, diante de sua expectativa frustrada, pela emergência do Estado Novo, de tornar-se Ministro da Educação e da Saúde¹⁹⁰, ele recebeu – por meio de correspondência confidencial – o convite de Teixeira de Freitas para presidir a comissão censitária do primeiro recenseamento do IBGE, em 1940.

Azevedo parece ter vislumbrado neste convite a possibilidade de conquistar maior trânsito político para suas propostas. Entretanto, ao constatar que para o empreendimento do censo os recursos destinados pelo governo encontravam-se abaixo do que seria necessário para um bom funcionamento do trabalho, e ao perceber que ao ocupar a direção da comissão ficaria a mercê de Francisco Campos, Azevedo não hesitou em abdicar desta oportunidade. Contudo, segundo Toledo (1995), para não trazer problemas – para Teixeira de Freitas e para ele próprio – alegou incompatibilidade entre o seu estado de saúde e o esforço que tal empreendimento requereria.

Aproveitando-se da conjuntura de aproximação com o governo federal, Azevedo realizou uma contraproposta em relação ao censo: escrever uma monografia na qual pudesse tomar como objeto o que o recenseamento não poderia alcançar pelos números e, simultaneamente, propiciar inteligibilidade aos dados censitários; neste sentido, propôs redigir uma obra de introdução ao censo¹⁹¹, assim como fez Oliveira Vianna, em 1920.

¹⁹⁰ Com uma possível eleição de Armando de Salles Oliveira para o cargo de Presidente da República, em 1937, o nome de Fernando de Azevedo era o mais cotado para tal Ministério. Tendo em vista que o Estado Novo inviabilizou a realização das eleições semelhante possibilidade foi descartada.

¹⁹¹ É interessante ponderar que, ao consultarmos o livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]), constatamos que Azevedo contou uma história diferente dessa, ou seja, apontou que a proposta de escrevê-lo como uma introdução ao recenseamento partiu de outros atores e não dele. Desse modo, afirmou o autor, “[...] em 1939, alguns de meus melhores amigos a solicitar-me colaboração de outra natureza. Que ao menos tomasse a mim o encargo de escrever a Introdução ao Recenseamento de 1940, uma vez que declinara da incumbência de lhe dirigir os trabalhos” (AZEVEDO, 1971a [1943], p.21). Com semelhante discurso, Azevedo parece ter almejado criar sobre sua obra uma aura de prestígio, e para isto, procurou ofuscar seu interesse em realizá-la.

Ao refletir sobre a estrutura do livro proposto por Azevedo para apresentar o censo, **A cultura brasileira** (1971a [1943]), Toledo (1995)¹⁹² afirmou que foi por meio da seleção:

[...] do tema e pela escolha dos recortes analíticos [que] Azevedo transform[ou] o espaço da Introdução do Censo em uma ação política de ereção de um monumento para si mesmo e para os demais “derrotados”, fazendo com que a derrota política se transformasse em vitória pela história. Índícios dessa perspectiva de Azevedo inscrita em sua obra é o fato de não haver qualquer tipo de referência aos motivos pelos quais se dá a saída de Anísio Teixeira [do cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, em 1935] quando, em *A Cultura Brasileira*, sua Reforma ganha destaque; ou mesmo não haver qualquer referência ao fechamento do Instituto de Educação [IEUSP], que abalou tão fortemente a vida de Azevedo (TOLEDO, 1995, p.92). (Aspas e itálico da autora).

Portanto, foi por intermédio desta obra que o “[...] Intérprete suprim[iu] da história a derrota do Educador” (TOLEDO, 1995, p.92). De certo modo, é possível aventarmos que a participação política de Azevedo no cenário cultural brasileiro tenha funcionado como um diferencial que o qualificou como intérprete. Ou seja, a análise deste intelectual parece ter se tornado “[...] legitimada pelo lugar onde [...] [foi] produzida, pelo método científico adotado e pela sua própria participação e testemunho da ‘história mais recente’. Essa ‘legitimidade’ pode ter contribuído para que sua

¹⁹² O texto de Toledo (1995) é significativo por dedicar-se a analisar o processo de produção do livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]), sua repercussão e sua lógica interna. Um dos destaques da abordagem desta autora refere-se à interpretação que realiza das fontes citadas na obra. A partir do estudo deste material, Toledo (1995) procura reconhecer os modos como Azevedo articulou e utilizou as fontes, quais os “pesos” e “funções” que elas encerraram no trabalho. Segundo Toledo (1995), verifica-se a existência de três tipos de fontes no livro: as obras conformadoras, as quais pertencem, em sua maioria, a escola de sociologia francesa durkheimiana; as obras de consenso teórico, que são mobilizadas para compor e reforçar as interpretações preconizadas por Azevedo; e as fontes informativas, que contribuem para fornecer os dados sobre os acontecimentos sintetizados nas análises deste autor (a origem da maioria dos autores deste tipo de fonte é brasileira). Divergimos parcialmente, não da classificação das fontes sugerida por Toledo (1995), mas de sua argumentação sobre o motivo das obras de consenso teórico serem de origem estrangeira. Para esta autora, este fato poderia ser explicado por Azevedo considerar “[...] o grau de desenvolvimento da cultura brasileira ainda aquém da produção teórica desejável, não podendo, portanto, contribuir para uma discussão mais profunda, bem como com o avanço da ciência”. Assim, diferente desta autora, sugerimos que o fato deste sociólogo apoiar-se em obras de origem estrangeira talvez tenha objetivado demonstrar a capacidade dos intelectuais brasileiros de se apropriarem de um instrumental teórico-metodológico, desenvolvido em outras realidades sociais; realizando, de modo eficiente, adaptações para a interpretação do Brasil. Com tal utilização, Azevedo parece ter pretendido frisar a existência de um diálogo com as produções estrangeiras e não uma submissão a elas. De qualquer maneira, convergimos com o apontamento geral de Toledo (1995) sobre este livro, segundo o qual “[...] [l]onge de ser uma construção eclética, a obra de Azevedo é fruto de um método que conforma a análise à interpretação e o próprio modo pelo qual o Autor concebe a articulação de suas fontes e a estrutura lógica de seu trabalho” (TOLEDO, 1995, p.143).

interpretação tenha se transformado em memória [oficial] da História da Educação Brasileira” (TOLEDO, 1995, p.95, aspas da autora).

A despeito de não ser um procedimento constante, seja na obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]) seja em outros livros de autoria de Fernando de Azevedo; este autor buscou alertar, já no prefácio desta obra, que “[...] embora tenha procurado sempre considerar objetivamente [os problemas pesquisados], sem querer sôbre êles emitir juízos de valor, [...] uma vez por outra se [...] [insinuou] na apreciação dos fatos a [...] [sua] própria escala de valôres” (AZEVEDO, 1971a [1943], p.27). Semelhante apontamento sugere que este sociólogo apresentava consciência das dificuldades que envolviam a produção científica.

No entanto, seja por sua opção teórico-metodológica funcionalista-estruturalista, seja em virtude de seu compromisso público, como parte da *intelligentsia* brasileira, Azevedo parece ter potencializado em seus trabalhos – e nas obras dos demais atores pertencentes ao campo sociológico – as dimensões conceituais que propiciavam diálogos, ou seja, que permitiam convergências. Este procedimento parece ter sido uma característica fundamental de sua interpretação no livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]); bem como em sua proposta de agenda para a institucionalização da Sociologia no Brasil, sob inspiração durkheimiana¹⁹³.

Entretanto, diferente do supracitado livro, que prima pela presença dos diálogos teóricos, os manuais **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) e **Sociologia Educacional** (1954b [1940]) parecem apresentar, para além das convergências conceituais, algumas arestas¹⁹⁴. A explicitação destas últimas parece ter funcionado como uma estratégia de Azevedo para contemplar a dinamicidade, a pertinência e, ao mesmo tempo, as divergências das teorias e metodologias sociológicas, diante, e a partir, dos problemas propostos por novos atores e contextos sociais.

Diante do exposto é interessante conhecer como Azevedo definiu o papel do intelectual:

¹⁹³ Voltaremos a esta questão de modo sistemático no subcapítulo 3.

¹⁹⁴ Um exemplo deste tipo de abordagem é apontado por Rezende (2004/2005). Para esta autora em **Princípios de Sociologia**, “[...] Fernando de Azevedo tentava avançar não de perspectivas petrificadas, mas sim dos debates que iam tomando corpo na primeira metade do século XX. Desses embates centrais nas ciências sociais, ele extraía a seiva para a construção de suas reflexões sobre as mentalidades e seus caracteres mutáveis e passíveis de recriação contínua por meio de uma educação que refletisse o grau de diferenciação e de complexidade da vida social” (REZENDE, 2004/2005, p.190).

[...] uma função de produção, de circulação e de organização no domínio espiritual: criadora de valores e de bens espirituais, com que instaura um domínio que é uma pátria e um asilo para todos, a inteligência não só os distribui e se esforça por torná-los acessíveis a um maior número possível, como empreende a organização da sociedade, segundo pontos de vista espirituais, “atingindo a sua mais alta expressão quando empreende organizar a vida moral” (AZEVEDO, 1971a [1943], p.38). (Aspas do autor)¹⁹⁵.

Assim, ao refletir sobre esta função, nas primeiras décadas do século XX, Azevedo (1971a [1943]) afirmou que tanto a cultura quanto a educação “[...] esta[vam] em uma fase da evolução desconstruída da evolução da estrutura do país. [...] A situação em que [este] [...] se encontra[va] [era] de desequilíbrio entre duas evoluções que deveriam ser complementares” (TOLEDO, 1995, p.63). Semelhante ponderação nos sugere que este sociólogo vislumbrava que a crise existente no Brasil, naquele período, se caracterizava pela incompatibilidade entre as transformações econômicas e as tradições culturais vigentes.

Ao tratar o tema das tradições culturais, neste e em outros trabalhos, Azevedo afirmou que a educação era a instituição responsável por transmitir as tradições de uma geração à outra – assegurando, a coesão social. E reconheceu que, em um período de crise, a educação se transformava em um instrumento privilegiado para desencadear novas tradições e superar as antigas. Desse modo, na visão deste autor, a vitória das novas tradições representava a garantia do restabelecimento do equilíbrio social e da evolução civilizacional do país.

Desta forma, a abordagem que Azevedo realizou da concepção de cultura e, por este viés, da educação, na obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]), foi:

[...] o corte preciso que permitiria uma “síntese do Brasil de corpo inteiro”; operação que tornaria o Brasil “mais conhecido aos brasileiros e a descobri-lo os homens dos outros países”. [...] Os marcos e amplitude específicos da obra, dentro do horizonte do Censo, estão aí dados: deveria ser produto de análise da Sociologia, encarando a cultura como fenômeno social; análise que se utiliza da história para explicar a especificidade do fenômeno [...]. *A Cultura Brasileira* é, neste sentido, o exercício prático do que já havia produzido teoricamente [nos livros *Princípios de Sociologia e Sociologia Educacional*] (TOLEDO, 1995, p.105). (Aspas e itálico da autora).

¹⁹⁵ Esta definição foi apresentada, pela primeira vez, no manual deste autor intitulado: **Sociologia Educacional**; para verificação consultar Azevedo (1954b [1940], p.123).

Seria pertinente indagarmos: por que a cultura é o recorte temático para este estudo de Azevedo a respeito da sociedade brasileira? Uma resposta aceitável – segundo a análise de Toledo (1995), na qual a acompanhamos – é que a cultura nos possibilita um acesso privilegiado ao estudo dos fenômenos sociais, à medida que nos permite alcançar o modo por meio do qual a sociedade se pensa, se representa e se organiza. Por outro lado, o enfoque de Azevedo na educação se justificaria por esta consistir naquilo que é possível institucionalizar da cultura; além de compreender o instrumento por meio do qual se transmite, se perpetua, ou se modifica o que foi institucionalizado.

É importante evidenciar que o livro, **A cultura brasileira** (1971a [1943]), nasceu vinculado ao censo ibgeano, mas tornou-se obra autônoma; sendo um indício desta característica o fato de seu autor ter substituído os dados referentes ao recenseamento de 1940, pelos de 1950, sem prejuízo para a análise presente no trabalho. Outro aspecto a ser observado nesta obra consistiu em podermos relacioná-la ao projeto da coleção científica Brasileira¹⁹⁶. Semelhante relação pode ser vislumbrada tanto ao consultarmos a bibliografia, pois ela apresenta um número considerável de trabalhos publicados pela referida coleção, quanto ao refletirmos sobre um dos objetivos do livro, isto é, “o de tornar o Brasil mais conhecido por sua população”.

Ao interpretar alguns aspectos da história do Brasil, Azevedo (1971a [1943]) expôs que foi o contexto da Primeira Guerra Mundial que proporcionou a emergência das oportunidades para o desenvolvimento, ainda incipiente, da industrialização. E, com esta, para o aparecimento dos primeiros sinais de questionamento da estrutura oligárquica do poder; possibilitando as condições para que tanto parte da burguesia industrial nascente quanto dos primeiros grupos de operários passasse a enxergar na educação – por intermédio de interesses diferentes – uma forma de ampliar sua força política. Afinal, a lei proibia o voto do analfabeto que, nas primeiras décadas do século XX, representava a condição vivenciada por cerca de 80% da população brasileira.

De acordo com a análise de Azevedo (1971a [1943]), alguns grupos de intelectuais também voltaram suas atenções para a ciência e para a educação neste período, todavia, em uma perspectiva distinta, pois estes atores preocupavam-se, primordialmente, com a possibilidade de crescimento da desordem pública. Neste sentido, tais intelectuais passaram a adotar os conhecimentos científicos – produzidos nas diferentes áreas – e a educação como mecanismos de moralização do espaço público

¹⁹⁶ O próprio Azevedo propõe este vínculo, no prefácio do livro, e o texto de Toledo (1995) o reitera.

– isto é, de intervenção para criar uma convivência harmoniosa entre as classes sociais – e de modernização do país.

Ainda que Fernando de Azevedo (1971a [1943]) não fosse indiferente a estas preocupações, sobressaía neste livro, e em outros escritos do autor, que a ciência e a educação eram os instrumentos a partir dos quais a sociedade brasileira poderia se tornar moderna e democrática com a contribuição dos intelectuais e do Estado.

Assim, para Azevedo, e para o grupo de reformadores com o qual se identificava, era fundamental transformar a educação vigente, nas primeiras décadas do século XX, para que o Brasil pudesse superar sua crise moral e econômica (LIMA, 1999). A opção pela educação era também uma maneira destes intelectuais responderem – de forma científica e política – às novas relações sociais, econômicas, políticas e culturais presentes no país, sem, contudo, romperem com a ordem social.

Se, por um lado, as sociedades marcadas pelo “atraso”, conforme salientam os trabalhos organizados por Altamirano (2010, 2008), impuseram aos seus intelectuais o papel de sujeitos no processo de transformação social; por outro, tais atores escolheram caminhos distintos para sua atuação. No caso brasileiro, a reforma¹⁹⁷ foi uma das opções privilegiadas pelos intelectuais, entre eles, Azevedo. Este autor estabeleceu como objetivo central da reforma conseguir realizar, através de meios pacíficos, o que se faria de forma violenta por meio de uma revolução. Desse modo, vale destacar que, conquanto a reforma fizesse parte de uma visão progressista, ela esbarrava na aceitação do princípio de uma sociedade hierárquica.

Ao eleger a educação como uma ferramenta para modernizar e civilizar o Brasil, no início do século XX, Azevedo proporcionou um lugar de destaque ao ensino profissional, seja em trabalhos anteriores seja na obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]). Através desta modalidade de ensino, o autor vislumbrou uma “[...] forma de valorizar o ‘elemento nacional’ fazendo com que esse tivesse condições de concorrer com o ‘estrangeiro’ – o europeu –, já assimilado pela indústria emergente, ao mesmo tempo em que seria criado, entre os brasileiros, o ‘gosto pelo trabalho’” (LIMA, 1999, p.180, aspas da autora).

Esta valorização do trabalhador nacional foi importante em um período no qual este ator era preterido pelo estrangeiro, seja em virtude da experiência técnica adquirida por este último, em seu país de origem; seja em razão do racismo contra a população de

¹⁹⁷ Uma interpretação bem-sucedida sobre a concepção de reforma no Brasil pode ser encontrada no trabalho de Werneck Vianna (2004), mediante a mobilização da idéia de “revolução passiva à brasileira”.

descendência negra no Brasil¹⁹⁸; seja ainda, devido às dificuldades da população brasileira enxergar de forma positiva o trabalho manual, na medida em que esta atividade foi historicamente desvalorizada.

Outra dimensão desta questão foi a educação da população estrangeira. Um conceito que orientou a abordagem deste tema foi o de aculturação¹⁹⁹. Para Azevedo (1971a [1943]), era preciso que os grupos estrangeiros fossem formados por professores brasileiros, e na língua oficial do país, para que seu horizonte cultural pudesse ser conformado, por intermédio da relação social-pedagógica, em parte do patrimônio cultural do Brasil. A educação tornou-se, neste contexto, um instrumento de integração nacional.

Por outro lado, a defesa do fortalecimento do Estado nas obras de Azevedo – entre elas, **A cultura brasileira** (1971a [1943]) – não foi fruto dos anos de 1930, tampouco, uma justificativa para a atuação autoritária do Estado no país; mas parece ter consistido no resultado de um diagnóstico, segundo o qual, a não interferência da União nas unidades federativas seria um dos componentes responsáveis pelas disparidades existentes nas políticas públicas implementadas pelas e nas diferentes unidades. Dessa forma, a ausência de intervenção por parte da União teria contribuído, na visão deste autor, para o recrudescimento dos interesses das oligarquias em detrimento dos interesses gerais.

Diante deste contexto, a centralização do poder converteu-se para Azevedo em uma ferramenta para a organização e para a integração nacional. A discussão em torno do fortalecimento do Estado se relacionou com a apreensão deste sociólogo em assegurar mecanismos institucionais para que o Brasil pudesse se desenvolver de modo mais equilibrado, regionalmente. Trabalhos como o de Lima (1999) e o de Rezende (2008), para citarmos apenas dois exemplos, têm sugerido a influência do pensamento de Alberto Torres na geração representada por intelectuais como Fernando Azevedo; intelectuais dedicados a pensar e a intervir na realidade social de seu país, orientando tanto a organização quanto a mudança social, a partir da preocupação com a unidade nacional.

¹⁹⁸ Isto não significa que trabalhadores estrangeiros não tenham sido vítimas de preconceito étnico-racial no país.

¹⁹⁹ Uma referência importante sobre este conceito é a obra do sociólogo Emílio Willems.

2. A conquista do Oeste e a unidade nacional: reflexões sobre a *Cidade e o campo, Canaviais e engenhos* e o sistema de transporte no país

O intelectual “[...] reflete certamente o meio não somente exprimindo-se nos seus estilos de pensamento e de conduta, fazendo-o viver em suas obras, como também, opondo-se a êle – que é outra maneira de representá-lo, de lhe reconhecer as influências, para lhe fazer face e reagir contra elas, afirmando-se na plenitude de suas forças renovadoras”

Fernando de Azevedo, A cidade e o campo na civilização industrial (1962a, p.243).

Os temas desenvolvimento e mudança social ocuparam parte significativa das discussões intelectuais presentes nas décadas de 1950 e de 1960. Azevedo demonstrou sintonia com estes debates, ao abordar assuntos como a conquista do oeste, o sentido do progresso, o papel do cientista social e o da escola, etc. No entanto, diferente de parte considerável dos sociólogos que, neste período, escreveu sob a inspiração das teses marxistas – no Brasil e no exterior – este autor manteve-se a distância deste instrumental teórico-metodológico. Sua concepção de ciência, apesar de comportar uma dimensão política clara, não vislumbrou na revolução uma alternativa viável a ser trilhada pelo Brasil, tampouco, admitiu o conflito como perspectiva analítica, apesar de reconhecê-lo como parte imanente da realidade social.

Supomos que no pensamento de Azevedo, a oposição entre tradição e modernidade apresentou-se suplantada pela valorização de sua complementaridade. Desse modo, a idéia de complementaridade seria o fio condutor das interpretações presentes nos seguintes trabalhos de sua autoria: **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a)²⁰⁰, **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]) e **Um trem corre para o oeste** (1950).

Para Azevedo (1962a), um dos principais obstáculos para o desenvolvimento do Brasil, nos anos de 1950 e 1960, consistia no descompasso entre as mudanças na esfera econômica, desencadeadas pelos processos de industrialização e urbanização – e a conseqüente mobilidade social e política dos atores pertencentes às diferentes frações de classe – e a ausência de alterações na mentalidade dos referidos segmentos.

²⁰⁰ Esta obra compreende uma coletânea de artigos escritos e publicados por Fernando de Azevedo no decorrer da década de 1950; neste subcapítulo abordamos somente a Parte Segunda e a Parte Terceira do livro. Tal escolha deveu-se ao fato da Parte Segunda ser composta por textos organizados em torno do tema da mudança social. Enquanto a Parte Terceira se caracterizou pela presença de artigos que buscaram analisar os problemas atuais (referentes à década de 1950) e de alcance prático como a reforma agrária, etc. A Parte Primeira desta coletânea encontrava-se contemplada no próximo subcapítulo.

Parece encontrar-se, nas entrelinhas de sua reflexão em **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), o argumento segundo o qual uma alteração na estrutura de poder do Brasil, nos moldes inspirados pelo marxismo, não implicaria, necessariamente, em rupturas com uma visão hierárquica de sociedade, nem seria suficiente para promover o desenvolvimento do país. Decorre desta perspectiva, o reconhecimento deste sociólogo a respeito da necessidade da educação para modificar a mentalidade dos diferentes grupos sociais e, a partir disso, para criar as condições efetivas de mudança social.

Em seu caminho argumentativo sobre o tema da mudança, Azevedo (1962a) mobilizou o conceito de progresso e flertou com alguns apontamentos de John Dewey²⁰¹ e de Claude Lévi-Strauss²⁰², apenas para mencionarmos dois exemplos. A primeira observação do sociólogo brasileiro consistiu em afirmar a possibilidade de delimitar as conotações valorativas que comprometeriam a cientificidade do termo progresso.

Neste contexto, Azevedo (1962a) expôs que o conceito de progresso comportava uma idéia de “vir a ser”, isto é, de mudança, o que representava o critério objetivo de sua definição; contudo, tal termo também favorecia uma noção de direção, de aspiração para melhor, que era concebida como sua dimensão valorativa, a qual precisava ser erradicada. Assim, para este autor, o critério objetivo para determinar o progresso técnico-científico compreendia “[...] ‘a acumulação de aquisições materiais e de conhecimentos experimentalmente comprovados de uma cultura’ [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.202, aspas do autor). Ou seja, tal progresso era sinônimo de aumento de precisão nas previsões físicas, biológicas, etc. Enquanto o progresso social significava:

[...] aumento ou acréscimo do poder (social) utilizável pelos homens e de precisão que possam atingir em suas previsões, sociais, econômicas e políticas, ou, ainda, [...] aumento da capacidade e da eficiência humana sobre a base do conhecimento da vida social, em seu dinamismo, em seus processos, na direção, modificação e reconstrução da sociedade, de acordo com [...] as conclusões ou os resultados de pesquisas planejadas com rigor e metodologicamente conduzidas (AZEVEDO, 1962a, p.203-204).

²⁰¹ DEWEY, J. L’education au point de vie social. *Année Pédagogique*, v. III, Paris, 1913.

²⁰² LÉVI-STRAUSS, C. *Race et Histoire*. Paris: L’Express, 1955.

Com base na obra de John Dewey, Azevedo (1962a) concluiu que o progresso poderia consistir em um “[...] aumento de significado e alcance da experiência humana” (AZEVEDO, 1962a, p. 204). Já em diálogo com Claude Lévi-Strauss, reconheceu que todas as sociedades, em seus diversos setores, viveriam o duplo processo de diferenciação e de unificação. Isto implicava na idéia segundo a qual o progresso não era contínuo, tampouco linear, e sua condição de realização encontrava-se, ao mesmo tempo, na diferenciação e no contato entre as culturas.

Derivava desta visão de Azevedo (1962a) que a mudança social não caracterizava um progresso em si, no entanto, poderia propiciar as oportunidades para que este ocorresse. Por outro lado, a diferenciação social também não compreenderia um progresso, mas possibilitava as condições para sua efetivação.

De acordo com este autor, embora a cultura representasse um todo estruturado – composto por diferentes segmentos materiais (como os tecnológicos) e imateriais – a mudança em um de seus segmentos não significava alteração nos outros com a mesma intensidade, e, no mesmo momento. Ou seja, existia um mecanismo de descompasso, o qual foi explicado por este autor mediante a mobilização da categoria de “demora cultural”. Para Azevedo (1962a), a diferença de ritmo representava uma desigualdade nas atitudes frente às categorias de idéias tecnológicas e não-tecnológicas; uma disparidade expressa pela maior aceitação e rapidez das idéias tecnológicas.

Assim, afirmou Azevedo, sempre existiu “[...] em graus variáveis, resistência (inércia cultural) às transformações sócio-culturais [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.156). Esta argumentação possibilitava base para que este sociólogo relativizasse o “atraso” brasileiro, enxergando-o como uma característica comum a outras formações sociais, e, ao mesmo tempo, propusesse sua superação, a partir de estudos dos contextos sociais, econômicos, políticos e culturais da sociedade brasileira e dos grupos que a compunham.

Para este intelectual, a educação representava um mecanismo de perpetuação das culturas, devido a sua capacidade de transmitir a herança social de uma geração à outra, por meio da relação social-pedagógica que ela engendra. Desta forma, a educação compreendia tanto parte constitutiva da cultura quanto seu instrumento de transmissão; e poderia resultar, seja em uma ação conservadora seja em uma ação transformadora da realidade social.

Em diálogo com o pensador espanhol, José Ortega y Gasset²⁰³, Azevedo (1962a) propôs cautela ao atribuir à escola uma força criadora que, por si mesma, ela não possui. Afinal, reconhecia o sociólogo brasileiro, a educação era fator de estabilidade, onde ela se organizava institucionalmente. E, para que atuasse como agente de mudança fazia-se preciso considerar sua relação com o meio social circundante, pois a educação poderia tanto obstaculizar quanto potencializar a mudança social.

A educação poderia ser um agente de mudança social dependendo, particularmente, da maneira por meio da qual ocorresse o processo de transmissão da cultura de uma geração à outra. Entretanto, esclareceu este sociólogo, a transmissão “[...] em que consiste a educação, não se realiza ‘mecanicamente’, mas, [...] através de resistências e conflitos [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.175, aspas do autor). A experiência “transmitida” não é “recebida”, e, sim, “reconstruída” pela nova geração. Esta concepção de Azevedo (1962a), em torno da transmissão, corroborou com a visão presente na obra de Émile Durkheim; enquanto a idéia sobre a reconstrução foi tributária do trabalho de John Dewey²⁰⁴.

Em **A cidade e o campo na civilização industrial**, Azevedo (1962a) afirmou que somente uma educação pautada pelo uso intensivo e extensivo do método científico experimental poderia ser definida como instrumento de transformação e, por este viés, de mudança. Contudo, advertiu este autor que “[...] a escola pode ser, pois, qualificada como uma fonte de mudança, sem deixar, no entanto, de ser ‘um traço de união entre a antiga e a nova cultura’ [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.172-173, aspas do autor).

²⁰³ O título da obra de Fernando de Azevedo **Velha e nova política** (1943 [1942]) é idêntico ao do trabalho de Ortega y Gasset: **Velha e Nova Política**, publicado em 1914. Enquanto este texto compreendeu a preocupação deste pensador social e político em colaborar para o processo de regeneração da Espanha; o livro de Azevedo reuniu vários textos sobre sua trajetória nos cargos públicos no Brasil, além de artigos sobre as obras de diferentes intelectuais brasileiros. No entanto, é possível que, além do título do livro, Azevedo tenha outros aspectos em comum com Ortega y Gasset. Um trabalho que explora semelhante hipótese foi realizado por Alves (2004). Esta autora apontou para a influência de Ortega y Gasset no pensamento de Azevedo – em particular, em torno do tema do humanismo.

²⁰⁴ A sugestão de Totti (2003), para compreendermos a mobilização que Fernando de Azevedo realiza destes dois intelectuais em sua obra, consiste no diálogo com a categoria de recontextualização, proposta por Cunha (2001). Para Totti (2003), a referida categoria ultrapassa a concepção de simples apropriação, ela representa uma estratégia discursiva que enfatiza determinados conteúdos das teorias e das abordagens na busca por estabelecer um conjunto de idéias originais aplicáveis ao país e à época. Talvez, um caminho para entendermos como este processo possa ter sido realizado por Azevedo seja apontarmos que nos textos de Émile Durkheim, Azevedo flexibilizou a atuação da sociedade sobre o indivíduo, ao ponto de permitir que este último pudesse se tornar sujeito da história sob inspiração deweyana. Enquanto na obra de John Dewey, apesar de divergir sobre parte de suas idéias envolvendo o conceito de democracia, Azevedo buscou apoio para construir sua definição de democracia como processo.

Ao refletir sobre os caminhos e descaminhos do desenvolvimento brasileiro, no início da década de 1960, Azevedo (1962a) reconheceu uma relação de causalidade entre o progresso industrial e o rural e apontou a existência de interdependência entre o campo e a cidade; inclusive, destacando como uma condição para o progresso da indústria o fortalecimento da agricultura e da pecuária.

Para este intérprete do Brasil, colocava-se como fundamental a elaboração de iniciativas que assegurassem o equilíbrio entre a cidade e o campo. Afinal, afirmou este autor, derivava da interdependência entre estes espaços, os problemas do campo terem se refletido como questões delicadas na e para a cidade.

Entre tais problemas Azevedo (1962a) diagnosticou a concentração de grandes áreas territoriais em poucas mãos; a pulverização de minifúndios de baixa produtividade – caracterizados por um sistema inadequado de distribuição de recursos financeiros e técnicos – etc.; e assinalou, como contrapartida destes problemas na cidade, o crescimento desordenado da urbanização, etc.

Ao dissertar a respeito da reforma agrária no Brasil, Azevedo (1962a) procurou dissociar sua visão sobre o assunto da dimensão ideológica, fortemente disseminada, através de alguns discursos do governo e da oposição; bem como por meio da produção intelectual, nas décadas de 1950 e 1960. Assim, sem remeter-se aos argumentos políticos em voga, este autor criticou a política agrária e defendeu a necessidade de uma reforma no campo. Contudo, ressaltou entre as razões de seu diagnóstico e, de sua proposta, questões técnicas como o reconhecimento da baixa produtividade dos minifúndios.

A reforma agrária foi considerada por este autor como um instrumento fundamental para organizar e direcionar o processo de urbanização no Brasil. Contudo, ressaltava Azevedo (1962a), para que tal reforma pudesse realizar seu papel era necessário associá-la a outras medidas como a industrialização do campo; a valorização do papel do ensino técnico; a construção de uma infra-estrutura que – ao contemplar uma política de energia e de transporte – possibilitasse conforto à população e aumento da produtividade; e a criação de uma nova política de financiamento e de assistência técnica para o pequeno e para o grande produtor rural. A associação entre tais medidas seria o caminho por meio do qual as reformas sociais, como a agrária, poderiam se converter em condições imprescindíveis para a estabilidade política, para o crescimento econômico, enfim, para o desenvolvimento do país (AZEVEDO, 1962a).

Ao ministrar a conferência intitulada: “Para a análise e interpretação do Brasil”²⁰⁵, em 1954, Fernando de Azevedo afirmou “[...] não exist[ir], como pode parecer à primeira vista, um só Brasil, mas, dentro dêle, muitos Brasis diferentes num só Brasil nem sempre verdadeiro” (AZEVEDO, 1958c, p.19-20). Com semelhante consideração, este autor chamou-nos a atenção para a relação entre diversidade e unidade, um tema importante no pensamento social e político brasileiro, em particular, no século XIX e no XX.

A valorização da diversidade de paisagens sociais, naturais, étnicas, etc. representou um traço constante em seus trabalhos, não obstante fosse um defensor da unidade nacional. Para Azevedo (1958c), sob influência durkheimiana, unidade e diversidade não se excluíam e, sim, se complementavam, sendo a diversidade uma condição para unidade. Relacionam-se com estas categorias os conceitos de “solidariedade mecânica” e “solidariedade mecânica” de Durkheim, assim como com suas implicações.

Em diálogo com a obra do historiador brasileiro Pedro Calmon, Azevedo expôs, na conferência de 1954, que o Brasil poderia ser representado como uma estratificação de épocas; ao que acrescentou: é “[...] todo êle, e em cada uma das sociedades em que se decompõe, uma sociedade de classes, superpostas e hierarquizadas” (AZEVEDO, 1958c, p.24). Desse modo, era fundamental pesquisar dois fatos para interpretar o Brasil: primeiro, “[...] o tipo característico da expansão geográfica e social, e [...] [segundo,] o retardamento (décallage ou demora cultural) da expansão ou conquista do poder político em relação a expansão geográfica e social” (AZEVEDO, 1958c, p.25).

Para a realização de tais estudos, Azevedo (1958c) propôs a retomada crítica das análises desenvolvidas por intelectuais brasileiros – como Euclides da Cunha, com

²⁰⁵ Esta palestra foi o único texto que selecionamos da coletânea **A educação entre dois mundos** (1958c), semelhante escolha justifica-se por esta palestra tratar diretamente do tema sobre como interpretar o Brasil. Outros artigos da coletânea, como “O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil”, etc., foram abordados por nós – em registro distinto, no decorrer da tese – e a partir de sua publicação em outros livros. À guisa de exemplo, o próprio texto “O ensino e as pesquisas sociológicas no Brasil” foi discutido no Capítulo I, ao consistir na conferência de encerramento do I Congresso Brasileiro de Sociologia, promovido pela SBS, em 1954. Faz-se preciso uma observação geral a respeito do contexto de publicação desta coletânea, sugerimos que o aspecto que une os diferentes artigos que a compõem seja a preocupação de seu autor com a defesa da ciência e da educação, propiciando grande destaque para o papel das universidades. Tendo em vista que no ano de 1958, quando este trabalho foi publicado, as disputas em torno da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estavam em voga é possível apontarmos, como hipótese, que esta publicação tenha sido uma estratégia deste sociólogo para reiterar suas concepções no cenário cultural, educacional e político brasileiro; e, neste sentido, para tentar influenciar os rumos da LDB.

suas considerações sobre o litoral e o sertão; Gilberto Freyre, com seus apontamentos a respeito da casa grande e da senzala²⁰⁶, entre outros – em um processo de valorização do intercâmbio com os autores ensaístas para explicar a realidade social do país, inclusive, nos anos de 1950.

Nesta década, Azevedo se posicionou publicamente nos seguintes termos:

[...] É preciso, afinal, passar da teoria à prática, da análise científica às aplicações, do estágio documentário ao de previsão para elaborar uma política de base realista e objetiva. Não é, de fato, a previsão que merece ser condenada, “mas uma previsão vasta demais, estabelecida superficialmente sobre constatações em que um espírito de partido tenha desempenhado um papel predominante” (AZEVEDO, 1958c, p.40). (Aspas do autor).

Sugerimos que tanto a obra **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]) quanto o livro **Um trem corre para o oeste** (1950) resultaram desta preocupação de Azevedo de “passar da teoria à prática”; e, assim, de proporcionar – como fizeram vários intelectuais isebianos e, outros vinculados a diferentes instituições de pesquisa e de ensino – uma “previsão para elaborar uma política realista e objetiva”, seja no que se refere à questão agrária, na primeira obra, seja sobre o sistema de transportes no Brasil, na segunda.

O livro **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** (1958d [1948]) foi publicado com o apoio do Instituto do Açúcar e do Alcool²⁰⁷. E apresentou como proposta refletir sobre o elemento político na civilização do açúcar. Para atingir esta finalidade, Azevedo (1958d [1948]) dedicou-se aos estudos da paisagem, da população e da economia rural brasileira, dialogando com vários trabalhos publicados pela coleção científica Brasileira – cujos autores foram Pedro Calmon, Pandiá Calógeras, Nestor Duarte, Almeida Prado, Gilberto Freyre, Roberto Simonsen, Nina Rodrigues, Oliveira Vianna, dentre outros.

²⁰⁶ No entanto, ao mobilizar estas interpretações de Freyre, Azevedo ponderou sobre alguns de seus limites para entender o Brasil como um todo, ou mesmo, para abordar o ciclo do café.

²⁰⁷ Ao rememorarmos as relações entre Azevedo e o Instituto nos remetemos ao ano de 1945, quando este sociólogo foi convidado, por sugestão de Breno Pinheiro, para ser colaborador da **Revista Brasil Açucareiro**, o periódico oficial desta instituição. Poucos anos depois, Azevedo obteve apoio do Instituto para publicar **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil**, em 1948. A história desta organização foi marcada pela atuação de Barbosa Lima Sobrinho como um dos seus diretores. Este último aspecto é interessante na medida em que Lima Sobrinho compôs o grupo de correspondentes de Azevedo. Os resumos das cartas de Lima Sobrinho para Azevedo encontram-se disponíveis na Seção Anexos, na Tabela 1.

Segundo Azevedo (1958d [1948]), as bases de nossa civilização do açúcar foram a estrutura da família patriarcal e a mentalidade que nela se formou. Este tipo de família compreendeu, para este sociólogo, “[...] o mais poderoso elemento de unificação e de coesão social, mas também de descentralização política e de resistência particularista [...]” (AZEVEDO, 1958d [1948], p.66).

Neste contexto, apontou Azevedo (1958d [1948]), seja por meio do filho doutor, educado em Coimbra, seja através do filho seminarista, a casa grande conseguiu projetar as idéias, os valores e os comportamentos do patriarcalismo e da religião católica sobre as instituições da cidade. A tal ponto que, em parte significativa da história do Brasil, a vida pública tornou-se uma espécie de extensão da vida doméstica.

Outro aspecto abordado neste livro consistiu no papel das novas técnicas para a emergência de novos valores e idéias, e, desse modo, para o surgimento de uma organização social distinta e uma nova civilização. No que tange as novas técnicas, Azevedo (1958d [1948]) propiciou um lugar de destaque para a máquina a vapor no processo de transformação da paisagem colonial.

Este equipamento foi considerado pelo autor como responsável por marcar a transição entre os engenhos de bangüês e as usinas modernas; uma mudança que, no plano social e político, teria se caracterizado, segundo Azevedo (1958d [1948]), pelo surgimento do usineiro e de sua concorrência com o senhor de engenho. Vale destacar que ambos os conceitos – o de usineiro e o de senhor de engenho – foram considerados tipos ideais por este sociólogo, assim como o de bandeirante; tal conceituação inspirou-se na obra de Max Weber.

Para Azevedo (1958d [1948]), o senhor de engenho e o usineiro compreenderam os elementos principais das classes dirigentes do período, a aristocracia e a burguesia, respectivamente. Sendo a família patriarcal, ou melhor, sua estrutura de valores, interesses e comportamentos, uma característica compartilhada por ambas as classes (AZEVEDO, 1958d [1948]). Este autor relacionou as alianças e as disputas entre as famílias de ambas as classes, e entre elas e o Estado, ao tema da descentralização e da centralização política e administrativa.

E, mais, ressaltou que o crescimento das usinas no Brasil teria contribuído para retardar a democratização do país, pois este tipo de indústria seria responsável por reforçar a existência da grande propriedade rural e vincular a política agrária à política industrial. Segundo Azevedo (1958d [1948]), este elo parece ter funcionado como um entrave ao progresso do Brasil até os anos de 1950, período abarcado por sua análise.

Ao considerar a extensão territorial do país, Azevedo (1958d [1948]) sugeriu que o latifúndio não era em si um problema, mas se tornava ao ser associado à uma política agrária ineficiente e irresponsável, ou seja, à uma política que não possibilitava condições efetivas de subsistência e de existência ao pequeno produtor rural. Para este autor, era preciso realizar no país uma conciliação entre os diferentes interesses em jogo: os dos pequenos produtores rurais e os dos latifundiários.

Semelhante proposta de Azevedo (1958d [1948]) era, no mínimo, audaciosa diante de uma conjuntura na qual os partidos de esquerda passaram a atrelar o tema da reforma agrária à discussão em torno da socialização dos meios de produção. Na visão deste intérprete, a reforma agrária precisava ser dissociada desta questão para que os ânimos políticos fossem acalmados, e, assim, ela pudesse ser contemplada em sua dimensão técnica.

No livro **Um trem corre para o oeste**, Azevedo (1950) preocupou-se em demonstrar a relevância do sistema de transporte para o projeto de desenvolvimento e de unidade nacional. Para este autor, a circulação de pessoas, de mercadorias e de idéias foi considerada como a mais essencial das funções em uma sociedade, pois ela “[...] realiza a interdependência de todas as partes do organismo e sua solidariedade [...] cria e mantém a vida [social]” (AZEVEDO, 1950, p.19).

Embora reconhecesse o importante papel exercido pela rodovia e pela aviação para a circulação no país, Azevedo (1950) afirmou ser um equívoco estes meios de transporte disputarem a primazia à ferrovia. O trilho representava, em sua concepção, “[...] um extraordinário instrumento de penetração e um pioneiro do povoamento” (AZEVEDO, 1950, p.32) para qualquer país.

Segundo este sociólogo, a ferrovia precisava ser integrada a outros meios de transporte – como a rodovia, a hidrovia e a aviação – para a construção de um sistema nacional de circulação que pudesse favorecer o desenvolvimento do país. Desse modo, afirmou que “[...] a coordenação dos transportes ferroviários, rodoviários, fluviais, marítimos e aéreos (sic) constitui medida fundamental no conjunto de qualquer plano viatório (sic) e a expressão prática e realista de uma sábia (sic) política de comunicações [...]” (AZEVEDO, 1950, p.167).

Contudo, ao analisar os entraves que a ferrovia enfrentava para tornar-se um meio de transporte privilegiado, para as longas distâncias no Brasil, Azevedo (1950) destacou o de ser utilizada como um instrumento político, isto é, o de ser empregada para satisfazer aos interesses de alguns grupos e não os da população como um todo.

Se a questão da estruturação do sistema nacional de transporte estava se delineando quando este sociólogo dedicou-se ao tema, em 1950, ela se tornou central na administração do Presidente Juscelino Kubitschek. Neste governo, privilegiou-se a política industrial em detrimento da agrária e acentuou-se a presença do capital externo no país. Como implicações da administração de Kubitschek ressaltaram-se, de um lado, a presença das grandes montadoras de automóveis como, por exemplo, a Ford, a Volkswagen, etc. – aumentando as oportunidades de empregos na cidade e o caos de uma urbanização incentivada, mas não planejada. E, de outro, a intensificação do êxodo rural e dos conflitos no campo e na cidade.

Na interpretação desenvolvida em **Um trem corre para o oeste**, Azevedo (1950, p.97) vislumbrou como obstáculos para a marcha dos trilhos nas diferentes regiões brasileiras: a economia rudimentar; a industrialização recente; a baixa densidade demográfica e a falta de espírito de continuidade na administração pública. Somaram-se a estes entraves, em sua visão, o transporte de produtos de tarifas desfavoráveis como o algodão em fardos, o gado de pé, etc.; o alto custo do combustível (lenha), além do custo ambiental – como a devastação de florestas e a erosão do solo.

Para os problemas relacionados à energia, Azevedo (1950) salientou como uma solução plausível a eletrificação das ferrovias. Outra proposta deste sociólogo foi o estabelecimento de uma política de responsabilização legal dos gestores e, dos técnicos públicos, no caso de uma administração insatisfatória dos recursos financeiros e humanos neste setor.

Diante das opções para a política de transportes no Brasil: o sistema de livre concorrência, o de exploração pelo Estado e o de concessão, Azevedo (1950) expôs, em **Um trem corre para o oeste**, que qualquer uma destas alternativas se tomada, isoladamente, traria inconvenientes ao desenvolvimento do país. Sendo assim, este intelectual parece ter sido favorável a adoção de um sistema misto, isto é, um sistema que assegurasse a propriedade da União, no entanto, estabelecendo relações de concessão para os governos das unidades federativas e para os particulares.

De acordo com Azevedo (1950), era necessário construir mecanismos institucionais e legais para a responsabilização da União pela organização, pela fiscalização e modernização dos serviços de transporte prestados no Brasil, seja pelo poder público seja pelas empresas particulares. Neste sentido, este sociólogo chamava a atenção para um dos papéis que, na sua visão, a União deveria exercer, o qual consistia

em vincular, contratualmente, as linhas com grandes receitas àquelas com baixas para as concessões.

A preocupação de Azevedo com a administração pública – no setor de transportes e nos demais – se fez presente nesta obra e, em outras publicações, como **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a). Assim, além de uma apreensão teórica, o tema da burocracia parece ter resultado de suas experiências como administrador na esfera pública. Embora tais experiências não pareçam ter obscurecido os méritos de sua análise, ou de suas propostas, talvez, elas tenham colaborado para influenciar em sua visão pouco lisonjeira a respeito da burocracia brasileira.

Ao refletir sobre este tema, Azevedo (1950) expôs, principalmente, em **Um trem corre para o oeste**, a necessidade de modificar a cultura organizacional da administração pública e, ao mesmo tempo, de elevar o padrão técnico de seus funcionários para poder contemplar a idéia de eficiência nas políticas públicas.

Neste caminho, defendeu que o foco da mudança precisava voltar-se, prioritariamente, para o “elemento humano” nas organizações, pois, na sua compreensão, era tal elemento “[...] a medula do sistema, a seiva que circula[va] pela organização em todos os seus ramos [...]. [Para este autor,] não [...] [era] apenas na conservação da saúde (sic) dos empregados e trabalhadores que se deve[ria] centrar o interesse das administrações [...]” (AZEVEDO, 1950, p.284-285), mas no entendimento destes atores como seres integrais²⁰⁸.

Desse modo, destacou-se em sua proposta de reforma administrativa do Estado – além da preocupação com a capacitação técnica e com uma melhor remuneração dos funcionários – a necessidade de alteração da cultura organizacional. Afinal, concluía Azevedo (1962a), um dos grandes entraves para o desenvolvimento do Brasil consistia em não se difundir a consciência segundo a qual “[...] sem a transformação do homem e

²⁰⁸ Para Azevedo, os atores sociais das organizações não eram considerados como recursos e, sim, enquanto pessoas, em sentido pleno, ou seja, com suas potencialidades, limites, esperanças, frustrações, interesses, habilidades, etc. Este reconhecimento fazia-se preciso, na concepção deste autor, para que cada indivíduo pudesse ser sensibilizado e se sentisse valorizado a tal ponto que desejasse colaborar para a transformação das práticas institucionais. Uma discussão voltada para as possíveis contribuições de Azevedo para o tema da cultura organizacional pode ser vislumbrada no trabalho: NASCIMENTO, A. S. **Cultura organizacional: cultura brasileira e humanismo** na obra de Fernando de Azevedo. 2010. 68f. Monografia (Especialização Lato-sensu em Governança Pública e Novos Arranjos de Gestão) – Faculdade de Ciências e Letras – UNESP, Araraquara, São Paulo. Disponível em: <<http://governancaegestao.files.wordpress.com/2009/09/alessandra-santos-nascimento-cultura-organizacional-cultura-brasileira-e-humanismo-na-obra-de-fernando-de-azevedo1.pdf>>. Acesso em: 11 de jul. 2010.

de sua mentalidade, pelo ensino, educação e cultura, se ficará sempre a meio caminho das reformas de base, sociais, econômicas e políticas” (AZEVEDO, 1962a, p.267).

A proposta de construção de mecanismos institucionais por meio dos quais os técnicos e os gestores públicos, nas diferentes esferas do Estado, pudessem ser conduzidos a compreender a importância de seu papel na produção e para a qualidade de um tipo específico de mercadoria – isto é, os serviços públicos – foi algo considerado relevante na concepção de reforma administrativa deste sociólogo²⁰⁹.

As interpretações de Azevedo (1958d [1948], 1950) – em **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil** e em **Um trem corre para o oeste**, respectivamente – nos permitiram compreender que o processo de modernização pelo qual o Brasil passou até a década de 1950, sob a égide do Estado, não havia conseguido se traduzir diretamente em modernidade, devido ao fato deste ator ter sustentado projetos de crescimento econômico dissociados de uma visão de desenvolvimento, ou seja, ter defendido propostas distantes de uma concepção que dialogasse com a democracia e o planejamento; e, desse modo, que enxergasse os diferentes segmentos sociais em sua integralidade.

Em ambos os trabalhos, Azevedo (1958d [1948], 1950) defendeu a necessidade de distinguir desenvolvimento de crescimento econômico. Semelhante consideração, nos anos de 1950, nos possibilita sugerir uma aproximação entre este sociólogo e alguns intelectuais cepalinos, a respeito do tema do desenvolvimento. Contudo, vale destacar que a existência de uma possível convergência entre a concepção de desenvolvimento elaborada por Azevedo e aquela realizada por alguns expoentes da CEPAL, não significou que estes atores sociais tenham construído suas argumentações mobilizando as mesmas abordagens teórico-metodológicas, tampouco que tenham se influenciado mutuamente.

A relevância da hipótese de aproximação entre tais autores não se encontra na possibilidade de ser comprovada ou refutada na presente investigação, mas em apontar a necessidade de nos desvencilharmos de pré-noções ao interpretarmos o legado teórico de autores ensaístas, como Fernando de Azevedo.

Ao dedicar-se às políticas educacionais, seja adotando-as como objeto de reflexão seja enquanto prática cotidiana, este sociólogo procurou contemplar em sua noção de desenvolvimento a idéia de aquisição de bens culturais; de melhores condições

²⁰⁹ Vale mencionar que parte de sua análise sobre a burocracia encontrou-se balizada pela leitura da obra de Guerreiro Ramos, voltada a este assunto.

de educação, de transporte, de saúde, de trabalho, etc.; ou seja, uma conceituação que extrapolou a dimensão econômica.

No entanto, é preciso reconhecer que as concepções de Azevedo, a respeito da reforma educacional e administrativa do Estado, ou ainda, sobre a política de transportes no Brasil, parecem não ter encontrado espaço no horizonte cultural estreito das elites no poder. Um exemplo disso foi a opção pelo transporte rodoviário para as longas distâncias, na década de 1950.

Por outro lado, ao perscrutarmos o tratamento que Azevedo dispensou ao tema da mudança social é possível apontarmos, convergindo com a análise de Rezende (2004/2005), que inúmeras questões com as quais este autor “[...] se debatia entre as décadas de 1930 e 1960 em seus esforços para interpretar o país e os seus processos de mudança” (REZENDE, 2004/2005, p.190) continuam atuais no século XXI. Em particular, ao voltarmos nosso olhar para a permanência das condições de exclusão e de desigualdade de vários segmentos sociais, na esfera econômica e na cultural; ou ainda, para os tortuosos caminhos do sistema político e da democracia no Brasil, independente das transformações ocorridas no país após o fim da ditadura militar.

Assim, as análises de Azevedo (1962a, 1958 [1948], 1950) continuam propiciando subsídios para uma reflexão sobre o papel das mentalidades no processo de mudança social; para a elaboração de uma política educacional – orientada cientificamente e – capaz de favorecer o surgimento de uma escola pública apta a colaborar para a construção da democracia no país, entendendo esta última como um processo, caracterizado por requerer a reconstrução dos modos de pensar e de proceder socialmente; bem como para a reorganização do Estado, através do estabelecimento de um conjunto de reformas administrativas que modifiquem os procedimentos e as visões da burocracia, afirmando a defesa do bem público e o respeito à democracia como pilares para a eficiência e a eficácia do governo.

3. Sobre os *Princípios de Sociologia* e sua consolidação nas *Ciências no Brasil*

“[...] A observação e a comparação das realidades sociais, presentes ou passadas facilmente acessíveis, reduzido o estudo documentário (se se trata do passado) à essência dos fatos significativos, pela pesquisa e pelos documentos e pela crítica histórica, constituem, pois, o ponto de partida e a base do ensino e dos estudos sociológicos, realizados com espírito científico”

Fernando de Azevedo, Princípios de Sociologia (1954a [1935], p.5).

No prefácio da coletânea **A cidade e o campo na civilização industrial**, e nos artigos que compõem a Parte Primeira²¹⁰, Fernando de Azevedo (1962a) procurou apresentar e defender seu posicionamento em relação à linguagem e a abordagem científica nas ciências – em particular, nas Ciências Sociais – e seu campo de atuação. Este trabalho nos permitiu, a partir do diálogo com seus manuais, **Princípios de Sociologia** (1954a [1935]) e **Sociologia Educacional** (1954b [1940]), e com os livros, **A cultura brasileira** (1971a [1943])²¹¹ e **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955])²¹², revisitarmos sua versão sobre a história da institucionalização da Sociologia no país; e apresentar algumas definições conceituais que compuseram sua versão a respeito do instrumental teórico-metodológico desta ciência.

Ao constatararmos que o livro, **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), compreendeu a última elaboração teórica publicada por Azevedo a respeito do tema; e, mais, propiciou uma espécie de resumo de seu pensamento sociológico

²¹⁰ A Parte Primeira compreende os seguintes textos: a introdução do livro **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955]) organizado e dirigido por Azevedo – com a colaboração de quatorze (14) especialistas, nas diferentes áreas do conhecimento – e um dos seus artigos, o qual versou sobre “A Antropologia e a Sociologia no Brasil”; a conferência proferida em reunião da SBPC, s/d, intitulada “Ciências Sociais e Ciências Naturais” e o trabalho que abre a Seção de Ciências Sociais da Enciclopédia Delta-Larousse, em 1961, cujo título é “Introdução às Ciências Sociais”.

²¹¹ A história institucional que esta obra propôs – já em sua primeira edição, nos anos de 1943 – se colocou como uma referência fundamental para orientar a abordagem de Azevedo. Na sua quinta edição, em 1971, encontramos uma história com novos personagens e novas instituições, sem, contudo, deslocar as antigas. Desse modo, é possível sugerirmos que a edição de 1971 incorporou parte das reflexões e experiências realizadas por este sociólogo, ao longo dos anos de 1950 e de 1960, somando-as à interpretação já existente. Assim, este livro parece ter apresentado uma versão sobre a história das ciências no Brasil que se aproximou daquela difundida pela obra **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a). Resultou deste último aspecto, nossa opção de abordar parte da história institucional da Sociologia, proposta nas entrelinhas da obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]), por intermédio das referências presentes no livro **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a).

²¹² Os dois artigos de autoria de Azevedo, nesta coletânea, foram publicados, sem alterações, na Parte Primeira da obra **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a). Decorreu deste fato não realizarmos citações do livro **As ciências no Brasil**, pois estas se encontram contempladas ao mobilizarmos a publicação de 1962. Detalhes sobre o processo de produção de **As ciências no Brasil** podem ser consultados na Seção Anexos, no Quadro 2 e na Tabela 2.

desenvolvido, sistematicamente, a partir dos anos de 1930 até a publicação da obra **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955]), o selecionamos, ao lado dos manuais, como uma das principais referências para apresentar algumas idéias de suas idéias sobre a Sociologia.

A publicação do trabalho, **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a), ocorreu em um período marcado por inúmeras mudanças institucionais, políticas, econômicas, etc. Tais transformações colocaram em evidência, no campo sociológico latino-americano, novos desafios e disputas em torno da legitimidade das explicações e das propostas de solução dos problemas sociais, no âmbito nacional e internacional.

O campo sociológico brasileiro não foi uma exceção a este quadro, de tal forma que se sobressaíram, nos anos de 1960, além de colaborações, relações de competição entre os “novos” sociólogos, à época, Florestan Fernandes, Costa Pinto, etc., e os sociólogos “consolidados”, como Fernando de Azevedo. Os embates teórico-metodológicos entre estes atores sociais ocorreram mediante suas publicações e por intermédio de suas intervenções nos encontros científicos – como os congressos promovidos pela SBS, pela ALAS, pela ISA, dentre outras instituições.

Tendo em vista que parte da obra teórica de Azevedo esteve voltada para a divulgação e para a defesa do valor e da necessidade das ciências – e, principalmente, da Sociologia – e da universidade junto ao governo, aos especialistas e a um público amplo; o posicionamento deste sociólogo, nesta conjuntura de disputas e de alianças, procurou reivindicar, para a literatura científica e para aquela elaborada para servir a um público de não especialistas, uma natureza comum, isto é, o reconhecimento de sua cientificidade.

Assim, ao estabelecer como critério para este reconhecimento que ambas as literaturas fossem capazes de manter o rigor de pensamento e de explicação, Azevedo parece ter encontrado uma maneira de valorizar seus trabalhos, e, simultaneamente, criticar parte da produção dos “novos” atores do campo sociológico latino-americano. Neste contexto, afirmou Azevedo (1962a), em **A cidade e o campo na civilização industrial**:

[...] recusamos-nos a aceitar por científicos apenas os estudos em que os autores se fecham numa linguagem mais ou menos hermética ou esotérica, para se fazerem entender exclusivamente por iniciados. O espírito científico pode estar e, não raramente está, presente e vivo, em

trabalhos com que nos dirigimos ao público em geral, com o propósito de alcançar número cada vez maior de indivíduos. [...] Desconfio muito dos que, comprazendo-se na obscuridade, nos lembram aqueles que, segundo observa Nietzsche, “turvam as águas para darem a impressão de que são profundas ...” (AZEVEDO, 1962a, p.13). (Aspas do autor).

Além de defender uma linguagem não hermética para a produção do conhecimento, este sociólogo destacou entre os princípios elementares da Sociologia as inter-relações das várias esferas da vida social e a noção segundo a qual, qualquer alteração em uma destas esferas repercute ou tende a ecoar sobre as outras, não obstante em ritmos distintos. A observância de tais preceitos e a preocupação com a clareza e com a objetividade – seja no tratamento do objeto seja na exposição dos procedimentos para tratá-lo, ou ainda, na apresentação dos resultados – encontram-se presentes, principalmente, nos seus manuais de Sociologia.

Na versão elaborada por Azevedo (1962a) sobre a história geral da institucionalização das ciências, destacou-se que os empreendimentos marítimos – realizados por Portugal e Espanha – e uma das fases da Renascença foram os acontecimentos históricos que, se imbricaram no século XV e, contribuíram para influenciar na emergência da dúvida e da experiência como princípios orientadores dos métodos científicos.

A dúvida emergiu da argumentação deste autor como um procedimento a partir do qual o conhecimento poderia ser reconhecido como um produto inacabado, incompleto, inclusive, como passível de revisão, de reorientação por intermédio da experiência. Esta última foi considerada como uma intérprete privilegiada da natureza, pois as invenções e descobertas resultantes de seu emprego teriam colaborado para o desencadeamento de uma crença irredutível nas ciências e nos seus benefícios. Destarte, a partir da emergência de tais princípios, Azevedo (1962a) parece ter concebido a origem de um período favorável para a renovação das ciências naturais e humanas, e, mais, para a criação, nos séculos seguintes, de novos campos do conhecimento como a Sociologia, a Psicologia, etc.

Enquanto a Idade Média foi caracterizada por Azevedo (1962a) como uma fase de refluxo científico, o século XVII foi apontado como momento de retomada e de aprofundamento do espírito científico desabrochado anteriormente. Observou este autor que, embora Portugal e Espanha tivessem apresentado um surto científico no período dos descobrimentos; eles não encontraram condições propícias para o desenvolvimento

do espírito científico, nos termos vivenciados por outros países europeus, no século XVII. Diante deste quadro, ponderou Azevedo (1962a), fazia-se preciso olhar para as realidades sociais destes países ibéricos para entendermos as dificuldades de penetração e de difusão do método experimental no Brasil.

Inspirado em alguns trabalhos de intelectuais ibéricos – a exemplo de Antônio Sérgio²¹³ e Juan José López Ibor²¹⁴, pertencentes a Portugal e a Espanha, respectivamente – Azevedo (1962a) reconheceu que estes dois países – apesar de contar com pensadores sociais e políticos memoráveis – não realizaram nenhuma contribuição original para o progresso científico, até o século XIX. Esta visão pouco lisonjeira a respeito do desenvolvimento das ciências nestas metrópoles parece ter orientado a argumentação deste sociólogo sobre as precárias condições das ciências nas colônias.

Portanto, salvo as diferenças de suas realidades sociais e históricas, Portugal e Espanha “[...] transferiram às suas colônias na América [...] uma ‘cultura’ semelhante senão idêntica, sob muitos aspectos” (AZEVEDO, 1962a, p.28, aspas do autor). Ou seja, transmitiram no processo da colonização “[...] o espírito e a cultura da Idade Média, com seu apêgo ao dogma e à autoridade, com seu gosto pela escolástica [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.28). Neste contexto, a Igreja Católica atuou como a principal instituição no processo de produção e de transmissão da cultura letrada nas colônias americanas.

Azevedo (1962a) apontou que, diferente do que aconteceu nas colônias espanholas, no Brasil a fundação de universidades não ocorreu antes do século XX. Semelhante ausência foi considerada como um aspecto positivo, pois teria possibilitado ao país maior flexibilidade e abrangência no modelo a ser instituído.

Para este autor houve um momento de florescimento cultural na colônia brasileira, o qual teria sido resultado da presença dos holandeses na capitania de Pernambuco, no século XVII. Nela, tais atores sociais teriam incentivado às ciências naturais e às artes. Todavia, expôs Azevedo, a capitania depois da expulsão do príncipe Maurício de Nassau voltou “[...] a gravitar na órbita da metrópole [portuguesa, isto é,] [...] ‘fora da linha isotérmica da revolução científica’, que se processava no velho mundo” (AZEVEDO, 1962a, p.34, aspas do autor).

²¹³ SÉRGIO, A. **Ensaio**. Tomo II. Lisboa: Serra Nova, 1929. Esta referência encontra-se disponível no livro de Azevedo (1962a).

²¹⁴ LÓPEZ IBOR, J. J. **El español y su complejo de inferioridad**. Madrid: Ediciones Rialp S. A., 1951. A menção a esta obra foi realizada no texto de Azevedo (1962a).

De certo modo, a atuação do Marquês de Pombal em Portugal teria objetivado inserir este país no processo de revolução científica do Continente Europeu. Entre as medidas realizadas por Pombal destacaram-se: a reforma da Universidade de Coimbra; a reformulação do Exército e da Marinha; a criação da Imprensa Real e da Escola de Comércio e a desestruturação do trabalho educacional realizado pelos jesuítas em Portugal e no Brasil.

No que se refere a este país, “[...] tendo sido destruído o ensino jesuítico, literário, retórico e escolástico, sem que nada tivesse sido pôsto em seu lugar, a ação de Pombal não se fez sentir *diretamente sobre a colônia* senão pela força destruidora de suas iniciativas antijesuíticas [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.35, itálico do autor). Entretanto, Azevedo (1962a) reconheceu que as alterações na Universidade de Coimbra refletiram de modo positivo no Brasil, à medida que a criação de novos cursos, somada à reformulação dos já existentes, fez parte da formação universitária de membros da elite intelectual brasileira como Azeredo Coutinho, José Bonifácio de Andrada e Silva, entre outros.

Segundo Azevedo (1962a), os resultados desta formação intelectual puderam ser percebidos – á guisa de exemplo – na organização do Seminário de Olinda, criado em 1798, no Brasil, por Azeredo Coutinho. A despeito de Azevedo (1962a) entender que o ensino neste Seminário significou uma ruptura com a tradição jesuítica, ele reconheceu que sua influência permaneceu restrita devido às condições precárias da cultura no país. Para este autor, tal precariedade somente passou a sofrer alterações no século XIX, com a vinda da família real e, depois, com o processo de independência. Entre as mudanças no século XIX, Azevedo (1962a) citou a criação de algumas instituições de ensino e de pesquisa; a produção e a circulação de jornais e folhetins; bem como a organização das expedições científicas para conhecer o Brasil.

Na visão deste sociólogo, os episódios da Abolição, em 1888, e da Proclamação da República, em 1889, colaboraram para o surgimento de um novo período de crises sociais e políticas, as quais se transferiram para o primeiro plano das preocupações do Estado. Neste contexto, salientou Azevedo (1962a), que plêiades de intelectuais brasileiros e, alguns atores estrangeiros, se mobilizaram para realizar os diagnósticos sobre o país, e propor as medidas adequadas para solucionar as crises.

Os supracitados episódios favoreceram também a emergência de novas condições sociais, econômicas, políticas e institucionais no Brasil. Condições que, na visão de Azevedo (1962a), passaram a exigir mudanças na esfera da cultura para

satisfazer as necessidades provenientes da expansão da indústria e do comércio; bem como para responder aos problemas decorrentes da urbanização. Entre as alterações requeridas destacaram-se: o surgimento e a difusão do pensamento crítico experimental no Brasil.

De acordo com Azevedo (1962a), para que tal pensamento surgisse e fosse difundido, inclusive, imprimindo um impulso decisivo à ciência no país era imprescindível a reestruturação do ensino secundário²¹⁵ e a criação das universidades. Estas medidas possibilitariam as condições necessárias para a efetivação da maior reforma a ser realizada no Brasil, a qual consistia na mudança da mentalidade dos diversos segmentos da população.

Ao perscrutar os caminhos da história geral de estruturação do campo científico das Ciências Sociais, Azevedo (1994a [1955], 1994b [1955], 1962a, 1954a [1935], 1954b [1940]) apontou como uma das características destas ciências a aspiração de poder intervir na realidade social, orientando a sociedade para a solução de seus problemas. Segundo este sociólogo, a preocupação em possibilitar respostas teria impulsionado as Ciências Sociais a buscarem erigir-se à maneira das Ciências Naturais, isto é, a empregarem o método indutivo-empírico como uma diretriz para alcançar o conhecimento científico. Neste sentido, ponderou Azevedo (1962a), as Ciências Sociais se desenvolveram, sob esta inspiração, porém em um ritmo lento, marcado por avanços, recuos e hesitações.

Em sua versão sobre a história destas ciências, Azevedo (1962a) reconheceu que a definição da Sociologia como física social, proposta por Auguste Comte, não deixava dúvidas a respeito da sedução que o método e as teorias das Ciências Naturais exerceram sobre os cientistas sociais – inclusive, sobre ele próprio, conforme é possível depreendermos. A principal referência de Azevedo (1962a) para delinear a Sociologia como ciência – e construir sua agenda de institucionalização no Brasil – consistiu na obra, teórica e prática, de Émile Durkheim. Contudo, supomos que a valorização de Durkheim na obra deste autor, não tenha significado o obscurecimento das contribuições de outros atores sociais – como Karl Marx, Max Weber, Gabriel Tarde,

²¹⁵ Para Azevedo, embora tenham sido criadas as universidades, no século XX, a reestruturação do ensino secundário permaneceu sem uma resposta satisfatória.

Vilfredo Pareto, etc.²¹⁶ – para a elaboração do instrumental teórico-metodológico desta ciência.

Na visão de Azevedo (1962a), existiram três fases principais do desenvolvimento das Ciências Sociais em âmbito internacional, as quais foram situadas em três períodos de transição:

[...] a época (do século XVII ao XVIII) seguinte à do Renascimento, em que tem suas origens a crise do mundo moderno; a época revolucionária e napoleônica (1789-1815) e da primeira revolução industrial, cujas influências se fizeram sentir por todo o século XIX; e a que, no século atual [XX], se assinala com as duas grandes guerras mundiais e a maior crise registrada pela história com a expansão da civilização técnica e industrial (AZEVEDO, 1962a, p.64).

O reconhecimento dos momentos de crise como fontes de estímulos para a emergência das Ciências Sociais serviu para que Azevedo (1962a) elaborasse sua caracterização da história da institucionalização destas ciências no Brasil. Assim, afirmou este sociólogo, foram os períodos de grande desorganização e desagregação social que impuseram novas necessidades materiais e imateriais específicas de cada configuração social ou compartilhadas por um número considerável de países. No que tange a formação social brasileira é possível destacar que foram as implicações da mudança no modo de produção, no final do século XIX, e do começo da industrialização e da urbanização, nas primeiras décadas do século XX, que atuaram como pré-condições para o reconhecimento da Sociologia no país.

Ao dialogar com a obra de Roger Bastide²¹⁷ e a de Rex D. Hopper²¹⁸, Azevedo (1962a) ponderou que a história da evolução do pensamento sociológico na América Latina também seria passível de ser dividida em três fases. A primeira se estenderia por todo o período colonial e poderia ser classificada como a fase dos mitos; a segunda seria marcada pelas sociografias de tendência histórica, se desenvolveria até 1850, e se

²¹⁶ No contexto de refletir sobre as contribuições de diferentes atores sociais para o desenvolvimento da Sociologia, Azevedo (1962, p.60) reconheceu que a distinção entre as ciências do espírito e as da natureza – marcante no embates realizados no Continente Europeu, entre alguns sociólogos alemães que a defendiam, como Wilhelm Dilthey, fundamentando-lhe não na diferença dos objetos, mas nos modos de conhecimento próprios aos dois tipos de ciência; e alguns sociólogos franceses que a recusavam – não alçou grande repercussão no Brasil.

²¹⁷ O trabalho em questão é: BASTIDE, R. *Sociology in Latin America*. In: GURVITCH, G.; MOORE, W. E. *Twentieth Century Sociology*. New York: Philosophical Library, 1945, p.615-637.

²¹⁸ O texto de referência é: HOPPER, R. D. *The Status of Sociology in Latin America*. In: _____ . *Intellectual Trends in Latin America*. Texas: The University of Texas Press, 1954, p.99-110.

caracterizaria pela especulação filosófica. Isto é, consistiria em uma etapa da emergência da consciência “[...] ‘sob a forma de representação, de uma situação que fora até então simplesmente vivida’ [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.101, aspas do autor). E uma terceira fase, após 1850, que se distinguiria pelo desenvolvimento de pesquisas que visassem alcançar, teórica e metodologicamente, um conhecimento mais bem fundamentado a respeito da realidade social do país.

Partindo desta periodização, Azevedo (1962a) definiu os trabalhos de cronistas e de outros intérpretes da realidade social, atuantes nos séculos XVI, XVII e XVIII no país, como pertencentes a uma fase pré-científica. Este tipo de classificação, ao contrário do que poderia se esperar, não parece ter servido de apoio para que este sociólogo deslocasse a importância das produções destes atores como fontes históricas relevantes, tampouco, para que argumentasse sobre ser dispensável investigar quais os intelectuais pertenceram ao passado cultural brasileiro; o que estes atores sociais pensaram; ou ainda, pesquisar a maneira pela qual refletiram a sobre o Brasil.

Diferente dos trabalhos pertencentes aos séculos anteriores, os resultantes do século XIX foram caracterizados por Azevedo (1962a) enquanto investigações sociais mais sofisticadas, ou seja, capazes de revelar convergências entre o conteúdo das reflexões, a agenda de problemas sociais e políticos, em voga, e as preocupações teóricas. Estas pesquisas foram frutos dos esforços tanto de intelectuais brasileiros quanto de alguns estrangeiros – inclusive, daqueles que participaram das expedições científicas no interior do país.

Além da apreensão política e da curiosidade intelectual em relação aos grupos indígenas brasileiros, os supracitados intelectuais preocuparam-se com as populações de origem africana, com o Estado, com a imigração, com a formação da nacionalidade, etc. Esta agenda de estudos foi retomada, sob teorias e metodologias distintas, ao longo das primeiras décadas do século XX, e ampliada nas universidades, segundo Azevedo (1962a).

Entre os obstáculos vivenciados pelos autores classificados por este sociólogo como os pioneiros do pensamento social e político brasileiro, no século XIX, ressaltou-se a escassez de recursos financeiros e humanos adequados; conquanto Azevedo (1962a) reconhecesse tais entraves, ele afirmou que não faltaram:

[...] entre nós, desde o império, escritores e pensadores sociais que, com suas investigações históricas, suas análises e reflexões,

projetaram luz viva sôbre diversos aspectos, políticos e econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira, no longo processo de sua evolução. Eles constitu[í]ram os precursores da sociologia no Brasil, como, entre outros, no império, Tavares Bastos [...] e já nos principais [...] [do] século [XX], Alberto Tôrres [...] Euclides da Cunha, [...] um Fausto Barreto [...] um Lívio de Castro [...] um Paulo Egídio [...] um Alberto Sales [...] um Florentino Menezes, [...] Sílvio Romero [...] [etc.] (AZEVEDO, 1962a, p.123-124).

Para Azevedo (1962a), antes do advento das universidades brasileiras e da presença de especialistas estrangeiros como Horace Davis, Samuel H. Lowrie, Donald Pierson, Paul Arbousse Bastide, Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Georges Gurvitch, Jacques Lambert, entre outros, “[...] já tomava corpo o movimento de interêsse pelos estudos sociológicos, iniciados por Oliveira Viana e Gilberto Freyre, [...] por Pontes de Miranda, [...] Delgado de Carvalho, Fernando de Azevedo e Tristão de Ataíde [...]” (AZEVEDO, 1962a, p.126-127), para citar apenas alguns. Vale ressaltar que entre as principais contribuições teóricas de Miranda, Carvalho, Azevedo e Tristão de Ataíde, no processo de institucionalização acadêmica da Sociologia no Brasil, encontraram-se seus manuais de Sociologia.

Para Azevedo (1962a), alguns fatores que colaboraram para a renovação do espírito e dos métodos científicos nas Ciências Sociais no Brasil, após a Segunda Guerra Mundial, isto é, um período no qual a universidade e a Sociologia apresentavam-se razoavelmente institucionalizadas, foram: o crescimento da industrialização e da urbanização; a permanência dos professores estrangeiros no país; o amadurecimento dos discípulos – Florestan Fernandes, Egon Schaden, Antonio Candido, Rui Galvão, Oracy Nogueira, Otávio da Costa Eduardo, Guerreiro Ramos, Costa Pinto, dentre outros – que foram os primeiros frutos das universidades; a multiplicação de instituições estatais e paraestatais, estimulando a realização de pesquisas empíricas; a interpenetração de influências teórico-metodológicas européias e norte-americanas; e a difusão do reconhecimento do ensino experimental (AZEVEDO, 1962a, p.130-131).

Entretanto, ressaltou Azevedo (1962a), sobre e no contexto dos anos de 1950 e de 1960:

[...] se as tentativas de organização, disciplina e contrôle racionais dos movimentos e das reações coletivas marcam um progresso e uma orientação prática dessas ciências, pela aplicação de suas descobertas à solução dos problemas sociais, elas indicam uma tendência já vitoriosa, cujas origens e cujo desenvolvimento se encontram na expansão industrial [...]. [O] interêsse acadêmico e público pelas

inúmeras questões de ordem social, econômica e política, e, afinal, os movimentos de opinião que, com frequência e intensidade variáveis, revelam que o público já começa a dar-se conta do muito que tem e terão cada vez mais que oferecer à sociedade em que vivem, os cientistas sociais espalhados pelo mundo inteiro (AZEVEDO, 1962a, p.80).

Nas diferentes obras de Azevedo (1994a [1955], 1994b [1955], 1962a, 1954a [1935], 1954b [1940]), este autor reconheceu que as Ciências Sociais compreendiam os instrumentos intelectuais por meio dos quais a sociedade adquiria consciência dos seus problemas. A tendência à ação, e, neste sentido, a preocupação em reformar como uma estratégia para solucionar os problemas sociais antecedeu a construção da Sociologia enquanto uma ciência empírico-indutiva.

Embora este autor procurasse atribuir à Sociologia o objetivo de descrever e explicar as sociedades tais quais elas eram/foram, e não apontar o que elas deveriam ser, a própria noção de reforma – presente em seu pensamento e em sua prática – obstaculizava este propósito, pois trazia implícita, na proposta de reconstrução social, a idéia sobre “como deveria ser” a sociedade. Contudo, vale a ressalva que esta dimensão de sua produção parece ter emergido da aposta que este sociólogo realizou “[...] na possibilidade de mudar para melhor a vida em sociedade, certo[...] de que as utopias dão acesso ao real” (CANDIDO, 1994c, p.9).

Azevedo (1962a, p.88) compartilhava da opinião segundo a qual o “[...] futuro ‘científico’ das ciências sociais dependia mesmo [...] de sua adaptabilidade aos métodos estatísticos”. Esta postura em relação à importância da Estatística para a Sociologia foi uma constante em sua trajetória intelectual. Contudo, é interessante observar que suas colocações sobre o tema, nos anos de 1950 e de 1960, apresentaram como referências os “novos” sociólogos. Ou seja, autores que, a exemplo de Gino Germani, disputaram com ele e com outros, como Alfredo Poviña, não apenas a legitimidade, mas a hegemonia no campo sociológico latino-americano.

Uma das possíveis razões para este diálogo de Azevedo com os “novos” atores, quiçá, consista no interesse de demonstrar que se encontrava consciente de seus “adversários”; e, ao mesmo tempo, preocupado com as discussões em voga no período. Neste contexto, Azevedo (1962a) expôs – reiterando uma perspectiva já apresentada por ele na década de 1950, em seus manuais de Sociologia, e apoiando-se no artigo de

Germani²¹⁹ – que as Ciências Sociais se desenvolveram, principalmente, onde a investigação empírica se apresentou mais intimamente vinculada à teoria.

Um exemplo do modo como esta discussão se apresentou no manual, **Princípios de Sociologia**, pode ser vislumbrado ao Azevedo (1954a [1935]) apontar que a Sociologia “[...] não pode[ria] deixar de revestir uma feição marcadamente teórica, no sentido de investigação pura e desinteressada dos fenômenos sociais, isto é, na observação objetiva dos fenômenos e na explicação das relações que os ligam” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.120).

E, ao mesmo tempo, ao reconhecer que esta ciência seria responsável por “[...] fornecer os meios, pela aplicação de seus princípios e de suas conclusões, de tornar cada vez mais racionais os ajustamentos, reajustamentos e reformas de um programa de ação (política social) [...]” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.121). E, neste sentido, ao concluir “[...] que a eficácia da ação e da política social depende[ria] da exatidão dos princípios aplicados, e a contribuição da sociologia, como fim prático, est[aria], portanto, condicionada ao progresso da ciência, como conhecimento objetivo” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.121).

Nas discussões teóricas realizadas nos anos de 1950 e 1960, Karl Mannheim apresentou-se como uma referência para diferentes grupos de sociólogos na América Latina, em particular, em torno do tema da mudança social. Entre os autores influenciados por suas obras destacamos Fernando de Azevedo. Supomos que tenha sido por intermédio do diálogo com a produção de Mannheim que Azevedo (1962a) atualizou, na década de 1950, a relação entre teoria, pesquisa e reforma social enquanto algo imprescindível para a organização da vida social em um mundo em constante transformação.

Entretanto, é importante considerar que esta relação foi privilegiada por Azevedo, ao longo de sua trajetória intelectual; e que, diferente dos anos de 1950, os caminhos conceituais foram inspirados por outros autores como Émile Durkheim e John Dewey. Neste processo de atualização, as idéias científicas e filosóficas de Mannheim parecem não ter deslocado as de Durkheim ou as de Dewey, na obra de Azevedo, mas as ressignificado.

²¹⁹ GERMANI, G. Unificación teórica e integración reconstructiva en sociología. In: Universidad Central del Ecuador. Quito Ecuador. **Annales...** Tomo LXXXV, n.340, 1956. Esta referência encontra-se presente no texto de Azevedo (1962a).

Seja no livro **Princípios de Sociologia** seja na obra **A cidade e o campo na civilização industrial**, Azevedo (1962a, 1954a [1935]) chamou-nos a atenção para a atuação de Mannheim como construtor institucional. Neste sentido, ressaltou sua contribuição para a estruturação do mercado editorial – e para a ampliação do léxico científico da Sociologia – por intermédio da fundação e da direção, ao longo de quatorze (14) anos, da Biblioteca Internacional de Sociologia e Reconstrução Social, na Universidade de Londres.

Vale considerar que estas e outras referências sobre a obra prática e teórica de Mannheim encontram-se presentes nos livros de Azevedo publicados, principalmente, na década de 1950; isto é, em um momento no qual aquele sociólogo estava sendo discutido, e, parcialmente incorporado, por parte da intelectualidade brasileira para repensar seu papel – e, assim, o das ciências – e suas relações com o Estado.

Ao refletir sobre esta questão, Azevedo (1962a) buscou apresentar nos seguintes termos as relações entre o Estado e as ciências no Brasil:

[...] O Estado tem por certo o direito e, mais do que o direito, o dever de servir-se das ciências, aparelhando-as de todos os recursos para o ajudar a resolver os problemas que tenha de enfrentar, mas isso não impede e não deve impedir a liberdade de pesquisa ou de criação, isto é, que as pesquisas, em não importa que ciência, sejam feitas segundo os impulsos e a inspiração de cada um, para o reexame, num processo constante de revisão, de seus fundamentos teóricos e de seus métodos e técnicas de investigação (AZEVEDO, 1962a, p.96).

Ponderou este sociólogo que, na relação com o Estado, os intelectuais deveriam manter sua autonomia e, ao mesmo tempo, atuar como colaboradores deste ator, na defesa do bem comum para a população. Neste sentido, a interpretação de Azevedo (1962a) parece situar os intelectuais entre as classes sociais, ou seja, considerá-los como atores que embora sofram influências destes grupos, não são, necessariamente, os representantes de seus interesses particulares.

A perspectiva institucionalista adotada nos trabalhos de Azevedo (1994a [1955], 1994b [1955], 1971a [1943], 1962a, 1954a [1935], 1954b [1940]), ao favorecer uma periodicidade determinada, após os anos de 1920, e, com isto, um conjunto de iniciativas, de instituições, de atores e de obras, parece ter assegurado que este sociólogo se apresentasse enquanto um dos protagonistas da institucionalização da Sociologia no Brasil; e, em última instância, garantido como efeito – desejado ou não desejado por este intérprete – o deslocamento da importância de diversas instituições,

pensadores sociais, assim como de seus livros, enquanto memória viva da Sociologia, isto é, como força atuante na produção do conhecimento sociológico no país.

Por outro lado, a atuação prática de Azevedo, enquanto organizador institucional e como parte da *intelligentsia* brasileira, ao valorizar um conjunto de atores e de produções, “anteriormente deslocado” em suas obras teóricas; publicando-o, isto é, criando condições objetivas para sua circulação, como parte constitutiva do legado científico do Brasil, propicia que a versão deste sociólogo, a respeito da história da institucionalização da Sociologia no país, seja considerada como uma das análises possíveis sobre o tema. Ou seja, a atuação prática de Azevedo flexibiliza a versão presente em sua produção teórica.

Outro caminho que nos sugere semelhante idéia envolve a discussão em torno do significado do progresso em seus trabalhos teóricos. A definição de progresso na obra de Azevedo parece apresentar-se de modo ambivalente, pois, ao mesmo tempo, que nos possibilita uma visão não linear sobre a história, ao apresentar-se como enunciado no texto; lega-nos um tipo de abordagem que favorece a linearidade, ao ser aplicada pelo autor em sua própria interpretação. Diante do exposto, talvez seja na ambivalência do sentido e do emprego do conceito de progresso, que possamos encontrar os limites e as possibilidades da perspectiva institucional proposta por Azevedo.

Este sociólogo ao qualificar o progresso como algo não linear e, simultaneamente, contínuo, parece ter desenvolvido um obstáculo conceitual para sustentar o argumento – caro ao seu pensamento – de que a mudança social não se caracterizava como um progresso em si. E, mais, parece ter imposto uma espécie de limite à sua aceção sobre diferenciação social, pois esta poderia deixar de compreender um aspecto que colaborava para a efetivação do progresso, e se converter em uma espécie de expressão do mesmo.

Diante de tais colocações é pertinente indagarmos: como o sentido ambivalente do conceito de progresso poderia interferir na perspectiva institucional adotada por Azevedo, de modo a limitá-la? Supomos que ao permitir obscurecer o fato das transformações ocorridas na esfera organizacional do Brasil, principalmente, a partir dos anos de 1930, terem resultado de inúmeros embates teóricos e práticos – os quais contribuíram para resultados diferentes daqueles almejados pelas propostas dos atores sociais em disputa, sendo um destes atores o próprio Azevedo. E, ao possibilitar obstaculizar a compreensão segundo a qual as diferenciações institucionais – isto é, a

fundação das universidades, de organizações paraestatais, a ampliação e renovação do mercado editorial brasileiro, e, assim, a construção de novas práticas e novos repertórios e sua “cristalização”; bem como a conseqüente legitimação de determinados atores sociais em detrimento de outros – poderiam ser consideradas de modo não unívoco e, até mesmo, negativo.

A seleção cuidadosa, a interpretação refinada e a difusão organizada do repertório teórico-metodológico da Sociologia possibilitariam a construção de um léxico científico não hermético, mas adequado às necessidades de explicar a realidade social, segundo Azevedo (1962a). Assim, a preocupação em colaborar para orientar o repertório da Sociologia no país parece ter sido uma das motivações deste sociólogo ao escrever os manuais de Sociologia; cuja estrutura propunha fornecer subsídios para a superação da defasagem existente nos textos disponíveis para os alunos, sobre a temática. Os manuais pretendiam contribuir para alargar o estreito horizonte cultural propiciado pelas apostilas que os alunos dispunham, assegurando novas diretrizes teóricas e metodológicas para este público (MEUCCI, 2000).

Contudo, as benesses dos manuais não deslocariam seus limites; afinal, para que os alunos pudessem realizar diálogos entre as teorias apresentadas e os fatos sociais era preciso haver dados acerca da vida social brasileira, algo inexistente no país até a década de 1940 (MEUCCI, 2000). Neste contexto, destacou-se o trabalho realizado pelo IBGE, o qual possibilitou criar no Brasil um banco de informações sobre a vida social que, a cada censo e a cada amostragem, foi e continua sendo ampliado e corrigido.

Embora a presença de propostas de realização de pesquisas de campo fosse uma particularidade dos manuais dedicados aos professores dos cursos normais, conforme apontou Meucci (2000), Azevedo preocupou-se em contemplar tal característica em ambos os manuais²²⁰ que escreveu, pois compreendia a necessidade de “[...] capacitar seus alunos para o diagnóstico dos conflitos sociais e para o levantamento de possíveis soluções que permit[issem] a atenuação dos problemas no campo e nas cidades” (MEUCCI, 2000, p.50). No entanto, salientou esta estudiosa que, “[...] o estímulo à pesquisa sociológica estivera também relacionado ao esforço para a formação de personalidades responsáveis, autônomas e críticas” (MEUCCI, 2000, p.59).

²²⁰ Independente de um deles, **Princípios de Sociologia**, ser de Sociologia Geral.

Para esta intérprete, na dedicatória do livro **Princípios de Sociologia**²²¹, Azevedo inscreveu seu compromisso com o passado – ao citar os nomes de Sílvio Romero, Pontes de Miranda e Delgado Carvalho como os pioneiros da Sociologia no Brasil – e com o futuro, ao remeter-se a Samuel Lowrie, Roger Bastide, Claude Lévi-Strauss e Paul Arbousse Bastide. Convergimos com esta consideração e acompanhamos a autora ao afirmar que este manual consistiu em “[...] um esforço para definir a sociologia como uma área científica, com objeto e métodos próprios, tal como fizera Durkheim n’*As regras do método sociológico*” (MEUCCI, 2000, p.78, itálico da autora).

Segundo Meucci (2000), a enumeração dos procedimentos teórico-metodológicos para a análise científica dos fatos sociais teria feito deste manual de Azevedo “[...] um dos únicos dedicados à discussão metodológica, fato a que talvez se deva a [sua] consagração” (MEUCCI, 2000, p.79).

Ao mobilizar Émile Durkheim como “emblema”²²² na luta pela autonomização da Sociologia no Brasil, Azevedo parece ter procurado “[...] legitimar também o movimento de contratação de cientistas sociais estrangeiros, sobretudo franceses, capazes de formar entre nós uma cultura científica adequada à fixação da sociologia na constelação das disciplinas acadêmicas” (MEUCCI, 2000, p.83). E, neste sentido, fortalecer e justificar suas posições na agenda de institucionalização que estava sendo implantada no país.

Azevedo (1954a [1935]), em **Princípios de Sociologia**, apresentou o sociólogo como um profissional capacitado para a função social de conduzir os destinos do país, e, a Sociologia, enquanto uma “[...] disciplina de fundamental valor como documento de previsão social” (MEUCCI, 2000, p.84). É possível sugerirmos que nesta, e em outras obras de Azevedo, o trabalho do sociólogo era definida como aquela da qual resultaria o favorecimento do progresso do Brasil. Desse modo, para este autor, o progresso era conduzido pelos atores sociais.

A definição de progresso que emergiu como enunciação dos manuais²²³ de Azevedo estabeleceu que:

²²¹ De acordo com Meucci (2000), este livro foi o primeiro manual de Sociologia elaborado para os cursos de nível superior no país, contudo, foi amplamente utilizado nos cursos das escolas normais.

²²² Semelhante análise encontra apoio em: GUEDES, S. De consagrações a profanações: as traduções da obra de Émile Durkheim no Brasil. **Antropologia Social**, Rio de Janeiro, n.3, p.9-49, 1994.

²²³ A citação abaixo foi extraída do manual **Sociologia Educacional**.

[...] O progresso não é uniforme, contínuo, ilimitado, e não deve se confundir com a existência da transformação social, depende antes da *direção* que os homens dão deliberadamente a essa mudança [...] é, pois, organização, reconstrução, direção inteligente e racional, e implica necessariamente não só um sentido mais profundo das transformações sociais e das forças coletivas que as determinam com a intervenção deliberada da sabedoria humana nas diversas partes do movimento social, para dirigi-lo de acôrdo com as leis naturais (AZEVEDO, 1954b [1940], p.161). (Itálico do autor).

Entretanto, ao Azevedo apropriar-se teoricamente deste conceito, empregando-lhe para orientar sua interpretação sobre a institucionalização da Sociologia acadêmica no Brasil, o autor parece convertê-lo em seu oposto, ou seja, o progresso deixa de ser não uniforme e não contínuo – nos termos expostos acima – para tornar-se uniforme e contínuo.

Neste contexto, é pertinente indagarmos por que este sociólogo se dedicou a institucionalização acadêmica da Sociologia, em âmbito prático e teórico? Supomos que tenha sido pelo fato de compreender a institucionalização como um trabalho favorável ao destino do país. E, desse modo, por enxergar “[...] a especialização de tarefas intelectuais no complexo de divisão do trabalho social [...] [como] um dos mais importantes critérios gerais de progresso” (MEUCCI, 2000, p.85). E, quiçá, por vislumbrar na construção de sua versão sobre a história da Sociologia uma maneira de orientar a percepção sobre este processo, independente da recepção da obra não se encontrar sob o controle de seu produtor.

De acordo com Meucci (2000), “[...] compreender o esforço original para a constituição da sociologia entre nós está, em grande medida, relacionado à identificação do modo de apropriação do conceito de progresso presente [...] [nos manuais] e dos temas e conceitos que deles derivaram” (MEUCCI, 2000, p.104). Corroboramos com esta ponderação e destacamos entre os temas que derivaram deste conceito o de organização social.

Ao considerarem a sociedade brasileira informe, os autores dos manuais de Sociologia elegeram esta ciência para auxiliar no diagnóstico e na organização do país. Por conseguinte, os manuais objetivaram: “[...] legitimar e fixar certos princípios de organização social. Defini[r] [...], de modo até normativo, as funções de instituições sociais como a família, a escola, os sindicatos; identifica[r] o lugar da cidade e do

campo, dos sertanejos, mulheres e imigrantes dentro do padrão de divisão do trabalho nacional idealizada pelos autores” (MEUCCI, 2000, p.111-112).

Na busca por definir os “princípios de organização social”, Azevedo (1954a [1935]) apoiou-se em alguns conceitos formulados por Durkheim – como o de fatos sociais, o de sociedade, etc. Por fatos sociais, o sociólogo brasileiro delimitou os fenômenos “[...] que manifesta[va]m a natureza do grupo ‘como grupo’. [...] Tal é o caso dos fenômenos da linguagem, do direito, dos mitos, dos fatos religiosos ou morais, na sua parte mais durável” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.18, aspas do autor).

Semelhantes fatos seriam “[...] ‘maneiras de pensar, de sentir, e de agir’, pelas quais se manifesta a mentalidade dos grupos, com suas leis próprias [...]” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.19, aspas do autor). Neste contexto, eles se distinguiriam por “[...] seu caráter coletivo, isto é, por serem [...] pertencentes a um grupo como grupo, e pelo seu poder de coerção, isto é, por serem sujeitos à sanção social [...]” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.20-21, aspas do autor).

Ainda segundo este sociólogo, os fatos sociais – ou os fenômenos sociais – são distintos dos elementos que os condicionam como o meio físico, a natureza biológica ou a interação mental. E se diferenciam uns dos outros em virtude das funções que eles preenchem na sociedade, desse modo, torna-se possível classificá-los em econômicos, jurídicos, lingüísticos, políticos, etc. Tendo em vista que a primeira regra do método sociológico – nos moldes durkheimianos e azevedianos – é tratar os fatos sociais como “coisas” faz-se preciso explicar o que isto significa.

De acordo com Azevedo, abordar os fatos sociais como “coisas” “[...] não é, pois classificá-los nesta ou naquela categoria do real; [mas] [...] observar em face dêles uma determinada atitude mental” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.135). Ou seja, estabelecer uma atitude capaz de “[...] circunscrever e constituir, por uma definição precisa, o objeto da investigação” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.135).

Tanto para Durkheim quanto para Azevedo, a proposição de conceber os fatos sociais como coisas representou um lugar comum da metodologia científica; dela decorreriam três (3) preceitos: “[...] afastar sistematicamente da ciência tôdas as prenoções; 2) precisar o objeto positivo da pesquisa, agrupando os fatos segundo os seus caracteres exteriores comuns; 3) [...] apreender os fatos sociais pelo lado em que êles se apresentam isolados de suas manifestações individuais” (AZEVEDO, 1954a [1935], p.204). Além destes princípios, Azevedo (1954a [1935], p.218), apoiando-se em Durkheim, reconheceu que “os métodos mudam à medida que a ciência avança”.

Outro conceito importante para estabelecer os “princípios de organização social” foi o de Sociedade. Ao remeter-se a obra de Durkheim para sua caracterização, Azevedo (1954a [1935]) afirmou que a sociedade não constituía a “soma” dos indivíduos, tampouco sua “média”, mas abarcava “sua síntese”. Para este sociólogo, é possível apontar que a sociedade representava uma realidade objetiva, a qual precisava ser buscada fora das realidades individuais.

O conceito de fato social e o de sociedade, assim como o tema da organização social também compuseram o manual de Azevedo intitulado **Sociologia Educacional** (1954b [1940]). Este livro não foi objeto de estudo exclusivo em nenhum dos trabalhos, consultados por nós, e dedicados à obra de Fernando de Azevedo. Todavia, referências sobre este texto aparecem nos escritos de Meucci (2000) e de Silva (2001), para citarmos apenas dois exemplos.

Ao voltarmos nossa atenção para **Sociologia Educacional**, supomos que este manual se diferencie de **Princípios de Sociologia** pelo fato de apresentar a ambição de contribuir para fundar um dos ramos de estudo da Sociologia no Brasil. Isto é, por desejar instituir a especialidade Sociologia Educacional. E, neste caminho, por realizar, segundo apontou Candido (2006 [1959]):

[...] uma fundamentação sociológica coerente, escapando às tendências demasiado pragmáticas dos americanos no sentido de uma “sociologia aplicada à educação”, que melhor se diria pedagogia sociológica. Trata-se neste livro de inverter de algum modo a posição, considerando a educação comum dos campos de investigação sociológica, armada de um sistema de conceitos, procurando definir o processo educacional no que tem de socialização, para, em seguida, estudá-lo em conexão com as instituições sociais, tanto as genéricas, como a família e o Estado, quanto as específicas, como a escola. Surge assim a necessidade de analisar a emergência dos papéis sociais ligados a ele, a partir dos tipos primitivos de transmissão da experiência cultural. Para isto, Fernando de Azevedo desenvolve as sugestões apontadas por Durkheim, utilizando os dados da Antropologia moderna e a sua própria experiência (CANDIDO, 2006 [1959], p.285). (Aspas do autor).

Para além destas considerações, Candido (2006 [1959]) expôs que a principal contribuição teórica de Azevedo para o arcabouço conceitual da Sociologia se encontraria neste manual. Uma referência semelhante pode ser vislumbrada na carta de Roger Bastide para Azevedo, escrita em 1941²²⁴. Nela, Bastide afirmou que **Sociologia**

²²⁴ O resumo desta correspondência encontra-se disponível na Seção Anexos, na Tabela 1.

Educacional compreendia um trabalho de profunda originalidade, responsável por abrir novos rumos à ciência da educação. Não obstante estes sociólogos reconhecessem os méritos do trabalho de Azevedo, a preocupação em colaborar para instituir um repertório para a Sociologia, como objeto de sua produção teórica, parece ter ocupado apenas um lugar secundário no seu pensamento.

Ao realizar uma sociologia da sociologia educacional no Brasil, a análise de Silva (2001) sugeriu que entre os anos de 1920 e os de 1970 houve no país a vocação para o diálogo da Sociologia com as políticas públicas educacionais. Contudo, reconheceu esta autora que, embora tenham existido instituições que buscaram estabelecer a ponte entre a academia e a administração pública – como a ABE, o INEP, o CBPE – a referida interlocução não se efetivou de modo satisfatório.

Para Silva (2001), semelhante aproximação teria ficado subordinada à instabilidade política e institucional; bem como restrita, a ação de atores sociais individuais, como Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, entre outros. O resultado deste quadro seria que a estruturação da Sociologia como uma *policy science* não se realizou no país.

O manual de Azevedo (1954b [1940]), **Sociologia Educacional**, apresentava como preocupação central, embora subjacente, que a Sociologia se tornasse uma *policy science* sem abdicar de sua dimensão teórica. Por tais características, este trabalho granjeou reconhecimento no exterior e no Brasil nos anos de 1940, quando ocorreu sua primeira publicação, e na década de 1950, uma vez que, em ambos os períodos, a educação foi concebida como um recurso para a modernização e para a democratização.

Nos anos de 1960, esta visão sobre a educação parece ter se alterado, pois o governo militar obscureceu sua possível contribuição para a democracia no país, ao torná-la baluarte de seu projeto de crescimento econômico. Por outro lado, este governo, parece ter pretendido, entre outros objetivos, obstaculizar o compromisso da Sociologia com as políticas públicas educacionais, ao criar as faculdades de educação – a partir da Reforma Universitária em 1968. As referidas políticas passaram a ser objeto das faculdades recém criadas à medida que os militares caracterizaram a Sociologia, à época, como partidária de seu oponente político.

Neste contexto ditatorial, as medidas do governo militar – somadas à difusão e à influência das teorias reprodutivistas na academia brasileira, na década de 1970 – possibilitaram difundir no Brasil uma concepção de educação enquanto instrumento de reprodução social. Supomos que esta visão negativa sobre a educação tenha orientado,

guardando as devidas proporções, a recepção da produção teórica de Fernando de Azevedo, com destaque para o manual **Sociologia Educacional**, neste e após este período (SILVA, 2001).

O fim da ditadura militar e a emergência de uma sociedade civil estruturada, resultante do processo de institucionalização de parte dos movimentos sociais, colocaram como desafio para a sociedade brasileira repensar as relações entre os sociólogos e o Estado, de tal forma que a “[...] definição da sociologia como uma *policy science* pode[ria] ser uma boa maneira de recuperar [...] [sua] relevância social, e consolidar uma profissionalização para além da universidade” (SILVA, 2001, p.151, itálico da autora), no século XXI.

Diante do exposto, é interessante conhecermos algumas idéias presentes no manual **Sociologia Educacional**²²⁵. Nele, Azevedo (1954b [1940]) afiançou como objetivo o “estudo sociológico dos fatos e instituições da educação”; e afirmou que o termo educacional representava um qualificativo que designava a qual ordem de fatos sociais estaria voltada o estudo. Assim, a Sociologia Educacional foi definida por Azevedo como “[...] uma ciência [...] destinada a edificar a educação sobre novos fundamentos e renovar o estudo de suas origens e de suas funções sociais [...]” (AZEVEDO, 1954b [1940], p.28).

Para Azevedo (1954b [1940]), a pedagogia era considerada normativa, neste sentido, ela “[...] não estuda[va] cientificamente os sistemas de educação, mas, diz[ia] Durkheim, reflet[ia] mais ou menos profundamente sobre tais sistemas, no sentido de fornecer ao educador uma teoria que o dirij[isse]” (AZEVEDO, 1954b [1940], p.30). Na visão de Azevedo, o que diferenciava a Pedagogia da Sociologia Educacional era a preocupação desta em realizar uma produção teórica não normativa, mas capaz de propiciar subsídios para ação dos atores sociais – entre eles, o Estado – a partir de pesquisas, empíricas ou teóricas, cientificamente fundamentadas e conduzidas. Ao refletir sobre a Sociologia Educacional nestes termos, este autor parece ter vislumbrado estabelecer a educação como um campo de investigação da Sociologia e demonstrar o potencial desta ciência como uma *policy science*.

Decorreu deste duplo interesse, a seguinte indagação de Azevedo (1954b [1940], p.34) sobre a educação: “[...] como estudar, senão por método sociológico, um fenômeno que é de origem, natureza e finalidade sociais?” Ao responder tal questão,

²²⁵ Destaca-se com uma importante influência teórica neste manual a produção de Émile Durkheim sobre a educação.

este estudioso afirmou a importância da Sociologia na formação dos professores e apontou que esta ciência poderia fornecer-lhes os “[...] meios de atingir a uma compreensão mais ampla e completa dos fatos e dos problemas educacionais e, ao mesmo tempo, alargar-lhes o espírito, despertar-lhes o sentido crítico [...]” (AZEVEDO, 1954b [1940], p.34).

Na visão deste autor, a Sociologia era capaz de contribuir para que os professores incitassem os alunos a buscar entender a realidade social a partir de um método, ou seja, lhes “[...] ensin[asse] a observar, a comparar e a induzir, antes de chegarem a uma conclusão [...]” (AZEVEDO, 1954b [1940], p.35). Com estes apontamentos, Azevedo parece ter visado demonstrar como a Sociologia poderia colaborar para o projeto de construção da nacionalidade e para o desenvolvimento de uma nova mentalidade e, conseqüentemente, para o surgimento de novas práticas sociais no país.

Ao tratar sobre a unidade da vida coletiva em **Sociologia Educacional**, Azevedo (1954b [1940]) dialogou criticamente com as categorias durkheimianas – de solidariedade por diferença ou “orgânica” e de solidariedade por semelhança ou “mecânica” – e afirmou que a coesão social não perdurava sem a transmissão “[...] através das gerações, de todos os elementos espirituais, morais, religiosos, técnicos, econômicos [...] que lhe assegura[va]m a coerência interna e a unidade de conjunto. É a isto exatamente que chamamos ‘tradição’” (AZEVEDO, 1954b [1940], p.55, aspas do autor). Este autor argumentou que se a tradição compreendia uma condição fundamental para a vida coletiva, à medida que garantia a coerência interna dos grupos, a sua intensidade poderia funcionar como um obstáculo à mudança.

Decorria desta constatação, a sua proposta de intervenção no processo de transmissão, ou seja, de alteração no processo educativo de modo a modificar, tanto os conteúdos quanto a forma de passá-los. Tal intervenção objetivava propiciar que a tradição e a modernidade fossem reconhecidas, mutuamente, enquanto valores sociais aceitos. Sugerimos que para este sociólogo a modernidade representaria tanto a condição quanto o efeito da mudança na tradição.

Vale salientar que, embora mobilizasse autores com perspectivas teórico-metodológicas distintas, às vezes, até contraditórias, Azevedo sempre procurou se situar, em sua produção teórica, de modo claro frente às diferenças conceituais, buscando demonstrar e valorizar a existência de diálogos e de debates nas Ciências

Sociais²²⁶. Seus manuais de Sociologia encontram-se permeados por exemplos deste procedimento.

Em ambos os manuais há uma preocupação do autor em atualizar o material sintetizado e sofisticar suas interpretações. Para tanto, Azevedo recorre à incorporação em suas análises de críticas realizadas sobre elas; bem como a apresentação de novas perspectivas teóricas, elaboradas por autores já consagrados pela literatura especializada, ou ainda, por “novos”, no decorrer das reedições²²⁷.

Entendemos que a abordagem histórica desenvolvida por Azevedo – seja nestas obras, seja nos livros: **As ciências no Brasil** (1994a [1955], 1994b [1955]); **A cidade e o campo na civilização industrial** (1962a) e **A cultura brasileira** (1971a [1943]) – contribuiu para contemplar a organização, a classificação da evolução da produção sociológica, de acordo com marcos institucionais-legais. Todavia, sugerimos que o desdobramento desta abordagem na avaliação de tal produção, e, neste sentido, para a transformação da periodização institucional em uma periodização teórica possa ter sido um efeito oblíquo.

A conceituação de institucionalização que emergiu da obra de Azevedo compreendeu um caminho teórico-metodológico por intermédio do qual se tornou possível contemplar uma parte significativa do processo de modernização organizacional da sociedade brasileira. Entretanto, diferente de uma concepção linear, unívoca de progresso – e, desse modo, de história – possibilitada pela ambivalência de sua caracterização, na obra deste sociólogo; sugerimos que a institucionalização possa representar a maneira por meio da qual se explicaria o desenvolvimento de determinadas relações sociais que seriam responsáveis, em última instância, tanto pela criação – pelos desdobramentos ou pela extinção – de organizações quanto de seus processos e de suas idéias como produtos de embates (DOUGLAS, 2007).

A história intelectual que emerge desta concepção de institucionalização se caracteriza por reconhecer que:

²²⁶ Esta interpretação encontra apoio em alguns aspectos das análises propostas por Rezende (2008, 2004/2005, 2003) – ao refletir sobre os conceitos de diferenciação, evolução, mudança social, educação e democracia, e suas relações, na obra deste sociólogo.

²²⁷ Á guisa de exemplo, sobre as alterações nas reedições, podemos destacar que ao compararmos a primeira edição de **Princípios de Sociologia** (de 1935) com a sexta (de 1954) – temos que na primeira o nome de Karl Mannheim está ausente; já na sexta, este sociólogo figura entre os intelectuais representantes da moderna Sociologia da Alemanha.

[...] não existe uma única história das idéias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas. Isto, entretanto, não quer dizer que não seja possível, ou útil, traçar-se essas diversas histórias. Tudo depende da utilidade do objetivo que se tem em vista. [...] se se está buscando identificar o sentido histórico das pregações sociais, a despeito da retórica manifesta que exibem, então [...] é útil. Se entretanto apenas se procuram justificativas científicas únicas para as opções que se fazem hoje, sejam opções metodológicas, teóricas ou políticas, então é inútil. Quase sempre é possível provar o oposto (SANTOS, 2002, p.65).

Podemos sugerir que a definição de institucionalização presente nas obras teóricas de Fernando de Azevedo, ao menos em parte, possibilitou ao “Intérprete suprimir da história os desvios e as derrotas do Sociólogo”. Desse modo, ao dialogarmos com sua versão a respeito da história da Sociologia no Brasil, procuramos direta ou indiretamente, problematizar o intérprete tentando identificar “[...] o sentido histórico [...] [de suas] pregações sociais, a despeito da retórica manifesta que exhib[ira]m [...]” (SANTOS, 2002, p.65).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer desta investigação, procuramos revisitar a história da Sociologia no Brasil a partir de uma perspectiva, a institucionalização. Por intermédio dela, buscamos entender se, e, em que medida, Fernando de Azevedo poderia ter contribuído no processo a partir do qual esta ciência se transformou em uma disciplina acadêmica no país. Seguindo este propósito, voltamos nossa atenção para desvelar algumas dimensões de seu trabalho intelectual teórico e prático.

Ao acompanharmos este sociólogo em sua trajetória intelectual/institucional, ao longo dos anos de 1920 e de 1960, contudo, com ênfase a partir da década de 1930, percebemos que esta não foi destituída de obstáculos, de reveses, de contradições, de manifestos, de silêncios, de amizades, de parcerias, de inimizades, de perseguições; tampouco de lacunas. Em relação a estas, tentamos superá-las buscando alguns subsídios no material presente no Fundo Pessoal de Azevedo, no IEB/USP; se obtivemos êxito, ou não, e, em qual medida, não cabe a nós avaliar.

Entre os caminhos percorridos por este ator social, perscrutamos alguns: o de formador da opinião pública, a respeito do valor da ciência e da educação, nas páginas do jornal **O Estado de S. Paulo**, e em outros veículos; o de reformador, nas repartições públicas, nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo; o de fundador, Diretor e professor na disciplina de Sociologia Educacional, no interior do IEUSP; o de catedrático de Sociologia Educacional – e, depois, de Sociologia II – e Diretor na FFCL da USP; o de editor, na Cia. Editora Nacional; o de fundador e Presidente da Sociedade que deu origem a SBS; e o de Diretor do CRPE/SP.

Em tais percursos, Azevedo posicionou-se entre a crítica literária e a análise sociológica, entre o ensino e a pesquisa, entre a reflexão e a prática administrativa. Vale destacar entre os elementos que conferiram unidade a sua ação, nestas instituições, e a seu pensamento, a aspiração de autonomia em relação aos poderes constituídos – e aos diferentes grupos de interesses na sociedade brasileira – e a preocupação em consolidar a Sociologia como uma ciência autônoma no país. Portanto, o fato de parte de sua produção teórica, principalmente, aquela escrita no contexto dos anos de 1930 e de 1940, ter proclamado a necessidade de uma ciência social “neutra” e “desinteressada” não nos pareceu algo contraditório em uma obra marcada pelo trânsito de seu autor entre a vida pública e a academia.

Azevedo trabalhou – tanto no âmbito teórico quanto no prático – para instituir a Sociologia como “afirmação”, isto é, enquanto uma possibilidade de explicar e de intervir na realidade social do país; e, para designá-la como “interrogação”, ou seja, como um instrumento a partir do qual se tornava plausível investigar o passado para compreender e solucionar os problemas do presente, e, simultaneamente, para subsidiar as escolhas relativas ao futuro.

As formulações deste sociólogo não ficaram indiferentes às demandas políticas, econômicas, culturais e sociais do Estado e da sociedade, durante as décadas que escreveu. Assim, ao se dedicar a refletir sobre a educação, a universidade, a Sociologia, a mudança social, a organização social, a unidade nacional, o progresso, o desenvolvimento, a história intelectual brasileira, dentre outros temas, a produção de Azevedo revelou uma coincidência entre o conteúdo das questões discutidas por ele e a agenda de problemas sociais politicamente importantes no país.

Ao fundar e administrar diferentes instituições e valorizar as pessoas como a parte fundamental destas, Azevedo acreditava na possibilidade de criar, de orientar, de difundir assim como de extinguir – não sem a presença de inúmeras resistências e embates – determinadas práticas sociais e pensamentos por intermédio dos processos e das idéias engendradas no interior das organizações.

Este intelectual, além de desenvolver uma definição para o conceito de cultura, por meio da expressão “cultura brasileira”²²⁸. E, deste modo, responder à demanda por identidade nacional, presente no contexto dos anos de 1930, parece ter procurado atuar no mercado cultural do país sob sua inspiração, colaborando diretamente nos seus processos de “modelagem”, de “remodelagem” e de difusão, ao selecionar, ao promover, ou ao deslocar, determinadas interpretações a respeito do país, seja como editor seja como autor.

A produção de Azevedo foi marcada pelo empenho em formular diretrizes práticas e justificativas teóricas para a realização da mudança social e da organização do Brasil. Desse modo, este sociólogo não apresentou uma “consciência amena do atraso”, conforme apontou Mota (2002 [1977]), mas um espírito construtivo e uma

²²⁸ Este apontamento pode parecer anacrônico ao considerarmos que seu livro **A cultura brasileira** foi publicado pela primeira vez em 1943. Contudo, o que estamos sugerindo é que as idéias sobre o que caracterizaria a cultura brasileira já se encontravam difusas nas reflexões deste intelectual nos anos de 1930.

responsabilidade científica e política; demonstrando um envolvimento ético com os problemas de seu tempo²²⁹.

A perspectiva de conciliação presente na abordagem de Azevedo, em particular, na obra **A cultura brasileira** (1971a [1943]), privilegiou ao contrário de uma visão aristocrática, elitista sobre o Brasil, conforme nos sugere a análise de Mota (2002 [1977]), um compromisso político de colaborar na construção de um país sem ódios étnico-raciais; com condições dignas para a sobrevivência dos diferentes segmentos da população; onde a diversidade pudesse se converter em um valor e, não apenas figurasse como um discurso retórico; e a educação fosse o caminho para a mudança da mentalidade e dos comportamentos sociais, criando oportunidades de mobilidade social e de efetivação da cidadania.

A defesa da “democracia racial”, que emergiu de forma difusa nas entrelinhas do livro **A cultura brasileira** (1971a [1943]), não significou o desconhecimento ou a negação dos conflitos sociais no país por parte deste sociólogo, mas parece ter apontado para a necessidade de seu reconhecimento como um valor; ou seja, como uma utopia da qual ele compartilhava. Diante do exposto, sugerimos que, embora a perspectiva adotada por Azevedo não esteja isenta de limites – e, assim, de críticas – ela seja tão válida quanto aquela que se orienta pelo conflito como abordagem interpretativa.

Ao revisitarmos a história da Sociologia no Brasil, a partir da perspectiva institucional, buscamos cotejar as versões propostas por três estudiosos da história intelectual e cultural do país, Sérgio Miceli, Renato Ortiz e Simon Schwartzman, com outras interpretações, presentes na literatura especializada sobre o tema. Resultou deste procedimento, um questionamento do próprio significado do conceito de institucionalização.

Isto nos permitiu, ao dialogarmos com a produção teórica e prática de Azevedo, sugerir uma versão distinta sobre parte da história de organização da Sociologia acadêmica no país. Nesta interpretação, este sociólogo – e outros, com perfil intelectual semelhante – puderam ser reconhecidos como atores e autores importantes. Contudo, mantemos a ressalva de Santos (2002), segundo a qual “[...] não existe uma única história das idéias políticas e sociais no Brasil, nem das disciplinas sociais, quando já institucionalizadas, que permita descartar as demais como falsas” (SANTOS, 2002, p.65).

²²⁹ Uma abordagem sugestiva da relação entre as dimensões política e científica no fazer intelectual pode ser encontrada no trabalho de Bastos e Rêgo (1999).

Assim, se por um lado, a relevância da concepção de institucionalização, como uma chave explicativa para entender a história desta área do conhecimento no país, parece-nos pertinente e válida, a utilização desta idéia, como se encontra sugerida nas formulações de autores como Miceli, Ortiz e Schwartzman, á guisa de exemplo, apresenta-se como problemática.

O emprego da perspectiva institucional pelos “novos” produtores sociais, inspirados nas referidas formulações, tem colaborado para que diversas hipóteses e linhas de investigação, entreabertas por alguns estudiosos ensaístas, permaneçam ainda na atualidade inexploradas, devido ao fato de seus autores serem classificados como “pré-científicos”. Entre tais linhas de pesquisa podemos destacar a Sociologia Educacional na produção de Fernando de Azevedo.

Por outro lado, a abordagem institucional realizada por este sociólogo nos sugere que ele possa ser um dos autores que se encontra na base da fundamentação do legado que identificamos como uma “moderna tradição” da institucionalização, presente nas obras de Miceli, Ortiz e Schwartzman. Um legado que apontamos como sendo responsável por colaborar para a reprodução de uma memória seletiva da história da Sociologia no Brasil. Portanto, ironicamente, a matriz institucional de Azevedo poderia compreender uma parcela – não assumida – da herança teórica que o desloca como um dos protagonistas desta história.

ANEXOS:

**CORRESPONDÊNCIAS
ATIVA E PASSIVA
FUNDO PESSOAL FERNANDO DE AZEVEDO**

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) /USP

Tabela 1: Correspondência Ativa (CA) e Passiva (CP) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)

Correspondentes Intelectuais e/ou Personalidades políticas ²³⁰	Instituição a qual estava vinculado ou país de origem da carta	Período () Quantidade * Houve seleção de trechos dos originais	Código de Referência no Fundo Pessoal de FA	Resumo dos conteúdos das correspondências e Observações gerais
A. Almeida Jr.		1949*	FA-CP-Cx1,38	Em carta de 7 de fevereiro, Almeida Jr. expõe seu parecer sobre o livro “ <i>Canaviais e engenhos na vida política do Brasil</i> ”, de autoria de Azevedo, afirmando seu caráter político. No decorrer da correspondência, Almeida Jr. ressalta a excelente página da obra, a respeito das “novas elites burguesas”, e expõe que conversou sobre o livro com Milton Campos, governador de Minas que o lia com profundo interesse. Almeida encerra a carta apontando tratar-se de uma grande obra.
Almeida Jr.		1948-1949	FA-CP-Cx1,36; FA-CP-Cx1,37	Nos anos de 1948-1949, Almeida Jr. também se correspondeu com Fernando de Azevedo. Assim, em carta de 1948, Almeida Jr. expressou que compartilhava da opinião de Azevedo a respeito da Universidade (sua organização e finalidade). Ainda neste período, Almeida Jr. dialogou com Azevedo, por carta, sobre o projeto de lei da LDB.
A. Lipschütz	Santiago	1944*	FA-CP-Cx18,31	Em 23 de novembro, Lipschütz escreve

²³⁰ Os nomes dos intelectuais, instituições e obras mantiveram a ortografia original das cartas.

				<p>perguntando se Azevedo o autoriza a reproduzir a avaliação que este fez a respeito do seu livro. E noticia que a publicação de “<i>Sociología de la Educación</i>”, pelo Fondo, acabou de chegar ao Chile e já repercutiu de forma favorável.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Afonso Arinos		1967	FA-CP-Cx2,55	<p>Em carta de 27 de julho, Arinos escreve sobre a existência de reconhecimento entre ele e Azevedo, apontando, inclusive, a constatação da reciprocidade em algumas abordagens – realizadas por ambos – e nas formas de pensar.</p>
Afrânio Coutinho	Rio de Janeiro	1954*	FA-CP-Cx9,67	<p>Em carta de 19 de novembro, Coutinho solicita que Azevedo escreva um ensaio de história intelectual a respeito do papel da educação na origem e no desenvolvimento de certas letras no Brasil. Neste sentido, requer de Azevedo um capítulo síntese do seguinte assunto: “<i>as raízes educacionais de nossa literatura</i>”. Explica Coutinho, que tal ensaio seria um subcapítulo que faria parte da introdução geral de sua obra – “<i>A literatura no Brasil</i>”.</p>
Afrânio Coutinho	Rio de Janeiro	1955*	FA-CP-Cx9,68	<p>Em correspondência de 22 de julho, Coutinho relata que ele e Leonídio fazem questão do ensaio de Azevedo, e justifica tal postura afirmando que ninguém poderia fazer o capítulo que ele lhe destinou. Sendo assim, no caso de uma não colaboração de Azevedo,</p>

				o tema seria riscado da obra.
Afrânio Coutinho	Rio de Janeiro	1955*	FA-CP-Cx9,70	Em 5 de novembro, Coutinho escreve a Azevedo agradecendo o trabalho escrito e enviado por este. Coutinho, afirmou que o mesmo estava ótimo e que honraria o seu livro.
Afrânio Coutinho	Rio de Janeiro	1973	FA-CP-Cx9,72	Em carta de 22 de março de 1973, Coutinho solicita a Azevedo o voto deste para o Sr. Andrade Muricy, para o Prêmio Machado de Assis, de 1973.
Alberto Venâncio Filho	Rio de Janeiro	1972*	FA-CA-Cx18,57	Em 17 de janeiro, Azevedo expõe para Venâncio Filho que possui um novo projeto de livro, mas que não sabe se ainda terá vida para sua concretização. Tal obra versaria sobre uma história de suas idéias, isto é, origem, evolução e transformação das mesmas diante dos fatos. Azevedo finaliza a carta afirmando que jamais possuiu idéias que não admitisse rever.
Alceu Amoroso Lima	Washington (EUA)	1952*	FA-CP-Cx17,42	Em carta de 22 de maio, Amoroso Lima informa o recebimento e agradece Azevedo pelo livro " <i>Princípios de Sociologia</i> ". Agradece a Azevedo também pela inserção, na referida obra, do seu nome (Amoroso Lima) nas correntes sociológicas no Brasil. Aponta que Azevedo, em uma das correntes, foi orientador e mestre incontestável. Amoroso Lima informa sobre o sucesso da recepção que " <i>A Cultura Brasileira</i> " – em sua edição inglesa – estava tendo nos EUA e, de forma particular, na

				OEA. Finaliza a carta oferecendo para Azevedo os seus préstimos na América.
Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde)	Centro D. Vital; Universidade do Distrito Federal; Membro Conselho Nacional de Educação	1970, 1971*	FA-CA-Cx9,39; FA-CA-Cx9,40	Azevedo parabeniza meio século de trabalho realizado por Amoroso Lima chamando a atenção para a fidelidade deste às próprias idéias fundamentais; bem como, a seus propósitos. Despede-se de maneira afetuosa dizendo, em ambas as correspondências, que sempre admirou Amoroso Lima, mesmo quando as divergências entre eles eram mais acentuadas.
Alfonso Ruelas Hernández	Fondo de Cultura Economica	1974*	FA-CA-Cx16,31	Em 22 de agosto, Azevedo agradece a atenção do Fondo em publicar uma nova edição de sua obra " <i>Sociología de la Educación</i> ".
Alfredo Buzaid	Ministro da Justiça	1972*	FA-CA-Cx4,71	Em carta de 17 de fevereiro, Azevedo parabeniza Buzaid e aponta que desejava reunir-se com o mesmo para uma troca de idéias sobre as questões culturais do país.
Alfredo Buzaid	Ministro da Justiça	1972, 1973	FA-CA-Cx4,72; FA-CA-Cx4,73	Azevedo agradece ao acolhimento caloroso que recebeu do Ministro e de sua família, em visita a casa deste, assim como o discurso proferido por este à Azevedo, em virtude de sua posse na Academia Brasileira de Letras (ABL).
Alfredo Buzaid	Ministro da Justiça	s/d	FA-CA-Cx4,70	Em telegrama, Azevedo afirma a Buzaid que seu voto na eleição para a sucessão da cadeira de Carlos Rizzini, na Academia Paulista de Letras (APL), pertencia a ele.

Alfredo Poviña	Córdoba	1936*	FA-CP-Cx25,36	<p>Em carta de 4 de agosto, Poviña comunica Azevedo que recebeu suas obras e no momento está lendo o livro “<i>Principios de Sociologia</i>”. De acordo com Poviña, o livro serviu para confirmar a excelente opinião que ele já possuía sobre Azevedo, a partir de conversas com Rául Orgaz. Para concluir esta carta, Poviña afirma que tal obra é uma honra para a Sociologia da América do Sul.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Alfredo Poviña	Córdoba	1940*	FA-CP-Cx25,37	<p>Em correspondência de 5 de fevereiro, Poviña informa o recebimento da obra “<i>Sociologia Educacional</i>”, a qual aponta como um verdadeiro tratado sobre o tema. Escreve que tal livro consistia na primeira obra que abordou de forma sistemática a educação, a partir de uma perspectiva sociológica. Poviña expõe que estava se dedicando em suas férias a ler os livros de Azevedo, sobre as quais pretende realizar um amplo comentário na <i>Revista da Universidade de Córdoba</i>. Poviña relata que conversou sobre “<i>Sociologia Educacional</i>” com Rául Orgaz e que ambos coincidiram na opinião lisonjeira sobre o livro. Nos últimos parágrafos desta carta, Poviña aproveita para agradecer a gentileza de Azevedo ao mencioná-lo em seu</p>

				<p>livro e comenta a viagem que realizou para São Paulo, assim como os amigos que lá fez, entre eles, o sociólogo Fernando de Azevedo.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Alfredo Poviña	Córdoba	1951* (3)	FA-CP-Cx25,38; FA-CP-Cx25,39; FA-CP-Cx25,40	<p>Em carta de 28 de janeiro, Poviña expõe sua satisfação em saber que a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), na qual Azevedo é Presidente, participará das atividades sociológicas organizadas por ele, dentre elas, o I Congresso Latino-Americano de Sociologia. Poviña conta que foi encarregado de redigir o Estatuto da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS) e de apresentá-lo no Congresso.</p> <p>Na carta de 18 de junho, Poviña relata à Azevedo que está trabalhando na organização do I Congresso e que tomou a liberdade de colocar a SBS como instituição filiada, junto as sociedades Mexicana, Peruana, Chilena, diversas argentinas, entre outras, no prospecto definitivo. Assim, ele aproveita a carta para solicitar de Azevedo um posicionamento oficial sobre a filiação. Poviña explica que o compromisso entre eles ainda não está formalizado e que ele encaminhará para Azevedo tanto o Estatuto da ALAS quanto o regulamento do I</p>

Congresso. E, mais, reitera o seu interesse que Azevedo e demais membros da SBS enviem trabalhos; bem como, que Fernando de Azevedo possa participar das deliberações sobre a ALAS no Congresso.

Em correspondência de 20 de julho, Poviña afirma ter recebido a carta resposta de Azevedo na qual este aprovou e incentivou, enquanto Presidente da SBS, o I Congresso Latino-Americano e a ALAS. Segundo Poviña, os organizadores do I Congresso tinham uma lista com os nomes de alguns sociólogos de São Paulo e do Rio de Janeiro os quais receberiam convite oficial, porém que ele gostaria que Azevedo sugerisse outros intelectuais além daqueles. Poviña reforça o pedido que Azevedo esteja no I Congresso tanto por sua legitimidade intelectual como autor e editor quanto por sua autoridade como Presidente da SBS e Vice-Presidente da Associação Internacional (ISA). Para demonstrar seu reconhecimento por Azevedo, Poviña o convida para pronunciar o discurso como representante das delegações estrangeiras. Ao final relata os problemas de financiamento vivenciados pelo I Congresso.

Obs: cartas escritas

				originalmente em espanhol.
Alfredo Poviña	Córdoba	1952* (4)	FA-CP-Cx25,41; FA-CP-Cx25,42; FA-CP-Cx25,43; FA-CP-Cx25,44	Em carta de 3 de maio, Poviña explica que estava de pleno acordo sobre o adiamento da data do II Congresso de Sociologia da ALAS, pois compreendia que não haveria tempo hábil para uma organização com êxito. Relata a Azevedo que escreveu nestes termos a Pires Pinto, o qual havia lhe contado que conversara com Azevedo. Poviña expõe que entendia não haver nenhum inconveniente em fazer alterações no Estatuto da ALAS durante o Congresso, em 1953. Explica a Azevedo que o interesse dele enquanto Presidente da ALAS era que ela progredisse e se tornasse de fato uma entidade representativa dos sociólogos latino-americanos. E, mais, que ficasse claro que a ALAS não visava nenhuma finalidade que não fosse de caráter científico. Neste contexto, escreve Poviña, se a SBS concordasse em participar do II Congresso de Sociologia, gostaria que Azevedo integrasse a Comissão Organizadora, juntamente com outros dois ou três eminentes cientistas sociais; isto contemplaria as instruções que Azevedo havia transmitido, em outra oportunidade, para Pires Pinto. Poviña afirma ainda que, somente nestas condições e, com o apoio do Governo, o II Congresso

			<p>poderia ser bem sucedido.</p> <p>Em correspondência de 10 de junho, Poviña, na condição de Presidente da ALAS, expõe ter sido uma honra receber a carta de Azevedo na qual este confirmou oficialmente a adesão da SBS. Poviña escreve que a obra de Azevedo dignificava o Brasil e desempenhava um papel chave na Sociologia latino-americana. Poviña aproveita para agradecer Azevedo por ter aceito o convite para compor o Comitê Organizador do II Congresso de Sociologia. Expõe Poviña, que para realizar a composição do Comitê, desejava que Azevedo sugerisse outros nomes além dos já designados: Carneiro Leão, Gilberto Freyre e Pires Pinto (como secretário). Poviña parece acreditar que este último poderia auxiliar na superação de possíveis dificuldades políticas e/ou financeiras na realização II Congresso. No final da carta indagou sobre o que Azevedo pensava a respeito dos encaminhamentos para o II Congresso e qual a melhor data para a realização do evento.</p> <p>Em 22 de agosto, Poviña relata a Azevedo que esteve na Bolívia participando do I Congresso Boliviano de Sociologia e que, nesta ocasião, foi fundada a Sociedade Boliviana de Sociologia que na figura</p>
--	--	--	---

			<p>de seu Presidente, José Antonio Arze, se filiou a ALAS. Comenta também que foi convidado para fazer várias conferências pelo país e que obteve, dos representantes da sociedade boliviana, a promessa que eles participariam do II Congresso Latino-Americano. Em outro momento da carta, expõe que recebeu uma correspondência de Pires Pinto na qual este aponta o bom andamento da organização do II Congresso. Poviña afirma que ficou satisfeito com a composição do Comitê, porém que entendia que o mesmo poderia ser ampliado com algum outro nome de São Paulo. Poviña considerou a definição da agenda do II Congresso algo delicado, em virtude disso, afirmou que convinha restringi-la junto com Azevedo, a fim de evitar inconvenientes. Neste sentido, Poviña incluiu, em anexo, uma proposta de agenda para apreciação de Azevedo; relatou a este último que encaminhou tal anexo também para Pires Pinto.</p>
--	--	--	---

Em 21 de setembro, Poviña comunica a Azevedo que recebeu a proposta de agenda para o II Congresso, com a qual estava de pleno acordo, e também a composição do Comitê, o qual, nas palavras de Poviña, foi formado pelos intelectuais mais representativos da

				<p>Sociologia Brasileira. Poviña indagou a Azevedo o que ele pensava sobre incluir outros dois nomes entre os diretores: Álvaro Magalhães e Tristão de Atayde. De acordo com Poviña, nada se perderia com tal inclusão; ao consultar Azevedo sobre esta possibilidade expôs que também estenderia a consulta a Odorico. Poviña escreveu, no rodapé da carta, que outras sugestões de nomes seriam Amaral Fontoura e Mário Lins.</p> <p>Obs: cartas escritas originalmente em espanhol.</p>
Alfredo Poviña	Córdoba	1953*	FA-CP-Cx25,45	<p>Em 13 de agosto, Poviña conta que acabava de regressar a Córdoba após uma agradável convivência com Azevedo e sua família, no Brasil, e aproveita para mencionar que sua antiga amizade, nascida no calor da Sociologia, tornou-se demais pessoal e será imortalizada pela memória.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Alfredo Poviña	Córdoba	1954*	FA-CP-Cx25,46	<p>Em correspondência de 3 de maio, Poviña agradece a sugestão de Azevedo sobre o primeiro ponto da agenda do III Congresso Latino-Americano de Sociologia e expõe que sua proposta talvez pudesse ser enunciada com outra redação. Com tal alteração, Poviña acreditava poder evitar possíveis dificuldades para o estabelecimento</p>

				<p>de consensos entre os participantes. Em outro momento da carta, Poviña relata que seu livro “<i>La Sociología Contemporânea</i>”, a ser publicado, será ilustrado com fotos. Dentre as quais, gostaria que uma fosse a de Fernando de Azevedo, por este consistir em uma das figuras intelectuais mais representativas da Sociologia na América Latina. Deste modo, solicita que Azevedo lhe envie com urgência uma fotografia e também que encaminhe, caso tenha, as de Ginsberg e de Freyer.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
André Dreyfus	Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (USP)	1943*	FA-CP-Cx10,33	Em 25 de junho, Dreyfus comunica Azevedo sobre a resolução unânime da Congregação de aprovar um voto de louvor e de agradecimento aos serviços prestados por ele, enquanto Diretor da FFCL.
Antonio Augusto Martins Querido	Paris	1959*	FA-CP-Cx25,78	Em carta de 13 de outubro, Martins Querido agradece a Azevedo pela oferta da obra “ <i>Sociologia Educacional</i> ” e menciona que, devido ao fato de estar orientando suas pesquisas para o campo educacional, tal obra será seu livro de cabeceira. Martins Querido solicita a Azevedo uma oportunidade para trabalhar como pesquisador para o Brasil. E aproveita para informar que seu orientador consistia no

				prof. Roger Bastide. Solicita que, caso Azevedo tivesse interesse em tê-lo como pesquisador do CBPE, lhe enviasse suas orientações bibliográficas para que pudesse aproveitar ao máximo sua estadia na França.
Antonio Augusto Martins Querido	Paris	1959*	FA-CP-Cx25,79	Em correspondência de 23 de novembro, Martins Querido agradece Azevedo por sua carta e afirma que resolveu orientar definitivamente seus estudos para o campo educacional. Aponta que por encontrar-se encarregado da Biblioteca do Centro de Estudos Sociológicos (que pertence ao C.N.R.S.) irá sugerir para permuta institucional de livros e revistas, dentre outras publicações, o <i>Boletim</i> editado pela FFCL da USP. No final da correspondência expõe que irá abandonar o tema das cidades universitárias e se dedicará a um assunto envolvendo a sociologia educacional. Algo que seria definido quando já estivesse no Brasil.
Antonio Candido	USP	1973*	FA-CA-Cx4,86	Em correspondência de 18 de março, Azevedo agradece as referências feitas por Candido a sua contribuição na fundação da USP, em mesa redonda realizada no IEB.
Antonio Candido de Mello e Souza	USP	1957*	FA-CP-Cx7,25	Em correspondência de 14 de agosto, Candido expõe que se sente à vontade como Assistente de Azevedo, que este consegue ser chefe sem ser intolerante. E mais, que Azevedo é mestre

				pela capacidade que sempre apresentou de facultar a cada um realizar sua personalidade. Finaliza com afetuoso agradecimento.
Antonio Candido de Mello e Souza	Paris	1965*	FA-CP-Cx7,39	Em carta de 21 de outubro, Candido relata que ao chegar a Paris encontrou-se casualmente com Florestan e ambos passaram dias agradáveis juntos. De acordo com Candido, Florestan estava abatido, porém fazendo da ação de Azevedo grandes elogios. Candido menciona seu desejo de retornar ao Brasil e colocar-se ao lado de Azevedo.
Antonio Carneiro Leão	Rio de Janeiro	1932	FA-CP-Cx16,37	Em carta de 5 de janeiro, Carneiro Leão comenta sobre o discurso proferido por Azevedo, no encerramento da 5ª. Conferência Nacional de Educação, considerado por ele (Leão) magistral.
Antonio Carneiro Leão	Rio de Janeiro	1933	FA-CP-Cx16,38	Em carta de 28 de agosto, Carneiro Leão discute sobre a conferência de Azevedo, a respeito do problema da educação rural, e solicita que este reproduza tal trabalho e o divulgue entre educadores e homens do governo.
Antonio Carneiro Leão	Rio de Janeiro	1944*	FA-CP-Cx16,39	Em correspondência de 26 de abril, Carneiro Leão expõe que ao ser convidado para organizar um curso da Associação Comercial incluiu o nome de Azevedo entre os daqueles que se encarregariam de ministrar tal curso. Informa ainda que entre os selecionados por ele

				destacaram-se: Lourenço Filho, M. A. Teixeira de Freitas, Joaquim Farias de Góes, José Farias de Góes, Raul Bittencourt e Oliveira Viana, além, dele próprio, e de Azevedo. Explica que pensou no seguinte tema para a aula de Azevedo: “ <i>A Economia Nacional e a educação universitária</i> ” e justificou tal escolha apontando que outro não poderia dar a profundidade e a clareza necessárias a tal assunto. Carneiro Leão relata que a Associação não irá remunerá-los, todavia, pagará as passagens de ida e volta dos palestrantes. Finaliza a carta desejando que Azevedo aceite o convite.
Armand Cuvillier		1940*	FA-CP-Cx10,1	Em 25 de abril, Cuvillier expõe que apreciou o livro “ <i>Princípios de Sociologia</i> ”, de autoria de Azevedo. Afirma que gostou particularmente do capítulo “Le Problème des fins dans l’education”, o qual registra de forma sugestiva a gravidade dos problemas nesta matéria. E demonstrou sua satisfação em ver citados no livro sociólogos e filósofos franceses, particularmente, em um momento no qual a França encontrava-se em um conflito, responsável por colocar em jogo os valores do humanismo e do universalismo. Obs: correspondência manuscrita originalmente em francês.
Austregésilo de	ABL	1968	FA-CP-Cx2,59	Austregésilo de Athayde

Athayde				menciona, em carta de 12 de agosto, sobre a merecida posse de Azevedo na Academia Brasileira de Letras (ABL).
Austregésilo de Athayde	ABL	1969	FA-CP-Cx2,60	Em carta de novembro de 1969, A. Athayde escreve para Azevedo agradecendo o apoio deste último para ele, no processo de eleição da Diretoria da ABL.
Austregésilo de Athayde	ABL	1969	FA-CP-Cx2,61	Já em carta de dezembro, Athayde informa que fará o possível para auxiliar Fernando de Azevedo diante da situação de adversidade (saúde) que este se encontra. O autor da carta reafirma sua amizade e respeito por Azevedo.
Austregésilo de Athayde	ABL	1973*	FA-CP-Cx2,69	Em carta de janeiro existe o registro de um diálogo sobre a construção de um centro cultural sob o patrocínio da ABL. Ainda nesta correspondência, Athayde sugere que Azevedo encaminhe seus livros “ <i>Vigílias sob a Lâmpada</i> ” e “ <i>No roteiro da Ciência e Cultura</i> ” para serem publicados pela imprensa da ABL, pois apesar da demora a impressão acaba saindo. Finaliza a carta solicitando que Azevedo lhe enviase uma cópia de “ <i>Vigílias</i> ”.
Baptista Pereira	Rio de Janeiro	1927*	FA-CP-Cx24,42	Em carta de 28 de janeiro, Pereira aponta que apesar de ainda não ter dado os parabéns a Azevedo, por sua nomeação para o cargo de Diretor da Instrução Pública do Distrito Federal, já havia parabenizado o Presidente W. Luís e o

				Prefeito A. Prado pela excelente escolha de ambos para tal cargo.
Baptista Pereira	Rio de Janeiro	1929*	FA-CP-Cx24,43	Em carta de 8 de maio, Pereira menciona que se encontra escrevendo a obra “Directrizes Nacionaes”, sendo uma das principais idéias do livro: o reconhecimento da carreira do magistério. Pereira entende que as características da obra apontavam para a necessidade de aproximação entre eles. No final da carta, solicita que Azevedo auxilie, no que for possível, o Sr. Arlindo Augusto Suzarte.
Barbosa Lima Sobrinho	Rio de Janeiro ABL	1966*	FA-CP-Cx17,78	Em carta de 22 de dezembro, Lima Sobrinho relata a Azevedo que recebeu sua carta e livros. Expõe que estes últimos eram conhecidos por ele, inclusive, tinha feito uso deles em um curso de Sociologia que ministrou na Faculdade de Ciências Econômicas, da Universidade da Guanabara. Finaliza a correspondência desejando êxito na candidatura de Azevedo para a ABL.
Barbosa Lima Sobrinho	Rio de Janeiro ABL	1968 (2)*	FA-CP-Cx17,79; FA-CP-Cx17,80	Em carta de 25 de julho, Lima Sobrinho afirma que também lamenta não poder conviver mais intimamente com Azevedo, pessoa pela qual sempre sentiu afinidade e apreço pelo trabalho. Finaliza escrevendo que aguardava a posse de Azevedo na ABL. Obs: Em bilhete de 4 de setembro de 1968, Barbosa L. Sobrinho desculpa-se por não

				poder (por razões médicas) comparecer a posse de Azevedo na Academia de Letras.
Barbosa Lima Sobrinho	Rio de Janeiro ABL	1972*	FA-CP-Cx17,81	Em carta de 5 de junho de Lima Sobrinho agradece a Azevedo por presenteá-lo com sua obra " <i>História de Minha Vida</i> ". Comenta que Azevedo nunca foi filiado a partido político interessado no poder, ao contrário, foi sempre um técnico; um intelectual responsável por desenvolver um amplo trabalho cultural para no país. Relata ainda que, Azevedo parece ter conseguido preservar o ideal que o inspirava, em todos os cargos que exerceu.
Bloch Editores		1972 (2)*	FA-CA-Cx4,40; FA-CA-Cx4,41	Em cartas datadas dos meses de junho e julho, Azevedo parabeniza os empreendimentos editoriais realizados pela Bloch.
Carlos Alberto Echanove Trujillo	México	1948*	FA-CP-Cx10,46	Em 23 de agosto, Echanove Trujillo conta para Azevedo que fará uma exposição, inclusive, na França, sobre os principais sociólogos latino-americanos, e solicita que este, à medida que o considera um dos membros deste panteão, lhe envie retrato e obras, assim como dados biográficos para que possam constar na exposição. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Carlos Alberto Echanove Trujillo	México	1951*	FA-CP-Cx10,47	Em 24 de janeiro, Echanove Trujillo, na condição de Presidente do Seminário Mexicano de Sociologia, escreve a

				<p>Azevedo expõe os objetivos do Seminário, entre os quais constava estabelecer relações de troca entre grupos e instituições profissionais no campo da Sociologia. Neste contexto, solicita que Azevedo lhe envie suas obras para esta finalidade e afirma que os mexicanos farão o mesmo.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Carlos Alberto Echanove Trujillo	México	1959*	FA-CP-Cx10,49	<p>Em 31 de agosto, Echanove Trujillo, na condição de Presidente do XIX Congresso Internacional de Sociologie, escreve para Azevedo para que este saiba quem são os membros do Comitê e para convidá-lo em nome deste último para que prestigie o referido Congresso.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Carlos Chagas Filho	Rio de Janeiro	1972*	FA-CP-Cx8,58	<p>Em carta de 11 de dezembro, Carlos Chagas Filho acusa o recebimento da correspondência de Azevedo e relata sua admiração pelo mesmo, em particular, por sua obra “<i>A Cultura Brasileira</i>”. Trabalho este, que segundo o autor da carta, deveria ser conhecido de todos os brasileiros que se interessam de fato pelo Brasil.</p>
Carlos Chagas Filho	Rio de Janeiro	1973	FA-CP-Cx8,59	<p>Em carta de 17 de janeiro de 1973, Carlos Chagas Filho recorre a Azevedo para que este o apóie em sua candidatura para a</p>

				vaga de Marques Rebelo (na ABL). Azevedo não pode apoiá-lo, pois havia se comprometido com outro candidato. No entanto, Chagas Filho insiste em angariar seu voto para o caso de uma nova votação.
Carlos Correa Mascaro Diretor Substituto	Centro Regional de Pesquisas Educacionais Prof. Queiroz Filho CRPE/SP	1966*	FA-CP-Cx21,41	Em carta de 18 de março, Mascaro, diferentemente, das críticas de Jardim em 1960, aponta uma avaliação positiva da gestão de Azevedo no CRPE/SP. Mascaro escreve que a direção de Azevedo apresentou eficiência e visão nos primeiros anos deste Centro, assegurando as bases para seu desenvolvimento posterior. Mascaro solicita que Azevedo colabore com o envio de um artigo de sua autoria para o número comemorativo da revista do Centro.
Carlos Delgado de Carvalho	Pioneiro da Geografia no Brasil; IBGE	Década de 1940 (2)	FA-CP-Cx8,4; FA-CP-Cx8,5	Delgado de Carvalho dialoga com Azevedo sobre a publicação dos livros deste último.
Carlos Drummond de Andrade	Chefe do Gabinete do Ministério da Educação – RJ	1946*	FA-CP-Cx2,24	Em 10 de outubro, Drummond expõe que se encontra organizando uma antologia da poesia brasileira de caráter social e que, ao lembrar-se do trabalho realizado por Azevedo na obra “ <i>Ensaio</i> ”, achou pertinente lhe solicitar algumas referências bibliográficas.
Carlos Frederico Werneck de Lacerda	Jornalista	1972 (3)*	FA-CA-Cx8,6; FA-CA-Cx8,7; FA-CA-Cx8,8	Nestas cartas, Azevedo agradece as palavras Lacerda sobre seu livro: “ <i>História de minha vida</i> ”, publicadas em matéria no jornal. E comenta que ler Lacerda é como ouvi-lo nos auditórios.

				<p>Obs: Curiosidade nas correspondências: o tom de amizade presente nas cartas obscurece os fortes empates de outrora, no contexto da LDB.</p>
Carlos M. Rama	Universidad de Montevideo	1960*	FA-CP-Cx26,5	<p>Carlos M. Rama escreve em 17 de dezembro à Azevedo relatando que há muitos anos utiliza sua obra "<i>Sociologia Educacional</i>" e que possui também um grande interesse pelo livro "<i>A Cultura Brasileira</i>". Comenta que é amigo de Maria Isaura de Queiróz e que a mesma lhe contou que Azevedo o aceitou como sócio estrangeiro da SBS. Rama relata que estará encaminhando para Azevedo um exemplar de seu livro: "<i>Las clases sociales en el Uruguay</i>" para retribuir sua gentileza de ofertar-lhe a 3ª. edição de "<i>A Cultura Brasileira</i>".</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Carta coletiva assinada por Florestan Fernandes, Maria Isaura Queiróz, Antonio Candido, Octavio Ianni, José Albertino Rodrigues, Lia Fukui, Lisias Negrão, Eva Alterman Blay, Álvaro Gullo, Eder Simão Sader etc.	USP	1968*	FA-CP-Cx10,77	<p>Em carta de 24 de setembro, os colaboradores (antigos e atuais) da Cadeira de Sociologia II saúdam Fernando de Azevedo pela posse na Academia Brasileira de Letras. De acordo com a carta, Azevedo consistia em um reformador, lutador inconformado, homem de vanguarda, que refletia o que havia de mais nobre na inteligência brasileira. Os intelectuais que a assinaram afirmaram que com semelhante gesto cultuavam a um grande</p>

				amigo.
Carta Coletiva: José Querino Ribeiro; Herbert Baldus; Lucila Herrmann; Antonio Candido de Mello e Souza; Oracy Nogueira; Egon Schaden; Vicente Unzer de Almeida; Antonio Rubbo Muller; Mário Wagner Vieira da Cunha	São Paulo	1953*	FA-CP-Cx26,56	Em 18 de setembro, os citados intelectuais escreveram para Azevedo, no processo de organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia, solicitando que ele reconsiderasse seu pedido de renúncia da presidência do Congresso. Como justificativa afirmaram que sua orientação era imprescindível ao bom êxito dos trabalhos, os quais, tanto a iniciativa quanto o planejamento e a execução se deviam a sua dedicação. No decorrer desta carta, os intelectuais que a assinaram, afirmaram que Azevedo consistia em um esclarecido mentor para a SBS.
Cel. Lima Figueirêdo Diretor	Ministério da Viação e Obras Públicas	1947	FA-CP-Cx11,xx xx o número da carta não foi localizado. Contudo, há outro documento que assegura sua existência. Este pode ser encontrado na Seção Atividades Profissionais: FA-AP-Cx03,41	Em carta de 9 de janeiro, Figueirêdo é o representante por parte do governo na negociação sobre a publicação do livro de Azevedo " <i>Um trem corre para o oeste</i> ". Enquanto o Ministério da Viação e Obras Públicas apresenta-se como a instituição que intermediou as negociações.
Cel. Lima Figueirêdo Diretor	Ministério da Viação e Obras Públicas	1949*	FA-CP-Cx11,51	Em 7 de outubro, Figueirêdo comunica Azevedo que recebeu do Novelli, a informação que o nome do Fabio (filho de Azevedo) havia sido anotado para ser aproveitado numa das vagas de Inspetor do Trabalho em São Paulo.
Charles O'Neil		1972*	FA-CP-Cx24,7	Em correspondência de 7 de maio, Charles O'Neil questiona Azevedo sobre quais os critérios que foram estabelecidos por

				ele e por Anísio para a seleção das pessoas que assinaram o Manifesto de 1932.
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,23	<p>Em carta de 16 de fevereiro, Lévi-Strauss expressa sua gratidão a Azevedo pela mensagem cordial e calorosa que este enviou, enquanto Diretor da FFCL da USP, à <i>École Libre des Hautes Études</i>, no contexto de sua inauguração. Explica que o Sr. Focillon, então Presidente, não pôde realizar tal agradecimento, tampouco comparecer a cerimônia de inauguração por encontrar-se doente. Em outro momento da carta, Lévi-Strauss rememora com carinho suas experiências em São Paulo e suas amizades preciosas – entre as quais, a que estabeleceu com Fernando de Azevedo. Lévi-Strauss comenta que se tivesse uma oportunidade de retornar a América do Sul, aceitaria sem hesitação. Expõe sobre o desenvolvimento de seu trabalho no Centro Latino-Americano da <i>École</i>, e que espera que Azevedo aceite sua inclusão – realizada por Lévi-Strauss – no quadro de membros correspondentes desta instituição. Despede-se afetuosamente.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,24	Em carta de 20 de abril, Lévi-Strauss informa Azevedo que o número da Revista da <i>École</i> ,

				<p>dedicado ao público da América Latina, será publicado no mês de julho. E convida Azevedo a tornar-se um colaborador da publicação, não apenas na edição de julho, mas de forma permanente.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,25	<p>Em carta de 24 de maio, Lévi-Strauss comenta que recebeu as cartas de Azevedo colocando-lhe a par da situação da FFCL da USP. Expõe que ficou honrado pelo fato de Azevedo solicitar a ele sugestões de nomes para as vagas nas cadeiras recém-criadas na referida instituição. Neste sentido, Lévi-Strauss afirma que irá dedicar todos os seus esforços para ser digno de tal confiança. E explica ainda que, não ignorando o caráter confidencial da carta de Azevedo, convidou o Sr. Jacques Maritain para auxiliá-lo a selecionar possíveis candidatos e recolher suas referências para apresentá-las a Azevedo. Despede-se afetuosamente.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,26	<p>Em carta de 17 de julho, Lévi-Strauss dialoga com Azevedo sobre a cadeira de Italiano, segundo a qual ele compreende encontrar-se melhor provido. Expõe que, naquele contexto, possuía dois candidatos desejosos de ir ao Brasil,</p>

				<p>um deles seria o Sr. Lamberto Borghi. Lévi-Strauss explica que não o conhecia pessoalmente, todavia, o Sr. Julien Bonfante, o qual era professor na Universidade de Princeton, qualificou Borghi como “digno de toda consideração”. Lévi-Strauss explica que a existência destes candidatos não encerraria sua investigação em torno de outros nomes. Comenta também que, caso Azevedo tenha interesse por um dos dois ou pelos dois candidatos sugeridos ele (Lévi-Strauss) se comprometia a conhecê-los e então enviar uma opinião pessoal sobre os mesmos. Coloca-se a disposição de Azevedo e despede-se de forma atenciosa.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,27	<p>Em carta de 29 de julho, Lévi-Strauss explica a Azevedo que se encontra em anexo um conjunto de documentos relativo à candidatura do Sr. Lamberto Borghi, para a cadeira de Língua e Literatura Italianas. Comenta que, mesmo sendo filosófica a formação de Borghi, este se encontrava em atividade na área, inclusive, possuindo experiência no ensino de Literatura Italiana. Expõe ainda, em outro momento da carta, que na próxima semana poderia confirmar para Azevedo a proposta de uma nova e excelente candidatura</p>

				<p>para a cadeira de Grego da USP; isto no caso da candidatura do Sr. Jakobson parecer a Azevedo inaceitável. O novo candidato seria o Sr. René Etiemble. Finaliza a carta afirmando que quando tal candidatura se oficializar informará a Azevedo.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,29	<p>Em carta de 31 de agosto, Lévi-Strauss expõe que considera a candidatura do Sr. Antonio Pace como definitivamente descartada. No que se refere ao Sr. Borghi, comenta que o conheceu pessoalmente e entendeu que este não representava o tipo de homem e a qualidade de mestre conveniente a Faculdade de Filosofia da USP. Lévi-Strauss afirmou ainda que, malgrado a alta posição ocupada pelo Sr. M. Prezzolini, na cúpula italiana da Universidade de Columbia, este possuía referências inquietantes sobre sua postura política; e que isto inviabilizava que ele (Lévi-Strauss) atuasse como um possível intermediário na negociação entre a USP e o Sr. Prezzolini, sobre a cadeira de Italiano. Em outro momento, Lévi-Strauss menciona que se comunicou, por carta, com o Sr. George Dumas e lhe colocou a par da situação brasileira. Lévi-Strauss aponta que nesta interlocução com Dumas,</p>

				<p>constatou-se ser impossível obter do Ministério das Relações Exteriores francês, que alguém autorizasse a certos professores virem lecionar no Brasil. Neste sentido, explicou a Azevedo que também acabou a esperança de contar com a França para o fornecimento de bons candidatos para trabalhar no Brasil.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,30	<p>Em carta de 22 de setembro, Lévi-Strauss comunica a Azevedo que tendo recebido a informação, segundo a qual foram feitas reservas em relação à candidatura do Sr. René Etiembre a cadeira de Língua e Literatura Gregas, ele (Lévi-Strauss) voltou sua atenção para outra direção. Esta última contemplou o nome do Sr. M. Henri Gregoire. Informa que Gregoire terá imenso prazer em vir para São Paulo para ensinar grego, por um ano e que, depois deste período, compromete-se a auxiliar Azevedo a encontrar um candidato definitivo para tal cadeira. Lévi-Strauss expõe que o conhecimento das dificuldades enfrentadas por Azevedo na USP, dentre outros aspectos, seriam parte das razões que levaram este a manifestar seu interesse pelo retorno dele (Lévi-Strauss) para São Paulo. Explica Lévi-Strauss que</p>

				<p>não possuía desejo maior do que aquele de retomar seu lugar na USP, instituição que tanto amou e com a qual se mantém ligado por fortes laços. Expõe que apesar do interesse em voltar a USP, o mesmo encontrava-se condicionado pelo desenvolvimento da conjuntura internacional, pois ele estava situado, em uma posição semi-militar, a frente das Forças Francesas Livres. Por outro lado, expõe a Azevedo que para o seu regresso a São Paulo necessitaria também obter o aval de dois organismos dos quais dependia naquele momento: a Fundação Rockefeller e o Comitê Nacional Francês de Londres. Contudo, afirmava possuir razões para acreditar que ambas as instituições não lhe recusariam tal autorização.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,31	<p>Em carta de 6 de outubro, Lévi-Strauss comunica a Azevedo que em breve irá propor uma boa candidatura para a cadeira de Física: o Sr. Chevrier, o qual era professor de Física da Universidade de Beyrouth. Em outro momento da carta, expõe que o Sr. Borgese lhe confirmou a notícia de seu interesse em vir para o Brasil, desde que as dificuldades financeiras – sobre as quais ele (Lévi-Strauss) escreveu ter</p>

				<p>feito alusão em cartas anteriores – recebessem da parte de Azevedo uma solução favorável. Despede-se de forma afetuosa.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1942*	FA-CP-Cx17,32	<p>Em carta de 2 de novembro, Lévi-Strauss comenta com Azevedo sobre uma nova proposta de candidatura para a cadeira de Língua e Literatura Italianas.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Claude Lévi-Strauss	École Libre des Hautes Études EUA	1943*	FA-CP-Cx17,35	<p>Em carta de 20 de julho, Lévi-Strauss comunica Azevedo que espera que a posição deste, de renunciar a viagem aos Estados Unidos, não seja definitiva e expõe que esperavam vê-lo, em breve, entre eles na <i>École</i>. Despede-se de forma afetuosa.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em francês.</p>
Cordell Hull	Consulado Americano	1942*	FA-CP-Cx14,33 (Telegrama)	<p>Assunto: missões professorais para a Universidade de São Paulo. O documento registra o interesse do prof. Edward P. Hutchinson e sua ressalva, segundo a qual, não estaria disponível por seis (6) meses. Informa que quatro (4) outros nomes foram inquiridos sobre a possibilidade de vir participar em uma missão em São Paulo: Gordon Floyd Ferris, John Van Horne, Rodney Potter Robinson e</p>

				<p>Donald Keith Adams. O documento aponta que haverá uma visita de Fernando de Azevedo aos Estados Unidos e que nesta seria oportuno consultá-lo a respeito do assunto.</p> <p>Obs: telegrama escrito originalmente em inglês.</p>
Costa Pinto	SBS	1953*	FA-CA-Cx13,53	<p>Digressão: esta correspondência trata do tema da estrutura de funcionamento da Sociedade Brasileira de Sociologia. Contexto que motivou a mesma a ser escrita por Azevedo: Costa Pinto encaminhou uma carta a A. Rubbo Miller (primeiro Secretário da Sociedade) falando da necessidade de reuniões para discutir os problemas de estrutura. Tal carta foi encaminhada por Miller à Azevedo, que escreveu a Costa Pinto em 10 de abril de 1953. Nesta carta, Azevedo explica que a estrutura atual da Sociedade pode ser alterada por deliberação da maioria dos sócios em uma Assembléia Geral Extraordinária. Contudo, solicita que Costa Pinto considere que o momento não é oportuno para isso, afinal, a organização do I Congresso Brasileiro de Sociologia, com suas respectivas dificuldades, está requerendo muita atenção dos organizadores, sendo assim, seria mais conveniente fazer uma avaliação da estrutura da Sociedade e de sua possível alteração, após a realização do I</p>

				<p>Congresso. Azevedo argumenta que, como um dos fundadores da entidade, que a mesma encontra-se em processo de organização. Azevedo expõe que foram instaladas seções da SBS no Distrito Federal e em Pernambuco, mas que há outras para fundar na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná etc.. Esclarece que foi a Comissão do IV Centenário da fundação da cidade de São Paulo que forneceu os recursos financeiros para o Congresso; e lembra que nenhuma medida em relação ao evento foi tomada por ele, enquanto Presidente do Congresso, sem o conhecimento e a aprovação dos Presidentes das seções de Pernambuco e do Rio de Janeiro, respectivamente, Pinto Ferreira e Costa Pinto. Relata ainda que no programa de ação dos organizadores do evento inscrevem-se a <i>Revista Brasileira de Sociologia</i> e a publicação dos <i>Anais</i> (sob o patrocínio da Comissão do IV Centenário). Ao reiterar que o momento do Congresso não é oportuno para mudanças na SBS, lembra que o regime do Congresso fora aprovado por Costa Pinto e por Pinto Ferreira. Afirma que estando no fim de sua carreira não tem outro propósito senão o de deixar para a nova geração de sociólogos – na qual Costa Pinto se destacava – uma associação científica útil e de altas finalidades no</p>
--	--	--	--	--

				que tange aos estudos e pesquisas sociológicas e antropológicas no Brasil, uma instituição que pudesse impor respeito dentro e fora do país.
Damasco Penna	São Vicente	1937*	FA-CP-Cx24,40	Em carta de 11 de janeiro, Penna comenta com Azevedo que recebeu uma correspondência do prof. A. Cuvillier. A partir desta, Penna escreve que achou oportuno mencionar com Azevedo sobre o livro de Cuvillier. Expõe que compreendia que tal obra poderia interessar a Biblioteca [BPB], sob a direção de Azevedo. Biblioteca esta, na qual a Sociologia já se encontrava bem representada pelo livro de Azevedo: “Princípios de Sociologia”.
Damasco Penna		1958*	FA-CP-Cx24,41	Em 2 de maio, Penna responde a correspondência de Azevedo, datada de abril. Neste documento, Penna afirmava ter amigos memoráveis como Azevedo, o qual era por ele considerado um mestre. Expõe que estava trabalhando em vários projetos editoriais – traduções para a Cia. Ed. Nacional – mas que não se animava a escrever um livro de sua autoria, assim, afirmava preferir permanecer lendo autores como um Fernando de Azevedo.
Damasco Penna	Santos	1963*	FA-CP-Cx24,42	Em carta de 31 de julho, Penna afirma que a aposentadoria de homens como Azevedo era apenas simbólica, pois sua obra permanecia viva nos livros, nas instituições de ensino e

				<p>nos trabalhos desenvolvidos por seus discípulos – no que se refere a Azevedo, Penna afirmou consistir em um deles. Em outro momento desta carta, Penna relata sua satisfação em ver seu nome associado ao de Azevedo, principalmente, em dois trabalhos: o de 1933 – o Código de Educação – e o de 1947 – o de Consolidação das Leis de Ensino, do Estado de São Paulo.</p>
Daniel Cosio Villegas	Director del Fondo de Cultura Economica (México)	1942 (9)	<p>FA-CP-Cx9,43; FA-CP-Cx9,44; FA-CP-Cx9,45; FA-CP-Cx9,46; FA-CP-Cx9,47; FA-CP-Cx9,48; FA-CP-Cx9,49; FA-CP-Cx9,50; FA-CP-Cx9,51</p>	<p>Em carta de 22 de fevereiro de 1942, Villegas escreve para Fernando – na posição de Diretor de coleções na Cia. Editora Nacional – indagando sobre quais as condições financeiras que este colocaria para a publicação da obra “<i>Sociologia Educacional</i>”, pelo Fondo.</p> <p>Obs1: constam no Fundo Pessoal nove (8) cartas envolvendo os tramites para a referida publicação. Obs2: correspondências escritas originalmente em espanhol.</p>
Daniel Cosio Villegas	Director del Fondo de Cultura Economica (México)	1943	FA-CP-Cx9,52	<p>Em 29 de junho, Villegas expõe sobre a intenção de realizar no México um curso de 04 meses, sendo que o governo brasileiro poderia arcar com as despesas da viagem enquanto o mexicano com hospedagem no país e solicita que Azevedo indique o professor para tal curso.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em</p>

				espanhol.
Daniel Cosío Villegas	Director del Fondo de Cultura Económica (México)	1946	FA-CP-Cx9,53	Em 23 de janeiro, Villegas comenta sobre a segunda edição da obra " <i>Sociología de la Educación</i> " pelo Fondo e informa Azevedo que o prof. Medina Echavarría, Diretor da seção de livros de sociologia, revisou o livro da primeira edição e incorporou as modificações propostas por Azevedo. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Dante Moreira Leite	UNESP (FCLAR); USP	1969*	FA-CA-Cx8,25	Em 19 de junho, Azevedo parabeniza Moreira Leite pela segunda edição de sua obra " <i>O Caráter nacional Brasileiro</i> " e indaga sobre as colocações de Dante a respeito de suas contradições no capítulo Psicologia do povo brasileiro presente em " <i>A Cultura Brasileira</i> ", dizendo se tais contradições não seriam mais aparentes do que reais.
Dante Moreira Leite	Araraquara	1969*	FA-CP-Cx16,47	Em 6 de outubro, Moreira Leite retoma as ponderações feitas por Azevedo às suas críticas sobre a obra " <i>A Cultura Brasileira</i> ", particularmente, a parte sobre a psicologia do povo brasileiro. Dentre as considerações de Moreira Leite na carta destacaram-se: o reconhecimento do julgamento acertado de Azevedo sobre sua intenção com tais críticas; e a inexistência de ilusões a respeito da permanência ou do valor das mesmas, afinal,

				afirmou Moreira Leite, aqueles que ele tinha denominado de ideólogos continuariam a ser lidos. Finaliza a carta elogiando o discurso de posse de Azevedo na Academia Paulista de Letras (APL).
Director	Fondo de Cultura Economica	1970*, 1971*, 1973 (2)*	FA-CA-Cx6,14; FA-CA-Cx6,15; FA-CA-Cx6,16; FA-CA-Cx6,17	Correspondências escritas por Azevedo que tratam dos direitos autorais e outras informações em relação à publicação de sua obra " <i>Sociologia Educacional</i> ".
Djacir Lima Menezes	Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro	1970*	FA-CA-Cx11,52	Em 23 de junho, Azevedo relata que recebeu a carta de Menezes na qual este comunicou sua candidatura a ABL, na vaga de Álvaro Lins. Neste contexto, Azevedo solicita que Menezes aguarde a finalização do prazo para as inscrições, para lhe fornecer uma posição definitiva sobre seu voto.
Djacir Lima Menezes		1971	FA-CA-Cx11,53	Em carta de 8 de março, Azevedo agradece Menezes pelas condolências, prestadas por este, em virtude do falecimento de sua filha (Lívia).
Edison Carneiro	Rio Janeiro	1944*	FA-CP-Cx7,92	Em 18 de fevereiro, Edison Carneiro agradece a disposição de Fernando de Azevedo em reeditar o livro de Alfredo Brandão. Explica que este autor encontrava-se em uma situação financeira delicada e com a saúde debilitada; o que impossibilitava que Brandão corrigisse as inexatidões apontadas por Azevedo. Diante do exposto, Carneiro solicita que Azevedo faça um

				prefácio ou nota corrigindo o referido trabalho.
Editora Delta S. A.		1972	FA-CA-Cx6,30	Em 8 de julho, Azevedo felicita a Delta pelos empreendimentos editoriais.
Elster Clayton Shortt Professor de educação	UNESCO	1960*	FA-CP-Cx29,70	Em 21 de dezembro, Shortt expõe à Azevedo – ainda no cargo de Diretor do Centro Regional de Pesquisas Educacionais São Paulo – que foi com muito prazer que ele tomou conhecimento do esforço que estava sendo feito para que a Professora “Lady”, Lina Traldi, continuasse com seu trabalho no Centro. Aproveita para agradecer a aprovação dada por Azevedo para a publicação, em Português, do documento intitulado: <i>Como escrever uma monografia</i> . Obs: carta escrita originalmente em inglês.
Emilio Garrastazu Médici	Presidente da República	1972*	FA-CA-Cx11,5	Em carta de 11 de fevereiro, Azevedo agradece a Médici, dizendo-se honrado com a condecoração da Ordem nacional do mérito em Educação e lamenta não ter sido possível ir a Brasília para recebê-la das mãos do Presidente. Azevedo explica o infortúnio em razão de encontrar-se em tratamento de saúde.
Emílio Willems	Nashville	1949*	FA-CP-Cx34,21	Em 21 de novembro, Willems escreve para Azevedo dizendo ter ouvido rumores sobre possíveis extinções de cadeiras e de institutos em São Paulo. E que no bojo destes rumores haveria também

				<p>concursos motivados por “conveniências administrativas”. Diante do quadro, afirma que se abrir concurso para a cadeira de Antropologia em 1950 ele não poderá se inscrever. Em outro momento da carta, Willems aponta que irá apresentar, junto a USP, um pedido de prorrogação de seu afastamento e solicita o apoio de Azevedo no CTA, expõe que acredita que este fará o que for possível para conter concursos precipitados.</p>
Emílio Willems	Nashville (EUA)	1950* (6)	<p>FA-CP-Cx34,22; FA-CP-Cx34,24; FA-CP-Cx34,25; FA-CP-Cx34,26; FA-CP-Cx34,27; FA-CP-Cx34,28;</p>	<p>Em 8 de janeiro, Willems felicita Azevedo por ter sido vencedor na Congregação e lamenta o aspecto desgastante da luta. Menciona o fato de Schaden ter escrito a ele (Willems) contando-lhe que não consegue receber a diferença de vencimentos. Neste contexto, solicita novamente a intervenção de Azevedo para resolver o problema. No final da carta, comenta com Azevedo a necessidade de preservar Schaden de possíveis perseguições.</p> <p>Em correspondência de 26 de março, Willems comenta que viu o exemplar de “<i>Brazilian Culture</i>” e que teve uma imensa satisfação, em particular, por ter atuado como intermediário para a publicação desta edição da obra. Willems retoma o tema dos problemas financeiros enfrentados pelas instituições de ensino superior e comenta com Azevedo o fato da Escola de</p>

Sociologia ter obtido do governo do Estado apenas metade da subvenção de 1948, e absolutamente nada, em relação aos subsídios correspondentes aos anos de 1949 e 1950. Willems salienta que tal problema é vivenciado por distintas instituições no país.

Em carta de 1 de junho, Willems expõe que chegou o momento de posicionar-se de forma definitiva sobre seu regresso ao Brasil e afirma que Azevedo é a única pessoa a quem ele deve explicação, pois foi o responsável por seu ingresso na USP e, durante quatorze (14) anos, por acompanhar suas atividades com a compreensão, lealdade e amizade. Willems explica que por razões econômicas e devido a possibilidade de uma bolsa considerável para suas pesquisas (oferecida por Portugal) não irá regressar ao Brasil em julho e solicita sua compreensão e auxílio junto ao C.T.A. para uma nova prorrogação do afastamento, porém com prejuízo dos vencimentos.

Em 30 de julho, Willems escreve agradecendo a Azevedo por ter defendido seu pedido no C.T.A., mas salienta que seria melhor que ele tivesse permitido o cancelamento dos seus vencimentos. Indaga a Azevedo sobre a possibilidade de publicar um livro em português e

			<p>expõe estar redigindo uma monografia em colaboração com Gioconda Mussolini. Comunica que escreveu a resenha de <i>“Canaviais e engenhos na vida política do Brasil”</i>, em inglês, pois assim o livro terá uma maior divulgação. E finaliza a carta expondo seu interesse pela obra sobre a F. Noroeste, também de autoria de Azevedo.</p> <p>Em 1 de agosto, Willems comunica que gostou muito do livro <i>“Um trem corre para o oeste”</i> e que fará uma resenha sobre ele. Neste sentido, indaga se Azevedo tem preferência por alguma revista para tal publicação.</p> <p>Em 19 de novembro, Willems conta a Azevedo que ficou comovido com a informação de que a proposta de seu contrato foi aceita pelo Departamento e pela Congregação. Expõe, em tom apreensivo, que ainda não sabe como acomodar sua situação financeira no Brasil. Neste sentido, comenta que não houve uma melhora nas condições da Escola de Sociologia, pois o Baldus não recebia há dois anos. Em outro trecho da carta, Willems explana sobre as eleições no Brasil: parece ser, escreve Willems, o quadro o mais desastroso possível para as instituições como a USP. Expõe que ficou surpreso com a informação de</p>
--	--	--	--

				<p>Azevedo sobre a publicação do seu (de Willems) Dicionário dizendo que a editora (Livraria do Globo) não o informou a respeito e não lhe enviou os exemplares aos quais teria direito.</p>
Emílio Willems	Nashville (EUA)	1951* (4)	FA-CP-Cx34,29; FA-CP-Cx34,30; FA-CP-Cx34,31; FA-CP-Cx34,32	<p>Em 14 de janeiro, Willems comenta com Azevedo que do ponto de vista de sua condição financeira a situação da ELSP e a da USP são para ele inseparáveis. Daí afirmar ser impossível viver com os vencimentos pagos pela USP. Sendo assim, indaga a Azevedo sobre a possibilidade de suspender seu contrato e se ele (Azevedo) o apoiaria junto ao C.T.A.</p> <p>Em carta de 9 de maio, Willems conta que a UNESCO o contratou para investigar a aculturação dos alemães no sul do Brasil. Diante disso, espera encontrar Azevedo, em São Paulo, para conversarem.</p> <p>Em 10 de novembro, Willems rememora os dias que passou em SP, em companhia de Azevedo, e expõe que espera que ele compreenda a impossibilidade de seu retorno à USP.</p> <p>Em 20 de dezembro, Willems agradece Azevedo pela atitude de compreensão com que acolheu a sua decisão de não regressar à USP. Aproveita para dizer que espera que o Schaden seja contratado para a</p>

				cadeira de Antropologia. E que, com exceção do Baldus, o Schaden é o melhor conhecedor da Antropologia Brasileira. Solicita que Azevedo proteja o Schaden do grupo de Plínio Ayrosa.
Emílio Willems	Nashville (EUA)	1953*	FA-CP-Cx34,34	Em 28 de dezembro, Willems expõe seu interesse sobre o texto que Azevedo escreveu para a obra por ele organizada: <i>“As Ciências no Brasil”</i> .
Emílio Willems	Nashville (EUA)	1954*	FA-CP-Cx34,35	Em 6 de março, Willems relata que tinha acabado de responder ao Florestan Fernandes, quando chegou a carta de Azevedo. E que ele (Willems) ficou muito feliz e grato como os esforços de Azevedo e, de outros amigos, no sentido de assegurar sua participação no I Congresso de Sociologia. No último parágrafo da carta, Willems expressa aguardar com imenso interesse a publicação do livro <i>“As Ciências no Brasil”</i> .
Emílio Willems	Nashville (EUA)	1958 (2)*	FA-CP-Cx34,37; FA-CP-Cx34,38	Em 7 de abril, Willems expõe sua intenção de vir ao Brasil, no próximo ano, com o objetivo de pesquisar sobre mudança cultural e religião. Sinaliza que irá requerer financiamento do governo americano para tal empreendimento, mas que é necessário que uma instituição brasileira requeira seus serviços ou, que pelo menos, apóie meu pedido. Decorre disso, Willems ter pensado em Azevedo e na USP. Isto não acarretaria, afirma Willems, em nenhum ônus para a instituição e

				<p>ele ainda prestaria o serviço de treinar alunos em trabalhos de campo. Despede-se dizendo que aguarda posição favorável de Azevedo.</p> <p>Em 27 de abril, Willems expressa sua satisfação por Azevedo e outros amigos do Departamento de Sociologia terem acolhido com presteza seu pedido de apoio institucional.</p>
Ênio Silveira	Civilização Brasileira Rio de Janeiro	1964*	FA-CP-Cx29,80	<p>Em 24 de outubro, Silveira escreve para Azevedo desculpando-se por tantos anos de silêncio e enaltecendo a trajetória de deste no magistério e no cenário cultural do Brasil. Neste contexto, reconhece que devia a Azevedo o início de sua carreira como editor. E conta que, no período em que não houve comunicação entre ambos, ele buscou tornar-se um editor de tipo novo, cuja missão consistia em contribuir para a melhoria do Brasil. Relata que tal postura resultou em uma forte repressão contra ele, principalmente, após o golpe. E expôs, em outra passagem da carta, que foi motivado a escrever para Azevedo ao constatar a gravidade da conjuntura nacional: o país de fato caminhava para a Ditadura Militar. Diante desta constatação, Silveira apontou ver como necessário um posicionamento dos intelectuais, que não possuíam um comprometimento político partidário, para a organização de</p>

				<p>estratégias de resistência a este processo. Neste sentido, afirma que ele e outros intelectuais pensaram em formar uma comissão, com quatro homens ilustres, para entrar em contato com o General Kruel e demonstrar-lhe as esperanças da <i>intelligentzia</i> brasileira. Expõe que tal grupo seria composto pelos seguintes intelectuais: Álvaro Lins, Barbosa Lima Sobrinho, Paulo Duarte e Fernando de Azevedo; se este aceitasse. Silveira finaliza a correspondência afirmando que o aceite de Azevedo seria de grande importância e que sua função (de Silveira) no encontro era apenas de articulador.</p>
Erik Rinde	Association International de Sociologie ISA	1950 (2)*	FA-CP-Cx28,16; FA-CP-Cx28,17	<p>Em correspondência de 18 de setembro, Erik Rinde avisa Azevedo que ele foi eleito – por unanimidade dos votos – para os cargos de vice-Presidente da Association Internationale de Sociologie e membro do Comitê Executivo.</p> <p>Em carta de 11 de outubro, Rinde comunica Azevedo que a SBS foi formalmente admitida enquanto membro na ISA durante o Congresso Mundial de Sociologia, que se sucedeu em Zurique, e que isto é motivo de satisfação para ele.</p> <p>Obs: cartas escritas originalmente em inglês.</p>
Erik Rinde	Association International de	1951*	FA-CP-Cx28,26	<p>Em 18 de janeiro, Rinde expõe para Azevedo que</p>

	Sociologie ISA			<p>apreciou muito as observações que este realizou sobre o relatório (rascunho) das reuniões de discussão científica, as quais ocorreram em Zurique. E comunica que uma edição especial do <i>Boletim Internacional de Ciência Social</i> da UNESCO deverá ser publicada em junho de 1955, e se dedicará a um relatório dos congressos da ISA e da Associação Internacional de Ciência Política, ocorridos em setembro de 1950.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em inglês.</p>
Ernesto de Moraes Leme	Presidente da Fundação Moinho Santista	1971	FA-CP-Cx16,51	<p>Em carta de 30 de setembro de 1971, Leme comunica Azevedo que ele havia sido contemplado com o Prêmio “Moinho Santista” de 1971.</p> <p>Obs: Na década de 1950, Ernesto de Moraes Leme foi reitor da USP.</p>
Eurico Gaspar Dutra	Presidente da República	1950*	FA-CP-Cx10,45	<p>Em 12 de maio, Dutra acusa o recebimento de um exemplar do livro “<i>Um trem corre para o oeste</i>”, e expõe que esta obra de Azevedo lhe causou ótima impressão. Felicita o autor por debater assuntos de indiscutível importância para a vida econômica e administrativa do Brasil, trazendo ao país valiosa contribuição.</p>
Fernando Góes	Jornais: A Tribuna e Diário da Noite; Academia Paulista de Letras (APL)	1969	FA-CA-Cx7,23	<p>Em 25 de outubro, Azevedo agradece a Góes pela matéria de jornal escrita sobre ele após sua posse na APL. Fernando Góes saudou Azevedo com a expressão “<i>O Clube dos Fernandes</i>”.</p>

Fernando Góes	Jornais: A Tribuna e Diário da Noite; Academia Paulista de Letras (APL)	1971	FA-CA-Cx7,24	Em 14 de novembro, Azevedo agradece Góes pela homenagem prestada a ele na ocasião da outorga do Prêmio Moinho Santista de 1971, em Ciências Sociais.
Fernando Góes	Jornais: A Tribuna e Diário da Noite; Academia Paulista de Letras (APL)	1974*	FA-CA-Cx7,26	Na carta de 20 de março, Azevedo expõe que é a Góes, Ataliba Nogueira e Francisco Marins (Companhia Melhoramentos) que recorre para tratar sobre interesses da APL. Azevedo explica que para fornecer a APL projeção e respeito regional e nacional é imprescindível atrair personalidades cujos aspectos literários, morais e sociais sejam inquestionáveis, e mais, produtores de obras significativas para a vida intelectual brasileira. Por outro lado, segundo Azevedo, as considerações de caráter político sobre os participantes da Academia não merecem atenção.
Fernando Henrique Cardoso	USP	1964*	FA-CP-Cx7,63	<p>Digressão: Após o inquérito militar instaurado no interior da USP, com o golpe de 1964, professores e alunos sofreram violentas represálias levando alguns ao exílio; Fernando Henrique Cardoso foi um destes casos. Neste contexto, se situou a carta de Cardoso para Azevedo.</p> <p>Em 04 de agosto, Cardoso agradece a solidariedade prestada por Azevedo, após o referido acontecimento na USP, para o grupo de trabalho do qual fazia</p>

				<p>parte. E expõe que semelhante atitude de Azevedo não lhe surpreendia, à medida que já conhecia sua coragem e distinção no modo de proceder, seja na administração seja na docência da USP. Cardoso expressa que acreditava que se Azevedo e Lourival Machado estivessem na Congregação, no contexto do ocorrido, impediriam que os professores atuassem como se tudo estivesse dentro da normalidade. Cardoso comenta que não poderá concorrer, como era de seu desejo, a Cátedra de Azevedo, mas compromete-se a continuar honrando no exterior a tradição de pesquisa do Departamento de Sociologia.</p> <p>Obs: quando redigiu a carta Cardoso encontrava-se em Santiago (Chile).</p>
Field Director	The library of Congress office	1971*	FA-CA-Cx6,12	Carta de agradecimento escrita por Azevedo, em 25 de outubro, em virtude do interesse apresentado pela instituição em adquirir suas Obras Completas.
Florestan Fernandes	USP	1948, 1952	FA-CP-Cx10,73; FA-CP-Cx10,74	Em carta manuscrita de 5 de agosto de 1948, Florestan Fernandes explicita que se sente magoado com Azevedo e confuso em virtude da desaprovação que sofreu deste. Neste contexto, Fernandes coloca seu cargo de assistente a disposição. Contudo, em carta de 1952, Fernandes expressa um tom de intimidade e amizade por

				<p>Azevedo.</p> <p>Obs: as razões de tal mágoa em 1948, não são apresentadas na correspondência.</p>
Florestan Fernandes	USP	1966*	FA-CP-Cx10,76	<p>Em 14 de junho, Florestan escreve a Azevedo (que era então Presidente do Centro Cultural Brasil-Israel de São Paulo) agradecendo a indicação para o prêmio anual “Brasil-Israel” pela obra de sua autoria: “<i>A integração do negro à sociedade de classes</i>”. E afirma que prazer maior que ganhar o prêmio é recebê-lo das mãos de Azevedo.</p>
Francisco Ayala	Buenos Aires	1946 (3)*	FA-CP-Cx2,81; FA-CP-Cx2,82; FA-CP-Cx2,83	<p>Em 7 de maio de 1946, Ayala agradece as informações cedidas por Azevedo, dizendo que algumas delas eram desconhecidas por ele e que iria incorporá-las na publicação do seu “<i>Tratado de Sociología</i>”. Discorre sobre o apreço que tem por Azevedo e a relevância de sua opinião sobre o <i>Tratado</i>. Ayala explica a estrutura desta obra e comenta que suas possíveis deficiências resultam das dificuldades em obter bibliografias.</p> <p>Em 26 de setembro, escreve para Azevedo comentando que fundará uma Revista e que espera contar com sua colaboração através de artigos, mas, principalmente, espera que Azevedo seja o representante deste empreendimento no Brasil, ou seja, que ampare a Revista <i>Realidad</i> sob sua</p>

				<p>autoridade intelectual. Solicita que Azevedo indique e estabeleça contatos no Brasil com possíveis colaboradores. Neste contexto, aproveita para citar dois nomes que eram de seu interesse: Sergio Milliet e Bastide. Ayala discorre sobre o público e também os critérios que deverão ser atendidos pela Revista.</p> <p>Escreve novamente em 22 de novembro – a correspondência chega às mãos de Azevedo através de Elías Palasí, da Editora Losada – na carta Ayala expõe que Azevedo poderá contar com Palasí para obter quaisquer informações sobre questões editoriais argentinas.</p> <p>Obs: correspondências escritas originalmente em espanhol.</p>
Francisco Ayala	Buenos Aires	1947*	FA-CP-Cx2,84	<p>Em 28 de dezembro, Ayala solicita que Azevedo colabore para que Rafael Dieste (amigo de Ayala) possa ir ao Brasil realizar seu trabalho de pesquisa; indaga sobre a colaboração que pediu para a Revista <i>Realidad</i> e também se Azevedo já leu seu “<i>Tratado de Sociología</i>”. Pede a Fernando de Azevedo que lhe indique as possíveis deficiências da obra, no que tange as páginas sobre a Sociologia no Brasil.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Francisco Ayala	Buenos Aires	1948 (2)*	FA-CP-Cx2,85; FA-CP-Cx2,86	<p>Em 16 de janeiro, Ayala comenta que as</p>

				<p>dificuldades em se obter os números da Revista <i>Realidad</i>, assim como exemplares do <i>Tratado</i> no Brasil – apresentadas por Azevedo em carta – eram resultantes das péssimas condições de difusão encontradas no Brasil. Ou seja, os distribuidores argentinos não conseguiam cobrar as faturas dos brasileiros por isto se abstinham de remeter o material. Ayala apresenta a gravidade do quadro ao dizer que no Brasil inteiro a Revista tinha apenas trinta (30) assinaturas.</p> <p>Em 1 de março, agradece Azevedo pelas recomendações que este estava fazendo do <i>Tratado</i> e expõe que um dos maiores problemas da indústria editorial no período consiste na desorganização da distribuição da produção. Solicita que Azevedo pense e indique alguma Casa editorial que possa assumir a tarefa de divulgação do <i>Tratado</i> e da Revista <i>Realidade</i> no país. Aproveita para agradecer a indicação que Azevedo realizou de seu nome para a Faculdade de Filosofia de Belo Horizonte.</p> <p>Obs: correspondências escritas originalmente em espanhol.</p>
Francisco Ayala	Buenos Aires	1958 (2)*	FA-CP-Cx2,89 FA-CP-Cx2,90	Em março e maio de 1958, respectivamente, Ayala agradece a aprovação que sua obra recebeu de Azevedo. E comenta sobre as repercussões de seus (Ayala) artigos a respeito

				da crise educacional nos EUA. Obs: correspondências escritas originalmente em espanhol.
Frota Pessoa		1930*	FA-CA-Cx14,xx xx = refere-se a um número não identificado.	Em 5 de novembro, Azevedo expõe que encontrou em Frota além de um grande amigo, um grande colaborador para a obra de educação no país. Elogia sua “firmeza de atitude”.
Frota Pessoa		1932*	FA-CA-Cx14,74	Em carta de 13 de dezembro de 1932, Azevedo comunica a Frota que recebeu o esboço do capítulo “Da educação nacional” que seria incluído na Carta Constitucional do Brasil e sugere algumas alterações na redação a fim de promover maior clareza. Obs: De 1929 a 1951, Azevedo escreveu 374 cartas para Frota – o tema privilegiado da maior parte deste material, nas décadas de 1920 e 1930, foi a Educação.
Gal. Nelson Werneck Sodré	São Paulo	1968*	FA-CA-Cx17,35	Em carta escrita em 1 de agosto, Azevedo indaga Sodré se, no caso dele lhe confiar dois arquivos, um de correspondências, e outro, de recortes de jornal, ele estaria disposto, a aproveitá-los, primeiro, para demonstrar o que suas relações pessoais e profissionais revelavam e, segundo, para escrever sua história como reformador da educação pública no Distrito Federal. Explica Azevedo que, no caso de Sodré aceitar tal incumbência, não seria

				necessária nenhuma pesquisa adicional. Finaliza a carta solicitando que Sodré lhe responda com toda franqueza. Obs1: acompanha o cabeçalho da carta a palavra: CONFIDENCIAL.
Gal. Nelson Werneck Sodré	São Paulo	1968	FA-CP-Cx31A,99	Em 12 de agosto, Werneck Sodré responde a Azevedo afirmando que realizar uma obra envolvendo as correspondências do arquivo não seria problema, porém para elaborar um livro sobre a história de Azevedo, como reformador no DF, precisaria de ajuda, daí recomenda o nome de Paschoal Lemme.
Gal. Nelson Werneck Sodré	São Paulo	1968	FA-CA-Cx17,36	Em carta para Sodré, Azevedo expõe que também pensou no nome de Pascoal Lemme para o referido encargo.
General Enrique Vidaurre Presidente Dr. Juan Urquiola Secretario General	La Paz Bolívia	1955*	FA-CP-Cx33,75	Em 8 de fevereiro, o General Vidaurre e o Presidente Juan Urquiola informam que Fernando de Azevedo foi designado, por unanimidade, Sócio Honorário do Instituto Boliviano-Brasileiro. E lhe explicam que esta instituição tinha como objetivo aproximar os países (Bolívia e Brasil) e construir uma relação de amizade e de cooperação científica e cultural. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
General Frederico Rondon		1969*	FA-CA-Cx16,23	Em carta escrita em 26 de novembro, Azevedo rememora as conversas que teve com Rondon.

				Nestas, de um lado, Rondon contou-lhe sobre os sertões e as fronteiras do país e, de outro, ouviu os conhecimentos de Azevedo sobre o Brasil, obtidos pelos estudos e pesquisas históricas e sociológicas. Após tais considerações, Azevedo agradece o exemplar que Rondon que lhe destinara. E finaliza a carta expondo que sempre é um prazer recebê-lo em sua casa.
Georges Friedmann	Paris	1958*	FA-CP-Cx13,17	Em 14 de fevereiro, Friedmann relata para Azevedo que teve a honra de ser eleito Presidente da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e que foi convidado a regressar à América do Sul. Neste contexto, expõe a Azevedo que ele irá usar a viagem para visitá-lo e, assim, dialogarem sobre projetos de colaboração entre a Faculdade de Filosofia da USP e o Centro de Estudos, o qual representa. Obs: correspondência escrita originalmente em francês.
Georges Friedmann		1960	FA-CP-Cx13,22	Em 11 de março, Friedmann expõe sobre a criação do Centro de Estudos de Sociologia do Trabalho em São Paulo e sobre as possíveis colaborações de Allan Touraine e Michel Crozier na criação do Centro. Obs: correspondência escrita originalmente em francês.
Germano Jardim	IBGE	1951	FA-CP-Cx14,61	Parte significativa da correspondência passiva escrita por Germano

				Jardim para Fernando de Azevedo consiste nas negociações de Jardim (enquanto representante do IBGE, nos EUA) envolvendo a publicação, em inglês, da obra “ <i>A Cultura Brasileira</i> ”. A carta de 22 de fevereiro de 1951 para Azevedo é um exemplo de tais negociações. Vale lembrar que Germano trabalhou diretamente com M. A. Teixeira de Freitas, no IBGE, sendo subordinado a este último.
Getúlio Vargas	Presidente da República	1950*	FA-CA-Cx18,45	Em 15 de novembro, Azevedo felicita Vargas pela vitória no pleito eleitoral, o qual classificou como “livre e disputadíssimo”. Azevedo expõe que o triunfo de Vargas significava novas perspectivas para a obra de reconstrução social, econômica e política, interrompida no país. E aponta que os sentidos de oportunidade e de direção somam-se em Vargas a experiência nos negócios públicos.
Gilberto Freyre		1935* (3)	FA-CP-Cx13,2; FA-CP-Cx13,3; FA-CP-Cx13,4	Na correspondência de 18 de junho, Freyre relata que adquiriu o livro “ <i>Princípios de Sociologia</i> ” – de autoria de Azevedo – e se encontra encantado com a obra. Na sua compreensão trata-se de uma boa introdução a sociologia geral. Ainda avaliando o livro, Freyre reconhece que Azevedo propiciou – em seus exemplos de formas sociais e em suas sugestões metodológicas – efetivamente, um ponto de vista brasileiro sobre

				<p>os temas, sem prejuízo para o caráter científico da obra.</p> <p>Na correspondência do dia 6 de agosto, Freyre relata que irá ministrar um curso de conferências de sociologia e que o livro recomendado será o de Azevedo, pois tal livro além de apresentar clareza e excelente disposição de material, possui um equilibrado “abrasileiramento” dos exemplos sociais. Freyre comenta com Azevedo que o título do seu próximo trabalho será “<i>Sobrados e Mucambos</i>”; e lhe apresenta a estrutura geral dos conteúdos que estarão presentes no mesmo.</p> <p>Na carta escrita em 13 de novembro, Freyre comenta sobre a futura fundação de um Instituto de Pesquisas com recursos de um “<i>ricaço da terra</i>”. Não há nenhuma menção a respeito do nome de tal instituição, talvez, seja o Instituto Joaquim Nabuco. Este último foi fundado por Freyre em 1949, segundo informação presente em documento a parte da carta.</p> <p>Obs: cartas transcritas por A. Dimas.</p>
Gilberto Freyre		1939*	FA-CP-Cx13,5	<p>Na carta de 12 de abril, Freyre aponta a necessidade de promover uma nova edição de “<i>Sobrados e Mucambos</i>” e expõe que deseja conhecer o posicionamento de</p>

				<p>Azevedo e de Othales sobre a questão. Em sua proposta a Azevedo, sugere um volume grande fora da <i>Brasiliiana</i>; bem como, a aquisição dos direitos do livro “<i>Casa Grande e Senzala</i>”. Explica que se Azevedo e Othales pudessem proceder assim, ambos ficariam também com a obra “<i>Ordem e Progresso</i>” que se encontrava em processo de elaboração.</p> <p>Obs1: carta transcrita por A. Dimas.</p>
Gilberto Freyre		1954	FA-CP-Cx13,10	<p>Na correspondência de 14 de maio, Freyre apresenta para Azevedo Maria S. Freire, sua prima, e solicita que este a oriente e a prestigie no que for possível.</p>
Gilberto Freyre		1957*	FA-CP-Cx13,11	<p>Na carta de 17 de dezembro, Freyre relata que um dos argumentos que Anísio Teixeira mobilizou para convencê-lo a administrar o Centro de Pesquisas Educacionais do Nordeste foi que Fernando de Azevedo dirigia o de São Paulo. O que no entender de Freyre tratava-se de argumento decisivo. Freyre expõe sua satisfação ao saber – através de carta de Azevedo – que se cogitava a realização do II Congresso Brasileiro de Sociologia no Recife. Tendo em vista esta possibilidade, explica a Azevedo que irá intervir junto ao Diretor do Instituto Joaquim Nabuco para que o mesmo auxilie na organização de tal</p>

				evento, assim como coloca a disposição de Azevedo o Centro de Pesquisas Educacionais do Nordeste. Solicita a intervenção de Fernando de Azevedo junto a Pinto Ferreira para que este o procure com o objetivo de estabelecer os termos da colaboração para o II Congresso. Em outro momento desta correspondência, Freyre expõe que irá presentear Azevedo com um exemplar do livro “ <i>Sociologia</i> ” – igual ao que ofertou a A. Teixeira – e informa que José Olympio irá pedir para Azevedo prefaciá-los dos seus (de Freyre) livros, o que será para ele motivo de honra.
Gilberto Freyre		1958*	FA-CP-Cx13,12	Em 11 de fevereiro, Freyre explica que recebeu uma solicitação por parte do Presidente e do Secretário do Instituto Internacional de Civilizações Diferentes, para que ele realizasse uma intervenção junto a Azevedo para obter a adesão da Universidade de São Paulo como um dos membros do Instituto. Neste contexto, Freyre escreve a Azevedo para que este, a partir de sua amplitude de visão das responsabilidades intelectuais, autorize aquele Instituto a incluir o Departamento de Sociologia e Antropologia, sob sua direção, como um de seus membros.
Gilberto Freyre		1959*	FA-CP-Cx13,13	Na carta de 5 de janeiro, Freyre agradece a nova edição da obra “ <i>A Cultura Brasileira</i> ”, de

				Azevedo, assim como lembra que tem exemplares de suas obras para presentear Azevedo. Agradece a acolhida que recebeu deste em sua viagem a São Paulo e que o mesmo tratamento será dispensado a Azevedo no Recife. Expõe ainda que não sabe se haverá ou não o II Congresso em Recife.
Gino Germani e Mario Segre	Buenos Aires	1948*	FA-CP-Cx13,40	<p>Em 3 de maio, Germani e Segre apresentam o empreendimento editorial que estarão lançando: “<i>Revista de Sociología y Economía</i>” e afirmam que contam, desde o primeiro número, com o apoio e a colaboração de Azevedo. Expõem que a revista tratava-se de uma iniciativa que abarcava tanto sociólogos quanto economistas americanos e europeus; e que dentre os nomes que já tinham aderido ao empreendimento constavam: R. Levene, Alfredo Poviña, Donald Pierson, Oracy Nogueira, E. From, M. Mead etc. Finalizam a carta reiterando o desejo que Azevedo também participe.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Guerreiro Ramos	Rio de Janeiro	1953*	FA-CP-Cx26,11	<p>Em 4 de dezembro, Guerreiro Ramos escreve para Azevedo dizendo que se sente lisonjeado com a atenção prestada por este a ele. E aponta que possui uma profunda admiração e respeito pela pessoa de Fernando de Azevedo e por sua obra. Relata ainda que poucos</p>

				<p>dias antes de escrever a presente correspondência dedicou uma palestra sobre os trabalhos de Azevedo em curso de Sociologia que ministrou no DASP. Em outra passagem da carta, Guerreiro menciona que em seus artigos encontrava-se reagindo contra uma série de afrontas feitas a ele por alguns 'pseudo-sociólogos'. Guerreiro expõe que um destes 'cafajestes' consistia em um dos dominadores da Seção da SBS, do DF, o qual, no entender de Guerreiro, tinha sido prestigiado por Azevedo (o suposto dominador seria Costa Pinto!). Ao mencionar que não via com bons olhos o que ocorria no Rio, Guerreiro reivindica a intervenção de Azevedo para o bom funcionamento da SBS. Em outro momento da carta, expõe que se Azevedo o honrasse com alguma referência ao seu trabalho, gostaria que fosse dada importância a sua atuação no Governo Federal, pois acreditava ser por este caminho que contribuía para inserir o pensamento sociológico na realidade brasileira. Despede-se de Azevedo de forma respeitosa e afetuosa.</p>
Guerreiro Ramos	Rio de Janeiro	1956*	FA-CP-Cx26,12	<p>Em 25 de abril, Guerreiro Ramos escreve para Azevedo agradecendo a remessa dos Anais do I Congresso Brasileiro da SBS e afirmando que gostou muito da obra "<i>As ciências no Brasil</i>". Ainda nesta carta,</p>

				Guerreiro solicita que Azevedo faça a seguinte correção na próxima edição do referido livro: foi Abdias Nascimento e não ele (Guerreiro) quem fundou o Teatro Experimental do Negro (TEN).
Gustavo Capanema	Ex-Ministro da Educação	1945*	FA-CP-Cx7,57	Em 12 de dezembro, Capanema escreve a Azevedo agradecendo sua amizade, dizendo que a mesma é um dos seus títulos mais honrosos. Aponta que mesmo fora do Ministério continuará a serviço das idéias pelas quais, tantas vezes ele e Azevedo, lutaram. Capanema afirma ainda que na produção científica e/ou educacional do Brasil o nome de Azevedo permanecerá com autoridade e brilho constantes.
Gustavo Capanema	Rio de Janeiro Ministro da Educação	1942*	FA-CP-Cx7,56	Em carta de 28 de dezembro, Capanema explicita que a opinião de Fernando de Azevedo sobre as instalações do novo ministério da educação era de suma importância. E que pretendia dar publicidade a carta deste último, datada de 6 de dezembro, falando das qualidades de tal obra, inclusive, em seus aspectos arquitetônicos e culturais. Capanema justificou a adoção de semelhante procedimento afirmando que a carta de Azevedo seria capaz de contribuir para orientar a opinião pública, ainda vacilante no seu julgamento, sobre o real valor da obra governamental.
Henrique d'Ávila	Editora Globo	1968*	FA-CP-Cx6,8	Em carta de 17 de julho,

Bertaso Diretor	S.A.			Bertaso expõe o interesse da Editora Globo em ampliar o Dicionário de Sociologia, por ela publicado. Neste ínterim, consulta Azevedo sobre a possibilidade de permitir que a referida Editora insira alguns artigos ou verbetes de sua autoria, os quais seriam escolhidos de acordo com o critério de Azevedo. Explica ainda Bertaso, que a concessão de publicação para a Editora não constituiria nenhum embargo a que os verbetes viessem a ser incluídos também em um Dicionário de autoria de Azevedo.
Horace B. Davis	Professor- Assistente de Economia e Sociologia Boston, Massachusetts	1940*	FA-CP-Cx10,13	Em 12 de fevereiro, o Prof. Davis solicita que Azevedo auxilie a Sra. Edith Fishtine Helman (colega e amiga de Davis) que se encontra em viagem com fins acadêmicos na América do Sul. Menciona a visita da estudante brasileira Cecília de Castro Silva (com pesquisa financiada na Faculdade Radcliffe) dizendo que foi um grande prazer relembrar o excelente trabalho feito por ela e por outros estudantes de Azevedo na preparação de estudo desenvolvido por ele (Davis) sobre padrões de vida em São Paulo. Obs: correspondência escrita originalmente em inglês.
Instituto de Estatística e Pesquisa Social, "C. Gini"		1972	FA-CA-Cx7,65	Azevedo agradece ao Instituto a remessa da <i>Revista Internacional de Sociologia</i> e expõe que conta com a doação de novos exemplares.
Isaac Ganón	Montevideo	1945*	FA-CP-Cx13,31	Em 16 de fevereiro,

				<p>Ganón escreve a Azevedo contando que seus livros “<i>Princípios de Sociologia</i>” e “<i>Sociologia Educacional</i>” são muito estimados e recomendados aos estudantes uruguaios, inclusive por ele.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Isaac Ganón	Montevideo	1946 (2)*	FA-CP-Cx13,32; FA-CP-Cx13,33	<p>Em carta de 30 de março, Ganón reitera a Azevedo que recomenda seus livros em diferentes instituições, porém reclama da dificuldade apresentada pelos alunos de encontrá-los no mercado, aponta a necessidade que o Fondo de Cultura realize uma edição em espanhol da obra “<i>Princípios de Sociologia</i>”. E solicita a Azevedo que este o coloque em contato com as editoras brasileiras para que possa conhecer a produção realizada pelo país.</p> <p>Em 6 de maio, Ganón afirma que Azevedo pode contar com ele para o empreendimento de publicar em espanhol a obra <i>Princípios de Sociologia</i>, o qual é, nos dizeres de Ganón, um “excelente trabajo”.</p> <p>Obs: correspondências escritas originalmente em espanhol.</p>
Isaac Ganón	Montevideo	1947	FA-CP-Cx13,35	<p>Em carta de 3 de janeiro, Ganón explica para Azevedo que no artigo que escreveu a pedido de Ricardo Levene, sobre “La enseñanza de la sociología en el</p>

				Uruguay”, afirmou que a orientação empregada em seus cursos era a mesma realizada por Levene na Argentina e por Azevedo no Brasil. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
J. Reis	Instituto Biológico	1968*	FA-CA-Cx15,24	Na carta escrita por Azevedo em 27 de dezembro, ele elogia a compilação dos trabalhos de J. Reis na educação. Entende que deste modo, somam-se as contribuições científicas deste estudioso, no Instituto Biológico, suas reflexões sobre um conjunto de temas: educação, a administração etc. Neste contexto, Azevedo discorre sobre o Instituto Biológico afirmando ser este um pouco dele, por ter sido fundado por Artur Neiva e dirigido, posteriormente, por outro amigo seu: Rocha Lima. E também porque neste Instituto trabalhou Eduardo Navajas, antigo aluno seu (de Azevedo).
Jarbas Passarinho	Senador e Ministro da Educação e Cultura	1972*	FA-CA-Cx13,17	Em carta de 16 de abril, Azevedo realiza uma solicitação ao Ministro: que o Instituto Nacional do Livro possa tomar a iniciativa ou conceder o seu apoio, para o lançamento de uma nova edição de “ <i>Princípios de Sociologia</i> ”, uma obra que nos dizeres de Azevedo, foi considerada por sociólogos franceses como o melhor tratado publicado sobre o tema na América Latina, e também uma nova edição do livro “ <i>Figuras de meu convívio</i> ”.

Javier Márquez Blasco	Sub-director del Fondo de Cultura Economica	1945 (2)	FA-CP-Cx20,36; FA-CP-Cx20,37	Márquez Blasco, em ambas as correspondências para Azevedo, trata dos trâmites da venda de obras deste intelectual, assim como sobre o pagamento dos direitos autorais etc. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Jayme Abreu		1950*	FA-CP-Cx1,2	Em carta de 17 de julho, Abreu informa Azevedo que elaborou o anteprojeto de lei, sobre o ensino médio, e que sua apreciação a respeito do mesmo é de extrema importância. Ainda no decorrer da carta, discorre sobre o reconhecimento que nutre pelos trabalhos desenvolvidos por Azevedo na esfera educacional, inclusive, no âmbito do CRPE/SP.
João Cabral de Melo Neto	Consulado General del Brasil – Barcelona	1968*	FA-CA-Cx11,22	Em 6 de maio, Azevedo elogia a obra de João Cabral expondo que os prognósticos de Antonio Candido e os dele, em relação a Cabral, estavam corretos, pois este consistia em um magnífico exemplo dos novíssimos poetas brasileiros que figuravam como luzes da aurora da poesia moderna no país.
João Cruz Costa	USP	1965*, 1974*	FA-CA-Cx5,56; FA-CA-Cx5,57	Em ambas as cartas, 13 de dezembro de 1965 e 08 de março de 1974, Azevedo rememora os trabalhos realizados na USP por Cruz Costa e ele – em particular as dificuldades na contratação dos professores estrangeiros. Reconhece o papel de Cruz Costa como intermediário importante

				na construção das relações entre os professores estrangeiros e a USP. Expõe, na carta de 1974, que Cruz Costa foi testemunha dos esforços e embates de dele (Azevedo) para manter as missões estrangeiras e para renovar os contratos, nas mesmas condições.
Joaquín Díez-Canedo	Fondo de Cultura Económica	1946*	FA-CP-Cx10,18	Em 13 de junho, Díez-Canedo expõe sobre os tramites para a 4ª. edição de " <i>Princípios de Sociologia</i> " pelo Fondo. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
John W. Riley Jr.	The American Sociological Society New York University	1952*	FA-CP-Cx26,63	Em 15 de outubro, o secretário Riley Jr. escreve para Azevedo expondo que o mesmo foi recomendado para tornar-se membro da Sociedade Sociológica Americana. Informa que um dos planos da Sociedade, para o ano de 1952, incluía uma revisão para o Diretório de seus Membros. Riley Jr. afirma que após a resposta de Azevedo, estarão felizes em tê-lo como membro. E, assim, encaminhar sua inscrição para as publicações da Sociedade: a revista <i>Crítica Sociológica Americana</i> e o <i>Boletim de Vagas de Emprego</i> . Obs: carta escrita originalmente em inglês.
Jonathas Serrano	Rio de Janeiro	1939*	FA-CP-Cx29,65	Em carta de 5 de fevereiro, Serrano escreve para Azevedo discorrendo sobre a necessidade dos educadores de diferentes matizes unirem seus esforços. Neste sentido,

				expõe não ser surpresa que ele recorresse à cultura e a compreensão de Azevedo, no sentido de obterem, na 8ª. Conferência Mundial de Educação, a colaboração de elementos do professorado católico e da própria cultura católica no Brasil. Serrano concluiu afirmando que realizou uma proposta que foi apreciada e aceita por Lourenço Filho e por Anísio Teixeira, a qual consistiu em convidar outros representantes católicos, além dele (Serrano) e de Alceu Amoroso. E que esperava contar com o apoio de Azevedo para a mesma. Despede-se de forma afetuosa.
Jorge Amado		1967*	FA-CP-Cx1,65	Em carta de 29 de maio, Jorge Amado expõe que necessitava reafirmar para Azevedo a admiração por seu trabalho intelectual e explicar-lhe que sobre a eleição para a Academia de Letras, votaria, devido a um compromisso assumido anteriormente, em Di Cavalcanti. No entanto, pondera Jorge Amado, caso Di Cavalcanti deixasse de concorrer, o seu voto seria dado com alegria para Fernando de Azevedo.
Jorge Castro Harrison	Unidad Escolar “Bartolomé Herrera” Lima- Peru	1965*	FA-CP-Cx8,46	Em 1 de junho, Castro Harrison comunica a Azevedo que o Conselho Diretor da Unidade Escolar “Bartolomé Herrera”, o tornou Professor Honorário. Expõe que Azevedo é um dos mais significativos educadores do Peru e da

				América; sendo respeitado como sociólogo-educador e símbolo da docência ibero-americana. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
José Bento Renato Monteiro Lobato		s/d	FA-CP-Cx18,39	Esta correspondência trata-se de um bilhete, nela, Lobato parabeniza Azevedo pela nomeação no cargo de Diretor da Instrução Pública – no Distrito Federal, em 1927. E, mais, afirma que seja na imprensa seja fora dela Azevedo pode contar e dispor dele.
José Carneiro Felipe	IBGE	1943	FA-CA-Cx6,50	Em carta de 27 de novembro, Azevedo solicita encaminhamentos para a publicação da primeira e segunda edição da obra “ <i>A Cultura Brasileira</i> ”.
José Carneiro Felipe	IBGE	1944*	FA-CA-Cx6,51	Em 7 de fevereiro, Azevedo agradece o convite e o apoio dos “pares”, em particular de Carneiro Felipe, para a apresentação de sua candidatura na ABL.
José Carneiro Fellipe	IBGE	1939 a 1943	FA-CP-Cx10,67 até FA-CP-Cx10,71	As cartas de Carneiro Fellipe, de junho de 1939 a 19 de outubro de 1943, tratam dos trâmites no interior da Comissão Censitária Nacional envolvendo a realização e a publicação da obra de Azevedo “ <i>A Cultura Brasileira</i> ”.
José Carneiro Fellipe	IBGE	1944	FA-CP-Cx10,72	No telegrama de 1944, Carneiro Fellipe, como Presidente da Comissão, faz saber que estimula e apóia a candidatura de Azevedo a ABL.
José Honório Rodrigues	Academia Brasileira de Letras	1969*	FA-CA-Cx16,8	Em 23 de setembro, Azevedo agradece a Rodrigues pelas referências a sua trajetória e obra

				(científica e literária). E relata a satisfação que teve ao contribuir com seu voto para eleição de Honório Rodrigues para a Cadeira da ABL.
José Honório Rodrigues	Rio de Janeiro ABL	1968*	FA-CP-Cx28,47	Em carta de 24 de setembro, Honório Rodrigues cumprimenta Azevedo por sua posse na ABL e explica que não poderá comparecer por motivo involuntário.
José Honório Rodrigues	Rio de Janeiro ABL	1969*	FA-CP-Cx28,49	Em carta de 11 de setembro, Honório Rodrigues agradece a Azevedo o apoio que recebeu deste para sua eleição na Academia; bem como, explicita sua admiração e respeito por este.
José Juan Bruera-España	Rosario, Argentina	1954*	FA-CP-Cx6,76	Em 15 de julho, Bruera-España afirma que o nome de Azevedo é conhecido pelos argentinos há muito tempo. E dedica para Azevedo um exemplar de seu livro " <i>Filosofia da Paz</i> " lançado pela Editora Losada, sob os auspícios de Francisco Romero. Bruera-España coloca-se a disposição de Azevedo para possíveis interesses deste em Rosário. Obs: correspondência originalmente escrita em espanhol.
José Lorenzo Pérez Coordinador General	Asociacion Venezolana de Sociologia	1961*	FA-CP-Cx24,51	Em carta de 25 de janeiro, Lorenzo Pérez convida Azevedo para colaborar no VI Congresso Latino Americano de Sociologia no seguinte ponto do temário: "Possibilidades e limitações da investigação científica sociológica na America Latina". Expõe Lorenzo Pérez que o convite

				<p>inclui gastos com passagens e hotel para Azevedo.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
José Medina Echavarría	México	1942*	FA-CP-Cx21,59	<p>Em 30 de março, Medina Echavarría agradece os comentários de Azevedo sobre seu trabalho recentemente publicado; e afirma que a opinião de Azevedo é para ele de extrema importância. Comenta que havia recomendado para Cosío y Villegas a tradução do livro de Azevedo: “<i>Sociologia Educacional</i>” para o espanhol, pois tal obra consistia no melhor livro que havia lido sobre o assunto até então. Medina Echavarría lamenta que nas esferas editorial e cultural os países latino-americanos vivessem encerrados em si mesmos e expõe que no plano editorial pretende incorporar produções brasileiras, na área de Sociologia, na coleção dirigida por ele no Fondo. Nesta perspectiva, solicita que Azevedo lhe forneça sugestões de trabalhos para serem publicados. Finaliza a carta expressando sua estima por Azevedo.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
José Medina Echavarría		1964*	FA-CP-Cx21,60	<p>Em carta de 8 de setembro, Medina Echavarría expõe sua satisfação ao receber uma carta de Azevedo, após tanto tempo, e lamenta que a</p>

				<p>comunicação entre ambos não tenha sido mais freqüente. Medina Echavarría diz que espera que Azevedo já saiba por intermédio do professor Wilson Cantoni a solução provisória encontrada para a situação dele na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL).</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
João Roberto Moreira	CRPE/SP	1956	FA-CP-Cx23,23	<p>Em correspondência de 6 de setembro, Roberto Moreira escreve a Azevedo pedindo-lhe desculpas por não ter observado um procedimento burocrático na “apresentação” de um professor estrangeiro do ensino primário do CRPE/SP e isto ter aborrecido Azevedo.</p>
José Sarney	Governador do Estado do Maranhão	1970*	FA-CA-Cx16,51	<p>Em 20 de março, Azevedo agradece a Sarney por sua gentil oferta de um exemplar do livro de sua autoria: <i>Norte das Águas</i>. Refere-se a Sarney como ilustre homem público e escritor.</p>
Julio Larrea	Colegio de Pedagogía Universidad de Puerto Rico	1968 (2)*	FA-CP-Cx16,25; FA-CP-Cx16,26	<p>Em carta de 29 de maio, Larrea indaga se poderia indicar o nome de Azevedo como sua referência para uma averiguação de rotina da burocracia, junto a organismos internacionais.</p> <p>Em 28 de agosto, Larrea agradece Azevedo pela informação por este prestada junto a UNESCO. Neste sentido, Larrea aponta que a</p>

				reconhecida autoridade de Azevedo na educação será importante para a apreciação que farão sobre ele (Larrea). Obs: cartas escritas originalmente em espanhol.
Juscelino Kubitschek	Ex-Presidente da República	1972 (2)*	FA-CA-Cx8,4; FA-CA-Cx8,5	Na carta de 25 de agosto, Azevedo agradece a oferta do discurso proferido por Kubitschek – na ocasião da posse do Ex-Presidente na Academia Municipalista de Letras de Minas Gerais –, e reconhece a importância do seu papel político, inclusive, de construtor de Brasília. Em 22 de dezembro, o tom da carta de Azevedo procura demonstrar intimidade com Kubitschek.
Juscelino Kubitschek de Oliveira	Ex-Presidente do Brasil	1972*	FA-CP-Cx15,67	Em 9 de outubro, Kubitschek relata a Azevedo que leu seu livro “ <i>História de minha vida</i> ” e que tal obra condensa um conjunto de lições de força e de caráter. Kubitschek afirma ainda que Azevedo compreende um dos maiores expoentes da cultura nacional.
L. A. Costa Pinto	Rio de Janeiro	1950* (2)	FA-CP-Cx25,19; FA-CP-Cx25,20	Costa Pinto relata, em correspondência de 27 de maio, que recebeu uma carta de Oracy – secretário da SBS – a qual tratava sobre o tema da eleição do representante da Sociedade para o Congresso Mundial de Sociologia que seria realizado na Suíça. Costa Pinto explica que concordava com o modo de escolha do representante, mas que votaria nulo, por ter sido

				<p>pego desprevenido. Costa Pinto expõe que não via outra maneira de revitalizar a SBS senão mediante as seções regionais e lembra que tais idéias não eram apenas dele.</p> <p>Em carta de 02 de agosto, Costa Pinto agradece a Azevedo por este transferir a instalação da seção do Distrito Federal da SBS para depois de seu retorno do Norte. E explica que para o funcionamento da SBS no DF precisavam tanto da existência de um regimento interno quanto da desburocratização. Segundo Costa Pinto, tais pontos eram compartilhados por Vitor Nunes, Djacir Menezes, Darcy Ribeiro etc. Em outra passagem da carta, informa que soube da publicação de um artigo de Azevedo em uma revista da FFCL sobre as tendências da sociologia brasileira e solicita um exemplar.</p>
L. A. Costa Pinto	Rio de Janeiro	1951*	FA-CP-Cx25,21	<p>Nesta carta, escrita em 11 de julho, Costa Pinto relata a Azevedo como ocorreu a eleição da primeira diretoria da seção da SBS no Rio. De acordo com este intelectual foram eleitos ele para Presidente; Edison Carneiro para Secretário; Marina Vasconcelos (catedrática de Antropologia) para Tesoureira; Djacir Menezes para Vogal. Após tais considerações, Costa Pinto expõe ser um prazer para ele estar ao lado de Azevedo na SBS</p>

				compartilhando com este das mesmas aspirações.
L. A. Costa Pinto	Rio de Janeiro	1952 (4)*	FA-CP-Cx25,24; FA-CP-Cx25,25; FA-CP-Cx25,26; FA-CP-Cx25,27	<p>Em carta de 05 de maio, Costa Pinto relata que leu o temário e as demais informações sobre o Congresso de Sociologia da ISA, o qual se realizará em Liege, e que o problema a ser discutido neste consiste na estratificação social. De acordo com Costa Pinto, a idéia de um Comitê Nacional para preparar a participação da SBS no Congresso é oportuna, porém ele aponta sua preocupação com a questão do financiamento. No final da carta, Costa Pinto indaga sobre o andamento da Revista e do I Congresso Brasileiro de Sociologia.</p> <p>Na correspondência de 31 de maio, Costa Pinto expõe sua satisfação com o fato de Azevedo ter incorporado suas sugestões para o Comitê. Expõe que não gostaria de se vê na posição de único representante do Rio de Janeiro no Congresso de Liege, decorria disto a proposta do nome de Victor Nunes Leal. Costa Pinto demonstrou-se satisfeito com a indicação dos nomes dos professores Bastide e Baldus. Sobre o Congresso Brasileiro de Sociologia indagou a Azevedo se seria pertinente entrar em acordo e realizar um único Congresso (de Sociologia e Antropologia) ou se seria melhor restringir para a Sociologia. Contudo,</p>

posicionou-se, do ponto de vista metodológico, como favorável a tal restrição. Concluiu a carta solicitando uma postura de Azevedo sobre a questão.

Em carta de 28 de agosto, Costa Pinto agradece a atenção de Azevedo para com ele, no que se refere ao tema da organização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia da ALAS. Afirma que, de forma geral, concordava com a argumentação de Azevedo segundo a qual a convocação de congressos científicos não cabia ao Governo. Porém diante de um fato consumado, expõe que também ajudaria na organização, com as devidas ressalvas. Ao analisar a proposta de nomes para a comissão de organização do “II Congresso”, Costa Pinto concluiu que a mesma era composta por um conjunto de “medalhões” e alguns pesquisadores. Decorria disto, o seu reconhecimento sobre a necessidade deles, Azevedo e ele, se dedicarem a outros eventos como o Congresso de Liege; bem como, o I Congresso Brasileiro de Sociologia.

Em carta de 11 de setembro, Costa Pinto comenta com Azevedo que o II Congresso Latino-Americano se realizará e que irá fornecer suas opiniões sobre o temário proposto

				<p>e encaminhado por Azevedo para o referido evento. Contudo, adverte a este que não tenha muitas esperanças, pois o temário deverá sofrer mudanças. Diante do exposto, Costa Pinto discorre que Azevedo deveria ser menos otimista no que tange a sua proposta ser contemplada integralmente. Relata ainda não realizou alterações de conteúdo, na proposta elaborada por Azevedo, mas apenas de redação.</p>
L. A. Costa Pinto	Rio de Janeiro	1953 (2)*	FA-CP-Cx25,28 FA-CP-Cx25,29	<p>Em 18 de março, Costa Pinto expõe que não possui notícias sobre o II Congresso Latino-Americano. E comenta com Azevedo que recebeu do Sr. Rokkan, secretário da Associação Internacional de Sociologia (ISA), o convite para relatar, perante a 2ª. Comissão do futuro Congresso de Liege, a respeito das pesquisas sobre relações raciais no Brasil. Semelhante convite, segundo Costa Pinto, teria aumentado ainda mais o seu interesse de participar da reunião. No final da carta, ele indaga Azevedo sobre as possibilidades da SBS enviar uma delegação e aponta que se candidataria para compor a mesma.</p> <p>Na carta de 25 de abril, Costa Pinto comenta que sua proposta de reestruturação da SBS estava inspirada no desejo de melhorar a entidade, contudo, que</p>

				<p>não tinha dúvidas sobre a validade dos argumentos apresentados por Azevedo, em relação ao caráter talvez prematuro de sua proposta. Costa Pinto expõe que tal questão ficará para uma ocasião mais oportuna. E que apesar dos problemas identificados por ele, os mesmos não impedirão um trabalho conjunto de ambos (Azevedo e ele).</p>
L. A. Costa Pinto	Rio de Janeiro	1956*	FA-CP-Cx25,30	<p>Em carta de 4 de janeiro, Costa Pinto comenta com Azevedo que soube – por intermédio de Anísio Teixeira e Jayme Abreu – que o livro de autoria de E. Carneiro e sua: “<i>As Ciências Sociais no Brasil</i>” tinha sido lido por Azevedo, e que este havia ficado magoado com ele (Costa Pinto) por julgar não terem sido justas as páginas que se referiam ao grupo da Faculdade de Filosofia. Buscando solucionar a questão, Costa Pinto justifica suas posições no que tange a algumas passagens da obra dizendo que as divergências entre Azevedo e ele eram apenas diferenças de critérios. Decorre disto, ter incluído o livro “<i>Canaviais e engenhos</i>” como estudo a respeito do Nordeste açucareiro e não como sociologia política, como seria do gosto de Azevedo. Esclarece ainda que omitiu alguns dados ao escrever sobre a projeção internacional da sociologia brasileira, pois tal projeção envolvia tanto o nome de Azevedo</p>

				quanto o dele próprio. Tal omissão, explicou Costa Pinto, foi uma alternativa encontrada por ele para usar o argumento sem fazer auto-elogio.
L. Baltazzi	UNESCO Chefe Divisão de Recrutamento Departamento de Pessoal	1968*	FA-CP-Cx4,39	Em 6 de agosto, a Senhorita Baltazzi envia carta (Confidencial) a Azevedo informando sobre as características necessárias para o cargo de Especialista em Planejamento Educacional na Unesco e que o seu nome havia sido indicado por Julio Larrea como referência para que ele (Larrea) pleiteasse o cargo. Obs: correspondência escrita originalmente em inglês.
Lee M. Hunseker Assistant Public Affairs Officer	American Consulate General	1951*	FA-CP-Cx14,40	Em carta de 18 de outubro, Hunseker questiona Azevedo se haveria interesse de sua parte em ser recomendado ao governo estadunidense como candidato a “Leader Grant”, para visitar o país em 1952. E explica quais os benefícios que um “Leader Grant” possui.
Lisa (Livros Irradiantes S. A.)		1970	FA-CA-Cx10,1	Em 9 de março, Azevedo agradece o exemplar recebido e parabeniza a iniciativa do empreendimento editorial.
Lucio Mendieta y Núñez	México	1941 (2)*	FA-CP-Cx22,13; FA-CP-Cx22,14	Em 30 de setembro, parabeniza Azevedo pelo sucesso que suas obras “ <i>Princípios de Sociologia</i> ” e “ <i>Sociologia Educacional</i> ” alcançaram no México. E relata que, particularmente, a segunda tem sido de

				<p>grande interesse para o Instituto Mexicano. Solicita artigos de Azevedo para a Revista mexicana.</p> <p>Em carta de 15 de novembro, Mendieta y Núñez comenta que o livro "<i>Princípios</i>" é um guia importante para os iniciantes no campo, menciona, inclusive, seu indiscutível valor didático.</p> <p>Obs1: De 1941 até 1960, cerca de treze (13) cartas foram enviadas por Mendieta y Núñez para Fernando de Azevedo convidando-lhe para participar dos congressos de sociologia e informando sobre as publicações realizadas por ele (Núñez).</p> <p>Obs2: correspondências escritas originalmente em espanhol.</p>
Lucio Mendieta y Núñez	México	1951*	FA-CP-Cx22,16	<p>Em carta de 1951, Mendieta y Núñez comenta com Azevedo que "<i>Sociologia Educacional</i>" estava apresentando uma excelente repercussão no México. E que fundou a Associação Mexicana de Sociologia e o nomeou membro honorário da mesma.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Luis Beltrán Prieto Figueroa	Caracas Venezuela	1959 (2)*	FA-CP-Cx25,48 FA-CP-Cx25,49	<p>Em 6 de agosto, Prieto Figueroa agradece Azevedo pelo envio do texto de julho de 1959: "<i>Mais uma vez convocados: manifesto ao povo e ao governo</i>" e se apresenta disposto a publicá-lo na <i>Revista</i></p>

				<p><i>Política</i> – de Caracas.</p> <p>Em 16 de dezembro, Prieto Figueroa solicita que Azevedo colabore no Brasil com o seu filho Luis Prieto Oliveira e expõe que o <i>Manifesto</i> foi publicado no segundo número da <i>Revista Política</i>.</p> <p>Obs: cartas escritas originalmente em espanhol.</p>
Luís Beltrán Prieto Figueroa	Caracas - Venezuela	1960 (2)*	FA-CP-Cx25,50; FA-CP-Cx25,51	<p>Em carta de 31 de março, Prieto Figueroa agradece a Azevedo pelo apoio fornecido ao seu filho. E expõe que Azevedo possui, seja na Venezuela seja na América como um todo, um extenso grupo de leitores que reconhece em seu pensamento as preocupações de um grande professor e orientador. E que a isto se deve parte considerável do interesse e também da insistência dele para que o nome de Azevedo figure na Revista.</p> <p>Em carta de 12 de agosto, Prieto Figueroa expõe que irá ao Brasil para cumprir uma missão delegada a ele pelo Presidente da Venezuela junto a Juscelino Kubitschek (Presidente do Brasil, em exercício no período).</p> <p>Obs1: Prieto Figueroa é um intelectual influente, que possui um canal de diálogo aberto com o Presidente da Venezuela. Obs2: cartas escritas originalmente em espanhol.</p>

Luís Beltrán Prieto Figuroa	Caracas – Venezuela	1961*	FA-CP-Cx25,53	<p>Em correspondência de 23 de janeiro, Prieto Figuroa afirma e, ao mesmo tempo, indaga se Azevedo recebeu o convite formal para participar do Congresso de Sociologia que se realizará em Caracas. Neste sentido, comenta que ele (Figuroa), na condição de membro da Comissão Organizadora do Congresso e Diretor do empreendimento editorial <i>Revista Política</i>, gostaria da presença de Azevedo do evento. Além de Azevedo, Prieto Figuroa informa que convidou dentre outros, Josué de Castro etc.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Luís Beltrán Prieto Figuroa	Caracas - Venezuela	1963*	FA-CP-Cx25,59	<p>Em correspondência de 15 de novembro, Prieto Figuroa comenta com Azevedo que recebeu uma carta de sua autoria na qual ele disse haver enviado para a <i>Revista Política</i> um trabalho intitulado: “<i>Reflexões sobre a Sociologia</i>”. Contudo, ele (Figuroa) não recebeu tal texto, então solicita que Azevedo reencaminhe o material para que o mesmo possa ser publicado na <i>Política</i>. Segundo Prieto Figuroa, os editores da <i>Revista</i> se sentirão honrados com tal colaboração, seja porque ela expressa a relação de parceria entre estes dois países, seja, particularmente, pelo que significam as idéias de Azevedo para a renovação cultural na América.</p>

				Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
Luís Beltrán Prieto Figueroa	Caracas - Venezuela	1964*	FA-CP-Cx25,60	Em carta de 21 de janeiro, Prieto Figueroa agradece as indicações – de escritores brasileiros – feitas por Azevedo. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
Luís Beltrán Prieto Figueroa	Caracas - Venezuela	1966*	FA-CP-Cx25,63	Em 3 de agosto, Prieto Figueroa remete para Azevedo um exemplar do Projeto de Lei de Educação, nos moldes como o tema foi introduzido no Senado. Relata que com tal Lei, ele (Figueroa) e outros procuraram renovar o sistema de ensino venezuelano, mas salienta que tal processo enfrenta a resistência dos conservadores. Solicita que Azevedo lhe envie suas idéias sobre o projeto, pois acredita que as mesmas poderiam contribuir para formar e informar a opinião pública da Venezuela. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
Luís Beltrán Prieto Figueroa	Caracas - Venezuela	1967*	FA-CP-Cx25,64	Em 17 de janeiro, Prieto Figueroa informa Azevedo que renunciou a presidência do Congresso de Sociologia porque foi convocado pelo partido, ao qual se encontrava vinculado, para tornar-se seu Presidente e, assim, a dedicar-se intensamente às eleições de 1968. Comenta em outro momento da carta, que recebeu as opiniões de Azevedo sobre o Projeto de Lei de Educação

				(venezuelana) as quais foram preciosas para os “projetistas”. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
Luís Beltrán Prieto Figueroa	Caracas - Venezuela	1971 (2)*	FA-CP-Cx25,65; FA-CP-Cx25,66	Em carta de 15 de março, Prieto Figueroa aponta que os jornais publicaram a notícia do assassinato de Anísio Teixeira, a qual o deixou extremamente triste, pois era amigo de Teixeira e partidário de suas idéias renovadoras. Considerava este intelectual, junto com Azevedo e Lourenço Filho, os grandes representantes do movimento renovador na educação brasileira. Em carta de 22 de outubro, Prieto Figueroa expõe a Azevedo que pretende escrever uma trilogia na qual prestará homenagem aos “ <i>tres Apostoles de la Educación Nueva en Brasil</i> ”: Fernando de Azevedo, Lorenzo Filho e Anísio Teixeira. Aponta também, que a última carta escrita por Azevedo o deixou triste, pois nela este lhe contou que seus olhos não podiam mais ver. No entanto, o confortava perceber que Azevedo conservava intactas sua inteligência e vontade. Obs: cartas escritas originalmente em espanhol.
Luis Reissig	Washington	1960*	FA-CP-Cx26,47	Em 2 de fevereiro, Reissig expõe à Azevedo que o conhecia há muito tempo, por intermédio de suas obras, as quais

				<p>consistiam em importantes influências para a formação dos professores no Brasil e no exterior, ao proporcionarem uma boa base sociológica para o trabalho no campo educacional. Reissig conta também que leu o texto redigido por Azevedo – e assinado coletivamente: <i>Mais uma vez convocados: manifesto ao povo e ao governo</i>. E que esperava que tal texto servisse para inspirar outros países latino-americanos. No final da carta, Reissig aproveita para agradecer Azevedo por este citá-lo no manifesto e também expõe sua felicidade ao saber que suas idéias sobre a educação coincidem.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Luis Reissig	Washington	1962*	FA-CP-Cx26,52	<p>Em 8 de maio, Reissig expõe que recebeu a carta de Azevedo na qual este afirmou que – por razões de saúde, um problema nos olhos – não poderia contribuir com artigo para a Revista <i>LA EDUCACIÓN</i>, conforme solicitação de Reissig. Este último lamentou o ocorrido e apontou que seria uma honra para os editores a contribuição de Azevedo sobre o problema do ensino das Ciências Sociais na Universidade. Despede-se de Azevedo desejando-lhe uma rápida recuperação e apontando que seu trabalho orgulhava seu país e toda a América.</p>

				Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
M. A. Teixeira de Freitas	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Rio de Janeiro	1937*	FA-CP-Cx12,2	Em 28 de maio, M. A. Teixeira de Freitas comunica sua apreciação sobre a obra de Azevedo: " <i>Princípios de Sociologia</i> ". Dentre as qualidades do trabalho destacou: clareza, método, erudição e imparcialidade. Neste sentido, afirmou que tal livro terá uma significação fundamental para os iniciantes nos estudos sociológicos.
M. A. Teixeira de Freitas	IBGE Rio de Janeiro	1938 (2)*	FA-CP-Cx12,10 Anexo junto a carta: FA-CP-Cx12,10	Em 5 de março e, em algumas cartas anteriores, M. A. Teixeira de Freitas escreve a Azevedo discorrendo sobre as negociações envolvendo os procedimentos para a realização do Censo de 1940 (recursos, pessoal, logística etc. junto ao Governo Federal). Na conclusão expõe que vai em anexo um exemplo expressivo da vitória do IBGE, o qual é chamado por Teixeira de "nosso" Instituto. Sobre o anexo: M. A. Teixeira de Freitas encaminha a Azevedo uma carta escrita em 15 de fevereiro de 1938, de autoria de José Carlos de Macedo Soares. Nela, Macedo Soares comunica ao Presidente Getúlio Vargas sobre a aprovação do nome de Fernando de Azevedo para Presidente da Comissão Censitária do Censo de 1940, entre os predicados de Azevedo destacou-se a sua

				<p>contribuição para o desenvolvimento da estatística no país; seja como Fundador do Laboratório de Estatística do Instituto de Educação da USP, seja como Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo (1932), onde reorganizou a Seção de Estatística.</p> <p>Digressão: M. A. Teixeira de Freitas encaminha a Azevedo carta que ele (Freitas) recebeu do General José Pinto, em 28 de setembro de 1938, em resposta a carta de Teixeira envolvendo a ação do Interventor de São Paulo contra Fernando de Azevedo.</p> <p>Nesta carta, de 28 de setembro, o General relata a M. A. Teixeira de Freitas que havia submetido ao Interventor federal de São Paulo o ofício que este escrevera sobre a possível aposentadoria compulsória dos professores: Fernando de Azevedo, Almeida Júnior e Milton Rodrigues. O General reitera seus esforços no sentido de obter uma solução favorável para a situação.</p>
M. A. Teixeira de Freitas	IBGE Rio de Janeiro	1940*	FA-CP-Cx12,25	Em 17 de setembro, Teixeira de Freitas afirma que Azevedo já deve ter recebido os últimos exemplares das <i>Revistas de Geografia e de Estatística</i> , sendo assim, solicita que Azevedo lhe comunique suas impressões sobre as publicações, indicando suas falhas, possíveis

				melhorias etc. Finaliza a carta afirmando que a opinião de Azevedo exerce influência decisiva sobre seus trabalhos.
M. A. Teixeira de Freitas	IBGE	1952	FA-CP-Cx12,72	Em 14 de janeiro, M. A. Teixeira de Freitas narra a Azevedo suas angústias de ver o trabalho de uma vida sendo difamado e agradece todo apoio que sempre recebeu dele. Obs: O acervo de cartas de M. A. Teixeira de Freitas para Azevedo é considerável e abarca principalmente assuntos envolvendo os temas: cultura e educação. Constam também no acervo cartas referentes ao momento da ‘crise do IBGE’ nos anos de 1951 e 1952.
M. A. Teixeira de Freitas	IBGE	1952*	FA-CP-Cx12,74	Em correspondência de 18 de julho, M. A. Teixeira de Freitas indaga a Azevedo se este poderia, a partir de suas relações com o Chefe do Governo, sugerir o nome de Lourenço Filho para a presidência do IBGE.
M. A. Teixeira de Freitas	IBGE	1955*	FA-CP-Cx12,76	Em carta de 28 de fevereiro, M. A. Teixeira de Freitas solicita que Azevedo, na próxima edição de sua obra “ <i>A Cultura Brasileira</i> ”, dedique um parágrafo a questão do Esperanto.
M. A. Teixeira de Freitas	IBGE	1938*	FA-CA-Cx6,82	Em 20 de março, Azevedo agradece o convite para organizar o Recenseamento Nacional de 1940 e apresenta a justificativa para ter que declinar do mesmo.
Manuel Bandeira	Poeta, tradutor, cronista em jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro;	1947*	FA-CP-Cx4,40	Em 29 de maio, Bandeira expõe a Azevedo que Natan Bistrizky “campeão de causa sionista” lhe comunicou

	ABL			a realização da edição de uma enciclopédia universal, na qual caberia a ele (Bistritzky) a parte referente à América Latina. Bandeira relata que Bistritzky solicitou todas as informações possíveis sobre a vida cultural do Brasil. Decorre desta solicitação o pedido de Bandeira para Azevedo, o qual consiste em remeter para Bistritzky sua obra magistral sobre o assunto: “A <i>Cultura Brasileira</i> ”.
Maria Isaura Pereira de Queiróz	Paris	1952*	FA-CP-Cx25,67	Em carta de 9 de março, Queiróz expõe que ao pensar sobre o desenvolvimento da sociologia no Brasil, compreendia que se devia a existência autônoma desta ao trabalho desenvolvido por Azevedo. Em relação à situação da sociologia na França, Queiróz percebia a existência de uma ligação estreita de dependência desta para com a filosofia e a moral; o que era possível de ser percebido, inclusive, pela inexistência de um diploma em sociologia. Segundo Queiróz, semelhante impressão foi lhe confirmada pelo Prof. Gurvitch. Em outro momento da carta, Queiróz comenta que alguns colegas franceses se surpreenderam ao saber, por seu intermédio, a respeito da existência de uma Secção de Ciências Sociais, na Faculdade de Filosofia da USP. Para eles, isto era visto como uma largueza de visão de quem organizou o ensino

				da matéria entre os brasileiros, ou seja, de atores como Fernando de Azevedo.
Maria Isaura Pereira de Queiróz	Paris	1952*	FA-CP-Cx25,68	Em carta de 5 de agosto, Queiróz expõe que ao encontrar-se com os professores que estiveram no Brasil, todos mandavam lembranças a Azevedo, dentre eles: Prof. Friedmann; o Prof. Gurvith, o qual, segundo Queiróz, falava sempre de Azevedo com muita saudade; assim como o Prof. Morazé e o Prof. Bastide.
Mario Bon Espasandín	Boletín Uruguayo de Sociología	1968*	FA-CP-Cx6,24	Em carta de 14 de setembro, Bon Espasandín menciona que o “Boletín” encontra-se sempre a espera de artigos de Azevedo e, ao mesmo tempo, se coloca a disposição para escrever caso Azevedo deseje sua contribuição. Obs: correspondência originalmente escrita em espanhol.
Mário Casasanta	Belo Horizonte	1961*	FA-CP-Cx8,41	Em 15 de abril, Casasanta parabeniza Azevedo pelo convite para ocupar a Secretaria da Educação e Cultura da Prefeitura de S. Paulo. E expõe que Prestes Maia – então prefeito – vê em Azevedo uma figura ímpar no que tange a obra de formação humana no país.
Mário da Silva Brito	Rio de Janeiro	1970*	FA-CP-Cx6,70	Em carta de 30 de abril, Silva Brito menciona a perseguição sofrida por Ênio Silveira em virtude da Ditadura no país. Expõe que Silveira foi processado pelo crime de editar livros e que seu advogado mencionou a

				importância de algumas declarações de intelectuais reconhecidos – sobre a Editora Civilização Brasileira e seu trabalho de lançar livros de diferentes matizes – para serem anexadas aos autos do processo. Diante do exposto, Silva Brito solicita de Azevedo que ele seja uma dessas vozes que defenda, através de Ênio Silveira, a liberdade do pensamento no país. Menciona a urgência na qual tal documento deveria ser redigido e entregue por Azevedo. Despede-se como velho amigo e admirador.
Mário da Silva Brito	São Paulo	1961	FA-CP-Cx6,66	Em carta de 23 de junho, Brito convida Azevedo para o lançamento de livro de sua autoria “ <i>Universo</i> ” e explicita a consideração que possui em relação à sua pessoa.
Mário da Silva Brito	Rio de Janeiro	1964*	FA-CP-Cx6,67	Em correspondência de 30 de setembro, Brito parabeniza Azevedo pelo Prêmio Educação Visconde de Pôrto Seguro, afirmando que além de merecido o mesmo era justo.
Mário da Silva Brito	Rio de Janeiro “Editora Civilização Brasileira”	1969*	FA-CP-Cx6,68	Em correspondência de 20 de agosto, Brito informa Azevedo que sua carta havia chegado e agradece suas palavras de estímulo sobre os livros de autoria de Brito. Finaliza a carta explicitando sua admiração por Azevedo.
Mário da Silva Brito	Rio de Janeiro “Civilização Brasileira”	1969*	FA-CP-Cx6,69	Em 27 de novembro de 1969, Brito agradece a Azevedo pelo apoio prestado por este último a sua pretensão de suceder a Guilherme de Almeida na ABL.
Mário da Silva Brito	Rio de Janeiro	1970*	FA-CA-Cx4,61	Em resposta a carta de

	“Civilização Brasileira”			<p>Brito – Azevedo escreve uma correspondência, em 7 de maio de 1970, na qual relata o distanciamento que Ênio Silveira estabeleceu em relação a ele – Azevedo – após sua saída da Cia. Editora Nacional; bem como, o fato de dois artigos seus – enviados a pedido de N. Werneck Sodré – terem sido devolvidos pela Civilização Brasileira, na figura de Silveira, com a justificativa que os mesmos não contemplavam o perfil da editora. Continua Azevedo, diante destas condutas de Silveira, a conclusão do pedido de Brito, para que ele auxiliasse aquele, não teria uma resposta favorável. Todavia, finaliza a carta afirmando que esperava que tudo ocorresse da melhor forma possível para Ênio Silveira, mesmo não desejando envolver-se na questão.</p>
Mário da Silva Brito	Rio de Janeiro “Civilização Brasileira”	1970*	FA-CA-Cx4,62	<p>Em carta datada de 15 de maio, Azevedo relata a Brito que apesar de ter respondido a sua carta de 30 de abril resolveu não enviá-la, optando assim, por uma conversa pessoalmente sobre a mesma. Azevedo escreve que entendia ser esta conduta uma delicadeza necessária para com Ênio e Brito, amigos de longa data.</p> <p>Obs: Outras cartas de Azevedo para Brito estão presentes no acervo sempre com muito afeto e respeito por este último, a última carta foi</p>

				escrita em junho de 1974.
Mario Gibson Barboza Encarregado de Negócios	Buenos Aires	1958 (2)*	FA-CP-Cx4,52; FA-CP-Cx4,53	<p>Em carta de 31 de julho de 1958, Gibson Barboza expõe que foi com grande prazer que recebeu a carta de Azevedo na qual este aceitou o convite para proferir conferências no Instituto Popular de Conferências de “La Prensa” e no Instituto de Sociologia da Universidade de Buenos Aires. Gibson Barbosa comenta que entrará em entendimento com Gino Germani para receber Azevedo. E finaliza a correspondência dizendo ser um velho admirador da obra de Azevedo como sociólogo e educador.</p> <p>Em carta de 1 de outubro, Gibson Barboza relata com pesar o fato de Azevedo ter sido impossibilitado de comparecer.</p> <p>Obs: cartas escritas originalmente em espanhol.</p>
Mário Lins	Rio de Janeiro	1951*	FA-CP-Cx18,30	<p>Em carta de 26 de abril, Lins expressa que conversou com Djacir Menezes e Guerreiro Ramos sobre a criação da Seção da SBS, no Rio de Janeiro, e que Djacir disse-lhe que havia estado com Costa Pinto. Segundo Lins, este último estava preparando o expediente relativo à fundação da Seção. Expõe que assim que obtiver novas informações as enviará para Azevedo. Em outro momento da correspondência, Lins</p>

				aponta que recebeu uma comunicação de Alfredo Poviña a respeito da realização do II Congresso Latino-Americano de Sociologia e que encaminhará trabalho para o evento, assim como Guerreiro Ramos e outros.
Melville J. Herskovits	Departamento de Antropologia	1954*	FA-CP-Cx14,23	<p>Em carta de 6 de agosto de 1954, Herskovits relata a Azevedo que Ruy Coelho obteve a autorização para realizar a defesa de sua tese em São Paulo; e que estarão na banca os professores: Yale Brozen, Willian Fenton e Charles Wagley. Expõe que todos eles gostariam muito de contar com a presença de Azevedo na composição da banca, o que, segundo Herskovits, propiciaria grande distinção à banca. Despede-se afetuosamente.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em inglês.</p>
Miguel Herrera Figuroa	Buenos Aires	1960*	FA-CP-Cx14,23	<p>Em 23 de fevereiro, Herrera Figuroa agradece a Azevedo pelos conselhos e pelo desejo de boa sorte, apresentados por este, ao empreendimento editorial: “<i>Estudios de Sociología</i>”. Reconhece Azevedo como um grande mestre, cujas palavras honram a realização do seu trabalho.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Miguel Reale	São Paulo	1949*	FA-CP-Cx26,29	<p>Em carta de 5 de março, Reale escreve de forma elogiosa sobre a obra de Azevedo: “<i>Canaviais e engenhos na vida</i>”</p>

				<i>política do Brasil</i> ". Neste caminho, expõe que foi uma pena o autor não ter propiciado maior desenvolvimento ao último capítulo, focalizando o contraste Nordeste-Sul; algo bem conhecido por ele (Reale), na condição de advogado da associação dos usineiros.
Miguel Reale	São Paulo	1951*	FA-CP-Cx26,30	Em carta de 2 de maio, Reale expõe seu objetivo de publicar, até o final do mês de junho, o primeiro número da <i>Revista de Filosofia</i> , e convida Azevedo para colaborar nesta publicação. Justifica semelhante escolha tendo em vista, primeiro, o pronunciamento realizado por Croce, Ortega e Jean Wahl a respeito da "crise da Universidade". Segundo, a própria experiência e saber de Azevedo, sobre tal tema, nos meios culturais brasileiros.
Miguel Reale	Reitor da USP	1970	FA-CP-Cx26,31	Em carta de 4 de maio de 1970, Reale agradece a Fernando de Azevedo pela doação de seu acervo ao IEB.
Monsieur Johan Marie de Latour	Cônsul geral da França em S. Paulo	1969*	FA-CA-Cx8,20	Em carta de 20 de janeiro, Azevedo solicita uma bolsa de estudos em Paris, na área Jornalismo, para o Sr. Rui Martins. Azevedo descreve a experiência de Martins na área e justifica a relevância do referido pedido.
Mr. Dr. James Lauer	University of Wisconsin	1971*	FA-CA-Cx8,21	Em correspondência de 16 de abril, Azevedo explica ao Sr. Lauer o episódio envolvendo o convite que recebeu para ser o candidato da esquerda – para o cargo de Presidente da

				<p>república, após 1945. E relata que o convite deixava claro que ele teria todo apoio político e econômico para a campanha e, mais, que uma vez eleito assumiria com total independência partidária. Apesar disso, Azevedo afirma ter recusado a proposta de ser candidato. Prossegue o relato expondo que posterior a sua recusa o convite fora feito ao dr. Yedo Fiuza, Prefeito de Petrópolis (RJ), que o aceitou. Fiuza disputou o pleito com o General Eurico Dutra, o qual foi eleito. Quando Dutra compôs o Ministério, segundo Azevedo, ele lhe reservou a pasta da Educação, o que inclusive foi divulgado pelos jornais. Todavia, José Carlos de Macedo Soares, então Interventor em São Paulo, se opôs por não ter sido consultado e sugeriu os nomes de Benedito Montenegro e Ernesto de Souza Campos em substituição ao seu. Souza Campos assumiu assim a pasta da Educação.</p>
Mr. Le Professeur Raymond Lenoir		1970	FA-CA-Cx9,32	<p>Em 20 de outubro, Azevedo agradece a disposição apresentada em publicar em língua francesa o trabalho "<i>Princípios de Sociologia</i>", o qual em português encontrava-se na 10ª. edição. Outras duas cartas de Azevedo também mencionam a questão da publicação deste livro e o interesse sobre o trabalho do Prof. Lenoir.</p>

				Obs: correspondência escrita originalmente em francês.
Murilo Braga	Diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP)	1950*	FA-CP-Cx6,60	<p>Em carta de 9 de fevereiro, Murilo Braga informa Azevedo que há muito tempo desejava escrever-lhe para falar sobre o INEP. Neste Instituto, Braga afirma ter continuado o trabalho de Lourenço Filho. Ainda, segundo Braga, era necessário prestar contas à Azevedo sobre o que ele (Braga) realizou no INEP, pois ele era um novato, enquanto Azevedo era um líder do pensamento educacional do país. Em outro trecho da carta, Braga afirma que apreciaria poder ter em cada número da revista do INEP um artigo de Azevedo.</p> <p>Obs: atualmente o INEP significa Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.</p>
Murilo Braga	Rio de Janeiro	1951*	FA-CP-Cx6,61	<p>Em carta de 15 de janeiro, Braga convoca Azevedo para ir ao Rio Janeiro e assumir a direção do movimento renovador. Neste contexto, rememora a atuação de Azevedo no Rio em 1926, nos anos de 1930 e 1932; bem como, na cátedra e nos livros. Murilo Braga diz esperar ser atendido por Azevedo. Finaliza a carta reconhecendo em Azevedo um dos guias do planejamento educacional na segunda metade do século XX.</p>
S/ Remetente Nominal	Governo	1948*	FA-CP	<p>Em carta de 31 de março, Azevedo é informado que sua obra <i>“Canaviais e engenhos na vida</i></p>

				<p><i>política do Brasil</i>” tivera a aprovação do Instituto do Açúcar e do Alcool da Delegacia Regional de São Paulo para a publicação.</p> <p>Obs: Já no ano de 1945, Azevedo tinha sido convidado por sugestão de Breno Pinheiro para ser colaborador da <i>Revista Brasil Açucareiro</i>, revista mensal e órgão oficial do Instituto do Açúcar e do Alcool.</p>
Nelson Werneck Sodré	ISEB (Werneck Sodré pertenceu ao Instituto até sua extinção em 1964 – com o golpe militar)	1968*	FA-CA-Cx17,38	<p>Em 7 de fevereiro, relata a Werneck Sodré que um amigo lhe contou que Jânio Quadros tinha se inscrito para concorrer ao prêmio de intelectual do ano; expõe que considerava semelhante candidatura uma afronta, pois Jânio Quadros poderia ser qualquer coisa, menos, um intelectual. Azevedo explica ainda que ele, e outros, haviam indicado o nome de Érico Veríssimo para esmagar a referida candidatura, pois não desejam ver um homem como Quadros – “explorador da política” – competir com Werneck Sodré.</p> <p>Obs: Azevedo recebeu de Werneck Sodré (no período de 1937 a 1974) cerca de cem (100) cartas.</p>
Nelson Werneck Sodré	Rio de Janeiro	1944*	FA-CP-Cx31,14	<p>Em carta de 19 de setembro, Sodré expõe sua visão pessimista sobre a luta editorial no Brasil, porém salienta que os projetos editoriais como o da <i>Brasiliana</i> é que permaneceriam. Sodré observa que, o</p>

				momento no qual viviam, era oportuno para o desenvolvimento da coleção Iniciação Científica, por Azevedo.
Nelson Werneck Sodré	Cambuquira	1945*	FA-CP-Cx31,18	Em carta de 12 de janeiro, Sodré relata a Azevedo que leu sua conferência sobre as universidades e pensa que a mesma encontra-se coerente com a orientação pública do espírito de Azevedo. Assim, sintetiza o comentário a respeito de tal obra: representa, na verdade, um guia a seguir, no Brasil do futuro.
Nelson Werneck Sodré	Escola de Estado Maior	1946*	FA-CP-Cx31,29	Em carta de 24 de dezembro, Sodré comenta com Azevedo que este último fez bem ao recusar o Departamento Nacional de Educação e que isto expressa a coerência de sua conduta pública. No mais, aponta Sodré, Azevedo não encontraria espaço para exercer o cargo conforme seus princípios.
Nelson Werneck Sodré		1949*	FA-CP-Cx31,32	Em carta de 7 de março, Sodré comenta sobre o livro <i>“Canaviais e engenhos”</i> . Expõe que, em tal obra, Azevedo tratou do elemento político. E finaliza a carta apontando que retomará o diálogo sobre o livro em outro momento.
Nelson Werneck Sodré	Rio de Janeiro	1950*	FA-CP-Cx31,37	Em 15 de março, Sodré comenta sobre o livro <i>“Um trem corre para o oeste”</i> , de autoria de Azevedo. Na argumentação, Sodré afirma que tal obra apresenta a questão dos transportes com uma perspectiva sociológica,

				ou seja, de forma diferente, dos estudos de viação e de transportes, os quais possuem caráter técnico. O livro é, no entender de Sodré, um excelente ensaio sobre o tema da circulação. Sendo assim, Sodré comunica Azevedo que irá escrever sobre esta obra no “ <i>Correio Paulistano</i> ” e no “ <i>Digesto Económico</i> ”.
Nelson Werneck Sodré	Rio de Janeiro	1965* (3)	FA-CP-Cx31,50 FA-CP-Cx31A,61 FA-CP-Cx31A,64	<p>Em carta de 19 de janeiro, Sodré tece um comentário elogioso sobre a atuação de Azevedo na esfera pública daquele contexto ditatorial. E a respeito dos intelectuais afirma que são de fato “<i>o sal da terra</i>”. Finaliza a carta colocando a <i>Revista da Civilização Brasileira</i>, de cuja direção faz parte, a disposição para colaborações de Azevedo.</p> <p>Em carta de setembro de 1965, Sodré se remete com respeito e admiração ao Ênio Silveira e menciona que este respeita e admira muito Azevedo.</p> <p>Em 26 de dezembro, Nelson W. Sodré informa Azevedo que Ênio Silveira deixou a Editora <i>Civilização Brasileira</i>, mas não dá detalhes sobre o assunto. O tom de Sodré ao remeter-se a ABL, nesta carta, expressa a sua não valorização da Academia.</p>
Nelson Werneck Sodré	Rio de Janeiro	1973 (2)*	FA-CA-Cx17,55; FA-CA-Cx17,56	Em correspondência de 8 de março, Azevedo comenta com Sodré que não compreendeu porque

				<p>ele (Sodré) se queixou de seu “<i>primo e amigo fiel</i>” (Azevedo). Neste contexto, Azevedo aponta que ele é quem tinha razões para estar aborrecido com Sodré, pois soube dos dois últimos livros deste através de Cruz Costa, que os havia recebido, ao contrário dele.</p> <p>Em 20 de abril, Azevedo escreve para Sodré agradecendo os livros ofertados e demonstrando sua alegria por lê-los. As obras em questão foram “<i>Memórias de um escritor</i>” e “<i>Síntese de história da cultura brasileira</i>”; sobre o último comentou possuir uma ótima estrutura.</p>
Nestor Duarte	Bahia	1940*	FA-CP-Cx10,34	<p>Em 31 de dezembro, Nestor Duarte escreve uma carta na qual reconhece a contribuição científica de Fernando de Azevedo, particularmente, na obra “<i>Sociologia Educacional</i>”. Afirma que tal livro trata-se da primeira grande obra sobre o tema, ou seja, um livro de criação e de contribuição pessoal de um pensador.</p>
Nilton Campos	Faculdade Nacional de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil	1952*	FA-CP-Cx7,15	<p>Em 9 de maio, Campos parabeniza Azevedo por presidir a diretoria da Sociedade Brasileira de Sociologia e formula votos que a mesma se associe com a Sociedade Brasileira de Psicologia (em reorganização). Reitera a necessidade de um trabalho urgente no sentido de assegurar para a Psicologia e Sociologia o mesmo respeito e</p>

				<p>prestígio das ciências naturais.</p> <p>Obs: introdutor do método fenomenológico no Brasil. Criador do <i>Boletim do Instituto de Psicologia</i>.</p>
Padre Reinaldo Rudolf Stiezer	Mosteiro Cisterciense - BA	1971*	FA-CA-Cx17,64	<p>Em carta de 26 de janeiro, Azevedo apresenta parte de sua visão sobre a religião, ao Padre Stiezer, ao afirmar que não encontrando meios de negar ou admitir a existência de Deus, permanecia com seu sofrimento.</p>
Paul Arbousse Bastide	Sorbonne e USP	1970*, 1972, 1973	FA-CA-Cx4,12; FA-CA-Cx4,13; FA-CA-Cx4,14	<p>Em carta de fevereiro de 1970, Azevedo agradece pelas palavras de conforto recebidas de Arbousse Bastide em virtude do falecimento do seu filho (Fábio). Expõe que ficou muito contente diante da opinião generosa que o Arbousse Bastide proferiu sobre seu papel na estruturação da educação em geral e do ensino superior, em particular, bem como na luta para a defesa dos altos princípios e valores culturais. Escreve que em nenhum momento deixou de manter contato com os problemas do ensino e da cultura, e dos que resultam da rebelião da juventude. Afirma que apesar dos jovens saberem bem o que destruir não sabem o que colocar no lugar.</p> <p>Expõe de forma categórica que o momento era de responsabilidades por parte dos professores que estes tinham que defender a universidade para que ela não</p>

				<p>desaparecesse como um conjunto de estudos superiores. Neste sentido, coloca a necessidade de lutar contra o espírito conservador e reacionário. Despede-se de Arbousse tratando-lhe por mestre e amigo por quem guarda uma grata recordação e indaga o que ele pensa sobre tudo isso.</p> <p>Obs1: Nas cartas de 1972 e 1973, Azevedo agradece as mensagens de feliz ano novo e retribui as felicitações para Arbousse e família. Obs2: cartas escritas originalmente em francês.</p>
Paulo Duarte	New York	1944*	FA-CP-Cx10,37	Em 6 de janeiro de 1944, Duarte compromete-se a escrever, em breve, uma longa carta para Azevedo. No entanto, comenta que a orientação cultural deste, a qual conhece muito bem, coincide em vários pontos com a sua própria; e que a interlocução entre ambos permanecerá seguindo regularmente.
Paulo Duarte	Lisboa	1944*	FA-CP-Cx10,38	P. Duarte, em carta de 24 de abril, solicita que Azevedo converse longamente com Raymond Warnier (amigo de Paulo) para que o mesmo possa conhecer o ambiente uspiano e, assim, possa dar uma execução segura, [...] <i>à missão de nos continuar muito perto da intelligencia francesa [...]</i> ". Informa Azevedo que também enviou cartas ao Mesquita Filho (<i>Julinho</i>) e ao Sergio Milliet?

				(Sergio).
Paulo Duarte	Lisboa	1944*	FA-CP-Cx10,39	Em 05 de setembro, Duarte relata a Azevedo que recebeu apenas metade da carta escrita por este, pois a outra tinha sido cortada pelos censores.
Paulo Duarte	Lisboa	1945	FA-CP-Cx10,42	Em carta de 17 de abril, Duarte escreve sobre a morte de Mário de Andrade expressando profundo pesar, inclusive, pelo fato de ter recebido, após o falecimento deste, a carta que ele havia lhe enviado. Em outro momento desta correspondência, Duarte menciona sua preocupação com o pessimismo que parece estar pairando sobre Azevedo. Segundo Duarte, esta carta tinha dois propósitos principais: dar notícias de um instituto cultural que ele pretendia fundar e, segundo, animar Azevedo para que este não abandonasse a luta.
Paulo Freire	Recife	1952*	FA-CP-Cx11,66	Em 19 de agosto, Freire comenta sobre o papel de Azevedo na cultura e educação brasileira. Neste contexto, Freire considera que homens, na posição de Azevedo, não se pertencem, ou seja, estão a mercê de receberem cartas como a sua, uma pessoa que Azevedo não conhece, mas de quem é conhecido a longo tempo, através de suas obras. Em outro trecho da carta, relata a Azevedo que fundou um 'núcleo educacional' e que caso o mesmo tenha êxito, pretende fundar outros em cidades do

				interior, onde o Sesi estiver presente. Após tais considerações, Freire solicita a Azevedo sugestões, conselhos, indicação bibliográfica, enfim, que o oriente.
Paulo Sawaya	Heidelberg/ Rohrbach	1967*	FA-CP-Cx29,39	Em 1 de outubro, Sawaya relata para Azevedo que leu nos jornais a notícia da eleição dele (Azevedo) para a Academia Brasileira de Letras, e aproveita para cumprimentá-lo. Nesse interregno, expõe que teve oportunidade de acompanhar a vida de Azevedo e aferir o mérito de tal reconhecimento.
Pedro Calmon	ABL	1968 (2)*	FA-CA-Cx4,75; FA-CA-Cx4,76	Nas cartas de 15 e 27 de agosto, Azevedo agradece as palavras de acolhimento fornecidas por Calmon, em ocasião da entrega do Premio Machado de Assis a Azevedo; e lhe solicita um favor: a leitura de seu discurso de posse, à medida que se encontrava impossibilitado de realizá-la dado o problema de visão (de Azevedo).
Pedro Calmon	ABL	1971*	FA-CA-Cx4,77	Em 9 de outubro, Azevedo comenta que o problema de visão tem lhe dificultado, às vezes, até mesmo lhe privado do convívio e encontros com os amigos.
Pedro Calmon	ABL	1972*	FA-CA-Cx4,78	Em carta de 16 de abril, Azevedo menciona novamente a questão da visão e a dificuldade de deslocar-se sozinho como justificativa para não ter prestigiado Calmon, mas reitera que fez isto espiritualmente.
Pinto Ferreira	Diretor do Instituto de	1941*	FA-CP-Cx11,19	Em 8 de julho, Pinto Ferreira escreve que irá

	Sociologia Recife			enviar para Azevedo sua análise sociológica do Estado, cujo método foi visto com simpatia por Lundberg, Rashevsky, Merton. E solicita que Azevedo prefacie seu livro sobre sociologia brasileira, afirmando que isto consistiria em uma imensa satisfação.
Pinto Ferreira	Diretor do Instituto de Sociologia Recife	1952	FA-CP-Cx11,23	Em carta de 5 de agosto, Pinto Ferreira relata para Azevedo sobre as dificuldades enfrentadas pela Seção de Pernambuco (SBS) e pela Sociologia, de forma geral, nas instituições onde ele (Pinto Ferreira) se encontrava envolvido.
Pinto Ferreira	Diretor do Instituto de Sociologia Recife	1958 (2)*	FA-CP-Cx11,25 FA-CP-Cx11,26	Em 13 de janeiro de 1958, Pinto Ferreira escreve a Azevedo sobre a organização do II Congresso Brasileiro de Sociologia que deverá ser realizado em Pernambuco, fala que G. Freyre irá auxiliar na organização do evento. Já em 12 de fevereiro, Pinto Ferreira comunica Azevedo que Freyre não aceitou a presidência do Congresso e que esta caberá a Azevedo, menciona sobre o montante de dinheiro, obtido junto a Freyre, para o II Congresso e pergunta sobre os recursos que poderão ser destinados para o evento por parte da Seção Nacional da SBS.
Pontes de Miranda		1971	FA-CA-Cx11,75	Em carta de 8 de novembro, Azevedo escreve a Pontes de Miranda elogiando seu trabalho enquanto poeta.
Prof. Dermeval Saviani Aos cuidados do Prof. Joel Martins	Pontifícia Universidade Católica –	1973*	FA-CA-Cx16,52	Em carta de 4 de maio, Azevedo agradece o exemplar do livro

	PUC/SP			“Educação Brasileira: Estrutura e Sistema”, de autoria de Saviani, e diz que ao realizar a leitura deste, através dos olhos de sua filha Lollia, percebeu que a obra abordava com segurança os problemas da educação brasileira.
Rafael Xavier Diretor em Exercício Serviço Nacional de Recenseamento	IBGE Rio de Janeiro	1942*	FA-CP-Cx34,45	Em 31 de agosto, Xavier informa Azevedo sobre a situação dos trâmites da Comissão Censitária a respeito da publicação da obra “A Cultura Brasileira”. No final da carta reconhece Azevedo como um dos mais respeitados educadores e sociólogos do país.
Rafael Xavier	IBGE Rio de Janeiro	1949*	FA-CP-Cx34,51	Em 24 de maio, Xavier menciona que há interesse por parte do IBGE que Azevedo ministre aulas nos “Cursos de Informações” – os quais são realizados na ocasião das Assembléias Gerais do Conselho Nacional de Estatística. E expõe que este era um desejo de M. A. Teixeira de Freitas – seu antecessor na Secretaria Geral – e também seu (de Xavier). Solicita de Azevedo que aceitando a incumbência de participar do Curso se encarregue do seguinte tema: “A Estatística e a Política”.
Rascher & Cie. A. G.	Nova York	1950	FA-CP-Cx26,27	Carta de 24 de março, na qual a editora explicita seu interesse em adquirir os direitos de tradução para o alemão da obra de autoria de Azevedo: “A Cultura Brasileira”.
Raúl A. Orgaz	Córdoba	1936*	FA-CP-Cx24,18	Em 2 de julho, Raúl A. Orgaz acusa o recebimento de uma carta de Azevedo do mês de junho e agradece as

				<p>apreciações deste último sobre seus trabalhos. Expõe que pretende realizar um resumo da última obra de Azevedo – <i>Princípios de Sociologia?! –</i> para publicá-lo na Revista da Universidade. Explica também que seu discípulo, Alfredo Poviña, terá prazer em remeter para Azevedo alguns trabalhos que registram o progresso da sociologia na Argentina. Raúl A. Orgaz despede-se dizendo que sente por Azevedo uma grande simpatia intelectual.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Raul J. Bittencourt Presidente em exercício	Associação Brasileira de Educação (ABE)	1946*	FA-CP-Cx6,20	<p>Em carta de 29 de abril, Bittencourt convida Fernando de Azevedo a participar dos debates públicos organizados pela ABE, após a reunião com o Ministro da Educação; na qual a instituição demonstrou sua posição contrária ao novo decreto que regularia a formação do Professor Secundário. De acordo com Bittencourt, entre os convidados para tomar parte do debate, além de Azevedo, estavam: Lourenço Filho, A. Carneiro Leão, Padre Leonel Franca, Raul Bittencourt, Paul Arbousse Bastide, J. Costa Ribeiro, Murilo Braga, Nestor Duarte, Arthur Ramos, Carlos Flexa Ribeiro, Rothier Duarte, Clovis do Rego Monteiro, José Faria Góes Sobrinho, Djacir Menezes, Mario P. de Brito, Hermes Lima,</p>

				João Ernesto de Souza Campos etc. Bittencourt reitera o convite dizendo contar com sua eficiente cooperação.
Raymundo Faoro	Rio de Janeiro	1974*	FA-CP-Cx10,60	Em carta de 2 de janeiro, Faoro afirma que parte significativa de seu interesse pela Sociologia deveu-se aos trabalhos de Azevedo, principalmente: “ <i>A Cultura Brasileira</i> ”; “ <i>Canaviais e engenhos</i> ” e “ <i>Um trem corre para o oeste</i> ”. Faoro solicita que Azevedo não releia “ <i>Os donos do poder</i> ”, e, sim, espere a edição que sairá em julho, pois tal versão, além de melhor escrita, possuía ampliação das referências bibliográficas.
Raymundo Ramos	Fondo de Cultura Economica (México)	1969*	FA-CA-Cx15,4	Em 3 de janeiro, Azevedo agradece Ramos por responder-lhe as cartas que havia encaminhado ao Diretor do Fondo, Salvador Azuela. Menciona sua satisfação ao saber que está projetada a 8ª. edição de sua obra “ <i>Sociología de la Educación</i> ” e que há interesse em conhecer outros três livros de sua autoria.
Renato Jardim Moreira	CRPE/SP Diretor de Estudos e Pesquisas Sociais (DEPS)	1960*	FA-CP-Cx15,46	Em carta de 18 de maio, Jardim Moreira realiza uma crítica veemente da organização do CRPE/SP, nos quatro anos de gestão de Fernando de Azevedo como Diretor. O maior problema existente refere-se, no entender de Jardim Moreira, a desarticulação dos grupos de pesquisas. Problema esse, cujas raízes deveriam ser buscadas, segundo

				Jardim, na estrutura desta instituição. Neste sentido, Jardim Moreira propõe mudanças que, indiretamente, indicam os problemas por ele identificados. Seriam elas: obter outras fontes de recursos para as atividades de pesquisa; estabelecer um programa de pesquisas; conceder maior autonomia de decisões, inclusive financeira, ao Diretor da Divisão.
Renato Moreira Jardim	CRPE – Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Sociais	1960*	FA-CA-Cx7,79	Em carta de 19 de maio, Azevedo demonstra-se decepcionado com Jardim e expõe que aceita sua renúncia ao cargo. Afirma que espera que um dia Jardim entenda – como ele (Azevedo) entendeu – que só se aprende a dirigir, aqueles que antes aprenderam a respeitar as decisões superiores.
Ricardo Levene	Instituto de Sociología de la Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires	1943*	FA-CP-Cx17,19	Em 27 de dezembro, Levene escreve que o objetivo do Instituto é estabelecer vínculos intelectuais e culturais com outros centros de estudo na América Latina. Neste sentido, solicita que Azevedo escolha um sociólogo brasileiro que possa ser classificado como um grande sociólogo e faça uma síntese de seus trabalhos para lhe encaminhar. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Ricardo Levene	Instituto de Sociología de la Facultad de Filosofía y Letras, Buenos Aires	1945*	FA-CP-Cx17,22	Em 10 de abril, Levene comunica Azevedo que está preparando o 4º. número do Boletín e deseja a sua colaboração.

				Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Roberto Mac-Lean y Estenós	Presidente Secretaría General de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú.	1950*	FA-CP-Cx20,8	<p>Em 30 de novembro, Mac-Lean y Estenós comunica Azevedo que o Instituto Peruano de Sociologia o elegeu, por unanimidade, membro correspondente do Brasil. Mac-Lean y Estenós explica ainda, que esta designação expressa o reconhecimento do valor dos trabalhos de autoria de Azevedo, os quais o consagravam como um grande expoente do movimento sociológico no Continente Americano.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Roberto Mac-Lean y Estenós	Presidente Secretaría General de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú.	1951 (2)*	FA-CP-Cx20,10; FA-CP-Cx20,11	<p>Em 30 de janeiro de 1951, Mac-Lean y Estenós solicita que Azevedo lhe informe sobre as atividades desenvolvidas pela SBS e afirma que fará o mesmo em relação às atividades do Instituto Peruano.</p> <p>Já em 31 de janeiro, comenta que leu no “<i>Boletín Ciencias Sociales</i>”, do Departamento de Assuntos Culturais – da União Pan-americana de Washington – uma referência interessante ao artigo de Azevedo intitulado: “A Sociologia na América Latina, e, particularmente, no Brasil”. Mac-Lean y Estenós expõe que na próxima edição de seu livro sairá uma homenagem a Azevedo.</p>

				Obs: correspondências escritas originalmente em espanhol.
Roberto Mac-Lean y Estenós	Presidente Secretaría General de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, Lima, Perú.	1952*	FA-CP-Cx20,15	Em carta de 30 de abril, rememora que em 1950, ele e outros sociólogos tiveram a honra de votar em Azevedo para o cargo de Primeiro Vice-Presidente da Associação Internacional de Sociologia, no Congresso Mundial de Sociologia na Suíça. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Roger Bastide	Sorbonne e USP	1968 (2)*	FA-CA-Cx4,18; FA-CA-Cx4,19	Em carta de agosto de 1968, Azevedo informa Bastide sobre sua eleição para a Academia Brasileira de Letras. Relata que passou por duas operações em um dos olhos, e teve como resultados, a perda total de visão de um, e do outro, a conservação de um mínimo de visão, porém ressalta que apesar deste quadro continua a trabalhar como em outros tempos. Azevedo comenta que permanece acompanhando as atividades de Bastide no domínio das pesquisas e estudos sociológicos. E rememora a respeito da influência que Bastide exerceu na FFCL com seu trabalho científico e seus exemplos e afirma que seu retorno ao Brasil seria ótimo para as ciências sociais. Azevedo expõe que Jean Maugué esteve no país, mas que não conseguiu entrar em contato com ele; neste sentido, comenta que não compreendia porque lhe dificultavam o contato

				<p>com os professores franceses que vinham ao Brasil. Despede-se afetuosamente.</p> <p>Em carta de dezembro do mesmo ano, Azevedo comenta a falta que Bastide e outros professores franceses faziam a Universidade de São Paulo em face da crise vivida por esta instituição e que sempre pensava no retorno dos mesmos ao país.</p>
Roger Bastide	Sorbonne e USP	1969*	FA-CA-Cx4,20	<p>Em 26 de dezembro de 1969, Azevedo agradece pelos votos de feliz natal e comenta a aposentadoria de R. Bastide, Lévi-Strauss e Paul Arbousse Bastide afirmando que foi uma pena para a cultura francesa e que se ele tivesse a mesma influência junto ao governo que possuía em outros tempos se empenharia em trazê-los novamente para São Paulo.</p>
Roger Bastide	Sorbonne e USP	1973	FA-CA-Cx4,21	<p>Em 29 de dezembro de 1973, Azevedo inicia a carta agradecendo a visita de Bastide e comenta que o convívio com este intelectual permanece mediante a leitura do livro “<i>Les Amérioyes Noires</i>”. Segundo Azevedo, o livro sintetiza as paisagens negras das duas Américas.</p>
Roger Bastide	USP	1941*	FA-CP-Cx4,64	<p>Em 15 de outubro, Bastide escreve sobre sua situação como titular da Cadeira de Sociologia da Faculdade de Filosofia da USP, cujo contrato havia sido renovado em agosto de 1941. Segundo Bastide, antes daquela</p>

				<p>data, eram dois os titulares da referida Cadeira: Paul Arbousse Bastide e ele, porém com a transferência do primeiro para a Cadeira de Política ocorreu um desequilíbrio na carga horária da Cadeira de Sociologia. Neste contexto, Bastide aponta a utilidade do retorno ao sistema de dois titulares na Cadeira de Sociologia tendo em vista que o momento era propício, pois a frente da Faculdade, no cargo de Diretor, encontrava-se o sociólogo Fernando de Azevedo. Bastide afirma que Azevedo além de ser um pioneiro da Sociologia no Brasil era também possuidor de obras “magistrais”. Assim, passou a discorrer sobre as obras de autoria deste, “<i>Princípios de Sociologia</i>” e “<i>Sociologia Educacional</i>”; sobre a primeira afirmou tratar-se de uma referência primordial para a iniciação dos estudantes no mundo das teorias sociológicas; enquanto a respeito da segunda, sobre a qual ele já havia escrito na <i>Revue Internationale de Sociologie</i>, Bastide apontou tratar-se de um trabalho de profunda originalidade. Este intelectual ainda ponderou que Azevedo, além de chefe de movimento, era também um grande nome da ciência internacional. Após semelhante argumentação, Bastide reitera a necessidade de</p>
--	--	--	--	---

				<p>mudança de denominação da Cadeira ocupada por Azevedo – de Sociologia Educacional para Sociologia Geral. Justifica tal procedimento ao afirmar que o mesmo consistiria na melhor forma de harmonizar a organização dos cursos.</p>
Roland Corbisier Diretor Executivo	Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB)	1955*	FA-CP-Cx9,36	<p>Em carta de 14 de setembro, Corbisier informa Azevedo que o ISEB programou para iniciar suas atividades, no ano de 1955, uma série de Conferências sobre os “Problemas atuais da Cultura Brasileira”. Expõe que a pedido do Ministro da Educação e Cultura, a quem o Instituto estava diretamente subordinado, ele (Corbisier) foi incumbido de convidar Fernando de Azevedo para proferir uma dessas palestras; explica ainda, que as despesas serão de responsabilidade do ISEB e que conta com a participação de Azevedo.</p>
Salvador Azuela Diretor	Fondo de Cultura Economica	1966 (2)	FA-CP-Cx4,34; FA-CP-Cx4,35	<p>Em carta de 8 de julho, Salvador Azuela estabelece negociações com Azevedo sobre a publicação de uma nova edição da obra “<i>Sociologia Educacional</i>”, pelo Fondo de Cultura Economica.</p> <p>Em correspondência de 3 de agosto, o tema da negociação da publicação é retomado por Azuela. Este assunto também se repete em carta de 15 de agosto de 1967.</p> <p>Obs: cartas escritas</p>

				originalmente em espanhol.
Sergio Buarque de Holanda		1972*	FA-CA-Cx7,54	Em 4 de março, Azevedo agradece a Sergio Buarque por ofertá-lo com um exemplar do livro de sua autoria: " <i>História do Brasil</i> ". Este autor é considerado por Azevedo, na presente carta, como o maior historiador do país.
Snr. Gal. Humberto Peregrino	Diretor do Instituto Nacional do Livro	1968*	FA-CA-Cx13,29	Em 8 de maio, Azevedo agradece pelo apoio de Peregrino a sua eleição para a ABL. Aponta que ficaria muito satisfeito em poder encontrá-lo pessoalmente para uma conversa sobre os problemas do livro no Brasil.
Snr. Gal. Humberto Peregrino	Diretor do Instituto Nacional do Livro	1969*	FA-CA-Cx13,31	Em carta de 6 de outubro percebe-se maior intimidade entre os correspondentes. Neste documento, Azevedo solicita que Peregrino lhe envie o que estiver escrevendo, assim como o material que já tenha publicado, menciona ainda que o convívio intelectual entre ambos além de prazeroso seria útil.
Sr. Clovis Pestana	Deputado Federal pelo RS	1964*	FA-CA-Cx13,37	Em 12 de outubro, Azevedo felicita Clovis Pestana por ter entre suas principais preocupações o tema do Planejamento , uma idéia que vinha se impondo deste a criação da Comissão de Planejamento Nacional pelo governo de Jânio Quadros; e comenta que este tema foi privilegiado ao longo de toda a sua carreira no setor público, sendo as reformas educacionais uma expressão disso.

				Obs: de 1969 até 1973, Pestana foi ministro emérito do Tribunal de Contas da União.
Sr. Dr. José Hermano Saraiva	Embaixador de Portugal	1974*	FA-CA-Cx16,48	Em 7 de janeiro, Azevedo menciona sobre seu interesse e satisfação em receber em sua casa Hermano Saraiva para dialogarem sobre assuntos comuns a ambos como: literatura, ciência e, principalmente, a universidade.
Sr. Ramon M. Alsina	“Buenos Aires”	1936*	FA-CP-Cx1,42	Em carta de 19 de maio, Alsina acusa o recebimento da obra “ <i>Princípios de Sociologia</i> ” e expõe para Azevedo que a tem lido com vivo interesse. Afirma que é um livro de grande importância científica, capaz de formular os problemas fundamentais da Sociologia apoiando-se nas teorias mais modernas sobre o assunto. Alsina expõe ser uma honra difundir-la nos meios culturais argentinos; bem como recomendá-la para o ensino da matéria. Finaliza a carta expressando seu desejo de colaborar com Azevedo e demais intelectuais brasileiros para fortalecer o intercâmbio entre os dois países visando um maior desenvolvimento cultural de ambos. Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.
Stein Rokkan	Secretário da ISA	1953 (2)*	FA-CP-Cx28,83; FA-CP-Cx28,84	Na correspondência de 20 de fevereiro, Rokkan relata que encaminhou para Azevedo uma cópia da carta que enviou para Poviña considerando os

				<p>problemas que foram ampliados em confluência com proposta de filiação da ALAS para a ISA. Rokkan agradece a Azevedo por avisá-lo sobre tais questões e expõe que está ansioso para a aprovação da ALAS como membro formal da ISA.</p> <p>Em 16 de março, Rokkan escreve agradecendo Azevedo pela informação sobre a ALAS e a Sociedade Boliviana.</p> <p>Obs1: O secretário Erik Rinde foi substituído por Stein Rokkan.</p> <p>Obs2: cartas escritas originalmente em inglês.</p>
Theo R. Crevenna	União Pan-americana Washington	1950*	FA-CP-Cx9,83	<p>Em 6 de setembro, Crevenna comunica o recebimento do relatório sobre as atividades do Departamento de Sociologia e Antropologia da USP, durante o período de 1947-1950 e afirma que tal documento será publicado no “<i>Boletín Ciencias Sociales</i>”. Agradece o envio da separata da <i>Revista de História – “A Sociologia na América Latina e, particularmente, no Brasil”</i> e explica que irá incluí-la no sexto número do “<i>Boletín</i>”.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Theo R. Crevenna	União Pan-americana Washington	1953*	FA-CP-Cx9,84	<p>Em 3 de novembro, Crevenna relata que pretendem realizar uma seção de críticas de livros no Boletim e convidam Azevedo para contribuir. No convite, Crevenna</p>

				<p>aponta que comumente pede aos críticos que se limitem a duas ou três páginas, mas no caso de uma contribuição de Azevedo propiciaria o espaço que este julgasse necessário.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Theo R. Crevenna	União Pan-americana Washington	1954*	FA-CP-Cx9,86	<p>Em 5 de fevereiro, Crevenna agradece a colaboração de Azevedo e afirma que suas críticas ao Boletim servirão para aprimorar esta publicação.</p> <p>Obs: correspondência escrita originalmente em espanhol.</p>
Thomas B. Bottomore	Secretário executivo – International Sociological Association (ISA)	1954*	FA-CP-Cx6,56	<p>Em 15 de junho, Bottomore escreve a Azevedo para cumprimentá-lo pelo Primeiro Congresso Brasileiro de Sociologia que será realizado. Expõe que tem o prazer de enviar-lhe os melhores votos do Comitê Executivo da Associação Internacional de Sociologia e aponta que os membros do Comitê esperam que o I Congresso demonstre o evidente progresso no desenvolvimento da Sociologia no Brasil.</p> <p>Obs: correspondência originalmente escrita em inglês.</p>
Victor Civita	Editora Abril	1970*	FA-CA-Cx5,43	<p>Em 19 de abril, Azevedo deseja felicitações pelos empreendimentos editoriais realizados pela Abril.</p>
Villa Lobos	New York (EUA)	1957	FA-CP-Cx33,81	<p>Em 1957, Villa Lobos escreve a Azevedo enviando fotografias (de Villa Lobos) para que</p>

				Azevedo escolhe e utiliza. Despede-se de forma atenciosa.
Vivaldi Moreira		1951	FA-CP-Cx23,26	Em correspondência de 14 de setembro, Moreira dialoga com Azevedo sobre sua (de Moreira) disponibilidade para a fundação da Seção da SBS, em Minas Gerais.
Vivaldo Coaracy	Rio de Janeiro	1941*	FA-CP-Cx8,70	Em carta de 29 de dezembro, Coaracy expõe que como jornalista encontrava-se impressionado com as deficiências culturais do pessoal de imprensa no Brasil. E que diante disso, passou a buscar em universidades americanas programas relativos ao ensino de Jornalismo. Tais programas o levaram a concluir sobre a necessidade de propor algo novo nesta área, no Brasil. Coaracy relata a Azevedo que apresentou esta idéia, por intermédio de um amigo, para Capanema que a ignorou. E, mais, que depois deste malogro levou a idéia para Herbert Moses, Presidente da Associação Brasileira de Imprensa, que também a sepultou. Neste contexto, relata que se lembrou que em São Paulo as idéias novas vingavam; e que talvez a USP, na figura de Azevedo, se interessasse em inaugurar o primeiro curso de Jornalismo do país. Finaliza a carta colocando-se a disposição de Azevedo para quaisquer esclarecimentos sobre o tema.
Wilson Martins	Crítico Literário no Jornal O Estado de S.	1972*	FA-CA-Cx10,75	Em 30 de abril, Azevedo menciona com pesar o afastamento compulsório

	Paulo e no Jornal do Brasil			<p>de Martins do Jornal <i>O Estado</i> e agradece a acolhida da sua obra "<i>História de minha vida</i>". Fala com carinho da amizade de ambos expondo que muito que lhe deve pelos estímulos e pela presença em sua vida de trabalho e de lutas pela educação, cultura e ciência no país.</p> <p>Obs: constam no acervo 32 cartas escritas por Martins para Azevedo.</p>
Wilson Martins		1967*	FA-CP-Cx21,29	<p>Em carta de junho, Martins comenta com Fernando de Azevedo seu plano de escrever uma obra da "história da inteligência brasileira", ou melhor, "uma larga história intelectual do Brasil".</p> <p>Obs: Nas várias cartas de Wilson Martins para Azevedo o tratamento é de considerável cumplicidade e afeto em relação a este último – desde 1951, data da primeira carta de Martins, até a década de 1970.</p>

Tabela 2: Correspondências e Documentos presentes nos Dossiês (D) e nas Seções: Atividades Profissionais (AP); Produção Intelectual: Prefácios e Introduções (PIPI) e Produção Intelectual: Obras (PIO) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)

Correspondentes Intelectuais e/ou Personalidades políticas e Documentos ²³¹	Instituição a qual estava vinculado ou país/estado de origem da carta e de outros documentos	Período * Houve seleção de trechos	Código de Referência no Fundo Pessoal de FA	Resumo dos conteúdos das correspondências e de outros documentos
Carlos Alberto Vilardebo	Pró-secretário técnico da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1959*	FA-D10/1,07	<p>Em 14 de dezembro, Alberto Vilardebo encaminha para Azevedo a ata da reunião em que este deliberou – com os demais membros jurados – sobre o resultado do concurso de Sociologia na referida instituição.</p> <p>Obs1: Consta na ata de 5 de dezembro de 1959 que se reuniram na Faculdade de Ciências Econômicas os professores Fernando de Azevedo, Torcuato Di Tella, Carlos Alberto Erro, Isaac Ganón e Gino Germani. E que Azevedo foi eleito nesta reunião, por unanimidade, o Presidente dos jurados. Após a arguição sobre os trabalhos dos candidatos: Dr. José Enrique Miguens e Dr. Bernardo Canal Feijóo. O último foi considerado – por unanimidade – o único candidato com aptidão e publicações suficientes para desempenhar o cargo de professor titular de Sociologia, no referido concurso.</p> <p>Obs2: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Carta Coletiva funcionários técnicos do CRPE/SP	São Paulo	1960*	FA-D8/1,50	Em 21 de maio, um grupo de funcionários técnicos do CRPE-SP escreve a Azevedo, Diretor desta

²³¹ Os nomes dos intelectuais, instituições e obras mantiveram a ortografia original das cartas e documentos.

<p>Francisco Correa Weffort Ruth Corrêa Leite Cardoso Zilla Branco Weffort José Fábio Barbosa da Silva Armenuly Kalvegian Gabriel Bolaffi Lourdes Britto Haydée Maria Ruveratti José Mário Pires Azanha Ligia Siniscalco Celso de Rui Beisiegel Frederico de Barros Brotero Joana M. E. Klein Lybia de Mattos Bruno</p>				<p>instituição, com o intuito de apoiar a proposta de Renato Jardim Moreira – então Diretor da seção na qual atuavam tais funcionários. Tal carta foi encaminhada em anexo ao relatório que apontava as dificuldades e necessidades da Divisão de Estudos e de Pesquisas Sociais do Centro. No entanto, apesar dos problemas levantados no relatório serem semelhantes àqueles apresentados por Renato J. Moreira, em carta para Azevedo, o relatório se diferenciava por sugerir à Azevedo a criação de uma comissão eleita pelo corpo técnico com o objetivo de encontrar alternativas para responder aos problemas. Nesta carta coletiva, os funcionários concluíam que Azevedo convergia com eles nos propósitos de elevar e dignificar o CRPE/SP como instituição de pesquisa.</p>
<p>Certidão do contrato para realização do I CBS</p>	<p>São Paulo</p>	<p>1952</p>	<p>FA – D5/1,01</p>	<p>No documento Certidão do contrato para a realização do I Congresso Brasileiro de Sociologia (I CBS) feito entre a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e a Comissão do IV Centenário da Cidade de São Paulo. Assina pela SBS seu Presidente Fernando de Azevedo e pela Comissão pelo seu Presidente o Sr. Francisco Matarazzo Sobrinho em 6 de dezembro.</p>
<p>Dados coletados para auxiliar na descrição do dossiê “Centro Regional de Pesquisas Educacionais” (por Nelson Piletti) 12p. (2 documentos).</p> <p>II documento intitulado: Cinquentenário do</p>	<p>São Paulo</p>	<p>1988*</p>	<p>FA-D8/1,54</p>	<p>Um dado interessante, presente no II documento, consistiu no apontamento sobre o Serviço de Estatística desenvolvido pelo CRPE/SP, na gestão de Fernando de Azevedo. De acordo com este documento, o Centro participou, a partir de 1958, do planejamento e/ou tratamento de dados relativos a trabalhos do INEP; da</p>

INEP 1938-1988 sobre o Centro (4 páginas sem numeração)				Secretaria de Educação do Estado de São Paulo; da USP e de outras instituições nacionais e estrangeiras.
Discurso de FA no I CBS		1954	FA -D5/1,07	Discurso de FA, como Presidente, no I Congresso Brasileiro de Sociologia, posicionando-se forma contrária a introdução da Disciplina de Sociologia nas escolas do ensino secundário e todas as de grau médio técnicas ou profissionais (comerciais, agrícolas, etc.), proposta por Florestan Fernandes.
E. Roquette-Pinto		1952	FA-D6/1,15	Em 10 de dezembro, Azevedo convida Roquette-Pinto para escrever o capítulo sobre a Antropologia no Brasil no livro “ <i>As Ciências no Brasil</i> ”, (nos mesmos termos das cartas escritas para Thales Martins e Rheinboldt).
E. Roquette-Pinto	Rio de Janeiro	1952*	FA-D6/1,27	Em correspondência de 28 de dezembro, Roquette-Pinto informa Azevedo que terá que declinar do convite para escrever sobre a Antropologia no Brasil em virtude de seu precário estado de saúde. Porém sugere um nome para tal empreendimento: Castro Faria, do Museu Nacional.
Francisco Prestes Maia	Prefeito do Município de São Paulo	1961*	FA-D11/1,14	Em carta de 15 de setembro, Azevedo solicita sua demissão do cargo de Secretário da Educação e Cultura do município de São Paulo ao prefeito Prestes Maia. E esclarece que o trabalho realizado pelas comissões – organizadas com o objetivo de estabelecer os diagnósticos e as soluções dos problemas enfrentados pelo município, nas áreas de educação, cultura e ciência – nada custaram aos cofres da cidade, pois tais intelectuais atenderam a um pedido pessoal seu, ou seja, não receberam nenhuma

				remuneração. Neste sentido, finaliza a carta afirmando que tanto estes homens quanto ele próprio haviam acreditado no governo de Prestes Maia.
Francisco Prestes Maia	Prefeito do Município de São Paulo	1961*	FA-D11/1,15	Em 22 de setembro, Prestes Maia escreve a Azevedo aceitando seu pedido de demissão e criticando sua atuação como secretário. No que tange as críticas, Maia alegou que parte dos problemas encontrados e também criados por Azevedo na Secretaria deveu-se a sua desatualização e, desse modo, a sua necessidade de estar sempre rodeado de inúmeros assessores para tomar suas decisões, tornando as mesmas morosas.
Francisco Prestes Maia	Prefeito do Município de São Paulo	1961*	FA-D11/1,20	Em carta aberta, Azevedo responde as acusações realizadas por Prestes Maia a sua pessoa, quando secretário. Azevedo comenta que, ao contrário do que afirmou o prefeito, o fato dele (Azevedo) ter administrado com a colaboração de vários assessores contribuiu positivamente para o desenvolvimento dos trabalhos. E expõe que ao expressar esta visão simplista e negativa sobre o papel dos assessores, o prefeito Prestes Maia apenas demonstrou sua desinformação sobre o fazer política nas diferentes instâncias, naquele período. Azevedo finaliza a carta justificando que os esclarecimentos presentes na mesma se fizeram necessários por ele ter um passado e um nome a zelar, os quais Maia tentou colocar em xeque.
Gino Germani	Buenos Aires	1960*	FA-D10/1,12	Em carta de 24 de junho, Gino Germani constata que Azevedo deve ter tomado

				<p>conhecimento que o prof. José Henrique Miguens questionou os apontamentos que eles, enquanto jurados do concurso de Sociologia na Faculdade de Economia, realizaram sobre o livro de Miguens. Diante do exposto, Germani explica que envia para subsidiar a análise de Azevedo um parecer coletivo (escrito por Di Tella, C. A. Erro e ele) apontando os erros da obra para que em conjunto com Azevedo possam realizar um encaminhamento comum aos questionamentos do prof. Miguens. Germani explica a Azevedo que o questionamento foi desencadeado pelo fato da Faculdade ter divulgado uma resolução de caráter geral para a permanência no ano de 1960 dos docentes que haviam lecionado no ano anterior, dentre eles, o prof. Miguens, e este ter sido reprovado no concurso. Despede-se de Azevedo de forma respeitosa e amigável.</p> <p>Obs: carta escrita originalmente em espanhol.</p>
Gino Germani	Buenos Aires	1960*	FA-D10/1,13	<p>Em 4 de julho, Azevedo escreve uma carta (rascunho) para Gino Germani, agradecendo as anotações encaminhadas por este – as quais compreendem um parecer acordado sobre a obra <i>Sociología Económica</i> por Di Tella, C. A. Erro e Germani – sobre os erros presentes no livro do prof. Miguens. Azevedo afirma que o leu e se encontra de pleno acordo com o mesmo, não obstante pequenas divergências de apreciação. Aponta ainda que irá subscrevê-lo para o prof. William Leslie Chapman, o responsável por lhe solicitar</p>

				a apreciação sobre o livro.
Heinrich Rheinboldt	São Paulo	1952*	FA-D6/1,09	Em 10 de dezembro, Azevedo escreve para Heinrich Rheinboldt convidando-o a colaborar na obra " <i>As Ciências no Brasil</i> " com o capítulo sobre a Química no Brasil.
Heinrich Rheinboldt	São Paulo	1953*	FA-D6/1,45	Em carta de 20 de fevereiro, Rheinboldt comunica Azevedo que aceita a incumbência de elaborar o capítulo " <i>Ciências Químicas</i> ", conforme as cláusulas estabelecidas. Registra seus protestos de alta estima e consideração por Azevedo.
Joel Martins	São Paulo	1959*	FA-D8/1,47	Em carta de 8 de outubro, Azevedo lamenta o afastamento de Joel Martins, do cargo de Diretor da Divisão de Pesquisas Educacionais do CRPE/SP; e lhe assegura que o mesmo estará a sua disposição até que se posicione em caráter definitivo sobre a questão. Contudo, Azevedo explicita que a conduta de Martins, em não anunciar-lhe que seu afastamento não era de seis meses como havia pleiteado junto a ele (Azevedo), resultou em problemas no Centro; os quais foram acrescidos pelo fato de Martins ter abandonado a Coordenação do Curso no Centro, em pleno processo de sua realização.
Joel Martins	Washington	1959*	FA-D8/1,48	Em 5 de novembro, Martins escreve para Azevedo justificando seu afastamento do cargo de Diretor da Divisão de Estudos e Pesquisas Educacionais do CRPE/SP. Nesta carta, Martins reconhece que criou uma série de problemas, assim como angariou várias antipatias, nesta instituição. Contudo, afirmou-se como o maior admirador do trabalho do Centro, o qual entendia

				dever seus méritos a direção de Fernando de Azevedo. Em outro momento da correspondência, Martins rememora que quando o Prof. Milton atacou o planejamento e a coordenação de um dos cursos do Centro, sob a sua responsabilidade, ele, apesar de contar com a defesa firme de Azevedo, demitiu-se oficialmente da coordenação do referido curso. Martins finaliza afirmando sua amizade, respeito e lealdade por Azevedo.
José Enrique Miguens	Buenos Aires	1960*	FA-D10/1,08	<p>Em 30 de março – após o resultado do concurso, desfavorável a José Enrique Miguens – este escreve a William L. Chapman comentando que sua obra “<i>Sociologia Econômica</i>” teria sido apontada pelos jurados – do concurso – como portadora de erros no que tange a parte de economia. Neste contexto, solicita esclarecimento sobre os referidos erros e afirma que caso os mesmos sejam confirmados irá retirá-la de circulação.</p> <p>Obs1: carta escrita originalmente em espanhol. Obs2: esta carta apesar de não ter sido endereçada a Azevedo foi remetida a este por L. Chapman.</p>
Leonídio Ribeiro	Diretor executivo da Instituição Larragoiti Rio de Janeiro	1952*	FA-D6/1,06	Em carta de 13 de novembro, Ribeiro informa Azevedo sobre o recebimento do programa relativo à obra “ <i>As Ciências no Brasil</i> ” proposta por este último. Ribeiro afirma estar de pleno acordo com os nomes lembrados, assim como com os temas escolhidos por Azevedo. Expõe que aguarda o fechamento da lista para ser oficialmente aprovada e, assim, para o

				encaminhamento dos convites.
Leonídio Ribeiro	Diretor executivo da Instituição Larragoiti Rio de Janeiro	1952	FA-D6/1,07	Em carta de 25 de novembro, Ribeiro aprova o plano apresentado por Azevedo bem como a lista de colaboradores e estabelece tanto os valores quanto a forma de pagamento para as respectivas contribuições dos autores escolhidos para a obra.
Malcolm S. Adiseshiah	Assistente Diretor geral da UNESCO Paris	1958*	FA-D8/1,42	Em carta de 11 de abril, Adiseshiah escreve para Azevedo, enquanto Diretor do CRPE-SP, agradecendo a hospitalidade e elogiando o trabalho do referido Centro. Finaliza a correspondência afirmando que o trabalho de Azevedo estava fornecendo uma importante contribuição para o Projeto Maior da UNESCO. Obs: carta escrita originalmente em inglês.
Relatório assinado por Abrahão de Moraes, Aristóteles Orsini, Erasmo G. Mendes e Mário Schenberg	Comissão de Ciências da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo	1961	FA-D11/1,7	Em 15 de junho de 1961, foi entregue o Relatório da Comissão de Ciências para Fernando de Azevedo, então Secretário da Educação e Cultura do município de SP, informando sobre a situação do Museu da Ciência, do Planetário e da Escola Municipal de Astrofísica; e sugerindo melhorias seja através da realização de aquisições já previstas, seja mediante reorganização das instituições e criação de novas.
Relatório assinado por Dr. Paulo Mendes de Almeida (Presidente); Prof. Antonio Candido de Mello e Souza e Prof. Mário da Silva Brito	Comissão de Literatura da Secretaria de Educação e Cultura da Prefeitura de São Paulo	1961	FA-D11/1,04	Em 12 de junho de 1961, foi entregue o Relatório da Comissão de Literatura para Fernando de Azevedo, então Secretário da Educação e Cultura do município de SP, informando sobre as atividades municipais no setor literário e sugerindo um plano de atividades a ser desenvolvido pela secretaria.
Seção Atividades	ABDE/SP	1951*	FA-AP D12/Cx	Em 21 de fevereiro de 1951,

Profissionais (AP) – Ata da Sessão da Associação Brasileira de Escritores de São Paulo			11,002	estiveram presentes na sessão secreta e preparatória da nova diretoria ABDE/SP os seguintes intelectuais: Fernando de Azevedo (Presidente), Pedro de Almeida Moura (vice) e João Cruz Costa Tesoureiro e todos os membros da nova diretoria eleita para a gestão de 1951-52; inclusive, Herbert Baldus e Luis Martins, membros do conselho fiscal. Todos os presentes se posicionaram favoráveis a assumir as responsabilidades da referida Associação somente após o esclarecimento das condições financeiras legadas pela antiga gestão.
Seção Atividades Profissionais (AP) – Agenda da ABDE/SP	São Paulo	1951	FA-AP-D12/ Cx 11,007	Em 21 de fevereiro, Azevedo organiza a agenda de atividades da ABDE/SP em sua gestão como Presidente.
Seção Produção Intelectual Obras (PIO) Documento que compreende o Índice e os capítulos que pertencem a obra não publicada “ <i>Vigílias sob a Lâmpada</i> ”. Esta compreende um livro de Memórias, assim como “ <i>História de minha vida</i> ”, também de autoria de Azevedo		Década de 1960*	FA-PIO CX 20, 1-2/326 Obs: o número 326 compreende o número de páginas do livro.	Nesta obra, Azevedo realiza na Parte Terceira uma homenagem crítica aos seguintes intelectuais e suas obras teóricas e práticas: <ol style="list-style-type: none"> 1. Um mestre de história, escritor e líder católico: Jonatas Serrano 2. Leopoldo Aires Giuseppe Ungaretti, poeta e mestre italiano 3. Egon Schaden, na ciência e no magistério 4. À memória de Paulo Nogueira Filho 5. Lembrando Milton Rodrigues <p>Da Parte Quinta, destacamos os seguintes subcapítulos:</p> <p>1. Auto-retrato: Análise e reflexões</p> <p>O qual compreende as</p>

				<p>opiniões de Azevedo sobre sua obra e trajetória nos mesmos termos do seu livro “<i>História de minha vida</i>”.</p> <p>2. Porque escrevi a Cultura Brasileira</p> <p>Texto parecido ao que se tornará prefácio de uma das edições do livro.</p> <p>3. Paisagem sem caminho</p> <p>Neste texto, Azevedo faz uma declaração de fé na ciência e nos homens.</p> <p>4. Os grandes esquecidos</p> <p>Texto no qual Azevedo cita: Frota Pessoa, Jônatas Serrano, Roquete Pinto (importante figura na organização dos serviços do recenseamento geral da república em 1940), Everardo Bacheuser, José Oiticica; Basílio de Magalhães, Antenor Nascentes, Clóvis Monteiro, Francisco Venâncio Filho (todos professores do Colégio Pedro II). Carlos de Laet, Anísio Teixeira, Almeida Jr. e Lourenço Filho.</p>
<p>Seção Produção Intelectual: Prefácios e Introduções (PI-PI)</p> <p>Documento escrito por Fernando de Azevedo sobre Florestan Fernandes</p>		s/d	FA-PI-PI Cx 30, 35	<p>Fernando de Azevedo elabora um documento intitulado: “<i>De Florestan Fernandes, uma imagem inacabada</i>”, o qual consistiu em uma espécie de depoimento favorável sobre a pessoa e o sociólogo Florestan Fernandes. Contudo, não encontramos indícios se o material foi ou não publicado, quando e para que. Dentre as considerações realizadas por Azevedo, sobre Florestan Fernandes, destacou-se este ser impulsivo, porém forte e leal; sociólogo digno de destaque</p>

				e merecedor das atenções de cientistas e alunos.
Termo de retificação assinado em 08-02-1952		1952	FA -D5/1,02	O documento intitulado termo de retificação e ratificação encontra-se assinado pelos dois Presidentes acima citados e trata da redução de Cr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros) na verba prevista no contrato para a realização do I Congresso da SBS em 1954.
Thales Martins		1952	FA-D6/1,12	Em carta de 10 de dezembro, Azevedo escreve para Thales Martins – nos mesmos termos que havia escrito para Rheinboldt, a partir de uma carta padrão – convidando Martins para colaborar no capítulo sobre a “ <i>Biologia no Brasil</i> ”.
Thales Martins	Rio de Janeiro	1952*	FA-D6/26	Em 27 de dezembro, Martins responde positivamente ao convite de Azevedo e informa que era um grande prazer aceitar semelhante incumbência. Explicita seu desejo de sucesso ao empreendimento, o qual acredita estar assegurado pela orientação geral de Azevedo, e pela qualidade dos outros autores convidados.
William Leslie Chapman	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1959*	FA-D10/1,01	Em 12 de agosto, Leslie Chapman escreve para Azevedo convidando-lhe para compor a banca para o concurso de provimento da cátedra de Sociologia, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires – junto com os intelectuais: Carlos A. Erro, Torcuato Di Tella, Isaac Ganon e Gino Germani. Para tanto, Leslie Chapman envia a Azevedo em anexo o regulamento e as Resoluções do Concurso para que este se familiarize com os trâmites adotados pela referida instituição. Neste sentido, aponta Leslie Chapman que ao designarem tal corpo de

					jurados – e, entre eles, Azevedo – preocuparam-se em assegurar a seleção de um conjunto de intelectuais comprovadamente capazes e competentes na matéria designada. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
William Chapman	Leslie	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1959*	FA-D10/1,02	Em telegrama de 10 de setembro, Leslie Chapman comunica Azevedo sobre o prazo para o recebimento de sua resposta a respeito do convite para ser membro (jurado) do concurso de Sociologia, na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires. Obs: telegrama escrito originalmente em espanhol.
William Chapman	Leslie	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1959*	FA-D10/1,04	Em carta de 8 de outubro, Leslie Chapman escreve para Azevedo na condição de membro do Jurado do Concurso de Sociologia. Nesta correspondência, encaminha em anexo a documentação dos referidos candidatos para apreciação de Azevedo; e informa que, após este procedimento, tais documentos e parecer deverão ser devolvidos a instituição de origem. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
William Chapman	Leslie	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1959*	FA-D10/1,05	Em 23 de outubro, Fernando de Azevedo escreve a William L. Chapman devolvendo a documentação – enviada a ele para apreciação – assim como remetendo seu parecer sobre os candidatos ao concurso. No entanto, no decorrer de suas apreciações consta a ressalva que estas se deram sem o contato com a literatura produzida pelos candidatos, ou seja, o parecer

					foi instituído tendo em mãos somente os currículos dos mesmos. Azevedo aponta que diante da existência de outros dados, havia a possibilidade de um parecer diferente do apresentado. Na ausência de tais dados, era favorável a aprovação do candidato Sr. José Enrique Miguens.
William Chapman	Leslie	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1959*	FA-D10/1,06	Em 16 de novembro, William L. Chapman escreve para Azevedo informando-lhe sobre a reunião com os demais jurados do concurso de Sociologia (Ganon, Germani, Di Tella e Carlos A. Erro) no dia 30 do mês corrente. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
William Chapman	Leslie	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1960	FA-D10/1,09	Em 9 de maio, Leslie Chapman solicita a colaboração de Azevedo na avaliação da obra " <i>Sociologia Econômica</i> "; tendo em vista o fato deste ter sido jurado no concurso que desencadeou uma série de críticas a tal obra. E o autor da mesma, José Henrique Miguens, ter questionado a existência de tais erros. Obs: carta escrita originalmente em espanhol.
William Chapman	Leslie	Diretor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Buenos Aires	1960	FA-D10/1,14	Em 04 de julho, Azevedo escreve para William L. Chapman reiterando o que havia afirmado na carta enviada para Germani. Contudo, Azevedo faz uma observação no final da correspondência de Chapman, segundo a qual lamentava ter que opinar de modo desfavorável sobre a obra de um colega argentino.

Tabela 3: Documentos presentes na Seção Atividades Profissionais (AP) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)

Remetente	Período	Código de Referência no Fundo Pessoal de FA	Resumo dos conteúdos das correspondências e Observações gerais
Diretor da Cia. Editora Nacional para Azevedo	23 de abril de 1935	FA-AP-DA,CX03,011	Carta do Diretor da Cia Editora Nacional comunicando a Azevedo que seu contrato como Diretor da BPB foi prorrogado por mais três anos, de agosto de 1934 a 1937. De acordo com este documento a prorrogação se deu com as seguintes alterações: “2º. A porcentagem a que v. s. terá direito pela publicação dos volumes incluídos na B.P.B será a seguinte: Nos livros escolares até 5\$, RS.\$ 0,25 por volume. Nos livros publicados nas series Actualidades Pedagógicas, Brasiliana e Iniciação Científica, RS.\$100 por volume
Cel. José de Lima Figueiredo Diretor	13 de fevereiro de 1947	FA-AP-DA,CX03,041	Coronel Lima Figueiredo escreve para Azevedo comunicando que a diretoria da Divisão de Orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas aprovou o contrato celebrado com Azevedo em 9 de janeiro último, para escrever uma obra sobre a Estrada de Ferro Noroeste.
Instituto do Açúcar e do Alcool para Azevedo	04 de novembro de 1947	FA-AP-DA,CX03,042	Declaração do Instituto do Açúcar e do Alcool referente ao recebimento dos originais datilografados da obra <i>Canaviais e engenhos na vida política do Brasil</i> de Azevedo
Cia. Editora Melhoramentos SP Para Azevedo	21 de outubro de 1949	FA-AP-DA,CX03,047	Carta do departamento Editorial da Cia. Melhoramentos referente ao envio da terceira via do contrato de edição da obra <i>Sociologia Educacional</i> de Azevedo.
		FA-AP-DA,CX03,050	Idêntica a de carta de número 051, contudo, manuscrita.
De Azevedo para Octales Marcondes Ferreira Diretor da Cia. Editora Nacional	SP, 18 de janeiro de 1950	FA-AP-DA,CX03,051	Nesta carta Azevedo discorre sobre a falta de atenção de Ferreira para com ele e solicita que este editor lhe envie o material referente ao livro <i>Princípios</i> (como gravuras, fotos, etc.). Neste sentido comenta Azevedo na carta: “[...] diante de minha estranheza a

			<p>respeito do que ocorria com a “Sociologia Educacional”, me declarou [Ferreira], em sua carta, que se eu tinha pressa ou estava descontente com a Companhia, nada impedia que procurasse outro editor, uma vez que V.sria. não tinha interesse em publicar novamente obras, cujas edições haviam demorado a esgotar-se. [...]”</p> <p>Azevedo finaliza a carta com tom triste, desejando a Marcondes Ferreira prosperidade para sua Editora e felicidade para a família.</p>
De Cia. Melhoramentos para Azevedo	11 de junho de 1956	FA-AP-DA,CX03,085	Negociações entre a editora e Azevedo sobre a edição de Obras Completas
De Fernando de Azevedo para Günther Kluseman Companhia Melhoramentos de SP	18 de junho de 1956	FA-AP-DA,CX03,086	Carta de Azevedo solicitando a confirmação sobre as condições contratuais para a publicação de Obras Completas
De Fernando de Azevedo para Günther Kluseman Companhia Melhoramentos de SP	28 de janeiro de 1957	FA-AP-DA,CX03,091	Carta, cópia do plano definitivo das obras completas de Azevedo. O autor cita os volumes por ele entregue à Editora: Da Educação Física (comenta que todo o texto foi revisto e atualizado); No tempo de Petrônio; Jardins de Salustio; Pequena História da Literatura Latina; Ensaio; A Educação na Encruzilhada; Figuras de meu convívio.
Banco do comércio e indústria de SP	22 de novembro de 1927	FA-AP-DA,CX03,104	Pagamento de Azevedo para Plínio Barreto e Antonio Mendonça – valor R\$.4.000\$000

Tabela 4: Documentos presentes na Seção Documentação Complementar (DC) e Documentos de Terceiros (DT) do acervo do Fundo Pessoal de Fernando de Azevedo (FA)

Remetente	Período	Código de Referência no Fundo Pessoal de FA	Resumo dos conteúdos das correspondências e Observações gerais
Roger Bastide	1941	FA-C-DT-Cx,35,05	Igual teor do documento FA-CP-Cx4,64 (já resumido)

Tabela 5: Total de Correspondências Ativas

Correspondentes nacionais e estrangeiros	Total de cartas ativas interpretadas	Ano em que foi escrita a carta () quantidade de cartas acima de uma * carta com trecho selecionado
Alberto Venâncio Filho	1	1972*
Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde)	2	1970* 1972*
Alfonso Ruelas Hernández	1	1974*
Alfredo Buzaid	2	1972* 1973
Antonio Candido	2	1968 1973*
Bloch Editores	2	1972 (2)
Carlos Frederico Werneck de Lacerda	3	1972* (3)
Costa Pinto	1	1953
Dante Moreira Leite	1	1969*
Director	3	1970* 1971* 1973*
Editora Delta S. A.	1	1972*
Emilio Garrastazu Médici	1	1972*
Fernando Góes	2	1969 1971 1974*
Field Director	1	1971*
Frota Pessoa	2	1930* 1932*
Gal. Nelson Werneck Sodré	1	1968*
General Frederico Rondon	1	1969*
Getúlio Vargas	1	1950*
Instituto de Estatística e Pesquisa Social, "C. Gini"	1	1972
J. Reis	1	1968*
Jarbas Passarinho	1	1972*
João Cabral de Melo Neto	1	1968*
João Cruz Costa	2	1965* 1974*
José Carneiro Felipe	2	1943* 1944*
José Honório Rodrigues	1	1969*
José Sarney	1	1970*
Juscelino Kubitschek	2	1972* (2)
Lisa (Livros Irradianes S. A.)	1	1970
M. A. Teixeira de Freitas	1	1938*
Mário da Silva Brito	2	1970* (2)

Monsieur Johan Marie de Latour	1	1969*
Mr. Dr. James Lauer	1	1971*
Mr. Le Professeur Raymond Lenoir	1	1970*
Nelson Werneck Sodré	1	1968*
	2	1973* (2)
Padre Reinaldo Rudolf Stiezer	1	1971*
Paul Arbousse Bastide	3	1970* 1972 1973
Pedro Calmon	4	1968* (2) 1971* 1972*
Pontes de Miranda	1	1971
Prof. Dermeval Saviani Aos cuidados do Prof. Joel Martins	1	1973*
Raymundo Ramos	1	1968*
Renato Moreira Jardim	1	1960*
Roger Bastide	4	1968* (2) 1969* 1973
Sergio Buarque de Holanda	1	1972*
Snr. Gal. Humberto Peregrino	2	1968* 1969*
Sr. Clovis Pestana	1	1964*
Sr. Dr. José Hermano Saraiva	1	1974*
Victor Civita	1	1970*
Wilson Martins	2	1971 1972*
TOTAL DE CARTAS =		74

Tabela 6: Total de Correspondências Ativas: Seção Dossiês

Correspondentes nacionais e estrangeiros	Total de cartas ativas interpretadas	Ano em que foi escrita a carta () quantidade de cartas acima de uma * carta com trecho selecionado
E. Roquette-Pinto	1	1952
Francisco Prestes Maia	2	1961* (2)
Gino Germani	1	1960*
Heinrich Rheinboldt	1	1952*
Joel Martins	1	1959*
Thales Martins	1	1952
William Leslie Chapman	1	1959*
William Leslie Chapman	1	1960
TOTAL		9

Tabela 7: Total de Correspondências Passivas

Correspondentes nacionais e estrangeiros	Total de cartas passivas interpretadas	Ano em que foi escrita a carta () quantidade de cartas acima de uma * carta com trecho selecionado
A. Almeida Jr.	1	1949*
Afonso Arinos	1	1967
Afrânio Coutinho	4	1954* 1955*(2) 1973
Alceu Amoroso Lima	1	1952*
Alfredo Poviña	11	1936* 1940* 1951* (3) 1952* (4) 1953* 1954*
Almeida Jr.	2	1948 1949
André Dreyfus	1	1943*
Antonio Augusto Martins Querido	2	1959* (2)
Antonio Candido de Mello e Souza	2	1957* 1965*
Antonio Carneiro Leão	3	1932 1933 1944*
Armand Cuvillier	1	1940*
Austregésilo de Athayde	4	1968 1969 (2) 1973*
Baptista Pereira	2	1927* 1929*
Barbosa Lima Sobrinho	3	1966* 1968* 1972*
Carlos Alberto Echanove Trujillo	3	1948* 1951* 1959*
Carlos Chagas Filho	2	1972* 1973*
Carlos Correa Mascaro Diretor Substituto	1	1966*
Carlos Delgado de Carvalho	2	1940 (2)
Carlos Drummond de Andrade	1	1946*
Carlos M. Rama	1	1960*
Carta coletiva assinada por Florestan Fernandes, Maria Isaura Queiróz, Antonio Candido, Octavio Ianni, José Albertino Rodrigues, Lia Fukui, Lisias	1	1968*

Negrão, Eva Alterman Blay, Álvaro Gullo, Eder Simão Sader, etc.		
Carta Coletiva: José Querino Ribeiro; Herbert Baldus; Lucila Herrmann; Antonio Candido de Mello e Souza; Oracy Nogueira; Egon Schaden; Vicente Unzer de Almeida; Antonio Rubbo Muller; Mário Wagner Vieira da Cunha	1	1953*
Cel. Lima Figueiredo Diretor	2	1947 1949*
Charles O'Neil	1	1972*
Claude Lévi-Strauss	10	1942* (9) 1943*
Cordell Hull	1	1942*
Damasco Penna	3	1937* 1958* 1963*
Daniel Cosío Villegas	11	1942 (9) 1943 1946
Dante Moreira Leite	1	1969*
Djacir Lima Menezes	2	1970* 1971
Edison Carneiro	1	1944*
Elster Clayton Shortt Professor de educação	1	1960*
Emílio Willems	15	1949* 1950* (6) 1951* (4) 1953* 1954* 1958* (2)
Ênio Silveira	1	1964*
Erik Rinde	3	1950* (2) 1951*
Ernesto de Moraes Leme	1	1971
Eurico Gaspar Dutra	1	1950*
Fernando Henrique Cardoso	1	1964*
Florestan Fernandes	3	1948 1952 1966*
Francisco Ayala	8	1946* (3) 1947* 1948* (2) 1958* (2)
General Enrique Vidaurre Presidente Dr. Juan Urquiola Secretario General	1	1955*
Georges Friedmann.	2	1958* 1960*
Germano Jardim	1	Década de 1950

Gilberto Freyre	8	1935* (3) 1939* 1954 1957* 1958* 1959*
Gino Germani e Mario Segre	1	1948*
Guerreiro Ramos	2	1953* 1956*
Gustavo Capanema	1	1945*
Gustavo Capanema	1	1942*
Henrique d'Ávila Bertaso Diretor	1	1968*
Horace B. Davis	1	1940*
Isaac Ganón	4	1945* 1946* (2) 1947
Javier Márquez Blasco	2	1945 (2)
Jayme Abreu	1	1950*
Jayme Abreu	1	1950*
João Roberto Moreira	1	1956*
Joaquín Diez-Canedo	1	1946*
John W. Riley Jr.	1	1952*
Jonathas Serrano	1	1939*
Jorge Amado	1	1967*
Jorge Castro Harrison	1	1965*
José Bento Renato Monteiro Lobato	1	s/d
José Carneiro Fellipe	6	1939 a 1943 1944
José Honório Rodrigues	2	1968* 1969*
José Juan Bruera-España	1	1954*
José Lorenzo Pérez Coordinador General	1	1961*
José Medina Echavarría	2	1942* 1964*
Julio Larrea	2	1968* (2)
Juscelino Kubitschek de Oliveira	1	1972*
L. A. Costa Pinto	10	1950* (2) 1951* 1952* (4) 1953* (2) 1956*
L. Baltazzi	1	1968*
Lee M. Hunseker Assistant Public Affairs Officer	1	1951*
Lipschütz	1	1944*
Lucio Mendieta y Núñez	3	1941* (2) 1951*

Luís Beltrán Prieto Figueroa	10	1959* 1960* (2) 1961* 1963* 1964* 1966* 1967* 1971* (2)
Luis Reissig	2	1960* 1962*
M. A. Teixeira de Freitas	7	1937* 1938* (2) 1940* 1951 1952* 1955*
Manuel Bandeira	1	1947*
Maria Isaura Pereira de Queiróz	2	1952* (2)
Mario Bon Espasandín	1	1968*
Mário Casasanta	1	1961*
Mário da Silva Brito	1	1970*
Mário da Silva Brito	4	1961 1964* 1969* (2)
Mario Gibson Barboza Encarregado de Negócios	2	1958* (2)
Mário Lins	1	1951*
Melville J. Herskovits	1	1954*
Miguel Herrera Figueroa	1	1960*
Miguel Reale	3	1949* 1951* 1970
Murilo Braga	2	1950* 1951*
Não tem remetente nominal	1	1948*
Nelson Werneck Sodré	6	1944* 1945* 1946* 1949* 1950* 1965*
Nestor Duarte	1	1940*
Nilton Campos	1	1952*
Paulo Duarte	4	1944* (3) 1945
Paulo Freire	1	1952*
Paulo Sawaya	1	1967*
Pinto Ferreira	3	1941* 1958* (2)
Rafael Xavier Diretor em Exercício Serviço Nacional de Recenseamento	2	1942* 1949*
Rascher & Cie. A. G.	1	1950
Raúl A. Orgaz	1	1936*

Raul J. Bittencourt Presidente em exercício	1	1946*
Raymundo Faoro	1	1974*
Renato Jardim Moreira	1	1960*
Ricardo Levene	2	1943* 1945*
Roberto Mac-Lean y Estenós	4	1950* 1951* (2) 1952*
Roger Bastide	1	1941*
Roland Corbisier Diretor Executivo	1	1955*
Salvador Azuela Diretor	2	1966* (2)
Sr. Ramon M. Alsina	1	1936*
Stein Rokkan	2	1953* (2)
Theo R. Crevenna	3	1950* 1953* 1954*
Thomas B. Bottomore	1	1954*
Villa Lobos	1	1957
Vivaldi Moreira	1	1951*
Vivaldo Coaracy	1	1941*
Wilson Martins	1	1967*
TOTAL		256

Tabela 8: Total de Correspondências Passivas: Seção Dossiês

Correspondentes nacionais e estrangeiros	Total de cartas passivas interpretadas	Ano em que foi escrita a carta () quantidade de cartas acima de uma * carta com trecho selecionado
Carlos Alberto Vilardebo	1	1959*
Carta Coletiva funcionários técnicos do CRPE/SP	1	1960*
Francisco Correa Weffort		
Ruth Corrêa Leite Cardoso		
Zilla Branco Weffort		
José Fábio Barbosa da Silva		
Armenuly Kalvegian		
Gabriel Bolaffi		
Lourdes Britto		
Haydée Maria Ruveratti		
José Mário Pires Azanha		
Ligia Siniscalco		
Celso de Rui Beisiegel		
Frederico de Barros Brotero		
Joana M. E. Klein		
Lybia de Mattos Bruno		
E. Roquette-Pinto	1	1952*
Francisco Prestes Maia	1	1961*
Gino Germani	1	1960*
Heinrich Rheinboldt	1	1953*
Joel Martins	1	1959*
José Enrique Miguens	1	1960*
Leonídio Ribeiro	2	1952* 1952
Malcolm S. Adiseshiah	1	1958*
Thales Martins	1	1952*
William Leslie Chapman	4	1959* (4)
William Leslie Chapman	1	1960
TOTAL		17

FA – D6/1,29

Construção de um quadro a partir de documentos que demonstraram as alterações realizadas por Fernando de Azevedo na seleção dos autores para execução da obra *As Ciências no Brasil*.

Quadro 2: Temas e autores selecionados por Fernando de Azevedo para a obra *As Ciências no Brasil*

Planejamento das Seções da obra	Autores convidados	<u>Autores convidados</u>	Autores convidados	Autores convidados	Autores convidados
1) Matemática	Candido Lima da Silva Dias	Idem	Idem	Idem	Idem
2) Astronomia	Lélio Gama	Idem	Idem	Idem	Idem
3) Física	J. da Costa Ribeiro	Idem	Idem	Idem	Idem
4) Metereologia	J. Sampaio Ferraz	Idem	Idem	Idem	Idem
5) Geologia e Paleontologia	Victor Leinz	Idem	Idem	Idem	Idem
6) Mineralogia e Petrografia	Djalma Guimarães	Idem	Idem	Idem	Idem
7) Geografia	Carlos Delgado de Carvalho ou Hilgard Sterenberg	Carlos D. de Carvalho e Fernando Raja Gabaglia	Carlos idem Volta H. Sterenberg	Idem	Idem
8) Química	Heinrich Rheinboldt	Idem	Idem	Idem	Idem
9) Zoologia	M. O. Oliveira Pinto Ou Paulo Sawaya	Paulo Sawaya retirado	M. O. Oliveira Pinto ou Paulo Sawaya (retorna)	Idem	Idem
10) Botânica	Félix Rawitscher	M. Ferri	Félix Rawitscher	Idem	Idem
11) Biologia	Thales Martins	----	Thales Martins	Idem	Idem
12) Psicologia e <u>Psiquiatria</u>	M. B. Lourenço Filho	<u>Idem</u> ou <u>Mauricio Medeiros</u>	M. B. Lourenço Filho A seção volta a ser Psicologia apenas	Idem autor e a seção de Psicologia	Idem
13) Economia	Eugenio Gudín	<u>Seção ausente</u>	Reaparece a	Idem	Idem

Política	ou Jorge Kafuri		seção Eugenio Gudin ou Jorge Kafuri		
14) Sociologia	-----	<u>Sociologia e antropologia juntas sem referência de nomes de autores</u>	----- As seções são novamente separadas	-----	----
15) Antropologia	Roquette Pinto		Roquette Pinto	Idem	Idem

FA -D7/1,04

Relatório contendo resoluções tomadas em reunião da Comissão de Iniciativa para formação da primeira **Diretoria do Centro Cultural Brasil-Israel/São Paulo (CCBI-SP)**, conselho fiscal e deliberativo e Listagem dos demais membros.

Em junho de 1955, São Paulo, a Comissão de Iniciativa, sob a direção de Fernando de Azevedo, reuniu-se e deliberou que a primeira diretoria do Centro seria instituída de acordo com os seguintes quadros:

1. DIRETORIA DO CCBI-SP (propostos)	Em caso de recusa:
Presidente: Fernando de Azevedo	
Vice-Presidente: Prof. Rocha Lima	Vice-Presidente: Álvaro de Souza Lima ou Dr. Fonseca Telles
1º. Secretário: Prof. Lourival Gomes Machado	Secretário: Dr. Sergio Milliet ou Dr. Dimas C. de Oliveira
2º. Secretário: Dr. Moysés Givocate	
Tesoureiro: Snr. Isai Leirner	
Vogais: Prof. Paulo E. Galvão Prof. Antonio F. Almeida Jr.	Vogais: Dr. Henrique Pegado ou Dr. Honório Monteiro

2. CONSELHO FISCAL (proposto)	Em caso de recusa seriam consultados os seguintes nomes para substituir qualquer um dos propostos:
Dr. José Frederico Marques	Dr. Teodoro Quartim Barboza Dr. Prestes Maia
Sr. F. Matarazzo Sobrinho	
Dr. Sergio Milliet	
Dr. Arnaldo Felmanas	
Prof. Alípio Correia Neto	

3. CONSELHO DELIBERATIVO (proposto) ainda não completo (comentário de FA)
--

Presidência: Sergio Buarque de Holanda
--

Horácio Lafer

José Fonseca Telles

LISTA DE MEMBROS

Centro Cultural Brasil-Israel/São Paulo (CCBI-SP)

Abrão de Morais
 Adalberto Corinaldi
 Álvaro de Souza Lima
 Antonio Candido de Melo e Souza
Assis Chataubriand (riscado no original)
 Cacilda Becker
 Camargo Guarnieri
Candido Motta Filho (riscado no original)
 Carlos Alberto Levi
 Carlos Freier
 Cid Franco
 David Kopenhagen
 Ema Klabin
 Ernesto Leme
 Eurípedes Simões de Paula
 Francisco Matarazzo Sobrinho
 Jairo de Almeida Ramos
 João Scatimburgo
 José Frederico Marques
José Kliass (riscado no original)
 José Nemirovsky
Julio Mesquita Filho (riscado no original)
 Lazar Segall
 Leon Feffer
 Luba Klabin
 M. P. Bardi
 Moisés Cutin
 Moisés Kaufman
 Nelson Ottoni de Rezende
 Noé Azevedo
 Otto Bier
 Paulo Krumholtz
 Paulo Sawaya
 Plinio Barreto (um x muito pequeno a
 frente de seu nome)
 Ruy Bloem

(observação no final da página: lista sujeita
 ainda a corte e revisão)

FA – D7/1,05

Diretoria CCBI-SP

(Listagem)

Presidente – Fernando de Azevedo

Vice-Presidente – Lourival Gomes Machado

1º. Secretário – Moises Gicovate

2º. Secretário – Paulo Mendes de Almeida

Tesoureiro – Samuel Klabin

Diretores

Arnaldo Pedroso Horta

Armando Ferrari

Romeu Mindlin

Presidência do Conselho Deliberativo

Sergio Buarque de Hollanda

José Frederico Marques

Horacio Lafer

Conselho Fiscal

Antonio Candido de Melo e Souza

Henrique Pegado

José Nemirovsky

Moises Cutin

Sergio Milliet

FA – D7/1,07

Documento de 13 de junho de 1955, Dante Costa, secretário do CCBI-RJ, informa a Azevedo, então Presidente do CCBI-SP, sobre as atividades do ano de 1954 e os projetos para 1955 do Centro do RJ. Costa coloca-se a disposição de Azevedo para fornecer detalhes da organização, programação ou outras particularidades do CCBI-RJ.

FA – D7/1,10

Estatutos do CCBI-SP – 30 de junho de 1955 (3 versões diferentes – reformulações manuscritas por Azevedo)

CCBI-SP (sociedade civil que se regerá pelos presentes estatutos) – o centro terá sede e foro na cidade de São Paulo e funcionará por tempo indeterminado.

Art. 2º. – o Centro terá por finalidade:

- a) intensificar as relações culturais entre o Brasil e o Estado de Israel;
- b) difundir o conhecimento da cultura israelense;
- c) auxiliar todas as iniciativas para a difusão da cultura brasileira no Estado de Israel.

Obs: Os documentos encontrados no acervo trazem informações apenas sobre as atividades promovidas pelo Centro do RJ; não existem dados a respeito das atividades do Centro de SP, além da agenda escrita por Azevedo, como seu Presidente. A agenda pode ser consultada no documento FA-AP-D12/Cx 11,007.

**Lista de Assinaturas no Manifesto de
1959:**

- 1) Fernando de Azevedo
- 2) Júlio Mesquita Filho
- 3) Antonio Ferreira de Almeida Júnior
- 4) Anísio Spínola Teixeira
- 5) A. Carneiro Leão
- 6) José Augusto B. de Medeiros
- 7) Abgar Renault
- 8) Raul Bittencourt
- 9) Carlos Delgado de Carvalho
- 10) Joaquim de Faria Góes Filho
- 11) Arthur Moses
- 12) Hermes Lima
- 13) Armanda Alvaro Alberto
- 14) Paulo Duarte
- 15) Mário de Brito
- 16) Sérgio Buarque de Holanda
- 17) Nelson Werneck Sodré
- 18) Milton da Silva Rodrigues
- 19) Nóbrega da Cunha
- 20) Florestan Fernandes
- 21) Pedro Gouvêa Filho
- 22) A. Menezes de Oliveira
- 23) João Cruz Costa
- 24) Afrânio Coutinho
- 25) Paschoal Lemme
- 26) José de Faria Góes Sobrinho
- 27) Haiti Moussatché
- 28) J. Leite Lopes
- 29) Gabriel Fialho
- 30) Jacques Danon
- 31) Maria Laura Monsinho
- 32) Maria Yedda Linhares
- 33) Anne Danon
- 34) Roberto Cardoso Oliveira
- 35) Oracy Nogueira
- 36) Luis de Castro Faria
- 37) Amilcar Viana Martins
- 38) Branca Fialho
- 39) Euryalo Cannabrava
- 40) Thales Mello de Carvalho
- 41) Ophelia Boisson
- 42) Francisco Montojos
- 43) Joaquim Ribeiro Darci Ribeiro
- 44) Egon Schaden
- 45) Jaiyme Abreu
- 46) Juracy Silveira
- 47) Lídio Teixeira
- 48) Eurípedes Simões de Paula
- 49) Carlos Correia Mascaro
- 50) Renato Jardim Moreira
- 51) Azis Simão
- 52) Maria Isaura Pereira de Queiróz
- 53) Lúcia Marques Pinheiro
- 54) Armando de Campos
- 55) Laerte Ramos de Carvalho
- 56) Maria José Garcia Wereb
- 57) Fernando Henrique Cardoso
- 58) Samuel Wereb
- 59) Ruth Correia Leite Cardoso
- 60) Carlos Lyra
- 61) Joaquim Pimenta
- 62) Alice Pimenta
- 63) Maria Isolina Pinheiro
- 64) Rui Galvão de Andrada Coelho
- 65) Mário Barata
- 66) Luís Eucídio Melo Filho
- 67) Mário Travassos
- 68) José Lacerda Araújo Feio
- 69) Otacílio Cunha
- 70) Víctor Staviarski
- 71) Cesar Lattes
- 72) José Alberto de Melo
- 73) L. Laboriau
- 74) O. Frota Pessoa
- 75) Celso Kelly
- 76) Alvaro Kilkerry
- 77) Bayart Damaria Bolteaux
- 78) Afonso Varzea
- 79) Mário Casassanta
- 80) Luis Palmeira
- 81) Joel Martins
- 82) Fritz Delauro
- 83) Raul Rodrigues Gomes
- 84) Mecenaz Dourado
- 85) Perseu Abramo
- 86) Iva Weisberg
- 87) Linneu Camargo Schultzer
- 88) Alvércio Moreira Alves
- 89) Douglas Monteiro
- 90) David Perez
- 91) Moises Brejon
- 92) Paulo Leal Ferreira
- 93) José de Almeida Barreto
- 94) Paulo Roberto de Paula e Silva
- 95) Afonso Saldanha
- 96) Jorge Leal Ferreira
- 97) Jorge Barata
- 98) A. H. Zimmermann
- 99) Cesar Veiga
- 100) Diógenes Rodrigues de Oliveira
- 101) Mendonça Pinto
- 102) Silvestre Ragusa
- 103) Augusto Rodrigues
- 104) Nelson Martins
- 105) Dulce Kanitz
- 106) Paulo Maranhão
- 107) Neusa Worllo
- 108) Alvaro Palmeiro

- 109) Rubens Falcão
 110) Otavio Dias Carneiro
 111) Jaime Bittencourt
 112) Geraldo Bastos Silva
 113) Letelba Rodrigues de Brito
 114) Joaquina Daltro
 115) Honório Peçanha
 116) Helena Moreira Guimarães
 117) Ester Botelho Orêstes
 118) Mariana Alvim
 119) Aldo Muylaert
 120) Irene de Melo Carvalho
 121) Tasso Moura
 122) Cecília Meirelles
 123) Maria Geni Ferreira da Silva
 124) Jorge Figueira Machado
 125) Paulo Campos
 126) Tarcisio Tupinambá
 127) Baltazar Xavier
 128) Teófilo Moisés
 129) Gastão Gouvêa
 130) Albino Peixoto
 131) Dalila Quitete
 132) Augusto de Lima Filho
 133) Miguel Reale
 134) Manoel de Carvalho
 135) Wilson Martins
 136) Milton Lourenço de Oliveira
 137) Roberto Danemann
 138) Silvia Bastos Tigre
 139) Wilson Cantoni
 140) Raul Sellis
 141) Silvia Maurer
 142) Gui de Holanda
 143) Adalberto Sena
 144) Antonio Candido de Melo e Souza
 145) Inezil Pena Marinho
 146) Maria Thetis
 147) Alberto Pizarro Jacobina
 148) Alvaro Vieira Pinto
 149) Modesto de Abreu
 150) Zenaide Cardoso Schultz
 151) Celita Barcelos Rosa
 152) Ismael França Campos
 153) Zilda Faria Machado
 154) Iracema França Campos
 155) Alfredina de Souto Sales
 Sommer
 156) Oto Carlos Bandeira Duarte Filho
 157) Valdemar Marques Pires
 158) Viriato da Costa Gomes
 159) Niel Aquino Casses
 160) Terezinha de Azeredo Fortes

161) Hugo Regis dos Reis²³²

²³² Manifesto dos Educadores: Mais uma Vez Convocados (Janeiro de 1959). **Revista Histedbr** [Online], Campinas, n. especial, p.205-220, ago/2006 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/doc2_22e.pdf>. Acesso em: 06 de jan. 2010.

BIBLIOGRAFIA GERAL

- ALTAMIRANO, C. **Para un programa de historia intelectual y otros ensayos**. Buenos Aires: Século XXI Editores, 2005.
- _____. **Historia de los intelectuales en América Latina I**. La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz Editores, 2008.
- _____. **Historia de los intelectuales en América Latina II**. Los avatares de la "ciudad letrada" en el siglo XX. Buenos Aires: Katz Editores, 2010.
- ANTUNHA, H. **Universidade de São Paulo: fundação e reforma**. São Paulo: CRPE, 1974.
- ANTUNES, R.; FERRANTE, V. B.; MORAES, R. (Org.). **Inteligência brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- ADORNO, T. W. O ensaio como forma. In: COHN, G. (Org.). **Theodor W. Adorno**. São Paulo: Ática, 1986, p.167-187. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, n.14).
- ALMEIDA, M. H. T. de. Dilemas da institucionalização das ciências sociais no Rio de Janeiro. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: IDESP/Vértice/FINEP, 1989, p.188-216.
- ARRUDA, M. A. N. A Sociologia no Brasil – Florestan Fernandes e a “escola paulista” de Sociologia. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.2. São Paulo: Sumaré/ FAPESP, 1995.
- ARANTES, P. E. **Sentimento da dialética na experiência intelectual brasileira: dialética e dualidade segundo Antonio Candido e Roberto Schwarz**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradutor Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. (Org.). **Intelectuais e política: a moralidade do compromisso**. São Paulo: Olho D’água, 1999.
- BASTOS, E. R.; BOTELHO, A. Para uma Sociologia dos intelectuais. Seminário: **A Sociologia da Cultura no Brasil e a Obra de Sergio Miceli**, USP, 14-16 de set/, 2005. (Mimeografado).
- BASTOS, E. R. et al. (Org.). **Conversas com sociólogos brasileiros**. São Paulo: 34, 2006.
- _____. et al. (Org.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003.

- _____. Florestan Fernandes e a construção das ciências sociais. In: MARTINEZ, P. H. (Org.). *Florestan ou o sentido das coisas*. São Paulo: Boitempo, 1998, p.143-156.
- BARIANI, E. Recenseamento bibliográfico em torno do ISEB. TOLEDO, C. N. de. (Org.). **Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB**. Rio de Janeiro: Revan, 2005, p.233-252.
- BARREIRA, C. **A Sociologia no tempo: memória, imaginação e utopia**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BEIRED, J. L. B. A função social dos intelectuais. In: AGGIO, A. **Gramsci: a vitalidade de um pensamento**. São Paulo: UNESP, 1998.
- BIRNBAUM, P.; CHAZEL, F. **Teoria sociológica**. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1977.
- BLANCO, A. **Razón y modernidad: Gino Germani y la Sociología em la Argentina**. 1ª. Ed. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2006.
- _____. Ciências sociais no Cone Sul e a gênese de uma elite intelectual (1940-1965). **Tempo Social**. [online]. 2007, v.19, n.1, p.89-114. ISSN 0103-2070. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a06v19n1.pdf>>. Acesso em: 05 de nov. 2008.
- _____. La Asociación Latinoamericana de Sociología: una historia de sus primeros congresos. **Sociologias**. [online]. 2005, n.14, p.22-49. ISSN 1517-4522. Disponible en: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a03n14.pdf>>. Acceso en: 08 de nov. 2008.
- BITTENCOURT, A. B. Internacional dos empresários: política de interesses do Rotary Club no Brasil dos anos 1960. In: ALMEIDA, A. M. F. et al. (Org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. São Paulo: UNICAMP, 2004, p.257-281.
- BOBBIO, N. **Os intelectuais e o poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea**. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOMENY, H; BIRMAN, P. (Org.). **As assim chamadas ciências sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas: Relumé – Damará, 1991.
- _____. **Os intelectuais da educação**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001a.
- _____. (Org.). **Constelação Capanema: intelectuais e políticas**. Rio de Janeiro: FGV, 2001b.
- BONELLI, M. G. **Identidade profissional e mercado de trabalho dos cientistas sociais**. 1993. Tese (Doutorado) – IFCH, UNICAMP, Campinas, São Paulo.

BORN, C. Gênero, trajetória de vida e biografia: desafios metodológicos e resultados empíricos. **Sociologias**. [online]. 2001, n.5, p.240-265. ISSN 1517-4522. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/sociologias/article/viewFile/5736/3326>>. Acesso em: 02 de nov. 2008.

BOSI, A. Prefácio. In: CARDOSO, I. **A Universidade da Comunhão Paulista: o projeto de criação da Universidade de São Paulo**. São Paulo: Cortez, 1982.

BOTELHO, A.; LAHUERTA, M. Interpretações do Brasil, pensamento social e cultura política: tópicos de uma necessária agenda de investigação. **Perspectivas**, Revista de Ciências Sociais, São Paulo, Dossiê: Pensamento Social e Interpretações do Brasil, v. 28, p.7-15, 2005.

BOTELHO, A. **O Brasil e os dias: estado-nação, modernismo e rotina intelectual**. Bauru/SP: Edusc, 2005.

_____. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Campinas: UNICAMP, 2002.

BOURDIEU, P. O campo científico. In: ORTIZ, R. (Org.). **Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1983. (Grandes cientistas sociais).

_____. Campo de poder, campo intelectual e habitus de classe. In: **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectivas, 1974, p.183-202.

_____. A Gênese dos conceitos de habitus e de campo. In: **O poder simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro: Bertrand Brasil/ Difel, 1989, p.59-74.

_____. A ilusão biográfica. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Oeiras: Celta, 1997, p.53-59.

BOTO, C. J. M. C. R. **Rascunhos de escola na encruzilhada dos tempos**. 1990. 435f. Dissertação (Mestrado em História e Filosofia da Educação) – USP, São Paulo.

BRANDÃO, G. M. Idéias e intelectuais: modos de usar. **Lua Nova**, Revista de cultura e política, São Paulo, CEDEC, n.54, p.25-34, 2001.

CAMPOS, E. S. **História da Universidade de São Paulo**. 2ª. Ed. São Paulo: Edusp, 2004. (Edição fac-similar).

CANDIDO, A. A Sociologia no Brasil. **Tempo Social**. [online]. 2006, v. 18, n. 1, p.271-301. ISSN 0103-2070. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20702006000100015&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 10 de nov. 2008.

_____. **Literatura e sociedade**. São Paulo: T. A. Queiroz/Publifolha, 2000.

_____. A revolução de 30 e a cultura. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo. v.2, n.4, p.27-36, 1984.

_____. Prefácio. In: MICELI, S. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979, p.ix-xiii.

CAPELATO, M. H.; PRADO, M. L. **O Bravo Matutino**: Imprensa e ideologia no jornal “O Estado de S. Paulo”. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CARDOSO, I. **A Universidade da Comunhão Paulista**: o projeto de criação da Universidade de São Paulo. São Paulo: Cortez, 1982.

CARONE, E. **A primeira República**: Texto e contexto (1889-1930). São Paulo: Difel, 1969.

_____. **A república liberal**: I instituições e classes sociais (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985.

_____. **A república liberal**: II evolução política (1945-1964). São Paulo: Difel, 1985a.

CARVALHO, L. M. G.; MATTOS, S. S. **Sociólogos e Sociologia**: história das suas entidades no Brasil e no mundo. v.1. São Paulo: Anita Garibaldi, 2005.

CARVALHO, M. M. C. A configuração da historiografia educacional brasileira. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000, p.329-353.

CASTRO, C. M. **Ciência e universidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

COSTA, J. C. **Contribuição à História das idéias no Brasil**. Rio Janeiro: José Olympio, 1956.

COSTA PINTO, L. A.; CARNEIRO, E. **As ciências sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: CAPES, 1955.

_____. **Sociologia e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. (Coleção Retratos do Brasil, 20).

CUNHA, M. V. Dewey, escola nova e construtivismo: continuidade, descontinuidade e recontextualização. In: ALMEIDA, J. S. (Org.). **Estudos sobre a profissão docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2001.

_____. John Dewey, a outra face da Escola Nova no Brasil. In: GHIRALDELI JR., P. (Org.). **O que é filosofia?** Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

_____. A presença de John Dewey na constituição do ideário educacional renovador. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n.30, p.77-91, dez. 1999.

- _____. **A Educação dos educadores:** da escola nova à escola de hoje. Campinas: Mercado de Letras, 1995.
- CUVILLIER, A. **Manual de Sociologia.** Buenos Aires: El Ateneo, 1956.
- DE LUCA, T. R. **A Revista do Brasil:** um diagnóstico para a (N)ação. São Paulo: UNESP, 1999.
- DOSSE, F. **História e ciências sociais.** Bauru: Edusc, 2004.
- DOUGLAS, M. **Como as instituições pensam.** São Paulo: EDUSP, 2007.
- DRAIBE, S. **Rumos e metamorfoses:** Estado e industrialização no Brasil (1930-1960). São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- DUTRA, E. R. F. A nação nos livros: a biblioteca ideal na Coleção Brasileira. In: DUTRA, E. R. F.; MOLLIER, J-I. (Org.). **Política, Nação e Edição.** O lugar dos Impresses na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX. 1ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2006, p.299-314.
- ECHAVARRÍA, J. M. **Panorama de la Sociología Contemporanea.** Mexico: Casa de España, 1940.
- EVANGELISTA, O. **A formação de professores em nível universitário:** o Instituto de Educação da Universidade de São Paulo (1934-1938). 1997. 115f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo.
- FAORO, R. **Existe um pensamento político brasileiro?** São Paulo: Ática, 1994.
- FAUSTO, B. **A revolução de 1930:** Historiografia e História. São Paulo: Brasiliense, 1970.
- _____. **O pensamento nacionalista autoritário (1920-1940).** Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- FERNANDES, F. **A contestação necessária:** retratos intelectuais de inconformistas e revolucionários. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. **A questão da USP.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- _____. **A Etnologia e a Sociologia no Brasil.** São Paulo: Anhembi, 1958.
- _____. **A Sociologia no Brasil:** contribuição para o estudo de sua formação e desenvolvimento. 2ª. Ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Circuito fechado:** quatro ensaios sobre o “poder institucional”. São Paulo: Hucitec, 1976.
- _____. **Educação e sociedade no Brasil.** São Paulo: Dominus/USP, 1966.

- FERREIRA, M. S. **O Centro Regional de Pesquisas Educacionais de São Paulo (1956-1961)**. 2001. 194f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, FE/USP, São Paulo.
- FERREIRA, P. Panorama da Sociologia Brasileira, parte II. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.15, p.43-64, 1958a.
- _____. Panorama da Sociologia Brasileira, parte III. **Revista Brasiliense**, São Paulo, n.16, p.25-49, 1958b.
- FORJAZ, M. C. S. A emergência da Ciência Política acadêmica no Brasil: Aspectos Institucionais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.12, n.35, 1997.
- _____. **Cientistas e Militares no Desenvolvimento do CNPq (1950-1985)**. São Paulo: IDESP, 1988. (Série História das Ciências Sociais).
- FURTADO, C. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GANDINI, R. P. C. **Intelectuais, Estado e Educação**. Campinas: UNICAMP, 1995.
- GERMANI, G. **La Sociología en la América Latina: problemas y perspectivas**. Buenos Aires: Eudeba, 1964.
- GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.
- GRYNSZPAN, M. **Ciência, política e trajetórias sociais: uma sociologia histórica da teoria das elites**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- HALLEWELL, L. **O livro no Brasil: sua história**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- HOBBSBAWM, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade**. 3ª. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOROWITZ, I. L. **Ascensão e queda do projeto Camelot: estudo sobre as relações entre ciências sociais e a prática política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- IANNI, O. **Sociologia da Sociologia latino-americana**. 2ª. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.
- _____. **Pensamento social no Brasil**. Bauru/SP: Edusc/Anpocs, 2004.
- _____. **Sociologia da Sociologia: o pensamento sociológico brasileiro**. 3ª. Ed. Revista e aumentada. São Paulo: Ática, 1989.
- JACKSON, L. C. **A tradição esquecida**. Os parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte/São Paulo: UFMG/FAPESP, 2002.
- JACOBY, R. **Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da academia**. São Paulo: EDUSP, 1990.

- KONDER, L. História dos intelectuais nos anos cinquenta. In: FREITAS, M. C. (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva**. São Paulo: Contexto, 2000, p.355-374.
- LACERDA, S.; KIRSCHNER, T. C. Tradição intelectual e espaço historiográfico ou por que dar atenção aos textos clássicos. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p.25-39.
- KOSELLECK, R. **Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês**. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 1999.
- LAHUERTA, M. **Intelectuais e transição: entre a política e a profissão**. 1999. Tese (Doutorado em Ciência Política) – FFCLH, USP, São Paulo.
- _____. Os intelectuais e os anos 20: moderno, modernista, modernização. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Org.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997, p.93-114.
- LEAL, T. P. **Coleção iniciação científica: Do projeto a coleção editada (1931-1978)**. 2003. 206f. Dissertação (Mestrado em Educação) – PUC, São Paulo.
- LEÃO, A. C. **Panorama sociológico do Brasil**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura, 1958.
- LECLERC, G. **Sociologia dos intelectuais**. São Leopoldo: UNISINOS, 2004.
- LEMME, P. Diálogo com Fernando de Azevedo sobre a educação no país. In: BRITTO, J. M. (Org.). **Paschoal Lemme: Memórias de um educador**. 2ª. Ed. Brasília-DF: INEP, 2004, p.141-226. (Volume 5. Estudos de Educação e Destaques da Correspondência).
- LEPENIES, W. **As três culturas**. São Paulo: EDUSP, 1996.
- LIMA, N. T. Sob o Signo de Augusto Comte ou sob o signo de Karl Max: a vocação das ciências sociais nas perspectivas de Costa Pinto e Florestan Fernandes. In: MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (Org.). **Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto**. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.251-274.
- LIMONGI, F. **A Revista Sociologia: A Escola Livre de Sociologia e Política e o desenvolvimento da sociologia paulista: dois estudos**. São Paulo: IDESP, 1987. (Série História das Ciências Sociais no Brasil, n.1).
- _____. Mentores e Clientelas da Universidade de São Paulo. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/IDESP, 1989, p.111-187.
- LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003.

- MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (Org.). **Ideais de modernidade e Sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- MANNHEIM, K. **Diagnóstico de nosso tempo**. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- _____. **Sociologia da cultura**. São Paulo: Perspectiva/USP, 1974.
- _____. **Ideologia e Utopia**. 2^a. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.
- _____. O pensamento conservador. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução crítica à Sociologia Rural**. São Paulo: Hucitec, 1981, p.77-131.
- MARCOVITCH, J. Financiamento de ciência e tecnologia na América Latina. **Revista de Administração**, São Paulo, v.23, n.1, p.5-12, jan./mar. 1988.
- MARTINS, C. B. Notas sobre a formação do sistema nacional de pós-graduação. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru/SP: Edusc, 2005, p.13-30.
- MARTINS, L. A gênese de uma intelligentsia: os intelectuais e a política no Brasil - 1920 a 1940. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, ANPOCS, São Paulo, v.2, n.4, p.65-87, 1987.
- MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. v.VI (1915-1933). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- _____. **História da inteligência brasileira**. v.VII (1933-1960). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.
- MERTON, R. K. **Sociologia: Teoria e Estrutura**. Tradutor Miguel Maillat. São Paulo: Mestre Jou, 1968.
- MEUCCI, S. **A institucionalização da Sociologia no Brasil**: os primeiros manuais e cursos. 2000. 158f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, Campinas.
- MICELI, S. **Intelectuais à brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- _____. Intelectuais brasileiros. In: _____. (Org.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. v.2. São Paulo/Brasília: Sumaré/Anpocs/Capes, 1999, p.109-146.
- _____. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.2. São Paulo: IDESP/FAPESP, 1995, p.7-24.
- _____. Por uma Sociologia das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/IDESP, 1989a, p.5-19.

- _____. Condicionantes do desenvolvimento das Ciências Sociais. In: MICELI, S. (Org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/IDESP, 1989b, p.72-110.
- _____. **Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)**. Rio de Janeiro: Difel, 1979.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.
- MORAES, R. B.; BERRIEN, W. **Manual bibliográfico de estudos brasileiros**. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Souza, 1949.
- MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira: Pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Ática, 2002.
- NADAI, E. **Educação como apostolado: história e reminiscências (1930-1970)**. 1991. (Tese de Livre-Docência) – Faculdade de Educação, USP, São Paulo.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NASCIMENTO, A. S. Intelectuais Ibgeanos: ecletismo no projeto de nação e modernização brasileira. **Espaço Plural** [online]. 2008, v.9, n.18, p.87-99. ISSN 1981-478X. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/espacoplural/article/view/1637/1326>>. Acesso em: 02 de jan. 2009.
- _____. **A construção da nação arco-íris: problematizando o quesito raça/cor (1936-1960)**. 2005. 235f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – UNESP, Araraquara, São Paulo.
- NEME, M. **Plataforma da nova geração**. Porto Alegre: Globo, 1945.
- OLIVEIRA, L. L. As ciências sociais no Rio de Janeiro. In MICELI, S. (Org.) **História das ciências sociais no Brasil**. v. 2. São Paulo: Sumaré/FAPESP, 1995.
- _____. Diálogos intermitentes: relações entre Brasil e América Latina. **Sociologias** [online]. 2005, n.14, p.110-129. ISSN 1517-4522. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n14/a06n14.pdf>>. Acesso em: 23 de out. 2008.
- ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2003.
- _____. Notas sobre as Ciências Sociais no Brasil. In: ORTIZ, R. **Ciências Sociais e trabalho intelectual**. São Paulo: Olho D'Água, 2002, p.175-196.
- PACHECO FILHO, C. **Diálogo de surdos: as dificuldades para a construção da Sociologia e de seu ensino no Brasil (1850-1935)**. 1994. 6v. 1332f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FEUSP, USP, São Paulo.

- PÉCAUT, D. **Os intelectuais e a política no Brasil**: entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.
- PAIVA, V. **Educação popular e educação de adultos**: contribuição à história da educação brasileira. São Paulo: Loyola, 1973.
- PILETTI, N. **A Reforma Fernando de Azevedo**. Distrito Federal, 1927-1930. São Paulo: FEUSP, 1983.
- POCOCK, J. G. A. **Linguagens do ideário político**. São Paulo: EDUSP, 2003.
- PONTES, H. Círculo de intelectuais e experiência social. **RBCS**, São Paulo, v. 12, n.34, p.57-69, 1997.
- _____. Retratos do Brasil: Editores, Editoras e “Coleções Brasileira” nas décadas de 30, 40 e 50. In: MICELI, S. (Org.). **História das ciências sociais no Brasil**. v.1. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais/IDESP, 1989, p.359-409.
- PORTO, M. S. G. Panorama recente da pesquisa em sociologia no país. In: MARTINS, C. B. (Org.). **Para onde vai a pós-graduação em ciências sociais no Brasil**. Bauru/SP: Edusc, 2005, p.199-223.
- POVIÑA, A. **Nueva historia de la Sociología Latinoamericana**. Córdoba: Imp. de la Universidad, 1959.
- _____. **Historia de la Sociología latinoamericana**. Prólogo de José Medina Echavarría. México: Fondo de Cultura Económica, 1941.
- PULICI, C. **De como o sociólogo deve praticar o seu ofício**: as cátedras de Sociologia da USP entre 1954-1969. 2004. 176f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo.
- REALE, M. **Figuras da inteligência brasileira**. 2ª. Ed. Refundida e aumentada. São Paulo: Siciliano, 1994.
- REIS FILHO, N. G. Cultura e estratégias de desenvolvimento. In: LORENZO, H. C.; COSTA, W. P. (Orgs.). **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno**. São Paulo: UNESP, 1997, p.143-158.
- RICOEUR, P. **O conflito das interpretações**: Ensaios de hermenêutica. Tradutor Hilton Japiassu. Rio de Janeiro: Imago, 1969.
- ROCHA, M. B. M. **Matizes da modernidade republicana. Cultura política e pensamento educacional no Brasil**: da geração da ilustração aos pioneiros da educação. 2002. 165f. Doutorado (Tese em Educação) – FEUSP, USP, São Paulo.
- RODRIGUES, C. C. Traduções da Coleção Brasileira: fontes primárias. **Tradução em Revista** [online], v.5, p.1-17, 2008. Disponível em:

<<http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/12935/12935.PDFXXvmi=gxdxVrXJA95OdHRE829Bd6AfU0V66PUmo8VkAT5b3a0hRSV1U6D9ddo8dlfkcaIBjEWTx26Cc7T50Q6VWJ5aXujbQzw3Kff4TCZrE55RdZWeP3aNNgZMLjXDTuHELmIFZI8EOdv2csg3wrRIIR8uc786DPLodu4ddcR2qn4ERIIoNALwsT2F1bMF1x4f38sglkiNjnrBKa0zLL6eG8UIjHnlfrBjB5AXpTL9idK3oLCaxIpfRIXb3lxjOaDqfeoG>>. Acesso em: 03 de mar. 2010.

ROMÃO, W. **A experiência do Cesit**: Sociologia e Política acadêmica nos anos de 1960. 2003. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – FFLCH, USP, São Paulo.

SANTOS, W. G. A imaginação político-social brasileira. **DADOS**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n.2/3, p.182-193, 1967.

_____. Raízes da imaginação política brasileira. **DADOS**, Rio de Janeiro, IUPERJ, n.7, p.137-161, 1970.

_____. **Roteiro bibliográfico do pensamento político-social brasileiro (1870-1965)**. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: UFMG/Casa Oswaldo Cruz, 2002.

SARTRE, J-P. Os tempos modernos – Apresentação. In: BASTOS, E. R.; RÊGO, W. D. L. (Org.). **Intelectuais e política**: a moralidade do compromisso. São Paulo: Olho D'água, 1999, p.127-146.

SAWAYA, P. **Esboço Histórico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo 1934-1969**. São Paulo: USP, 1979.

SCHWARTZMAN, S. **Universidade e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://www.schwartzman.org.br/simon/rio.htm>>. Acesso em: 01 de dez. 2008.

_____. **Ciência e Tecnologia no Brasil**: uma nova política para um mundo global. São Paulo: FGV, 1993.

_____.; BOMENY, H. M. B.; COSTA, V. M. R. (Org.). **Tempos de Capanema**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra/EDUSP, 1984.

_____. **Estado Novo**: um auto-retrato. Brasília: UnB, 1983.

_____. **Ciência, Universidade e Ideologia**: a política do conhecimento. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. **Formação da comunidade científica no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: CPA/Nacional/Finep, 1979.

SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969. In: **Cultura e política**. São Paulo: Paz e terra, 2001. (Coleção leitura).

_____. As idéias fora do lugar. In: **Cultura e política**. São Paulo: Paz e terra, 2001a. (Coleção leitura).

Seção Notícias sobre o desenvolvimento da Estatística. **Revista de Economia e Estatística**. Rio de Janeiro, INE, Ano II, n.1, p.55-63, 1937.

SEGATTO, J. A.; BARIANI, E. A fundação das ciências sociais no Brasil: trajetória histórica e institucionalização. In: XIV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 2009, Rio de Janeiro. **Anais ...** Sociedade Brasileira de Sociologia. Disponível em: <http://starline.dnsalias.com:8080/sbs/arquivos/10_6_2009_21_17_1.pdf>. Acesso em: 02 de ago. 2009.

SEVCENKO, N. **Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República**. 2ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SHILS, E. **Los Intelectuales en los países en desarrollo**. Buenos Aires: Ediciones, 1976.

SIGAL, S. **Intelectuales y poder en la década de sesenta**. Buenos Aires: Puntosur, 1991.

SILVA, G. M. D. **Sociologia da Sociologia da Educação: caminhos e desafios de uma Policy Science no Brasil (1920-1979)**. 2001. 167f. Dissertação (Mestrado em Educação) – IFCS, UFRJ, Rio de Janeiro.

SILVA, H. R. A História intelectual em questão. In: LOPES, M. A. (Org.). **Grandes nomes da história intelectual**. São Paulo: Contexto, 2003, p.15-24.

SKINNER, Q. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SORJ, B. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo: da resistência à ditadura ao governo FHC**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

TOLEDO, M. R. A. O projeto político cultural da Coleção Atualidades Pedagógicas. In: DUTRA, E. R. F.; MOLLIER, J-I. (Org.). **Política, Nação e Edição**. O lugar dos Impressos na Construção da Vida Política. Brasil, Europa e Américas. Séculos XVII-XX. 1ª. Ed. São Paulo: Annablume, 2006, p.335-350.

_____. **Coleção Atualidades Pedagógicas: do projeto político ao projeto editorial (1931-1981)**. 2001. 297f. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo.

TOURAINÉ, A. Los problemas de una Sociología propia en America Latina. **Revista Mexicana de Sociología**, México, (3), 1989.

TRINDADE, H. Institucionalização e internacionalização das Ciências Sociais na América Latina em questão. In: ALMEIDA, A. M. F. et al. (Org.). **Circulação internacional e formação intelectual das elites brasileiras**. São Paulo: UNICAMP, 2004, p.144-167.

VELLOSO, M. P. Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo. In: FERREIRA, J.; NEVES, L. A. (Org.). **O Brasil republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, v.2, p.145-180.

VEYNE, P. **Como se escreve a história e Foucault revoluciona a história**. 4ª. Ed. Brasília: UnB, 2008.

VILLAS BÔAS, G. **A Recepção da Sociologia Alemã no Brasil**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

XAVIER, L. N. **O Brasil como laboratório: educação e ciências sociais no projeto do centro brasileiro de pesquisas educacionais**. Bragança Paulista: IFAN/CDAP/Edusf, 1999, 281p.

_____. Regionalização da pesquisa e inovação pedagógica: os Centros de Pesquisas Educacionais do Inep (1950-1960). **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v.80, n.194, p.81-92, jan./abr., 1999.

WERNECK VIANNA, L. et al. (Org.). Introdução. In Cientistas Sociais na vida pública. **DADOS**, Rio de Janeiro, IUPERJ, v.37, n.3, p.357-403, 1994.

_____. **A Revolução passiva: Iberismo e americanismo no Brasil**. 2ª. Ed. Revista e ampliada. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

WILLENS, E. Sociologia “acadêmica” e Sociologia “socialista”. **Sociologia**, São Paulo. ELSP, v.IX, n.4, 1947, p.346 -349.

BIBLIOGRAFIA PARCIAL DO AUTOR

AZEVEDO, F. **A cidade e o campo na civilização industrial: e outros estudos**. São Paulo: Melhoramentos, 1962a.

_____. **A cultura brasileira**. 5ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1971a.

_____. **A Educação e seus problemas**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, v.1, 1958a.

_____. **A Educação e seus problemas**. Ed. revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, v.2, 1958b.

- _____. **A educação entre dois mundos:** problemas, perspectivas e orientações. São Paulo: Melhoramentos, 1958c.
- _____. (Org.). **As ciências no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, 1994a.
- _____. (Org.). **As ciências no Brasil.** Rio de Janeiro: UFRJ, v.2, 1994b.
- _____. **As universidades no mundo de amanhã:** seu sentido, sua missão e suas perspectivas atuais. São Paulo: Nacional, 1947.
- _____. **Canaviais e engenhos na vida política do Brasil:** ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar. 2ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958d.
- _____. **Da educação física:** o que ela é, o que tem sido e o que deveria ser. 3ª. Ed. Revista. São Paulo: Melhoramentos, 1960a.
- _____. **Educação na encruzilhada:** problemas e discussões. 2ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1960b.
- _____. **Figuras de meu convívio.** São Paulo: Melhoramentos, 1960c.
- _____. **História de minha vida.** São Paulo/Rio de Janeiro: José Olympio/Cons. Est. de Cultura, 1971b.
- _____. Inauguração do CRPE. **Pesquisa e Planejamento,** São Paulo, n.1, p.5-12, jun./, 1957.
- _____. **Máscaras e retratos:** estudos literários sobre escritores e poetas do Brasil. 2ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1962b.
- _____. **Na batalha do humanismo:** aspirações, problemas e perspectivas. 2ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- _____. **No tempo de Petrônio:** Ensaio sobre a Antiguidade Latina. 3ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1962c.
- _____. **Novos caminhos e novos fins:** a nova política de educação no Brasil. 3ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1958e.
- _____. Oração inaugural. In: BARREIRA, C. **A Sociologia no tempo:** memória, imaginação e utopia. São Paulo: Cortez, 2003, p.19-31.
- _____. **Páginas latinas:** pequena História de Literatura Romana pelos textos. São Paulo/Rio de Janeiro: Melhoramentos/Cayeiras, 19 (??).
- _____. **Princípios de Sociologia:** pequena introdução ao estudo de Sociologia Geral. 6ª. Ed. Revista e ampliada. São Paulo: Melhoramentos, 1954a.
- _____. **Seguindo meu caminho:** conferência sobre Educação e Cultura. Rio de Janeiro: Nacional, 1946.

_____. **Sociologia educacional**: introdução ao estudo dos fenômenos educacionais e de suas relações com outros fenômenos sociais. 3ª. Ed. São Paulo: Melhoramentos, 1954b.

_____. **Um trem corre para o oeste**: estudo sobre a Noroeste e seu papel no sistema de viação nacional. São Paulo: Martins, 1950.

_____. **Velha e nova política**: aspectos e figuras da educação nacional. São Paulo: Nacional, 1943.

BIBLIOGRAFIA PARCIAL SOBRE O AUTOR (LIVROS, TESES E DISSERTAÇÕES)

ALVES, C. E. R. **Fernando de Azevedo**: Na batalha do Humanismo. 2004, 125f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UNESP, Marília, São Paulo.

BOVO, S. K. **Fernando de Azevedo**: compromisso com a Educação. São Paulo: Noovha América, 2007. (Coleção Grandes Nomes).

CAMARGO, E. A. S. P. **A militância de Fernando de Azevedo na educação brasileira**: a educação física (1915). 1995. 381f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE, UNICAMP, Campinas, São Paulo.

CUNHA, C. **Fernando de Azevedo**: Política de Educação. Cuiabá: Edições do Meio, 1978.

EVANGELISTA, O.; LIMA, S. **Fernando de Azevedo**: sociólogo e educador. Florianópolis: UFSC, 2008.

LIMA, S. L. A. **Sociologia**: grande orquestração doutrinária de como pensar e do que pensar sobre o social. 1999. 242f. Dissertação (Mestrado em Educação) – UFSC, Florianópolis, Santa Catarina.

PAGNI, P. A. **Do “manifesto de 1932” à construção de um saber pedagógico**: ensaiando um diálogo entre Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. 2000. 241f. Tese (Doutorado em Educação e Filosofia) – UNESP, Marília, São Paulo.

PENNA, M. L. **Fernando de Azevedo**: Educação e transformação. São Paulo: Perspectiva, 1987.

PÔRTO JR., G. (Org.). **Raízes da modernidade**: o pensamento de Fernando de Azevedo. Brasília: Ativa, 2004.

SOUZA, S. M. R. **Elite, circulação de elites e educação**: um enfoque destes temas na obra de Júlio de Mesquita Filho e Fernando de Azevedo. 1983. 131f. Dissertação (Mestrado em Educação) – FE, USP, São Paulo.

TOLEDO, M. R. A. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as Aventuras e Desventuras do Criador e da Criatura**. 1995. 173f. Dissertação (Mestrado) – PUC, São Paulo.

TOTTI, M. A. **Raízes do Pensamento Educacional de Fernando de Azevedo**. 2003. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – UNESP, Araraquara, São Paulo.

VIDAL, D. G. (Org.). **Na batalha da educação**: correspondência entre Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo (1929-1971). Bragança Paulista, SP: USF, 2000a.

_____. (Org.). Reforma da Instrução Pública no Distrito Federal (RJ) 1927-1930. **Arquivo Fernando de Azevedo**. Instituto de Estudos Brasileiros, IEB/USP, CD-ROM, São Paulo, 2000b.

_____.; CASTRO, M. C. F. C. (Coord.). **Conversa de educadores**: catálogo analítico da correspondência entre Abgar Renault e Fernando de Azevedo. São Paulo: IEB/USP, 1999, 92f., Série Cadernos do IEB.

BIBLIOGRAFIA PARCIAL SOBRE O AUTOR (ARTIGOS E DEPOIMENTOS)

BOMENY, H. M. B. Fernando de Azevedo, sociologia, educação e a ciência brasileira. In: MAIO, M. C.; VILLAS BÔAS, G. (Org.). **Ideais de Modernidade e Sociologia no Brasil**: ensaios sobre Luiz Aguiar Costa Pinto. Porto Alegre: UFRGS, 1999, p.229-250.

CANDIDO, A. Um reformador. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.11-17, 1994a.

_____. Depoimento. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.173-183, jan./dez., 1994b.

_____. Prefácio. In: AZEVEDO, F. (Org.). **As ciências no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.1, 1994c.

CARVALHO, M. M. C. O novo, o velho, o perigoso: relendo a cultura brasileira. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.71, p.29-35, nov., 1989.

_____. Fernando de Azevedo, pioneiro da educação nova. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.71-80, 1994.

CASTRO, M. C. F. O Arquivo de Fernando de Azevedo: cronologia e bibliografia. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 37, p.213-245, 1994.

- CUNHA, L. A. Educação de classes sociais no Manifesto de 32: perguntas sem respostas. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.132-150, jan./dez., 1994.
- ESTEVES, F. S. Venâncio Filho, Fernando de Azevedo e Euclides da Cunha. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.52-72, jan./dez., 1994.
- FERNANDES, F. Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.184-198, 1994.
- FUNDAÇÃO VISCONDE DE PORTÔ SEGURO. **Fernando de Azevedo e a Renovação da Educação Brasileira**. Discursos proferidos por ocasião da entrega do “Prêmio de Educação Visconde de Pôrto Seguro” de 1964. São Paulo, 32f.
- LEMME, P. Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.199, 1994.
- MARX, L. A. Fernando de Azevedo – meu pai. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.200-201, jan./dez., 1994.
- MORAES, A. D. Os primeiros leitores de A cultura brasileira. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.19-34, 1994a.
- MORAES, C. S. V. A sistematização da política educacional dos “liberais reformadores”: o Inquérito de 1926. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.80-106, jan. /dez., 1994b.
- NADAI, E. Fernando de Azevedo e a formação pedagógica do professor secundário: o Instituto de Educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.151-172, jan. /dez., 1994.
- O’NELL, C. Documentos de uma geração: cartas de Anísio Teixeira a Fernando de Azevedo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.13, p.125-135, 1972.
- PAULILO, A. et. al. Arquivo Fernando de Azevedo: instrumentos e pesquisa em fonte primária. In: FARIA FILHO, L. M. (Org.). **Pesquisa em História da educação: perspectivas de análise, objetos e fontes**. Belo Horizonte/MG: HG edições, 1999, p.201-208.
- PENNA, M. L. Fernando de Azevedo. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.73-80, jan./dez., 1994.
- PILETTI, N. A reforma da educação pública no Distrito Federal, 1927-1930: algumas considerações críticas. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.107-131, jan./dez., 1994a.

_____. Fernando de Azevedo: da educação física às ciências sociais. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.81-98, 1994b.

QUEIRÓZ, M. I. P. Fernando de Azevedo: o sociólogo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.53-69, 1994.

REVISTA DO INSTITUTO DE ESTUDOS BRASILEIROS. **Noticiário**. Arquivo Fernando de Azevedo. IEB, n.9, pp.177-200, 1970, Disponível em: <<http://www.ieb.usp.br/revista/revista009/rev009ieb.pdf>>. Acesso em: 08 de jun. 2008.

REZENDE, M. As dificuldades de construção de uma sociedade democrática: os elementos extrapolíticos nas análises dos processos sociais em Fernando de Azevedo **Sociedade e Cultura**, v.11, n.2, jul/dez. 2008. p.363-374. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/fchf/article/view/5294/4333>>. Acesso: 05 de mar. 2009.

_____. Educação e mudança social em Fernando de Azevedo. **Acta Scientiarum**, Maringá, v.25, n.1, p.73-85, 2003.

_____. Diferenciação, evolução e mudança social em Fernando de Azevedo. **Cronos**, Natal, v. 5/6, p.173-192, 2004/2005.

ROCHA, M. B. M. Historiografia e significação histórica em Fernando de Azevedo. **Revista Brasileira de Educação**, v.13, n.38, maio/ago, p.265-278, 2008.

VENÂNCIO FILHO, A. Fernando de Azevedo: um humanista na educação. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v.20, p.30-51, jan./dez., 1994.

VIDAL, D. G. Nacionalismo e tradição na prática discursiva de Fernando de Azevedo. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n.37, p.35-52, 1994.